

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

CAMILLE JOHANN SCHOLL

**LÉOPOLD SENGHOR E A LUSOFONIA:**  
ENTRE CONCEITOS, DIÁLOGOS E RECEPÇÕES (1957-1988)

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

CAMILLE JOHANN SCHOLL

**LÉOPOLD SENGHOR E A LUSOFONIA:  
ENTRE CONCEITOS, DIÁLOGOS E RECEPÇÕES (1957-1988)**

Tese apresentada como requisito para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa  
de Pós-Graduação em História da Escola de  
Humanidades da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Marçal de Menezes Paredes, PhD

Porto Alegre  
2021

## Ficha Catalográfica

S368L Scholl, Camille Johann

Léopold Senghor e a Lusofonia : entre conceitos, diálogos e recepções / Camille Johann Scholl. – 2021.

300.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Léopold Senghor. 2. Lusofonia. 3. Lusitanidade. 4. Negritude. 5. Comunidade Luso-afro-brasileira. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

CAMILLE JOHANN SCHOLL

**LÉOPOLD SENGHOR E A LUSOFONIA:  
ENTRE CONCEITOS, DIÁLOGOS E RECEPÇÕES (1957-1988)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 27 de agosto de 2021.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Julião Soares de Sousa (CEIS20/Universidade de Coimbra)

Prof. Dr. Mateus Silva Skolaude (UNISC)

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP)

Prof. Dr. Sergio Neto (CEIS20/Universidade de Coimbra)

Porto Alegre  
2021

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao orientador deste trabalho, Prof. Marçal, pelo acolhimento desde o mestrado e pelos ricos debates promovidos em suas disciplinas e orientações, os quais subsidiaram e possibilitaram este trabalho. Quando penso na forma com que o Prof. Marçal orienta nosso grupo, penso no dito “efeito pigmaleão”, sempre nos motivando através de altas e boas expectativas, o que o faz especial.

Agradeço a orientação de outros professores que passaram em minha trajetória acadêmica, ao Prof. José Rivair Macedo, meu orientador na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como o Prof. Sílvio Marcus de Souza Correia, pela indicação de leituras e pelos debates promovidos em sua disciplina, alguns dos quais tive a possibilidade de participar.

Agradeço aos professores que me acolheram no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, Professores Julião Soares de Sousa e Professor Sérgio Neto, assim como o Professor Rui Cunha Martins.

Agradeço aos meus colegas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em especial à Andrelise, Pedro, Roger e Júlia, pelo auxílio e pelas trocas.

É válido uma menção às instituições que deram suporte à esta pesquisa: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou esta pesquisa, assim como a infraestrutura da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e o pessoal que compõe o PPG/História/PUCRS e, por fim, aos arquivos e bibliotecas consultadas.

Agradeço o apoio e incentivo dos professores Gláucia Helena Motta Grohs e Nikolay Steffens Martins, coordenadores da Coordenadoria das Licenciaturas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Um agradecimento especial à minha tia Juliana Johann, sempre inspiradora e aventureira do saber, dos arquivos e das bibliotecas. Finalmente, um agradecimento especial à família, pelo suporte, em especial à Eduarda, Cláudia, Roberto e Marcello.

## **RESUMO**

A investigação trata da participação de Léopold Sédar Senghor nos debates em torno da ideia de Lusofonia, enquanto conceito político em constante produção de significados, e defende que este intelectual senegalês foi precursor em inscrever tal conceito no debate político. Inspirada na abordagem teórico-metodológica da história intelectual e história dos conceitos e com o recorte temporal entre 1957 a 1988, este trabalho tem duas linhas de investigação que tangenciam os intentos para a construção da Comunidade Luso-Afro-Brasileira olhando para conceitos (lusitanidade, latinidade, negritude, africanidade e brasilidade) e diálogos (entre Léopold Senghor, Carlos Lacerda, Amílcar Cabral, António de Spínola, Mário Gibson Barboza e Mário Soares). Demonstram-se as diferentes formas de recepção de Senghor em distintos espaços da Lusofonia (Portugal, Brasil e Guiné-Bissau) após a Revolução dos Cravos, contribuindo para pensar as camadas de discurso acumulados ao longo do tempo no que concerne à Lusofonia.

**Palavras-chave:** Léopold Senghor; Lusofonia; lusitanidade; negritude; Comunidade Luso-Afro-Brasileira.

## **ABSTRACT**

This research explains how Léopold Sédar Senghor participates in debates about the idea of Lusophony, as a political concept in constant production of meanings, also argues that this Senegalese intellectual inscribes this concept in the political debate in the period from 1957 to 1988. Inspired by the theoretical-methodological approach of intellectual history and history of concepts, this work has two approaches, concerning the intentions for the construction of the Luso-Afro-Brazilian Community, looking at concepts (lusitanity, latinity, negritude, africanity e brasility) and dialogues (between Léopold Senghor, Carlos Lacerda, Amílcar Cabral, António de Spínola, Mário Gibson Barboza and Mário Soares). This approach demonstrates how different forms of reception of Senghor in different spaces of Lusophony (Portugal, Brazil and Guinea-Bissau) after the Carnation Revolution, contributing to think about layers of discourse about Lusophony.

**Key-Words:** Léopold Senghor; Lusophony; lusitanity; negritude; Luso-Afro-Brazilian Community.

## LISTA DE IMAGENS:

IMAGEM 1 - Capa da edição brasileira de “Lusitanidade e Negritude” de Léopold Sédar Senghor com homenagem a Gilberto Freyre.....	340
IMAGEM 2 - Contracapa da edição brasileira de “Lusitanidade e Negritude” de Léopold Sédar Senghor com homenagem a Gilberto Freyre (na fotografia: Carlos Lacerda e Léopold Senghor, em 1964).....	341
IMAGEM 3 - Fidélis Cabral D’Almada, militante do PAIGC, intercambista bolsista do CEAO (1961).....	342
IMAGEM 4 - Correspondência de Léopold Senghor à Amílcar Cabral sobre as negociações para a soltura de Fidélis Almada do PAIGC que foi preso no Brasil.....	343
IMAGEM 5 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, selo comemorativo.....	344
IMAGEM 6 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, Academia Brasileira de Letras.....	345
IMAGEM 7 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, visita de Senghor a Furnas.....	346
IMAGEM 8 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, Doutor Honóris causa na Universidade Federal da Bahia (Salvador/BA). Indentificam-se: Senghor e o Reitor Miguel Calmon.....	347
IMAGEM 9 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, Doutor Honóris causa na Universidade Federal da Bahia (Salvador/BA). Indentificam-se: Senghor e o Reitor Miguel Calmon.....	347
IMAGEM 10 - Para Senghor, a Bahia é a cidade mais africana da América Latina.....	348
IMAGEM 11 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, discurso de Senghor foi censurado no que tange a palavra “terceiro mundo” (I).....	349
IMAGEM 12 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, discurso de Senghor foi censurado no que tange a palavra “terceiro mundo” (II).....	349
IMAGEM 13 - Léopold Senghor, Presidente apesar de Platão.....	350
IMAGEM 14 - Senghor na casa de Zora Seljan e Antonio Olinto (1964).....	351
IMAGEM 15 - Senghor no encontro com artistas e intelectuais brasileiros na residência de Zora Seljan.....	352
IMAGEM 16 - Edição brasileira de textos de Senghor intitulados “Um caminho do Socialismo” .....	353
IMAGEM 17 - Senghor quer Brasil na mediação.....	354
IMAGEM 18 - “Léopold Sedar Senghor: poètes d'aujourd'hui”, obra encontrada na Biblioteca pessoal de Gilberto Freyre (capa) .....	355
IMAGEM 19 - “Léopold Sedar Senghor: poètes d'aujourd'hui”, obra encontrada na Biblioteca pessoal de Gilberto Freyre (dedicatória).....	356
IMAGEM 20 - Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto com o Presidente da República do Senegal, Leopold Sédar Senghor. Estes representantes da CONCP foram recebidos pelo Presidente Senghor após a XV sessão do Comité de Libertação de África, em Dakar em Julho de 1969. ....	357
IMAGEM 21 - Carlos Lacerda: Uma radiografia da África Negra.....	358
IMAGEM 22 - Carlos Lacerda: Líder africano abre caminho a Portugal.....	359
IMAGEM 23 - Amílcar Cabral e Senghor, relação amistosa: mensagem de ano novo (1970) .....	360
IMAGEM 24 - Capa página da Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1974, Carlos Lacerda exclusivo sobre a Revolução de Spínola.....	361



IMAGEM 25 - Primeira página da Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1974, Carlos Lacerda exclusivo sobre a Revolução de Spínola.....	361
IMAGEM 26 – Carlos Lacerda escreve “Abril em Portugal” – “Portugal depois de descobrir mundos, acaba de descobrir a liberdade, sem a qual eles se tornam inabitáveis.”.....	362
IMAGEM 27 - Encontro de Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC, e Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, em Londres, na presença de Abdou Diouf, Primeiro Ministro do Senegal, e de Almeida Bruno, maio de 1974.....	363
IMAGEM 28 - Senghor por ocasião de sua primeira viagem oficial a Portugal, em Janeiro de 1975 (I).....	364
IMAGEM 29 - Senghor por ocasião de sua primeira viagem oficial a Portugal, em Janeiro de 1975 (II).....	365
IMAGEM 30 - Mário Gibson Barboza no Senegal.....	366
IMAGEM 31- Azeredo da Silveira, Léopold Sédar Senghor e outros durante visita oficial à Dacar, Setembro de 1974.....	367
IMAGEM 32 - Visita do Presidente do Senegal, Léopold Senghor, ao Brasil em Setembro de 1977. Senghor cumprimenta Ernesto Geisel, presidente do Brasil.....	368
IMAGEM 33 - Mestiçagem será tema para Senghor em Évora .....	369
IMAGEM 34 - Senghor e Mário Soares em destaque.....	370
IMAGEM 35 - “A minha gota de sangue português”, Senghor e Ramalho Eanes em destaque.....	371
IMAGEM 36 - Senghor ainda mais ligado a Portugal.....	372
IMAGEM 37 - Paulo Freire e a campanha de alfabetização em Guiné-Bissau (1978)....	373
IMAGEM 38 - Paulo Freire e Miguel Darcy de Oliveira, do Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania/Guiné Bissau, e de Mário Cabral, ministro da Educação de Guiné-Bissau, em 1978.....	374
IMAGEM 39 - Mário Cabral, ministro da Educação de Guiné-Bissau, em 1978.....	375
IMAGEM 40 - Mário Pinto de Andrade com o Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, por ocasião da sua condecoração com a Ordem do Leão, Dakar, 16 de Maio de 1980.....	376

## LISTA DE SIGLAS

ADRAO - Associação para o desenvolvimento da Rizicultura na África Ocidental

AI-5 - Ato Institucional Número Cinco

AOF- África Ocidental Francesa

BDS - Bloco Democrático Senegalês / Bloc Démocratique Sénégalais

CCF - Congress for Cultural Freedom

CEA - Centro de Estudos Africanos

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEGP - Centro de Estudos da Guiné Portuguesa

CEI - Casa dos Estudantes do Império

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FESMAN - Festival Mundial das Artes Negra

FESTAC - Festival Mundial de Artes e Cultura Negra e Africana

FLING - Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné

FRAIN - Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

IBEAA - Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos

IFAN - Instituto Francês da África Negra

IILP - Instituto Internacional da Língua Portuguesa

INCIDI - Institut International des Civilisations Différentes/International Institute of Differing Civilizations

MAC - Movimento Anti-colonialista

MDLP - Movimento Democrático de Libertação de Portugal

MFA - Movimento das Forças Armadas

MLG - Movimento da Libertação da Guiné

MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO/OTAN - Organização Tratado do Atlântico Norte

OIF - Organização Internacional da Francofonia

OMVG - Organização para a Valorização do Vale do Rio Gâmbia

ONU - Organização das Nações Unidas

OSPAAL - Organization of Solidarity with the People of Asia, Africa and Latin America

OUA - Organização da Unidade Africana

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PIDE/DGS - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PREC - Processo Revolucionário em Curso

TEN - Teatro Experimental do Negro

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UDN - União Democrática Nacional

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPS - União Progressista Senegalesa / L'Union progressiste sénégalaise

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: LÉOPOLD SENGHOR E A LUSOFONIA: ENTRE CONCEITOS, DIÁLOGOS E RECEPÇÕES (1957-1988)</b> .....	13
---	----

<b>PARTE I: DIMENSÃO CONCEITUAL DE UMA COMUNIDADE LUSO-AFRO-BRASILEIRA (1957-1964)</b> .....	33
--	----

<b>1 Senghor em Portugal (1957): a “lusitanidade” reivindicada</b> .....	35
1.1. Encontro Internacional do Instituto das Civilizações Diferentes (1957).....	37
1.2. Senghor na Casa dos Estudantes do Império (1957).....	47
1.3. Entre Léopold Senghor e Gilberto Freyre.....	56

<b>2 Entre o luso, o afro e o brasileiro (1959-1963): o lance da comunidade</b> .....	64
2.1. O “luso-brasileiro” em pauta (1959).....	66
2.2. Adição afro ao “luso-brasileiro”: circulações (1960).....	76
2.3. Uma certa “brasilidade” em Dakar (1960-1963).....	83

<b>3 Senghor no Brasil (1964): conceituando a comunidade</b> .....	95
3.1. Itinerários de uma viagem.....	102
3.2. Comunidade Luso-Afro-Brasileira.....	107
3.3. Rio de Janeiro: entre a “latinidade” e a “lusitanidade”.....	115
3.4. Salvador: “africanidade” e “negritude”.....	124
3.5. Brasília: “brasilidade” como síntese.....	130

<b>PARTE II: DIÁLOGOS EM TORNO DA LUSOFONIA (1964-1974)</b> .....	138
---	-----

<b>4 Diálogo I: Carlos Lacerda e Léopold Senghor (1964-1969)</b> .....	139
4.1. Apresentação de Carlos Lacerda: Negritude e Luso-descendência.....	139
4.2. Diálogo sobre o colonialismo português.....	142
4.3. A viagem ao continente africano e o projeto da comunidade.....	154

<b>5 Diálogo II: Amílcar Cabral e Léopold Senghor (1969-1973)</b> .....	160
5.1. Apresentação de Amílcar Cabral em digressões: Negritude e os movimentos de libertação das colônias portuguesas.....	160
5.2. Senghor-Cabral/Senegal-Guiné: análise de correspondências.....	165
5.3. A “luta política”, a língua portuguesa e o projeto da comunidade.....	173

<b>6 Diálogo III: António de Spínola e Léopold Senghor (1968- 1973)</b> .....	178
6.1. Apresentação do General Spínola: Guiné Portuguesa e a renovação da “portugalidade”.....	178

6.2. Senghor-Spínola/Senghor-Spínola-Cabral: diálogo.....	186
6.3. Da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” à “Comunidade Lusíada”: solução negociada em prol das independências das colônias portuguesas.....	200
<b>7 Diálogo IV: Mário Gibson Barboza e Léopold Senghor (1972-1973).....</b>	<b>207</b>
7.1. Apresentação de Mário Gibson Barbosa: lusotropicalismo e a relação Brasil-África.....	208
7.2. Senghor-Barboza: “Périplo africano” .....	213
7.3. O lugar do Brasil nas negociações em prol das independências das colônias portuguesas.....	217
<b>8 Diálogo V: Mário Soares e Léopold Senghor (1974).....</b>	<b>221</b>
8.1. Apresentação de Mário Soares: antialazarismo e reflexões sobre a descolonização.....	222
8.2. Senghor-Soares: diálogo durante processo de descolonização portuguesa.....	224
8.3. Lusotropicalismo e a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como sonho.....	230
<b>PARTE III: RECEPÇÕES DE SENGHOR NO ÂMBITO DA LUSOFONIA APÓS OS CRAVOS (1975-1988).....</b>	<b>235</b>
<b>9 Recepção de Senghor em Portugal.....</b>	<b>236</b>
9.1. Lusitanidade e Negritude.....	237
9.2. Mestiçagem e Latinidade.....	242
<b>10 Recepção de Senghor no Brasil.....</b>	<b>260</b>
10.1. Moderação política.....	260
10.2. Africanidade e Negritude.....	270
<b>11 Recepção de Senghor na Guiné-Bissau.....</b>	<b>282</b>
11.1. Cooperação e Solidariedade Africana.....	283
11.2. O crioulo, a Francofonia e a Lusofonia.....	294
<b>12 Considerações finais.....</b>	<b>304</b>

## INTRODUÇÃO

### LÉOPOLD SENGHOR E A LUSOFONIA: ENTRE CONCEITOS, DIÁLOGOS E RECEPÇÕES (1957-1988)

*“The political and social climate that created the ‘irresistible momentum’ of decolonization was built on a dense network of contingent factors that promised an imperfect future. Reconstructing those conditional views and expired predictions is, in part, a work of reading along the archival grain and recognizing the contingency of our own enquiry that shapes our imperfect views of the past. Recognizing shapes in these historical constellations is not simply a work of confirmation but also one of discovery.”<sup>1</sup>*

Este trabalho realiza uma investigação acerca da participação de Léopold Sédar Senghor nos debates em torno da ideia de Lusofonia e defende que este intelectual senegalês foi precursor em inscrever tal conceito no debate político desde a década de 1960 ao teorizar uma arquitetura conceitual para a mesma por meio da articulação política em prol do projeto de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira.

Entende-se aqui a Lusofonia como um conceito político em constante produção de significados<sup>2</sup>, sendo assim, em uma primeira linha de investigação deste trabalho, pretende-se demonstrar os intentos para a construção de uma possível comunidade política lusófona em uma perspectiva histórica entre as décadas de 1960 e 1980 olhando para os conceitos e os diálogos, tendo como baliza a figura de Léopold Senghor. Na sequência, em uma segunda linha de investigação, demonstra-se as diferentes formas de recepção de Senghor em distintos espaços da Lusofonia (Portugal, Brasil e Guiné-Bissau) após a Revolução dos Cravos, contribuindo para pensar as camadas de discurso acumulados ao longo do tempo no que concerne à ideia da Lusofonia.

---

<sup>1</sup> SMITH, Andrew W. M.; JEPPESEN, Chris (org). Britain, France and the Decolonization of Africa: Future Imperfect? London: UCL Press, 2017, p.110.

<sup>2</sup> Este trabalho inspira-se na ideia discutida pelo conjunto da obra de Dominic Lacapra (1985) ao propor que linguagem é uma prática criadora de significado (“signifying practice”). Esta é conectada – pensando em seu uso até sua supressão (studied avoidance) - com outras práticas criadoras de significados na vida humana (LACAPRA, 1985, p 18). Neste escopo, este autor propõe a redefinição das relações entre os textos e os contextos, pensando que a linguagem sustenta as definições de texto e contexto pelo fato de entrelaçar as suas existências. Ao longo do trabalho serão apresentados discursos proferidos em ocasiões específicas no que tange a proposta de construção de uma comunidade política e os conceitos que arquitetam a mesma. De forma que é a partir da linguagem que se produz (e inova) os significados que circulam nos discursos e torna-se evidente a relação próxima (e política) entre o texto e o contexto, tal como propõe Lacapra.

Considerando o recorte (1957-1988) e objeto desta investigação, Léopold Senghor e a Lusofonia, pelas duas linhas investigativas supracitadas, este trabalho se justifica, dentro do escopo de um amplo debate tanto sobre a Lusofonia quanto sobre a figura de Léopold Senghor, pelo esforço de problematizar conjuntamente a até então fratura de entendimentos que coloca, de um lado, Léopold Senghor como “presidente-poeta da Négritude”<sup>3</sup> e de outro, como “lusófilo-lusotropicalista”<sup>4</sup>.

Cabe aqui compartilhar sucintamente um pouco da trajetória desta pesquisa que emerge, em seus primórdios, do contato e análise do livro pocket<sup>5</sup> recorrente nas bibliotecas consultadas<sup>6</sup>: “Lusitanidade e Negritude” (Edição bilíngue Francês – Português, Editora Nova Fronteira, 1975). Trata-se de um discurso proferido por Senghor na Academia de Ciências de Lisboa em janeiro de 1975 em comemoração à Revolução dos Cravos<sup>7</sup> e subsequente aos acordos pelas independências das colônias portuguesas<sup>8</sup>. No discurso, Senghor coloca a “lusitanidade” como expressão da “civilização portuguesa” gestada nas “encruzilhadas dos caminhos e das raças” (SENGHOR, 1975, p.13) e coloca o Brasil como uma “simbiose da lusitanidade com a negritude” (SENGHOR, 1975, p.13), sendo o mesmo uma “antevisão de que poderão nascer nas antigas colônias portuguesas” (SENGHOR, 1975, p.13). Este discurso, claramente aproximado com visões lusotropicalistas, o que vai ficar evidente quando, mais ao final do discurso, Senghor realiza um elogio às contribuições de Gilberto Freyre para o “Mundo Lusófono”.

Assim, seguimos nas problematizações decorrentes da leitura: como avaliar este discurso tendo em vista a bibliografia recorrente sobre Léopold Senghor que o apresenta e circunscreve mormente relacionado ao Movimento da Négritude Francófona<sup>9</sup>, à construção de

<sup>3</sup>(ANDRADE, 1958; COLEMAN, JS. ROSENBERG, 1964; MARTIN, 1979; TÉTU, 1987; MUDIMBE, 1992; NGOENHA, 1993; LARANJEIRA, 1995; COULIBALY, 1999; BARRY, 2000; LEÃO, 2005; DJIAN, 2005; BIRMINGHAM, 2009; DIAGNE 2009; MARTIN, 2012; BEHRMAN, 2013; RABAKA, 2015; DIENG, 2017; DURÃO, 2020. )

<sup>4</sup> (BULL, 2000. BULL, 2002. DÁVILA, 2011. GRAÇA, 2012. )

<sup>5</sup> Ver Imagem 1 e 2 do Anexo.

<sup>6</sup> Compartilho aqui a listagem das bibliotecas consultadas no Brasil: Bibliotecas Gerais e Especializadas da PUCRS, UFRGS, UFSC, UNIVALI, PUCRJ, UFRJ, UERJ, UFF, PUCSP, USP, Real Gabinete Português de Leitura (RJ), Biblioteca Francisca Keller - PPGAS/MN/UFRJ (consulta feita antes do incêndio que assolou o Museu Nacional), Biblioteca Nacional. Já em Portugal foram consultadas: Bibliotecas gerais e especializadas da Universidade de Coimbra (UC), Biblioteca Municipal de Coimbra, Universidade de Évora (UEVORA), Universidade de Lisboa e Universidade do Porto e a Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>7</sup> A Revolução dos Cravos disparada no dia 25 de Abril de 1974 é um processo que encerra a longa ditadura de Salazar (1933 a 1968) e Marcello Caetano (1968 a 1974). Tal processo será colocado e debatido ao longo deste trabalho. (MAXWELL, 2006).

<sup>8</sup> Subsequente ao reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. Refere-se no texto ao “Abraço de Lusaka” e é realizado alguns dias após o Acordo de Alvor. Estes eventos serão apresentados ao longo deste trabalho.

<sup>9</sup> (ANDRADE, 1958. MUDIMBE, 1992. LARANJEIRA, 1995. DJIAN, 2005. RABAKA, 2015. DURÃO, 2020).

um tipo de socialismo africano a partir do Senegal<sup>10</sup>, à Francofonia e ao “Imaginário Francófono”<sup>11</sup>.

Assim, a bibliografia posta acima, que é corrente sobre Senghor, propõe diferentes abordagens e provém de diferentes contextos de produção<sup>12</sup>, no entanto, em relação à interpretação do discurso “Lusitanidade e Negritude” são insuficientes. Questiona-se: este discurso do senegalês é aleatório? Em adendo, quais os significados da edição brasileira deste discurso? Seguindo o caminho da pesquisa, passa-se a perceber que esta obra é, no mínimo curiosa por distintos vieses: apresenta em sua contracapa a fotografia de Carlos Lacerda<sup>13</sup> e Senghor, remete à viagem de Senghor ao Brasil (1964), destaca a palavra “Negritude” em sua capa (pois faz parte da coleção “Romances de África”) e homenageia Gilberto Freyre.

A respeito do conteúdo, pergunta-se sobre o que explicaria, a partir da bibliografia referencial supracitada, o dito “poeta-presidente” (DJIAN, 2005) de uma ex-colônia francesa (o Senegal) e conhecido negociador das descolonizações da África Ocidental Francesa junto ao General Charles de Gaulle, discursar sobre as benesses da colonização portuguesa, da mestiçagem, da língua e da cultura portuguesa em Lisboa no contexto após os Cravos? Qual seria a relação de Senghor, o dito arauto da Négritude com o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre e o lusotropicalismo? Qual o sentido da referência à raça e à mestiçagem disposto na obra? Por que celebra a miscigenação e coloca o Brasil como modelo de tal para a África pós-1975? Por fim, qual o sentido político da defesa de uma comunidade cultural luso-afro-brasileira e por que esta remete a primeira viagem de Senghor ao Brasil (1964)?

Estas são averiguações iniciais que vão avançando em complexidades, na medida em que apresentaremos os arquivos considerados ao longo do trabalho de pesquisa. Partindo do Brasil e da problematização sobre a supracitada “comunidade cultural luso-afro-brasileira” ao seguir os traços da primeira viagem de Senghor ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro (Brasil)

---

<sup>10</sup> (COLEMAN E ROSEMBERG, 1964. MARTIN, 1979. NGOENHA, 1993. BIRMINGHAM, 2009. DIAGNE, 2009. BEHRMAN, 2013. MARTIN, 2012. DOUMBIA e DIOUF, 2020).

<sup>11</sup> (TÉTU, 1987. DJIAN, 2005).

<sup>12</sup> Há autores brasileiros como Durão (2020), autores africanos de distintas nacionalidades como o angolano Andrade (1958), o moçambicano Ngoenha (1993), o congolês Mudimbe (1992) e o senegalês Diagne (2009), Franceses como Djian (2005), Martin (2012), Portugueses como Laranjeira (1995) e britânicos como Birmingham (2009).

<sup>13</sup> Carlos Lacerda é uma figura controversa na política brasileira. Alguns elementos que podem ser destacados aqui e serão aprofundados ao longo deste trabalho: Lacerda foi inscrito de forma díspar na historiografia nacional, há visões celebrativas como “demolidor de presidentes” (MENDONÇA, 2002. DULLES, 1991) ou negativas como “corvo da Guanabara” (NETO, 1998). Transitou na juventude no Partido Comunista e depois toma direção a uma posição liberal e de alinhamento à Democracia Cristã, ocupando cargo de vereador, deputado federal e primeiro Governador do recém-criado Estado da Guanabara (1960). Em 1964, apoia o Golpe Civil-militar, viaja à Europa como mensageiro dos significados da dita “Revolução de 64”, sendo cotado a Presidente por uma ala dos militares quando de uma possível redemocratização. Em 1969, perde seus direitos políticos.



foram consultados os Arquivos da Academia Brasileira de Letras<sup>14</sup>, a biblioteca da Maison de France<sup>15</sup>, a Casa França Brasil<sup>16</sup>, o Real Gabinete Português de Leitura<sup>17</sup>, o Arquivo da Casa Rui Barbosa<sup>18</sup>, o arquivo do Museu Nacional de Belas Artes<sup>19</sup>, a Fundação da Biblioteca Nacional<sup>20</sup>, o Arquivo da Fundação Getúlio Vargas<sup>21</sup>, o Arquivo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade Cândido Mendes<sup>22</sup>. Na sequência, foram consultados, na cidade do Recife, o arquivo da Fundação Gilberto Freyre e do Instituto Joaquim Nabuco, com enfoque no acervo das correspondências internacionais de Gilberto Freyre e na biblioteca pessoal de Gilberto Freyre<sup>23</sup> salvaguardada por esta Fundação.

Ao escrutinar o evento da viagem de Senghor ao Brasil e a anúncio de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como solução política para a guerra colonial em curso nas colônias portuguesas, adentra-se no debate do “lusobrasileiro” problematizando a adição do “afro”: percebe-se que é na viagem de Senghor ao Brasil que o senegalês defende o projeto político e inscreve o vocábulo “Lusofonia”, especificamente quando recebe o título de Doutor Honoris Causa na Universidade Federal da Bahia (1964) em seu discurso “Latinidade e Negritude”. Tal passagem por Salvador se relaciona com organização do grupo do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) desta Universidade, que na figura do seu fundador, o exilado português antislazarista, Agostinho da Silva, homem de amplas relações, que apoiou e deu suporte para os primeiros acordos de cooperação cultural entre o Brasil e o Senegal no contexto da Política Externa Independente do Governo de Jânio Quadros. No arquivo e biblioteca do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA) em Salvador/Bahia foram consultados registros (jornais) e correspondências dos primeiros anos do CEAO (1960-1962). No Arquivo da Cidade de Salvador também foram encontradas fotografias referentes a passagem de Senghor a esta cidade.

---

<sup>14</sup> Foi encontrado um amplo acerto documental sobre a visita de Senghor a ABL e ao Rio de Janeiro, assim como a transcrição original de seus discursos e a respectiva tradução.

<sup>15</sup> Acervo sobre francofonia.

<sup>16</sup> Acervo bibliográfico.

<sup>17</sup> Acervo bibliográfico. O Real Gabinete Português de Leitura possui grupo que edita a Revista Convergência Lusíada, institucionalizada por este, que vem com a proposta de publicar artigos de literatura portuguesa, relações luso-brasileiras e estudos comparados, em uma perspectiva interdisciplinar, que acabam por ser um locus de debate e produção acadêmica sobre a Lusofonia pelo legado do pensamento de Agostinho da Silva vinculado a genealogia de uma ideia de “Comunidade Luso-afro-brasileira”.

<sup>18</sup> Fundo documental/ Espólio de João Cabral de Melo Neto que foi embaixador do Brasil no Senegal (1972-1979).

<sup>19</sup> Acervo sobre a Exposição de Arte Negra (1964) com peças cedidas pelo IFAN/Univerisdade de Dakar.

<sup>20</sup> Hemeroteca.

<sup>21</sup> Este arquivo foi consultado in loco e de forma virtual. As referências às biografias de políticos e intelectuais brasileiros dispostas em nota de rodapé ao longo do trabalho são retiradas de acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) referidas como: CPDOC/FGV.

<sup>22</sup> Acervo do antigo Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

<sup>23</sup> Foi encontrado um livro sobre Senghor. (Imagem 18 e 19 dos Anexos).

Ainda sobre a passagem de Senghor ao antigo estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro), em 1964, no que tange à relação de Carlos Lacerda e Senghor, problematizamos que nas fontes referentes à viagem do Presidente Senegalês havia uma aberta querela entre os dois a respeito do colonialismo português. No entanto, a aproximação é evidente sob outros aspectos no que se refere aos projetos editoriais comuns e apoios ao Movimento da Negritude no Brasil - tal como o Teatro Experimental do Negro (TEN), de Abdias do Nascimento, que é figura importante nas análises deste trabalho<sup>24</sup>. Neste escopo, há a tradução e publicação de textos de Senghor no Brasil a respeito da sua via africana do socialismo<sup>25</sup>. Para aprofundar a relação de Lacerda e Senghor (assim como os apoios ao TEN) há a consulta ao espólio de Carlos Lacerda, salvaguardado pela Universidade Federal de Brasília (UNB).

Para aprofundar as questões diplomáticas entre Brasil-Senegal e Brasil-Portugal foi consultado o arquivo histórico do Itamaraty<sup>26</sup>, que também tem sede em Brasília. Para aprofundar a recepção da via do socialismo africano proposto por Senghor, cabe salientar que foi consultada, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a obra “Senghor em diálogo<sup>27</sup>”, transcrição de evento ocorrido nesta Universidade, dispondo na íntegra as falas da mesa composta por Senghor, Afonso Arinos, Cândido Mendes e Padre Francisco Bastos Dávila, cujo foco central do debate foi o socialismo senghoriano.

Em paralelo, foram consultados ricos acervos com documentação digitalizada, de forma on-line, como o acervo da Fundação Mário Soares<sup>28</sup>, o acervo do site Memórias de África<sup>29</sup> e do Oriente, a Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional<sup>30</sup>, o acervo do Codesria<sup>31</sup>, o acervo do Ipeafro<sup>32</sup>, o acervo on-line do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a acervo virtual da

---

<sup>24</sup> Para tal, foi consultado o acervo on-line do Ipeafro.

<sup>25</sup> A obra “Um Caminho do Socialismo” de Léopold Sedar Senghor também é avaliado por seu processo editorial ocorrido no Brasil.

<sup>26</sup> Foram consultados de forma on-line devido a Pandemia da Covid-19. Sobre o Espólio de Carlos Lacerda foi feita uma consulta com ajuda de arquivista/bibliotecária, dentro das possibilidades. Sobre o acervo do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty, foi possível o acesso a documentação on-line, como os Relatórios do MRE/Brasil da década de 60 tendo em vista compreender os acordos de Cooperação econômicos e culturais entre Brasil e os países africanos, com foco no Senegal e na figura de Léopold Senghor. Também foi encontrado documentação sobre a viagem de Senghor ao Brasil em 1977 e sobre a primeira embaixada africana no Brasil: a do Senegal.

<sup>27</sup> SENGHOR, L.S. ARINOS, A. AVILA, F. MENDES, C. Senghor em diálogo [com] Afonso Arinos, Fernando B. de Avila [e] Candido Mendes. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1965.

<sup>28</sup> Disponível em: <http://casacomum.org/cc/arquivos> . Com foco nos fundos documentais: Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade.

<sup>29</sup> Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/>

<sup>30</sup> Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.codesria.org/>

<sup>32</sup> Disponível em: <https://ipeafro.org.br/>

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)<sup>33</sup>, o Arquivo Pessoa<sup>34</sup> e o acervo on-line da Organização das Nações Unidas<sup>35</sup> e UNESCO<sup>36</sup>.

A partir de Portugal abriu-se novas problematizações que se relacionam com os acervos consultados. Remetendo novamente à obra “Lusitanidade e Negritude”, em sua apresentação à edição de 1975, percebe-se que a viagem de Senghor a Lisboa, em Janeiro do referido ano, é disposta como a primeira viagem de Senghor a Portugal: esta é sim a primeira viagem “oficial” do Presidente do Senegal, entretanto, não é a primeira viagem deste intelectual a Portugal, a qual foi realizada em 1957, momento ao qual Senghor passa a reivindicar para si uma “gota de sangue portuguesa” ao escrever elegias e suas “*chantres*” sobre tal. Nesta mesma viagem, participa de encontro com membros da Casa dos Estudantes do Império, o que também é avaliado por este trabalho – no tensionamento dos debates sobre diferentes formas de autonomia e descolonização.

Ao seguir os vestígios de Senghor em Portugal, foram consultados os acervos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>37</sup>, a Biblioteca Nacional de Portugal, o Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa<sup>38</sup>, o Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>39</sup>, a Biblioteca Central da Universidade de Coimbra e a Biblioteca da FLUC (a qual abriga o Centro de Latinidade Léopold Senghor), o Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra), a Hemeroteca da Câmara Municipal de Coimbra e o Arquivo Histórico e Biblioteca da Universidade de Évora<sup>40</sup>.

Um aspecto interessante sobre os arquivos, os quais balizam novas interpretações sobre os processos históricos já postos pela historiografia, foi a possibilidade de comparar documentação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty e a documentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, corroborando os relatórios oriundos das embaixadas. A partir desta operação, percebe-se que havia fortes desconfianças da parte de Portugal sobre a aproximação Brasil e o Senegal e a questão da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”/”Lusofonia” – demonstrando o enfraquecimento do argumento do posto “lobby português” (DÁVILA, 2011).

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/>

<sup>34</sup> Disponível em: <http://arquivopessoa.net/>

<sup>35</sup> Disponível em: <https://search.archives.un.org>

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/>

<sup>37</sup> Caixa: “LÉOPOLD SENGHOR: POLÍTICO SENEGALÊS”.

<sup>38</sup> Tendo em vista o espólio do Almirante Sarmiento Rodrigues.

<sup>39</sup> Este evidenciou-se como o principal arquivo consultado.

<sup>40</sup> Foi encontrado uma espécie de dossiê com recortes de jornal sobre a passagem de Senghor por Évora.

Já no espaço geográfico do continente africano, não foi possível a consulta a arquivos in loco, no entanto, buscou-se as fontes disponíveis em acervos portugueses, como no Centro de Documentação 25 de Abril e Arquivo histórico da Fundação Mário Soares, que salvaguarda o fundo documental Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade. Por meio destes, foi possível acessar as correspondências trocadas entre Léopold Senghor com Amílcar Cabral, entre Luís e Amílcar Cabral quando este estava no Senegal, assim como a correspondência entre Senghor e Mário Pinto de Andrade, no pós-1975. Também foi possível acessar fotografias e dossiês sobre estabelecimentos de escritórios da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) e do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em Dakar, assim como discursos de Amílcar Cabral em encontros do Partido de Senghor (União Progressista Senegalesa), relatórios do PAIGC sobre o auxílio prestado pelo Senegal e os ultimatos de Senghor ao PAIGC em relação aos bombardeamentos na fronteira Senegal-Guiné.

Ainda neste recorte, foi preciso pautar as diferentes interpretações a respeito do socialismo desenvolvidas em uma geopolítica propriamente africana e perceber a singularidade da via do socialismo africano de Senghor, navegando em uma bibliografia especializada a respeito dos socialismos africanos no plural<sup>41</sup> e sobre a ideia de unidade africana<sup>42</sup>. Cabe sublinhar uma especificidade de Senghor ao propor interpretar a obra de Marx e Engels a partir de uma leitura vinculada ao humanismo cristão com lentes teóricas de jesuítas como Teilhard de Chardin, Padre Lebreton e Bigo (SENGHOR, 1962, 1965b e 1976) em um amplo espectro de leituras “afro” do marxismo<sup>43</sup>. Tais questões perpassam este trabalho.

Para avaliar as fontes foi necessário pensar em diferentes escalas interpretativas. Há uma dimensão conceitual, que é aparente nas fontes (discursos e textos políticos, correspondências, documentação administrativa e diplomática assim como fontes da imprensa e entrevistas), das quais destacam-se conceitos como “lusitanidade”, “negritude”, “latinidade”, “africanidade”, “brasilidade” e o “lusó”, o “afro” e o “brasileiro” circulando e compondo a ideia de “Lusofonia” como projeto político. Ao lado desta, também se percebe a dimensão da dialogia, ou seja, as redes de políticos e intelectuais, em âmbito internacional, nas quais Senghor circula. Em um terceiro viés, há a dimensão das recepções de Senghor percebidas a partir dos locais ao qual circulou no que se refere ao universo de uma suposta Lusofonia (Brasil, Portugal e as colônias

---

<sup>41</sup> (BENOT, 1969. ARMAB, 1967. ANTHONY, 1971. OTTAWAY, 1978. CAHEN, 1993. NGOENHA, 1993. MORIER-GENOUD, 2012. MARTIN, 2012. OTTAWAY, 2014. SAUL, 2014. AKYEAMPONG, 2017. WINGO, 2018. SAPPINO, 2018.)

<sup>42</sup> (BARRY, 2000. GRILLI e GERITS, 2020. DOUMBIA e DIOUF, 2020).

<sup>43</sup> (HERBST, 1990).

portuguesas no continente africano, com foco na Guiné). Seus discursos remetem à forja de uma comunidade de âmbito democrático pensada por e para todos os falantes de língua portuguesa, estendendo, para além da fonia, a partilha de um legado da “lusitanidade”.

A partir desta percepção, a língua portuguesa torna-se elemento de possível coesão para uma comunidade política a ser desenvolvida, pois esta possibilitaria o diálogo entre diferentes culturas, as quais tem uma história de contatos - designados por Senghor como “misturas”, “simbioses”, “expansões” e “mestiçagens”. Para o intelectual senegalês, o motor deste processo foi a colonização portuguesa – lida pelas lentes das teorias de Gilberto Freyre - aclamando a miscigenação enquanto criadora do Mundo Lusófono.

Uma “possível coesão” pois, tal como refletem Thomaz e Nascimento (2014, p.289), no Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa<sup>44</sup>, em seu verbete sobre “Língua”, esta seria “um ponto comum que conecta esses distintos territórios nacionais que se apropriam de forma tão singular e diferenciada da língua portuguesa” expressando “um movimento de aparente aproximação, mas que acaba por distanciar, um jogo de espelhos que, em lugar de refletir e convidar a uma experiência de identificação, antes deforma, produz e reproduz contrastes e, sobretudo, desigualdades.” (THOMAZ E NASCIMENTO, 2014, p.289)<sup>45</sup>.

Ao refletir sobre o conjunto do supracitado Dicionário que se pretende “reflexivo e em constante construção”<sup>46</sup>, percebe-se que alguns dos conceitos lá postos (como assimilacionismo, o crioulo/crioulização, desenvolvimento, desigualdade/igualdade, língua, mestiçagem e raça) também estão presentes na construção discursiva de Senghor no que se refere a Lusofonia, tratada como um conceito em uma rede de outros conceitos que sofrem modificações semântico-políticas. Tendo em vista a passagem do tempo e as modificações semântico-políticas, a Lusofonia definida por Senghor nos anos 60 e 70 está muito próxima dos

---

<sup>44</sup> Cito esta obra em diálogo com uma historiografia mais recente no escopo da Lusofonia que propõe uma análise pós-colonial, notando estudos que partem do campo literário e que desembocam em interpretações os quais tratam de questões antropológicas de “interculturalidade” (MARTINS, 2015.) ou até de “experiência estética” (VENANCIO, 2015). Nesta linha, há o argumento de que Lusofonia poderia funcionar como “um filtro na interação que os falantes de língua portuguesa, independentemente da relação que mantêm com este mesmo idioma (língua materna, língua segunda, etc.), estabelecem com o mundo exterior, com a realidade que os rodeia.” (VENANCIO, 2015, p. 436). Também está em dialogia com a obra de Miguel Vale de Almeida (2000 e 2008) e Manuela Ribeiro Sanches (2006). Em concomitância, há a interlocução com a perspectiva de Cahen (2010) que aponta para os “apagamentos” dentro da Lusofonia, demonstrando as realidades e status sociais incomparáveis e diferentes na dita “África de expressão portuguesa”.

<sup>45</sup> In: SANSONE, Lívio. FURTADO, Cláudio Alves. Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014.

<sup>46</sup> In: SANSONE, Lívio. FURTADO, Cláudio Alves. Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014.

significados de “Lusotopia”<sup>47</sup>, verbete disposto por Pina Cabral (2014) e certamente dialoga com o “ecumenismo”<sup>48</sup>, verbete disposto por Giumbelli (2014).

Já em relação ao proposto olhar “para além da fonía” sobre os legados de uma suposta “lusitanidade” enquanto expressão de uma cultura comum oriunda da colonização portuguesa, este trabalho dialoga com uma bibliografia que olha para um substrato histórico relacionado com o colonialismo português e o lusotropicalismo. Este último é definido por um discurso sobre o “modo português de estar no mundo”, inspirado na obra de Gilberto Freyre. Ao exemplo dos “administradores-etnólogos” portugueses que lançaram olhares essencializadores para os ditos “povos africanos”<sup>49</sup>, o lusotropicalismo disposto a partir de Freyre também essencializa e circunscreve os significados da cultura partilhada pela colonização portuguesa<sup>50</sup>, como a mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade. Estes pressupostos são colocados em Casa Grande & Senzala que foi obra lida e reproduzida por Senghor em seus discursos. Para além desta obra, vislumbra-se como Freyre olha para a língua portuguesa (e defende uma “língua

---

<sup>47</sup> Cito: “a lusotopia é o tempo/espaço oriundo da expansão histórica dos portugueses e das complexas interações posteriores que esse movimento implicou. A lusotopia manifesta as características que alguns autores identificaram por meio do conceito ecumene” (PINA CABRAL, 2014, p.305)

<sup>48</sup> Cito: “O ecumenismo define-se, genericamente, pelo projeto de gerar algum tipo de aproximação entre povos, grupos ou tradições atrelados a diferentes religiões.” (GIUMBELLI, 2014, p.123).

<sup>49</sup> Cabe apontar ao leitor que o projeto de pesquisa de doutorado emerge de uma problematização da relação de Léopold Senghor com a Lusofonia e do texto “Lusitanidade e Negritude” que é gerado subsequente à pesquisas sobre a produção antropológica colonial na região da dita “Senegâmbia” (Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau) entre as décadas de 1940-1960 o que possibilitou olhar para as relações (e fluxos) entre uma antropologia produzida por portugueses na colônia/província (no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa) e por franceses na colônia (IFAN). A partir de interpretações que consideraram o escopo da “biblioteca colonial” (MUDIMBE, 2013) assim como da problematização de uma “africanologia portuguesa” (ROQUE, 2006. MAINO, 2006) ou de um “saber colonial” (THOMAZ, 2002) produzindo uma “razão etnológica” (AMSELLE, 2014), foi defendida a dissertação de mestrado “O Enigma Bijagó: saberes coloniais em disputa no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa” (2017) no Programa de Pós-Graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e orientada pelo Professor Marçal de Menezes Paredes. A busca por perscrutar as redes formadas entre Portugal e França, entre Senegal e a Guiné dita Portuguesa, que são evidentes, assim a identificação de um fluxo de informações. Este substrato teórico e historiográfico também vem perpassado de experiência inicial de pesquisa com fontes dos ditos “viajantes do século XV-XVI” (ao exemplo do “caboverdiano”, André Alvares de Almada, Donelha, entre outros) assim como em pesquisas sobre o discurso histórico produzidos pela dita “Escola de Dakar” (MACEDO, 2017), ao exemplo de Cheikh Anta Diop. A partir deste lugar, a problemática desta pesquisa avança, no sentido de visualizar as formas com que se deram os processos de descolonização franceses e portugueses, como esta questão incide nas formas com que os projetos nacionais do Senegal e da Guiné-Bissau se sucederam. Esta base nos auxilia a tratar da relação tríade entre Senghor-Cabral-Spínola no que tange as negociações para a paz na Guiné sob o aspecto de um discurso cultural, olhando Spínola como herdeiro de um legado de produção de saber colonial pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa ao mesmo tempo em que Cabral também fez parte desta instituição.

<sup>50</sup> Uma analogia: ao exemplo do antropólogo português lusotropicalista, Jorge Dias, que produziu pesquisas etnológicas sobre o interior rural de Portugal e, a posteriori, utilizou a mesma metodologia e prisma para pesquisar sobre os “povos africanos”, pode-se ver que o visto discurso de “essencialização” cultural dos “povos africanos” também o vale para o “povo português” e o legado partilhado de uma “lusitanidade”. Dias defendeu que os portugueses teriam uma origem étnica miscigenada e heterogênea, o que levaria a promover a fusão racial pelos lugares que passaram e que a crença na igualdade do gênero humano permite-lhes amar mulheres de qualquer raça e olhar para o produto destas relações como frutos do seu amor. (SCHOLL, 2017, p.91).

tropical”), para o federalismo assim como para a relação da “lusitanidade” com a “latinidade” – conceitos subsumidos por Senghor.

Pode-se ver que, na historiografia considerada, autores colocam Freyre como um dos ideólogos da Comunidade Lusófona<sup>51</sup>, muito embora o pernambucano não tenha enunciado esta comunidade aos moldes de Agostinho da Silva. Transversalmente, consideram-se basilares as obras que revisitam Gilberto Freyre e o lusotropicalismo, produzidas a partir de fins da década de 90, como a tese de Cláudia Castelo, “O Modo Português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa” (1998) e outros trabalhos publicados na sequência (CASTELO, 2012, 2013, 2014) ou a obra “Lusotropicalismo: uma teoria social em questão” (1999) organizada por Adriano Moreira e José Carlos Venâncio, resultante de colóquio realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa. Estes ajudam a subsidiar a reflexão sobre como Léopold Senghor também reitera o discurso do lusotropicalismo e modula a sua abordagem política, sobretudo no que se refere a um olhar a respeito da cultura e língua como constituinte da Lusofonia, percepção esta que dialoga com a obra de Vamireh Chacon (2002) e José Carlos Venâncio (1996). Porém, tanto Venâncio quanto Chacon acabam por desconsiderar uma visão crítica que é apresentada por outra linha de interpretação sobre o lusotropicalismo cujos trabalhos problematizam a reiteração do discurso lusotropicalista e a crença em uma excepcionalidade da herança portuguesa relacionados a abertura à mestiçagem<sup>52</sup>.

Ao apontar para esta linha crítica em relação aos olhares sobre o lusotropicalismo, é imprescindível citar a edição número quatro da Revista Lusotopie, publicada no ano de 1997, que visa perspectivar o lusotropicalismo pela via da ideologia colonial e das identidades nacionais dentro do mundo lusófono, objetivando, tal como assegura o seu texto de prólogo, passar do “mito” para “objeto de pesquisa”, ou seja, problematizar criticamente o lusotropicalismo por diferentes vieses. Assim, é exatamente o texto de Michel Cahen (1997, pp.391-433), depois traduzido ao português, que visa problematizar a questão da institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Transversalmente, pode-se dizer que a Lusofonia, tratada na sua relação com a identidade portuguesa ou a chamada “hiperidentidade portuguesa” (LOURENÇO, 1999. ALMEIDA, 2017), quando pautada pela excepcionalidade da “herança” e pela abertura a “misturas”, apresentada pelo discurso lusotropicalista, aparece na bibliografia por dois vieses distintos: (I) “lusitanidade” e (II) “portugalidade”. Como exemplares destes, há Fernando Cristóvão (2008), que problematiza um caminho da “lusitanidade” à “Lusofonia” (viés I) e

<sup>51</sup> (FREIXO, 2007. FREIXO, 2015. EPIFÂNIO, 2017)

<sup>52</sup> (TORRALBA, 2002. THOMAZ, 2002. NETO, 2016. SKOLAUDE, 2016. NETO e SERRANO, 2017).

Vítor de Sousa (2017) que analisa a(s) lusofonia(s) na sua relação histórica com o Estado Novo/Salazarismo e problematiza a proveniência de uma ideia da “portugalidade” (viés II). O elemento comum entre os dois vieses coloca a Lusofonia como a síntese histórica de um processo. Porém, esta visão não é uníssona, pois há um terceiro tipo de análise, como apresenta José Filipe Pinto (2011), ao defender que haveria um processo (ainda) em curso de uma CPLP à uma “Comunidade Lusófona”, esta última muito mais voltada à um saudosismo do Império Português e com preocupações do espaço em que Portugal ocuparia na geopolítica internacional.

A relação da Lusofonia com a “lusitanidade” e a “portugalidade” é debatida criticamente na bibliografia<sup>53</sup>, no entanto, ainda há pouco debate sobre como a “africanidade” e também a “negritude” estão (mais ou menos) inseridas no debate sobre a Lusofonia, questão a qual este trabalho contribui ao debate, demonstrando que a figura de Léopold Senghor é incontornável ao tratar historicamente da ideia e das articulações políticas em prol da desejada Comunidade Lusófona. Olhando para a posta relação de Léopold Senghor com a Lusofonia, é necessário apontar se e onde esta já foi inscrita na historiografia. Dentre as referências supracitadas, Chacon (2002, p. 85), é um dos autores que refere à relação de Léopold Senghor com a Lusofonia. Cito:

O escritor e estadista Leopold Sedar Senghor, primeiro presidente do Senegal, ele próprio de ascendência afro-lusa, entendeu muito bem, apesar das naturais limitações da sua francofonia, como, “daqui para o futuro, mais consciente da sua rica singularidade, o Portugal Novo avançará numa dupla direcção; por um lado para reintegrar a Europa em construção – falo da Europa cultural – mas, por outro, para ajudar com o Brasil e elaboração de um mundo lusófono, nomeadamente ao nascimento, em África, de novos Brasis, cheios de força porque de sangue misturados e prefigurando o mundo do futuro’. (CHACON, 2002, p.85)

Ademais, Venâncio também possui publicação em que analisa a produção intelectual de Léopold Senghor em perspectiva comparativa com Amílcar Cabral e Franz Fanon (VENANCIO, 2014). No entanto, quando o autor trata de Senghor, o vincula somente ao Movimento da Negritude e à governação do Senegal e não cita a relação de Senghor com a Lusofonia. Ele restringe-se a analisar a crítica marxista que pesou sobre o senegalês, fazendo também um paralelo com o pensamento de Amílcar Cabral, arguindo que: “a sua capacidade de negociação, a sua capacidade de moldagem às circunstâncias, que, sendo, em princípio, uma qualidade positiva - que encontraremos, aliás, em Amílcar Cabral” (VENANCIO, 2014, p.189)

---

<sup>53</sup> (LOURENÇO, 1999. MARGARIDO, 2000. ALMEIDA, 2017. SOUSA, 2017.)



e que “nele, porque se tornou constante na sua prática política e intelectual, reverteu-se negativamente” (VENANCIO, 2014, p.189).

Cabe dizer que os autores que apontam para meandros da relação entre Senghor e a Lusofonia de fato produziram textos no campo da memória histórica. Dentre estes textos que aventam lembranças ou homenagens a Senghor, aponta-se a produção de Benjamin Pinto Bull (2002, 2010), quando vinculado como Professor Catedrático no curso de Licenciatura em Estudos Lusófonos na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Também há a transcrição da conferência produzida por Jean-René Bourrel, na Fundação Portugal-África (TULEKIAN e ÁLVARES, 2007).

Ao refletir sobre a inserção da figura de Senghor no debate da Lusofonia, retoma-se aqui a questão da apropriação do discurso lusotropicalista pelo senegalês quando de sua viagem ao Brasil (1964). Na historiografia, este evento é avaliado por Jerry Davila (2011), em capítulo da obra “Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)”, quando o autor problematiza a relação do governo brasileiro em tempos de ditadura civil-militar em relação à Portugal e as descolonizações africanas, citando a referida viagem como um marco de uma política voltada para a África. Este trabalho visa avançar na análise de Dávila (2011).

Ainda na historiografia brasileira, mesmo em relação a sua primeira viagem ao Brasil, Senghor aparece muito mais vinculado a questão do Movimento Negritude - pelo viés da apropriação política deste em solo brasileiro (NASCIMENTO, 2014) - do que de fato por sua atuação política enquanto chefe de estado senegalês, cuja reiteração do discurso lusotropicalista foi evidente. Nesta mesma linha de análise, Senghor também é inscrito na historiografia produzida em Portugal pelo viés do Movimento da Negritude<sup>54</sup> muito embora também apareça por sua atuação política vinculada à setores que estavam no poder após os Cravos, assim como acaba por ocupar consideráveis espaços dentro das Universidades Portuguesas, sendo tomado como um “lusófilo”<sup>55</sup>.

É necessário apontar que existe uma vasta produção bibliográfica, de natureza biográfica, histórica e literária sobre Léopold Senghor, sua vida e obra, sobretudo em língua francesa, produzido na França e no Senegal. Não se pretende debater esta ampla bibliografia no que se relaciona a uma análise pormenorizada da participação de Senghor no movimento da Négritude e de sua longa atuação política como Deputado da Assembleia Nacional Francesa, como negociador das descolonizações das colônias francesas e da construção do socialismo africano e da República do Senegal, assim como da sua participação em organizações

---

<sup>54</sup> (LARANJEIRA, 2000. MATA, 2015. MARTINS, 2017.)

<sup>55</sup> (CHACON, 2002. TULEKIAN e ÁLVARES, 2007).

internacionais, como na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tais temáticas aparecem entrecortadas neste trabalho e apresentam-se a serviço da questão central desta pesquisa.

Outro aspecto a ser ressaltado é a participação (ou até “paternidade” intelectual) de Senghor na criação da Francofonia<sup>56</sup>. Há uma vasta bibliografia sobre a Francofonia, sua história e institucionalização que também não será escrutinada por este trabalho, muito embora seja referida à serviço de um paralelo existente entre a Francofonia e a Lusofonia. Assim, pode-se dizer que a “caução *senghoriana*”, que é apresentada por Cahen (2010, p.2), ao refletir sobre a “África de expressão francesa”, também é válida para a Lusofonia – em sua trama e camadas de discurso por este trabalho analisada. Esta “caução” vai se relacionar com a reiteração de pressupostos e da vulgata lusotropicalista operada por Senghor. Em suma, pode-se dizer que o intelectual da Negritude e político articulador dos processos de descolonização, vai aceitar este lugar de “fiador” da identidade portuguesa ainda relacionada à experiência de séculos de colonialismo em diferentes momentos históricos.

A forma em que a Lusofonia foi definida por Senghor deve ser avaliada historicamente junto ao projeto da Comunidade Luso-Afro-Brasileira. A ideia de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira surge exatamente dentro do amplo debate do “lusobrasileiro” cuja adição do “afro” será analisada por este trabalho a partir de Agostinho da Silva, que é inscrito na história, para além de sua produção filosófica e literária, como um dos impulsionadores, idealizadores ou “pai” da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (FREIXO, 2007. SIEWIERSKI, 2009).

Esta atribuição à Agostinho da Silva aparece nas obras de Adriano de Freixo, sobretudo na tese de doutorado “Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia da lusofonia em Portugal” (2009), na qual olha, a partir do Brasil<sup>57</sup> para Portugal, problematizando a construção de um consenso nacional em torno da ideia da Lusofonia (nas últimas décadas do século XX) e demonstra como esta acaba por se tornar instrumento profícuo em prol da estruturação de uma comunidade de países de língua portuguesa. Neste escopo, a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” é vista como a baliza histórica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Já nos anos 2000, são publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores/Brasil, algumas obras, tal como “Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios”, organizado por Henryk Siewierski (2009). Na mesma direção, quando da comemoração do centenário de nascimento de Agostinho da Silva (2007),

---

<sup>56</sup> (TÉTU, 1987. DJIAN, 2005)

<sup>57</sup> A referida tese foi defendida na UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

foram publicadas outras obras, tal como “Presença de Agostinho da Silva no Brasil” (Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho), pela Casa Rui Barbosa, assim como um número especial da revista “Voz Lusíada” que tratou desta figura, dedicando artigos sobre a sua relação de “paternidade” intelectual da Lusofonia.

Percebe-se que a produção oriunda do Itamaraty se relaciona com o grupo vinculado ao legado de José Aparecido de Oliveira que para além de seguir carreira como político (Governador do Distrito Federal) e jornalista foi Ministro da Cultura durante o governo de José Sarney e Embaixador do Brasil em Portugal (1992 a 1996). Este incentivou o debate da língua portuguesa, entre eles, o acordo ortográfico, assim como foi impulsionador da institucionalização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta última somente foi instituída em 1996, após a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), ocorrido em 1989 em São Luís do Maranhão/Brasil<sup>58</sup>. Agostinho da Silva é inscrito por José Aparecido de Oliveira como:

O que me parece fundamentalmente importante é a presença dele [Agostinho da Silva] numa nova política para a lusofonia, de uma nova política para o desenvolvimento dos povos de Língua Portuguesa. Eu sei que ainda não há muita luz sobre este aspecto, sobre esse trecho da vida do Professor Agostinho que foi, aqui no Brasil, ao tempo do Governo de Jânio Quadros. Eu trabalhava com o Presidente Jânio, de forma que eu posso dar um depoimento seguro da influência que o Professor Agostinho da Silva teve na formulação da nova política exterior do Brasil naquele período, contemplando prioritariamente não só os países de língua portuguesa, mas o continente africano [...] E também fez despertar a nossa consciência, brasileira sobretudo, mas lusófona, com relação à África.

E entendia que era importante fazermos uma política de unidade, de fundamento da nossa língua comum. E isso foi uma abordagem que passou a ser feita e que chegou, inclusive, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. Mas na realidade, o verdadeiro formulador, o homem que deu esse fundamento filosófico, essa mensagem integradora do ponto de vista político, foi o Professor Agostinho da Silva. Ele foi o grande formulador de tempo novo na lusofonia. (OLIVEIRA apud SIEWIERSKI, 2009, p.174-175)

Assim, vincula-se a ideia da Lusofonia a um discurso sobre a Comunidade Luso-Afro-Brasileira. De igual modo, na historiografia produzida no Brasil sobre a Lusofonia, Agostinho da Silva é uma figura incontornável e vinculada à Política Externa Independente (PEI) do governo de Jânio Quadros e à criação do Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO

---

<sup>58</sup> Nesta ocasião, o Presidente Brasileiro José Sarney é o anfitrião. Em seu discurso de abertura do evento, remete a iniciativa da criação do IILP ao discurso de Adriano Moreira, feito em 1988, no Instituto Joaquim Nabuco na cidade do Recife/Pernambuco/Brasil.

(Universidade Federal da Bahia)<sup>59</sup>, os quais operacionalizam a aproximação de Léopold Senghor e do governo senegalês com o Brasil. Muito embora os intercâmbios do CEAO estejam bem estudados pela historiografia brasileira (REIS, 2010. JUNIOR, 2017.), a ideia da Comunidade Luso-Afro-Brasileira em circulação entre Agostinho da Silva e Léopold Senghor é uma lacuna na historiografia, a qual este trabalho visa suprir.

Já na historiografia portuguesa, vê-se que um dos primeiros autores a inscrever a ideia de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” foi o historiador Joaquim Barradas de Carvalho. Em 1974, ele lança “Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?” em que problematiza questões referentes a ideia da referida Comunidade. Carvalho foi um antislazarista comunista, que viveu por um tempo exilado no Brasil (1964), período em que foi vinculado à Universidade de São Paulo, circulando no grupo de sociólogos da USP, como Florestan Fernandes e o próprio Fernando Henrique Cardoso. Este último, nos anos 90, ocupa o cargo de presidente da República Brasileira quando ocorre a institucionalização da CPLP. Também cabe ressaltar que este historiador português é citado por Mário Soares (SOARES, 1995), quando este trata da Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Finalmente, pode-se apontar também para a relação entre Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares, no período em que o primeiro ocupava a presidência no Brasil e, o segundo, de Portugal; momento ao qual foram signatários políticos e intelectuais da Lusofonia – perpassados por inspirações lusotropicalistas - o que pode ser visto na obra “O mundo em português: um diálogo”, lançado em 1998, no Brasil.

Tendo Barradas de Carvalho como exceção, na historiografia produzida em Portugal, antes do processo disparado pelos Cravos, a ideia de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” era pouco tocada, muito embora o debate tenha sido retomado a partir da década de 80 como nos traz a pesquisa de Freixo (2007) ao olhar para os movimentos historiográficos e políticos portugueses. Segundo este autor:

É importante ressaltar que, na década de 1980, setores da elite política portuguesa – notadamente do Partido Socialista – e da intelectualidade progressista encamparam o ideal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que, nesse momento, se procurou construir um consenso nacional em torno da sua construção, através da ideia da ‘lusofonia’, uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI. (FREIXO, 2007, p.22).

---

<sup>59</sup> A retomada de pesquisas em fins da década de 2000 no Brasil sobre Agostinho da Silva como idealizador da Política Externa Independente e sua atuação como promotor, nas Universidades Brasileiras, de estudos afro-orientais se relacionam com o momento político em que o Brasil estava vivendo de incentivo à denominada Cooperação Sul-Sul e do aumento dos estudos sobre África e temáticas afro-brasileiras.

Assim, Freixo mostra que alguns intelectuais são colocados no debate e revistos pelo olhar de uma suposta paternidade da ideia da Lusofonia, tal como Agostinho da Silva. Este viés transparece, por exemplo, na obra de Renato Epifânio, professor vinculado à Universidade de Lisboa e presidente do Movimento Internacional Lusófono, que defende a importância da Universidade Portuguesa na construção da Lusofonia e a releitura da obra de Agostinho da Silva em Portugal, como “enunciador original” da CPLP.<sup>60</sup>

Sobre a abordagem teórico-metodológica que embasa este trabalho, inspira-se na história dos conceitos e história intelectual<sup>61</sup>, de forma a produzir uma interpretação histórica a partir de discursos políticos<sup>62</sup>, assim como cartas trocadas entre os atores, corroborando o aspecto discursivo com a pesquisa sistemática na documentação administrativa e diplomática das instituições envolvidas, em adendo a fontes de imprensa, de Portugal e do Brasil. Este conjunto de documentação dá acesso a uma trama discursiva que se organiza em diversas camadas temporais por este trabalho analisadas. Tal tem o intento de justapor, ao longo dos capítulos, um tabuleiro de contextos políticos nacionais das partes envolvidas na trama, mostrando algumas relações situacionais entre Portugal, Brasil, o Senegal e o dito “Ultramar Português” (já em contexto de guerra colonial).

Trata-se pensar, em um conjunto, a mobilização dos conceitos em relação aos seus contextos<sup>63</sup> – percebendo como eles se justapõem. Concomitantemente, o intento é investigar

---

<sup>60</sup> (EPIFÂNIO, 2011. EPIFÂNIO, 2017).

<sup>61</sup> Este trabalho inspira-se entre o campo da história dos conceitos e da história intelectual, dialogando com a abordagem contextual e a reflexão linguística, na busca de pensar os textos por sua internalidade e externalidade. Tais abordagens dão o suporte para melhor compreender conceitos de semântica histórica, atos de linguagem e a questão do “lance”, a formação discursiva e redes de intelectuais. A abordagem não pretende aplicar a teoria de algum autor específico na análise (como R. Kosellek, para pensar os conceitos ou as propostas de Dominick Lacapra ou o projeto de Quentin Skinner) mas utilizar sua abordagem como inspiração para pensar o problema central da tese.

<sup>62</sup> Trata-se de discursos políticos entregues ao público tanto de forma escrita quanto de forma oral. Estes são textos que serão interpretados a partir da abordagem teórico metodológica inspirado na ideia de que um texto se conecta a um conjunto de contextos que estão ligados entre si e com outros textos. Os textos, para Lacapra, são repletos de ideias (que podem ser contraditórias e/ou coerentes) e combinam, dentro de si, a relação com outros textos e contextos; neste sentido formam a famosa imagem proposta por Lacapra: “uma teia” de complexas relações. Neste âmbito, é interessante pensar junto a obra deste autor, o qual mapeou seis possíveis contextos para a análise textual: 1) A relação entre as intenções do autor e o texto, 2) A relação entre a vida do autor e o texto, 3) A relação da sociedade com o texto, 4) A relação da cultura com os textos, 5) A relação do texto com a obra do autor, 6) A relação entre modos de discurso e textos. A partir desta abordagem, tem-se em vista que os contextos interagem com o texto ao promover diálogos – que consideram tanto a interpretações de eventos do passado quanto a criações imaginárias/utopias/projetos/arquiteturas conceituais do autor assim como a interlocução com outros textos - que podem ser acessados pelo historiador ao estabelecer as relações entre muitos elementos.

<sup>63</sup> Tal visão é inspirada na história dos conceitos a partir de uma leitura do autor R. Koselleck. Sobre os problemas teóricos e práticos aventados pelo autor no que tange a relação da língua e da história (que bem cabe ao debate da *Lusofonia* assim como serve para compreender a obra de Senghor, lembrando que a primeira carreira do mesmo era professor de letras, linguística e literatura). Assim, pode-se dizer que a abordagem aqui escolhida intenta pensar os conceitos como fatos que se situam para além da língua (KOSELLECK, 1992, p.134-135) e que se tornam

as redes de intelectuais nas quais os conceitos circulam - sincronicamente e diacronicamente - visando perceber a construção de significados semântico-políticos para a Lusofonia. Objetivava-se, por fim, compreender este projeto político como produto do acúmulo de significados, olhando para o que os sujeitos estavam fazendo enquanto produziram ou proferiram o discurso<sup>64</sup>.

O objeto e abordagem deste trabalho, ao tratar de diferentes geografias e conexões, sugere uma interface com o campo da História Global (MAZLISH, 1998. BERG, 2013. HUNT, 2014. BRESCIANO, 2015. CONRAD, 2017.) ou da dita história intelectual global (SUBRAHMANYAM, 2015). Ademais, este trabalho possibilita suscitar um diálogo com a História Conectada (SUBRAHMANYAM, 1997), a qual pretende estabelecer conexões entre o local e o regional e entre o chamado supra-regional, refletindo sobre as ligações intercontinentais.

Muito embora estes sejam campos crescentes que dispõe interessantes análises históricas, ressalta-se, em diálogo com Cooper (2016), que as interações as quais organizaram o processo de descolonização e o posterior rearranjo dos estados independentes, por este trabalho analisados em relação a espaços específicos e projetos pontuais, são acuradamente interpretados quando tratados pelo conceito de “internacionalização”<sup>65</sup>. Assim, tende-se a problematizar como determinadas regiões de África se relacionaram com outras regiões, em uma perspectiva intercontinental e como estas se modificam ao longo do tempo ao observar “padrões de interligação, as escolhas e os constrangimentos” (COOPER, 2016, p. 206) que as ligações/conexões implicam, “bem como as consequências de diferentes tipos de ações sobre diferentes interfaces” (COOPER, 2016, p. 206).

Trata-se de explorar o “internacional” como “composto por múltiplos universos, a que corresponderam graus distintos de internacionalização” (JERÓNIMO e MONTEIRO, 2015, p.11-12) problematizando como se deram as condições políticas, sociais, econômicas e

---

concretos e atuam sobre uma realidade concreta, ou seja, os conceitos aqui tratados (*latinidade, lusitanidade, negritude, brasilidade*, etc) referem-se à expressão de algo situado no âmbito da cultura – a princípio intangível – mas que se colocadas na arena do discurso político são capazes de articular pessoas, modificando realidades políticas concretas em prol de um projeto político. Neste sentido, entende-se que o conceito articulado com um contexto que atua na realidade, transformando-a: trata-se do “emaranhado de textos e contextos” (KOSELLECK, 1992, p.137).

<sup>64</sup> Inspirado na ideia do contextualismo linguístico de Quentin Skinner (1999) que trata de realizar uma investigação olhando historicamente, ou seja, situando um ponto circunscrito do passado, uma existência singular, concreta, que pode ser datada e que gera o texto.

<sup>65</sup> Sabe-se que dentro do campo das Relações Internacionais há um amplo debate sobre o conceito de internacionalização, que não se pretende alcançar em sua totalidade neste trabalho. Olha-se para este conceito a partir da problematização realizada pelo historiador Frederick Cooper (2016) e em diálogo com outros historiadores.

culturais. (JERÓNIMO e MONTEIRO, 2015). Por conseguinte, ao olhar para as fontes, toca-se em documentações diplomáticas (como relatórios de embaixadas e correspondências) objetivando pensar sobre como os discursos dispõem a internacionalização do projeto da Comunidade Luso-Afro-Brasileira ou Lusofonia e como esta se relaciona com os trânsitos de Senghor.

Em outro viés, este trabalho também toca no debate sobre a nação e o estado, assim como sobre os nacionalismos, sobretudo quando evidencia as teorias de Senghor sobre estes conceitos, olhando para a concepção de nação (RENAN, 1982. BALAKRISHNAN, 2000. TINE, 2005. HUTCHINSON, 2010) e para o debate da "petite patrie" (THIESSE, 1995). Porém, não se restringe a uma narrativa centrada no Estado-nação, pois apresenta os diálogos, trânsitos, contatos e redes, tal como os projetos políticos que atravessaram as fronteiras nacionais, considerando os internacionalismos<sup>66</sup>.

Finalmente, ao retomar as diferentes escalas interpretativas que intitulam este trabalho - conceitos, diálogos e recepções – dispomos de uma estrutura dividida em três partes com três respectivos recortes cronológicos que explicaremos na sequência: Parte I: Dimensão conceitual de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira (1957-1964); Parte II: Diálogos em torno da Lusofonia (1964-1974) e Parte III: Recepções de Senghor no âmbito da Lusofonia após os Cravos (1975-1988). As balizas temporais que demarcam o início da análise (1957) e o fim da mesma (1988) se relacionam com as viagens de Senghor a Portugal.

A Parte I abrange os principais conceitos utilizados por Senghor em prol do projeto da Comunidade Luso-Afro-Brasileira, defendido em 1964, em viagem oficial ao Brasil. A primeira secção abre a análise com a primeira viagem de Senghor a Portugal (1957), quando este ainda era um Deputado senegalês na Assembleia Nacional Francesa, apresentando que é a partir deste evento que ele constrói um discurso sobre a “lusitanidade” e sobre sua suposta “gota de sangue portuguesa”. Apresenta-se o motivo de sua viagem que se trata do Encontro Internacional do Instituto das Civilizações Diferentes, abordando as redes de intelectuais ao qual circulou: salazaristas, lusotropicalistas e os membros da Casa dos Estudantes do Império para, por fim,

---

<sup>66</sup> Ao versar sobre internacionalismo e da questão do Estado-Nação conjuntamente, é útil perceber, tal como Jerónimo e Monteiro (2015, p.15), que: “não há nenhum paradoxo na afirmação simultânea do internacionalismo e de vários nacionalismos. O internacionalismo foi também, mas não apenas, o somatório de vários programas e experiências nacionais. Reforce-se, nunca existiu apenas um internacionalismo, antes vários internacionalismos que competiram entre si, perdurando, em momentos diversos, visões diferentes de internacionalismo e de princípio de ordenação internacional”. Desta forma, a abordagem do corrente trabalho permite perceber a convivência de diferentes internacionalismos, entre eles, os socialistas, os liberais e inclusive o dito imperialista (PARKER, 2015) ou inter-imperial (JERÓNIMO, 2015), assim como o Pan-africanismo, problematizando como “idiomas, configurações institucionais e repertórios de acção do internacionalismo e imperialismo interagiram e se condicionaram mutuamente durante o século XX.” (JERÓNIMO e MONTEIRO, 2015, p.18).

apontar as aproximações e afastamentos entre Léopold Senghor e Gilberto Freyre, em uma perspectiva analítica de história intelectual.

Na segunda secção, trata-se de problematizar em que momento (1959), lugar (Salvador/Bahia/Brasil) e autoria (Agostinho da Silva) emerge a ideia da Comunidade Luso-Afro-Brasileira – olhando para as formas com que o “afro” é adicionado no debate “lusobrasileiro” enquanto lance – preâmbulo importante para, por fim, mostrar como esta ideia circula até Senghor ao mesmo tempo em que são construídas aproximações políticas entre o Brasil e o Senegal (1960-1963).

A terceira secção trata da primeira viagem oficial do Presidente do Senegal, Senghor, ao Brasil. Propõe-se a avaliar o itinerário de sua viagem e problematizar de que forma efetua as defesas do projeto da Comunidade Luso-Afro-Brasileira, observando, nos subitens, como Senghor modula o seu discurso em cada lugar que circula (Rio de Janeiro, Salvador e Brasília) a respeito dos conceitos de “latinidade”, “lusitanidade”, “africanidade”, “negritude” e “brasilidade”.

A Parte II abrange os diálogos em torno da comunidade, ou seja, apresenta os indivíduos que se colocam em diálogo com Senghor no que se refere a projetos políticos em prol das descolonizações nas colônias portuguesas durante a guerra em curso no recorte de 1964 a 1974. Em cinco secções que exibem cinco diálogos, apresentamos as articulações políticas entre Léopold Senghor com Carlos Lacerda (Diálogo I), Amílcar Cabral (Diálogo II), António de Spínola (Diálogo III), Mário Gibson Barbosa (Diálogo IV) e Mário Soares (Diálogo V). Os diálogos, olhados em seu conjunto, visam demonstrar um arco flexível das relações de Senghor assim como do projeto da Comunidade Luso-Afro-Brasileira.

Por fim, a Parte III demonstra as diferentes formas as quais Senghor foi recebido em distintos espaços na Lusofonia (Portugal, Brasil e Guiné-Bissau) no período entre o marco da Revolução dos Cravos (Lisboa, 1974) até o ano da última participação oficial de Senghor em evento transcorrido em Portugal (Coimbra, 1988). Na nona secção avalia-se a “Recepção de Senghor em Portugal”, pautando o discurso da “Lusitanidade e Negritude”, subitem que discorre sobre a recepção de Senghor em Lisboa na Academia de Ciências de Lisboa (janeiro de 1975) e “Mestiçagem e Latinidade”, subitem que apresenta e problematiza a presença de Senghor, após sua aposentadoria política, em universidades portuguesas (com foco em Évora e Coimbra). Em secção subsequente, trata-se da “Recepção de Senghor no Brasil”, colocando em pauta como este político senegalês foi visto pelo viés da “Moderação Política” e como os conceitos de “Africanidade e Negritude” foram dispostos no debate a partir de viagens de Senghor ao Brasil (1973 e 1977). A secção final trata da “Recepção de Senghor na Guiné-



Bissau” problematizando a relação de vizinhança entre o Senegal e Guiné-Bissau antes do golpe de 1980 sob o prisma da “Cooperação e Solidariedade Africana” e por fim, reflete sobre as fronteiras linguísticas e políticas entre o “Crioulo, a Francofonia e a Lusofonia”.

## PARTE I

### **DIMENSÃO CONCEITUAL DE UMA COMUNIDADE LUSO-AFRO-BRASILEIRA (1957-1964)**

A dimensão conceitual, ou seja, como os conceitos se alocam em um discurso<sup>67</sup>, é elemento fundamental para compreender o projeto capitaneado por Senghor - expresso em nível de discurso e debate político<sup>68</sup>, com a formação de redes de intelectuais nos locais em que circula – assim como para entender o status em que Senghor atinge, posteriormente, entre 1969 a 1973, como um provável mediador em prol de uma solução política para problema da autodeterminação e da guerra nas colônias portuguesas, o que será tratado na Parte II deste trabalho.

A aspiração de uma comunidade conformada de forma transcontinental a partir de Portugal e de seu histórico de colonização no Brasil e nos territórios do continente africano já era ideia que circulava em diferentes formatos entre portugueses e brasileiros. Dentre as variações, em contextos e locais específicos, Senghor seleciona e modula discursos – o que será explicitado ao longo deste trabalho - na busca de capitalizar politicamente um espaço para si objetivando a construção desta comunidade possível – ao propor que a liderança emergisse de lugares outros para além de Portugal.

Nesse sentido, parte-se da premissa que Senghor pode ser interpretado por suas ambições de se colocar como um político cosmopolita lançando-se a partir do Senegal com o intento de extrapolar os limites nacionais, os quais, em suas teorias estariam fadados ao fim em prol de um ideal universalista a ser construído a longo prazo. Transversalmente, constrói um discurso que trata da cooperação entre os povos, do diálogo, da democracia e da paz.

---

<sup>67</sup> Ao tratar da “dimensão conceitual”, este trabalho coloca em evidência os conceitos que foram utilizados pelos indivíduos envolvidos na trama, tal como “latinidade”, “lusitanidade”, “negritude”, “africanidade”, “francidade”, entre outros (no francês nos textos de Senghor: latinité, lusitanité, négritude, africanité, francité). Tais conceitos fazem parte de uma teoria que é explicitada e contextualizada neste trabalho. Portanto, tais conceitos são inscritos entre aspas (“”). Há também o caso dos prefixos (“luso”, “afro”) que remetem aos conceitos supracitados. Já os movimentos políticos são grifados como nomes próprios, por exemplo, a Negritude ou a Lusofonia. Para o caso da “negritude” há uma duplicidade de significados: quando se trata do movimento político criado por Senghor, Césaire e Damas em Paris na década de 1930, este é tratado como Negritude – um substantivo próprio (Movimento da Negritude que abarcava, para Senghor, a “negritude”, que seria a expressão de uma ontologia negra, um ser negro no mundo). Também a Lusofonia é tratada como movimento político.

<sup>68</sup> Este trabalho evidencia em seu texto muitas citações diretas dos discursos proferidos de forma oral e dos textos políticos dos indivíduos envolvidos na trama da Lusofonia, na busca de colocar as fontes em contato direto com o leitor – e “ouvi-las”. A preferência foi inserir a citação direta na língua em que foi proferida – no caso do objeto desta pesquisa, o francês e o português – na maioria dos casos. Em alguns casos, não foi possível o acesso ao texto original do francês, assim, a citação é feita em português recorrendo à versão traduzida – questões apontadas em nota de rodapé.

Esta Parte I é dividida em três secções que consideram o recorte temporal de 1957 a 1964, balizados pela primeira viagem de Senghor a Portugal (1957) e pela primeira viagem de Senghor ao Brasil (1964). Demonstrar-se-ão as circulações de Senghor em distintas geografias e entre diversas redes de intelectuais, observando como e por quais inspirações Senghor apreende e articula conceitos<sup>69</sup> – “lusitanidade”/”luso”, “latinidade”, “negritude”, “africanidade”/“afro” e “brasilidade”/”brasileiro” – que forjam as bases (e as justificativas) para a constituição de um possível agrupamento político – a Comunidade Lusófona/Luso-Afro-Brasileira/Lusofonia.

---

<sup>69</sup> Os conceitos são vistos em uma perspectiva histórica, ou seja, não possuem significados fechados e se modificam ao longo do tempo. No entanto, dentro do discurso de Senghor e de suas teorias, pode-se definir os principais, para facilitar a leitura do trabalho, posto aqui em um “pequeno glossário” esquemático: “lusitanidade” - expressão de uma cultura que parte de Portugal e que vira obra colonial tramada nas benesses da miscigenação, seria perceptível pela forma de ser de um povo e por suas características, como a gentileza e a saudades. Não é sinônimo de “portugalidade”. “latinidade” - expressão de culturas que partilham da herança greco-latina, entre eles, a “francidade” e “lusitanidade”. “negritude” - expressão da cultura negro-africana em África e na diáspora, principal valor seria a “surrealidade”, ou seja, a percepção da realidade que conecta a razão com a emoção. “africanidade” - expressão que perpassa as culturas dos diferentes povos que habitam o continente africano, forjados na mistura de civilizações: negro-africanas, bérberes e dos colonizadores de Europa.

## 1 SENGHOR EM PORTUGAL: A “LUSITANIDADE” REIVINDICADA (1957)

*“Est-ce la voix ancienne, la goutte de sang portugais (...)*

*Goutte de sang ou bien Senhor*

*J’ai retrouvé mon sang,*

*J’ai découvert mon nom”*

(Elegie de Saudades, Nocturnes

Léopold Sédar Senghor, 1961)

Na “Elegie de Saudades”, publicada em “Nocturnes” (1961), o poeta Léopold Senghor, em um sentido intimista e identitário, reivindica uma “gota de sangue portuguesa” e uma origem lusitana para o nome de sua família, “Senghor”, que daria forma ao vocábulo “senhor”. Poesia essa que remete ao ano em que Senghor esteve pela primeira vez em Portugal, em abril de 1957, momento ao qual diz ter descoberto sua “lusitanidade” - em pesquisas na Universidade de Coimbra. Tal evento é rememorado, ao longo de sua trajetória política e intelectual, como argumento para fomentar sua aproximação com Portugal e os portugueses.

Para além do sentido poético da fala deste “poeta caído na política” (SENGHOR, 1964) – como ele bem se apresentava – esta parte do trabalho procura investigar os primórdios da intersecção do senegalês com o que ele vai chamar de “Mundo Lusófono”. Pretende-se refletir como o intelectual constrói um discurso, politicamente engajado e historicamente situado, a respeito do conceito de “lusitanidade”. Trata-se de pensar de que forma, conseqüentemente, almeja fazer parte da construção de uma Lusofonia enquanto projeto político de uma comunidade de língua portuguesa.

Cabe aqui ressaltar que a apresentação pública de uma origem portuguesa remete a um recorte da história do seu local de nascimento, Joal, cidade situada na costa na metade sul do Senegal, cujas primeiras relações de caráter colonial remetem a navegadores portugueses que fizeram daquela costa um entreposto comercial no século XVI, o que era originalmente uma região dos Povos Serere<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> Os Serere são um grupo étnico do Vale do Senegal, de linhagem matrilinear, que resistiu à expansão do islamismo na região, cuja estratificação social era organizada por castas e escravos endogâmicos (KLEIN, 1968). Tem uma tradição de resistência ao colonialismo francês. Parte do grupo converteu-se ao cristianismo ou sufismo. O pai de Senghor - Basile Diogoye Senghor - era de origem Serere e foi um rico comerciante que pertencia à elite católica da região. Casou-se com uma mulher de origem peul e islâmica - Gnilane Ndiémé Bakhou - e ficaram estabelecidos em Joal, na costa sul do Senegal. Léopold Sédar Senghor nasceu em 1906. Seus primeiros estudos foram realizados dentro de uma missão católica de Ngasobil, religião ao qual Léopold professou durante toda sua vida tal qual o seu pai.

Assim, a reivindicação identitária de Léopold Senghor no que tange à “gota de sangue portuguesa” e uma “lusitanidade”, remete diretamente a uma história partilhada – pela região da Costa da Guiné ou Senegâmbia<sup>71</sup> - de antigos contatos com os navegadores provindos de Portugal e de cristianização. É visto que Senghor aproxima-se do discurso político vigente oficialmente em Portugal, o qual glorifica um olhar sobre a história das grandes navegações e do pioneirismo português ao navegar nas costas africanas a partir do século XV. Tal abordagem é encampada nos discursos políticos de Senghor após sua viagem a Portugal em 1957. Neste contexto Senghor era deputado pela Assembleia Nacional Francesa<sup>72</sup>, representando o Senegal<sup>73</sup>, ao mesmo tempo em que ocupa um espaço importante de representação francesa dentro dos organismos internacionais<sup>74</sup>.

Para perscrutar as questões, esta secção é composta de três partes: a primeira (1.1) tem o foco na análise do Encontro Internacional do Instituto das Civilizações Diferentes, motivo da visita de Senghor a Portugal, em 1957, com enfoque na comunicação realizada por Gilberto Freyre na qual arguiu sobre uma comunidade lusotropical com base na língua portuguesa. Em função desta viagem, Senghor é convidado para uma visita à Casa dos Estudantes do Império, ocasião que é analisada na segunda parte (1.2), apresentando que Senghor abarca uma abordagem lusotropicalista a respeito do colonialismo português causando dissensões com os estudantes oriundos das colônias portuguesas. Já em uma terceira parte (1.3), consideram-se as aproximações e afastamentos entre Senghor e Gilberto Freyre, em uma perspectiva de história intelectual, problematizando como os olhares convergentes sobre a cultura e os significados da “lusitanidade” embasariam a conformação de uma possível comunidade política de fonia lusa.

---

<sup>71</sup> A Senegâmbia, segundo Thiaw (2012, p.1) trata-se de “um mosaico de espaços e populações, cujas histórias foram configuradas em decorrência de conflitos, negociações e acordos ao longo dos anos. A despeito dos esforços dos poderes coloniais e pós-coloniais com suas cartografias e suas múltiplas tecnologias de controle, visando fazer coincidir identidade e território, essa região é culturalmente um conjunto plural, um caleidoscópio de nações étnicas, correspondendo a identidades mais ou menos distintas.”

<sup>72</sup> Léopold Senghor inicia sua carreira como político em 1945 na Assembleia Nacional Francesa, ocupando cargo de deputado pelo Senegal até 1959, tonando-se, logo após, presidente da Federação do Mali e depois do Senegal independente (1960).

<sup>73</sup> O Império Colonial Francês implementou a representação política das colônias para o cargo de deputado na Assembleia Nacional, cuja tradição de deputados assimilados e negros provindos de Dakar, no Senegal, inicia-se em 1914 com Blaise Diagne. Para além de Dakar e da vizinha Goréa, outras duas cidades no departamento francês do Senegal, como Rufisque e Saint Louis, foram locais experimentais de aplicação da teoria da assimilação, em um projeto de modificação cultural dos “originários”. (MANNING, 1998). Nas primeiras décadas do século XX, Blaise Diagne é o principal político negro que traz a pauta dos direitos civis e políticos de uma elite assimilada, que vinham sendo atacados desde 1907 – por uma administração colonial contra a política de assimilação. Diagne consegue assegurar a cidadania francesa aos “originaires”.

<sup>74</sup> Tais como a Organização das Nações Unidas e a UNESCO. Senghor foi escolhido como político representante da França na UNESCO sobretudo foi observador e participante do processo que alavancava uma mudança de visão a respeito da questão racial e do combate ao preconceito de raça.

### 1.1 Encontro Internacional do Instituto das Civilizações Diferentes (1957)

Foi por ocasião do Encontro Internacional do Instituto das Civilizações Diferentes que Senghor viaja a Portugal pela primeira vez, em 1957. Nesta parte do trabalho, trata-se de analisar o transcurso deste evento a partir de alguns destaques dos intelectuais presentes, com foco em Gilberto Freyre. É como observador que Senghor adentra em uma rede de contatos com intelectuais em Portugal assim como assume o discurso da descoberta de sua “gota de sangue portuguesa”.

O “Institut International des civilisations diferentes” (INCIDI) foi originário do “Institut Colonial International”, criado em 8 de Janeiro de 1894, dentro do escopo do colonialismo belga. No pós-guerra foi referido como “Institut International des Sciences Politiques et Sociales Appliquées aux pays de civilisations differentes” (1946) e em 1951 torna-se “Institut International des Civilisations Differentes” - “INCIDI”, o qual cessa suas atividades em 1980. O Comodoro Manuel Maria Sarmiento Rodrigues<sup>75</sup>, em 1957, torna-se presidente do INCIDI e Lisboa sedia o trigésimo encontro do referido instituto, momento ao qual são recepcionados diversos intelectuais para debates dentro do campo das ciências sociais. Carvalho (1969), em relatório à vigésima nona reunião do INICIDI, relata que as reuniões do mesmo são feitas por pesquisadores de Centros Universitários Africanos e suas reuniões seguem os seguintes procedimentos: opta-se por temática, escolhe-se local, objetiva-se a construção de relatórios

---

<sup>75</sup> Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (Freixo de Espada à Cinta, 1899-1979) fez carreira como oficial da Marinha, destacando-se na área colonial, com vasta experiência e conhecimento que marcarão igualmente a sua ação política e administrativa. Frequentou a Escola de Guerra (1937) e entrou para o Estado Maior Naval, sendo, em 1939, promovido a capitão-tenente e a chefe do Estado Maior da Esquadilha de Contratorpedeiros. Frequentou a Escola Superior Colonial (renomeada mais tarde para Instituto Superior de Estudos Ultramarinos) entre 1940 e 1942, instituição aonde viria também a leccionar em diversos anos. Entre 1941 e 1945, no decurso da Segunda Guerra Mundial, comandou o contratorpedeiro Lima, desenvolvendo várias operações de salvamento de navios nos mares dos Açores (o qual era especializado pois foi chefe da Missão Hidrográfica das Ilhas Adjacentes). Membro de uma tendência conservadora liberal e maçónica que apoiou o Estado Novo, foi considerado um homem de tendências de “esquerda” dentro do regime de Salazar, que o levou a ser proposto por Marcelo Caetano para o cargo de Governador da Guiné, que exerceu entre 1945 e 1949. Aqui desenvolveu extenso trabalho na organização do território, e paralelamente impulsionou os estudos relacionados com a Guiné e a África Ocidental, criando, a colaboração de Avelino Teixeira da Mota, o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Em 1949 foi eleito deputado à Assembleia Nacional, tendo representado o círculo de Moçambique nas V, IV e VII legislaturas, entre 1949 e 1961, embora com o mandato suspenso em algumas sessões legislativas, devido à ocupação de cargos no governo. Em 1950 foi convidado para ocupar a pasta do Ministério das Colónias, depois titulada de Ministério do Ultramar, na sequência da reforma administrativa de 1951. Como ministro, e profundamente conhecedor do Extremo Oriente e África, implementou uma vasta reforma do sistema de administração colonial. Remonta ao seu mandato o início do desenvolvimento do I Plano de Fomento, que decorreu de 1953 a 1958. Durante o seu ministério realizou também uma viagem ao Oriente, visitando a Índia, Macau e Timor, em 1952. Ao longo da sua carreira, Sarmiento Rodrigues fez parte de diversas instituições internacionais, como seja o Instituto Internacional de Civilizações Diferentes a que presidiu em 1957. Foi vice-presidente do Congresso Internacional para a Coordenação das Pesquisas Científicas em África em 1958 e participou em inúmeras outras conferências e congressos no domínio dos estudos e desenvolvimento colonial. Um dos últimos cargos de relevo que desempenhou foi o de Governador Geral de Moçambique, de 1961 a 1964. (Fonte: Nota biográfica/Institucional da Fundação Mário Soares).

gerais a discutir em plenária e ouviu-se previamente um grande número de entidades, cada uma delas acerca da temática escolhida vendo a situação do problema no respectivo país.

Sarmiento Rodrigues foi considerado como uma “ponta liberal do regime” (MOREIRA, 1995, p. 274-275) e como homem “que mais sabia do Ultramar” (MOREIRA, 1995, p. 274-275). Atingiu reconhecimento internacional por meio do INCIDI. Tratando-se de um administrador e militar que havia ocupado altos postos administrativos nas colônias, Rodrigues, enquanto Ministro das Colônias (entre 1950-1955) foi o responsável pelo convite e pela viagem de Gilberto Freyre por Portugal e o Ultramar<sup>76</sup>, em 1951. É resultante desta viagem uma série de obras positivando o colonialismo português (como “Um Brasileiro em Terras Portuguesas” e “Aventura e Rotina”). Freyre acaba ocupando um espaço destacado na ideologia e propaganda internacional do regime salazarista.

Tendo em vista o contexto português, cabe dizer que é ao longo da década de 1950 que Portugal realiza internamente uma série de ajustes em sua legislação colonial, buscando alterar sua imagem perante o cenário global (CASTELO, 2012), com vista a uma remodelação de sua política externa – abrindo espaço para participação em organismos internacionais e na Organização das Nações Unidas, em 1955, ano que expressa uma nova conjuntura política internacional, evidenciada pela Conferência de Bandung, realizada em abril do mesmo ano, o qual estabeleceu a solidariedade entre os povos asiáticos e africanos contra o domínio colonial europeu.

Tal evento reforça o cenário internacional – lançado pela “Carta da ONU” (em 1955) que demarcou a autodeterminação dos povos e foi fortalecida pelo reconhecimento dos processos de independência de países no contexto mundial, tal como a Índia (1947), Indonésia (1949), Líbia (1951), Marrocos e Tunísia (1956) - reiterando fortes pressões anticolonialistas sobre Portugal. Concomitantemente, o estado português remodelava seu discurso para efeitos de propaganda interna – a favor da coesão nacional com base no “desígnio ultramarino”.

Em adendo a este contexto, segundo Claudia Castelo (2012, p.399), deve-se observar que:

No final dos anos 1940, início dos anos 1950 foram criadas várias agências multilaterais que contribuem para a internacionalização do desenvolvimento. É também na década de 1950 que se dão o alargamento e o aprofundamento da cooperação das potências coloniais no sentido de gerar desenvolvimento

<sup>76</sup> Segundo Silva (2008, p.36) “A ‘boa ideia’ e o ‘bom momento’ para convidar Gilberto Freyre a visitar o Ultramar português foram sugeridos pelo referido José Osório de Oliveira (então chefe de divisão de propaganda da Agência Geral das Colônias) ao Ministro Sarmiento Rodrigues, o qual teve a cautela de, antes de proceder ao convite formal, se certificar da sua receptividade junto de Salazar (a quem emprestou bibliografia) e do próprio Governo brasileiro.”. Sarmiento Rodrigues é o homem que projeta e acompanha a viagem, elencando o que pode ser visto (e o que não). Tal projeto validou o lusotropicalismo enquanto ideologia do império. (CASTELO, 1999; THOMAZ, 2002; MAINO, 2005).

através de programas técnico-científicos. Portugal participa plenamente nesse movimento, integrando os novos organismos internacionais – 1949, Conselho Científico da África ao Sul do Saara (CSA), grupo de aconselhamento composto por peritos; 1950, Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA) –, continuando a colaborar com organismos mais antigos (Organização Internacional do Trabalho, Incidi, etc.), participa ativamente nas conferências realizadas nos vários domínios do conhecimento.

É neste contexto que o Estado Novo encabeçado por Salazar patrocina a já referenciada viagem do intelectual brasileiro, internacionalmente reconhecido, Gilberto Freyre, pelo território português metropolitano e as colônias em 1951 – o “mundo que o português criou”. A viagem objetivou propagandar uma imagem positiva da colonização portuguesa – endossando a construção teórica do “lusotropicalismo”<sup>77</sup>: partindo desta conjuntura que o evento de 1957 deve ser olhado.

O Encontro do INCIDI em Lisboa teve como temática central escolhida “a consideração e o estudo de problemas de pluralismo étnico e cultural” (FREYRE, 1962, p.251) contando com a presença de intelectuais de diversas partes da Europa - visto que o Instituto era sediado em Bruxelas. Entre os representantes franceses (observadores) do evento, estava o então deputado da Assembleia Nacional Francesa e intelectual da Négritude, Léopold Senghor. Dentre os convidados de honra, estava presente o intelectual brasileiro Gilberto Freyre, que fez uma comunicação e comentários aos trabalhos.

Na ocasião, Gilberto Freyre<sup>78</sup> fez parte da altercação em relação às línguas com fim de evidenciar a “coexistência de duas ou mais culturas ou etnias, dentro de uma nação ou de uma comunidade” (FREYRE, 1962, p.251). O brasileiro relata que sua proposta de debate foi o estudo a respeito das línguas dentro do âmbito da cultura:

foi-me possível destacar naquele conclave de sábios, da língua portuguesa, que, no Brasil, tendo atravessado um período de coexistência com a tupi, terminou por ser a única língua pré-nacional, antes de ser a nacional, sem que o tupi tivesse sido atingido por opressão étnica ou cultural, caracterizada pela violência sistemática: O que se verificou foi a generalização, nos Brasis, da

---

<sup>77</sup> Os usos do lusotropicalismo fazem parte de um projeto maior no que tange a produção acadêmica em Portugal. Castelo (2012) vai mostrar que é nesse contexto que é criado dentro da Junta de Investigações do Ultramar (um dos principais espaços de circulações dos intelectuais portugueses entre a metrópole e as colônias), em 1956, o Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), por iniciativa de Adriano Moreira, que era professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, local em que se formavam os administradores enviados para o Ultramar. Castelo (2012, p.399) ressalta que “a ideia de criação do Centro foi formulada na sequência da participação de Adriano Moreira na Primeira Reunião da Conferência Interafricana das Ciências Humanas da CCTA, realizada em Bukavu (Congo belga), em setembro de 1955. Mais tarde seriam criados o Centro de Estudos de Antropologia Cultural (1962) e o Centro de Estudos do Desenvolvimento Comunitário (1963).”, o qual retrata um contexto de internacionalização dos espaços de produção de saber colonial português. É dentro destas redes de intelectuais que Senghor circula.

<sup>78</sup> Fala esta que está registrada na obra “Vida, Forma e Cor” (conjunto de textos editados e publicados pela primeira vez em 1961). Consultados na edição de 1962.



língua portuguesa pela conveniência geral das várias populações da América colonizada por portugueses. (FREYRE, 1962, p. 251)

Dentro de tal assertiva, tratava de defender um lugar específico para os colonizadores portugueses – dentro de um espectro de distintas nacionalidades europeias, tal como britânica, germânica, belga, entre outros.

Para Freyre, os portugueses seriam:

esse europeu menos etnocêntrico que todos os outros europeus nos seus modos de tratar com não europeus, tem sabido realizar obra notável de integração da sua civilização com as culturas em vigor entre as populações não-europeias, já senhoras de muitos mistérios tropicais. (FREYRE, 1962, p. 251)

Em sua argumentação, a língua portuguesa faria parte desta “natureza lusitana” que se misturava a outras “naturezas” que não as suas, conformando um “ideal de vida desenvolvido pelo português em contacto assim íntimo com o trópico” (FREYRE, 1962, p. 252). Isto conformaria uma “língua lusotropical”:

Esse domínio cultural do homem sobre a natureza diferente da europeia se fez através de uma língua em que a natureza estranha passou a ser definida, caracterizada e até interpretada de modo vivo e às vezes exato, graças a considerável assimilação de indianismos pela língua dos adventícios (...) E essa assimilação, com resultados de caráter estético que só tem feito enriquecer a nossa língua portuguesa como língua literária. (FREYRE, 1962, p. 251)

Dentro do debate da questão da língua portuguesa, Freyre apresenta um diálogo com “as páginas recentes que um intelectual português residente há anos no Brasil – o Professor Agostinho da Silva” (FREYRE, 1962, p. 252), sugerindo a leitura da obra “Reflexão à margem da literatura portuguesa” (lançado no mesmo ano do evento, em 1957) o qual sugere que “a partir do século XVII, começou a haver, no Brasil, para muitos portugueses, um ‘Portugal Ideal’ em contraste com o ‘Portugal real’.” (FREYRE, 1962, p. 252). Agostinho da Silva consagra que o “Portugal ideal” teria se desenvolvido no Brasil com Antonio Vieira, Alexandre de Gusmão, com Pero Vaz e Pero Lopes (SILVA, 1957), local ao qual se desenvolveu, segundo leitura de Freyre, “uma língua portuguesa que se abriu, como talvez nenhuma outra, das europeias, ao ‘saber de experiência feito’ de não europeus já integrados em espaços e ambientes tropicais” (FREYRE, 1962, p. 252).

Por meio deste argumento, Freyre vem a defender que um assunto de sua predileção era tratar o fato de que:

o de ter a civilização portuguesa deixado de ser apenas europeia, primeiro sob sugestão, depois, sob o impacto do trópico: impacto que vem atingindo em

cheio a língua portuguesa. Inclusive a sua estética. Sua forma. Suas predominâncias de formas e até cores. (FREYRE, 1962, p. 252).

Tal debate insere-se no que Freyre trata como campo da “sociologia da linguagem” da qual a língua portuguesa seria *sui generis*, entre as europeias, pois, “que é hoje também a língua de milhões de outros indivíduos, espalhados em áreas, tanto como a brasileira, portuguesas nas formas mais características de sua cultura” (FREYRE, 1962, p. 248). Portanto, a língua “portuguesa” seria uma língua que se imiscui, que se miscigena, que é “lusotropical”:

a língua portuguesa é a língua de um considerável conjunto de populações de cultura predominantemente lusitana espalhadas em áreas principalmente tropicais (...). O fato de virem se desenvolvendo no Brasil, como em partes do Oriente e da África, marcadas pela presença portuguesa, valores a que nenhum sociólogo ou antropólogo objetivo negaria a qualidade de civilizados, parece mostrar que não há incompatibilidade entre civilização e trópico (...). É a também notável expansão da língua portuguesa, como a língua conveniente, e até talvez se deva dizer, essencial, às populações tropicais das mesmas áreas; como língua geral ou supranacional das populações dessas áreas, sem prejuízo da conservação, para fins particulares, das suas sublínguas regionais ou tribais. (FREYRE, 1962, p. 248-249)

Naquele momento, Freyre foi mensageiro da ideia de que a língua portuguesa “já se tornou a de toda uma vasta comunidade – a lusotropical” (FREYRE, 1962, p. 249) com características que:

vêm destacando cada dia mais das línguas simplesmente neolatinas, pela crescente tropicalização de suas vozes, dos seus sons, do seu modo de corresponder a estilos e a conveniências próprias de populações de várias origens étnicas e culturais integradas em países quentes, dentro das normas de interpenetração ou de tolerância que tornam possível uma *pax lusitana*. (FREYRE, 1962, p. 249)

A partir deste olhar, a língua portuguesa, pensada como lusotropical, torna-se elemento aglutinador de uma nova civilização e expressão de uma cultura, a qual não se restringe ao território de um estado, Portugal, mas teria o cariz de uma comunidade – em um sentido transnacional. Esta língua que seria produto de uma “mistura harmoniosa” de diversos elementos conformaria uma comunidade que era posta por Freyre, no contexto após a Segunda Guerra Mundial, como a expressão de um novo paradigma – anti-racista, pacífico e harmonioso.

Cabe dizer que tal argumentação inseria-se em uma conjuntura internacional na qual foi deflagrada a batalha de Argel - em janeiro de 1957. Neste contexto, o exército francês procurou exterminar os focos da Frente de Libertação Nacional (FNL) causando um massacre da população civil. No evento específico que analisamos aqui, para além de conferência, está documentado que Freyre comentou os trabalhos de J. Braush e Luis Milliot, respectivamente

sobre o Congo Belga e a Argélia. Nas suas análises sobre o texto de Milliot e a política colonial francesa em território argelino, Freyre (1957) destacou que na Argélia haveria uma maior “pureza étnica” e menos “miscigenação” e, necessariamente, isto justificava o conflito e o afastava do modus operandi do “brando” colonialismo português.

Assim, voltando ao ponto central da arguição de Freyre em sua conferência, no que se refere a pensar uma comunidade política a partir da língua portuguesa – e necessariamente do caráter do “contato de culturas” pela via da assimilação – o que não era uma ideia nova para o contexto lusitano. Tais elementos remetem à ideia de uma “união Luso-Brasileira” assim como o projeto de construção de uma “nova e grande Lusitânia” – em que a tradição de Portugal se alia à jovem nação brasileira, cujos elementos aglutinadores seriam o Atlântico (a vocação marítima) e a língua portuguesa (GUIMARÃES, 2013). Faz parte do amplo espectro de propostas de conformação de uma comunidade entre Portugal e as colônias as ideias políticas de Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, o qual, desde a sua gestão como Ministro do Ultramar, buscou propagandar um plano de edificação de um “sistema federal-tropicalista” (SILVA, 2008) em articulação com a ideia de “Império Colonial Português”, criando uma imagem de reforma do colonialismo português, em termos de política interna e externa. Compõe parte desta ideia a aproximação com Gilberto Freyre, o qual foi ideólogo e entusiasta deste<sup>79</sup>.

O sistema federal propagandeado por Sarmiento Rodrigues teria duas intenções, considerando que tais se relacionam com o apadrinhamento da teoria lusotropicalista: o primeiro seria uma resposta à conjuntura internacional em prol da manutenção dos domínios do Ultramar perante um contexto de descolonização e o segundo, uma justificativa para a unidade nacional das populações do Ultramar e da Metrópole dentro do âmbito de uma ideia corrente: a federação. Em suma, a configuração do projeto político defendido por Rodrigues dentro do âmbito salazarista e da ideia de “Império Português” era: "a) uma centralização política do sistema federal; b) a igualização de direitos e oportunidades de instituições e populações, assim promovendo uma orientação jurídico-lusotropicalista e c) o incentivo do intercâmbio cultural e técnico entre os povos ultramarinos e metropolitanos." (FERRÃO, 1997, p.7)

A ideia de uma “lusitanidade” no sentido amplificado já circulava em Portugal, mormente em setores não ortodoxos dentro do regime salazarista e de sua administração colonial. Tal ideia já remete a um período anterior a Segunda Guerra Mundial, quando já

---

<sup>79</sup>Tal elemento será desdobrado na secção 2 deste trabalho.

circundava entre Portugal e o Brasil<sup>80</sup>, a ideia de uma comunidade política: a “Confederação Luso-Brasileira”<sup>81</sup> ou a “Grande Lusitânia”<sup>82</sup>, ideia a qual vai permanecer no pós-guerra. Portanto, pensar uma comunidade a partir da língua e cultura portuguesa fez parte de um amplo espectro político de possibilidades que se desenrolam ao longo do tempo, o que pode ser aventado, primeiramente, entre Portugal e sua antiga colônia, o Brasil, ideia esta que reemerge em outro contexto e com uma nova roupagem, respondendo às pressões anticoloniais cada vez maiores, a partir dos anos 60 e agora com relação à África – na possibilidade de criar “Novos Brasis” (CASTELO, 2014).

Percebe-se então que as diferentes ideias a respeito da configuração de uma comunidade forjada a partir da obra colonial portuguesa – envolvendo um Portugal “expansionista”, o Brasil e territórios no continente africano - o então “Ultramar Português” - assim como uma língua e

---

<sup>80</sup> A obra “Configurações Luso-Brasileiras – Fronteiras Culturais, Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)” de Marçal de Menezes Paredes apresenta, em uma perspectiva de história intelectual, as demarcações culturais entre fim do século XIX e início do século XX entre Brasil e Portugal. Paredes (2013) constata que, embora Brasil e Portugal estejam separados politicamente desde 1822, com a independência há uma atmosfera de troca e divulgação cultural que é mantida. Neste sentido, é perceptível uma referência comum entre as culturas portuguesa e brasileira. Paredes (2013) remete à Teófilo Braga quando este trata, em fins do século XIX, da reciprocidade entre Brasil e Portugal, “filhos da mesma tradição histórica”. A obra de Paredes oriunda de tese de doutorado defendida na Universidade de Coimbra destrincha as configurações ou significados dados ao “lusobrasileiro”. Já a tese de Mateus Silva Skolaude (2016) analisa as apropriações deste debate pelo “Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura” (1934-1937) que modularão, a posteriori, ideias que circulam e as redes de intelectuais as quais Senghor vai se inserir – do qual Gilberto Freyre está inserido - e estão tangentes nesta tese (para o contexto das décadas de 1960 e 1980).

<sup>81</sup> Virgínia Célia Camilotti em sua tese “João do Rio: ideias sem lugar” defendida em 2004 na UNICAMP analisa os objetivos da “Revista Atlântida – Mensário Artístico Literário e Social para Portugal e Brasil” fundada em 1915 por João de Barros (Portugal) e João do Rio (Brasil). Criada com o objetivo de ser ligação entre diversos lugares em que a língua portuguesa era falada. Camilotti (2004, p.354) vai apresentar que a revista “acabou por confluir um movimento que propunha ações mais concretas de organização de uma ‘Confederação Luso-Brasileira’, defendida junto a Sociedade Portuguesa de Geografia”. Andrade (2013, p.96) vai dizer que “Foi na hipótese da comunidade luso-brasileira, nas suas diferentes figurações sociais e políticas, que a revista acaba por encontrar a referência idealizada e compartilhada que serviu de trave mestra virtual. Sob a sua luz mirífica, tudo passaria a ganhar outra nitidez: o mensário confinar-se-ia ao seu título, o continente perdido ganharia designação contemporânea.”. De forma que pode-se ver a circulação da ideia da possibilidade de união política entre os falantes de língua portuguesa, neste caso, entre Portugal e Brasil – visto que as colônias africanas neste período ainda estavam em guerras de “pacificação”, as quais forjaram o domínio administrativo colonial por meio de massacres das dinâmicas locais africanas -. A convergência entre as ideias dos intelectuais do grupo da Revista Atlântida e da Sociedade de Geografia, tal como mostra Camilotti, relacionam-se já neste período com a ideia da “latinidade” (“integração latina”) que justificaria a união entre Portugal e o Brasil pela “questão da existência de ‘estados de alma’ passíveis de serem compartilhados coletivamente” (CAMILOTTI, 2004, p.355).

<sup>82</sup> A ideia da “Grande Lusitânia” ou “Lusitânia Expandida” foi lançada por Fernando Pessoa (1888-1935) ao tratar Portugal como um povo que se lançou ao mar e que se fez presente nos cinco continentes. Compartilha a ideia de uma pátria que é a língua portuguesa, ou seja, é subjacente a ideia de que a língua portuguesa é elemento que justifica uma união política, que vai além das fronteiras nacionais, e que faz parte de um legado relacionada à expansão marítima portuguesa forjando um patriotismo comum para além das fronteiras de Portugal: “O mar sem fim é Português”, dizia Pessoa. Em comparação às ideias da Revista Atlântida, Pessoa discordava da ideia de que o lusitano seria um “latino”, mas especificamente um “ibérico” - tal é evidente em seu texto “a não latinidade da Ibéria” presente no compêndio “Ultimatum e Páginas de sociologia política” (retirado do “Arquivo Pessoa”). Cabe dizer que o pensamento de Pessoa influencia diretamente Agostinho da Silva, estudioso e admirador de sua vida e obra – e por isso está presente aqui - o qual vai ressignificar a ideia da “Grande Lusitânia” na “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” para outro contexto, o que será analisado na próxima secção deste trabalho.

herança cultural partilhada – a qual pensava-se intimamente ligada com a “missão histórica de Portugal” que se expressava, então, em Sarmento Rodrigues, como “portugalidade”.

A “portugalidade”, conceito vinculado ao regime de Salazar e a construção dos significados sobre Portugal<sup>83</sup>, trazia em seu escopo o princípio da assimilação – presente desde o “Acto Colonial” na década de 30. Este é norteador de uma concepção de que para ser português é necessário despojar-se, no caso de um indígena americano ou africano, de sua cultura autóctone, ou seja, para Rodrigues, a sua “federação tropicalista” significa associar os “assimilados” à governação e uma política de desenvolvimento econômico e social<sup>84</sup>.

A assimilação enquanto amálgama da “unidade da nação portuguesa” é ideia corrente neste período entre os principais idealizadores e reformadores do Regime Salazarista em Portugal. Tanto Rodrigues quanto Adriano Moreira<sup>85</sup>, que ocupam altos postos políticos na administração nacional, expressam ideia semelhante. Moreira, também partícipe do evento aqui analisado, um ano antes, sintetiza bem como o princípio de assimilação foi desenvolvido dentro da ideia da “Nação Portuguesa” e da portugalidade enquanto um “fenômeno voluntário”<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup> Vitor de Sousa (2017) vai tratar na obra “Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia” proveniente de tese de doutoramento em Comunicação pela Universidade do Minho, um panorama recortando o desenvolvimento da ideia de “portugalidade” dentro do regime salazarista até a construção contemporânea da ideia de lusofonia, defendendo que esta última seria uma reciclagem das ideias políticas desenvolvidas durante do Estado Novo Português, ou seja, uma “herança e um troféu de guerra” (Sousa, 2017, p.11). Abordagem semelhante faz Onésimo Teotónio Almeida, professor na Universidade de Brown, cuja obra tem como título “A obsessão da Portugalidade” (2017).

<sup>84</sup> O vínculo entre administração colonial e desenvolvimento social dos “indígenas” vai ser revivido por António de Spínola em seu governo cujo mote era “Por uma Guiné Melhor” que vai ser analisado nas próximas partes deste trabalho e que vai reavivar a ideia da “portugalidade”.

<sup>85</sup> Adriano José Alves Moreira (1922 -) é jurista, professor e político português. Estadista que teve importante ação na qualidade de Ministro do Ultramar durante o Estado Novo (1961-1963) ao aplicar reformas. Como acadêmico foi grande divulgador e defensor da política colonial portuguesa. A lusotropicalologia foi fomentada por Adriano Moreira dentro da Universidade Portuguesa através da experiência da Junta de Investigações do Ultramar para funcionar junto do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), herdeira da antiga “Escola Superior Colonial”, espaço de formação dos administradores coloniais desde 1906. Em 1961, este espaço é integrado como ISCSPU na Universidade Técnica de Lisboa. Castelo (2012, p.393), analisando o processo de entrada da “vulgata lusotropicalista” nestes espaços académicos, vai dizer que nos 1950 há o princípio assimilacionista na Constituição junto ao lusotropicalismo como justificativa oficial do Estado português – em termos de política externa e para propaganda interna – na busca de “coesão e mobilização em torno do desígnio ultramarino (...)”. A capacidade de penetração das máximas do lusotropicalismo tanto no discurso das elites portuguesas como no do senso comum reside no fato de reelaborar algumas ideias anteriores sobre a especificidade da colonização portuguesa, dando-lhes credibilidade supostamente científica”. (Castelo, 2012, p. 393)

<sup>86</sup> “Precisamente, as províncias de Indigenato portuguesas, que hoje apenas existem no continente africano, são territórios integrados na unidade nacional, mas onde decorre uma situação colonial: a cultura portuguesa está ali em contato com a cultura indígena, considera que esta é inferior em muitos aspectos e pretende exercer uma acção valorizadora sobre as pessoas e os territórios. Essa acção é orientada pela assimilação dos povos indígenas para a cultura portuguesa e o objectivo final é o da igualdade de estatuto jurídico, político e económico de todos os portugueses, sem distinção de origem, raça, de cor e do território. Admite-se, todavia que as instituições tradicionais de cada povo, embora consideradas valorativamente inferiores, são a expressão da personalidade básica, e que a assimilação para a cultura portuguesa deve ser um fenómeno voluntário.” (MOREIRA, 1961, p. 41)

Neste sentido, a nação portuguesa é pensada por Rodrigues e Moreira, em consonância, de forma transcontinental em sua unidade, ou seja, abarca o território metropolitano e os territórios ultramarinos – em África e Ásia. Em especial, Rodrigues traz consigo um discurso considerado “liberal” dentro do Regime de Salazar, pois de fato não hierarquiza os territórios e coloca o dever de “engrandecer a Nação em África” e do “privilégio de ser Ultramar” (RODRIGUES, 1956, p.26) através da ideia do desenvolvimento econômico e demográfico, aventando até a possibilidade da capital do Império Português situar-se em outro lugar que não Lisboa, como Luanda, por exemplo.

Rodrigues sobre a “Unidade da Nação Portuguesa” (1956) diz que:

Somos tanto uma nação europeia, como africana, como asiática. As nossas províncias estão dispersas pelo mundo, mas todas são partes integrantes do território nacional. (RODRIGUES, 1956, p.21)

A África é para nós a vida e fez parte, com o Brasil, o Oriente e as Descobertas, a nossa razão de ser. (RODRIGUES, 1956, p.27)

De fato, há a ideia da unidade nacional transcontinental a partir de princípios comuns que foram construídos a partir dos “descobrimientos” e que forjaram valores para a Nação, ideia esta que o lusotropicalismo auxilia, enquanto discurso sociológico e histórico, a justificar:

Construímos a nação sobre o princípio da fraternidade dos povos, da fraternidade cristã e portuguesa, integramos pela força de sentimentos generosos, homens obscuros e primitivos na pátria portuguesa; em presença de velhas culturas, a força atractiva portuguesa pôde enriquecer a nossa pátria com valores novos. (RODRIGUES, 1956, p.25)

Por isso, o lusotropicalismo e Gilberto Freyre vão ser patrocinados pelo regime salazarista, assim como vão ser inseridos dentro dos espaços universitários sob tutela de Adriano Moreira, cuja pretensão era a forja de uma ciência, a “lusotropicologia”, que seria a mensageira de novas aspirações sociais com base na tolerância e fraternidade cristã, entre outros valores que seriam a expressão do “modo português de estar no mundo” (FREYRE, 1940). Neste sentido, Rodrigues considera:

O lusotropicalismo, como o eminente sociólogo definiu o sistema, pode ser considerado, no mundo de hoje, como a materialização prática e praticada das mais elevadas aspirações sociais dos políticos e sociólogos contemporâneos, de todos os países civilizados. (RODRIGUES, 1956, p.13)

Em uma análise que contrasta o pensamento de Rodrigues com o de Gilberto Freyre, há nuances, pois, quando o brasileiro trata dos sentidos de uma comunidade “lusotropical”, este coloca em evidência o sentido da “miscigenação”, ou seja, a “lusitanidade” – e não

“portugalidade”. A primeira abarca não apenas a cultura proveniente da península Ibérica, mas também todas as culturas ao qual teve contato ao longo da história, forjando o cariz “mestiço” da “lusitanidade”. Já em Rodrigues e Moreira, a expressão da comunidade seria “lusobrasileira”, ou seja, não se trata dos sentidos pautados na miscigenação que forjariam a “lusitanidade”, mas dos sentidos de uma “portugalidade” que traria em si a proposta de assimilação dos povos de outras raças no que tange ao processo civilizatório dos mesmos – o “melhoramento” de suas condições de vida e valores – por meio da transição voluntária para o seio da “portugalidade”.

Tendo em vista algumas nuances, é pelo viés da miscigenação que Gilberto Freyre se afasta dos intelectuais vinculados ao regime e se aproxima de outros tipos<sup>87</sup>, como Agostinho da Silva<sup>88</sup>, expresso antisalazarista e Léopold Senghor, os quais, por caminhos que se cruzarão através do Brasil, irão convergir nas defesas de uma comunidade de nome “Luso-afro-brasileira”<sup>89</sup> adicionando novos sentidos à “Comunidade Luso-brasileira”<sup>90</sup> defendida pelos administradores salazaristas. Dentro deste escopo, uma “lusitanidade” é lida de forma distinta a partir destes três olhares, conformando projetos políticos de comunidades que serão analisados em pormenores na secção dois deste trabalho.

---

<sup>87</sup> É através do apontamento destas nuances no que tange a plasticidade da obra de Gilberto Freyre que é possível compreender melhor uma adoção do lusotropicalismo por setores do amplo espectro da esquerda portuguesa. Ao longo deste trabalho, sobretudo o que tange o processo dos Cravos e as configurações políticas de Portugal após a revolução, a influência do lusotropicalismo em políticos de esquerda também será percebida sobretudo no que tange a construção da ideia de lusofonia, o que será debatido na Parte II e III deste trabalho.

<sup>88</sup> Agostinho da Silva aborda a questão da mestiçagem a partir de uma análise histórica da vida e obra do Padre Antonio Vieira. Também Freyre compartilhava da ideia de Padre Antonio Vieira como um dos precursores da defesa da mestiçagem.

<sup>89</sup> Tal será analisado em pormenores nas secções 2 e 3 deste trabalho.

<sup>90</sup> A comunidade luso-brasileira era ideia corrente dentro do Estado Novo de Salazar desde o Tratado de Amizade e Consulta. Foi fomentada fortemente durante o governo de Juscelino Kubitschek e durante o Regime Militar Brasileiro após 1966. Sarmiento Rodrigues, em 1965, esteve no Brasil. Realizou uma conferência no Real Gabinete de Leitura Portuguesa, fomentando a “comunidade luso-brasileira” cuja base seria a “consanguínea fusão de duas pátrias” (RODRIGUES, 1965, P. 9) tratando que: “Todos nós, Brasileiros e Portugueses, temos o mesmo direito de celebrar os fatos comuns que o poeta eternizou em estrofes lapidares (...) os ‘Lusíadas’, a materialização do mais poderoso instrumento para a unidade do nosso povo e sua projecção no futuro: a língua portuguesa. É que esta língua imortal, ‘última flor do Lácio, inculta e bela’ não é apenas expressão geométrica de pensamentos áridos, pois que dentro de si contém e traduz, sentimentos, afectos, modos de viver, ternura, saudade, que são inconfundivelmente luso-brasileiros, que são heranças das duas pátrias” (RODRIGUES, 1965, P. 8) e “Estou certo, meus amigos, que, tal como sucedeu no passado, seja qual for a ideologia que em qualquer tempo nos separe, havemos sempre de nos encontrar ligados nesse grande plano dos interesses superiores da Nação.” (RODRIGUES, 1965, P. 11)

## 1.2 Senghor na Casa dos Estudantes do Império (1957)

Na ocasião de sua viagem a Portugal em 1957, quando acompanha os debates supracitados, Senghor é contatado pelos membros da Casa dos Estudantes do Império (CEI)<sup>91</sup> para dialogar. Tal se justifica pelo fato de Senghor ser considerado ícone do movimento político da Negritude, o qual foi grande influenciador do pensamento anticolonial construído dentro da CEI.

A CEI foi instituição criada pelo Governo Português e se tornou incubadora das organizações políticas contra o colonialismo lusitano em África. Edmundo Rocha<sup>92</sup> (2017, p.61)<sup>93</sup> esclarece em testemunho das diversas fases que a Casa passou:

Com efeito, a Casa dos Estudantes foi criada para servir o regime mas, com o tempo, transformou-se no seu contrário, numa arma poderosa nas lutas antifascistas e anticolonialistas. Mais tarde, nos anos 48 a 50, apareceu a geração dos ‘Mais Velhos’, com nomes prestigiosos como o de Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Lúcio Lara, tendo alguns deles feito parte dos corpos gerentes da Casa dos Estudantes. (ROCHA, 2017, p.61)

A CEI é um local evocado como epicentro do movimento de contestação do colonialismo português e do regime, assim como da emergência do sentimento nacional nos

---

<sup>91</sup>A Casa dos Estudantes (CEI) do Império foi uma instituição estudantil, também um “círculo de solidariedade” e um “acto de cultura” (MATA, 2015) que existiu em Lisboa entre 1944 e 1965 e que reunia estudantes provenientes das colônias portuguesas que estavam em Portugal objetivando seus estudos superiores. Espaço de reunião e circulação de ideias que logo foi o cerne de um pensamento, inovador e rebelde, construindo um olhar sui generis para o continente africano e sua cultura e, politicamente, construindo um pensamento a respeito da descolonização. Em 1946 passa a editar a revista “Mensagem”. Inocência Mata (2015) trata este como um espaço de “consciencialização” mas também um “cantinho da saudade e o ponto de encontro com a terra distante”, marcada por um ativismo cultural e pela construção de um antagonismo ideológico com o salazarismo e o poder colonial, repercutindo politicamente na criação dos movimentos de libertação nacional nas colônias portuguesas e que iriam conduzir a guerra pela independência a partir de 1961, os quais, em grande parte, já integraria em 1958 o Movimento Anticolonial (MAC) antecâmara da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) em 1961, impulsionada por Amílcar Cabral e Aquino de Bragança. A estrutura da associação era composta por secções autônomas classificadas segundo as áreas geográficas as quais os estudantes provinham. Os presidentes de cada secção (Macau e Timor, o Estado da Índia, Moçambique, Angola, Guiné e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – este último dividia-se entre Guiné e Angola). Houve duas interrupções a gestão autônoma, democrática e aberta, instalando comissões administrativas externas e controladas pelo governo, em um total de seis anos. No ano de 1957 era o primeiro de retorno a uma gestão interna que foi assumida pelo angolano Paulo Jorge, cujo sucessor foi Carlos Ervedosa. Portanto, em 1957 foi um período de retomada da gestão pelos integrantes da CEI. Foram associados da Casa dos Estudantes do Império Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Fernando França Van Dúnem, Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi, Pedro Pires, Onésimo Silveira, Francisco José Tenreiro, Alda do Espírito Santo, Vasco Cabral, Pepetela, Alda Lara e tantos outros.

<sup>92</sup> Edmundo Rocha é angolano e foi associado da Casa dos Estudantes do Império. Formou-se em medicina. É autor de livros como “Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964), testemunho e estudo documental” (Dinalivro, 2009).

<sup>93</sup> Apud RAMALHO, Vítor (org). Casa dos Estudantes do Império, 50 anos – Testemunhos, vivências, documentos. Lisboa: UCCLA, 2017.



territórios africanos. Um dos contestadores foi Amílcar Cabral, bolsista da Casa dos Estudantes do Império de 1945 a 1952, período em que estudou agronomia. Sua atividade dentro da Casa foi expressiva, principalmente na fundação e colaboração com a edição da revista da instituição “A Mensagem” (1948 a 1952, total: 13 números). Ele assume a vice-presidência da instituição em 1951, mesmo ano em que junto com os moçambicanos e angolanos Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Alda Espírito Santo e Francisco José Tenreiro funda o “Centro de Estudos Africanos”, na casa de uma família oriunda de São Tomé e Príncipe.

Este Centro tinha por objetivo realizar reuniões periódicas que promoviam o estudo multidisciplinar de questões relacionadas ao continente africano. É através destas reuniões que as temáticas anticoloniais e pan-africanas são estudadas. Tais concentram-se principalmente na vertente francesa, a *Négritude*. O pensamento da *Négritude*, oriundo da França, muito instiga os debates ocorridos dentro da Casa dos Estudantes do Império e do Centro de Estudos Africanos, principalmente na figura de Senghor. A influência intelectual de Senghor em Amílcar Cabral nestes primeiros tempos é apresentada por Pires Laranjeira (1995) em sua tese, o qual interpreta haver uma “*negritude de língua portuguesa*” inspirada na de língua francesa.

Sobre a relação literária de inspiração entre Cabral e Senghor, percebe-se que o primeiro se torna um ávido leitor da *Négritude* neste período o que influencia o substrato do seu pensamento anticolonial. Segundo Cabral:

coisas de que eu nem sonhava, poemas maravilhosos escritos por Negros de todas as partes do mundo francês que falam da África, de escravos, de homens, da vida e das aspirações dos homens... sublime... infinitamente humano... Este livro [a *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*, organizado por Senghor] traz-me muito e, entre outras coisas, a certeza que o Negro está a acordar no mundo. (CABRAL apud LARANJEIRA, 1995, p.110).

Neste mesmo período, intercâmbios de materiais são realizados entre os intelectuais da “*Presence Africaine*”, revista ligada ao movimento da *Négritude* na França e alguns membros da CEI. Amílcar Cabral, Alda do Espírito Santo, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade tiveram trabalhos publicados em edição especial da revista *Presence Africaine* (“*Les Étudiants noir Parlent*”). Depois, Andrade segue trabalhando na revista em Paris.

Rocha (2017, p. 61) também testemunha que a “tomada de consciência política” tinha vínculo com os movimentos de esquerda portugueses. Concomitantemente, também era atrelada com as pautas políticas e culturais que a *Négritude* criada por Senghor, Césaire e Damas propunha, pelos vínculos de indivíduos – como Mário Pinto de Andrade - e com a

Revista *Présence Africaine*<sup>94</sup>, criada por Alioune Diop. Estes grupos situados em Paris pautavam e impulsionavam a luta anticolonial em contexto francês e serviram de inspiração para os movimentos que partiam da Casa em direção às colônias de origem dos estudantes:

A tomada de consciência política dos estudantes africanos mais velhos passou primeiro pela militância nos movimentos de oposição portuguesa, sobretudo no Movimento de Unidade Democrática, o MUD juvenil. Só muito mais tarde é que alguns deles viriam a ter relações mais estreitas com o Partido Comunista Português (PCP), tendo o Lúcio Lara participado no seu V Congresso, em 1957, no Estoril. Esta atitude de militância nos movimentos de oposição portugueses decorria da inexistência, nessa época, de movimentos africanos anticolonialistas estruturados e ativos nas colônias e da noção de que, radicados em Portugal, estavam obviamente impossibilitados de fazer um trabalho de politização das massas africanas; também a ideia emanada pelos ideólogos do PCP era de que a libertação das colônias passava prioritariamente pelo derrube do fascismo, ideia essa que travou durante anos a eclosão de um movimento anticolonial autónomo entre os estudantes africanos. (ROCHA, 2017, p.61)

Assim, o contexto analisado trata-se de um divisor de processos históricos na história da Casa dos Estudantes do Império – sendo vigente um período de perseguição pela Polícia Política (PIDE/DGS) e vínculos com as lutas antifascistas em Portugal<sup>95</sup>. Esta resultou no fechamento da instituição – que foi reaberta em 1956.

O ano de 1957 demarca um período de maior clareza em relação às diretrizes da luta contra o Regime de Salazar e contra o colonialismo português em África, demarcados pelo V Congresso do Partido Comunista Português (PCP) no Estoril e pela elaboração do Manifesto do Movimento Anticolonialista (MAC), evento perpassado pelo marco simbólico e exemplar da independência de Gana (em março de 1957).

Rocha (2017, p.62) testemunha que:

Houve, portanto, um longo período, até 1957, em que os ‘Mais Velhos’ participaram ativamente na luta antifascista, tendo alguns sofrido prisões

<sup>94</sup> A revista *Présence Africaine* teve sua primeira edição em 1947, fundada e editada pelo Senegalês Alioune Diop junto a um grupo de intelectuais em Paris. Seu nome original era *Présence Africaine: Revue Culturelle du Monde Noir*. Como o nome já diz, queria debater temáticas do continente africano na intelectualidade de Paris. (MUDIMBE, 1992)

<sup>95</sup> Fonseca (2017) vai apresentar cinco períodos na história da Casa dos Estudantes do Império. O primeiro seria se 1943 até a primeira Comissão Administrativa em 1952. Para ele, a nomeação da comissão administrativa – que demarca o segundo período – é o marco histórico da “percepção pelo qual o governo colonial-fascista evidencia que se apercebeu de que a orientação política do grupo maioritário de estudantes das colônias já tinha mudado e já não lhe era afecto” (Fonseca, 2017, p. 30) e que “a partir daí, a CEI é o palco de uma confrontação surda e complicada, tanto para os estudantes da colônia, determinados a lutar pelos seus direitos associativos, como para o próprio governo colonial-fascista, que quer continuar a controlar os estudantes mas sente as dificuldades que isso acarreta” (Fonseca, 2017, p. 31-32), pois entre 1952 a janeiro de 1957 foi o período de forte boicote e resistência a essa comissão. A partir de Fevereiro de 1957 foi implantada uma nova “Gestão Democrática da Casa”, que caracteriza o terceiro período – a visita de Senghor na CEI se enquadra neste contexto. O período democrático acaba em dezembro de 1960, quando é implantada uma segunda comissão administrativa, sendo os dois últimos períodos, entre 1960 a 1961 e 1961 até 1965, quando a Casa é encerrada, marcados pelo arrefecimento da vigilância por parte do governo, o que vem junto com o início da guerra colonial.

prolongadas e torturas nos calabouços da PIDE, caso de Ivo Lóio, de Carlos Veiga Pereira e de Agostinho Neto, tendo outros optado pelos rigores do exílio, caso do Marcelino dos Santos, de Mário de Andrade, de Aquino de Bragança e o meu próprio. E foi graças a essa participação na luta antifascista que os jovens africanos foram esclarecendo os seus camaradas portugueses sobre a cruel realidade do anacrónico, desumano e repressivo colonialismo português, num processo de mútua formação. Esta ação esclarecedora da realidade colonial teve certamente uma grande influência na tomada de posição do PCP a favor da autodeterminação e independência das colónias no seu V Congresso, em 1957. (ROCHA, 2017, p.62)

Assim, em 1957, por ocasião da presença de Léopold Senghor em Lisboa, membros da CEI realizam o convite a este intelectual, que para eles significava um ícone de suas lutas políticas e impulsionador de um movimento que era representativo da valorização da cultura negro-africana e da autodeterminação dos povos do continente africano.

O evento foi testemunhado por um grupo de estudantes os quais servem como fonte para perceber o teor da fala e as impressões pessoais dos ouvintes – visto que não foram encontrados registros oficiais do discurso proferido por Senghor. José André Leitão da Graça<sup>96</sup>, estudante presente no encontro, deixa o seu testemunho:

Para mim, por exemplo, o momento mais significativo vivido na CEI foi o breve encontro com Léopold Sédar Senghor, quando ele esteve em Lisboa integrado numa delegação francesa à Conferência sobre civilizações diferentes que teve algum eco no Diário de Notícias.

A notícia da presença em Lisboa do poeta senegalês – de quem já conhecíamos alguns poemas e a sua *Anthologie de La Nouvelle Poésie Nègre et Malgache d'Expression Française* – foi-nos dada por Fernando Mourão (nosso colega na Faculdade de Direito) que nas suas deslocações a Paris travara relações de amizade intelectual com o homem de letras africano e um dos chantres da Négritude, ideologia que então, atraía a nossa atenção.<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup> José André Leitão da Graça (Praia, Cabo Verde, 1931-2015) iniciou seus estudos em Cabo Verde e seguiu para Lisboa para estudar direito, mas não chegou a formar-se por conta de perseguições por conta de seu ativismo político contra o colonialismo português. Logo após 1957 seguiu no exílio para Gana e depois para Dakar, no Senegal. Defensor da independência de Cabo Verde nunca chegou a pertencer ao P. A. I. G. C. uma vez que entrou em choque com Amílcar Cabral por não concordar com a ideia da Unidade Guiné - Cabo Verde. Tornou-se em líder da União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (U.P.I.C.V) em 1963 (partido fundado em 1959 em Rhode Island, E.U.A. pelo seu irmão Aires da Graça). Volta à Cabo Verde depois do 25 de Abril de 1974 desenvolvendo atividade política (que foi impedida pelo PAIGC). Com a abertura política em 1990 ressurgiu como secretário-geral da U.P.I.C.V - R. (União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde - Reconstruída) partido com ínfima adesão eleitoral. Era colaborador do Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação. Escreveu poesias em português e em crioulo. Fundou a revista *África Negra*, órgão do seu partido. Graça (2012) apresenta memórias sobre seu período de exílio, exercendo sempre atividade literária e de edição de obras e periódicos: “Mais tarde, nos meus anos de exílio – anos 1960, em Dacar tive a oportunidade ainda de trocar algumas palavras com outro dos chantres da Négritude – o poeta martinicano Aimé Césaire, na livraria ClairAfrique onde ele inaugurava o ato de venda e autógrafa de seus livros. A minha escolha foi a biografia de Toussaint Louverture. E no autógrafa, considerava-o o primeiro dos anticolonialistas.”

<sup>97</sup> GRAÇA, J. A. Léopold Sédar Senghor na Casa dos Estudantes do Império. In: MUNANGA, K (org). *África única e plural: “Mélanges” em homenagem ao Prof. Fernando Augusto Albuquerque Mourão*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos, número especial, São Paulo: USP, 2012, p.281-282.

A presença de Léopold Senghor na Casa dos Estudantes do Império também é retratada por Helder Martins<sup>98</sup>:

Penso que será interessante relatar aqui um aspecto muito caricato que se passou em Abril de 1957. Leopold Sedar Senghor, que nessa altura era Secretário de Estado do Governo Francês, mas já indigitado para futuro dirigente do Senegal, fez uma visita de três dias a Portugal, nunca se percebeu bem porquê, nem para quê. Para Salazar, isso era de todo o interesse, pois servia para mostrar que dirigentes africanos aprovavam a política colonial portuguesa.

Nós na CEI, ainda com uma dose de ingenuidade, convidamo-lo para vir fazer uma palestra pública e pedimos-lhe uma audiência privada. Foi um sarilho para agendar estes encontros, pois sua secretária francesa punha o máximo de dificuldades, mas lá se agendou a sua vinda a CEI numa manhã, às 7:30 da manhã (hora mais imprópria não podia haver!), e uma audiência no seu hotel, no dia seguinte, ao fim da tarde, para uma delegação de no máximo três pessoas. (MARTINS, 2017, p.118)

Sobre o encontro no Hotel entre os membros da CEI e Senghor, Martins vai dizer:

No primeiro encontro no Hotel Tivoli, acompanhado de Fernando Mourão, às minhas perguntas diretas e de cariz anticolonialista respondeu Senghor com evasivas, ao mesmo tempo em que me sugeria uma viagem a Paris nas férias, o que infelizmente não pude concretizar. (MARTINS, 2017, p.119)

Martins também vai retratar:

Eu fui um dos que foram à audiência com ele no hotel. Lembro-me que outro dos participantes era Gentil Viana, mas não me recordo do terceiro elemento. Foi também uma coisa surrealista. Ele parecia que tinha medo da PIDE e nós que parecíamos estudantes de qualquer país democrático, que estivéssemos habituados a falar de política livremente. Nem uma palavra sobre o colonialismo português e só muito dificilmente conseguíamos que dissesse algo sobre a tal ‘evolução da África Francesa’, sobretudo para elogiar o ‘amor de De Gaulle pelos Povos de África’. (MARTINS, 2017, p.119)

Sobre a presença de Senghor, no dia seguinte, na Casa dos Estudantes do Império, Helder Martins vai dizer:

---

<sup>98</sup> Helder Martins nasceu em Maputo, Moçambique. Em 1953, foi estudar Medicina em Lisboa, onde se formou em 1961. Foi um ativista estudantil na Comissão Pró-Associação da Faculdade de Medicina e na Casa dos Estudantes do Império: teve um papel importante, primeiro, na luta para a cessação da 1ª Comissão Administrativa que foi imposta a esta Associação e, depois, na sua gestão. Foi um militante ativo contra o fascismo e o colonialismo. Incorporado no serviço militar obrigatório na Marinha, desertou em novembro de 1961, tendo ido para Tanganica onde foi aceite na UDENAMO. Foi fundador da FRELIMO. Participou na Luta de Libertação Nacional do seu país, tendo sido Diretor dos Serviços de Saúde da FRELIMO. No imediato pós Independência foi Ministro da Saúde durante 5 anos. Foi também funcionário sénior da OMS, onde depois de reformado, participou e dirigiu vários Comités de Especialistas. Foi docente em Saúde Pública em vários países. (Dados retirados do site da UCCLA. In: <<https://www.uccla.pt/noticias/lancamento-de-livro-sobre-casa-dos-estudantes-do-imperio-na-uccla>> Acesso em 31/01/2020>.

Quando veio à Casa (apesar da hora imprópria ainda conseguimos reunir cerca de 50 participantes) fez um discurso arreversado, que mesmo com tradução ninguém percebeu. Começou por dizer que ele era descendente de portugueses (difícil de acreditar, em virtude de sua cor de pele tão negra como só algumas tribos da África Ocidental têm) e por isso se chamava Senghor, que, segundo ele vinha do português ‘senhor’. Falou das excelentes relações luso-francesas, sem nunca empregar a palavra colonialismo e nem sequer falou do processo em curso na então ‘Comunidade Francesa das Nações Africanas’. Só respondeu a duas perguntas e fez aquilo a que vulgarmente se chama ‘fugir com o rabo à seringa’. (MARTINS, 2017, p.118-119)

Também Graça vai testemunhar que:

No dia seguinte, Gabriel Mariano, Aguinaldo Brito Fonseca, José Araújo e eu próprio estivemos presentes na sede da CEI, onde o ilustre intelectual proferiu de improviso uma palestra sobre a Lei-quadro que concedia à África francófona uma semi-autonomia, criticando, todavia, a reforma por não ter sido concebida num quadro federal, o que conduziria à balcanização da AOF... Porém, em flagrante contraste com a política ultracolonialista de Salazar! (GRAÇA, 2012, p.281)

A distância entre as expectativas dos estudantes da Casa em relação ao contato com o político e intelectual senegalês e o que de fato foi o discurso trazido pelo mesmo é claro, o que evidencia as diferenças de pensamento e diretrizes políticas que perpassam as questões relacionadas à descolonização, autodeterminação e vias para a independência política.

Senghor provinha de uma trajetória política dentro do partido socialista francês. Também possuía uma trajetória institucionalizada, sendo um dos redatores da Constituição Francesa que inaugurou a IV República. Portanto, alcançou altos postos políticos tendo em vista suas origens. Foi com esta experiência que Senghor dialogou com os estudantes, carregando consigo a defesa da “via girondina”<sup>99</sup>, ou seja, da moderação e do diálogo, inclusive no que tange aos colonialismos<sup>100</sup>.

Os estudantes da CEI, muito vinculados às leituras de uma esquerda ligada ao Partido Comunista – da qual Senghor desde 1945 era um crítico e opositor – percebem-se muito à distância das ideias de Senghor, que por mais que este fosse um defensor da “autodeterminação dos povos” e do “Espírito de Bandung”<sup>101</sup>, pertencia a outro espectro de posicionamentos a partir de sua vivência no contexto francês. Senghor trata de uma experiência de negociações – ou seja, de uma via política – em prol da autodeterminação das colônias e progressiva

<sup>99</sup> Dentro desta “via girondina”, ou seja, uma via política moderada olhada com desdém pelos setores mais radicais dos deputados africanos na Assembleia Nacional Francesa, sobretudo àqueles vinculados ao Partido Comunista Francês.

<sup>100</sup> Senghor foi portador de um discurso que passa a proferir a partir da década de 40 a respeito do “perdão colonial”, ou seja, é defensor de um processo negociado de autodeterminação das colônias e independências com a manutenção de relações políticas e econômicas com a metrópole.

<sup>101</sup> “Tocados pelo espírito de Bandung”, esta é a análise do contexto após 1955, asserção que Senghor vai proferir na Primeira Conferência de Escritores e Artistas Negros (1956), organizado pela Présence Africaine.

independência, sem radicalização política ou vias armadas. O testemunho dos estudantes apresenta o que Senghor tratou o processo da “Loi-Cadre”<sup>102</sup>, uma das etapas de liberalização do regime colonial francês<sup>103</sup>, como exemplar.

A aproximação dos estudantes da CEI supracitados com o contexto francês de mobilização em prol da autodeterminação dos povos africanos e das independências se dava através das relações de Fernando Mourão<sup>104</sup> com os intelectuais franceses<sup>105</sup>, como Senghor, e àqueles vinculados ao grupo da Revista e Editora “*Présence Africaine*”.

As dissensões entre Senghor e os estudantes da Casa também é perpassado pelas leituras com relação ao lusotropicalismo e a obra de Gilberto Freyre, a qual tomou vulto internacional no que se refere aos olhares sobre o colonialismo português. Uma das primeiras e principais críticas ao lusotropicalismo foi feita por Mário Pinto de Andrade<sup>106</sup>, com o pseudônimo Buanga Fele, em 1955 na *Présence Africaine*<sup>107</sup>. Em “Qu’est-ce que ‘le tropicalismo’?” (“O que é o lusotropicalismo?”), Andrade/Fele vai dizer:

---

<sup>102</sup> A guerra na Argélia está correndo desde 1952, há a independência do Marrocos, da Tunísia e de Ghana, contexto ao qual fará com que a República Francesa, em 1956, aprove a Loi-Cadre: esta concede autonomia (com restrições) aos oito territórios da África Ocidental Francesa, descentraliza a administração de cada um dos oito territórios, introduz o sufrágio universal, concede autoridade às assembleias territoriais provendo um conselho de ministros e coloca um fim na política de assimilação, ou seja, pavimentou o caminho para as independências. As modificações delineadas por esta lei foram aprovadas por conta dos debates parlamentares provindos do exterior da metrópole – de África, muito embora o cenário, em 1956, já estava bastante radicalizado. Sendo assim, a lei foi alvo de muitas críticas, inclusive de Léopold Senghor, que de fato defendia a conformação de uma federação e não o processo de balcanização administrativa.

<sup>103</sup> Após a “Loi-Cadre” que é entendida como esse processo de liberalização ocorre a “crise de Maio de 1958”, que emerge por conta dos conflitos na Argélia. Esta leva o General Charles de Gaulle novamente ao centro do poder. Governando por decretos, é aberta uma nova Assembleia Constituinte que irá instituir a Quinta República e a substituição da União Francesa pela Comunidade Francesa.

<sup>104</sup> Fernando Albuquerque Mourão (Rio de Janeiro, 1934-2017) estudou direito em Coimbra e foi vinculado à Casa dos Estudantes do Império. Teve um importante trânsito durante fins da década de 50 entre Paris junto ao grupo da *Présence Africaine* em Lisboa, com os estudantes da CEI. Foi amigo de Senghor. Volta ao Brasil antes do golpe de 1964. É um dos integrantes da célula do MPLA no Brasil. É jornalista do O Estado de São Paulo. Em 1965 é um dos criadores do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. A partir de 1971 é professor titular no Departamento de Sociologia. Teve uma importante atuação nos estudos africanos produzidos no estado de São Paulo.

<sup>105</sup> Graça (2012, p.281-282) vai testemunhar: “Graças ao Mourão, o Manuel Duarte e eu estivemos ao corrente do que se passava em Paris entre os estudantes africanos francófonos e tivemos acesso às publicações da *Présence Africaine*, onde trabalhava Mário Pinto de Andrade. Foi ainda através de Fernando Mourão que travamos conhecimento com o escritor antifascista Castro Soromenho.”

<sup>106</sup> Mário Pinto de Andrade (Golungo Alto, Angola 1928-1990) foi um ativista político angolano e escritor, como político foi fundador e primeiro presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Fez parte da geração dos “mais velhos” da Casa dos Estudantes do Império junto a Amílcar Cabral, Viriato Cruz, entre outros. Em 1951 é um dos fundadores da experiência do Centro de Estudos Africanos. Em 1954 parte para o exílio em Paris por conta das perseguições da PIDE. Foi chefe de redação da *Présence Africaine* entre 1951 e 1958. Pires Laranjeira (1995) apresenta que Andrade foi um dos arautos de uma Negritude de Língua Portuguesa.

<sup>107</sup> Revista *Présence Africaine*, v. 9, n. 5, out.-nov. 1955. Citações em Português retiradas da tradução publicada no Jornal Para Todos. Recorte consultado no Arquivo da Fundação Mário Soares. Pasta: 04352.010.002Título: “Que é o ‘Luso-tropicalismo’” de Buanga Fele (Mário Pinto de Andrade). Data: Quarta, 23 de Maio de 1956. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade – Fundação Mário Soares.

Freyre se recusa em ver o funcionamento do aparelho colonial como sendo antes de tudo uma empreitada econômica dirigida por um poder político. Essa recusa é a maior fraqueza da sua sociologia (...). No fundo, a mestiçagem foi largamente praticada no Brasil não em virtude de considerações morais ou visão política, mas por uma simples circunstância o número extremamente reduzido de mulheres. (FELE, 1956, p. 14).

Andrade vai criticar os pressupostos do lusotropicalismo de Freyre, o qual amenizaria a violência do colonialismo enquanto sistema<sup>108</sup>, cujos mecanismos são a assimilação e a segregação. Por tabela, entende-se também que há uma divergência entre os posicionamentos de Senghor – que também amenizava a violência da colonização enquanto mal necessário em prol do contato de culturas e da simbiose (SENGHOR, 1964). Com relação a esses tópicos, Andrade apontará a falta de rigor ao lançar o mesmo olhar para o colonialismo português no Brasil e em África:

Segregação e assimilação são formas políticas através das quais a colonização garante os seus privilégios contra a legítima vitalidade dos povos colonizados. Trata-se de manter uma barreira entre os níveis de vida das duas populações e de evitar que a direção político-econômica seja disputada contra o europeu. Contudo, a assimilação e a segregação assumem formas diversas segundo características históricas, demográficas e econômicas do complexo colonial (...) Portugal é demasiado pobre pela sua demografia e recursos metropolitanos para que a segregação possa obter resultados nas suas colônias da África a não ser pela limitação sistemática da ascensão social dos autóctones e pelo sacrifício de uma parte do branco. Os compromissos são difíceis de evitar nos meios pobres. No Brasil e nas colônias africanas via-se por vezes o português aceitar cumprir tarefas que os outros europeus consideravam indignas de branco. (FELE, 1956, p. 14).

Bem, aqui está o corolário: uma parte da África, da Ásia, da Oceania e da América dominada por um pequeno número de portugueses valentes que traziam no sangue a herança tropical do cruzamento com os mouros e carregavam a marca de uma unidade de sentimentos e de cultura. Não sabemos justificar melhor a colonização portuguesa. (FELE, 1956, p. 14).

Mário Pinto de Andrade, no período analisado, estava engajado na luta anticolonial<sup>109</sup>: em sua perspectiva, uma das consolidações da construção cultural da luta foi a compilação da

---

<sup>108</sup> Freyre afirmava que a marca das terras descobertas e colonizadas por Portugal não teria sido a de “terras violadas ou conquistadas à força bruta, mas docemente assimiladas” (FREYRE: 1953b, 230). Também Freyre diz que: “Sem coação da parte do europeu, não teria se dado a tão violenta revolução social como a representada por este deslocamento do trabalho agrário das mãos da mulher para as do homem. Sem coação, só, não. Sejamos francos e empreguemos a expressão exata: sem escravidão. Foi o regime de trabalho escravo que permitiu ao português, nos primeiros séculos de colonizador europeu da África, fazer o homem de Angola trabalhar contínua e regularmente nos campos” (FREYRE, 1953a, 405).

<sup>109</sup> Sabe-se que em novembro de 1957, Amílcar Cabral e Viriato da Cruz convocaram Mário Pinto de Andrade, Guilherme Espírito Santo e Marcelino dos Santos para Reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta nas colônias portuguesas. Foi feito um texto datilografado, não assinado e datado da “Europa 1957” – que está nos Arquivos na Fundação Mário Soares”, que se trata de uma Declaração de Princípios assim como Resoluções adoptadas. O mais importante resultado desta *Reunião* foi, pois, o lançamento do designado Movimento Anticolonialista para a Libertação das Colônias Portuguesas, que ficou mais conhecido por Movimento

poesia negra de expressão portuguesa – tal qual a francesa, materializada pelo Movimento da Negritude na década anterior. Em 1958, Andrade organiza a obra “Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa” tal qual Senghor havia organizado, uma década anterior, a “Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache” (1948).

Na “Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa”<sup>110</sup>, Andrade também insere crítica ao lusotropicalismo:

(...) como um movimento de integração de valores tropicais na cultura lusitana ou de circulação de produtos em áreas de influência portuguesa; nunca como uma harmonização de valores europeus (lusos) com os africanos ou orientais”. “Traduz-se sempre na prática de uma desestruturação social dos quadros negro-africanos pela criação de uma elite assimilada” [Os “portugueses” de 2ª classe]. (ANDRADE: 1958, X-XI)

Tendo isto em vista, tamanho foi o distanciamento, quando em 1957 em Lisboa, os membros da CEI encontraram Senghor com um discurso que era simétrico aos pressupostos do lusotropicalismo - no que tange à “benevolência” do colonialismo português. Estas noções sobre o colonialismo português foram amplamente divulgadas, em nível internacional, assim como acolhidas por diversos setores. Tal evidência é testemunhada por outro membro dos “mais velhos” da CEI, Amílcar Cabral. Este relata que na Conferência dos Povos Africanos, em 1958 realizada em Tunes<sup>111</sup>, ouviu de um “colega africano”: “Ora, o caso de vocês é diferente. Não há problemas entre vocês e os portugueses” (CABRAL, 1969, p.11-12). Assim, devido ao vulto que tomou o lusotropicalismo como um “protetor ideológico” do colonialismo português, Cabral torna-se um crítico do mesmo:

Criou-se um mito com todas as peças. E como todos os mitos, sobretudo quando eles dizem respeito à dominação e exploração dos povos, não lhe faltou o ‘homem de ciência’, no caso um sociólogo renomado, para dar-lhe uma base teórica: o lusotropicalismo. Gilberto Freyre confundiu, talvez involuntariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades sócio-econômicas, históricas, e fez de todos nós, povos das províncias das colônias portuguesas, os bem-aventurados habitantes do paraíso tropical). (CABRAL, 1969, p.11-12)

Portanto, há a cisão que vai acompanhar as relações de Senghor com alguns setores dos movimentos de libertação das colônias portuguesas e que é perpassada por diferentes visões,

---

Anticolonialista (MAC). MAC vai agrupar os estudantes africanos da Casa dos Estudantes do Império (CEI). (SOUSA, 2003)

<sup>110</sup> ANDRADE, Mário Pinto. Antologia da Poesia Negra de expressão Portuguesa. Paris: Pierre Jean Oswald, 1958.

<sup>111</sup> O Partido Africano para a Independência - PAI (antecessor do PAIGC) só vai afirmar-se publicamente nas intervenções dos representantes do Movimento Anti-Colonialista (MAC) na II Conferência Pan-Africana, realizada em Tunes, em fins de Janeiro de 1960. Neste contexto, há o texto definitivo do Manifesto do MAC onde o PAI aparece, ao lado do MPLA, como um dos fundadores do MAC, de que ambos constituíam depois, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN).



assim como filiações políticas. O apoio de Senghor ao anticolonialismo sempre foi presente, porém os termos da conquista da autodeterminação e independência política – enquanto coisas distintas<sup>112</sup> – evidenciam as diferenças.

### 1.3 Entre Léopold Senghor e Gilberto Freyre

*“Eis porque Gilberto Freyre – para citar apenas este - se nega a falar ex-cathedra, e avança, para além das estatísticas, até a experiência e a língua infalível do povo, que ele fez viver.” (Léopold Senghor sobre a obra de Gilberto Freyre, 1964)<sup>113</sup>*

*“[a Nêgritude é] mística sem lugar no Brasil” (Gilberto Freyre sobre o Movimento da Nêgritude, 1971)<sup>114</sup>*

Esta parte do trabalho emerge como um exercício de aproximação das definições conceituais entre Léopold Senghor e Gilberto Freyre, percebendo que tinham uma leitura antropológica de cultura e uma percepção do entrelaçamento entre esta e a política. Trata-se de pensar que, de experiências distintas, ambos partilhavam de concepções que eram próximas, desembocando em um tratamento simétrico da mestiçagem como elemento significativo para entender a “latinidade” e “lusitanidade”.

Portanto, pretende-se de evidenciar a aproximação intelectual dos dois autores, pensando conceitos e teorias, exercício essencial para entender, por fim, o uso positivo que Léopold Senghor fez da obra de Gilberto Freyre quando tratou da questão da Lusofonia como fim negociado para a guerra colonial. Esta seria conformada pelas independências do Ultramar Português dentro do escopo de uma comunidade entre Brasil, Portugal e os Territórios Ultramarinos. Assim, a utilização do discurso lusotropicalista e o apelo à obra de Freyre aparentemente seriam uma incongruência, por este justificar o domínio colonial português no

---

<sup>112</sup> Michel Cahen (2012) no texto “Anticolonialism & Nationalism: deconstructing synonymy, investigating historical processes: Notes on the Heterogeneity of Former African Colonial Portuguese Areas.” vai apresentar uma discussão conceitual a respeito do “anticolonialismo” e “nacionalismo”, demonstrando amplamente e com profundidade que independência e descolonização não são sinônimos. Neste ínterim, Cahen classifica que há três tipos de evoluções das independências e das relações entre os colonizadores e os ex-colonizados: independência sem descolonização, descolonização sem independência e independência com descolonização. Assim, pode-se ver que, entre os “freedom fighters” ou “nacionalistas africanos” há um amplo espectro de posicionamentos políticos e há várias soluções – políticas ou bélicas – perpetradas em cada contexto.

<sup>113</sup> Sessão Extraordinária realizada em 19 de setembro de 1964, 2795 da Fundação. Cópia digital fornecida pelo Arquivo da Academia Brasileira de Letras em 25/04/2018, p.18.

<sup>114</sup> FREYRE, Gilberto. Nêgritude, mística sem lugar no Brasil. Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, p. 16-23, abr./jun. 1971.

continente africano e a política salazarista. Vamos verificar estas nuances ao longo deste trabalho observando como Senghor modula os seus discursos.

Cabe dizer que a obra “Casa Grande & Senzala” é internacionalmente conhecida e é citada por Senghor tanto nos discursos políticos feitos no Brasil em 1964, quanto no famoso discurso “Lusitanidade e Negritude” realizado em Lisboa (1975). A referida obra foi publicada por Gilberto Freyre em 1933, propondo-se realizar uma interpretação histórica a respeito do Brasil. A tradução desta obra para o francês foi feita em 1952 (“Maîtres et esclaves”<sup>115</sup>), por Roger Bastide<sup>116</sup> (PALLARES-BURKE, 2005) com prefácio de Lucien Febvre, tornando-se bastante conhecida. Neste período, Senghor era deputado da Assembleia Nacional Francesa e circulava nos espaços universitários parisienses, contexto ao qual, possivelmente, teve contato com a obra, a qual se torna uma referência intelectual e política para Senghor no que concerne à interpretação da colonização portuguesa no mundo, assim como da história do Brasil e dos supostos “elementos” constituintes: o indígena, o português e o africano. Tais elementos serão depois reiterados em seus discursos pela via da “lusitanidade” e “brasilidade”.

De igual forma, é necessário ressaltar que a leitura de Senghor da obra “Casa Grande & Senzala” é perpassada pelo contexto francês a qual Senghor estava inserido e pela mediação de prefaciadores que apresentaram Freyre naquele espaço – Roger Bastide, Lucien Febvre e Fernand Braudel – assim como através das lentes de reivindicações de Senghor dentro do Movimento da Negritude em Paris na década de 30 – que o senegalês, ao ter contato com o autor e a obra – pela tradução em língua francesa - tinha percepções muito próximas das de Gilberto Freyre sobre a noção antropológica de cultura. Em “Le problème de la culture” (1950), Senghor vai definir cultura:

Mais qu'est-ce que la culture? Comme on la confond avec la 'civilisation', il est essentiel de distinguer les deux notions. Une civilisation est, d'une part, un ensemble de valeurs morales et techniques, d'autre part, la manière de s'en servir. (...) La culture pourrait être définie comme la civilisation en action, ou mieux, l'esprit de la civilisation. En effet, elle est le résultat d'un double effort d'intégration de l'Homme à la nature et de la nature à l'Homme. J'entends par nature le milieu physique (...) le milieu physique a informé non seulement les structures économiques et sociales mais jusqu'à l'art et à la philosophie.<sup>117</sup> (SENGHOR, 1964, p. 93)

<sup>115</sup> Traduit du portugais par Roger Bastide (Gallimard), Lettres Nouvelles, Vol. I, mars 1953.

<sup>116</sup> Tradução publicada em 1952 e reeditada pela Gallimard em 1974. Lembrando que Roger Bastide (1898-1974) foi um sociólogo francês que em 1938 veio para o Brasil, junto a outros professores europeus, para ocupar a cátedra de sociologia da Universidade de São Paulo, recém-criada. Bastide foi vinculado, posteriormente, ao grupo da Universidade Federal da Bahia e ao Centro de Estudos Afro-Orientais.

<sup>117</sup> Tradução livre: "Mas o que é cultura? Como é confundido com 'civilização', é essencial distinguir as duas noções. Uma civilização é, por um lado, um conjunto de valores morais e técnicos, por outro lado, a maneira de usá-la. (...) Cultura pode ser definida como civilização em ação, ou melhor, a esperança da civilização. De fato, é o resultado de um duplo esforço de integração do homem com a natureza e a natureza com o homem. Por natureza,

A cultura como “civilização em ação” formada por uma “integração do homem com a natureza e da natureza com o homem” também está presente em Freyre, desde “Casa Grande & Senzala”. Nesta obra, não há maiores teorizações, muito embora esteja subjacente em suas análises suas concepções de cultura – inspiradas em sua experiência acadêmica nos Estados Unidos da América junto ao antropólogo Franz Boas. Freyre relata sua filiação:

Foi o estudo de Antropologia sob orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separado dos traços de raça os efeitos do ambiente e da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar sobre os efeitos de relação puramente genética e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura se assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família. (FREYRE, 1977, p. 8)

Em suas interpretações do Brasil, Gilberto Freyre usa a noção de "espaço social", a qual compreende um conjunto de regiões e áreas geográficas, que abarcam diversidade cultural e que são socialmente unificadas pelo patriarcalismo, monocultura e escravidão. Neste âmbito, são condicionadas, mas não determinadas por elementos de área ou de região geológica, botânica ou físico-geográfica, ou seja, são adaptáveis a diferentes circunstâncias ambientais que forjam a cultura. Freyre ressalta o condicionamento, o que não significa um determinismo biológico na esfera da cultura<sup>118</sup>.

Neste aspecto, Freyre (1977, p. 8) frisa o critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura o qual assenta todo plano do ensaio, assim como o de diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade da família. Já em Senghor também não há determinismo da natureza sobre o homem – apesar de apontar o condicionamento, tal como Freyre. Neste aspecto, Senghor argumenta que:

Cependant, par un mouvement inverse, l'Homme – et c'est la son originalité – a transformé la nature pour la plier à ses exigences propres, à son activité générique, d'homme charnel, d'être concret, historique, exactement situé dans l'espace et le temps. Le prodigieuse expansion de la Civilisation occidentale aux XIX et XX siècles, civilisation économique et instrumentale, pourrait nous faire croire que la transformation de la nature par l'homme est l'essence même de la culture.”<sup>119</sup> (SENGHOR, 1964, p. 93-94)

---

quero dizer o ambiente físico (...) o ambiente físico não apenas informou as estruturas econômicas e sociais, mas também a arte e a filosofia."

<sup>118</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30”. São Paulo: Editora 34, 2005.

<sup>119</sup> Tradução livre: "No entanto, por um movimento inverso, o Homem - e essa é sua originalidade - transformou a natureza para se adequar às suas próprias exigências, à sua atividade genética, do homem carnal, para ser concreto, histórico, exatamente localizado no espaço e no tempo. A prodigiosa expansão da civilização ocidental

Já Freyre aponta que:

temos que admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização de sua fisionomia moral. (...) Muito do que se supõe nos estudos ainda tão flutuantes de eugenia e cacogenia, resultados de traços ou taras hereditárias preponderando sobre outras influências, deve-se antes associar à persistência, através de gerações, de condições econômicas e sociais, favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento humano. (FREYRE, 1977, p. 9)

Em “Casa Grande & Senzala”, a cultura como ação – ou como dinâmica de contato – aparece quando este trata das “relações entre brancos e raças de cor” (FREYRE, 1977, p. 9) que foram “condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica” e “a escassez de mulheres brancas” (FREYRE, 1977, p. 9) que segundo o autor é o cerne da miscigenação como a espinha dorsal da cultura brasileira - que visa à harmonia e a complementaridade dos contrários.

Em ambos os autores, essa percepção da cultura enquanto misturas que tendem a harmonia dos diferentes, desembocam no olhar sobre a conciliação enquanto fator positivo na cultura e enquanto forma de fecundar a contradição. Neste escopo, há a valorização da figura do mestiço e do processo de mestiçagem<sup>120</sup>. Senghor trata a mestiçagem nos termos a seguir:

Comme on le voit, pour être métisse, une civilisation n'est pas necessariamente divisée contre elle-même. Il appartiendra aux éducateurs d'en percevoir le danger. Leur principal effort sera de former des esprits lucides, qui sachent choisir, parmi les éléments des civilisations em présence, ceux qui se complément harmonieusement. (...)

Il fault au métis culturel, comme au métis biologique, une rare force de caractere, qui lui permette de dominer et de concilier ses fécondes contradictions. (SENGHOR, 1964, p. 96)<sup>121</sup>

Já em Freyre a questão da “complementação harmoniosa” aparece quando este trata do patriarcado no Brasil como um sistema de plástica contemporização entre tendências, ou seja,

---

nos séculos XIX e XX, uma civilização econômica e instrumental, pode nos levar a acreditar que a transformação da natureza pelo homem é a própria essência da cultura.”

<sup>120</sup> A partir deste ponto, emergem distintas posições de outros intelectuais sobre os processos de mestiçagem “mais completos” ou “incompletos”, tendo como exemplo a questão suscitada pela obra de Gabriel Mariano (1959) sobre Cabo Verde (NETO, 2009).

<sup>121</sup> Tradução livre: “Como podemos ver, para ser mestiço, uma civilização não é necessariamente dividida contra si mesma. Caberá aos educadores perceber o perigo. Seu principal esforço será formar espíritos lúcidos, que sabem escolher, entre os elementos das civilizações presentes, aqueles que se complementam harmoniosamente. (...) É devido ao mestiço cultural, como ao mestiço biológico, uma força rara de caráter, que lhe permite dominar e reconciliar suas contradições frutíferas.”

de raça e de condições de vida e ambiente (FREYRE, 1977, p. 9). O autor fala da plasticidade da cultura remetendo a influência do português (expressa pela mobilidade, aclimatabilidade e miscibilidade), assim como dos antagonismos na formação cultural:

são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos. (FREYRE, 1977, p. 8)

Neste sentido, Freyre apresenta que os portugueses quando se lançavam aos outros continentes, “misturavam-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiço” (FREYRE, 1977, p. 9) no qual “nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses” (FREYRE, 1977, p. 9). Por isso, os portugueses “triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência”. (FREYRE, 1977, p. 12). Neste sentido, “multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça ainda mais adaptável do que ele ao puro clima tropical” (FREYRE, 1977, p. 13), resultando assim, a valorização do mestiço como figura central constituidora de uma sociedade e cultura de sucesso nos Trópicos, digna de uma ciência a ser futuramente desenvolvida: a “lusotropologia”.

Freyre traz uma interpretação histórica e antropológica do colonialismo português enquanto expansionismo. Senghor também se aproxima desta noção quando olha historicamente para a colonização francesa também enquanto expansão. Ambos tratam do “vigor” das “civilizações” que se expandem e que se imiscuem a outras<sup>122</sup>.

O mestiço é qualificado como “superior”, pois seria o arauto da “liberdade da alma”, segundo Senghor:

Superiorité, parce que liberte, du Métis, qui choisit, où il veut, ce qu’il veut pour faire, des éléments réconciliés, une ouvre exquisite et fort (...)  
Trop assimilés et pas assez assimilés? Tel est exactement notre destin de métis culturels. (SENGHOR, 1964, p. 103)<sup>123</sup>

<sup>122</sup> Sobre isso, Senghor (1964, p. 103) vai dizer que: “Toda civilização deve avançar, desenvolver e transformar-se, sob pena de desaparecer (...). O expansionismo é a lei das grandes civilizações, entendendo este não como necessariamente um militantismo conquistador, mas um enriquecimento interior proveniente de seu próprio vigor.”

<sup>123</sup> Tradução Livre: “Superioridade, porque liberdade, do Mestiço, que escolhe, onde quer, o que quer fazer, elementos de conciliação, uma obra requintada e forte (...) Muito assimilado e não suficientemente assimilado? Este é exatamente o nosso destino como mestiços culturais.” (SENGHOR, 1964, p. 103)

Assim, tanto para Senghor quanto para Freyre, a mestiçagem seria o “motor” de uma nova sociedade despida de preconceitos raciais<sup>124</sup>, portanto, expressão de uma utopia compartilhada, o que tange a construção de uma teoria de interpretação universal, ou seja, da humanidade como um todo a partir de um olhar para os seus particulares e as respectivas “misturas” entre as culturas. Portanto, as civilizações que fossem inclinadas à mestiçagem seriam consideradas melhores ou “ideais”.

Senghor trata as civilizações europeias que partilhariam da herança latina – a “latinidade” - como “mestiças”, sendo essa “a sorte da França”<sup>125</sup>, assim como de Portugal. Tanto Freyre quanto Senghor vão participar dentro do debate dos significados da “latinidade” durante a década de 60, contribuindo politicamente para a vertente que olha a questão latina a partir do viés da mestiçagem<sup>126</sup>.

Assim, a miscigenação e a “latinidade” emergem no debate, tanto em Senghor quanto em Freyre, como conceitos que encapsulam a nova ordem a ser construída, ou seja, abarcam conjuntos de significados e aspirações de futuro para a humanidade com novos valores a insurgirem<sup>127</sup>. Freyre, no retorno ao encontro do INCIDI, relata para a imprensa<sup>128</sup> que a “mestiçagem e assimilação” vêm como solução para as tensões mundiais e inter-raciais:

O que ficou evidente nesta reunião [...] foi a necessidade, nas relações de brancos com população de cor, de europeus com não-europeus, de ir-se além da concessão aos não-europeus, em áreas ainda marcadas pela presença europeia, de direitos civis e políticos. Em outras palavras: a conveniência de ir-se quanto possível – como os portugueses já têm ido – à própria fusão étnica, além da cultural.<sup>129</sup>

<sup>124</sup> Estes debates são feitos no âmbito do final da Segunda Guerra e expressam uma preocupação mundial com a repetição dos eventos. Este grande conflito gerou, a posteriori, uma série de debates a respeito do racismo e dos estudos sobre raça, sobretudo alavancados pela UNESCO – os quais Freyre e Senghor participaram –, na busca de forjar um pensamento e uma política anti-racista e pacifista. O pensamento de Senghor e Freyre estão alinhados e engajados com esse movimento político emergente.

<sup>125</sup> Senghor faz esta análise a partir da obra de Paul Valery o qual teria dito que “a nação francesa faz pensar em uma árvore que tenha sido enxertada várias vezes, o que pela qualidade e sabor de seus frutos são resultado de uma feliz mistura de sucos e favas muito distintas que convergem em uma mesma e indivisível existência” (trad. Livre), (SENGHOR, 1964, p. 103)

<sup>126</sup> Este debate vem no rescaldo do fim da Grande Guerra Mundial encerrada na Europa e da condenação do Nazismo e do germanismo – que seria um dos representantes do racismo (e do consequente holocausto) enquanto a maior tragédia mundial, até então.

<sup>127</sup> A miscigenação (e, conseqüentemente, a latinidade vista pela chave da miscigenação) é certamente a questão que perpassa a relação de Senghor e Freyre. Em consulta à Fundação Gilberto Freyre, na cidade de Recife/PE, a qual resguarda o espólio pessoal de Gilberto Freyre, encontrei um livro na biblioteca pessoal de Freyre a respeito de Senghor. É datado de 1962 e consta os rabiscos e marcações à lápis – característica pessoal de Freyre. Todas as partes marcadas se referem aos assuntos relacionados a miscigenação, à simbiose e a “mistura de culturas”. A obra é uma análise de Armand Guibert da vida e obra de Senghor, de nome “Léopold Sédar Senghor” (Pierre Seghres Éditeur, 1962).

<sup>128</sup> FREYRE, Gilberto. “A solução federalista”. O Cruzeiro, 25 de janeiro de 1958.

<sup>129</sup> Ibid.

Outros pontos de convergência entre Senghor e Freyre podem ser recuperados em eventos: em 1954, um ano após a publicação de “Casa Grande & Senzala” em língua francesa, Gilberto Freyre é convidado para visitar o Senegal pelo Instituto Francês da África Negra (IFAN)<sup>130</sup> e profere uma palestra em que abordou o exemplo da “fusão de raças bem-sucedida” do Brasil e o papel da colonização portuguesa nesse processo<sup>131</sup>. Provavelmente, este foi o primeiro contato pessoal de Senghor Gilberto Freyre. Outro contato de Gilberto Freyre e Léopold Senghor se dá no encontro do INCIDI em 1957 supracitado. Não foram amigos nem se corresponderam<sup>132</sup>, muito embora conheciam a obra um do outro: Léopold Senghor trata a obra de Freyre elogiosamente e faz um uso político dela quando circula entre Portugal e o Brasil. Já Freyre foi um crítico das apropriações do Movimento da Negritude em contexto brasileiro<sup>133</sup>.

Neste período Freyre e Senghor eram nomes reconhecidos dentro da UNESCO<sup>134</sup>. Há registros de que em 1958 Freyre participou da reunião do Instituto Internacional Léopold Sedar Senghor<sup>135</sup>. O cerne do encontro era promover uma discussão sobre a necessidade de estender

---

<sup>130</sup> O Institut Français d'Afrique noire (IFAN) foi criado em 1936, em Dakar, por Theodore Monod. O IFAN tinha um Boletim e com o intento de ser o espaço de congregação de intelectuais de vários campos de conhecimento, centralizando, na colônia, a produção de um conhecimento sobre África em língua francesa. Também foi realizado a criação de Museu e biblioteca. A etnologia produzida pelo IFAN estava vinculada intelectualmente ao grupo do Museu do Homem de Paris – lembrando que o Museu do Trocadéro foi reestruturado no mesmo ano que o IFAN foi de fato constituído, ou seja, há uma concepção comum, de Paris a Dakar, com vista a adentrar o interior do continente, dentro do escopo do projeto colonial francês. Neste contexto, estas instituições dão o suporte para a circulação de intelectuais entre a metrópole e as colônias, forjando a produção de uma etnologia cada vez mais forte e característica a partir de Paris (BRUMANA, 2011).

<sup>131</sup> Barbosa (2018, p.9) vai apresentar que: “Não é por acaso que, após essa exposição no Instituto Francês, Freyre foi indicado, durante a Conferência Geral da ONU em 1954, para realizar um estudo sobre a situação racial na então União Sul-Africana, apresentando um relatório que foi publicado no mesmo ano com o título Eliminação de conflitos e tensões entre as raças. Como afirma Dávila (2011), Freyre procurou contextualizar o apartheid inserido em um mundo atlântico onde se dividiam conceitos de colonização distintos, representados pelo modelo saxônico e holandês e pelo modelo ibérico. Com base nesse discurso, Freyre passou a ser um observador atento ao que considerava serem os diferentes tipos de colonialismo.”

<sup>132</sup> Não há correspondências entre Freyre e Senghor no arquivo da Fundação Gilberto Freyre, no inventário de correspondências internacionais.

<sup>133</sup> FREYRE, Gilberto. Negritude, mística sem lugar no Brasil. Boletim do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, p. 16-23, abr./jun. 1971.

<sup>134</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi fundada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações. Gilberto Freyre e Léopold Senghor são alguns dos muitos nomes chamados para construir um movimento para a criação de um novo tipo de discurso nas ciências sociais que colocava em pauta o racismo e a noção de raça. Neste contexto, Senghor foi escolhido como político representante da França em ocasiões, portanto, observador e participante do processo que alavancava uma mudança de visão a respeito da questão racial e do combate ao preconceito de raça. Em 1957, mesmo ano do Encontro do INCIDI, Freyre já estava viajando pela Europa também a convite da UNESCO (Revista “O Cruzeiro”, Edição Internacional, 16 de abril de 1957, p.34).

<sup>135</sup> Este Instituto é citado por Freyre (1958) e referido por Barbosa (2018). É o protótipo da “Fundação Leopold Sedar Senghor” que vai ser instituído vinculada à UNESCO em 1974 cujos objetivos são “salvaguardar e enriquecer o patrimônio cultural africano”, “favorecer o ensino superior na África”, “ajudar na formação de pesquisadores especialistas”, “cooperar com fundações similares”, “favorecer a cooperação cultural afro-árabe” e

os direitos políticos e cívicos aos nativos das colônias para fazer frente ao que Freyre chamou de “movimentos antieuropeus na África”<sup>136</sup> (FREYRE, 1958).

Como consequência política, Freyre defendeu, a respeito do “futuro de Portugal”, um sistema federalista que abriria aos povos africanos a possibilidade de se ligarem aos povos europeus. Muito embora, em sua concepção, a defesa do sistema federalista não abarque a autodeterminação dos estados em África ou suas independências – mesmo dentro de uma solução gaullista ou “à la Commonwealth”<sup>137</sup>. O colonialismo reformista de Freyre apontava críticas ao modelo português, não em prol de sua extinção, mas de mudanças progressivas que culminassem em uma “federação lusotropical” (FREYRE, 1958)<sup>138</sup>.

---

“contribuir para um clima de compreensão e cooperação internacional”. Dados retirados do documento: “Le fonds documentaire de la fondation Leopold Sedar Senghor, par Jacques Keriuy. N° de série: FMR/IPS/PG1/89/11 0. UNESCO/ONU, Paris, 1989.” Disponível em: <<https://www.limoges.fr/sites/default/files/media/downloads/083938freo.pdf>> <Acesso em 30/01/2020>.

<sup>136</sup> Anos antes, em 1951, durante conferência na cidade do Porto, Freyre vai registrar que “É minha convicção cada dia mais profunda: a de que todos os Portugueses devem, como nunca, ser um só Portugal” e que “este Portugal unido, quase uma só comunidade supranacional com um Brasil que no coração, no espírito, no principal da cultura, continua Português” (FREYRE, 1953b, 255). Sobre isso relata que em sua viagem por Angola em 1951: “Encontrei no Ultramar Português separatistas. Antilusistas. Anticatólicos. Na Angola, procurou-me um dia um certo estudante de seus vinte anos – pálido, ardente, romântico, como tantos de nós aos vinte anos – para perguntar-me: ‘Não lhe parece que chegou o momento de Angola separar-se da República Portuguesa, como o Brasil no século passado separou-se da Monarquia Lusitana?’. Respondi-lhe que não: que chegara o momento de o Brasil reaproximar-se como nunca de Portugal, e Portugal do Brasil.” (FREYRE, 1953a, p. 254-255)

<sup>137</sup> Posteriormente, Freyre julga inadequada a terminologia “comunidade lusíada” ou “luso-brasileira”, preferindo o conceito de “comunidade lusotropical” (BARBOSA, 2018), que incluiria a presença de Angola, de Moçambique e da Índia portuguesa.

<sup>138</sup> FREYRE, Gilberto. A solução federalista. In: Jornal “O Cruzeiro”, 25 de janeiro de 1958.



## 2 ENTRE O “LUSO”, O “AFRO” E O “BRASILEIRO” (1959-1963): O LANCE DA COMUNIDADE

No intervalo de tempo entre a primeira viagem de Senghor a Portugal (1957) até a primeira viagem de Senghor ao Brasil (1964), o Senegal passa pelo processo negociado de independência<sup>139</sup> que culmina em 1960 com ele ocupando o cargo de Presidente, junto a Mamadou Dia<sup>140</sup> como Primeiro Ministro. Nesta conjuntura, há três elementos que perpassam a análise proposta nesta secção: a relação do Brasil com o Senegal, a política do governo senegalês de ensino de língua portuguesa implementada por Senghor e, por fim, o projeto de uma comunidade com base na língua portuguesa (a Lusofonia ou “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”) como solução política para a descolonização das colônias portuguesas objetivando o encerramento da guerra colonial em curso<sup>141</sup>.

Esta secção perscruta a gênese da ideia de Lusofonia expressa como “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, projeto defendido por Senghor junto ao governo brasileiro em 1964. A partir desta problemática, foi possível perceber que a designação “lusofonia” (prestando atenção à adição “afro” ao “lusofonia”) emerge em um contexto bem específico enquanto lance<sup>142</sup>, ou seja, intervenção em um curso de ação de um debate já institucionalizado (o “lusofonia”). Necessariamente, apresenta-se este imbróglio para depois problematizar

---

<sup>139</sup> É a partir da experiência de independência negociada com a França que o Senegal se constrói como nação – na opção de manutenção dos vínculos com a antiga metrópole – e ao mesmo tempo procura o seu lugar junto às outras nações do continente africano, mobilizando os pressupostos terceiro-mundistas proclamados pela Conferência de Bandung. A independência e a autodeterminação do Senegal vêm acompanhadas de um intenso esforço de reorganização e de reposicionamento político de partidos – já constituídos ou a constituir-se. A opção foi por um denominado “bicephalisme” (bicefalismo) entre Léopold Senghor como presidente eleito – responsável pela política externa - e Mamadou Dia como Primeiro Ministro encarregado da política interna e econômica. Estes lideraram o Senegal, em um primeiro momento, no sentido da opção pelo sistema multipartidário e de assembleias representativas, dialogando intensamente com as Irmandades Islâmicas (DIAGNE, 2009) e propondo um socialismo com um viés próprio, o “africano”.

<sup>140</sup> Mamadou Dia (Khombole, 1910-2009) é natural do Baol (considerado etnicamente um reino Wolof) e teve seus estudos primários em uma escola corânica em Diourbel. Termina os estudos na Escola Normal William Ponty, na Goréa e torna-se professor em St. Louis. Neste período desenvolve uma reflexão em torno da pobreza dos camponeses e defende a questão da organização em cooperativas. É patrocinado por Senghor e torna-se Conselheiro da Assembleia Geral no Senegal. Adere ao BDS (Bloco de Massas Senegalesas) de Senghor em 1949, eleito senador pelo Senegal entre 1949 a 1955. Torna-se deputado da Assembleia Nacional Francesa em 1956 junto a Senghor e o grupo Independents de L’Outre Mer (IOM). Participou junto a Senghor e Keita da organização da Federação do Mali, foi peça importante da querela com Keita. Em 1960 assume como primeiro ministro do Senegal junto a Senghor. Especialista em questões econômicas – influenciado pelo pensamento de Perroux e Joseph Lebert – Mamadou Dia estabelece o primeiro plano econômico do Senegal. Como Islâmico, procura fomentar uma espécie de “Islamismo Esclarecido”, o que em 1962 vai causar sérios atritos com as Irmandades Islâmicas e desembocar na sua retirada do governo por Senghor, sob acusação de traição. (MONJIB, 2005)

<sup>141</sup> A guerra colonial inicia em 1961 em Angola e Moçambique e em 1963 na Guiné Portuguesa.

<sup>142</sup> Dentro da obra de Quentin Skinner (2010), o autor compreende alguns enunciados como um “lance” (no inglês: “move”) no contexto dos debates intelectuais nos quais um determinado autor procura intervir objetivando intervir em instituições ou cursos de ação. Partilha-se da ideia aqui de que a escritura de um texto político é um ato, ou seja, uma ação perante um contexto, sendo que o texto não apenas “diz algo” mas “faz algo”.

como a ideia circula de Agostinho da Silva, como autor do lance, até Senghor – que irá rerepresentá-la no Brasil (em 1964).

Tendo em vista a problemática, esta secção é dividida em três partes: a primeira (2.1), coloca os debates do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, ocorrido em Salvador em 1959. Já na segunda (2.2), apresenta-se uma consequência do Colóquio: a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia que se tornará o lócus fomentador das primeiras relações entre o Brasil e o Senegal por meio da cooperação cultural<sup>143</sup>, ponto aprofundado na terceira parte (2.3) em que será analisado o processo de recepção da língua portuguesa e cultura brasileira no Senegal, problematizando os interesses geopolíticos senegaleses.

Investiga-se aqui que é a partir destes eventos que Senghor constrói a sua visão de uma “brasilidade” – que provém de uma leitura própria a respeito do Brasil vinculado ao grupo do CEAO e a obra de Gilberto Freyre<sup>144</sup> - e que será fundamental para os acordos de cooperação cultural e econômica assinados no Brasil em 1964, assim como a proposta de uma comunidade como fim negociado à guerra colonial, colocando o Senegal como um centro para essa mediação. Ver-se-á, na secção subsequente, que Senghor apropria-se de narrativas sobre a história do Brasil para significar a “brasilidade” atrelados a elementos da “latinidade”, “lusitanidade” e da “africanidade” ou “negritude” - relacionados com a miscigenação e com a língua portuguesa. A partir destes elementos, entende-se como a ideia do “luso-afro-brasileiro” enquanto proposta de comunidade emerge e circula até Léopold Senghor.

---

<sup>143</sup>Por este trabalho, percebe-se que foram construídos intercâmbios entre instituições brasileiras e instituições de países africanos recém-independentes, com foco no caso de Senghor e do Senegal. Procura-se pensar o contexto em que estas trocas são processadas e a que interesses estão vinculadas – colocando em pauta, sobretudo, que esta iniciativa nasce dentro do debate do Brasil em relação ao colonialismo português em África, ao mesmo tempo em que averigua o lugar de Senghor nestas questões.

<sup>144</sup> Freyre diz que todas as áreas de colonização portuguesa conformariam uma unidade de sentimento e cultura, o que é corroborado na obra “Um brasileiro em terras portuguesas” (1953), na qual defende um complexo em expansão, ecológico e de cultura que é o “lusotropical” onde sobreviveriam os melhores valores portugueses e cristãos de cultura, livres de preconceito de raça, casta e de classe, carregando consigo também uma utopia em um mundo que carregava o fardo da Segunda Guerra Mundial e que ainda tinha espaços para utopias. Tal questão foi tratada, repetidamente, por Marcello Caetano, ex-ministro das colônias, em seus discursos e sobretudo para a imprensa presente (em 1959). Esta era uma questão fundamental a ser vendida, perante os políticos presentes assim como perante os organismos internacionais presentes, como representantes da UNESCO no colóquio por este capítulo analisado.

## 2.1 O “luso-brasileiro” em pauta (1959)

De 10 a 21 de agosto de 1959<sup>145</sup>, nas dependências da Universidade Federal da Bahia (UFBA)<sup>146</sup> ocorreu o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Foi o quarto encontro de uma série que se iniciou em 1953<sup>147</sup> e que reuniu, periodicamente, intelectuais, pesquisadores e políticos e, ao mesmo tempo, construtores do consenso dos significados para o “luso-brasileiro”. A escolha por analisar este evento em particular é evidenciada pelos processos que este disparou a partir da UFBA<sup>148</sup> e, para tal, esta parte do trabalho trata-se de um preâmbulo necessário para entender de que forma a ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” emerge enquanto lance e por quais trânsitos e redes de intelectuais percorre até ser encampada enquanto discurso e projeto político divulgado por Léopold Senghor.

Este colóquio acabou por tornar-se um reduto de embates políticos que colocava em pauta o regime em vigor em Portugal, o Estado Novo de Salazar, assim como o colonialismo português – gerando ecos. Em termos oficiais, este IV Colóquio destinou-se ao:

estudo da civilização de língua portuguesa em todas as épocas e lugares em que se tenha manifestado. Magnífica e instrutiva oportunidade para confrônto e troca de ideias entre especialistas de vários países, os Colóquios vêm contribuindo de maneira fecunda para que se amplie a base de documentação e trabalhos imprescindíveis à promoção e sistematização dos estudos luso-brasileiros<sup>149</sup>

---

<sup>145</sup> Neste período do Brasil experienciava o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Marcado pelo plano de desenvolvimento econômico “cinquenta anos em cinco” e pela construção de Brasília, foi um governo que se aproximou de Salazar, de forma a estreitar relações a partir do tratado de Amizade e Consulta assinado em 1953, demarcando um forte intercâmbio cultural e comercial. Kubitschek participa do IV Colóquio na UFBA em 1956 e no ano seguinte vai em visita oficial a Portugal por ocasião das Comemorações Henriquinas (1960). Segundo Rampinelli (2004), Kubitschek foi recebido com pompa – a viagem foi cuidadosamente planejada pelo próprio Salazar – e a aproximação dos dois países foi ímpar e tratada como “relações de família”.

<sup>146</sup> No prédio da Faculdade de Odontologia e na Reitoria.

<sup>147</sup> Em outubro de 1953 ocorre o Primeiro Colóquio Internacional sobre Estudos Luso-Brasileiros, em Washington, nos EUA. O segundo foi na cidade de São Paulo, em 1954. O terceiro Colóquio foi realizado em Lisboa em 1957. O IV Colóquio, aqui em pauta, foi feito em Salvador, Bahia, em 1959. O V Colóquio deu-se em 1968, em Coimbra.

<sup>148</sup> Pode-se inferir que escolha por Salvador na época e pela UFBA se trata da articulação do governador da Bahia, Juracy Montenegro Magalhães (1905-2001), junto a UFBA. Magalhães presidiu a primeira sessão junto ao governo federal de Juscelino Kubitschek que ficaria responsável pelo encerramento no dia 21 de agosto. Cabe dizer que Magalhães tinha carreira militar, participou do governo Vargas como interventor da Bahia e depois foi reeleito em 1959. Era filiado a UDN, foi preparado por Juscelino Kubitschek para ser seu sucessor nas eleições de 1960, porém quem ganhou como candidato na coligação foi Jânio Quadros, que venceu as eleições e terá um papel importante no apoio às inovações que a UFBA tentará com relação aos estudos africanos e orientais. Cabe dizer que Magalhães era um forte aliado de Carlos Lacerda dentro da UDN, figura que será de fundamental importância para entender as relações entre Portugal e Brasil no contexto por este trabalho analisado. Dados retirados do arquivo digital do CPDOC/FGV. <Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>> <Acesso em 29/08/2019>.

<sup>149</sup> DIAS, Manuel Nunes. IV Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros. Algumas anotações. [Sessão Noticiário]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119833/117121> < acesso em 29/08/2019>

Foram organizadas “sessões de trabalhos da discussão das teses inscritas, exposições bibliográficas e artísticas, mesas-redondas e excursões”<sup>150</sup>. Foram no total de oito sessões: “I — O Homem e o Meio; II — A Língua; III — A Literatura; IV — As Belas ; Artes; V — A Sociedade, a Política e a Economia; VI — A Ordem Jurídica; VII — As Ciências Médicas; VIII — Instrumentos de Investigação e Cultura.”<sup>151</sup>

Este foi o formato oficial do colóquio, que promoveu o debate entre intelectuais e suas pesquisas no que circundava o “lusobrasileiro”. Ao mesmo tempo o colóquio transforma-se em palanque político para a delegação representante do governo de Salazar, chefiada por Marcello Caetano<sup>152</sup>, assim como para políticos brasileiros em esfera federal e estadual<sup>153</sup>.

O mote que perpassou o congresso foi a amizade, solidariedade e fraternidade entre o “lusobrasileiro” e o “brasileiro”, remetendo à obra do sociólogo Gilberto Freyre - intelectual homenageado no evento - e a “unidade de sentimento e cultura” entre Portugal (aí incluindo o dito Ultramar) e o Brasil. No contexto foi corrente o discurso vinculado ao “mundo em que o português criou”<sup>154</sup>, sendo o lusotropicalismo de Freyre imperante (CASTELO, 1998).

---

<sup>150</sup> Ibid.

<sup>151</sup> Ibid.

<sup>152</sup> Marcello José das Neves Alves Caetano (1906-1980) foi um jurista, acadêmico e político português. Na época do Encontro na UFBA estava Reitor da Universidade de Lisboa. Foi o último Presidente do Conselho do Estado Novo, sucessor de Salazar.

<sup>153</sup> Pode-se ver na documentação sobre o colóquio que este estrutura-se em prol de uma convergência de figuras políticas: presidentes e ministros, embaixadores, governantes e eclesiásticos locais, dirigentes de universidades e instituições culturais seletamente escolhidos conferiam a constituição do “quadro de honra”. Neste contexto, em termos de política externa, o Brasil procurava colocar-se no cenário internacional e sair de uma situação “periférica” em relação a geopolítica mundial. Em épocas de políticas “nacional-desenvolvimentistas” do governo Juscelino Kubistchek, havia uma circulação entre a linha latino-americanista e ocidentalista. Indica-se que o fortalecimento das relações com Portugal tendia a ser um acesso à Europa, ao mesmo tempo em que significativo setor atuante na política governamental brasileira e do Itamaraty eram afeitos do regime de Salazar. Foi feito um “Acordo de cooperação cultural” e o “Tratado de Amizade e Consulta” entre Portugal e o Brasil, assinados em 1948 e 1953 e homologados em 54 e 60, no entremeio do contexto do evento aqui analisado (CERVO, 1992).

<sup>154</sup> Expressão corrente no evento que remete ao livro de Gilberto Freyre, escrito em 1940, “O Mundo em que o Português criou”. Escrito após “Casa Grande e Senzala” (1933) e anterior à viagem de Freyre a convite do governo salazarista. Neste livro desenvolve as teses da plasticidade e a ausência de preconceito dos portugueses e suas vantagens – em relação aos outros povos europeus – no contato com outras culturas, criando um “mundo” próprio decorrente de sua ação colonizadora tanto na América, como na África e Ásia. Ele retoma as teses deste livro e tenta aprofundar, por meio de pesquisas de campo e em arquivo, nas obras posteriores. Quando do convite à viagem de Freyre a Portugal e o Ultramar, uma das justificativas expressas por José Osório Oliveira foi “O Mundo que o Português Criou (...) é, sem dúvida, o mais eloquente e fundamentado elogio erguido, até hoje, ao gênio colonizador do português. Aliás, ninguém melhor do que Gilberto Freyre defende, no Brasil, o valor primacial da contribuição portuguesa, a ele se devendo, além de O Mundo que o Português Criou, a defesa da Cultura Lusítima que é Uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira. A ele se deve, como deputado, a defesa da concessão de direitos especiais, na Constituição do Brasil, aos emigrantes portugueses. Temos, no Brasil, amigos mais retóricos; não temos nenhum que, pelo estudo e pelo poder de síntese, pela base científica dos seus juízos e pela clareza da prosa de grande escritor de ideias, contribua mais para nos tornar respeitados, quer no seu país, quer na América do Norte, onde é muito grande o prestígio desse mestre de renome internacional.” (OSÓRIO apud CASTELO, 2010, P.13).

MOREIRA E VENÂNCIO, 2000. BURKE, 2008) sobretudo na sessão “civilização de língua portuguesa”.

Neste escopo, o congresso reiterou a ideia de uma “Comunidade Luso-brasileira” cujo fator aglutinador foi o cultural. Este foi colocado como ponto nevrálgico das relações internacionais, argumento hipertrofiado pelo lusotropicalismo, que foi uma das bases para reiterar a unidade entre a metrópole e as colônias em África. Os jornais brasileiros<sup>155</sup> transformaram em manchete a “União indestrutível de Portugal Metropolitano e Ultramarino”.

Porém o discurso sobre as benesses da unidade entre Portugal e o Ultramar não foi unívoco<sup>156</sup>. Analisando os anais do evento, percebe-se que o que está em pauta, para além da relação entre Brasil e Portugal, são as posições políticas destes no cenário internacional no rescaldo dos anos 50, o que configura uma série de tensões a nível global. Dentre estas, emergem as pautas das descolonizações e independências no continente africano. Outro fator que pesava para Portugal neste contexto era a existência da Comunidade Econômica Europeia e a balcanização de Portugal, voltando-se para o Brasil como aliado para a constituição de uma nova comunidade, apelando para a sua “vocaçã atlântica”.

Neste ínterim, cabe ressaltar que uma ala crítica ao governo de Salazar foi organizadora e participante do evento – tendo em vista que o Brasil recebeu muitos exilados da ditadura portuguesa, entre eles Jorge de Sena<sup>157</sup> e Adolfo Casais Monteiro<sup>158</sup> – e concebeu no colóquio um espaço de crítica ao regime vigente em Portugal e no “Ultramar”. O Professor Eduardo Lourenço<sup>159</sup>, secretário da organização do mesmo, retratou o encontro como “explosivo”,

---

<sup>155</sup> Tal como Diário de Notícias (Salvador), A Voz, Novidades, Diário da Manhã e até o Jornal do Comércio de Lisboa.

<sup>156</sup> Ribeiro (2003) realizou tese de doutorado sobre o colóquio e apresenta na análise sobre as comunicações realizadas que estas se colocaram, em termos quantitativos, ao encontro do “Mundo que o Português criou” e em contraposição a um espaço de crítica que reverberasse ou tivesse espaço de fato. A autora (2003, p.31) apresenta que estes ativeram-se a “dimensão acadêmica oficial do encontro, restringindo-se à discussão de determinado tema dentro de seu campo de conhecimento”. Em sua tese, diz que: “Articulado aos temas da cultura e da comunidade luso-brasileiras, o luso-tropicalismo proposto por Gilberto Freyre pode ser amplamente percebido em documentos do Colóquio, principalmente no que concerne às teses de elogio à colonização portuguesa e da unidade cultural entre o Brasil e Portugal, considerando este, em sua configuração imperial, junto a suas colônias. Esses dois temas constituíram um sistema de referência constante em diversos trabalhos e discussões, assim como ofereciam o embasamento conceitual à aproximação entre os dois países, direcionada para a afirmação da comunidade histórica, passível de os articular a nível internacional no presente”. (RIBEIRO, 1999, p. 227).

<sup>157</sup> Jorge de Sena (Lisboa, 1919-1978) foi literato (poeta, dramaturgo, ensaísta, tradutor e professor de língua portuguesa). Veio para o Brasil a convite para o IV Colóquio aqui em pauta e passou a morar no Brasil (vinculou-se a UNESP/Assis), naturalizando-se brasileiro em 1963, tal como o amigo Agostinho da Silva. Após o golpe militar no Brasil, muda-se para os Estados Unidos.

<sup>158</sup> Adolfo Casais Monteiro (Porto, 1908-1972) foi poeta, tradutor, crítico e novelista. Foi colega de Agostinho da Silva na Universidade do Porto. Foi diretor da revista coimbrã “Presença” em 1930. Exilou-se no Brasil por disparidades com o regime Salazarista em 1954 (foi preso duas vezes em Portugal). Na UFBA, dava aulas de Literatura portuguesa

<sup>159</sup> Eduardo Lourenço de Faria nasceu na Beira Interior, em Portugal no ano de 1923. Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra (1946), passa pela Universidade de Bordéus e Montpellier

apesar de estar revestido oficialmente de um viés de “ampla e livre permuta de opiniões” (LEMOS E LEITE, 2003). Ecoou da última sessão do Colóquio, a partir do trabalho do português exilado no Brasil, George Agostinho da Silva<sup>160</sup>, cuja comunicação de nome “Condição e Missão da Comunidade Luso-Brasileira” eleva o tom crítico a questão colonial na África.

A trama inicia quando Eduardo Lourenço esteve - no início do ano de 1959 – viajando para a cidade de Florianópolis, em visita ao amigo Eudoro de Sousa<sup>161</sup>. Na ocasião encontra-se com George Agostinho da Silva<sup>162</sup>, que é convidado para ir a Salvador com fins de participar

---

(França), Hamburgo e Heidelberg (Alemanha). Passou um ano como visitante na Universidade Federal da Bahia (1958-1959) a convite do Professor Hernani Cidade, amigo do reitor da UFBA, Edgard Santos. Crítico e ensaísta literário. No ano de 1959, quando estava na Bahia, foi secretário do colóquio em pauta. Nesta época, já se mostra observador crítico e articulador de denúncias contra o governo vigente em Portugal, o que vai se consolidar em sua obra escrita – como na obra “Situação Africana e Consciência Nacional” (1962). Posteriormente, vai ser um crítico da Lusofonia. Este posicionamento é inscrito na obra “A Nau de Ícaro seguido da Imagem e Miragem da Lusofonia” (2004) ao qual sintetiza que: “Não sejamos hipócritas, nem sobretudo voluntariamente cegos: o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado, é por natureza – que é sobretudo história e mitologia – um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude lusíada” (Lourenço, 2004, p. 162-163).

<sup>160</sup> George Baptista Agostinho da Silva, nascido no Porto em Portugal (1906-1994) foi um “filósofo prático”, poeta e ensaísta, articulador cultural e fomentador de universidades, sobretudo em território brasileiro, onde passou parte considerável de sua vida (1947-1969) após exílio de Portugal. Tal se deu em decorrência do autoritarismo de Salazar para com a liberdade dos professores – Agostinho recusou-se a assinar a “Lei Cabral”, a qual obrigava todos os funcionários públicos a declararem por escrito que não participavam em organizações secretas - e como tal subversivas. A atuação deste indivíduo é de fundamental importância para esta parte do trabalho e os processos aqui analisados e será pormenorizada ao longo desta secção.

<sup>161</sup> Eudoro de Sousa (Lisboa, 1911-1987) foi um filósofo e filólogo português exilado no Brasil. Foi tradutor de Aristóteles direto do grego para o português (em Portugal). Em 1953 chega a São Paulo integrando o grupo responsável pela revista *Diálogo* e o Instituto Brasileiro de Filosofia. Em 1955 muda-se para Santa Catarina, sendo um dos fundadores da Faculdade Catarinense de Filosofia (precursora da UFSC) em Florianópolis. Em 1962 transfere-se para Brasília sendo um dos fundadores da UNB e funda o Centro de Estudos Clássicos desta Universidade (1965), local que irá ficar até a sua morte em 1987. Pode-se ver que Eudoro de Sousa e Agostinho da Silva estiveram presentes juntos na fundação da UFSC e também da UNB.

<sup>162</sup> Agostinho da Silva chega no Brasil por Pernambuco, seguindo para o Rio de Janeiro e logo depois se estabelece em São Paulo. Vincula-se ao Grupo São Paulo –ao qual também era vinculado Eudoro de Sousa – e circula em um círculo de intelectuais dos quais faz parte o historiador Jaime Cortesão. Agostinho da Silva vai casar-se com Judith Cortesão – filha de Jaime Cortesão. Neste entremeio vive por alguns meses em Buenos Aires (Argentina) e Montevidéu (Uruguai). Em retorno ao Brasil, em 1947, Agostinho da Silva colabora com o *Jornal O Estado de São Paulo* e se estabelece em Resende – local em que funda uma comunidade alternativa no meio da mata atlântica composta somente por intelectuais (entre eles, o filho de Oswald de Andrade, Rudá, comunidade a qual era local de circulação de Oswald, Portinari, Djanira, entre outros modernistas brasileiros). Trabalhou no Instituto Oswaldo Cruz, colaborou com J. Cortesão em pesquisa sobre Alexandre de Gusmão na Biblioteca Nacional (RJ) e lecionou na UFF (Niterói). Em 1952 muda-se para João Pessoa (PB), ajuda a fundar a Universidade da Paraíba (UFPB). Lá teve relações próximas com o governador da Paraíba à época, o literato José Américo de Almeida. Nesta ocasião, fazia incursões pelo Sertão Nordestino, fator que será de suma importância para o desenvolvimento do seu pensamento (a respeito da cultura portuguesa preservada no Brasil – o que ele chama de “ancestralidade portuguesa” - a partir de estudos das festas e dos milenarismos presentes na região, como o sebastianismo e a festa do Divino Espírito Santo). Chegou a morar um tempo em Olinda, lecionando na Universidade de Pernambuco. Colabora em 1954 com Cortesão para as comemorações do IV centenário de São Paulo. No ano subsequente (1955) muda-se para Florianópolis com fins de ajudar na estruturação da Universidade de Santa Catarina (UFSC). Ele já colaborava desde 1953 com a edição da *Revista Sul* – do Grupo Sul. Vira diretor de cultura do Estado de Santa Catarina, seu primeiro cargo político, no governo de Jorge Lacerda. Naturaliza-se Brasileiro em 1958. Para maiores detalhes sobre a biografia de Agostinho da Silva e suas diversas iniciativas universitárias e culturais no Brasil consultar a tese de Gilson Brandão de Oliveira Junior (2010).

do IV Colóquio Internacional e também para reunião com o reitor da UFBA, Edgard dos Santos<sup>163</sup> conhecido por estar revolucionando o ambiente universitário baiano. Silva tinha interesse em colocar em prática um projeto que estava incubando – que tratava do fomento aos estudos a respeito de África em território brasileiro (JUNIOR, 2010, p.100).

Na ocasião do IV Colóquio, Agostinho da Silva foi um dos únicos a posicionar-se abertamente antissalazarista<sup>164</sup> – Lourenço retrata que este foi convidado com a intenção de pronunciar-se contra o governo português<sup>165</sup> - sobretudo frente a presença de Marcello Caetano no evento. A questão em aberto, da “Comunidade Luso-brasileira” supracitada e das relações de Portugal com o Brasil, foi retomada por Agostinho da Silva em sua comunicação, mas em termos bastante distintos (com foco no “afro”).

Pode-se ver que a questão da comunidade estava em debate no evento tanto pelos intelectuais engajados no projeto oficial do estado português assim como pelos intelectuais antissalazaristas. De igual maneira, as teses de Freyre e o lusotropicalismo. questão transversal em pauta, foi alvo de uma apropriação conservadora por parte dos homens vinculados ao regime de Salazar com fim de justificar a permanência do domínio colonial em África assim como foi inspiradora de uma esquerda portuguesa e antissalazarista de diferentes filiações, tal como admite Agostinho da Silva<sup>166</sup>. Este último, quando designado como um dos relatores da Secção “O meio e o homem”, apresentou a comunicação de nome “Condições e missão da comunidade luso-brasileira” cuja mesa era composta por Antônio de Medeiros Gouvêa, secretário do

---

<sup>163</sup> Edgard Santos (Salvador, 1894 – 1962) foi médico e político. Esteve à frente da unificação com fim de formar a Universidade da Baía (abril de 1946). Foi o primeiro reitor, de 1946 até 1952 (sempre foi reeleito). Sua política foi marcada por diversas inovações e pelo estímulo às artes (criou as primeiras escolas superiores de música, teatro e dança do Brasil), instalou o Museu de Arte Sacra da UFBA. Foi membro da Academia Brasileira de Letras em 1959 e foi destituído do cargo de reitor em 1961. Após, foi membro do Conselho Federal de Educação (1961). (Dados retirados do CPDOC/FGV).

<sup>164</sup> Agostinho da Silva fazia parte do grupo de esquerda abertamente antissalazarista, muitos vinculados a Revista Seara Nova que se exilaram no Brasil após a implantação do Estado Novo em Portugal. Sobre este grupo e suas atividades em São Paulo (sobretudo vinculados aos eventos feitos comemoração do Quarto centenário da cidade de São Paulo em 1954, dos quais foram organizadores Jaime Cortesão e Agostinho da Silva). Fatos bem analisados em tese de doutorado de Alfredo Moreno Leitão (PUC-SP, 2019), “Lutar é preciso: exílios, resistências e tensões. Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945-1974).”

<sup>165</sup> Waldir Freitas Oliveira que trabalhou junto a Agostinho da Silva na UFBA relata que “o convite feito a Agostinho da Silva, para participar do Colóquio, fazia parte de uma estratégia por ele [Heron de Alencar, militante do Partido Comunista do Brasil (PCB)] e por outros imaginada para neutralizar a presença e atuação no conclave de alguns dos mais obstinados defensores do regime de Salazar, que nele estariam presentes, dado o caráter oficial do evento, entre eles figurando como nome de maior expressão, Marcelo Caetano, então Reitor da Universidade de Lisboa” (OLIVEIRA apud JUNIOR, 2010, 102). Cabe ressaltar que Agostinho da Silva não era vinculado a Partidos Comunistas.

<sup>166</sup> Em dedicatória da obra Reflexão à margem da literatura portuguesa (1957).

Instituto de Alta Cultura de Lisboa<sup>167</sup>, Jean Tricart<sup>168</sup>, da Universidade de Estrasburgo, e Aroldo de Azevedo<sup>169</sup>, da Universidade de São Paulo.

Segundo Oliveira (2003, p.64), Silva expôs ideias sobre “um projeto de instituição cultural formalizado que reunisse os povos que haviam sido colonizados pelos portugueses”, ou seja, um projeto de comunidade fundamentado no histórico da colonização portuguesa e de língua partilhada. Em um segundo momento, Agostinho da Silva participou de uma “ruidosa mesa-redonda” (OLIVEIRA, 2003) que teve como título “Problemas africanos de interesse luso-brasileiro”, que segundo o relato do mesmo, “ao apresentar seus polêmicos pontos de vista, incomodou vários representantes portugueses”<sup>170</sup>, sobretudo Caetano. O reitor da Universidade de Lisboa proferia na ocasião que:

Os territórios portugueses estão muito longe de se encontrarem em condições de escolherem seus dirigentes ou a eles aderirem, devendo ser mantidos por uma minoria. O continente africano permaneceu durante milênios em completa apatia, sendo incapaz de libertar-se de uma cultura atrasada. Não houve esforço criador, não há contribuição técnica que possa ser atribuída à África. Enquanto outros povos se inquietavam, a África permanecia estacionária, tendo aquelas minorias de revelar àquelas populações as técnicas mais rudimentares. Mesmo a natureza era para estes povos um verdadeiro flagelo pelas doenças que trazia. O Europeu teria sido o libertador africano, conseguindo o domínio do homem africano sobre a Natureza. Assim, as minorias exteriores continuam a ter importância pela ajuda técnica que trazem. Assim, a colonização traz grandes sacrifícios para a metrópole<sup>171</sup>

Em contraposição, Agostinho da Silva defendia que dever-se-ia olhar para a conjuntura global<sup>172</sup> – sobretudo olhar para os movimentos anticoloniais – projetando que o futuro era do

---

<sup>167</sup> Instituto de Alta Cultura foi responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e de investigação científica durante os anos de 1952 a 1976.

<sup>168</sup> Jean Tricart (Paris, 1920-2003) foi um geomorfologista francês. Em 1948 tornou-se professor na Universidade de Estrasburgo, onde permaneceu pelo resto de sua carreira. Orientou projetos de pesquisas – vinculados ao Programa “L’Homme et la Biosphère” da UNESCO - na África e na América Latina (Venezuela, Argentina, Colômbia e Brasil). Ganhou título de Doutor Honóris Causa pela UFBA.

<sup>169</sup> Aroldo Azevedo (1910-1974) foi geólogo e geomorfólogo brasileiro vinculado a Universidade de São Paulo. É autor do primeiro mapa e de uma das primeiras classificações do relevo brasileiro usado até hoje nos livros escolares.

<sup>170</sup> OLIVEIRA, Waldir. Grata lembrança de Agostinho da Silva. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). A missão portuguesa: rotas inter cruzadas. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: EDUSC, 2003, p. 64.

<sup>171</sup> Depoimento colhido e transcrito por Ribeiro (1999, p.433).

<sup>172</sup> Nas palavras de Agostinho: “O que temos diante dos olhos é um universo dividido em dois setores opostos. De um lado, uma civilização europeia que já se estendeu na Ásia à Sibéria, na África aos territórios que Argel comanda e aos domínios da apartheid e na América aos Estados Unidos, ao Canadá e a considerável parte da América Latina, e que ainda por seu turno se divide em dois blocos inimigos que pouca diferença têm entre si a não ser a que vem de haver um trust apenas, o do Estado, ou vários; de se ser hipocritamente pagão ou francamente pagão; de acabar logo ou não acabar logo com a reduzida liberdade pessoal que o liberalismo econômico após si deixou. Do outro lado, o mundo que se liberta do colonialismo, na maior parte das vezes apenas para que os colonizadores deixem de ser estrangeiros, que hesita entre a tentação do que a Europa ainda tem para lhe dar, e que vale tanto como os espelhos e os vidrilhos de outrora, e que, descrente de suas próprias religiões, também se não sente atraído por outra religião que tantas vezes esteve ao lado dos opressores.” (SILVA, 2009, p30)



término do domínio colonial em escala “universal”. Tais argumentos serão base da proposta de uma comunidade para Portugal, Brasil e para os países africanos/ “futuras” ex-colônias portuguesas (que deveriam ser independentes e integrados horizontalmente à comunidade, na perspectiva de Agostinho).

Em crítica direta a Caetano e ao regime, Silva vai atacar o colonialismo como “acidente do tempo” (SILVA, 2009, p.26) e vai advogar a “coragem de penitência” de Portugal, “despindo-se na praça” (SILVA, 2009, p.26):

a primeira tarefa que há a enfrentar é a de eliminar toda a conseqüência dos erros que houve no passado; neste sentido é o que foi remodelável, porque podemos desistir do que, quaisquer que tenham sido as suas justificações históricas, se revelou incompatível com o que era a verdadeira natureza (...) de pôr de parte tudo que os acidentes do tempo o fizeram tomar. O primeiro dever dos guias dos povos por Deus chamados à criação da Comunidade é, antes de mais nada, antes de qualquer pensamento de integração convivente, mas sem que nela deixem de pensar, porque então nada se fará, o dever de ser bastante corajoso para o ato público de penitência que consiste em despir de vez o que a história impôs: roupagens de figuras de teatro serão inúteis para o que há a fazer; do que se precisa é de corpos nus de atletas, porventura de mártires. Tendo vestido o alheio, cumpre despi-lo na praça. (SILVA, 2009, p.26)

Sobre o colonialismo enquanto política, reitera que:

nenhum território pode estar sujeito a qualquer espécie de metrópole, nenhum traço de colonialismo pode subsistir, por mais tênue que seja, quer se trate dos territórios ultramarinos portugueses, quer, por exemplo, do Nordeste brasileiro em relação aos Estados do Sul; e a primeira missão que tem de ser confiada à grande língua comum é a de livremente poder dizer a todos os governantes a opinião de quem a fala. (SILVA, 2009, p.27)

Na mesma comunicação, Silva faz uma análise sobre história de Portugal e do “caráter do povo”, arguindo – e nestes aspectos a serem citados há o diálogo com a obra de Gilberto Freyre - a “tendência expansionista e missionária que sempre foi a da nossa gente” e uma “economia de navegação e comércio a distância” (SILVA, 2009, p.28). Tal argumento aproxima-se muito dos pontos que Freyre apresentou em “Casa Grande & Senzala” (1933), quando fala do “estado de conquista e reconquista, de fluxo e refluxo”, sendo que este “não deixou que se estabelecesse em Portugal nenhuma hegemonia, a não ser a do momento. Nenhum exclusivismo – a não ser oficial ou superficial – de raça e ou de cultura.” (FREYRE, 2003, p. 278)

Silva vai defender em sua comunicação que a tendência expansionista e missionária, junto a filiação à doutrina cristã<sup>173</sup> – da qual advoga “àquele culto do Espírito Santo que entrou em Portugal com Santa Isabel e os franciscanos e que está no início dos descobrimentos” (SILVA, 2009, p.28). O autor apresenta o caráter tolerante do “povo” de Portugal - próprio a “misturas” com os diferentes, ou seja, ele “pôde manter em convivência cristãos, mouros e judeus; que deu paz a um povo ao mesmo tempo sensual e ascético e lhe deu paz nostálgica e alegre” (SILVA, 2009, p.28). Sobre este ponto, vê-se que a questão do cristianismo e da sensualidade também é presente em Freyre, quando este diz que “Nenhum cristianismo mais humano e mais lírico do que o português [...] conservou como nenhum outro na Europa o gosto de carne” (FREYRE, 2003, p. 302).

Na sequência, o filósofo compartilha com Freyre a ideia de que Portugal é “(...) antes África que Europa” (FREYRE, 2003, p. 72) por ser geograficamente quase uma extensão natural do norte africano e forjar um povo “bicontinental”, “indeciso” e “indefinido”, “adocicado”, “aclimatado”, inclinado a “miscigenação” e a fraternidade entre os povos/raças<sup>174</sup>. Já Silva diz que:

De tudo quanto é Europa, é ainda Portugal, apesar de todos os erros, o menos europeu e lhe constituem uma reserva imensa de não europeísmo os territórios de África e de Ásia em que o seu colonialismo foi sempre, mau grado as imposições capitalistas da Europa, um colonialismo em que alguma coisa ficou de fraternidades medievais à volta do Espírito Santo. (SILVA, 2009, p.31)

Perante estas interpretações, Silva argumenta que é inevitável a conformação de uma comunidade, aglutinada por essa história partilhada e pela língua portuguesa que é remanescente em Portugal, Brasil e nas colônias africanas: estas últimas, tendentes a “libertar-se plenamente da antiga metrópole” (SILVA, 2009, p. 31). Pois, tal comunidade se posicionaria “ao mesmo tempo europeia e não europeia” (SILVA, 2009, p. 31) forjando no futuro “a possibilidade de efetuar agora o Renascimento que poderia realmente lançar o mundo a caminhos definitivos” (SILVA, 2009, p. 31), rompendo o paradigma do racionalismo

---

<sup>173</sup> Diz que “A missão essencial dos portugueses foi a de cristianizar o mundo, unindo os homens, chamando-os a uma plena fraternidade”. (SILVA, 2009, p.33)

<sup>174</sup> É possível dizer que as aproximações entre o pensamento de Freyre e Agostinho fazem parte de um debate oriundo do século XIX a respeito do “Iberismo”. Tal remete a chamada “geração de 1898” (Miguel de Unamuno (1864-1936), Ángel Ganivet (1865-1898), Pío Baroja (1872-1956), Ramiro de Maeztu (1875-1936), Antonio Machado (1875- 1939)) e a “geração de 1914” (Américo de Castro (1885-1972) e José Ortega y Gasset (1883-1955)). Estes refletiram sobre a especificidade da cultura ibérica, percebendo-a como substancialmente diferente da moderna tradição anglo-saxã. Trata-se da querela entre o hispanismo (ou iberismo) e o europeísmo (conceitos espanhóis) e a tradição e modernidade (conceitos latinos). A crítica da modernidade e o iberismo também são presentes no conjunto em Agostinho da Silva, levando em consideração a evidência de ele ter sido “bolseiro” do Centro de Estudos Históricos em Madri de 1935 até o estopim da Guerra Civil Espanhola.

européu<sup>175</sup> que acabou por estourar as duas grandes guerras – voltando-se para um cristianismo de caráter primitivo<sup>176</sup> e uma economia comunal<sup>177</sup>. Neste sentido, a comunidade seria uma “mensageira de paz num mundo à beira da guerra e como a única força capaz de restituir ao universo a confiança em Deus e em si mesmo.” (SILVA, 2009, p. 32)

O lugar do Brasil na Comunidade era fundamental para Silva. Este defendia que o território brasileiro – no seu interior rural, sobretudo na região do Sertão – teria mantido uma pureza das tradições cristãs medievais de Portugal. De forma que esta nação seria o baluarte de um reencontro de Portugal consigo mesmo e com suas antigas tradições<sup>178</sup>. Portanto, o ponto chave para ele seria a valorização do interior rural do Brasil<sup>179</sup>:

E de tudo quanto não é geograficamente Europa, é Brasil, pelo seu imenso interior, o que mais indene ficou aos contactos europeus, embora tenha

---

<sup>175</sup> Neste sentido, o autor defende que dever-se-ia “varrer de vez todos os sistemas de pensamento, ou antes, todos os jeitos de pensamento, que possam de qualquer modo vacilar perante a confiança em Deus e perante a certa racionalidade da máquina do mundo” (Silva, 2009, p.33) e demonstra uma crítica generalista a Europa pelos rumos que tomou neste século ao dizer que “a Europa não acredita em coisa alguma senão no poder da sua técnica, embora também surja de onde a onde como um pesadelo a apreensão de que tenha sido a técnica que se tenha apoderado da Europa; ao lado de uma apetência fénicia de negócios, o tédio, a displicência, o abrir-se as veias de um patriciado decadente; a plebe se atordoia como da outra vez com vários jogos de circo, pronta no fundo a unir-se ao invasor que espreita; e, no setor religioso, a atitude geral é a de ter adotado uma posição defensiva: e esta, quando não há em reserva a massa de ataque, é a mais segura receita para que se percam as batalhas. No bárbaro de agora, e a palavra bárbaro é aqui tão pouco ofensiva quanto o era, etimologicamente, para heleno e romano, há o mesmo apetite de Roma e o mesmo desgosto de Roma: Roma tem a comodidade que negam a floresta e o pântano, mas o romano, como o diz um texto medieval, é também o sinónimo, para o bárbaro, de tudo quanto há de corrupto, de pusilânime, de se perdendo ou de perdido.” (SILVA, 2009, P. 31)

<sup>176</sup> Remete aos Franciscanos (SILVA, 2009, P. 31).

<sup>177</sup> Agostinho da Silva é um crítico do capitalismo e do sistema de educação capitalista. Sobre isso diz que “Economias, políticas e escolas são apenas instrumentos mais ou menos cómodos ou mais ou menos adaptados às tarefas que se tiverem em vista; e se o objetivo for economia, política ou pedagogia, e não o homem nas suas relações fundamentais com Deus e por aí com os outros homens, o risco que se corre é o de olhar a Humanidade como um meio e não como um fim; acaba por se ter gente para servir um sistema, não um sistema para servir gente” (SILVA, 2009, P. 32). Ele partilha de uma visão cristã da economia, corrente na época, sobretudo pela escola de economia de Louis-Joseph Lebret, conhecido no Brasil como Padre Lebret. Este criou a escola “Economia e Humanismo” que dava o suporte para associações para o desenvolvimento social, em países pobres, como Brasil e Senegal. Neste sentido, Agostinho, Senghor e o Padre Lebret aproximam-se em suas concepções de estruturação do sistema econômico tendo como norteador uma concepção cristã do humanismo, vinculado a pressupostos franciscanos.

<sup>178</sup> Agostinho defende que Portugal gestou uma espécie de “renascimento medieval português” que foi interrompido e que deveria ser retomado. Diz que “a possibilidade de efetuar agora o Renascimento que poderia realmente lançar o mundo a caminhos definitivos, isto é o Renascimento do que a Idade Média portuguesa estava elaborando e o outro Renascimento cortou” (SILVA, 2009, P. 30).

<sup>179</sup> Agostinho da Silva morou na Paraíba e Pernambuco em 1952 quando fez incursões pelo Sertão, recrutando estudantes da Universidade Federal da Paraíba para missões (com inspiração franciscana) na região interior para ajudar na situação de seca. Por ocasião desta experiência e pela observação das tradições dos povos do interior rural do Sertão escreve e publica, em 1957, “Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa”, ao qual percebe-se o adensamento de sua interpretação dos símbolos que anunciam o Quinto Império nos poetas Luís de Camões em “Ilha dos Amores” e Fernando Pessoa em “O Rei Encoberto”, bem como nas festas do Espírito Santo e o Sebastianismo. Nesta obra aparece a sua extrema admiração pela vida e obra do Padre Antonio Vieira e vai dizer que “A acção de Vieira e outras circunstâncias torna, esta região, em que por exemplo o sebastianismo é vivo – há várias aldeias de pescadores onde vêem de vez em quando desembarcar D. Sebastião da Armada.” (SILVA, 1957, P. 25-87.)

praticamente apreendido da Europa tudo quanto é necessário que da Europa fique para a construção de uma civilização futura. (SILVA, 2009, p. 31)

Tanto Agostinho da Silva quanto Gilberto Freyre, em seus argumentos utilizados em obras na década de 50, olharam para as culturas sob uma perspectiva não histórica, tal como um “museu vivo”<sup>180</sup>. Agostinho da Silva argui que o sertanejo na região do atual nordeste do Brasil seria a preservação da cultura dos colonizadores portugueses do século XV. Já Freyre olha para os “negros da Guiné”, em suas viagens pelo Ultramar Português no início da década de 50 em simetria com os negros escravizados trazidos para o Brasil e inseridos na dinâmica da *Senzala*<sup>181</sup>.

Sobre as permanências culturais, em um terceiro contraponto, Marcello Caetano, destaca a respeito do Brasil:

Encontramos, quer nas conversas com os brasileiros quer mesmo na observação da realidade cotidiana; a necessidade de uma maior presença de Portugal em matéria cultural.

O Brasil é o herdeiro da nossa cultura, está em condição de ser um dos grandes laboratórios dela para o futuro e é aí que nós temos que esperar que se desenvolva o patrimônio cultural português juntamente com todos os territórios portugueses da África e do Oriente.

Mas aí multiplicam-se e competem tantas influências estranhas que nós não podemos de forma nenhuma abandonar nossa presença cultural de maneira que eu estou convencido que é indispensável acentuar a presença portuguesa indo ao encontro daquilo que é a natureza do espírito brasileiro e o desejo do Brasil. O Brasil quer que a cultura portuguesa esteja cada vez mais presente e é dever nosso que não se sinta em nenhum momento uma deficiência dessa presença<sup>182</sup>

A presença da herança cultural comum é reiterada, muito embora saliente-se a questão das “influências estranhas”<sup>183</sup> vistas na cidade de Salvador da Bahia, no que concerne à presença de descendência “afro” – sobretudo a questão do candomblé, tão em voga nos estudos na Universidade da época, considerando que houve, na programação do evento, saídas de campo às casas das Mães de Santo. A concepção de “cultura portuguesa” arguida por Caetano na ocasião destoa completamente do opositor na sessão, Agostinho da Silva, que trata a herança portuguesa como imanente no Brasil (e seria o “verdadeiro Portugal”) enquanto Caetano coloca

<sup>180</sup> Expressão de Freyre em *Aventura e Rotina* (FREYRE, 1953, P. 260)

<sup>181</sup> Freyre diz que: “É principalmente com os olhos de brasileiro que não sabe separar o destino do Brasil do de Portugal que vejo a Guiné portuguesa. Sinto-me aqui numa espécie de Alto Amazonas ou de Alto Mato Grosso Português, que sendo já antigo território lusitano, só agora começasse a realmente aporuguesar-se (FREYRE, 1953a, p. 281).

<sup>182</sup> Transcrição da autora da entrevista televisiva dada por Marcello Caetano, reitor da Universidade de Lisboa, em ocasião do IV Colóquio de 1959. In: <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/marcelo-caetano-regressa-do-brasil/>> <acesso em 3/09/2019>

<sup>183</sup> Ibid.

esta como algo a ser fomentado a partir de Portugal. A contenda é uma expressão do difícil consenso do “lusu-brasileiro”<sup>184</sup> em pauta no Colóquio.

O embate de um ideário imperial que parte das defesas do representante do regime de Salazar perante um dito universalista<sup>185</sup> provindo da voz de Agostinho da Silva, colocam na agenda diferentes significados sobre o que é o “lusu” e o que seria o “brasileiro” – ambos dialogando com Freyre - nutrindo diferentes missões e significados históricos para a “Comunidade Luso-brasileira” em termos políticos<sup>186</sup>.

## 2.2 Adição “afro” ao “lusu-brasileiro”: circulações (1960)

A ideia de uma comunidade política “Luso-brasileira” ou “Luso-afro-brasileira” – combinando os significados variáveis de “lusu” (uma “lusitanidade”), “afro” (uma “africanidade”) e “brasileiro” (uma “brasileidade”) circulou entre Brasil, Portugal e o Senegal. Estes trânsitos se justapõem ao processo de construção das relações políticas entre o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) voltada aos estados recém independentes do continente africano, dentre eles, especialmente, o Senegal, cuja figura proeminente foi seu presidente, Léopold Senghor. Em decorrência destas, o estadista senegalês que vêm para o Brasil em visita oficial em 1964 e propõe que o Brasil lidere uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” – retomando o projeto pautado por Agostinho da Silva, em 1959.

---

<sup>184</sup> Há um arcabouço conceitual historicamente anterior sobre os consensos a respeito do luso-brasileiro que são debatidos na tese de Paredes (2013).

<sup>185</sup> Segundo Agostinho: “O que a Comunidade Luso-Brasileira tem de realizar no Universo é, para além de toda sua estrutura política ou econômica, uma missão religiosa, naquele reatar de apostolado por que o mundo espera a partir do século XV (...) Na crença de que é inteligível a estrutura do mundo e de que é inesgotável a possibilidade do homem. Teremos então marchado, pela Comunidade, para um integral universalismo: ou, por outras palavras, para um mundo verdadeira e definitivamente católico.” (SILVA, 2009, p. 36)

<sup>186</sup> A década de 60 foi um período de turbulências para Portugal e seus objetivos ultramarinos: no plano interno houve o “Assalto ao Santa Maria” e a tentativa de golpe de Botelho Moniz (CASTELO, 1999). Em 1961 dá-se o início da Guerra Colonial em Angola, conflitos que rapidamente vão se alastrar para Moçambique e Guiné. Dá-se início o envio de material bélico para o combate dos chamados “rebeldes africanos” ao mesmo tempo em que convoca uma remodelação legislativa – que debate a autonomia administrativa das províncias ultramarinas. Com relação ao parecer do Conselho Ultramarino, este é favorável a uma autonomia mais ampla das províncias e a reforma orienta-se no sentido de uma descentralização administrativa (CASTELO, 1999. LUCENA, 2015). Os conflitos gerados dentro da pasta do Ultramar entre os apoiadores de Adriano Moreira - descentralistas e propositores de um “cariz de igualdade racial” à legislação ultramarina (CASTELO:1999:62) e os que se contrapunham foi grande. Tal gerou o afastamento de Moreira em 1962. A opção do regime foi pelo recrudescimento com relação a descentralização.

As relações entre o Brasil e Senegal são perpassadas pela reivindicação da partilha da “lusitanidade” – entre Brasil e os territórios africanos colonizados pelos portugueses, incluindo aí a região sul do Senegal. Neste sentido, Senghor projeta o ensino de língua portuguesa no sistema de educação do estado recém independente. Consequentemente, houve a necessidade de cooperação de professores de língua portuguesa, os quais não foram buscados em Portugal ou nas colônias<sup>187</sup> mas sim em uma instituição brasileira recém estruturada. Tal é a convergência do Governo Senegalês e da Universidade de Dakar<sup>188</sup> junto ao recém-criado Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), vinculado a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tinha como proposta a “construção de pontes com a África” (SILVA, 1994).

O encontro do projeto político de Senghor com as aspirações do CEAO abarcava o fomento do ensino de língua portuguesa em um pacote que proporciona cursos de cultura brasileira e a recepção de literaturas brasileiras. Para o Itamaraty<sup>189</sup> que chancelou a cooperação - e para os pesquisadores do CEAO a ele vinculados - Dakar torna-se uma das portas de entrada para uma nova política externa perpetrada na época<sup>190</sup>. Isto irá reverberar em acordos de cooperação econômica e cultural, olhando para os países recém-independentes em África.

---

<sup>187</sup>No início da década de 60 há uma virada na política de Portugal, quando da pressão internacional anticolonial que se torna mais expressiva em conjunto com o início dos conflitos na Guiné, Angola e Moçambique. Em 1961, como uma resposta a este contexto, Adriano Moreira assume o Ministério do Ultramar, procurando “imprimir um cariz de igualdade racial à legislação ultramarina (...) em nome da ‘criação de comunidades multirraciais e [d]a implantação no ultramar de novas civilizações luso-tropicais’” (CASTELO, 1999, p. 62). Há a abolição do regime de indigenato, a medida mais significativa para as colônias, dentre todas. De igual forma, ocorre a concessão de cidadania a todos habitantes das províncias ultramarinas. Neste entremeio, a guerra colonial estoura em Angola e logo irá iniciar-se nas outras províncias. Os posicionamentos políticos se fragmentam ainda mais em Portugal e o debate sobre a permanência do regime salazarista é que dá a pauta, tal como mostrado em detalhes por Castelo (1999) e Silva (2008). Adriano Moreira e Sarmiento Rodrigues, no cargo de Governador de Moçambique (1961-1964) formam uma das “alas reformistas” (Silva, 2008) que logo vai ser retirada de cena no momento em que Adriano Moreira propõe uma revisão da Lei Orgânica do Ultramar Português, em prol de uma autonomização das províncias, o que é atacado por uma ala centralista, acabando por se dar o afastamento de Moreira, em 1962. Cabe dizer que Sarmiento Rodrigues também será removido por conta da defesa de um “Sistema Federal Tropicalista no Império Português” e suas ideias luso-tropicalistas passam a ser objeto de vigia da PIDE a partir de 1960. (SILVA, 2008)

<sup>188</sup>A Universidade de Dakar foi criada em 1957 a partir da aglutinação de centros de ensino menores legados do período colonial – como “L'École de médecine de l'Afrique-Occidentale française” e o Institut Français d'Afrique Noire. Atualmente se chama “Université Cheikh Anta Diop de Dakar” e foi inaugurada em 9 de dezembro de 1959.

<sup>189</sup>É de fundamental importância para este trabalho a PEI (Política Externa Independente) praticada pelo Itamaraty no curto governo de Jânio Quadros sob chancela de Afonso Arinos de Melo Franco (Belo Horizonte, 1905-1990) que buscou uma aproximação com o mundo afro-asiático e socialista. Coordenou a abertura de embaixadas nos países recém independentes (Senegal, Nigéria e Congo) e fez viagem a estes países sendo recepcionado por Léopold Senghor. Teve uma longa e atuante carreira política, destacando-se como Senador e como representante do Brasil na ONU – quando da chancelaria de Francisco Clementino San Tiago Dantas durante o regime parlamentar (1961) – mantendo sempre posturas anticolonialistas frente a uma política brasileira que flertava com o Salazarismo.

<sup>190</sup>Dakar enquanto uma porta de entrada para o Brasil na África aparece amplamente nos jornais brasileiros entre 1960 até 1964 (quando da vinda do Presidente Senghor ao Brasil). Tal questão será analisada na próxima secção desta tese o qual demonstra um discurso corrente da irmandade entre Brasil e Senegal por conta de uma proximidade cultural pois ambos seriam países culturalmente plurais e miscigenados.

O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) foi criado por Agostinho da Silva logo após o Colóquio apresentado em pormenores na seção anterior, junto ao Reitor da UFBA, Edgard dos Santos e representante da UNESCO (que injetou verbas condicionando o centro aos estudos orientais). Admitindo que sobre África, Silva “nada sabia e nem convinha inventá-la” (SILVA, 1994, p.3), ele começa por fomentar a “biblioteca, organizando exposições, por exemplo a de arte do Japão, e oferecendo bolsas a quem estivesse disposto a ir a África para África aprender”. (SILVA, 1994, p.3) Também focalizou no envio de cartas sobre a fundação do Centro para diversos contatos internacionais<sup>191</sup>. Foi por ocasião do IV Colóquio que Silva conhece seus colaboradores já locais: Pierre Verger<sup>192</sup>, assim como seus parceiros na institucionalização do centro de estudos, o odontólogo Vivaldo Costa Lima<sup>193</sup> – que logo abandonaria a carreira na saúde para dedicar-se aos estudos africanos e à antropologia – e Waldir Freitas Oliveira<sup>194</sup>, cuja amizade remete ao espaço de sociabilidade do famoso “candomblé de Olga Alaketu”<sup>195</sup>.

O esforço e objetivo inicial do Centro vinculava-se, no projeto original de Agostinho da Silva, a aproximação de Brasil e África em geral, forjando alianças que fortaleceriam, naquele contexto de derrocada do colonialismo, para fins de arquitetar novas comunidades políticas com base em pressupostos outros que não o domínio e opressão colonial. Assim como o Brasil, que havia conquistado sua independência de Portugal, também o Ultramar Português deveria seguir

---

<sup>191</sup> A correspondência internacional enviada do CEAO por Agostinho da Silva apresentando o projeto da instituição em 1960 é volumosa e pode ser consultada no arquivo do Centro de Estudos Afro-Orientais.

<sup>192</sup> Pierre Edouard Leopold Verger (Paris, 1902-1996), francês que é rebatizado na Bahia Pierre Fatumbi Verger foi um fotógrafo e etnólogo. Dedicou maior parte da sua vida aos estudos do tráfico atlântico de africanos escravizados, enfocando nas religiões afrodescendentes e os fluxos culturais e econômicos. Na Bahia foi iniciado no candomblé e tornou-se um sacerdote. Viajou por vários países africanos e foi colaborador do Centro de Estudos Afro-Orientais orientando os intercambistas brasileiros nas universidades africanas.

<sup>193</sup> Vivaldo da Costa Lima (1925-2010), odontólogo, antropólogo e professor da UFBA. Foi o pioneiro a viajar para a África representando o CEAO. Segundo Agostinho da Silva “e voltou perito em África que, com tanta profundidade, tão compreensiva disposição humana, tanto talento, estudou no Benin, na Nigéria, no Gana” (SILVA, 1994, 3). De fato, teve uma importante atuação em lecionar cultura brasileira e língua portuguesa em universidades destes três países e foi de fundamental articulação para o envio de estudantes destes países para a Bahia. Sobre os pormenores de sua atuação, há uma análise de toda a documentação do arquivo do CEAO, feita por Luiza do Nascimento dos Reis (2010) em sua dissertação e tese de doutorado.

<sup>194</sup> Waldir Freitas Oliveira foi o parceiro e sucessor de Agostinho da Silva como diretor do CEAO (de 1961 a 1972). Reconhecido por suas pesquisas em histórias da Bahia. Já citado na nota 39 deste trabalho.

<sup>195</sup> Trata-se do terreiro de candomblé “Ilê Maroιά Láji” – o famoso “Terreiro do Alaketu”, dirigido por 57 anos por Olga Francisca Régis (1925-2005), conhecida como Olga do Alaketu. O Museu Afro-Brasil da UFBA informa que Dona Olga é descendente direta da fundadora do terreiro, a africana Otampê Ojarô (que aqui no Brasil foi batizada de Maria do Rosário), princesa da linhagem real Arô, do Antigo Reino de Ketu, localizado no atual país Benin. Sendo o “Ilê Maroιά Láji” um terreiro cuja sucessão de liderança obedece à linhagem sanguínea feminina. Era espaço de sociabilidade em Salvador bastante frequentado por intelectuais. O Museu Afro-Brasil informa que “Ao longo de sua vida, a mãe de santo foi amiga de políticos ilustres como Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek e sua casa era constantemente visitada por Edson Carneiro, Pierre Verger, Gilberto Gil, Jorge Amado e Camafeu de Oxóssi.” <Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/dona-olga-do-alaketu>> <acesso em 04/09/2019>

o mesmo curso, construindo, futuramente, uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” de nações soberanas e independentes – em uma visão cristã, messiânica e profética<sup>196</sup>.

O intuito inicial de Agostinho da Silva era uma aproximação com o “afro” – do qual admitia pouco saber – e um estabelecimento deste junto ao “lusó” e o “brasileiro”: tal retórica tinha fins políticos que abarcavam um ideal de construção de uma comunidade a partir da cultura e língua comum, a portuguesa. Assim, Silva projetava uma aproximação do Brasil – que exerceria um lugar de liderança política – para com Angola, Moçambique, Cabo Verde<sup>197</sup> e Guiné Portuguesa – projeto ainda incipiente e com falta de um formato oficial. Transparece em suas correspondências de 1959 um desejo de fundar este centro de estudos africanos no Brasil, assim como o projeto de formação de centro de estudos brasileiros em Moçambique<sup>198</sup> e Angola<sup>199</sup>. Tendo em vista o aberto posicionamento antisalazarista do português Agostinho

---

<sup>196</sup> A tese de doutorado de Jussilene Santana – Prêmio CAPES de Tese de 2013 - defendida na Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia em 2011 com o título “Martim Gonçalves: uma escola de Teatro contra a província” mostra que a Escola de Teatro serviu como um dos redutos e parceria para a existência e implementação dos projetos do Centro de Estudos Afro-Orientais. Segundo Santana (2011, p.219) “Liste-se que, apenas em 1959, a Escola de Teatro: apoiará institucional e financeiramente as pesquisas etno-musicais de Pierre Verger na Bahia e na África; acolherá, e não será aleatório, em sua estrutura funcional e em atividades os pesquisadores do futuro Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade da Bahia, o pensador português Agostinho da Silva e o dentista baiano, futuro antropólogo, Vivaldo da Costa Lima”. A autora mostra que neste período a escola havia recebido financiamentos estrangeiros da Fundação Rockefeller e por isso passou a ser um ponto de apoio para diversas iniciativas. Sobre isso a autora sintetiza que (2011, p.222) “Apesar de alguns planos não terem sido concretizados da forma como foram concebidos, a tese defende a ideia de que tanto Pierre Verger, quanto Lina Bardi, Agostinho da Silva, Glauber Rocha e Vivaldo da Costa Lima, todos eles apoiam o embrião de suas respectivas ações/instituições/reflexões culturais na estrutura institucional oferecida pela Escola de Teatro.”

<sup>197</sup> Agostinho colocava um lugar estratégico para Cabo Verde na comunidade: este seria um “órgão consultivo ou deliberativo comum” pois “jamais teria meios de dominar ninguém” (SILVA, 1995, p. 18).

<sup>198</sup> Agostinho da Silva se correspondeu com o cônsul honorário do Brasil em Lourenço Marques, Júlio Gomes Ferreira. Este expressou a vontade de fazer funcionar um centro de estudos brasileiros numa sala anexa ao consulado. Segundo Reis (2010, p.51), houve uma parceria para o envio de materiais entre Moçambique e o Brasil: “o cônsul preparou volumes contendo objetos para a sala dedicada a Moçambique. Esses objetos – moedas, selos, levariam quase um ano para chegar a Salvador, depois de muita negociação e mobilização de Agostinho da Silva, para liberar os tais pacotes presos na alfândega do Rio de Janeiro com a desconfiança de tratar-se de contrabando. O interessante desta história é que os pacotes haviam sido enviados pelo Cônsul em Moçambique e estavam endereçados à Universidade da Bahia. Os funcionários da Alfândega deveriam estar muito marcados pelas práticas de comércio ilegal para acreditarem num intercâmbio notoriamente oficial, ou a burocracia para efetivar a transação era mesmo muito rígida.” A proposta do Centro Brasileiro foi idealizada em articulação com o cônsul Geral do Brasil Lisboa, o Dr. Itajuba de Almeida Rodrigues, e até realizou uma palestra do professor Dinis Andrade. Porém, o estado português negou a existência deste centro e recebeu resposta de que “Não existe em Lourenço Marques nenhuma instituição denominada ‘Centro de Estudos Brasileiros’” (REIS, 2010, 53) mostrando que as dificuldades de relacionamento dos projetos de Agostinho com o Estado Português.

<sup>199</sup> Agostinho da Silva tinha contato com pessoas em Angola a partir de sua participação no Grupo Sul de Florianópolis, que realizava publicações de literatos angolanos que depois foram vinculados aos movimentos nacionalistas. Sobre estes vínculos Junior (2017, p. 209) atesta que após a perseguição pela PIDE dos integrantes da Revista “A Mensagem” e derivada desta, há “(...) em Novembro de 1957, uma nova revista, CULTURA (II), editada pela Sociedade Cultural de Angola (já tinha existido uma primeira CULTURA, em 1942-47, de inspiração liceal irrelevante) propôs prosseguir e actualizar a linha editorial da Mensagem. Esta, por sua vez, encontraria a iniciativa levada a cabo pelo CEAO de Agostinho da Silva, da instalação de um Centro de Estudos Brasileiros em Luanda, como atesta a edição de maio de 1960: ‘por iniciativa e convite da Universidade da Baía, que naquela cidade pretende criar organização paralela, a Sociedade Cultural de Angola, de colaboração com o Rotary Clube



da Silva assim como o contexto de vigilância do governo de Portugal nas colônias, a instituição de convênios – evidentemente “suspeitos” por parte da administração colonial - se tornou improvável<sup>200</sup>.

Agostinho da Silva tentou aproximação com as regiões africanas em domínio colonial português, “mesmo sabendo que na Bahia o interesse maior seja o iorubá”<sup>201</sup> e buscou o diálogo com instituições de Angola e de Portugal procurando parcerias para oferecer cursos. No entanto, o desconhecimento das especificidades era reconhecido pelo próprio Silva, que estava em busca de cursos de “línguas bantas”<sup>202</sup>. Além disto, a guerra colonial em Angola e Moçambique já estava em curso, o que dificultou a aproximação de espaços nas colônias portuguesas com o Centro de Estudos Afro-Orientais – foco inicial de Agostinho da Silva.

Estes também foram sobrepujados pela forte presença de indivíduos interessados no que Pierre Verger chamou de “fluxos e refluxos” em relação às culturas e religiões de descendência africana presentes em Salvador<sup>203</sup> por conta do tráfico atlântico de escravizados. Também foi

---

de Luanda, decidiu proceder a criação e instalação de um ‘Centro de Estudos Brasileiros’, cuja comissão organizadora, composta por elementos de ambas as associações, iniciou os seus trabalhos”.

<sup>200</sup> Sobretudo porque no contexto de 1959-1960, ano em que se concentraram os intentos de Agostinho da Silva, tentava-se abafar – sobretudo via PIDE/DGS - a todo o custo defesas políticas dos setores antialazaristas, mormente com relação a questão da preparação para as independências das colônias e a negação da existência dos movimentos anticoloniais organizados (CHABAL, 2002).

<sup>201</sup> Carta de Agostinho da Silva a Rodrigo de Sá Nogueira, 1960. Arquivo do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. Caixa: Correspondências internacionais – 1960.

<sup>202</sup> Este entra em contato com o CEPS - Centro de Estudos Políticos e Sociais do Ultramar – mais precisamente com o Instituto de Línguas africanas e Orientais e trocou cartas com Rodrigo de Sá Nogueira que, na ocasião, estava em Moçambique por ocasião de um estudo sobre o “Xi-ronga”. Corresponde-se também com Henrique Duarte Fonseca, vice-presidente da sociedade cultural de Angola, buscando articulações para o curso, que não ocorreu. Para o mesmo projeto, contata o Presidente da Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG), Comandante Ernesto de Vilhena, apresentando a fundação do CEAO e pedindo publicações da Companhia referente a pesquisas científicas (REIS, 2010, p.49). Agostinho elogia a exposição do Museu do Dundo feita por ocasião do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. No intento, solicitava ao diretor contribuições para o Museu do CEAO que estava procurando acervo. Em nenhum momento questionou a atividade exploratória da DIAMANG em Angola e travou uma troca de correspondências profícua, porém, a doação não chegou a se efetivar. Outros contatos foram feitos com os Colégios Maristas em Angola e Moçambique. Segundo Reis (2010, p. 46) houve troca de correspondências entre Agostinho da Silva e o Irmão José Marques Ferreira (do Colégio Cristo Rei de Luanda), que disponibilizou para troca de materiais entre Angola e Brasil e compactuava com a ideia de Agostinho da aproximação entre Brasil e Angola. De igual forma correspondeu-se com Antonio Raúl, do Colégio São José, na Província de Silva Porto (Bié, Angola) e com a professora Maria Conceição Nobre Basílio Príncipe, que diz ter enviado “objectos de arte indígena e livros angolanos”. Maria Conceição, em 1959, cria o Núcleo de Estudos Angolano-Brasileiros, em Lobito, por ocasião dos contatos com o CEAO. Este Núcleo teve uma profícua troca com o CEAO, mesmo que da periferia de Angola. Agostinho da Silva encaminha o contato de Nobre para o Itamaraty, que requer o pedido de um de um vice-consulado brasileiro em Angola. Nas trocas ela faz uma crítica a “falta de investimento da administração portuguesa colônia”. O Movimento do núcleo de estudos estende-se a Benguela. Está disponível no “Boletim Cultural do Huambo” (número 12, de 1960) a conferência de abertura do Centro proferida por Maria Conceição Nobre sobre Literatura Brasileira contando com a presença de várias autoridades locais. Disponível no Acervo Digital do site “Memória de África e do Oriente”. <<http://memoria-africa.ua.pt/>>

<sup>203</sup> Junior (2017, p. 107) vai dizer que a busca cultural e identitária em Salvador, naquele momento, se baseia em um conhecimento comum e corrente sobre a “suposta matriz africana na antiga ‘Costa dos Escravos’ por parte dos adeptos e estudiosos dos cultos afro-brasileiros. Esse interesse tem origem na reverberação dos estudos pioneiros de Nina Rodrigues, os quais inauguraram uma tendência na africanística brasileira que ficou conhecida pela crítica

dado ênfase ao estudo de línguas<sup>204</sup> vinculadas aos povos da chamada “Costa dos Escravos”, mais precisamente o Iorubá<sup>205</sup>.

Consequentemente, o projeto foi lançado em direção a outros países recém independentes no continente africano, os quais estavam em busca de parcerias e afirmação internacional a partir de 1960 – como o Senegal, Nigéria e Gana. Em um contexto que se insere logo após a Conferência de Bandung (1955)<sup>206</sup>, o qual retrata uma preocupação de incentivar a cooperação entre países classificados como de Terceiro Mundo<sup>207</sup>, esta foi uma via aproveitada por Agostinho da Silva<sup>208</sup>, tomando grande impulso com a eleição de Jânio Quadros<sup>209</sup> – fator de relevância para entender os primeiros anos do CEAO<sup>210</sup> e a aproximação de Silva com o Itamaraty<sup>211</sup>.

O projeto de intercâmbio (CEAO) foi instituído com o objetivo de enviar professores de língua portuguesa e cultura brasileira para os países africanos e suas universidades – criando

---

teorética como ‘nagocentrismo’, ou seja, a supervalorização e priorização das culturas genericamente identificadas pelo etnônimo ‘nagô’ e que eram oriundas daquela região.”. Percebe-se que Agostinho da Silva não compartilhava deste “nagocentrismo”.

<sup>204</sup> O primeiro curso de língua instituído foi de iorubá. Após uma polêmica, decidiu-se pela contratação do professor Ebenézer Lasebikan por influência de Pierre Fatumbi Verger. Ebenezer Latunde Lasebikan era Nigeriano (REIS, 2010).

<sup>205</sup> Língua falada dentro de um contínuo cultural-linguístico composto por 22 milhões a 30 milhões de falantes que está presente no continente Africano em regiões que abrangem o território da atual Nigéria, Togo, Benin e Serra Leoa.

<sup>206</sup> Reunião de 29 países do continente africano e asiático em Bandung (Indonésia) em 1955 – com observadores internacionais, incluso o Brasil - com vista a debater uma nova força política global, o Terceiro Mundo, estruturando a promoção de cooperação cultural e econômica afro-asiática, apoiando os movimentos de descolonização. A conferência tem muitos desdobramentos com o movimento dos não-alinhados.

<sup>207</sup> Os desdobramentos de Bandung e conceitos daí oriundos vão fundamentar o discurso e as possibilidades de cooperação quando da vinda de Léopold Senghor ao Brasil em 1964 que será analisado neste trabalho na sequência.

<sup>208</sup> Apesar de o Brasil no momento estar politicamente alinhado com Portugal – nas políticas perpetradas pelo governo de Juscelino - do que com uma preocupação anticolonialista ou terceiro-mundista. (ALBUQUERQUE, 2011)

<sup>209</sup> Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil em outubro de 1960. Seu governo dura sete meses pois este renuncia. É importante ressaltar o quadro da Política Externa Independente colocada em prática por este presidente com base nas ideias de San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Araújo Castro. Sobre a eleição de Quadros, Agostinho relata: “Por esta altura, já de 60 para 61, houve as eleições para a Presidência da República, as últimas que se fizeram em plena liberdade até a recente de 89, sendo um dos candidatos Jânio Quadros, mas tendo eu votado pelo outro, Teixeira Lott, por me parecer que, com ele, iria o Brasil por mais tranquilos caminhos de paz interna. Quem porém, foi eleito, com absoluta e impressionante maioria foi Jânio, e logo disse ao reitor da conveniência que haveria em contatar o Presidente e lhe falar do trabalho do Centro. Estou, no entanto, em crer que o reitor também votara pelo vencido, o que afinal haveria de lhe custar o cargo, e não houve de sua parte nenhum interesse pela proposta.” (SILVA, 1995, p. 3). Foi neste contexto que Agostinho entra em contato diretamente com Quadros e o Ministério das Relações Exteriores por conta dos interesses do CEAO e torna-se assessor da política externa africana do governo brasileiro ao passo que o CEAO passou a receber recursos extras do governo federal. Trabalhou diretamente com embaixador José Aparecido de Oliveira na época, que influenciado pelas ideias deste (OLIVEIRA, 2006, p. 248) foi depois mediador da efetivação da CPLP nas próximas décadas.

<sup>210</sup> O CEAO obteve apoio financeiro do governo federal e por conta disto, “Um belo dia passou o centro de seu subterrâneo para um palacete” (SILVA, 1995, p. 7)

<sup>211</sup> Com base nas ações de Agostinho da Silva houve a criação de embaixadas nos países africanos recém independentes e a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), vinculada à Presidência da República – que depois dará origem ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, em 1973, vinculada a Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro.

núcleos de estudos de cultura brasileira nas universidades destes países – assim como trazer africanos para estudar nas universidades brasileiras, em uma segunda fase<sup>212</sup>. Sobre a relação do CEAO com o Itamaray, Silva retrata que:

(...) se teve perfeita e contínua colaboração durante os seis meses que durou a Presidência e em que se estabeleceu, pela abertura de embaixadas em África, pelo tratado com o Senegal, que ajudei a redigir, e pela vinda, com bolsas, de estudantes africanos que freqüentariam os cursos superiores que escolhessem e os completariam na Bahia, no Recife, no Rio ou em São Paulo com, logo no primeiro ano, cinqüenta bolseiros, o início da colaboração que depois se foi firmando e ajudará, um dia, a que um conjunto jurídico dos países da língua comum contribua para maior humanização do resto do mundo (SILVA, 1994, p.3)

O envio de professores para ministrar aulas e realizar pesquisas em países do continente africano via convênio foi implementado por Agostinho da Silva, com o suporte de Verger, sendo Vivaldo Costa Lima<sup>213</sup> o primeiro professor brasileiro e baiano enviado para a Nigéria pelo CEAO, a convite de Silva. Costa Lima, em seu plano de estudos, tinha como interesse pesquisar “as sobrevivências religiosas africanas no Brasil” com vista a compreender melhor “o complexo afro religioso afro-baiano”<sup>214</sup>.

O segundo pesquisador baiano enviado para o continente africano pelo CEAO foi para a Universidade de Dakar, na capital do Senegal: era Pedro Moacyr Maia<sup>215</sup>, literato, especialista

<sup>212</sup> Os intercambistas vindos de África para o Brasil são analisados em pormenores na dissertação de mestrado de Luiza Nascimento dos Reis (2010) “O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: Intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964).” Verger, em carta (dezembro de 1961) a Vivaldo Costa Lima publicada pela Revista Afro-Ásia do CEAO (Afro-Ásia, 2007, n. 37, p. 259.) identifica-os: “5 YORUBAS em traje nacional, todos bastantes simpáticos, 5 de Gana, conscientes e reservados, 4 do Senegal (1 francês, branco como neve, 1 moça mestiça de peuhl e de francês com algum outro sangue, um cabo-verdiano, (ou mais exatamente um filho de um cabo-verdiano e uma descendente da Bahia), e finalmente um camaronês [...] representativo do Senegal)”

<sup>213</sup> Vivaldo Costa Lima foi odontólogo que abandonou a profissão para estudar ciências sociais. Natural de Feira de Santana (BA), em Salvador passa a se interessar por estudos sobre o Candomblé. Conhece Agostinho da Silva pela ocasião do IV Colóquio em 1959. Reis (2010, p.73) apresenta que Vivaldo Costa Lima rememorou em entrevista em 2004: “Essa iniciativa do Agostinho da Silva revolucionou realmente a metodologia da pesquisa entre nós, porque nós éramos muito livrescos naquele tempo, e foi Agostinho quem nos deu a oportunidade de viajar, fazer trabalhos de campo. Na época vivíamos uma situação política de aproximação com a África e com os países africanos, mas se tratava também de um aspecto cultural, não é? Fui eu o primeiro professor a ir para a África por conta da Universidade Federal da Bahia, para fazer pesquisas e estudos na Nigéria, na zona de influência cultural maior aqui na Bahia, da região onde vivem os chamados Nagôs, entre outras etnias.”

<sup>214</sup> Tributários da “Escola Baiana” cuja base remete aos trabalhos realizados por Nina Rodrigues e Edson Carneiro. Buscavam as “raízes africanas” do candomblé baiano, com interesse expresso pela Nigéria. O intercâmbio foi facilitado pela presença e apoio de Pierre Verger – e seus contatos internacionais.

<sup>215</sup> Pedro Moacyr Maia (Salvador, 1929-2008) foi escritor, imortal pela Academia de Letras da Bahia e foi também professor da UFBA assim como diretor do museu de Arte Sacra da Bahia entre 1982/1989. Organizou importante obra que compila as cartas inéditas de Graciliano Ramos, publicada em 2008. Segundo relato da “Revista de História”, Maia “era quem mais sabia sobre a história dos azulejos no Brasil”. Homem considerado “de grande cultura e finíssima sensibilidade”, foi professor de Português e Cultura Brasileira na Universidade de Dacar, diretor dos Centros de Estudos Brasileiros em Buenos Aires e Santiago do Chile, professor do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia e diretor do Museu de Arte Sacra de Salvador. Durante mais de trinta anos mandou

em história da arte religiosa. Foi recebido como Leitor de língua portuguesa na Universidade, assim como ministrou aulas de português, literatura brasileira e cultura brasileira, recebendo uma série de materiais (livros, panfletos, etc) para compor uma biblioteca na Universidade de Dakar. A instituição da Embaixada Brasileira no Senegal fez parte da empreitada de convênio cultural e universitário entre os dois países, operado por Maia. Desta forma, o fomento de uma proximidade de Brasil com o Senegal – desdobrada com fluxos de pessoas e ideias entre os dois países. Estes serão analisados na próxima parte deste trabalho, assim como as afinidades do literato Moacyr Maia com o “poeta caído na política”, presidente do Senegal, Léopold Senghor e com alguns auxiliares que o cercam no governo.

### 2.3 Uma certa “brasilidade” em Dakar (1960-1963)

Tendo visto o contexto dos intercâmbios entre Brasil e Senegal, esta parte do trabalho pretende olhar para a implementação dos estudos de cultura brasileira e de língua portuguesa na Universidade de Dakar<sup>216</sup>, considerando a convergência entre os interesses do Centro de Estudos Afro-Orientais<sup>217</sup> e do Itamaraty<sup>218</sup> junto aos do governo senegalês. Em um segundo

---

imprimir regularmente, em pequena tiragem, e distribuir como presente aos amigos, livros e folhas dobradas – as Edições Dinamene, disputadas pelos bibliófilos, e que, perfeitas como fatura e inexcedíveis no bom gosto, da escolha dos textos à do papel, Carlos Drummond de Andrade definiu como trabalhos de ourivesaria gráfica.” <Disponível em: <http://lcfaco.blogspot.com/2012/11/petrus-pedro-moacir-maia.html>> <Acesso em 06/09/2019>

<sup>216</sup> A Universidade de Dakar foi inaugurada em 1959. Retrata-se a presença na cerimônia de inauguração da Universidade de Pierre Verger, vindo da Bahia, o qual mediu o convite para Martim Gonçalves, diretor da Faculdade de Teatro da UFBA (SANTANA, 2011, p.231), para comparecer em Dakar. Posteriormente, o CEAO terá vínculos estreitos em seus processos de estruturação inicial com a Escola de Teatro. Portanto, os vínculos de cooperação (entre grupos da Bahia e em Dakar) já remetem à inauguração da instituição universitária em Dakar. O ensino e as instituições de pesquisa tiveram um lugar importante no início do projeto nacional do Senegal – assim como foram um forte lugar de disputa.

<sup>217</sup> Sobre a convergência do CEAO com o Itamaraty, Vivaldo Costa Lima em entrevista vai rememorar: “(...) foi o diretor, Agostinho da Silva que era um homem político, não é? E que, naquele tempo, Jânio Quadros, ele realmente criou no Itamaraty, a Divisão da África. Naquele tempo, a África era um exílio, havia poucas embaixadas. Nós é que criamos tudo isso, Agostinho da Silva foi quem criou tudo isso. Eu acho que o CEAO teve uma importância muito grande nesse plano de relações nacionais e internacionais com a África, mandando para lá professores, leitores de estudos brasileiros, leitores de português, como a professora Ieda de Castro com o marido, o professor Pedro Moacir Maia, que foi para o Senegal, eu que fui para Nigéria, a professora Ieda que foi para o Congo, professores que mostraram a importância do intercâmbio, trazendo estudantes bolsistas para cá, compreendeu? Tudo isso está na correspondência com a reitoria e com o professor Agostinho da Silva.” (FARIAS e RODRIGUES, 2009, p.258).

<sup>218</sup> Sobre o Itamaraty no período, Farias e Rodrigues (2009, p.257) apresentam “Este seria parte das estratégias do governo brasileiro no sistema internacional, em um momento da geopolítica mundial bipolarizada entre Estados Unidos e União Soviética. Obedeciam-se às orientações diplomáticas em favor do terceiro-mundismo marcante dos governos Juscelino Kubitschek, João Goulart e Jânio Quadros, as quais faziam coro com a proposição da Unesco de intensificar o intercâmbio cultural entre Ocidente e Oriente. E, efetivamente, tais orientações pautaram a política externa do país em relação ao continente africano (SILVA, 1995). Deste modo foram realizadas as

âmbito, pretende-se fazer uma análise das afinidades entre o primeiro professor de cultura brasileira e língua portuguesa, Pedro Moacyr Maia com Léopold Senghor. Investiga-se aqui que é a partir destes intercâmbios que Senghor constrói a sua visão de uma “brasilidade”<sup>219</sup> – o qual vai defender em 1964 em território brasileiro. Este discurso vai ser construído muito com base em uma leitura singular a respeito do Brasil vinculado ao grupo do CEAO e à obra de Gilberto Freyre – aspectos retóricos relevantes para balizar politicamente a amizade e os acordos de cooperação cultural e econômica Brasil-Senegal, que serão analisados na próxima secção.

A cidade de Dakar é projetada como um centro político na região da Costa Atlântica de África dentro de um projeto nacional senegalês com foco no desenvolvimento regional<sup>220</sup>. Tal se relaciona com o reforço da “Comunidade Francófona”<sup>221</sup>, ou seja, na manutenção de algumas relações com a França e na cooperação com os vizinhos – retomada da relação com o Mali em 1961 (COLEMAN E ROSENBERG, 1964. BIRMINGHAM, 2009), com a Guiné Conacri (MARTIN, 1979) e a Guiné Portuguesa.

Ao mesmo tempo, o Senegal, na busca de colocar-se no centro de questões políticas regionais no que tange ao pacto internacional contra os colonialismos<sup>222</sup>, abriga a primeira conferência dos movimentos de libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas do Cabo Verde, em 13 de julho de 1961, rompendo, em 25 de julho do mesmo ano, as relações diplomáticas com Lisboa<sup>223</sup> – que vinham correndo com facilidade a partir do reconhecimento da independência

---

viagens para estudos linguísticos, históricos e antropológicos de pesquisadores brasileiros à África e à Ásia, incluindo também a montagem de departamentos universitários e centros de pesquisa no Senegal, Bulgária, Ceilão, Índia e Japão.”

<sup>219</sup> A “brasilidade” será discursada elogiosamente por Senghor quando vem ao Brasil em 1964. Nos discursos que serão analisados na secção subsequente ver-se-á que Senghor apropria-se de narrativas sobre a história do Brasil para significar a “brasilidade” atrelados a elementos da “latinidade”, “lusitanidade” e da “africanidade” ou “negritude”, associados sempre a um caráter da “gentileza” dos brasileiros – que para ele muito tem a ver com a miscigenação e com a língua portuguesa.

<sup>220</sup> Segundo Heitz (2008, p.41) “tant à cause des liens étroits avec la France qu’à cause de l’opposition radicale de certains partis ou groupes, le rôle du Sénégal a été particulièrement important du point de vue de l’histoire politique dans l’AOF”. Tradução livre: “Tanto por causa dos laços estreitos com a França e por causa da oposição de alguns partidos ou grupos, o papel do Senegal tem sido particularmente importante do ponto de vista da história política na AOF”.

<sup>221</sup> Com o reconhecimento da independência do Senegal e a eleição de Senghor como presidente em 5 de agosto de 1960, em 3 de novembro do mesmo ano o presidente Senghor realiza visita à França e ao general De Gaulle. A manutenção das relações com a França também ocorre em termos de cooperação cultural e científica dentro da Universidade de Dakar. (BARRY, 2000).

<sup>222</sup> Neste período, o Senegal é membro da ONU (em 1960) e tem aderência ao projeto “déclaration sur l’indépende des peuples coloniaux” (1960). Esta foi uma declaração conjunta realizada na XV Assembleia Geral da ONU que traçava princípios internacionais anticoloniais, em 1960. Assim, o Senegal se comprometia não apenas com a sua independência, mas sim com o fomento da independência e descolonização dos países sob jugo colonial, no geral.

<sup>223</sup> Em 26 de Julho de 1961, o Ministério do Ultramar expede telegrama a “todas as missões diplomáticas e consulados portugueses” dizendo que: “Invocando como motivo de espionagem de nossa parte e sobrevôo do território senegalês de aviões portugueses, Governo de Dakar notificou hoje dia 25 nosso encarregado de Negócios

do país por Portugal em setembro de 1960<sup>224</sup>. A vizinhança geográfica do Senegal com a Guiné Portuguesa, assim como a fronteira permeável<sup>225</sup>, conformam uma aproximação lógica que de fato é fomentada pelo Presidente Senghor remetendo inclusive para sua subjetividade (e afetos lusitanos) ao proferir a sua “gota de sangue portuguesa”.

No Senegal, é neste contexto de independência e de reorganização de um sistema educacional – fator muito caro ao “professor Senghor” desde os tempos de Deputado pela Assembleia Nacional Francesa<sup>226</sup> – que é fomentado o ensino de língua portuguesa no país, primeiramente nos liceus. Tal projeto foi gerenciado pelo guineense Benjamin Pinto Bull<sup>227</sup>, que vai rememorar:

Em plena tempestade colonial portuguesa – 1961 – Léopold Senghor teve, como chefe de estado, a coragem política de criar o ensino de português, primeiro, em dois liceus de Dacar, com um total de... 8 alunos, e mais tarde, na Universidade da capital senegalesa, ‘num momento, escreveria mais tarde, em que falar português era tabu. Porém, soubemos distinguir a política colonial portuguesa do Doutor Salazar, que condenávamos, da língua e da cultura portuguesas, que continuamos a admirar’. (PINTO BULL, 2000, p.598)

É neste mesmo contexto que o Senegal recebe a primeira Embaixada Brasileira<sup>228</sup> na África subsaariana logo após a Proclamação da Independência deste país. A aproximação Brasil-Senegal é fortalecida no ano subsequente, com a implantação da Política Externa

---

de que resolvera cortar relações diplomáticas entre os dois países.” (Arquivo histórico do MNE, Processo 33.01/1961. Relações com o Senegal/Corte de Relações). O Senegal acusou Portugal de três violações ao seu território a partir de 16 de dezembro a partir do Sul (Fronteira com Guiné Portuguesa).

<sup>224</sup> Datas consultadas na obra “Senghor et le monde” de N. Martin (1979), o qual também apresenta que em 22 de dezembro de 1961 o Senegal atrai atenção do Conselho de Segurança da ONU ao denunciar as provocações portuguesas na fronteira com a Guiné, na região de Casamance.

<sup>225</sup> A fronteira permeável define-se pelas dinâmicas de migração de grupos entre Guiné e o Senegal, assim como as relações de parentesco e etnias – as quais atravessam fronteiras. Um exemplo de migração é a Manjaca.

<sup>226</sup> Já presente no texto “Vues sur L’Afrique Noir ou Assimiler, non être assimilés” (SENGHOR, 1945).

<sup>227</sup> Benjamin Pinto Bull (1916-2005) era natural da Guiné Portuguesa (Ilha de Bolama), membro da família de Burmester Wilhelm Ellis Bull, descendente de ingleses da região da Serra Leoa. Era irmão de James Pinto Bull, notável deputado da ala liberal em Portugal, que morreu em acidente de helicóptero na Guiné Portuguesa em 1970 com o outro político José Pedro Pinto Leite. Na infância foi enviado para a França onde fez seus estudos dentro de instituição católica. Segue para Portugal e ingressa em um seminário em Viana do Castelo, dedica-se a línguas clássicas – grego e latim – e opta por não seguir carreira eclesiástica, retornando à Guiné Portuguesa e obtendo um cargo na alfândega de Bissau. Por suas ideias anticoloniais, foi perseguido pela PIDE e encontra refúgio no Senegal, tornando-se professor de línguas e tradutor oficial de língua portuguesa do Presidente Senghor. Passa um período em Paris para realizar doutoramento e finaliza com a tese “Léopold Senghor e a Negritude”. Em retorno a Dakar, segue vinculado ao governo do Senegal, levando a cabo o projeto político da União dos Naturais da Guiné Portuguesa, elementos que serão avaliados por este trabalho com maiores detalhes nas próximas partes. Retorna a Portugal em 1984, torna-se cônsul do Senegal em Lisboa e vincula-se à Universidades (Moderna, a Internacional e a Lusófona). Em 1989 publica um livro de estudos sobre a língua crioula da Guiné-Bissau.

<sup>228</sup> Transitaram pelo Senegal, segundo Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 1961, pela abertura da Embaixada e comemorações de um ano da independência do Senegal, os diplomatas: o pernambucano Mário Gibson Barbosa – que depois terá um papel importante como chanceler do Brasil nas relações com o Senegal e Afonso Arinos de Melo Franco.

Independente<sup>229</sup> (CERVO, 1992), encabeçada por Afonso Arinos<sup>230</sup> durante o governo de Jânio Quadros. Os acordos de cooperação econômica e cultural Brasil-Senegal, em decorrência desta orientação política, foram dispostos por Agostinho da Silva: um dos resultados foi o projeto de intercâmbio de pessoas entre o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Dakar. Tal pode ser atestado em correspondência trocada entre Agostinho da Silva e Eduardo Lourenço:

Já, porém, pudera enviar como professor para a Universidade de Dacar o letrado e artista Pedro Moacyr Maia, de tal maneira desempenhando ele a tarefa que levou Senghor a decretar o ensino de Português a nível de cursos secundários, o que felizmente se manteve e se alargou; para Ibadan, na Nigéria, seguiu o excelente antropólogo Vivaldo da Costa Lima.<sup>231</sup>

Dakar vira a porta de entrada dos professores intercambistas brasileiros para seguirem para outros países africanos, tal como Nigéria ou Gana – assim como é a porta de saída dos estudantes africanos em direção ao Brasil<sup>232</sup>. Levando a cabo a ideia de Agostinho da Silva de criar centro de estudos brasileiros nos países africanos que os acolhessem – e com as dificuldades encontradas nas relações com o Ultramar Português supracitadas – o governo senegalês acolhe o projeto. É criado na Universidade de Dakar, a partir da ação de Pedro Moacyr Maia, um centro de estudos de cultura brasileira e de fomento do ensino de língua

---

<sup>229</sup> No âmbito da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros já citada, embaixadas foram criadas, para além do Senegal, que foi a primeira, na Costa do Marfim, Etiópia, Gana e Nigéria. Também foram criados consulados em Angola, Congo, Moçambique, Quênia e Rodésia do Sul. Segundo Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1961 (p.206): “Os serviços diplomáticos e consulares brasileiros tiveram, no decorrer de 1961, grande expansão, acarretando a preparação de muitos expedientes, relativos à criação e à elevação de categoria de Missões e Consulados. Assim, foram elaborados decretos criando Embaixadas do Brasil no Senegal, em Daomé, na Mauritânia (cumulativa com o Senegal), no Niger (cumulativa com Daomé), no Nepal (cumulativa com a Índia), na Birmânia, na Nigéria, nas Filipinas (cumulativa com o Japão) e na Síria; e Legações no Camboja (cumulativa com a Índia), na Bulgária e, na Albânia (cumulativa com a Itália). As antigas Legações do Brasil na Polónia, no Irão, na Etiópia e em Gana foram elevadas à categoria de Embaixadas. E foram criados o Consulado-Geral em Lourenço Marques e os Consulados em Luanda, Nairobi, Salisbury, Singapura e Vancouver.” (Consulta no acervo histórico da Fundação Alexandre de Gusmão. Seção de Publicações da Divisão de Documentação: “Relatório do Ministério das Relações Exteriores”, ano 1961.)

<sup>230</sup> Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) foi jurista, político, historiador, professor, ensaísta e crítico. Como político foi autor da Lei Afonso Arinos contra discriminação racial em 1951. Foi Ministro das Relações Exteriores do Presidente Jânio Quadros entre Julho e Dezembro de 1962. Arinos estava presente na cerimônia de independência do Senegal como representante brasileiro.

<sup>231</sup> Carta de Agostinho da Silva a Eduardo Lourenço. In: Acervo Virtual “Eduardo Lourenço”, Carta Vária XXXVI. Disponível em: <<http://www.eduardolourenco.com/textos/correspondencia/72-Agostinho-da-Silva.html>> <acesso em 14/09/2019>.

<sup>232</sup> Estudantes de Gana e Nigéria, falantes de língua inglesa, seguiam para Dakar completar os estudos em língua portuguesa e depois seguiam para o Brasil – sobretudo Salvador – fazerem seus estudos superiores na UFBA.

portuguesa, o qual é subsidiado pelo Itamaraty<sup>233</sup>. Maia recebe um cargo de leitorado<sup>234</sup>, organizando o envio de uma biblioteca<sup>235</sup> de literatura brasileira à Dakar.

Pedro Moacyr Maia era professor de literatura portuguesa e língua portuguesa<sup>236</sup>. Iniciara sua carreira na literatura como editor dos “Cadernos da Bahia”<sup>237</sup> entre 1948 e 1952, criando depois a série Dinamene, conhecida pelas suas “edições de luxo”, que são edições especiais e artesanais de literatura brasileira com ilustrações – poemas – para bibliófilos e leitores de poesia<sup>238</sup>. Retrata:

Como fui professor de literatura portuguesa durante muito tempo e Dinamene é a musa de Camões, achei que Dinamene seria o nome ideal para designar também a posição predominante dos meus livrinhos, que eram livros de poesia. Decidi publicar livros de poesia, por ser a poesia a expressão mais alta da literatura.<sup>239</sup>

Maia era vinculado aos estudos de literatura portuguesa na UFBA e ao Instituto de Estudos Portugueses da Bahia<sup>240</sup>. Em 1960 une-se ao grupo aglutinado por Agostinho da Silva

<sup>233</sup> O chefe da cooperação cultural era o diplomata Wladimir Murtinho.

<sup>234</sup> Segundo relatório anual do Itamaraty de 1961: “Leitorados na África — Temos, em Gana, na cidade de Acra; na Nigéria, em Ibadã; e no Senegal, em Dacar.” (Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1961, Seção de Publicações da Divisão de Documentação). Em adendo, Vivaldo Costa Lima, pesquisador vinculado ao CEAQ da UFBA, que é o primeiro leitor brasileiro enviado pelo Itamaraty para Universidade de Ibadan na Nigéria, relata que “o leitorado não implica em cursos regulares nem nada, mas em presença, palestras e vários departamentos, escolas secundárias, ocasionais projeções de filmes e slides e pequenas conferências, Lectures sobre cultura e História do Brasil” (LIMA apud REIS, 2010, p.14)

<sup>235</sup> Em 1961, a divisão de documentação iniciou trabalhos juntos com a divisão cultural que objetivou o envio de bibliotecas para as diversas embaixadas que estavam sendo criadas. Segundo Relatório do MRE de 1961: “Durante o ano de 1961, logrou alcançar este setor, com a colaboração da antiga Divisão Cultural, a sistematização das bibliotecas no exterior, visando a um melhor equipamento bibliográfico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Leitorados brasileiros.” (p.225). Neste sentido foram enviados para o Senegal a biblioteca de tipo b, que continha: “cêrca de quarenta títulos — inclusive dicionários, vocabulários, enciclopédias menores, livros de historiografia, geografia e ciências histórico-sociais que dêem um conspecto do Brasil no tempo e no espaço, — destinando-se tal coleção às Missões Diplomáticas recém-criadas ou àquelas que não possuem, ainda uma biblioteca” (p.225). Também foram enviadas partituras de música brasileira. Segundo relatório de 1961: “As Embaixadas em Bogotá, Assunção. Guatemala, Dacar e Estocolmo, foram enviadas partituras musicais para programas especiais de música brasileira” (p.182).

<sup>236</sup> Trata-se de uma política brasileira de “aproveitamento de professores e intelectuais de renome para exercerem as funções de Encarregados de Assuntos Culturais junto às Embaixadas brasileiras” os quais asseguram os “contatos que devem ser mantidos com as autoridades ligadas à vida intelectual dos principais centros culturais europeus e em outros onde a presença do Brasil se faça interessante como política de boa-vizinhança.”. (Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1967, p.264).

<sup>237</sup> Soares (2010, p. 4-5) apresenta que a Revista Cadernos da Bahia tinha “cunho social, a revista divulgava a cultura popular, tratava da questão do negro, o caldo cultural de uma Salvador que, então, buscava sua identidade.”

<sup>238</sup> Sobre as edições artesanais de literatura produzidas no Brasil a obra de Creni (2013) analisa em minúcias históricas e com imagens das obras exclusivas. Dentre os editores artesanais analisados pela autora, dois foram literatos e foram representantes do Brasil no Senegal: Pedro Moacyr Maia e João Cabral de Melo Neto.

<sup>239</sup> MAIA apud CRENI, Gisela. Editores Artesanais Brasileiros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 77.

<sup>240</sup> Este instituto relacionava-se com o grupo Seara Nova. Há correspondência enviada por Pedro Moacyr Maia para recepção de obras portuguesas em Salvador com o grupo na figura de Alberto Pedrosa disponíveis no acervo da Fundação Mário Soares (Pasta: 09799.001).



no CEAO. Segue com a experiência dos livros artesanais junto ao Poeta-Presidente Senghor<sup>241</sup> em Dakar. Edita entre 1965 e 1969, as plaquettes – sendo este o último ano que permanece no Senegal, agora como adido cultural do Brasil no Senegal<sup>242</sup>. Ele relata que:

Quando saí do Brasil, por não poder mais fazer livros em português, fiz uma série de plaquettes (volantes de poemas de formatos variados), sempre associando o nome da minha terra aos das cidades onde continuava a fazer minhas edições: Bahia/Dakar (...) Fiz mais de 120 plaquettes sobretudo no exterior.<sup>243</sup>

Para além da aproximação de Senghor e Maia por via da literatura, o baiano assume um cargo de professor de cultura brasileira e língua portuguesa na Universidade de Dakar, no setor de estudos ibero-americanos, tornando-se colega de Pinto Bull, o guineense tradutor do presidente<sup>244</sup>. O baiano procurou divulgar uma visão de cultura brasileira no Senegal (“brasilidade”) – utilizando-se de coleções de revistas, obras dos principais romancistas, poetas e sociólogos brasileiros, exposições de fotografias e recortes sobre arquitetura e artes plásticas. Relatou querer realizar uma “exposição sobre o futebol brasileiro, que no Senegal, juntamente com o café, é o nosso produto de exportação mais conhecido”<sup>245</sup>, tendo espaço acadêmico e político para disseminar visões de Brasil no Senegal.

O trabalho de Maia também foi selecionar estudantes africanos senegaleses para seguirem a formação em universidades brasileiras, passando pelo Centro de Estudos Afro-Orientais na UFBA. Os processos de apoio a este tipo de intercâmbio não foram facilitados pelo Itamaraty e, após a morosidade do órgão, foram enviados somente dois estudantes do Senegal – uma mulher, Colette Diallo, licenciada pela faculdade de filosofia da Universidade de Dakar e Claude Cros<sup>246</sup>, senegalês, formado em estudos literários modernos e que foi como bolsista

<sup>241</sup> Plaquette: “Art Africain”. In: CRENI, Gisela. Editores Artesanais Brasileiros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 91.

<sup>242</sup> Já na década de 70 torna-se Diretor do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires e em Santiago do Chile (até 1981). Em retorno a Salvador torna-se diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia até 1989.

<sup>243</sup> MAIA apud CRENI, Gisela. Editores Artesanais Brasileiros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.78.

<sup>244</sup> Pedro Moacir Maia em carta a Vivaldo Costa Lima vai citar Pinto Bull duas vezes. Em uma delas, apresenta que “em dois liceus temos alunos de português, mais o número não é muito grande, de modo que o Pinto Bull encarrega-se sobradamente de todos”. (Arquivo do CEAO, correspondências internacionais, 1961).

<sup>245</sup> Dados retirados de reportagem na Revista Visão de 14 de setembro de 1962. A reportagem trata Maia como o “um sujeito pequenino e magricela, agitado que leva o trabalho a sério durante as vinte e quatro horas por dia e se considera como um escritório de propaganda brasileira unitário e móvel”. (Revista Manchete “Três baianos na África”. Visão, Salvador: [s.n.], 14 set. 1962.)

<sup>246</sup> Este era um senegalês de pele branca. Por isso não foi bem recebido no ambiente baiano. Reis (2010, p.144) apresenta que “Waldir Oliveira teve que dar explicações a mãe Senhora sobre o que ‘aquele branco estava fazendo em meio aos africanos dela’ (OLIVEIRA, 2004) o qual não está registrado na histórica fotografia feita naquele dia.”

de pós-graduação. Um último estudante que foi direcionado ao Brasil a partir de Dakar foi Fidelis Cabral D'Almada, um guineense<sup>247</sup>.

A Universidade de Dakar era um centro que recebia estudantes de diversas partes de África e convergia para as turmas Maia uma pluralidade deles. O professor brasileiro registra em correspondência trocada com Vivaldo Costa Lima: “Recomecei o meu trabalho aqui, de volta da Europa, com mais interesse que nunca, sobretudo porque a nova turma de português é bem boa, e há cinco ou seis africanos, quase todos do Togo e Daomé.”<sup>248</sup>.

Pode-se ver que trabalho de Maia a respeito de língua, literatura e cultura brasileira abarca visões de Brasil relacionadas a interpretações de Gilberto Freyre. Concomitantemente, passa a ser um divulgador das ideias de Agostinho da Silva em relação a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. Cabe ressaltar que há a identificação, neste contexto, de defesas de Freyre sobre uma federação (lusotropical) junto a ideia de democracia racial<sup>249</sup>. Em suas palavras à imprensa: “é chegado o momento em que os portugueses e brasileiros se organizem numa vasta federação que seja também uma vasta democracia racial”<sup>250</sup>.

Assim, havia uma projeção internacional da democracia racial brasileira<sup>251</sup> com base em pressupostos de que a base desta seria a colonização de Portugal. Esta tenderia a integrar harmonicamente as diferenças raciais – sendo o Brasil o elemento exemplar da tese da democracia racial ao mesmo tempo em que os conflitos coloniais iniciados no “Ultramar” causavam ruídos<sup>252</sup>. Estes argumentos se coadunam com visões de Brasil apresentadas por Maia

<sup>247</sup> Reis (2010, p.46-47) e Dávila (2011, p.148-149) relatam que Fidelis já vem para o Brasil pois estava sendo perseguido pela PIDE. Era vinculado ao PAIGC. Ele foi preso no Brasil e sua soltura foi negociada pelo Presidente Senghor como intermediário de Amílcar Cabral, no início do ano de 1964.

<sup>248</sup> Carta de Pedro Moacir Maia para Costa Lima em 24 de dezembro de 1961. Arquivo do CEAO – Correspondências Internacionais, 1961.

<sup>249</sup> Cabe dizer que o termo “democracia racial” não está presente na obra *Casa Grande e Senzala* e foi utilizado, posteriormente, para interpretar tal obra. Freyre se referiu a “democracia racial” apenas em entrevistas e não em seus livros.

<sup>250</sup> “Freire não considera Portugal Colonialista”. *Jornal Diário Carioca*. 2 de setembro de 1960.

<sup>251</sup> Existe um intenso debate atual no Brasil em torno da “Democracia Racial”. Há um consenso em torno da ideia de que a obra de Freyre teria embasado as ideias em torno desta democracia racial no Brasil, porém não há um consenso em torno de que teria sido o pernambucano que criou o conceito. Os primeiros intelectuais - com projeção internacional - a usar o termo foram Artur Ramos e Roger Bastide – ligados aos estudos africanos produzidos em Salvador. Bastide era ligado ao grupo do CEAO via Verger – e que foi tradutor de *Casa Grande e Senzala*, de Freyre, para a língua francesa e grande entusiasta da obra. De fato, Gilberto Freyre utilizou do termo democracia racial em entrevistas na imprensa (como em “*Revista Veja*” de 15 de abril de 1970) e este era um debate “quente” na época, sobretudo em meios políticos e universitários no que tange análises sobre o Brasil (e consequentemente a relação “lusó”, “afro” e “brasileira”).

<sup>252</sup> Dentro deste debate, a partir do Itamaraty, em 1961, há o envio de Negrão de Lima para Angola a fim de observar e examinar os acontecimentos que lá se desenrolam. Francisco Negrão de Lima (1901-1981) foi um político brasileiro que teve o cargo de embaixador do Brasil em Portugal no governo Jânio Quadros. Em junho de 1961 faz essa viagem à Angola. Referindo-se tanto às conturbações internas de Portugal – pois em Janeiro do mesmo ano houve o “assalto” Navio Português Santa Maria, dominado no litoral sul-americano por Henrique Galvão, um velho funcionário colonial, que desejava uma rebelião em Angola. Galvão receberia asilo político do presidente do Brasil, Jânio Quadros. Cabe ressaltar que neste contexto, há o início dos conflitos bélicos em Angola: a

no Senegal: preocupa-se com a imagem da “democracia racial” no Brasil. Tal transparece quando Maia, em correspondência com Vivaldo Lima (o professor brasileiro que estava em Gana), relata que se chateia com os alunos intercambistas brasileiros. Neste registro, evidencia amizade com Pinto Bull, quando apresenta que “Ficou tão escandaloso o fato de os brasileiros só andarem em grupos, em só com os outros...brancos, que começaram os murmúrios, e graças ao Pinto Bull, fiquei informado do que estava se passando”<sup>253</sup>. Na sequência diz que: “Escrevi uma circular, grave, urgente e confidencial, chamando-lhes a atenção, há dois dias. E há poucos minutos, interromperam-me dois gaúchos, para trazer-me um bonito lenço de presente de Natal... Disse-lhes que o presente que esperava era a confraternização com seus colegas africanos [...]”<sup>254</sup>. Na ocasião expressa a Lima incômodo com o novo embaixador brasileiro no Senegal, que segundo ele “detesta isso aqui e os... pretos” e que estaria influenciando os estudantes e deturpando a imagem do Brasil.

É neste mesmo período que surgem as primeiras críticas abertas em relação a democracia racial, visível falácia. As críticas tomarão proporções maiores quando da ação de Abdias do Nascimento<sup>255</sup> que acusa o Itamaraty na imprensa, em 1962, de ser o primeiro a praticar o racismo<sup>256</sup>. Posteriormente, Nascimento será uma figura importante nas relações Brasil e Senegal, no âmbito cultural<sup>257</sup>. Em suma, vê-se que obra e a figura de Freyre estão no epicentro dos debates da época no que se refere à colonização portuguesa e seus aspectos, o que é endossado pela presença brasileira no Senegal naquele período.

---

sublevação da Baixa do Cassange (Janeiro) e a tomada das prisões de Luanda (4 de Fevereiro). (WHEELER E PELISSER, 2009)

<sup>253</sup> Carta de Pedro Moacir Maia para Costa Lima em 24 de dezembro de 1961. Arquivo do CEAO – Correspondências Internacionais, 1961.

<sup>254</sup> Ibid.

<sup>255</sup> Abdias do Nascimento (1914-2011) foi “diplomado em contabilidade em 1929, bacharelou-se em ciências econômicas pela Universidade do Rio de Janeiro em 1938. Diretor-fundador do Teatro Experimental do Negro em 1944, em maio do ano seguinte participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro. Militante do movimento negro – foi o organizador do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950 –, concluiu o curso de sociologia no Instituto Superior de Estudos Brasileiros em 1956. Abdias esteve à frente do Teatro Experimental do Negro até 1968, quando, em decorrência do endurecimento do regime militar implantado no país em abril de 1964 e da inclusão do seu nome em vários inquéritos policiais militares, exilou-se nos Estados Unidos, onde trabalhou como professor universitário. Co-fundador do Movimento Negro Unificado em 1978, em maio de 1980, foi, juntamente com Leonel Brizola – de quem se tornara amigo no exílio – um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Escolhido vice-presidente do partido em 1981, nesse mesmo ano fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 1982, retornou definitivamente ao Brasil.” (Fonte: CPDOC/FGV)

<sup>256</sup> Diário Carioca, 28 de Abril de 1962.

<sup>257</sup> Quando é criada a embaixada do Senegal no Brasil (primeiro sediada no Rio de Janeiro depois transferida para Brasília), o presidente Senghor nomeia um sobrinho, Henry Senghor, como embaixador. Este terá uma relação bem próxima com Abdias do Nascimento e terá parte nas disputas para a representação do Brasil no I Festival Mundial de Artes Negras, sediada em Dakar, em 1966, ao qual Senghor vem ao Brasil realizar o convite em 1964.

A obra de Freyre é bem conhecida (e aclamada) por Senghor, que cita o pernambucano em seus discursos quando trata de Portugal e do Brasil, dando um enfoque especial à questão da miscigenação<sup>258</sup> que seria característica da “brasilidade” e que aproximaria o Brasil do Senegal, pois para ele o seu país também seria miscigenado – teorias também partilhadas pelo fundador do CEAO, Agostinho da Silva e por Maia (SILVA, 1990, p.200).

Consequentemente, a “democracia racial” e a miscigenação embasam o projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como conjunto de povos que falam português, incluindo “o todo, o de amarelos, brancos, pretos, e vermelhos, o de islamitas, cristãos, judeus, animistas, budistas, taoístas, o da América, Europa, Ásia, África, Oceania (...)” (SILVA, 1970, p. 126-127). E o Brasil estaria a cargo de conduzir e impulsionar a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, na medida em que seria o protótipo, por excelência, de uma visão a respeito do universal e da integralidade do ser humano.

Compreende-se então que tanto Gilberto Freyre quanto Agostinho da Silva partilham de um olhar sobre o Brasil<sup>259</sup> como exemplo de uma civilização pautada na miscigenação entre indígenas, os africanos e os portugueses, forjando através da conciliação e harmonia entre as diferenças um produto civilizacional (e político) que seria exemplar para o contexto pós segunda guerra mundial. Esta visão também está presente em Senghor, quando este vislumbra o Brasil como “Farol do Terceiro Mundo”<sup>260</sup>, justificando que o ensino de língua portuguesa colocado nos liceus de Dakar se tratava de um projeto de aproximação política com o Brasil e não com Portugal, do qual havia rompido relações.

A ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” viaja até o Senegal por meio dos intercâmbios supracitados e também por meio de Agostinho da Silva, que no ano de 1963 foi bolsista de um projeto da UNESCO na China e após o término do projeto, faz passagem pelo Senegal. Estas circulações de pessoas e ideias forjam o discurso que Senghor, em 1964, vem propor no Brasil<sup>261</sup> e que são simétricos aos de Agostinho da Silva.

---

<sup>258</sup> Os discursos serão analisados em minúcias na secção subsequente.

<sup>259</sup> O “Brasil-centrismo” se trata do olhar de Freyre para Portugal e o Ultramar a partir do olhar de Brasileiro e de visões sobre o desenvolvimento histórico do Brasil. Desta forma, este trabalho concorda com o argumento de que o lusotropicalismo a partir de Gilberto Freyre trata-se de refletir sobre o lugar do Brasil em uma geopolítica em transformação após a segunda guerra mundial. Portanto, foi alvo de apropriações de segmentos políticos distintos, tanto no Brasil como em Portugal.

<sup>260</sup> Em discurso na Academia Brasileira de Letras em Setembro de 1964, no Rio de Janeiro.

<sup>261</sup> Em sua viagem ao Brasil um dos destinos é Salvador. Senghor faz um roteiro pelas igrejas coloniais - sendo a arte sacra e a azulejaria uma especialidade de Pedro Moacyr Maia, sobretudo as obras baianas, o que acaba por ser um elemento a ser transportado a Dakar como expressão da cultura brasileira. É evidente no discurso de Senghor sobre uma “brasilidade” o conhecimento de elementos bem específicos da arte colonial brasileira, sobretudo da arte sacra e do barroco, assim como de indivíduos que remetem ao período colonial brasileiro, como Padre Antônio Vieira, que seria um dos símbolos da característica do Brasil de agregação pacífica entre as diferenças – a

A “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, em um último aspecto, seria uma solução política para os conflitos em acirramento nas colônias portuguesas. Em tratando-se do território vizinho ao Senegal, a “Guiné Portuguesa”, pode-se ver que o projeto de Agostinho da Silva/Senghor é abarcado pelo Professor, tradutor de Senghor e amigo de Moacyr Maia, Benjamin Pinto Bull que busca movimentar-se politicamente em um movimento regional, a FLING, Frente de Luta pela Independência da Guiné<sup>262</sup>, criada em Dakar na data de 3 de Agosto de 1962. Esta é liderada por ele e tinha como projeto político uma gradual descolonização da Guiné Portuguesa (MENDY E LOBBAN JR, 2013): tratava-se de uma solução “gaullista” de forma a conquistar a autonomia política - por meio de acordos com Portugal – progressivamente e dentro do escopo da manutenção dos laços políticos com a antiga metrópole. Também fazia parte do movimento o seu irmão e deputado na Assembleia Nacional Portuguesa em Lisboa, James Pinto Bull (MENDY E LOBBAN JR, 2013).

Com o suporte político de Senghor, em Julho de 1963, Benjamin Pinto Bull encontra-se com Salazar em Portugal (MENDY E LOBBAN JR, 2013) - no experimento de colocar-se como a figura representante das negociações em prol da autonomia da Guiné – ele desejava ser para a Guiné o que Senghor foi para o Senegal – realizando uma tentativa (falida) de diálogo e convencimento do ditador.

Logo após, conflitos cindiram a coalizão (FLING) no que tange aos debates sobre (1) via armada defendida por François Kankoila Mendy<sup>263</sup> ou (2) solução negociada defendida por Bull. Nesta querela, Bull deixa o movimento, que fica a cargo de Mendy: este último realizou algumas investidas militares em enclaves portugueses na fronteira da Guiné com o Senegal entre 1961 a 1963. A FLING tenta alguma aproximação com o PAIGC em 1961<sup>264</sup>, mas esta é cindida sobretudo pela questão da união entre Guiné e Cabo Verde, que era fortemente

---

“indianidade”, a “negritude” e a “lusitanidade”. Todos estes elementos serão demonstrados com maiores detalhes na secção subsequente.

<sup>262</sup> Formada pela coalizão de partidos políticos: (1) MLG -Movimento de Libertação da Guiné – liderados por François Kankoila Mendy, (2) UPG – União Popular da Guiné – liderado por Henry Labérie e a (3) UNPG – União dos Naturais da Guiné Portuguesa – liderados por Benjamin Pinto Bull (junto ao irmão James). Segundo Mendy e Lobban Jr (2013, p.189) estes tinham uma forte base entre a diáspora do grupo Manjaco – que estava no Senegal.

<sup>263</sup> François Kankoila Mendy (1925-2012) nasceu no Senegal, de mãe Tucoleur e pai Manjaco. Completa seus estudos em uma missão católica. Foi soldado em uma missão na Argélia na década de 50. Em 1960 cria o Movimento de Libertação da Guiné, com forte base entre o grupo Manjaco em diáspora no Senegal. Segundo Mendy e Lobban Jr (2013, p.270), o MLG era a frente que defendia a via armada em contraste com os outros cinco movimentos que defendiam a via política, liderados por Pinto Bull.

<sup>264</sup> Luís Cabral, em 1960, esteve presente em assembleias deste grupo em Dakar e relata em carta para Amílcar Cabral acusações contra o mesmo e desaconselha a colaboração com o Movimento, “o qual vai dirigir ao PDG uma carta contra Amílcar Cabral.” (Fundação Mário Soares. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Pasta: 04605.043.065). Já em 7 de agosto de 1961 há um “Comunicado sobre a convergência de interesses entre o PAIGC e o MLG, declarando a unidade entre os dois movimentos, destinado a ser assinado por Amílcar Cabral e François Kankoila Mendy.” (Fundação Mário Soares.Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Pasta: 07057.015.046)

repudiada pela primeira<sup>265</sup>. Assim, os conflitos coloniais da Guiné Portuguesa se acirram – em meio às questões de representatividade entre a FLING e o PAIGC – e Senghor segue na defesa de uma solução política para a guerra que estoura na Guiné em 1963. Neste âmbito, as boas relações e os intercâmbios com o Brasil representam um horizonte de possibilidades – e Senghor é o político que acaba alavancando oficialmente a ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, provinda de Agostinho da Silva.

Já a partir de Portugal, o debate a respeito da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” também existe, concentrado na figura do Ministro das Relações Exteriores, Franco Nogueira<sup>266</sup>. Sabe-se que Agostinho da Silva, em 1962, debateu com o Ministro Nogueira<sup>267</sup> a respeito da ideia comunidade - nas diferentes conformações - quando esteve em Portugal. Segundo relato, Silva diz que Nogueira:

Perguntou-me se eu achava que o Brasil aceitaria um plano dele a propor uma comunidade luso-brasileira. ‘ – Não se meta nisso porque o Brasil vai negar’ – disse-lhe eu. ‘ – o Brasil perante Portugal mantém uma atitude de desconfiança e, quando pode, de ataque, porque é muito mais fácil para eles explicarem coisas que ainda não puderam resolver – entende-se muito bem que ainda não tivessem podido resolver, pois o Brasil é uma tarefa difícil desde 1822 – e que

<sup>265</sup> Luís Cabral em carta a Amílcar Cabral, quando estava em Dakar, em 1960, apresenta que “(...) O François tem feito propaganda contra ti e quase toda gente está contra a união com os caboverdianos, dizendo que tu constituíste um governo de caboverdianos” e “precisamos que venhas c’ a também, como te disse, para contactares o tal mandinga [François]. Ele tem um plano de trabalho para a fronteira e quer que estejamos em conjunto” (Fundação Mário Soares. (Fundação Mário Soares. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Pasta: 04605.043.052). Mendy e Lobban Jr (2013, p.189) apresentam que com o fim da guerra o PAIGC acabou perseguindo os emigrantes Manjacos retornados do Senegal (eram ameaçados, presos e detidos) tidos como uma ameaça à união entre Guiné e Cabo Verde por conta da experiência da FLING, que após 1967 torna-se sem relevância política.

<sup>266</sup> Alberto Franco Nogueira (1918-1993) foi político e diplomata português. Após o golpe de Botelho Moniz, em 1961 Franco Nogueira assume como Ministro dos Negócios Estrangeiros e segue até ao ano de 1969, quando abandona a pasta (tinha divergências com Marcello Caetano). Defendeu com vigor a política externa e ultramarina de Salazar, mantendo-se como intelectual republicano. Defendia a “teoria das três Áfricas” relatando que o continente era contrário ao unitarismo. Eram elas: “primeiro, a norte, a África árabe, com as suas tradições e uma ‘cultura particular’, na qual não descobria nada de fundamental comum às demais partes do continente; depois, a África ao sul do Sara, à qual também lhe ocorre chamar África negra, ‘cada vez mais receosa dos árabes’, com ‘problemas políticos, sociológicos e económicos’, que ‘por completo’ a separavam das restantes; enfim, a África ‘multirracial e pluricultural’, onde incluía a África portuguesa, ‘com as suas características únicas’. Mas guardava-se bem, et pour cause, de situar geograficamente esta terceira, que se esperaria fosse a austral, maioritariamente negra como a segunda, mas onde avultavam territórios — Angola, Moçambique, a África do Sul e a Rodésia — multirraciais no sentido de também conterem grandes massas populacionais brancas. Franco Nogueira dá aqui uma definição lata e ambígua de multirracismo que — sem aludir a números nem distinguir entre convívio e mera coexistência de brancos e negros — permitia incluir a Guiné-Bissau, então portuguesa, onde os colonos brancos eram poucos, sem obrigar a excluir a União da África do Sul por causa do apartheid, condenável mas aliado.” (LUCENA, 2001, p.884). Nogueira que envia o General António de Spínola como governador da Guiné e pareceu concordar com as “reformistas e autonomistas parece ter tido pleno conhecimento.” (LUCENA, 2001, p.884) as quais serão trabalhadas nas partes subsequentes deste trabalho.

<sup>267</sup> Agostinho, já afastado do CEAO neste período, segue para Brasília (em 1962) a convite de Darcy Ribeiro e institucionaliza o Centro Brasileiro de Estudos Portugueses na Universidade de Brasília. Por essa iniciativa, é convidado pelo Embaixador Português para dialogar no Rio de Janeiro. É chamado a ir a Portugal em 1962 – na ocasião é preso no aeroporto pela Polícia e depois liberado – encontrando-se com Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

esses males são provocados por eles não terem sido colonizados pelos holandeses ou pelos franceses (SILVA, 2000, p. 155-156)

[Agostinho] Propôs então, como ajuste e contraponto, uma comunidade luso-afro-brasileira, com o centro de coordenação em África, no planalto angolano, numa nova cidade, réplica, numa Angola independente, da nova capital brasileira. O ministro enfiou com tal resposta e teimou que Angola era parte indivisível do País. Agostinho agradeceu a intervenção do ministro na questão da prisão, despediu-se, voltou costas, foi à sua vida. (NOGUEIRA, 2015, p.530)

Portanto, Senghor é a figura que vai recolocar na pauta política, em 1964, a ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” articulando as ideias de Agostinho da Silva com a retórica lusotropicalista corrente nas linguagens políticas entre o “lusó” e o “brasileiro”. O Presidente Senegalês embasa um discurso, a partir da experiência história francesa, para redirecionar o curso das opções políticas de Portugal tentando colocar o Senegal em um lugar relevante – e moderador em um contexto de polarizações - dentro da geopolítica em um tabuleiro global.

### 3 SENGHOR NO BRASIL: CONCEITUANDO A COMUNIDADE (1964)

Em Setembro de 1964 Senghor desembarca em território Brasileiro, na cidade do Recife. Viagem antecedida da criação da embaixada do Senegal no Brasil<sup>268</sup> em 1963 e do envio estratégico de um embaixador e parente, Henri Senghor<sup>269</sup>, que tinha como missão divulgar o Senegal e a Negritude<sup>270</sup>, aproximando os “países irmãos”, Senegal e Brasil, – de acordo com o discurso em pauta na época<sup>271</sup>.

O discurso a respeito de Brasil e Senegal como países irmãos é lançado em 1961 quando Afonso Arinos, na época Ministro das Relações Exteriores, encontra-se com Léopold Senghor no Senegal para assinar os acordos de cooperação cultural e econômica entre os dois países, pauta elaborada pelo grupo do Itamaraty para assuntos africanos (sob liderança de Agostinho da Silva). De 1961 até 1964 houve uma troca de correspondências entre Léopold Senghor e setores do Itamaraty, buscando reforçar a fraternidade entre os dois países, o que transparece, para além da documentação do Ministério das Relações Exteriores, na imprensa brasileira, que passa a publicar poemas de Senghor nos jornais e também mensagens do Presidente Senghor ao Brasil, ressaltando “o esforço do Brasil por um mundo sem barreiras, com base numa sociedade multi-racial e multi-religiosa, acrescentando que o ano de 1962 verá o reforço da cooperação cultural entre os dois países”<sup>272</sup>.

---

<sup>268</sup> Segundo nota do Jornal Correio da Manhã (Jul/1964): “A Embaixada do Senegal no Rio de Janeiro foi aberta em Outubro de 1963, tendo sido o Sr. Gastano Gabriel Carvalho o primeiro embaixador do Senegal no Brasil. O atual embaixador, Henri Senghor, apresentou suas credenciais ao presidente Castelo Branco em 24 de Julho deste ano”. (Jornal Correio da Manhã, Segundo Caderno, 18 de Setembro de 1964, p.1.)

<sup>269</sup> Henri Pierre Senghor nasceu em 1927 em Joal. Era sobrinho de Léopold Senghor. Foi nomeado embaixador do Senegal no Brasil em 1963 e permanece com intensas atividades até 1977, quando é substituído por outro sobrinho do Presidente, Simon Senghor. Foi casado com uma francesa, Renée Senghor, que também teve proeminência na divulgação da cultura senegalesa no Brasil (tinha um pequeno museu particular de objetos provindos do continente africano que foi um local de sociabilidade no Rio de Janeiro). Tiveram dois filhos, a menina apresentada como “Nair, a ‘carioca da gema””. Depois, foi embaixador do Senegal na Itália e dedicou-se à divulgação da Negritude e ao projeto da Francofonia. (Fonte: Jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1969, p.3)

<sup>270</sup> Henri Senghor circula no território brasileiro com missão de fortalecer o acordo de cooperação cultural entre o Brasil e o Senegal e de divulgar o discurso da Negritude e a “cultura senegalesa” no Brasil - tal aparecerá ao longo desta secção. Para além de Henri, outra sobrinha do presidente, Nanette Senghor vem ao Brasil em 1963 mantendo contato com grupos vinculados à produção artística brasileira (como Tônia Carrero e Rosita T. Lopes). Cabe dizer que ela frequentava os cursos de língua portuguesa da Universidade de Dakar (apresentados na secção anterior). Ela esteve no Rio de Janeiro, Brasília e Bahia. Trata junto a Glauber Rocha para participar de um filme como atriz. Em entrevista, diz que um dos interesses de vir ao Brasil é “conhecer a macumba, a fim de verificar se, realmente, o ritual usado nos ‘terreiros’ do nosso país é idêntico ao do Senegal” (Jornal Correio da Manhã, 23 de abril de 1963, p.2 e 27 de abril de 1963, p.2).

<sup>271</sup> Inclusive foi requerida a Senghor a cidadania honorária brasileira, cujo projeto de lei 2338/1964 foi redigido pelo Deputado Noronha Filho (PTB/GB). A justificativa no projeto consta que Senghor traz “a mensagem política da Nova África, intérprete das nações que aspiram superar a fase de subdesenvolvimento para arrancar no caminho das potências livres”. (projeto de lei 2338/1964).

<sup>272</sup> SENGHOR, L. Mensagem do povo senegalês – por Senghor. In: Jornal Correio da Manhã, 20 de Fevereiro de 1962, p.9.



O ano de 1963 para o Senegal trata-se de um período de reordenamento político após a “crise de 62” (DIENG, 2017), que levou à prisão o primeiro-ministro, Mamadou Dia, junto a outros parceiros do governo acusados de corrupção<sup>273</sup>. Tal fato ocasiona a centralização política nas mãos do presidente Senghor<sup>274</sup> e uma nova constituição<sup>275</sup>. No mesmo período, a guerra colonial inicia em território vizinho – na Guiné Portuguesa com a liderança de Amílcar Cabral através da organização feita pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, requerendo a independência total por via armada e libertação do domínio colonial português. Neste entremeio, Senghor enfrenta conflitos diplomáticos com Portugal, acusando o mesmo, na ONU, de invasão de território e bombardeamentos ao sul do país, o que vai levar a uma ruptura diplomática total entre os países.

O Brasil também enfrenta um período de conflitos políticos enquanto decorre o governo de João Goulart<sup>276</sup> – que mantém a Política Externa Independente iniciada pelo governo de Quadros, assim como os estudos africanistas produzidos pelos grupos vinculados ao Itamaraty, capitaneados oficialmente agora pelo Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos

---

<sup>273</sup> Senghor relata: “Fui obrigado a enviar para a prisão em 1963 cerca de trezentas pessoas devido a infrações de improbidade financeira. Forcei a demissão de um Ministro que me parecia ter incorrido em administração desonesta.” (SENGHOR, 1965b, p.54)

<sup>274</sup> A historiografia crítica a Senghor vai inscrever um discurso a respeito do decreto do partido único – que seria a UPS – no Senegal depois da crise de 62. Uma historiografia que positiva o governo de Senghor vai enfatizar na questão da criação dos consensos e dizer que para além da UPS existiram outros partidos e foram absorvidos pela UPS. De fato, um tipo de oposição foi perseguida e colocada na clandestinidade durante este período – vide a secção liderada por Cheikh Anta Diop, do Bloc des Masses Sénégalaises (BMS) (que em parte foi absorvido pela UPS) e a Front National Sénégalais, (FNS,) que foi formada pelos dissidentes do BMS com os partidários de Mamadou Dia (após sua prisão) e depois uniram-se com os membros (na ilegalidade) do PAI, Parti Africano de l’Indépendance (marxista-leninista, alinhado à URSS). Tendo em vista estas questões, a acusação do autoritarismo do presidente Senghor vai ser uma das questões a ele dirigidas por intelectuais brasileiros quando da sua viagem ao Brasil, o qual vai se defender, dizendo: “Há no Senegal um partido dominante, a União Progressista Senegalesa. Mas existem também dois partidos de oposição: a Frente Nacional Senegalesa e o Partido do Reagrupamento Africano. Esses partidos têm praticamente o mesmo programa que o nosso. Isto é, são partidos socialistas não comunistas. Havia também um partido comunista, o Partido Africano da Independência, que foi dissolvido. Por quê? Não em virtude de se vincular ostensivamente ao marxismo-leninismo mas porque esse partido pretendia recorrer à violência para conquistar o governo. Eis porque o banimos. Temos, pois, no Senegal, vários partidos, o que não nos impede de julgar que deveremos marchar para o regime de um partido forte. De uma república forte.” (SENGHOR, 1965a, p.34-35).

<sup>275</sup> A nova constituição da Segunda República Senegalesa foi aprovada em março de 1963 - via referendo nacional.

<sup>276</sup> João Belchior Marques Goulart (1919-1976) inicia sua carreira política no Rio Grande do Sul, aliado a Getúlio Vargas. Em 1955, foi eleito vice-presidente do Brasil, na chapa PTB/PSD. Na eleição de 1960, foi novamente eleito vice-presidente, concorrendo pela chapa de oposição ao candidato Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiado pela União Democrática Nacional (UDN). Com oito meses de mandato, Jânio Quadros renuncia, o que acentuou a situação de instabilidade política. Neste momento, João Goulart estava na China e houve uma articulação para que o vice-presidente fosse impedido de assumir o governo, sobretudo por parte dos militares. Uma campanha organizada por Leonel Brizola, a partir do Rio Grande do Sul, garante a posse agora em um sistema parlamentarista. Cabe observar que em 1962, quando o Brasil se torna parlamentarista, no mesmo período o Senegal migra para o sistema presidencialista, ou seja, ambos países estão enfrentando graves crises políticas nos anos 1962-1963. No Brasil, em 1963 há um plebiscito que faz retornar o sistema presidencialista, contexto no qual o presidente propõe uma série de reformas de base que não são bem aceitas e a conspiração em prol de um golpe – articulada por diversos setores, entre eles, os militares, o político Carlos Lacerda, o que vai desembocar no golpe de 1964. (Ferreira e Reis, 2007. Ridenti, 2007)

(IBEAA)<sup>277</sup>. A Política Externa Independente iniciada no governo Jânio Quadros segue com alguns deslocamentos de posicionamentos quando assume João Goulart (SILVA & GONÇALVES, 2009). Sobre isso Rodrigo Patto Sá Motta (2006, p.128) vai dizer que:

João Goulart levou adiante a política externa de Quadros, e aprofundou-a ainda mais ao procurar estreitar os laços diplomáticos e econômicos com novos parceiros, alguns deles inimigos dos EUA. Sua estratégia diplomática tornou a política externa uma das áreas mais polêmicas do governo, combustível para a crise que afinal o derrubou do poder.

O novo ministro das relações exteriores do governo de Goulart é San Tiago Dantas, que defendia a política anticolonialista. Tal determinação segue em 1962 quando o Brasil, representado por Afonso Arinos, na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas, vota contra o colonialismo no debate sobre os conflitos em Angola. Dantas reestabeleceu as relações com a URSS. Também o Brasil se absteve na votação com relação a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, em Punta del Este, entre 22 e 31 de janeiro de 1962, contrariando os EUA e setores políticos brasileiros. Neste contexto, a “Aliança para o Progresso” tomava proporções significativas no plano de política externa do continente americano sufocando a política africanista junto ao contexto de conturbações internas no Brasil (MOTTA, 2006).

Visando contornar os conflitos em relação a política exterior há diversas trocas de ministros: Dantas é substituído por Arinos (julho a setembro de 1962) e, este, por Hermes de Lima, que tomou posições mais conservadoras com relação às descolonizações. Sobre isso, Cervo e Bueno (1992, p. 316) dizem que: “O anticolonialismo restringiu-se à retórica, em favor de uma política cordial com Portugal, chegando-se mesmo a advogar a tese da independência ordenada das nações africanas, com a colaboração das nações colonizadoras.”

Foi pelo governo de João Goulart que Senghor é oficialmente convidado a visitar o Brasil – e que “teve que adiar sua viagem em maio [de 1963] devido a situação política do seu

---

<sup>277</sup> O IBEAA foi fundado pelo assessor técnico do presidente Jânio Quadros, Cândido Mendes de Almeida. Este era professor de direito vinculado a universidades fluminenses, como a PUCRJ e Faculdades Cândido Mendes (criada em 1962) e Faculdades de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Após março de 1964, golpe que depôs o presidente João Goulart, Cândido Mendes atuou, ao lado da Igreja Católica, na defesa de presos e perseguidos políticos, buscando o fim dos crimes políticos e a manutenção do estado de direito (CPDOC/FGV). O grupo do IBEAA era formado por Eduardo Portella e pelo assessor de Cândido Mendes, José Maria Nunes Pereira, cuja residência abrigava membros perseguidos dos movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné e Cabo Verde. É possível dizer que este grupo era estreitamente ligado ao MPLA (formaram no Brasil o MABLA, “Movimento brasileiro pró-libertação de Angola”), da qual fazia parte Jorge Amado (estes integrantes com vínculos com Partido Comunista Brasileiro). Cabe apontar que o IBEAA foi fechado ainda sob o governo de Castelo Branco, grupo ao qual vai se transformar, em 1973, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, vinculados à Universidade Cândido Mendes, uma espécie de herdeiro do IBEAA.

país”<sup>278</sup>. No transcurso, quando a viagem de fato é agendada, já havia transcorrido o golpe que depôs Goulart e que implantou um regime autoritário no Brasil, cujo primeiro presidente foi o General Castelo Branco<sup>279</sup>.

No contexto que antecede a viagem de Senghor ao Brasil, a agenda política internacional debatia intensamente o regime do Apartheid na África do Sul, de forma que o Brasil absteve-se – junto com França, Inglaterra e Estados Unidos – a respeito da legislação racista e da segregação racial – em um caso específico que votou no Conselho de Segurança da ONU a respeito da pena de morte a réus de crimes contra o racismo, em 1964.

A partir da escolha, por parte do governo golpista, pelo retrocesso da Política Externa Independente, logo no início do governo de Castelo Branco, este sofreu uma avalanche de críticas com relação aos novos rumos tomados em termos de política internacional. Márcio Moreira Alves<sup>280</sup>, jornalista e depois político, foi uma das vozes contra as novas diretrizes em relação à política externa do Brasil – apesar de ter sido um apoiador do golpe contra o presidente João Goulart.

Neste escopo, em 1964, Alves (1964, p.1), que foi um dos representantes do Brasil a ser enviado em missão cultural para África, denunciava os rumos e desperdícios que a política externa brasileira estava tomando:

Nas conferências, nos debates que se seguiam e nas entrevistas que tive com líderes africanos, inclusive com o nosso futuro visitante Leopold Senghor, presidente do Senegal, senti uma espantosa receptividade a tudo que fosse brasileiro. (...)

É lamentável ver a reserva de simpatia e solidariedade de que dispúnhamos na África ser desperdiçada. Como poderão os países negros ter confiança na amizade brasileira, quando um emissário oficial de nosso governo, o Sr. Carlos Lacerda, afirma apoiarmos um colonialismo retrógrado, ou quando deixamos de levantar a voz contra as barbaridades de Verwoerd?

<sup>278</sup> Jornal Correio da Manhã, 25 de janeiro de 1964, p.3.

<sup>279</sup> Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1972) foi militar de carreira e presidente do Brasil de 1964 a 1967.

<sup>280</sup> Márcio Emanuel Moreira Alves (1936-2003), filho de uma família de políticos do Estado da Guanabara, inicia suas atividades jornalísticas no Correio da Manhã com 17 anos. Em 1956 foi correspondente de guerra do jornal durante o conflito anglo-egípcio, resultante da nacionalização do canal de Suez pelo presidente egípcio Gamal Nasser, trabalho pelo qual passa a interessar-se pelas situações do continente africano. Foi assessor do ministro Francisco San Tiago Dantas, durante as gestões deste no Ministério das Relações Exteriores (1961-1962) e no Ministério da Fazenda (1963). Foi adversário do governo de João Goulart (1961-1964), apoiou inicialmente o movimento político-militar de 31 de março de 1964, voltando-se contra o regime por ele instituído a partir da edição, ainda em abril, do Ato Institucional nº 1 (AI-1), do qual foi um dos primeiros opositores. No mesmo ano, juntamente com os jornalistas Oto Maria Carpeaux, Edmundo Muniz, Hermano Alves e Carlos Heitor Cony, comandou forte campanha em defesa dos presos políticos, denunciando a prática de torturas em prisões brasileiras. Em novembro de 1966 elegeu-se deputado federal pelo antigo estado da Guanabara na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e protagonizou discursos contra o regime militar e o militarismo e sua ação foi um dos pretextos utilizados para a proclamação do AI-5, no qual Alves foi cassado (CPDOC/FGV). Alves escreveu o livro “Torturas e Torturados” obra na qual denunciou a prisão dos membros do MABLA e dos membros dos movimentos de libertação africanos contra o colonialismo português.

Estamos jogando ao vento as poucas sementes plantadas ....<sup>281</sup>

Também é neste contexto, antecedendo a viagem de Senghor ao Brasil, que ocorre a prisão<sup>282</sup> de indivíduos provindos do “Ulamar Português”, vinculados às lutas contra o colonialismo<sup>283</sup>, em residência temporária no Brasil para estudos, trazidos pelo convênio firmado entre o CEAO e o Itamaraty com Universidades Africanas<sup>284</sup>.

<sup>281</sup> ALVES, Márcio Moreira. Política Africana. In: Correio da Manhã, 21 de Junho de 1964, Primeiro Caderno, p.1.

<sup>282</sup> Santos (2010) realizou um trabalho sobre o “Movimento brasileiro pró-libertação de Angola” e demonstra a presença da Polícia Política de Portugal (PIDE/DGS) no Brasil desde o exílio de Humberto Delgado, assim como mostra a colaboração entre a Polícia Portuguesa e Brasileira após o golpe (1964). De igual forma, José Maria Nunes Pereira, um dos presos do MABLA, em entrevista concedida a FGV em 2007 vai indicar que a PIDE se instala no Rio de Janeiro, sob comando do Agente “Gusmão”, “sem muitas autorizações do governo central” por ação de Carlos Lacerda. Pereira diz: “Há o golpe em 1964, e Lacerda consegue que a Marinha se associe à PIDE para controlar as nossas vidas e sobretudo as nossas prisões.” (IN: ALBERTI, Verena. PEREIRA, Amílcar A. Entrevista com J.M. Nunes Pereira, 15 e 18 de dezembro de 2006 no Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.39, janeiro-junho/2007, p.130.). Cabe dizer que no Brasil o grupo que apoiava os movimentos de libertação em Angola era vinculado a uma organização, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) muito embora sabe-se que a guerra de libertação foi perpetrada por outras organizações na época, como a UPA (União dos Povos Angolanos, que depois transforma-se em FNLA).

<sup>283</sup> Márcio Moreira Alves (1996, p.185) apresenta que: “Os interrogatórios a que os africanos detidos eram submetidos, versaram exclusivamente sobre a África e Portugal, acerca de suas atividades no Brasil, e noutros países, a favor dos Movimentos de Libertação das Colônias Portuguesas. Eram supervisionados pessoalmente por agentes da PIDE. Mesmo dona Filomena Ramos da Cruz, apesar da gravidez, sofreu interrogatórios. A ela chegaram mesmo a propor que, em troca de seu marido [José Maria Nunes Pereira], denunciasse o paradeiro de José Lima de Azevedo.”

<sup>284</sup> Márcio Moreira Alves, em denúncia ao regime militar implantado no Brasil e aos horrores perpetrados pelo mesmo, no livro “Tortura e Torturados” (1996, p.183-184), vai apresentar: “Após o golpe militar do 1.º de abril de 64, no País, todos os estudantes africanos das colônias portuguesas, aqui residentes, foram presos (...) Lima de Azevedo foi preso pela primeira vez, dia, 4 de abril de 64. O Dr. Fidelis Cabral, que viera à América Latina representando o Partido Africano da Independência da Guiné (PAIG) Cristophe Morais, estudante de medicina de Cabo Verde e José Maria Nunes Pereira, estudante brasileiro, casado com a angolana Filomena Ramos da Cruz, foram presos dia 7 de abril de 64. Em São Paulo, era preso também Fernando Costa Andrade, poeta angolano, estudando no Brasil. Solto alguns dias depois, Costa Andrade foi preso, de novo, no de 1º de junho, sendo somente liberado a 15 do mesmo mês, e, obrigado, com sua família, a sair do Brasil. José Maria Gonçalves, estudante angolano, há três anos exilado no Brasil, Eloy dos Santos, jornalista brasileiro, identificado com a Independência das Colônias Portuguesas, José Maria Nunes Pereira e Antônio Louro que criara no Brasil o Comitê Português Anticolonialista e sofrera em Portugal, duas prisões da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), a temível polícia política do ditador Salazar, foram todos presos, dia 21 de junho de 64 pelo DOPS da Guanabara (Polícia Política do Governador Lacerda). Antônio Louro foi espancado no ato de sua prisão e, posteriormente, durante interrogatório a que foi submetido. José Lima de Azevedo foi também submetido a várias torturas, desnudado e algemado a uma cadeira, espancado violentamente no fígado, estômago, e nos ouvidos com a tortura conhecida por telefone. Após tentativa de estrangulamento, lhe verteram, os policiais, sabão em pó nos olhos, seguida por aplicação de luz fortíssima sobre os órgãos visuais. A 1 de agosto de 1964, era preso outro nacionalista angolano, Paulo dos Santos Matoso, que era trazido de São Paulo para depor no Inquérito Policial Militar (IPM do Grupo Angolano), nome atribuído pelos militares ao processo com que pretenderam condenar os patriotas angolanos. No dia 22 de junho de 1964 a residência de José Maria Nunes Pereira era invadida por elementos do CENIMAR (Serviço Secreto da Marinha do Brasil) que, acompanhados pelo agente Passos da PIDE, depredaram completamente a residência, sob as vistas de dona Filomena Ramos da Cruz, que se achava grávida de oito meses. Valiosa biblioteca, quadros, mapas, coleção de revistas e jornais, fotografias, assim, tudo quanto se relacionava com a África, foi apreendido sob supervisão do agente Passos, da PIDE. Foram apreendidos a Antônio Louro, na ocasião, além de outros valiosos materiais de estudo, os originais de um livro que, sobre o colonialismo português, ele ia publicar no Brasil e em Paris e, também, grande quantidade de obras técnicas e material técnico profissional.”

A aproximação do novo governo brasileiro com os interesses do Estado Novo português foi crescente e a chegada do primeiro estadista de um país africano recém independente ao Brasil colocou em pauta a revelação pública das prisões dos estudantes e da colaboração do Brasil com o regime português. Rubem Braga<sup>285</sup> foi o principal porta-voz da denúncia:

Posso dar ao Ministro Leitão da Cunha e ao Presidente Castelo Branco uma informação absolutamente certa, que me veio por vias travessas, mas seguras que eu não posso revelar. Mesmo que o embaixador do Senegal me desminta, ou o próprio Senghor, a verdade é esta: no momento em que se prepara para visitar nosso país, Senghor está particularmente aborrecido com a notícia de que estudantes africanos, perseguidos pela polícia portuguesa por lutarem pela libertação de sua terra estão presos no Brasil (...)

A esta hora ele já deve saber também que, um dia depois de afirmar expressamente em carta a um jornal que o angolano José Lima de Azevedo não estava preso, o Secretário de Segurança da Guanabara, Cel. Borges, foi obrigado mandar vir este preso à presença do Governador Carlos Lacerda! E na presença do governador o preso afirmou que tinha sido torturado em um cárcere da Marinha!

Ora esse homem veio para o Brasil, trazido pelo Itamaraty, para terminar aqui os seus estudos, que em Portugal não poderia fazer por estar visado pelo Salazarismo (...) foi preso, torturado e continua preso.<sup>286</sup>

De fato, foi o embaixador senegalês, Henri Senghor, que desenrola o caso da “prisão dos angolanos” negociando a soltura, petição levada a ele por Abdias do Nascimento (NASCIMENTO, 2014) - o qual tinha vínculos com a célula do MPLA<sup>287</sup> no Brasil – e que acaba por criar vínculos estreitos de colaboração com o embaixador do Senegal. Senghor, de igual maneira, em tratativas anteriores a viagem, é intermediário junto ao Embaixador brasileiro Frederico de Chermont pela libertação de Fidélis Almada, militante do PAIGC que se encontrava no Brasil e que foi preso por suas “atividades subversivas”, a pedido de Amílcar Cabral<sup>288</sup>.

Cabe ressaltar que em nenhum momento o presidente Senghor, em sua estadia em território brasileiro, aborda publicamente de assuntos “espinhosos”, como as prisões ou as abstenções do Brasil na ONU com relação às políticas racistas, tratando sempre de elogiar o caráter miscigenado, a cultura e história do Brasil como exemplares para o continente africano

<sup>285</sup> Rubem Braga (1923-1990) foi um jornalista e cronista. Participou da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, na Itália. Como jornalista, percorreu diversos países. Foi chefe do Escritório Comercial do Brasil e no Chile e embaixador no Marrocos. Tornou-se um dos maiores cronistas do país, publicando seus textos através de jornais, revistas e livros ao longo dos anos. (Fonte CPDOC/FGV). Rubem Braga teve um papel importante na denúncia dos militares brasileiros que estavam atuando em parceria com as forças portuguesas de combate em Angola, em 1966. (DAVILA, 2011, P.166).

<sup>286</sup> BRAGA, Rubem. A visita de Senghor. In: Jornal do Brasil, 17 de Setembro de 1974, Caderno B, p. 2-3.

<sup>287</sup> Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) teve representação no Brasil (uma célula) e Abdias do Nascimento, neste período analisado, era “co-representante oficial brasileiro do MPLA” (NASCIMENTO, 2014).

<sup>288</sup> Pasta: 04612.064.039. Arquivo Amílcar Cabral. Fundação Mário Soares.

como um todo, enfatizando o possível local de liderança do Brasil na conformação de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” e da plausível liderança brasileira do Terceiro Mundo.

Há várias ambiguidades que são percebidas ao olhar para este contexto, no que se refere aos oito dias em que Senghor percorreu o Brasil. Estas serão averiguadas em conjunto com os trânsitos e contatos do presidente senegalês em solo brasileiro, na busca de entender, a partir de uma análise que perpassa seus discursos políticos, como o político-poeta senegalês mobiliza conceitos e enuncia suas propostas naquele contexto.

Os contatos aqui analisados serão importantes para entender como decorrem algumas tentativas de acordo político para o fim do conflito colonial, na década de 70, entre o presidente Senghor, políticos brasileiros e portugueses, dentro do escopo da conformação de uma comunidade política, ideia que estará em pauta entre políticos dos mais variados espectros – tanto à direita quanto à esquerda. Tal será analisado nas próximas partes deste trabalho, quando tratar-se-á das redes entre os intelectuais e os discursos políticos.

Para a parte do trabalho que segue, a opção foi por apresentar, primeiramente, o percurso de Senghor pelo Brasil, utilizando a cobertura da imprensa – *Jornal Correio da Manhã*<sup>289</sup>, que documentou toda a viagem e *Jornal do Brasil*<sup>290</sup>, como contraponto e complementar – assim como os relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Brasil<sup>291</sup>.

Na sequência, o trabalho pretende analisar a proposta da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” articulada por Senghor, pensando de que forma este arquiteta em seus discursos uma série de conceitos – “negritude”, “latinidade”, “lusitanidade”, “brasilidade” - que estão articulados com visões geopolíticas e uma filosofia que tange a construção de uma “Civilização do Universal”.

A pesquisa aprofunda-se nos três segmentos subsequentes deste trabalho, que são oriundos da análise dos discursos ao qual Senghor proferiu em contextos, entre contatos e públicos distintos: Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Portanto, a transcrição das falas de

---

<sup>289</sup> “Jornal carioca diário e matutino fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974. Foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira destacado como um jornal de opinião (CPDOC/FGV). Com o golpe de 64, após um breve período de aprovação, passa a denunciar arbitrariedades do governo federal. Neste contexto, o jornal voltava-se contra gestão de Carlos Lacerda, que tentou várias manobras para fechá-lo.

<sup>290</sup> Jornal carioca diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. No contexto aqui estudado, o Jornal assumia posições progressistas ao nível político, de outro, mantinha concepções ortodoxas e monetaristas em termos de política econômica. O jornal deu absoluto apoio à indicação do general Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República, alegando que o país precisava de um Executivo forte, que exercesse uma real autoridade. (CPDOC/FGV)

<sup>291</sup> Os relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Brasil estão disponíveis no Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão e estão disponíveis no site da mesma, de forma que neste trabalho serão referenciados de forma simplificada pelo ano e página consultada no acervo digital. Disponível em: < <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio> > <acesso em 22/09/2019>.

Senghor serão considerados e colocados em evidência, olhando para as estratégias retóricas, modulações dos discursos e as mobilizações conceituais operadas pelo autor, na construção de um discurso sobre uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como solução política para a descolonização do Ultramar Português em um projeto que envolveria diretamente o Brasil em uma “missão histórica” da “brasilidade”.

### 3.1 Itinerários de uma viagem

Senghor desembarca no aeroporto de Recife no dia 19 de setembro de 1964. Sua comitiva contava com 16 pessoas, entre eles o cineasta Paulyn Vyeira<sup>292</sup> e os pintores, Iba N’Diey<sup>293</sup> e Papa Ibras<sup>294</sup>, além de diplomatas, familiares do presidente, cientistas<sup>295</sup> vinculados a Universidade de Dakar e secretários do presidente<sup>296</sup>. Havia chegado no dia anterior, Henry Mendi, o diretor do Serviço de Informações do Governo do Senegal e que fazia os boletins e as transmissões para emissora local. Cabe dizer que o convidado especial do Presidente Senghor, para acompanhar toda a viagem, foi o poeta Vinícius de Moraes<sup>297</sup>. Apesar de ser uma visita oficial a convite do governo<sup>298</sup>, “o estadista-poeta não teve dispositivos de segurança, nem assessoria diplomática compatíveis com sua condição de estadista”<sup>299</sup> e teve “ausência de rígido

<sup>292</sup> Paulin Soumanou Vyeira (1925-1987) nasceu no Benin porém viveu boa parte da vida em Dakar, no Senegal. Foi historiador e diretor de filmes.

<sup>293</sup> Iba N’Diey (1928-2008) foi um pintor senegalês. Participa da criação da Escola de Artes do Senegal, vinculado ao movimento modernista no Senegal.

<sup>294</sup> Papa Ibras Tall (1935-2015) foi um pintor, ilustrador e tecelão. Forneceu ilustrações para *Présence Africaine* e participou do movimento modernista da Escola de Dakar junto a N’Diey e Pierre Lods. Fundou uma escola de tapeçaria, a pedido de Senghor, fomentando o que se construiu como “arte senegalesa”.

<sup>295</sup> Segundo o Relatório Anual do Ministério das Relações Exteriores no Brasil (1964, p. 45): “Estêve também no Brasil o Senhor Mamadou Diallo, Diretor do Centro de Estudos Zootécnicos de Dabra (Senegal), enviado pelo Governo senegalês para estudar o desenvolvimento e métodos da pecuária e indústrias de carnes do Brasil. Acompanhado por um técnico do Ministério da Agricultura, visitou, em outubro e novembro, os principais centros de produção animal nos Estados do Rio, São Paulo, Minas, Goiás e Pernambuco.”

<sup>296</sup> Segundo o Relatório Anual do Ministério das Relações Exteriores no Brasil (1964, p. 45): “Visitou o Brasil em caráter oficial, de 19 a 27 de setembro, o Presidente do Senegal, Senhor Léopold-Sédar Senghor, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senhor Doudou Thiam, do Chefe do Estado-Maior, Coronel Jean Alfred Diallo, e de várias outras personalidades dos meios políticos e artísticos do Senegal”

<sup>297</sup> Vinícius foi convidado para comitiva do Presidente: “O adido cultural do Brasil no Senegal, Sr. Pedro Moacir Maia, informou ontem ao chegar ao Rio, que o presidente Léopold Senghor convidou o diplomata Vinícius de Moraes para integrar a comitiva (...) devido à extrema afinidade que os une como poetas do mesmo estilo” (Jornal do Brasil, 18 de Setembro de 1964, Edição 204, p.1). Depois, Vinícius, na obra “Para uma menina com uma flor” (1996) vai dizer que Senghor é “mais uma cruz de Castro Alves com Cruz e Souza”.

<sup>298</sup> Inclusive teve aprovado a “Lei N. 4.487, de 19 de Novembro de 1964” a qual “Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República do Senegal.”

<sup>299</sup> Jornal Correio da Manhã, 27 de Setembro de 1964, p.1.

protocolo”<sup>300</sup>, o que configurou uma flexibilidade na agenda e caminhadas pelas ruas – que foram registradas pela imprensa.

Recebido pelo cerimonial do Itamaraty, o que foi organizado pelo Ministro João Gracie Lampréia, pelo governador de Pernambuco Paulo Guerra e pela Guarda de Honra da Aeronáutica<sup>301</sup>, também compareceu o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda<sup>302</sup> e o deputado Raul Brunini<sup>303</sup>, que se dirigem ao Recife em recepção a comitiva senegalesa – na ausência do Presidente Castelo Branco<sup>304</sup>, que quebrou o protocolo diplomático no que tange à recepção de presidentes ao Brasil.<sup>305</sup>

Do Recife, embarcam no Avião da FAB, o “Avro”, até o Aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, sendo recebidos pelo Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha<sup>306</sup>, junto ao embaixador do Senegal no Brasil, Henri Senghor e suas respectivas comitivas, incluso uma representação da comunidade senegalesa residente no Brasil. Seguem para o Copacabana Palace e para o Palácio da Guanabara, “homenageados com um almoço”<sup>307</sup> com a presença de autoridades políticas e do poeta Manuel Bandeira<sup>308</sup> e, à noite, cerimônia e jantar na Academia Brasileira de Letras, recebido por Alceu Amoroso Lima<sup>309</sup>, o qual profere discurso sobre “a independência dos países africanos e o papel da África como terceira força

---

<sup>300</sup> Ibid.

<sup>301</sup> O Jornal Correio da Manhã noticiou que a Guarda foi composta somente por homens negros, o que não era comum em cerimônias, mas tornou-se prática do governo brasileiro em relação a recepção de políticos providos do continente africano e até em relação ao envio de diplomatas para embaixadas africanas, como o caso de Souza Dantas em Gana. O jornal noticiou como “uma estranha deferência – explicada como homenagem – ao visitante”. (Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964, p.1)

<sup>302</sup> Na época Carlos Lacerda era o Governador da Guanabara. Para maiores detalhes sobre Carlos Lacerda há a seção 4 deste trabalho.

<sup>303</sup> Raul Brunini (1919-2009) foi um radialista, o primeiro a transmitir discursos parlamentares ao vivo no Brasil, convidado por Carlos Lacerda a filiar-se a UDN, no qual foi eleito deputado pela Guanabara. Em 1964 era Secretário de Estado do Governador Carlos Lacerda. (CPDOC/FGV)

<sup>304</sup> O Jornal Correio da Manhã noticiou no dia subsequente da chegada de Senghor no Brasil que “O atraso do aparelho que trouxe o presidente senegalês quase causou o encontro acidental do Sr. Leopold Senghor com o Presidente Castelo Branco, pois, pouco depois de sua comitiva deixar o Galeão com destino ao Copacabana Palace, o Marechal chegava à base aérea, de helicóptero procedente de Petrópolis.” (Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964,p.1)

<sup>305</sup> A “quebra de protocolo diplomático” por parte de Castelo Branco foi amplamente alardeada pelo jornal Correio da Manhã.

<sup>306</sup> Vasco Tristão Leitão da Cunha (1903-1984) foi um diplomata. Foi embaixador em Moscou a partir de 1962, quando da retomada das relações com a URSS e em 1964 é convidado a voltar ao Brasil por Ranieri Mazilli para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Sua gestão é conhecida por ter desmontado a Política Exterior Independente e pelas ações de combate à “subversão” no continente americano. (CPDOC/FGV)

<sup>307</sup> Jornal Correio da Manhã, Sábado, 19 de Setembro de 1964, p.1.

<sup>308</sup> Manuel Bandeira (1886-1968) foi um escritor, professor e poeta ligado ao movimento modernista brasileiro em sua primeira fase. (CPDOC/FGV)

<sup>309</sup> Alceu Amoroso Lima (1893-19883), também conhecido pelo pseudônimo literário Tristão de Ataíde, foi um escritor bastante ligado à Igreja Católica. Foi um dos fundadores da PUCRJ e do Movimento Democrata Cristão no Brasil. Apesar de considerado “conservador”, combateu o regime militar com denúncias a respeito do que entendia como “terrorismo cultural”. Membro da Academia Brasileira de Letras desde 1935. (CPDOC/FGV)



no mundo moderno”<sup>310</sup> com o qual Senghor dialoga, a partir do texto “Latinidade e Negritude”<sup>311</sup>.

No domingo, o presidente Senghor participa de uma missa na Igreja da Candelária e, ao meio dia, é homenageado em almoço no Jockey Clube do Rio de Janeiro<sup>312</sup>, que pela ocasião cria o prêmio “Léopold Senghor” para a corrida de cavalos. Na segunda, o presidente realiza uma cerimônia de colocação de flores no Monumento aos Mortos da II Guerra Mundial e segue dali para o Aeroporto Santos Dumont, embarcando para Salvador.

Em Salvador, Senghor é recebido por uma multidão<sup>313</sup> e por uma comitiva formada pelo governador Lomanto Junior junto a contingentes da Marinha, Exército e Aeronáutica. Este fica hospedado no Palácio da Aclamação, no coração de Salvador, reservando meio turno para realizar um tour<sup>314</sup> pelas Igrejas Coloniais de Salvador e pelo Museu de Arte Sacra, instituição vinculada a Universidade Federal da Bahia e que sedia o Centro de Estudos Afro-Orientais. A viagem a Salvador é especialmente programada pois esta Universidade concede o título de Doutor Honóris Causa a Senghor, cerimônia seguida de especial “festa folclórica”<sup>315</sup>.

No dia seguinte, a comitiva senegalesa faz passagem rápida pela construção da Usina de Furnas<sup>316</sup>, em Minas Gerais<sup>317</sup> e segue para Brasília, conhecer a capital, símbolo da modernização do Brasil e encontrar com o Presidente Marechal Castelo Branco<sup>318</sup>. Em Brasília, Senghor hospeda-se no Palácio da Alvorada em Brasília, recebido pelo Corpo Diplomático e pela comitiva do Presidente do Brasil, com “banquete comemorativo”<sup>319</sup>.

---

<sup>310</sup> Jornal Correio da Manhã, Sábado, 19 de Setembro de 1964, p.1.

<sup>311</sup> Eventos e discursos que serão analisados em pormenores na parte subsequente desta secção.

<sup>312</sup> “às 13 horas com o Governador Carlos Lacerda, o chanceler Leitão da Cunha e outras autoridades, a comitiva do presidente seguiu para o Jockey Club, onde foi homenageada com almoço, ao término do qual houve apenas dois discursos, ambos de improviso, pelo presidente do Jockey”. (Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 1964. Recorte do Arquivo da Academia Brasileira de Letras, ABL 249.).

<sup>313</sup> A sucursal do Jornal Correio da Manhã na Bahia noticiou em manchete que “Multidão aplaude Senghor na Bahia” (Jornal Correio da Manhã, 22 de Setembro de 1964, p.1.)

<sup>314</sup> “Sr. Senghor foi aplaudido por uma multidão” [no centro da cidade, Pelourinho]. (Jornal Correio da Manhã, 22 de Setembro de 1964, p.1.)

<sup>315</sup> O que o Jornal Correio da Manhã chamou de “festa folclórica” foi uma festa no terreiro de Candomblé, provavelmente de Mãe Olga do Alaketu, apresentada na secção anterior, espaço de sociabilidade dos intelectuais.

<sup>316</sup> A Usina Hidrelétrica de Furnas é uma usina hidrelétrica brasileira localizada no Rio Grande, entre os municípios de São José da Barra e São João Batista do Glória, no estado de Minas Gerais.

<sup>317</sup> Reclamações públicas foram feitas ao Itamaraty pelo Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que não foi avisado que o presidente do Senegal estaria em território mineiro, quando foi visitar a represa de Furnas. (Jornal Correio da Manhã, 25 de Setembro de 1964, p.1.)

<sup>318</sup> Os diálogos e discursos entre Senghor e Castelo Branco nos quais foi possível ter acesso serão analisados em pormenores em parte subsequente desta secção.

<sup>319</sup> Jornal Correio da Manhã, Sábado, 19 de Setembro de 1964, p.1.

Na sequência, realiza entrevista coletiva no Palácio da Alvorada, seguida de reunião com Castelo Branco para assinatura dos acordos de cooperação cultural<sup>320</sup> e comercial<sup>321</sup> seguido de visitas ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional. Terminando os compromissos em Brasília, segue para visita rápida a São Paulo, recebido pelo Governador Ademar de Barros<sup>322</sup> e em visita ao Instituto Butantan e a Universidade de São Paulo<sup>323</sup>.

No mesmo dia retorna ao Rio de Janeiro<sup>324</sup>, encontrando-se novamente com o governador Carlos Lacerda, em “almoço em Brocoió”, seguindo o agendamento de uma

---

<sup>320</sup> O acordo pauta a dinamização do intercâmbio de professores do Brasil para o Senegal, assim como o convite formal para o Festival Mundial de Artes Negras patrocinado pelo governo senegalês e pela UNESCO que realizaria-se em Dakar no próximo ano.

<sup>321</sup> Cabe dizer que os acordos comerciais projetados pelo estudo vinculado ao grupo do Setor de África, criado na época de Agostinho da Silva e por ele redigidos com foco no Senegal – que somente serão assinados em 1964 quando da vinda de Senghor ao Brasil – servem de modelo para todos os outros acordos a serem assinados a partir de 1965 com a realização da missão do Ministério das Relações Exteriores do Brasil para diversos países africanos (com foco maior na Nigéria). O Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1965 vai dizer que (1965, p.66) “esses acordos prevêm o tratamento da nação mais favorecida entre as partes, em matéria aduaneira e de licenciamento das importações e das exportações, além de outras facilidades para realização de feiras, de exposições comerciais, bem como para o exercício de atividades comerciais em seus territórios respectivos pelas firmas de um e de outro país. As transações pertinentes aos acordos, sem montante fixado, serão realizadas em moeda conversível; por outro lado, as listas de mercadorias, anexas a alguns dos acordos, têm caráter meramente indicativo, a fim de deixar aos importadores e exportadores de cada país a maior margem possível de liberdade no comércio mútuo

<sup>322</sup> Ademar de Barros (1901-1969) foi aviador, médico e político, sendo eleito governador de São Paulo duas vezes. Em 1964, lançou a "Aliança Brasileira para o Progresso", visando a incentivar o desenvolvimento econômico através de planejamento e financiamento à ciência e à tecnologia. Muito conhecido no Brasil pelo slogan “Rouba, mas faz”. No mesmo ano que Senghor veio para o Brasil, também veio – a convite de Barros – o General Charles de Gaulle, presidente da França, com quem tinha ótimas relações. Em 1966 foi cassado por Castelo Branco e se exilou em Paris. O escritor Mouzar Benedito, escreve em suas memórias que “Leopoldo Senghor, em visita ao Brasil em meados da década de 1960, foi recebido por Adhemar no palácio do governo (a esta altura, acho que já no Morumbi). O governador já estava meio chumbado quando o presidente senegalês entrou em sua sala, com um intérprete. Sem saber que Senghor era um grande intelectual, que falava inclusive português – e estava falando francês com um intérprete brasileiro, ao lado, apenas por causa das regras diplomáticas –, Adhemar resolveu sacanear o intérprete, falando bobagens para que ele inventasse qualquer coisa séria para Senghor. A certa altura, falou para o intérprete:– Levanta as calças dele. Meu avô dizia que crioulo bom pra capinar roça tem que ter canela fina. Vamos ver a dele. E Senghor entendia tudo... Chegou de volta ao Senegal e, diziam, escreveu um livro sobre o baixo nível, a escrotidão e o racismo do governador paulista.” <Disponível em Revista Fórum, 25 de Fevereiro de 2011. In: <https://revistaforum.com.br/blogs/blogdomouzar/senegal-senghor-adhemar-e-czar-nicolau-2/> <acesso em 25/09/2019>

<sup>323</sup> “visitou a Cidade Universitária, o Instituto Butantã, o reator atômico e o Hospital das Clínicas, sendo a seguir homenageado com almoço pela Federação das Indústrias (...) o sr. Senghor acentuou a identidade existente entre o Brasil e o Senegal, manifestando a sua confiança de que nossa pátria possa auxiliar a Angola e outros países a resolverem seus problemas com Portugal.” (Jornal Correio da Manhã, Sábado, 19 de Setembro de 1964, p.1.). Cabe dizer que em 1964 já havia o Centro de Estudos Africanos na USP, que foi criado “em 1962 a partir de um círculo de conferências sobre África, patrocinado pelo então Centro Universitário de Pesquisas e Estudos Sociais. Em decorrência dessas conferências, um grupo de professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, com a adesão de alguns raros alunos bolsistas africanos no Brasil e de professores de outras áreas resolveu dinamizar os estudos sobre África na Universidade de São Paulo. Em 1963, eles fundam o Centro de Estudos de Cultura Africana – CECA – uma entidade privada sem fins lucrativos” (MUNANGA, 2011, P.11). O grupo foi capitaneado pelo Professor Fernando Albuquerque Mourão, brasileiro formado em direito em Lisboa, que era amigo de Senghor, conforme apresentado na secção 1.

<sup>324</sup> Jornais anunciaram que “Senghor volta ao Rio sem recepção” (Jornal Correio da Manhã, Sábado, 26 de Setembro de 1964, p.8). Relatam que: “Sem ser recebido por qualquer autoridade (...) a explicação, pouco convincente, pela tamanha descortesia a um chefe de estado que visita ao Brasil como nosso convidado de honra

palestra na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cuja mesa foi composta pelo fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Africanos, Cândido Mendes de Almeida, o ex-chanceler Afonso Arinos e o Professor e Padre Fernando Bastos Ávila<sup>325</sup>, seguida de festa no Clube Monte Líbano.

No último dia da viagem, realiza a inauguração da exposição de Arte Negra<sup>326</sup>, no Museu Nacional de Belas Artes, organizado por intermédio de Pedro Moacir Maia ainda em Dakar, que foi realizada pelo envio de 327 peças cedidas pelo Institut Fondamental d'Afrique Noire (IFAN), vindas de navio diretamente de Dakar. Logo após, o Presidente do Senegal e o Governador da Guanabara inauguram uma escola municipal de nome “República do Senegal”, no bairro de Engenho Novo. E, à noite, Senghor participa de um último evento: uma reunião privada na casa de Zora Seljan e Antonio Olinto – reunindo escritores, poetas, críticos de arte e artistas<sup>327</sup>.

---

foi a de que, oficialmente, seu programa havia terminado ontem em São Paulo e que o ilustre visitante resolveu por sua própria conta permanecer mais alguns dias no Rio de Janeiro”.

<sup>325</sup> Evento acadêmico que será analisado na parte subsequente desta seção. Também estavam presentes Alceu Amoroso Lima, Afonso Arinos, José Honório Rodrigues, Moreira da Fonseca e Adonias Filho. O debate teve como centro a construção do socialismo no Senegal.

<sup>326</sup>“Foram iniciados ontem no Museu Nacional de Belas Artes os trabalhos de instalação da exposição de esculturas da África Negra (...) O diretor do Museu, sr. José Roberto Teixeira Leite, afirmou que a mostra em apreço é ‘das mais importantes e completas exposições de arte negra jamais levadas a efeito em qualquer tempo e lugar, sendo, de longe, a maior e melhor jamais efetuada não só no Brasil como em toda a América Latina’. A exposição é composta de máscaras, estátuas, estatuetas, objetos funerários, instrumentos musicais e agrícolas e ornatos e utensílios de quase quarenta estilos tribais diferentes, entre eles obras de estilo Dogon, Bobo, Minianka, Bambara, Senufo, Baluê, Iorubá, Fon, Webe, Dan, Nagô, Mende e Lobi, abrangendo as regiões da Savana e da Floresta da África Ocidental (...) A ideia surgiu do Adido Cultural em Dakar, Sr. Pedro Moacir Maia (...) acompanha as peças o Sr. Thian Bodiel, do Museu do IFAN (...) irá para São Paulo, depois Curitiba e Porto Alegre”. (Jornal Correio da Manhã, 22 de Setembro de 1964, p.11.). Teixeira Leite, em texto sobre suas memórias e os “anos de chumbo”, vai dizer: “a importantíssima exposição de arte da África Negra, inaugurada pelo presidente do Senegal, o poeta Leopold Sedar Senghor, com centenas de obras pertencentes ao Institut Français de l’Afrique Noire, de Dakar – considerada pelos acadêmicos um insulto à arte clássica brasileira...” (LEITE, 2009, P.258)

<sup>327</sup>Antonio Olinto (1919-2009) foi um escritor brasileiro. Em 1964 estava por lançar seu livro “Os Africanos no Brasil”, produto de uma pesquisa sobre a comunidade afro-brasileira na Nigéria e Daomé. Senghor vai ser um dos autores analisados neste livro junto a outros intelectuais africanos como Achebe, Sonynka, Kenyatta, defendendo que “A África hoje é um continente em mudança, com uma literatura viva, palpitante” (Correio da Manhã, 18 de dezembro de 1964, Segundo Caderno, p.2). Olinto, no texto “Elogio a Senghor” (Jornal Tribuna da Imprensa, 2 de Janeiro de 2002) relata sobre Senghor: “Quando visitou o Brasil oficialmente em 1964, na qualidade de presidente da República do Senegal, promovi um encontro em minha casa, a pedido do próprio Senghor, que desejava conhecer pessoalmente poetas brasileiros.” A recepção em sua casa foi noticiada na imprensa: “Recepção a Senghor: Leopold Senghor tomou a iniciativa de, pessoalmente, telefonar para o hospital em que acha internada a poetisa Cecília Meireles, convidando-a a visitar o Senegal. O fato ocorreu ontem na residência de Zora-Antonio Olinto, quando o poeta africano teve um longo contato com vários escritores brasileiros. Pessoas presentes à agradável reunião proporcionada por Zora e Antonio Olinto, Manuel Bandeira, Luiz Viana Filho, Rodrigo Otávio Filho, Viana Moog, R. Magalhães Junior, Augusto F. Schmidt, Ascendino Leite, Adonias Filho, Dinah Silveira de Queiroz, Benedito Valadares, Fausto Cunha, Lucia Benedetti, Geraldo França de Lima, Vinicius de Moraes, Ivan Vasconcelos, Sílvia Chalreo, Stella Leonardos, Labanca, Renato Almeida, Manuel Diégues Jr., Temístocles Cavalcanti, Hélio Scarbatolo, Everardo Dayrel de Lima, Franz Schaeffer, Antonio Bandeira, Gumercindo Rocha Dorea, Heitor Marçal, Santos Moraes” (Correio da Manhã, 29 de Setembro de 1964, Segundo Caderno, p.2).

### 3.2 Comunidade Luso-Afro-Brasileira

Durante os oito dias em que Senghor percorreu o território brasileiro, quando na presença de representantes políticos do estado brasileiro, o senegalês foi enfático na propaganda de uma suposta missão (ou oportunidade) para o Brasil em relação a conformação de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. Esta comunidade política foi arguida por Senghor - a partir do exemplo histórico da Comunidade Francesa - propondo um modelo político que abrangeria um grupo de estados independentes, capitaneados pelo Brasil, objetivando pressionar Portugal em prol de um acordo político pela autodeterminação e possível independência de Angola, Moçambique, Guiné e as ilhas, inspirada na “via gaullista”<sup>328</sup>.

A ideia de uma comunidade entre Brasil, Portugal e os territórios ultramarinos – com a possibilidade de independência ou não – já circulava entre Brasil e Portugal. Cabe relembrar as propostas da comunidade, trabalhadas na secção anterior, desde Gilberto Freyre até Agostinho da Silva. Este último capitaneia a mesma para dentro do Itamaraty em 1961 chamando atenção sobre a aproximação entre os países africanos e o Brasil, no sentido econômico e cultural.

Também, em 1964, o Governo Brasileiro olha para a ideia da comunidade com simpatia<sup>329</sup>, no aprofundamento das relações com Portugal e nas possibilidades de mercado que os países africanos independentes poderiam representar para o desenvolvimento econômico do Brasil. É documentado que, em Julho de 1964<sup>330</sup> – antes do contato com os argumentos de Senghor – Castelo Branco havia discursado no Itamaraty em prol da ideia da comunidade. Na ocasião, o Presidente militar disse que:

A nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal (...) talvez a solução residisse na formação gradual de uma comunidade afro-luso-brasileira, em que a presença brasileira fortificasse, economicamente, o sistema<sup>331</sup>

Sabe-se entretanto, que o Itamarati não tomará providências efetivas a respeito até a próxima realização, em novembro, da Assembleia Geral da ONU.<sup>332</sup>

<sup>328</sup> A inspiração na “via gaullista” se trata da experiência histórica de independência das colônias francesas que foi feita de forma negociada a partir de um plebiscito capitaneado em 1958 pelo General Charles de Gaulle na qual as colônias tornaram-se independentes e escolheram integrar ou não uma “Comunidade Francesa”.

<sup>329</sup> O governo de Castelo Branco proclama-se como “anticolonialista” quando Senghor vem para o Brasil, muito embora nos governos militares subsequentes – até o Governo de Ernesto Geisel – vão desconsiderar o apoio aos movimentos de independência africanos.

<sup>330</sup> “Comentou-se ontem no Itamarati, que a comunidade afro-luso-brasileira preconizada pelo presidente do Senegal, sr. Leopold Senghor, foi uma das teses defendidas pelo Presidente Castelo Branco no discurso que fez, em 31 de julho passado, na Cerimônia de entrega de diplomas aos terceiros secretários formados pelo Instituto Rio Branco.” (Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, Primeiro Caderno, p.5).

<sup>331</sup> Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, Primeiro Caderno, p.5.

<sup>332</sup> Ibid.

Dos diversos projetos da uma comunidade cuja unificação seria pensada a partir da colonização por parte de Portugal (cuja herança seria a cultura e língua), em diferentes períodos históricos – cabe aqui pensarmos a forma com que Senghor mobilizou o projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, considerando suas visões a respeito da geopolítica naquele período, seus interesses projetados a partir do Senegal – e de seu lugar na ideia de Unidade Africana<sup>333</sup>. Neste sentido, não é possível dissociar a interpretação de uma filosofia, humanista e cristã, que é constituinte da política e diplomacia de Senghor enquanto uma figura internacional, mormente a questão da Civilização do Universal.

Por ocasião da viagem, Senghor apresenta uma visão de um mundo em aberto, ou seja, uma geopolítica em transição, com o desejo de inserir-se, a partir do Senegal, nestas novas dinâmicas globais, apontando para os conflitos entre os blocos capitalistas e comunistas, dinâmica dual a qual desejava se afastar, colocando-se junto ao debate de uma “terceira via”. Senghor é enfático, ao visitar o Brasil, quando diz que:

Se há dois anos projetei visitar a América Latina e, em primeiro lugar, o Brasil, é porque estamos conscientes, no Senegal, de profundas mudanças que ora abalam o mundo, e dos perigos mortais que corre a humanidade. Perigo provindo não só dos engenhos termonucleares, mas ainda, mas sobretudo, do orgulho egoístico dos grandes<sup>334</sup>

Em seu discurso, desloca a problemática entre o capitalismo e comunismo, salientando o lugar dos países recém independentes e das novas relações a serem desenvolvidas entre estes assim como com os antigos colonizadores. Coloca o desenvolvimento econômico das ex-colônias como temática central problematizando as desigualdades e a necessidade de novas

---

<sup>333</sup> Questiona-se como Senghor conciliava a defesa de uma Unidade Africana e o seu lugar dentro do grupo da Organização para Unidade Africana (OUA) com o favorecimento da conformação da “Comunidade Francesa” e da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” – ao exemplo da Commonwealth britânica - em prol da manutenção das relações com as antigas metrópoles.

<sup>334</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de Setembro de 1964, p.3.

relações entre países do Terceiro Mundo<sup>335</sup> mobilizando fortemente os debates a partir de Bandung<sup>336</sup> e do Movimento Não-alinhado<sup>337</sup>. Em Brasília, apresenta que:

A divisão atual do mundo não é tanto entre as ideologias, entre o Leste e o Oeste, como entre o Norte e o Sul, entre os antigos colonizadores e os antigos colonizados. O perigo está em que tornando-se os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, aqueles que tem fome – os dois terços da humanidade – um dia venham a sublevar-se em imensa jacquerie que utilizará em seu proveito o partido da subversão<sup>338</sup>

Um dos pontos que aproxima Senghor do Brasil, a partir dos interesses nacionais do Senegal, é a questão da cooperação econômica, a partir de um novo eixo – do “Terceiro Mundo” –, mobilizando, nesse sentido, para além dos acordos oficiais entre os governos, a aproximação com setores da Igreja Católica, muito atuantes no Brasil, vinculados ao grupo do Padre Lebreton<sup>339</sup>, da escola “Economia e Humanismo” – o que estará bastante presente nos discursos a respeito do Socialismo Africano que fez no Brasil.

Entre outros aspectos, para Senghor, a questão nacional é central, sobretudo no que se refere ao aspecto cultural do que conforma a nação, enquanto uma concepção voluntarista e congregação de pátrias diversas. Senghor teoriza sobre a nação quando da criação da Federação do Mali (em 1959) e sua rápida dissolução, dando continuidade, então, a construção do Senegal

<sup>335</sup> A expressão “Terceiro Mundo” foi utilizada em 1952 pelo economista e demógrafo francês Alfred Sauvy, em referência ao terceiro estado do Antigo Regime (remontando à história francesa). Depois foi reapropriada pelo Movimento Não-Alinhado.

<sup>336</sup> Na Conferência de Bandung de 1955 foram debatidos o anticolonialismo, unidade, luta contra o racismo e busca pela paz. Os participantes reivindicam o direito dos povos à autodeterminação e condenam o colonialismo e o apartheid. Eles proclamam a igual soberania dos povos e nações, o respeito pelos direitos humanos e a Carta da ONU e enfatizam a necessidade de cooperação econômica e cultural entre seus países, requerimentos estes que serão levados por Senghor ao Brasil, na busca da aproximação com o Senegal. Senghor também mobiliza em seu discurso os debates de Bandung em crítica ao “mundo bipolar”, a questão da proposta desarmamentista e a proibição das armas nucleares e de destruição em massa (reivindicações expressas na redação dos “Dez Princípios de Coexistência” debatidos em Bandung).

<sup>337</sup> Em 1956, em Brioni, na Iugoslávia, será realizada uma conferência entre Nasser, Nehru e Mal. Tito, que será o prelúdio do Movimento dos Não-Alinhados, criado em 1961. O objetivo era criar um caminho independente no que tange os conflitos entre as grandes potências, na época URSS e EUA. O conceito de Terceiro Mundo está diretamente ligado ao conceito do Movimento dos Não Alinhados. Para o Movimento dos Não Alinhados, o “terceiro caminho” designa também uma nova concepção de economia. Não se busca nem o caminho capitalista nem o caminho comunista da economia. Para Senghor, o caminho seria a construção progressiva do socialismo africano.

<sup>338</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de Setembro de 1964, p.3.

<sup>339</sup> Louis-Joseph Lebreton (1897-1966) era bretão, economista e religioso católico dominicano, conhecido como criador do centro de pesquisas e análise econômica “Économie et Humanisme” (Economia e Humanismo) no ano de 1942. A partir deste, criou uma série de associações em prol do desenvolvimento social, entre eles o mais famoso o Institut International de Recherche et de Formation, Éducation et Développement, atual Centre International Développement et Civilisations- Lebreton-Irfe. Lebreton foi a figura que introduziu a ideia de desenvolvimento global dentro dos debates da Igreja Católica, chamando atenção para as questões do subdesenvolvimento e da pobreza dos países do hemisfério sul. Atuou no Vietnã, Líbano, Benin, Costa do Marfim, Senegal, Colômbia, Venezuela e Brasil. No Senegal, vem a convite de Senghor, em 1960, para participar do planejamento econômico do estado recém-independente e foi figura aclamada por Senghor na construção do socialismo africano.

enquanto nação independente dentro do escopo da Comunidade Francesa a partir do projeto que ele chama do “caminho do socialismo africano”.

“Não existe tábula rasa” (SENGHOR, 1965b, p.93), profere Senghor quando trata da construção da nação. Para ele, o elemento aglutinador é a “vontade de ser nação” cujo objetivo se realiza com uma língua e cultura em comum. O autor tem como parâmetro a história da construção nacional francesa e evidencia o marco da Revolução de 1789 para pensar as independências africanas e o que ele mesmo denomina como “construção nacional”. Segundo Senghor, “a independência e a construção da nação exigem, principalmente e juntamente com autodeterminação, a liberdade de escolha”. (SENGHOR, 1965b, p.93)

Portanto, para este intelectual, a nação é uma vontade consciente de construção sendo constituído por “pequenas pátrias”. Senghor traduz o debate francês da “*petite patrie*” (THIESSE, 1995) pensando o contexto senegalês ao qual se insere. Ele vê que o substrato da nação seriam os diferentes grupos autóctones e tradicionais que povoam o local (para o caso da sua “África Negra”, os Serere, Wolof, etc). Estes são enquadrados enquanto “pátrias” que, conscientemente e voluntariamente, engajar-se-iam na nação, enquanto produto de uma construção democrática e diversa – assim, estas percepções são deslocadas, depois, para outros contextos.

Senghor (1965b, p.20) diz que “A pátria é a herança que nos foi transmitida pelos nossos antepassados: uma terra, um sangue, uma língua [...] uma cultura enraizada em um território e expressa em uma raça.” Por outro lado, ele refere que a nação “Congrega essas pequenas pátrias para transcendê-las. Ela não é, como a pátria, uma determinação natural, portanto expressão do meio, mas vontade de construção” (SENGHOR, 1965b, p.20-21), em suma, a “nação é superior a pátria” e “destila seus valores” (SENGHOR, 1965b, p.20-21).

Tal definição vem atrelada à noção de estado, referindo que é o “estado que realiza a vontade da nação e assegura a sua permanência” assim como “mescla a pátria e aperfeiçoa o indivíduo” (SENGHOR, 1965b, p.22). Portanto, esta é uma das razões de Senghor ser um defensor da estrutura federativa, argumentando o sucesso dos estados federados, como Estados Unidos da América, Canadá ou o Brasil, que seriam exemplos para a adequação da federação em território africano, a ser inserido dentro de uma estrutura política maior, a “Commonwealth”, seja ela inglesa, francesa ou portuguesa.

Já em relação às ideologias de um mundo seccionado em blocos<sup>340</sup> e sobre a questão nacional, Senghor vai dizer, no Brasil, que:

---

<sup>340</sup> Senghor vai arguir sobre a via africana do socialismo ou o “caminho do socialismo africano” a partir de 1959, quando da criação da Federação do Mali. O senegalês profere a sua filiação ao socialismo com um adendo:

Não irei ao ponto de proclamar o fim das ideologias. Mas é tempo de reconhecer a ineficácia nesta segunda metade do século XX, em que a letra delas matou o espírito, quando a ideologia não foi traída. Traída, digo eu, em proveito da ideia nacional ou da cultura. Porque em nossos dias, bem o sabeis, bem o sentis, antes de sermos ‘capitalistas’ ou ‘comunistas’ ou ‘liberais’ ou ‘socialistas’, somos ingleses ou franceses, russos ou chineses, quando não somos anglos-saxões ou latinos, árabes ou negro-africanos. Paradoxalmente, no momento em que o capitalismo e o comunismo anunciam, cada um a seu lado, a sociedade da abundância material, o espírito desforra sob o aspecto da cultura<sup>341</sup>

Assim, ele opera em território brasileiro com um discurso que propõe, para além da cooperação econômica e cultural entre o Brasil e o Senegal, o projeto e a missão da ex-colônia de Portugal de constituição da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. Neste sentido, o supracitado “aspecto da cultura” e a “ideia nacional” perpassam esse objetivo, quando Senghor, em seus discursos, mobiliza uma série de conceitos expressivos de elementos constituintes desta comunidade: a “lusitanidade” (no “lusó”), a “negritude” e “africanidade” (no “afro”) e “brasilidade” (no “brasileiro”), assim como a “latinidade” que perpassaria os outros elementos.

Tais são os pilares elementares da dimensão conceitual, ou seja, “condensados conceituais”<sup>342</sup> (CAMILOTTI, 2011) utilizados por Senghor. Estes possuem uma historicidade e encontram um lugar no discurso do senegalês, no seu ato de enunciação, em prol de um engajamento político a partir de diferentes “locais de cultura”<sup>343</sup>. Em suma, propõe a adesão a um projeto político a partir de um ato voluntarista.

---

“Precisamos, sobretudo, fazer um esforço para repensar os textos básicos à luz das realidades negro-africanas” (SENGHOR, 1965b, p. 38), ou seja, propõe uma releitura, a partir de um olhar negro-africano do socialismo científico e do socialismo utópico, duas escolas de pensamento a qual vai apontar que devem ser “destiladas” e usadas como método para contribuir para a conformação de um socialismo africano. No socialismo de Senghor, o autor aventa as contribuições de Marx, no que tange sua “filosofia do humanismo”, assim como coloca a importância de levar em consideração a vertente francesa dos socialistas utópicos – que ele defende “não tão utópicos como se diz”. Profere que estas vão contribuir com a reflexão sobre questões éticas, assim como vão estruturar os pressupostos do cooperativismo e do federalismo, nas obras legadas por Saint-Simon, Fourier e Proudhon. Para Senghor o socialismo é um humanismo e o socialismo é um método, pois é do conjunto de obras destes autores que lançam um olhar para o método dialético como uma ferramenta que deve ser utilizada para a construção da nação e do estado federal. Em síntese, para Senghor, o socialismo africano seria uma espécie de deglutição dos elementos das vertentes de socialismos europeus e seria construído na experiência, levando em consideração que nem a religião e nem a liberdade pode ser desconsiderada, pois fazem parte – e são os elementos que operam - o processo de “fagocitose”.

<sup>341</sup> Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, p.12.

<sup>342</sup> Segundo Camilotti (2011, p.1): “Uma história, portanto, que se quer aqui, de uma significação, enquanto um condensado conceitual, que se pode dizer ‘engajado’, que teve lugar em passados múltiplos, mas, também, encontra morada no presente. Ligado, nestes diferentes momentos, no próprio ato de sua enunciação, a uma ação ou vontade política: a de fomentar uma associação entre povos, nações, países de tradição latina, do ponto de vista moral e cultural, e, por vezes, político em sentido estrito, na condição de uma federação ou confederação. Assumindo, ainda, o lugar de vértice de uma linguagem política particular.”

<sup>343</sup> Esses locais de cultura, na perspectiva de Senghor, fazem parte de suas concepções defendidas dentro do escopo das discussões a respeito do que significa a “negritude”, os quais são teorizados por Senghor nos seus textos na década de 1940-1950. Senghor mobiliza teorias antropológicas para pensar a cultura. Já no texto “O contributo do homem negro” (1939), diz que: “Civilização, ou mais precisamente, cultura, que nasceu da ação recíproca da raça,



Cada um destes “locais de cultura” – “latinidade”, “lusitanidade”, “brasilidade” e “negritude”/“africanidade” – na concepção de Senghor, produz um tipo de humanismo, ou seja, um conjunto de valores que expressam uma forma ímpar de estar no mundo e que configuram as contribuições de cada cultura dentro de uma noção de universal<sup>344</sup>. Neste sentido, para ele, o produto e expressão do humanismo de cada cultura é a criação artística – por meio da imagem sonora ou plástica – o que impulsiona a “força vital”<sup>345</sup> e que dá sentido à condição humana, em suas diferenças (SENGHOR, 1965b).

Os Humanismos, na leitura de Senghor, são pontos fulcrais para entender o que torna a sua leitura de socialismo *sui generis*<sup>346</sup> e o que embasa toda uma política que olha para um futuro comum – perpassando um processo histórico, uma teleologia e um desenvolvimento conjunto da humanidade – e que justificam posicionamentos políticos de Senghor.

Neste sentido, sua principal influência, provinda do escopo cristão, é o religioso, cientista, paleontólogo e filósofo jesuíta francês Teilhard de Chardin<sup>347</sup>. Este intelectual

---

da tradição e do meio; que, emigrada para a América, permaneceu intacta no seu estilo, se não nos seus elementos ergológicos. A civilização desapareceu, esquecida; a cultura não se extinguiu.” (SENGHOR, 2011, p.74). De igual forma, utiliza-se, para pensar a cultura, a noção de “paideuma” legada do etnólogo Leo Frobenius. A tal “paideuma”, segundo a leitura de Senghor sobre a obra de Frobenius, seria a “estrutura psicológica e espiritual” de cada civilização. Neste escopo, o alemão proclama uma “kulturmorphology” que designa uma essência por trás de cada cultura - carregada por cada civilização. Assim, esta noção será a inspiração para construir um sentido para a negritude enquanto essência ou “âme” (alma) de uma civilização. Esta alma (a paideuma) seria constituinte de uma “unidade cultural” que perpassaria todos os negro-africanos do continente e na diáspora.

<sup>344</sup> Senghor trata do universal desde os seus primeiros textos políticos que remontam aos fins da década de 30.

<sup>345</sup> A “força vital” é noção trazida a partir das teorias de Teilhard de Chardin da obra “Le Milieu Divin” e “Le phénomène humain”. Em síntese, é o que movimenta a vida. Esta questão está no centro de parte da obra de Chardin que busca explicar como a vida surge da matéria pré-vital (que para ele possuiria uma força impulsionadora e evolucionista).

<sup>346</sup> Vê-se que Senghor era um grande afeito às obras de jesuítas, pois afere que sua leitura do marxismo também é inspirada nestes, sobretudo na obra de Padre Bigo, “Marxisme et humanisme”(1953). Neste sentido, é possível compreender os filtros que Senghor utiliza para pensar o marxismo enquanto método e ler os pressupostos de Marx a partir da construção de um humanismo, colocando que a organização da economia deve servir ao “homem encarnado” regido pelo “espírito” ou “alma”. Senghor, ao analisar o caminho do socialismo africano como um humanismo, coloca Chardin em diálogo com Marx: “Partindo dos fatos concretos, de uma base material mais ampla e profunda do que a de Marx, Teilhard desemboca no espiritual, ‘como eu gostaria de dizer’, escreve ele numa carta de maio-junho de 1952, ‘a síntese do Deus cristão no alto e do Deus ‘marxista’ no futuro é o único Deus que podemos, de agora em diante ‘adorar em espírito e em verdade’. O Deus cristão como sabem, é também o Deus muçulmano” (SENGHOR, 1965b, p.56). Tanto Chardin quanto Marx olham para a sociedade em termos da descoberta de leis que regeriam as mesmas, determinando as fases de evolução das sociedades, com um método dialético. Este determinaria, por fim, uma síntese. Neste âmbito, Senghor vai ser muito influenciado por Chardin quando o jesuíta trata que a humanidade evolui, progressivamente, para uma “Civilização do Universal”, ou seja, a síntese final da humanidade em uma unidade. Portanto, a Negritude, enquanto movimento, insere-se bem nesta teoria. É a partir deste constructo que a negritude e a civilização negro-africana são olhadas como uma das fases da evolução em paralelo às outras civilizações – como a “latina” e sua “latinidade”, assim como a árabe, a negrobérbere, etc.

<sup>347</sup> Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955) foi definido como “o jesuíta proibido” (definição do Pe. J. Vigorelli). Ao longo de sua vida e obra tentou construir uma visão integradora entre a ciência e suas concepções teológicas. Grande estudioso de geologia e paleontologia, em 1922 defende tese na Sorbonne sobre os mamíferos do eoceno inferior. Do ponto de vista teológico, assumia a teoria evolucionista e foi condenado pela Santa Sé, subsequentemente, banido para a China. Neste período, dedica-se a estudos importantes de paleontologia. Em

conforma uma filosofia que buscava conciliar a ciências e os dogmas cristãos, resultando em uma teologia mística, que muito circulou entre as universidades e a intelectualidade francesa católica na primeira metade do século XX. A obra de Chardin é referenciada por Senghor<sup>348</sup>, sobretudo no que tange ao uso de uma teleologia que trata a história da humanidade pelo trajeto comum em direção à construção de uma “Civilização do Universal”, teoria construída na obra “O Fenômeno Humano” (1955)<sup>349</sup>.

A “Civilização do Universal” se trata de uma marcha da humanidade voltada à conjunção das heterogeneidades. É por este prisma que Senghor vai articular o seu discurso político em torno das leis que direcionam para a construção deste universal, pensando as culturas – organizadas em torno das distintas civilizações – por meio do processo de “simbiose”, “assimilação ativa”, “enxerto” e a “deglutição”<sup>350</sup>, em suma, defendendo a miscigenação - pois estes seriam processos “naturais” de síntese da humanidade. Senghor argui a respeito da “simbiose” – conceito adaptado da biologia que trata da associação íntima entre duas espécies distintas – como elemento de agregação das diferenças, assim como mobiliza um elogio à miscigenação a partir da teoria de Gilberto Freyre, no que concerne ao Brasil como exemplar deste processo.

Estes elementos conformam a naturalidade com que Senghor defende a conformação política de uma “Comunidade Francesa” ou da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como solução para descolonização dos territórios ultramarinos configurando uma confederação multinacional ou multirracial<sup>351</sup>. Esta abarcaria em seu seio diferentes estados democráticos que congregariam culturas e religiões das diferentes matrizes, sem muitas preocupações com

---

1929 vai participar da descoberta do Sinantropo, fóssil do “Homem de Pequim” e vai realizar estudos importantes no que diz respeito a paleontologia a partir do material recolhido no continente asiático (China, Índia e Birmânia).

<sup>348</sup> Nestes termos, pode-se compreender que a política e o socialismo africano defendidos por Senghor tem evidentes reentrâncias religiosas, muito com base em uma leitura católica – de caráter não ortodoxo em termos do dogma da Igreja Católica Apostólica Romana – abarcando um misticismo que pensa o mundo a partir de “forças ocultas” e “energias psíquicas” – conceitos mobilizados a partir da obra de Chardin.

<sup>349</sup> Chardin escreve “O fenômeno humano” na década de 30 em território chinês. A obra foi encaminhada para Roma em 1940 e a apreciação não foi positiva – o nihil obstat não foi concedido. Em 1946 retorna a Paris e textos mimeografados circulam quando este se torna professor do Collège de France. Entre 1949 e 1950 dá cursos na Sorbonne, o que gera a obra “O grupo zoológico Humano”. Em 1951 muda-se para Nova York e coordenou duas expedições para pesquisas paleontológicas em África. Na obra “O fenômeno humano” ele defende que há uma marcha universal ascendente e convergente, com a elaboração de sínteses cada vez mais complexas. A evolução seria definida por uma lei própria, um fator preferencial que justifica a origem humana e que dá unidade a todo o processo. Tal seria a “Lei de Complexidade e de Consciência”, a primeira lei da evolução. Não se pretende adentrar na complexidade da discussão teológica de Chardin, mas pensar as formas com que Senghor se apropria e dialoga com a filosofia e o humanismo orientados pelo mesmo.

<sup>350</sup> Todas essas expressões utilizadas por Senghor serão percebidas quando as citações são colocadas em evidência nas três seções subsequentes deste trabalho.

<sup>351</sup> Lembrando que Gilberto Freyre também foi um defensor de um federalismo multirracial e multinacional a partir da década de 50.

questões étnicas ou identitárias, pois, para ele, há a defesa de um elemento maior – a síntese – que seria a humanidade como um todo – e a comunidade seria acomodada dentro desta teoria.

Tendo esta filosofia de base, Senghor vai apresentar, quando vem ao Brasil, um discurso sobre as multiplicidades e a defesa do diálogo:

Nosso método é o diálogo: entre os continentes e entre as raças, entre as ideologias e entre as classes, entre as civilizações e entre as Nações. O diálogo é a cultura, fundamento e objetivo da ação humana, definida como atividade genérica do homem. Disso estamos profundamente convencidos, pois nenhum continente, nenhuma raça, nenhuma ideologia e classe, nenhuma civilização ou Nação contém, por si só, a verdade. A verdade humana e, portanto, o bem e o belo, são feitos das nossas verdades: das nossas contribuições complementares.<sup>352</sup>

Portanto, ele traz um discurso que dissemina a ideia e uma pedagogia a respeito da construção – para Senghor, inefável e inegável – da “Civilização do Universal”. Por meio desta percepção, o senegalês chama a atenção para o papel da América Latina – e de sua “latinidade” – e do Brasil (em separado), reproduzindo o discurso corrente da integração das raças e religiões de forma harmoniosa. Chamando a “latinidade”, a “lusitanidade”, a “negritude”, a “africanidade” e a “brasilidade” à “arena política”, conformando o projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” em um discurso traz as suas teorias filosóficas, cristãs e humanistas embutidas, na qual dialoga fortemente com a propaganda da integração racial e da miscigenação – perpetrada pelo governo brasileiro no plano internacional.

Cabe agora ver, ponto a ponto, em que lugar Senghor coloca os elementos da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, pensando a partir dos locais em que discursa e com os políticos que dialoga (e tenta mobilizar) em prol da adesão ao seu projeto político. Em cada lugar – Rio de Janeiro, Salvador, Brasília – Senghor enfatiza determinadas noções em detrimento de outras, que serão analisadas nas próximas três seções.

---

<sup>352</sup> Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. *Jornal Correio da Manhã*, 24 de Setembro de 1964, p.12.

### 3.3 Rio de Janeiro: entre a “latinidade” e a “lusitanidade”

A “latinidade” e a “lusitanidade”, elementos que comporiam a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, são os conceitos fundamentais mobilizados nos discursos de Senghor na cidade do Rio de Janeiro, precisamente na Academia Brasileira de Letras, na cerimônia de recepção do Governo da Guanabara e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Como prólogo dos acordos econômicos que fará em Brasília nos próximos dias, Senghor tem como foco a aproximação com políticos brasileiros, no entremeio a confraternizações e passeios pela região litorânea do estado da Guanabara.

O foco do intelectual e político é a divulgação e o debate de sua ideia de “latinidade”<sup>353</sup> – como elemento unificador de um todo que seria a América Latina, de colonização lusitana e espanhola, defendendo que se aproximavam dos povos de colonização francesa, pois, para Senghor, estes compartilhavam uma “herança latina”<sup>354</sup>. Neste sentido, argumenta a irmandade entre o Brasil e o Senegal, tanto pela via da latinidade quanto pela via da “negritude”<sup>355</sup>.

Para Senghor, uma das características da “latinidade” que remeteria ao expansionismo do Império Romano e da língua latina seria a “inclinação ao contato”<sup>356</sup> com culturas outras:

É precisamente, uma das virtudes da latinidade essa lucidez que a impele a pesquisar e assimilar os valores das civilizações exóticas, entre elas as da África (...) Porém a vossa boa sorte, de vós, brasileiros,

---

<sup>353</sup> A “latinidade” é um conceito que possui um histórico amplo. O livro clássico sobre a ideia latina na França é “L’idée latine”, de Roger Barthe (1962). Pierre Rivas, na obra “Diálogos Interculturais” (2005) faz um amplo estudo sobre a gênese da ideia política moderna de latinidade. Ele remete a 1879 e ao Conde Montferrat, um nobre francês que era responsável pela Revue du Monde Latin. Diz que o sentido moderno da palavra latinidade surgiu neste período e apresenta que Montferrat denuncia que este conceito foi criado em contraponto ao de “germanismo”/“eslavismo”. Percebe-se então, que tal teria relação com o desfecho da Guerra Franco-Prussiana, lembrando que a ideia de “Francofonia” também surge neste mesmo período, assim como a ideia de “panlatinismo” (em obra de Prosper Vallerange, em 1862). Rivas (2005, p. 12) vai dizer que: “a ideia latina nasce, portanto, em oposição a emergência ou ao imperialismo de outros conceitos geopolíticos: pan-germanismo, pan-eslavismo.”. A latinidade em contraposição ao germanismo também está presente na lógica do pensamento de Senghor ao usar esse termo, depositando sobre a latinidade os conceitos de democracia, harmonia, simbiose, misturas, miscigenação e o germanismo estaria relacionado ao racismo.

<sup>354</sup> Gilberto Freyre fez uma série de reflexões sobre a América Latina nos anos 60. Entre elas está o texto “Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação” que foi produzido em 1962 a pedido da UNESCO traduzido para o português e publicado em 1966. Neste texto, Freyre faz uma série de reflexões sobre a herança ibérica e latina e pensa a respeito dos significados da latinidade. Ele caracteriza a latinidade da América Latina como uma “interpenetração socialmente plástica do cristianismo trazido à América por latinos da Europa” (FREYRE, 1966, P.21). Essa seria “uma latinidade que irradiou mais do cristianismo latino (trazido à América por Espanhóis – cujas primeiras atividades na América vêm sendo estudadas com tão sério saber pelo Prof. Marcel Bataillon – portugueses e franceses, não só nas suas crenças como nos seus costumes, nas suas atitudes, nos seus ritos sociais desenvolvidos dos religiosos), do que de qualquer consciência mais forte, da parte desses europeus, de pertencerem a uma raça que pudesse ser classificada de latina.” (FREYRE, 1966, P.33).

<sup>355</sup> Este ponto será explicitado no item 3.3 desta secção.

<sup>356</sup> Rivas (2005, p. 12) vai dizer que: “Esse conceito [a latinidade], contrariamente aos conceitos rivais [germanismo, eslavismo], nunca admitiu conotações raciais ou racistas.”

é que, para serdes ‘modernos’ não necessitáveis de fazer ‘exotismo’  
357

Neste sentido, segue a argumentação, levantando a questão da miscigenação como fundante da América Latina. De forma que, para Senghor, a muito referenciada “simbiose”, no sentido cultural, seria constituinte do humanismo latino e de sua produção artística e, portanto, o principal produto da “latinidade” – enquanto “enxerto”<sup>358</sup> de três etnias:

As três raças que compõe a América Latina (...) o que eu admiro é menos a mestiçagem biológica do que a simbiose cultural que vós efetivastes. O admirável é que o sangue negro ou ameríndio tenha irrigado as artérias de todos vossos grandes escritores – um Machado de Assis, um Cruz e Souza, um Gonçalves Dias, para mencionar apenas os mortos.

O mais admirável, ainda, é que, graças a tal simbiose, cada um dos melhores escritores brasileiros traz em si, como os frutos requintados de um enxerto, as virtudes complementares das três etnias.<sup>359</sup>

A questão das três etnias<sup>360</sup> como conformadora do Brasil é reproduzida a partir de um argumento de autoridade: Senghor remete a Gilberto Freyre, ciente do que a obra do pernambucano representava no auditório, reforçando uma inexorabilidade de uma comunidade entre Portugal e seus antigos colonizados. Diz que:

O que descobri nesse gênio brasileiro é uma vontade tríplice de fidelidade à Latinidade, à Africanidade – mais precisamente à Negritude, à Indianidade. Vontade que se traduz por um tríplice esforço de lucidez na análise, de integralidade na captação da vida, de permanência na lembrança. Esta rica mistura, desconcertante para os europeus, à primeira vista, de fervor e humor, de simbolismo lírico e de análise histórica, de profundidade turva e claridade transparente, é o cunho do gênio brasileiro. Inclusive nos etnólogos, inclusive nos sábios, que recusem essa dicotomia tão clara às falsas revoluções, como aos falsos classicismos.

Eis porque Gilberto Freyre – para citar apenas este - se nega a falar ex-cathedra, e avança, para além das estatísticas, até a experiência e a língua

<sup>357</sup> Sessão Extraordinária realizada em 19 de setembro de 1964, 2795 da Fundação. Cópia digital fornecida pelo Arquivo da Academia Brasileira de Letras em 25/04/2018, p.20.

<sup>358</sup> O “enxerto” – tal como a “simbiose” – é um termo provindo da biologia que traz o significado de colocar um tecido dentro ou junto a outro tecido, ambos de espécies distintas que, no contato, formam um produto único e híbrido. Senghor usa a noção “enxerto” para pensar as culturas, assim como transpõe outros conceitos da biologia para o âmbito social, tal como “simbiose”.

<sup>359</sup> Sessão Extraordinária realizada em 19 de setembro de 1964, 2795 da Fundação. Cópia digital fornecida pelo Arquivo da Academia Brasileira de Letras em 25/04/2018, p.18.

<sup>360</sup> Senghor não faz uma delimitação clara em suas teorias e discursos entre a questão da raça e da etnia. Ele utiliza ambas as palavras e compartilha de noções provindas da antropologia biológica que trata as diferenças a partir do sangue e da cor de pele. Já a “latinidade” ou a “brasilidade”, nas suas asserções, seriam produto tanto da mestiçagem biológica e do contato de culturas, ou seja, da simbiose cultural. Cabe ressaltar que Senghor foi indivíduo atuante e representante da França na UNESCO quando foram realizados projetos que tratavam da superação do racismo (estudos publicados amplamente em 1960 sob o nome de “Le racisme devant la science”) mas ele não deixa de usar conceitos que estão diretamente relacionados com os paradigmas racialistas.

infalível do povo, que ele fez viver, e em que faz sentir ao mundo as realidades brasileiras.<sup>361</sup>

Derivado da “latinidade”, Senghor insere o elemento da “lusitanidade”<sup>362</sup>, remontando aos fundamentos que ele entende como essenciais a respeito dos lusitanos e de sua colonização (os “valores”<sup>363</sup> da “gentileza” e a expressão das “saudades”<sup>364</sup>). Na sequência, parte da influência lusa – a “gentileza” e a “saudades” – para promover o Brasil, dentro do escopo de uma “lusitanidade” partilhada com Portugal e os territórios africanos colonizados, como líder de uma mensagem e de um novo momento político a ser processualmente construído. O resultado seria a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” – na qual o Brasil seria o “farol” e a “esperança”:

A gentileza, nativa, mas refletida, experimentei-a outrora entre o povo lusitano (...) quanto à saudade, jamais a senti tão fundamente, como ao ler os vossos poemas (...)  
Vossa saudade não é senão a expressão de nosso sonho, sonho de homens e mulheres do Terceiro Mundo, é a nossa poesia<sup>365</sup>

Portanto, é a partir de uma linguagem poética que nos discursos oficiais transparece uma ação de cunho político: apontar para o Brasil e suas lideranças as possibilidades de colocação no cenário internacional. Senghor vem no encalço de pressionar o governo brasileiro – em uma estratégia de apontar as vantagens políticas e econômicas – em prol do apoio aos movimentos anticoloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Cabo Verde.

A reaproximação entre o governo brasileiro e o governo português, neste período, é marcada pela missão propagandística de Carlos Lacerda, o Governador do Estado da Guanabara, enviado pelo governo brasileiro para Europa – com foco na França e Portugal – para explicar o significado da “Revolução de 64”. Autores como Jerry D’Avila (2011) ou José

<sup>361</sup> Sessão Extraordinária realizada em 19 de setembro de 1964, 2795 da Fundação. Cópia digital fornecida pelo Arquivo da Academia Brasileira de Letras em 25/04/2018, p.18.

<sup>362</sup> Rivas (2005, p. 15) vai dizer que: “A posteridade latina de Portugal filia-se a Louis Xavier de Ricard, ou seja, é republicana, federalista, leiga e naturalmente anticlerical e franco-maçom, marcada pelo socialismo ou pelo menos de abertura social, portanto, de uma inspiração que não se confunde com a tradição católica, monarquista ou conservadora.” Rivas também aponta que (2005, p.15) que “é sob o signo da latinidade que vão se desenvolver as relações intelectuais entre França, Portugal e o Brasil a partir de 1880. Mas, trata-se de uma latinidade específica e original.”

<sup>363</sup> De acordo com a teoria de Senghor, a humanidade seria composta de civilizações diversas que teriam valores específicos – que se trata da expressão da “alma” de cada civilização, o que remete a teoria antropológica de Leo Frobenius (a paideuma).

<sup>364</sup> Senghor tem uma análise da “saudades” que se inicia quando da sua primeira viagem a Portugal – na qual diz ter conhecido “sua gota de sangue portuguesa” – e que é “cantada” na sua “Elegia de Saudades”.

<sup>365</sup> Sessão Extraordinária realizada em 19 de setembro de 1964, 2795 da Fundação. Cópia digital fornecida pelo Arquivo da Academia Brasileira de Letras em 25/04/2018, p.20.

Maria Nunes Pereira (1999) que analisam a política externa do Brasil em relação à descolonização do Ultramar Português aceitam que, após o golpe militar de 64, foi fortalecido um “lobby português”, ou seja, um acordo entre políticos portugueses e políticos brasileiros, sendo um dos expoentes o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que estaria articulando-se contra setores que apoiavam a política africanista do Itamaraty (CERVO, 1992) e o fortalecimento das relações com os países do continente africano recém-independentes.

De fato, havia setores articulados no Brasil em prol do colonialismo português nos primeiros meses após o golpe de 1964: Carlos Lacerda foi um dos principais porta vozes. Porém, na consulta in loco ao arquivo histórico diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) de Portugal foi perceptível ver na documentação diplomática que este “lobby” não era tão forte ou articulado. Isto é apreendido na documentação que os consulados portugueses enviavam para o MNE a respeito da viagem de Senghor ao Brasil. Trata-se de cartas assinadas por “cônsul Ramos” que informam ao Ministro, minuciosamente, os passos de Senghor no Brasil, a recepção do mesmo e o tratamento da imprensa (há múltiplos anexos de recortes de jornal que foram enviados por esse indivíduo a Portugal), observando de perto o evento.

Em 15 de Outubro de 1964, o cônsul de Portugal na cidade de Salvador envia carta ao MNE informando que:

Tenho a honra de solicitar atenção especial de V. Exa. para os editoriais e artigos assinados, com comentários que podem melhor esclarecer a posição da imprensa e da opinião pública no Brasil quanto às relações com África (...) No entanto as palavras do Presidente Senghor tiveram ecos diferentes, dois tratamentos opostos em dois tipos bem distintos de imprensa (...) o primeiro termina com as seguintes palavras: ‘a notável ideia da comunidade luso-afro-brasileira aqui lançada por Senghor e que poderá transformar-se em uma das maiores iniciativas de política internacional em nosso século, só poderá concretizar-se, entretanto, se cultivada à luz da compreensão e da boa vontade, o que infelizmente não está ocorrendo de parte das nações no continente negro com relação a Portugal, cuja contribuição para a cultura de povos africanos é de expressão irrecusável’. Bem diferente é o tom [do segundo tipo de imprensa] que conclui: ‘O Brasil precisa voltar a dinamizar suas relações com a África não deixando passar a oportunidade histórica de desempenhar um importante papel na etapa final do processo de descolonização do continente’.<sup>366</sup>

É possível perceber a todo o momento um receio (e a incerteza) de Portugal ante os posicionamentos do Brasil com relação ao colonialismo. Portanto, neste período, pode-se dizer

---

<sup>366</sup> Processo 8/51 número: 64/64, Pasta: Visita Senghor ao Brasil. Salvaguarda: Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

que esse “lobby” não era tão forte assim – muito embora haverá um maior alinhamento de Brasília com Lisboa após a saída do Presidente Castelo Branco.

Da conjuntura brasileira, neste período, Lacerda defende posicionamentos em prol do Estado Novo no que tange às guerras coloniais em curso. Tal é perceptível nos debates públicos entre Carlos Lacerda e Senghor, durante a estadia na Guanabara. O Governador aspirante à Presidência da República nas eleições previstas para 1965, recebe Senghor desde a cidade do Recife – na ausência do presidente do Brasil - e segue em sua companhia até o Rio de Janeiro, em uma série de programações.

Apesar das divergências entre Lacerda e Senghor no que tange ao colonialismo, tal não significou, naquele momento, ausência de diálogo, muito pelo contrário: visualiza-se que este primeiro contato foi o início de uma série de outros que irão se intensificar quando da visita de Lacerda a vários países africanos em 1969, dos quais decorrem articulações durante a década de 70 a partir do Brasil com o General António de Spínola<sup>367</sup> - intersecção posta na Parte II deste trabalho.

A aproximação entre o presidente senegalês e o governador brasileiro se dá por via do debate entre o socialismo africano de Senghor e o idealismo pragmático de Lacerda, assim como da arguição de Senghor ao buscar sensibilizar o governador – e aguçar as suas ambições políticas – apontando para o lugar que ele poderia ocupar se houvesse a conformação de uma comunidade entre Portugal e os seus ex-colonizados – sendo o Brasil líder do grupo<sup>368</sup>:

Vós Brasileiros, vós mesmo Senhor Governador, que sois aberto à poesia e à generosidade, poderia, melhor do que outros, ajudar-nos a suprimir o que há de anacrônico (...) Louvais, o bom êxito de uma civilização, forjada não na sujeição, mas na Independência em face de uma Metrópole que rejeitais a tutela, sem renegar-lhe a cultura<sup>369</sup>

Senhor governador, vosso nome atravessou o atlântico (...) vossa cultura, vossa coragem (...) Vede pois que podeis colaborar na resolução do problema das colônias portuguesas na África.

Vossa lucidez deve lembrar Portugal que o bom êxito brasileiro é um exemplo e um encorajamento. Vossa generosidade deve lembrar, a vossos antigos colonizadores, e a nossos futuros amigos, o senso de seu dever histórico, que

---

<sup>367</sup> Antonio Sebastião Ribeiro de Spínola (1910-1996) foi militar e político português – presidente da República Portuguesa após o 25 de Abril de 1974. Estudou no colégio militar de Lisboa (entre 1920-1928), participou da Guarda Nacional Republicana e da Segunda Guerra Mundial, como observador no cerco a Leningrado. Voluntariouse para Guerra Colonial, sendo enviado para Angola (entre 1961-1963). Foi nomeado Governador da Guiné em 1968, cargo que ocupa até 1973, período do auge da guerra contra o PAIGC. Spínola será figura central nas tratativas de Senghor com o Governo Português, em 1972, sob liderança de Marcello Caetano, questões que serão analisadas em pormenores nas próximas partes deste trabalho. Também defendeu a conformação de uma comunidade, nomeadamente, uma “comunidade lusíada” como desfecho para a guerra colonial.

<sup>368</sup> Tendo em vista que Lacerda, neste contexto, pensava-se cotado para ser o próximo presidente do Brasil, acreditando em uma possível redemocratização após o golpe de 64.

<sup>369</sup> Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964, p.1.



outras nações europeias já cumpriram. No momento em que somos arrastados pelo futuro, as situações anacrônicas já não podem perdurar. É melhor anteciparmo-nos à história do que na dignidade, do que ser de todos modos, obrigados a alcançá-la no ressentimento<sup>370</sup>

Nas palavras de Senghor, trata-se de seguir o exemplo francês (ou especificamente do Senegal) no processo de descolonização das colônias portuguesas: optar pela manutenção das relações com a antiga metrópole – sem negar a influência cultural<sup>371</sup> do colonizador assim como as possibilidades de relações econômicas<sup>372</sup> - apontando para o fato de que o colonialismo português naquele período era anacrônico, ou seja, andava no caminho oposto ao que ele acreditava como a marcha da humanidade em direção à Civilização do Universal. Neste sentido, diz que:

Não se trata para Angola, Moçambique ou a Guiné dita Portuguesa, de volver as costas ao antigo colonizador, depois da independência. Trata-se, positivamente, para essas terras africanas, uma vez reconhecido o direito de sua autodeterminação, de negociar com Portugal, a antiga Metrópole, novos vínculos de amizade, diria eu mesmo, de fraternidade. Por que não haveria aí, em última análise, uma comunidade afro-luso-brasileira a exemplo da Commonwealth?<sup>373</sup>

Senghor faz convite público a Lacerda para visitar Dakar - o que vai acontecer em 1969 - e Lacerda vai responder Senghor com discurso na sequência, considerando Dakar, “a porta da África” para o Brasil, assim como “escala para Europa”, tratando a visita do presidente como “um acontecimento para os nossos dois continentes, se dela soubermos fazer uma base sólida de cooperação e uma nova partida”, assegurando, no final do discurso que o Brasil para o Senegal é um “foco”<sup>374</sup>.

O Governador da Guanabara, atentando para a figura do intelectual da Negritude, diz que:

---

<sup>370</sup> Ibid.

<sup>371</sup> Senghor foi um defensor do “perdão colonial” pela via da aceitação da influência cultural do colonizador, tanto pela língua quanto pela cultura. Ele era extremamente crítico com relação a outras vias de descolonização e projetos culturais que foram perpetrados em outros contextos africanos, sobretudo àqueles relacionados ao escopo marxista-leninista, ao exemplo o projeto de “Homem Novo”, que procurava apagar as influências culturais metropolitanas – por uma via radical – a qual Senghor repudiou totalmente.

<sup>372</sup> A manutenção das relações econômicas foi o cerne da ruptura entre Senghor e Mamadou Dia em 1963 no Senegal. Senghor foi um defensor, perante os contextos africanos em geral, da manutenção das relações econômicas entre as antigas metrópoles e suas colônias dentro do âmbito das comunidades. Alegava, desde 1959, que os países africanos sofreriam um processo de balcanização se assim não o fizessem. Para tal, não poderiam negar as influências culturais provindas da antiga relação colonial, o que, em sua teoria, procurava harmonizar a partir da ideia de “simbiose” e também da “fermentação”, ou seja, para Senghor, foi o “fermento francês” que fez a cultura do Senegal voltar-se para uma industrialização crescente.

<sup>373</sup> Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964, p.1.

<sup>374</sup> Ibid.

Li muito do que se tem se publicado a seu respeito (...) Mas conheço o quanto possível a sua obra. Confesso a atração que sobre mim exerce a sua definição da negritude e sua procura de um novo socialismo. Mais do que isso, o que realmente me parece importante, numa e noutra, e o que me parece essencial na sua posição e ainda mais importante para todos nós é a contribuição nova que, da África, surge pela sua voz”<sup>375</sup>

Lacerda segue o discurso na busca de aproximação com o socialismo de Senghor, apresentando lado a lado, sua ideia a respeito de um idealismo pragmático:

É possível que não estejamos de acordo em tudo. Mas é ainda mais possível que alguns aparentes desacordos sejam, na realidade, muito mais por causa do nome que damos às coisas do que por elas mesmas. O seu socialismo é o que eu chamaria o meu idealismo pragmático.<sup>376</sup>

Para além dos elogios, Lacerda deixa bem claro os seus posicionamentos políticos com relação a Portugal – e vai receber respostas de Senghor com relação a esses. O cerne das discordâncias é a questão colonial portuguesa. O brasileiro atesta que “não tem cabimento pretender impor pela força a Angola e Moçambique, uma independência que eles não estão reclamando para alcançar uma dignidade que eles já têm”<sup>377</sup>, deslegitimando os movimentos contra o colonialismo português.

Lacerda também discorda em relação às visões de Senghor a respeito do movimento de não-alinhamento e da inserção do Brasil em uma geopolítica do “Terceiro Mundo” – em que estariam inseridos os países africanos recém-independentes. O governador diz que: “Não se trata a meu ver de uma terceira posição. Não é um terceiro mundo, tomado com uma categoria auxiliar do mundo de primeira e o de segunda classe. É sim por um mundo só e uma só posição.”<sup>378</sup>

Em resposta, Senghor<sup>379</sup> diz que:

Senhor governador, sabeis, pela razão e pelo temperamento, que preferimos realçar os acordos que nos unem às dissonâncias que nos separam. Acontece, felizmente, que nas relações senegalo-brasileiras o que nos une é imenso e o que nos separa, ínfimo. Como quer que seja, não é mal que registremos certas discordâncias. Isto servirá, estou certo, tanto para nós quanto para vós, de

<sup>375</sup> Senghor quer comunidade: Brasil, África e Portugal. O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1964. Arquivo Academia Brasileira de Letras, 19.1.5 (M.8 a10).

<sup>376</sup> Ibid.

<sup>377</sup> Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964, p.1.

<sup>378</sup> Senghor quer comunidade: Brasil, África e Portugal. O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1964. Arquivo Academia Brasileira de Letras, 19.1.5 (M.8 a10).

<sup>379</sup> Todas as citações que serão citadas tem como referência a transcrição feita pelo Jornal Correio da Manhã realizada por Frota Aguiar para os anais da República. Publicada em: Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964, p.3.

ocasião pra um novo esforço de superação das contradições ligeiras de nossa cooperação. (...)  
 Nossas harmonias, senhor governador, são numerosas e poderosas. Participam da Latinidade como da Negritude. Poderia dizer até mesmo da Lusitanidade.<sup>380</sup>

Senghor busca aproximar politicamente as duas figuras: coloca-se como um lusófilo, ou seja, um admirador da cultura e língua portuguesa. Por esta via, partilharia da “lusitanidade” (por meio de sua “gota de sangue portuguesa”<sup>381</sup>) e coloca Lacerda como negrófilo, pois este foi um curioso e admirador da “negritude” e em virtude disso, apoiou politicamente o movimento da Negritude no Brasil<sup>382</sup>. Na sequência, Senghor diz que:

Fostes generoso ao sublinhar as contribuições negro-africanas à formação da civilização brasileira: às contribuições da Negritude. E reconheceis, lucidamente, que essa negritude, que esses valores da civilização da África Negra são um dos elementos essenciais da Cultura Brasileira, já que são complementares aos valores da Latinidade<sup>383</sup>

Outro ponto a ser ressaltado é o debate do socialismo africano, cujo mote é via posta por Senghor, entre alguns setores políticos neste contexto no Brasil. Tal fica evidente quando aproveitam a presença de Senghor no Rio de Janeiro e é organizado um evento, amplamente noticiado, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro<sup>384</sup>. Apesar de acadêmico, este se relaciona com instâncias políticas, pois evidencia a proposta de uma experiência socialista que não se alinharia com o marxismo ou com os soviéticos – inclusive traz uma perspectiva crítica com relação ao autoritarismo deste bloco – e faz uma leitura *sui generis* de Marx e dos socialistas utópicos – valorizando inclusive leituras cristãs do marxismo.

No evento supracitado foi promovido um diálogo entre Senghor, o ex-chanceler, Afonso Arinos de Melo Franco, o Professor Cândido Mendes, Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) e o Padre e professor Fernando de Bastos D’Ávila<sup>385</sup>. O Professor

---

<sup>380</sup> Ibid.

<sup>381</sup> Arguição analisada na seção 1 deste trabalho no que tange a “*lusitanidade reivindicada*”.

<sup>382</sup> A aproximação de Lacerda com a Negritude é fato pouco considerado no que tange as análises diversas sobre esta figura que na historiografia brasileira é pouco visto por uma perspectiva internacional. No que tange a Negritude, analisaremos as relações na seção 4 deste trabalho.

<sup>383</sup> Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964, p.3.

<sup>384</sup> Encontro realizado no auditório da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 26 de Setembro de 1964. Publicado na íntegra pelo Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos em Janeiro de 1965. Na mesa estiveram presentes Leopold Senghor, Cândido Mendes de Almeida, Afonso Arinos e Bastos D’Ávila.

<sup>385</sup> Fernando Bastos D’Ávila (1918-2010) foi padre da ordem dos Jesuítas. Após a Guerra segue para Roma para concluir seus estudos. Realiza um doutorado na Universidade de Louvain (Bélgica) sobre imigração no Brasil no curso de Ciências Sociais. De volta ao Brasil, em 1954, ingressa no corpo docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, num magistério que se prolongou por quase toda a sua vida, ensinando em várias unidades Sociologia, Ética e Doutrina Social da Igreja. Em 1955 criou, na mesma Universidade, a Escola de Sociologia, Política e Economia, do qual foi diretor até 1967. Responsável por grupos de pesquisa da PUCRJ e pela revista Síntese Política, Econômica e Social. Em 1964, foi nomeado vice-reitor da Pontifícia Universidade

Cândido Mendes de Almeida (1965, p.19), diretor do IBEEA, inicia o diálogo, saudando Senghor e sua obra, expressando sinteticamente como havia entendido a mensagem política da viagem de Senghor ao Brasil:

Vós fizeste campeão do conceito de civilização do universal. Vossa noção de federação, no sentido largo, cuidou sempre de evitar o irridentismo africano. Pusete-vos em guarda contra os micro-nacionalismos. Na defesa do enraizamento cultural da civilização negra, defendestes um contínuo galgar de fronteiras por uma simbiose que agora, inclusive, - e tem sido a grande mensagem de vossa viagem – procura uma integração supracontinental. Um enunciado novo, por exemplo, a partir de seus fundamentos vivos, de uma comunidade de tradições lusitanas, liberada efetivamente dos condicionamentos metropolitanos.

No epílogo de sua arguição, refere-se a “possível comunidade afro-luso-hispano-brasileira”<sup>386</sup> a qual deveria atravessar três etapas sucessivas: o estágio cultural – que segundo ele já está em curso e foi iniciada em 1960 -, a vinculação econômica – “que viria dar a base material àquele fundo cultural comum”<sup>387</sup> e o estudo da comunidade política – com a ressalva de que recusa-se “uma comunidade política com os países que não reconheçam a liberdade”<sup>388</sup>, ou seja, “o perigo comunista”.

Na sequência, a arguição de Senghor versa sobre a estruturação do Senegal enquanto estado e nação com um enfoque na articulação entre a sua leitura de socialismo e as comunidades políticas as quais visa mediar. Sobre sua visão a respeito do socialismo, Senghor vai dizer que: “repousando o nosso socialismo sobre o diálogo, entregamo-nos ao método cartesiano para assimilar tudo o que é racional (...) o nosso socialismo se baseia na incessante pesquisa técnica e científica, no alargamento das fronteiras.”<sup>389</sup>

De forma que a construção do socialismo no Senegal vem atrelado a uma visão de abertura de mercados ao capital estrangeiro<sup>390</sup> e da busca por cooperações econômicas entre as nações – fator que faz parte de suas teorias a respeito do universal. A mensagem do socialismo que Senghor vem trazer ao Brasil carrega o significado de uma “expansão da produção e a eliminação da desigualdade entre as classes sociais”<sup>391</sup>.

---

Católica do Rio de Janeiro, quando se empenhou, com Evaristo de Moraes Filho e Djacir Menezes, na luta pelo reconhecimento da profissão de sociólogo, que veio a ser aprovado, pelo Ministério da Educação e Cultura. Em 1969, fez parte do grupo que preparou o projeto de reforma universitária.

<sup>386</sup> ARINOS, A. MENDES, C. ÁVILA, F.B. Senghor em diálogo. Rio de Janeiro: IBEEA, 1965, p.19.

<sup>387</sup> Ibid, p. 14.

<sup>388</sup> Ibid, p.14.

<sup>389</sup> Ibid,p.43.

<sup>390</sup> Ibid,p.37-38.

<sup>391</sup> Ibid,p. 32.

Já com relação ao plano transnacional “o problema não residia mais em suprimir-se as desigualdades de classes no interior de um país, mas de eliminar os desníveis entre as nações. Entre as nações colonizadoras e colonizadas. Entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos”.<sup>392</sup> Então, é dentro do debate da construção do socialismo, a partir do Senegal e para além das fronteiras nacionais, que ele argui sobre as possibilidades da Unidade Africana lado a lado a um “mercado Afro-Latino-Americano”<sup>393</sup> da qual a “Comunidade Luso-Afro-brasileira” faria parte. Neste âmbito, o senegalês elabora:

Nosso sonho, vós adivinhastes, é o de ajudar a unir, na própria África, o Norte e o Sul do Saara, os árabo-bérberes e os negro-africanos. Nosso sonho é também realizar a simbiose da Latinidade com a Negritude: noutros termos, a simbiose da África com a América Latina.<sup>394</sup>

Portanto, nesta trama discursiva, o Brasil emerge como um exemplo histórico com base nas percepções do Presidente Senghor e, neste sentido, é um possível parceiro político para o Senegal – que possui aspirações de tornar-se um centro político e econômico em uma geopolítica no continente africano. Tendo em vista estes objetivos, Senghor busca amarrar bem as relações pessoais e políticas com diversos setores no Brasil, no âmbito cultural, econômico e político-partidário. Também busca divulgar suas teorias filosófico-políticas tendo em vista o embasamento intelectual do projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como solução negociada para os conflitos coloniais no “Ultramar Português” que já estão em curso.

### **3.4 Salvador: “africanidade” e “negritude”**

A estadia de Senghor em Salvador é relacionada a uma série de intercâmbios e amizades pessoais travadas desde 1960 com o convênio entre o Centro de Estudos Afro-Orientais e a Universidade de Dakar. Senghor tratou a Bahia como o lugar “mais africano” do Brasil, local ao qual a questão da “negritude” e da “africanidade” foi amplamente debatida em comparação às outras localidades – na qual a “latinidade” e “lusitanidade” ficaram em voga. O motivo maior da sua passagem à Salvador foi o recebimento do título de Doutor Honóris Causa pela

---

<sup>392</sup> Ibid,p.33.

<sup>393</sup> Ibid,p.66.

<sup>394</sup> Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964, p.3.

Universidade Federal da Bahia, em uma celebração da figura do intelectual e poeta da Negritude muito mais do que a de líder político senegalês.

É interessante notar como o foco do discurso a respeito da cooperação entre os dois países e da proximidade cultural acentua outras questões quando em sua estadia em Salvador<sup>395</sup>. Sobretudo, transparece o debate da raça e cultura com acento na formação patriarcal da história do Brasil com base na obra do pernambucano Gilberto Freyre, assim como o foco no lugar do negro na conformação da sociedade brasileira.

Portanto, na Bahia, a “africanidade” e a “negritude” ficam em relevo no debate político, promovendo a alteração entre as diferenças de significados destes dois conceitos. Conseqüentemente, é colocado em pauta visões a respeito de “África” e “africanos” problematizando o Brasil enquanto sociedade de miscigenação.

Para Senghor, a “africanidade” seria o resultado das misturas entre as civilizações e suas respectivas culturas dentro do continente africano: a “civilização negro-africana”, cuja expressão seria a “negritude” e a “civilização arabo-bérbere”, cuja expressão seria o “arabidade”. A conjunção destes dois complexos de cultura resultaria na “africanidade” que trata de uma “África”<sup>396</sup> diversa, plural e dinâmica, considerando o continente em uma perspectiva de suas migrações populacionais e de sua história. Portanto, o senegalês não restringe e nem atrela a ideia de “África” à “civilização negro-africana”. Para ele, o continente deve ser olhado através de seus processos de contato com os “árabo-bérbere” e com “colonizadores europeus”.

A visão sobre o espaço da “africanidade” em seu contexto se constituía pela modernidade e não pela tradição, ou seja, a África, naquele momento, se tratava, mormente, pela luta anticolonial e construção das nações independentes, considerando sim seu histórico de colonização e dialogando com o mesmo, sobretudo utilizando-se das “ferramentas” aprendidas com o colonizador em prol dos interesses africanos (o que para ele significa a “africanização”). Assim, trata a Universidade como um lugar privilegiado:

---

<sup>395</sup>Percebe-se que Senghor atenta para as diferenças regionais do Brasil. Em seus discursos em território brasileiro, escolhe bem determinados símbolos ou “ídeos consagrados” na história regional construindo retoricamente o convencimento ou ovação do público. Portanto, Senghor havia adquirido um conhecimento prévio do Brasil e suas regiões, assim como possuía, em 1964, a ideia do Brasil como um exemplo de conciliação de culturas, de celebração da miscigenação e de lugar de liderança perante os países africanos emergentes.

<sup>396</sup> Percebe-se que “África” é um conceito construído historicamente, ou seja, tal como argumentou o intelectual congolês Valentin Y. Mudimbe em “A Ideia de África” e em “A invenção de África”, no qual analisa uma série complexa e diversa de concepções histórico-filosóficas sobre os significados de “África”, este não é um conceito dado. Pode-se dizer que Senghor possui uma concepção de África que é própria de suas visões sobre o mundo e que recorrentemente divergem de outros nacionalistas.

A nossa universidade compreende todas as disciplinas (...) para pôr a serviço de África e do Terceiro Mundo. Daí o lugar privilegiado reservado ao estudo da Negritude, aos valores da civilização do mundo negro, tais quais se exprimem nas letras e nas artes. (SENGHOR, 1964, p.6)

Concomitantemente, Senghor trata da questão das línguas africanas na relação com a língua do colonizador em contexto de luta pela libertação nacional, ao mesmo tempo em que insere o Brasil como aliado na construção de uma nova ordem e de um novo humanismo:

A nacionalistas africanos das colônias portuguesas que me informavam no seu desejo de, após a independência, adotarem o Francês como língua oficial, eu aconselhava: ‘Façam dele a primeira língua estrangeira, já não será pouco. Não esqueçam que não estão sozinhos culturalmente: existe o Brasil!’. Mas não é por acaso que as elites das colônias portuguesas se exprimem em francês nas conferências pan-africanas.

Sabeis que no mundo, na África – vos digo? – no próprio Brasil, desde a Revolução Francesa, desde Dom Pedro II, a língua e a cultura francesas tornaram-se elementos de certo não únicos, longe disso, mas essenciais da Latinidade. Elas se tornaram também, em certo grau, essenciais à Africanidade, a tal ponto que nações gigantes que se interessam pela África reforçaram o ensino de francês. Para compreenderem os Africanos. (SENGHOR, 1964, p.5-6)

Neste sentido, o Brasil deveria estreitar suas relações com África e voltar-se a políticas que aproximassem a “brasilidade” com a “africanidade”. Tal arguição é presente em seu discurso na Universidade Federal da Bahia, quando Senghor inicia situando Salvador (também denominado na época “Bahia”, homônimo do estado) no que seria o seu “lugar histórico” – primeira capital do Brasil e exemplo do encontro da “latinidade” com a “negritude”. Diz que: “Cidade alguma no Brasil podia ser escolhida tão bem quanto a Bahia, e, na Bahia, monumento algum a não ser esta universidade para celebrar, com a nossa fraternidade, as núpcias da latinidade e negritude.”<sup>397</sup>

Para Senghor, tanto o Senegal quanto o Brasil, seriam países altamente miscigenados, pois ambos resultantes do “casamento” entre a “latinidade” e a “negritude”, ou seja, derivados de um processo de colonização – olhado romanticamente a partir da perspectiva do encontro – cuja relação e trocas teriam resultado na formação de nações republicanas a partir de um processo de descolonização – ambos, sem conflitos bélicos e por via política – que conformaria nações que se enquadram no “Terceiro Mundo”.

Consequentemente, os acordos culturais bilaterais seriam a confirmação dos laços culturais entre as duas nações, as quais teriam o potencial de liderança. Por um lado, o Senegal

<sup>397</sup> Discurso retirado de transcrição presente na Pasta “Viagem de Leopold Senghor ao Brasil” no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Lisboa. Pasta: PT/AHD/3/MNE-SE-SC/SG-SP/005/UI000180/DC00007.

(na figura de Senghor) pretendia-se um dos guias africanos da Francofonia e o Brasil, líder de uma possível Lusofonia. Tanto a Francofonia quanto a Lusofonia fariam parte de um conjunto maior, a Latifonia, cujas bases culturais remeteriam ao latim clássico e a antiga tradição imperial romana e tanto a língua portuguesa quanto a língua francesa seriam herdeiros desta tradição linguística e imperial.

Na sequência, remete ao exemplo da política de ensino de língua portuguesa no Senegal, atentando para seus propósitos de poder dentro de uma geopolítica no continente africano – tendo em vista a existência da colônia portuguesa vizinha, a Guiné. Senghor explana que:

Os nossos laços culturais, ainda que recentes em sua expressão, já são sólidos, e o acordo cultural que hão de assinar os nossos dois governos amanhã, em Brasília, não fará senão confirmá-los.  
Um dos meus primeiros cuidados, antes mesmo da independência nacional, constituiu em alargar a Francofonia à Latifonia, introduzindo, em nosso ensino secundário e superior, o Português ao lado do Espanhol e do Italiano. Preocupava-me dar um lugar todo especial ao Português. (SENGHOR, 1964, p. 21)

Tendo estas questões em vista, Senghor argumenta a partir de três razões: a origem lusitana e uso da língua portuguesa e crioula no Senegal, a indispensável ajuda aos nacionalistas das colônias portuguesas junto com a necessidade de compreensão destes movimentos políticos e, por fim, a aproximação com o Brasil “pelas suas dimensões continentais e pela sua tríplice revolução, política, industrial e cultural que traziam com a hora, a salvação da Lusofonia”. (SENGHOR, 1964, p. 22)

Senghor rememora que, desde 1960, o Brasil pretende praticar uma “política africana”, arguindo que “isto não se dá por acaso”, pois esta escolha política “dá-se por razões mais profundas que as razões políticas ou comerciais; por motivos menos mesquinhos, menos mercantis. Dá-se, bem o sabeis, por motivos culturais” (SENGHOR, 1964, p. 2). Com essa asserção, passa a discursar a respeito da “negritude” partilhada entre Brasil e Senegal, o que seria a base para os acordos de cooperação entre os estados.

A arguição de Senghor inicia com a evocação de Gilberto Freyre, mormente a sua leitura da obra “Casa Grande & Senzala”, no que se refere as virtudes e defeitos da formação patriarcal do Brasil que seria explicada – então Senghor cita Freyre – “menos em termos de ‘raça’ e de ‘religião’ do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora”. (SENGHOR, 1964, p.2-3)

Logo em seguida, busca aproximar a sua leitura de mestiçagem com a de Freyre: “Eu mesmo, não digo outra coisa quando falo em enxerto por galho destacado, como acontece aqui”



(SENGHOR,1964, p.2), ou seja, trata o Brasil – assim como trata a formação cultural do Senegal – como mestiça – destacando, por fim, qual seria o sentido na Negritude enquanto movimento político:

Tranquilizai-vos, a Negritude – palavra foi inventada pelo poeta antilhano Aimé Césaire – não é um racismo, nem sequer um racismo anti-racista. É, de um lado, o conjunto de valores da civilização dos negros espalhados pelo mundo, de outro lado, e sobretudo, a vontade ativa de cultivar esses valores para com eles contribuir para a elaboração das culturas nacionais respectivas, ou melhor, para a edificação da Civilização do Universal. (SENGHOR,1964, p.8)

Portanto, ele trata a “negritude” pelo prisma da relação cultural transcontinental entre os negros – a “civilização negro-africana” - perpassada por valores comuns e por pautas compartilhadas. A Negritude, enquanto movimento político além de cultural, visaria conquistar o reconhecimento do “aporte”<sup>398</sup> cultural da “civilização negro-africana” em uma perspectiva universal. Neste sentido, ele segue a arguição dizendo que:

Mais uma vez, trata-se da Cultura, trata-se do Homem, determinado, sem dúvida, pelo complexo histórico e geográfico, portanto econômico e social, mas, porque simbiose, superando suas determinações para tornar-se liberdade criadora. Entretanto, esta ‘superação’ não existiria, e, ainda menos, essa ‘liberdade criadora’, se não houvesse, na base, a ‘raça’ entre as determinações essenciais. Como escrevia o historiador Lucien Febvre, comentando a obra de Gilberto Freyre, ‘o brasileiro, ... ainda que branco, fundamental e visivelmente branco, não deixa de ser uma obra prima de complicação racial e mental, desabrochada sob os trópicos. E ... um êxito psicológico e também histórico.’ Eu digo: cultural, acima de tudo. (SENGHOR,1964, p.3)

De forma que Senghor trata o Brasil como um “êxito civilizacional” devido a “mistura dos sangues e as trocas das civilizações” (SENGHOR,1964, p.3), pois:

É esta a mestiçagem, ainda que não a sublinhem, que faz a grandeza dos Grandes de hoje, mais que as ideologias antagônicas: dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas o vosso êxito é exemplar (...) sobretudo porque práticos, conscientemente, sem complexos, uma política de integração dos valores complementares. (SENGHOR,1964, p.3).

Então, passa a falar do que entende da formação histórica e cultural do Brasil – com reiterada inspiração na obra “Casa Grande & Senzala” de Freyre – abordando a “indianidade” como “planta silvestre na qual enxertaram Lusitanidade e Negritude” (SENGHOR,1964, p.4) na qual foi a “moldura na qual se formaram, para falarmos como Gilberto Freyre, a família, a

---

<sup>398</sup> Neste sentido, remete a ideia, trabalhada em sua obra desde os anos 30, especialmente no texto “*Ce que l’homme noir apporte*” (1939), a respeito do contributo ou aporte de cada civilização. Assim, cada uma delas traria valores ou virtudes que seriam complementares às outras, em suas diferenças, formando um todo mais harmonioso.

economia e a cultura, que explicam o brasileiro”. (SENGHOR,1964, p.4). Segue a arguição comentando que “os traços essenciais da Cultura Brasileira contemporânea” procederiam da “latinidade” e “africanidade”, trabalhando na cultura assim como na política com os elementos de “simbiose, ciência e arte, história e visão, lucidez e sensualidade” (SENGHOR,1964, p.4).

Senghor atrela a noção de raça e de cultura, as quais dariam corpo às suas expressões em cada civilização: estes conjuntos trariam em si valores e características que, teleologicamente, conformariam no futuro o conjunto maior uma “sinfonia” que será a futura e sonhada Civilização do Universal:

Não serei eu quem negará, no complexo da Civilização Brasileira, as contribuições da Latinidade são essenciais, como, num concerto, o papel do maestro. Ainda assim é preciso que haja executantes, e, também, instrumentos. É aí que intervém a Africanidade e, antes de tudo, como elemento arábico-bérbere da Lusitanidade; mas, em segundo lugar e sobretudo, sob a sua forma mais originária e mais original de Negritude. Sem dúvida alguma é ela que, Energia Criadora, inflama a imaginação dos vossos escritores, dá formas e cores aos vossos monumentos como aos vossos quadros, oh! Acima de tudo dá ritmo ao coração-vulcão e melodia à beca-brisa que é o Brasil!. (SENGHOR,1964, p.9)

Assim, passa a lembrar de que um dos motores da noção do universal divulgada por Senghor se trata da mestiçagem, ou seja, “a Cultura-Simbiose” e que, tanto o Brasil quanto o Senegal, por serem conformados pelo enxerto da “latinidade” na “africanidade”, argumentos que estariam a favor da cooperação entre os dois estados e da criação de um “novo humanismo” que seria capitaneado pelas Universidades – propondo que a Universidade da Bahia seja o centro desta filosofia:

Digo: a Universidade. Pois, em virtude de sua etimologia, o seu papel é ensinar, em todas as disciplinas, os valores da universalidade de cada civilização diferente e, em primeiro lugar, das que formaram o Brasil moderno. Mas especifiquei: a Universidade da Bahia. Pois, antes de ser de ‘todos os santos’, esta baía maravilhosa de graça, que é irmã da baía de Dacar, tem sido de todos os homens, de todas as raças. (SENGHOR,1964, p.5)

De forma que:

Cabia à Universidade da Bahia e a Universidade de Dacar, antes mesmo da publicação desta mensagem, dar concretamente, como o sabeis, o exemplo da cooperação brasílico-africana no mais alto nível. Elas o fizeram, e hoje cabelles desenvolver essa cooperação cultural ensinando, respectivamente, a seus estudantes, as virtudes complementares da Latinidade e Africanidade (SENGHOR,1964, p.5)

Para ele, uma civilização propensa a “misturas”, à “simbiose” e a mestiçagem seriam fluentemente líderes da contemporaneidade e da democracia a ser fortalecida por meio do diálogo – sendo o Brasil o principal exemplo. Explana:

Mas o que significa ‘ensinar as virtudes complementares da Latinidade e da Africanidade’? É, precisamente, ensinar as que fizeram, do Brasil, o que ele é: um dos construtores mais ativos da Civilização do Universal. E, do Senegal, no meio das nações africanas, um dos países da pesquisa e da experimentação pelo Diálogo. Nunca tais virtudes foram tão necessárias do que agora no século das dicotomias e preconceitos, das confusões e simplificações, das ideologias sem espírito e das estéticas sem imaginação. (SENGHOR, 1964, p. 6-7)

Tendo todos estes aspectos em vista, a partir do discurso de Senghor constata-se que a constituição de suas visões, a respeito dos significados de “africanidade” e “negritude”, assim como da relação íntima (perpassada pela ideia do diálogo e da conciliação) com o que ele entende por “latinidade”, que o Brasil transparece como desejado aliado. Por fim, a viagem de 1964 tem como epílogo político os acontecimentos ocorridos em Brasília, capitaneados entre Senghor e Castelo Branco, cujo decalque foram os acordos de cooperação econômica e cultural assim como a questão do desejado apoio do Brasil aos movimentos anticolonialistas no continente africano.

### 3.5 Brasília: “brasilidade” como síntese

Observa-se que Senghor chega a Brasília com um discurso pronto a respeito de uma “brasilidade” ressaltando aspectos de cultura que conformariam o Brasil como civilização exemplar, pois sintetizaria os diversos elementos que a conformam: “indianidade”, “negritude” e “lusitanidade”, dentro do escopo da “latinidade”<sup>399</sup>. Constrói sua arguição com base na aproximação entre duas nações que se desvincularam da situação colonial – cada uma em seu tempo e de modo político, Brasil e Senegal. O discurso tem a intenção de corroborar oficialmente as assinaturas dos acordos de cooperação econômica e a continuidade da

---

<sup>399</sup> Senghor expressa que: “O notável, no caso do Brasil, é que, acolhendo todos os sangues do mundo, como férteis aluviões, vós os submetestes ao caminho da latinidade, realizando uma simbiose superior aos elementos componentes: o homem brasileiro.” (Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, p.12.).

cooperação cultural que já era praticada desde 1960, quando da ação de Agostinho da Silva via Itamaraty e Centro de Estudos Afro-Orientais.

Em seu discurso inaugural em Brasília diz que:

Fomos desde 1960, uma das primeiras nações recém-independentes da África que viram estabelecer uma Embaixada brasileira na sua capital. A primeira, sem dúvida, a receber em sua Universidade, um professor brasileiro. A primeira, seguramente, a introduzir o português no ensino secundário e superior – se o fizemos, Vossa Excelência o adivinha, foi por causa do Brasil, e não de Portugal, cujo povo e cultura, aliás, respeitamos, mas sem deixar de combater-lhe a política colonial<sup>400</sup>

A “brasilidade”, para Senghor, é construída a partir da visão de que no Brasil foi perpetrada uma integração racial. Utilizando-se de um discurso elogioso a respeito da mestiçagem – como um elemento motor de construção da Civilização do Universal – Senghor novamente recicla as abordagens de Gilberto Freyre sobre a sociedade brasileira. O Presidente senegalês, no Palácio do Planalto, profere em parte do seu discurso, que:

Daí a vossa política de integração racial na linha das grandes civilizações, que foram, todas, sem exceção, civilização de mestiçagem biológica e cultural. Tal como vós, sob o fermento da latinidade, nós levamos avante uma experiência, multirracial e multireligiosa, que nos ajudará, assim o esperamos, a levar nossa modesta contribuição para a civilização do universal<sup>401</sup>

Segue a mesma linha de argumentação, na sequência, quando visita o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Enfatiza, em seu discurso, a questão da independência do Brasil – que seria para ele, uma libertação de domínio colonial - como modelo para outros contextos contemporâneos. Neste intento, diz que “(...) separastes-vos da vossa antiga metrópole sem derramamento de sangue, quase sem disputa, proclamaste a República nas mesmas condições: ‘Adeus, Dom Pedro’.”<sup>402</sup>

Em Brasília, Senghor enfatiza a questão da independência do status de colônia – remetendo então, a uma missão histórica tanto do Brasil quanto do Senegal em apoiar as causas anticoloniais – que ele atrela ao debate a respeito do subdesenvolvimento e da esperada

<sup>400</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de Setembro de 1964, p.3.

<sup>401</sup> Ibid.

<sup>402</sup> Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, p.12.

cooperação entre os Países do Terceiro Mundo, ao qual o presidente senegalês inseria tanto os países africanos independentes quanto o Brasil<sup>403</sup>.

Senghor, em discurso no Palácio da Alvorada, diz que “pertencemos em comum à situação de antigas colônias – ao mundo do subdesenvolvido”<sup>404</sup> e aclama o Brasil como um “líder” ou “farol” do Terceiro Mundo, pois sua experiência de desenvolvimento econômico o colocaria nesta posição. Neste ponto, cita a perspectiva da escola “Economia e Humanismo” do Padre Lebret, cujas circulações – entre países no continente americano e africano possibilitavam as comparações:

Certo é que a influência atlântica, a cultura latino americana, e mesmo a luso-africana, os conselhos do Padre Lebret, o grande economista dos países em vias de desenvolvimento, tudo nos convidava, já, a estudar a ‘experiência brasileira’ para aclimar, entre nós, tudo quanto oferecia a possibilidade de transplantação, em suma: o que faz a experiência brasileira é tanto o método da vossa independência como o do desenvolvimento.<sup>405</sup>

Dando sequência, articula a tese que remete aos seus escritos “Nation et voie du socialisme africaine” com uma análise singular do contexto brasileiro. Assim, Senghor é assertivo quando afirma que a nação constrói a sua soberania com o desenvolvimento econômico – e as nações em emergência, como as do continente africano, correriam o perigo da balcanização, quando são ex-colônias recentemente independentes.

De forma que seu esforço de contatos com o Brasil faz parte de uma série de iniciativas no campo da política externa do Senegal para evitar o “perigo da balcanização”, seguindo a linha política de defesa da abertura da economia para capitais estrangeiros<sup>406</sup> – dentro do escopo de seu olhar *sui generis* sobre o socialismo construído dentro da via democrática.

Senghor também relaciona o desenvolvimento econômico com o cultural, na sequência, ao tratar das “vanguardas do Terceiro Mundo”:

---

<sup>403</sup> A inserção do Brasil dentro da classificação “Terceiro Mundo” foi repudiada pelo governo brasileiro após o golpe de 1964, tanto é que na documentação governamental do Brasil a qual tive acesso assim como no Arquivo da Academia Brasileira de Letras a expressão utilizada por Senghor para se referir ao Brasil como “farol do Terceiro Mundo” sofreu censura e foi trocada, na transcrição ao português, por “Mundo da Esperança”.

<sup>404</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de Setembro de 1964, p.3.

<sup>405</sup> Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, p.12.

<sup>406</sup> Senghor diz que: “Não tardastes em aceitar o desafio, libertando-vos do complexo dos antigos colonizados (...) chegastes a conclusão de que, para descobrir e explorar suas imensas riquezas, como anteriormente, para povoar vossas extensas terras, de duas coisas necessitáveis: homens e capitais. Daí, de um lado, a vossa política de integração racial; de outro, a abertura de vossas portas aos capitais estrangeiros.” (Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, p.12.).

pelas suas dimensões, pela sua riqueza e – por quê não dizê-lo – pelo florescer das suas letras e das suas artes, pela reforma de suas mentalidades e de suas estruturas, marcha o Brasil entre as vanguardas do Terceiro Mundo.<sup>407</sup>

Então, o seu olhar a respeito do Brasil é intensamente perpassado por uma busca de corroborar suas teorizações sobre política em intersecção com a questão cultural e econômica – tendo a “brasilidade” como um exemplo de simbiose racial e cultural, assim como modelo de país em desenvolvimento (uma síntese). Este discurso vem em detrimento da análise pragmática a respeito das políticas que de fato estão sendo perpetradas pelo governo brasileiro<sup>408</sup>. Transversalmente, são perpassadas por uma utopia de encontrar no Brasil um parceiro ou “irmão”. Diz que:

Adivinhais a minha emoção, sabendo que eu sei o que é o Brasil. Podereis medir essa emoção pela grandeza do vosso país, pelo heroísmo da vossa história (...)  
Carrega ele [o Brasil] sobre largos ombros, a esperança deste mundo, especialmente da África.<sup>409</sup>

Porque o Brasil é hoje em dia, na Latinidade, a primeira das nações pela sua população e posto avançado de pesquisas, nas letras e nas artes.<sup>410</sup>

Senghor também vem a apresentar o Senegal ao Brasil em termos geográficos, históricos, econômicos e culturais, ressaltando as proximidades entre o “povo senegalês” e o “povo brasileiro” por ambos serem “miscigenados”. Cauteloso com a questão racial, demonstrando uma percepção em saber jogar com o elogio da “negritude” e de uma “africanidade” que comporia a “brasilidade” e, ao mesmo tempo, um olhar para os outros setores conservadores e racistas da sociedade brasileira. Neste sentido, assegura às elites da política federal de Brasília, tal como o fez no Rio de Janeiro:

tranquilizai-vos: nossa negritude é anti-racista. Arraigada em nossos valores ancestrais de civilização, ela acha entre os pólenes de todas as civilizações e, antes de tudo, da latinidade.<sup>411</sup>

<sup>407</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de Setembro de 1964, p.3.

<sup>408</sup> Senghor traz em sua arguição uma inserção do Brasil no Terceiro Mundo dizendo que este deveria, por suas características, exercer um papel de liderança. Este tipo de discurso seria apropriado a um auditório composto pelo governo que foi deposto (de João Goulart). Porém, para o Governo de Castelo Branco havia um repúdio da inserção do Brasil no Terceiro Mundo e as diretrizes políticas internacionais, agora lideradas pelo Chanceler Leitão da Cunha, procurava outros alinhamentos, sobretudo com a agenda norte-americana e também a portuguesa.

<sup>409</sup> Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, p.12.

<sup>410</sup> Ibid.

<sup>411</sup> Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, p.12.

Em resposta a Senghor e de fato propondo o diálogo – que se estendeu a mais de uma reunião privada – Castelo Branco discursa no Planalto, positivando a questão da autodeterminação dos povos, mas, ao mesmo tempo, apresenta a ideia de que os movimentos de descolonização estariam dentro do espectro comunista e que forjariam novas relações de opressão – e por isso, apresentava as suas ressalvas. No diálogo, Castelo Branco diz que:

Para o problema colonial, cuja persistência dificulta, sem dúvida, a convivência entre as nações, o Brasil propõe a busca de uma solução ordenada e pacífica, que anule as tutelas e proporcione o diálogo de iguais, mas que assegure de outro lado, a livre manifestação dos povos, evitando que, a pretexto da libertação, apenas se produza uma troca de submissões.

Acreditamos que no mundo de hoje existe um dever ineludível de colaboração (...) para a superação do subdesenvolvimento e na qual são insustentáveis as relações do tipo colonial (...) o anticolonialismo encontra a sua justificativa e recebe a nossa adesão (...) é um meio de desenvolvimento e preservação da paz mundial.

A formação de grandes comunidades vale somente por atender a esse imperativo do século vinte<sup>412</sup>

Sabe-se que Castelo Branco compartilhava dos debates correntes a respeito da configuração de uma comunidade – do espectro luso-brasileiro ao espectro luso-afro-brasileiro (OLIVEIRA, 2005, P.115-118) - sendo que, naquele momento político, em Setembro de 1964, proclama-se como “anticolonialista” e a favor da “formação de grandes comunidades”<sup>413</sup>.

Sobre as supracitadas reuniões privadas, há um telegrama confidencial da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro destinada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em que “Sr. Ramos” relata aos seus superiores que:

Ontem fui jantar onde encontrei Chanceler Leitão da Cunha, este disse-me que tanto Senghor em suas conversas com Castelo Branco como Ministro das Relações Exteriores do Senegal em conversa com ele, Leitão da Cunha, ambos haviam exteriorizado por forma muito explícita desejarem que questões relacionadas com territórios portugueses em África se resolvessem somente de forma pacífica, evitando-se situações semelhantes às que se haviam produzido no Congo. Acrescentou Senghor e Ministro se revelaram nada simpatizantes com N’krumah e Bem-Bella, dando a entender que ficavam satisfeitos se Portugal aceitasse pelo menos o princípio de autodeterminação.<sup>414</sup>

<sup>412</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de Setembro de 1964, p.3.

<sup>413</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de Setembro de 1964, p.3.

<sup>414</sup> Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Referência: (Telegrama n.528). Pasta: PT/AHD/3/MNE-SE-SC/SG-SP/005/UI000180/DC00007.

O rápido contato de não mais que dois dias resultou na assinatura dos acordos de cooperação econômica e cultural<sup>415</sup> entre o Brasil e o Senegal. O que no discurso de Senghor representava uma cooperação de fato<sup>416</sup> no âmbito econômico e cultural, para o Itamaraty – em sua nova configuração a partir de abril de 1964 sob o comando do Chanceler Vasco Leitão da

---

<sup>415</sup> Sobre os acordos: “Esses acordos preveem, entre outras medidas, a constituição de comissões mistas brasileiro-senegalesas, encarregadas de tomar medidas para a organização e o desenvolvimento do intercâmbio cultural e comercial entre os dois países. Salientou-se por outro lado, a necessidade de ampliar sua cooperação técnica em matéria de energia hidráulica, agricultura e pecuária”. Outro aspecto foi a participação do Brasil no Festival Mundial de Arte Negra: “O Presidente Castelo Branco e o Presidente Senghor examinaram o projeto de um festival mundial de arte negra e negro-africana, a realizar-se em Dacar em 1965, e reconheceram a importância da participação brasileira nessa grande manifestação cultural que constituirá uma etapa marcante para a ‘civilização do universal’.” (Jornal Correio da Manhã, 26 de Setembro de 1964, p.11.).

<sup>416</sup> O Senegal por seu porte e pelo seu desenvolvimento econômico era menos privilegiado economicamente que o Brasil. Cabe olhar que em uma análise econômica, no ano de 1959, o Senegal apresenta metade de sua renda interna pública em serviços públicos e a agricultura representava um terço e a indústria, um sexto. O setor alimentício ocupa 12 por cento da mão de obra industrial. De 100 indústrias em 1959, o Senegal passa a 132 em 1962 e prevê 172 para o ano de 1964, enfocando bastante no fomento industrial no país. Tendência a diversificação da produção: fabricação de material agrícola, produção de silicatos líquidos, produção de amendoim e amêndoas – até hoje o principal produto de exportação -, concentrados aromáticos, tecidos, produção de alimentos humanos derivados do amendoim, combustíveis e outros aglomerados derivados do amendoim. Extensão de papel cartonado e de produtos derivados da pesca. Em dezembro de 1963, a Sociedade Africana de Petróleos colocou em funcionamento uma refinaria em Dakar. A gestão de Senghor enfocou vantagens ao capital privado, na busca de promover uma expansão industrial, cujo porto internacional (com 7 mil metros de cais) favorecia o escoamento dos produtos assim como a situação rodoviária. Neste período, o Senegal apontou sua diplomacia na procura de novos mercados, estreitando laços com ex-colônias inglesas, sobretudo a Nigéria, assim como buscou estreitar o eixo Túnis-Dakar. De igual maneira, o Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1954, Doudou Thiam, também tinha foco na América Latina, sobretudo no Brasil.



Cunha<sup>417</sup> - representou um “mercado africano”<sup>418</sup> para escoamento da produção<sup>419</sup>, a ser aprofundado com estudos a serem realizados em 1965<sup>420</sup>.

<sup>417</sup> Vasco Leitão da Cunha (1903-1984) foi diplomata e Chanceler entre 1964 a 1966. Foi o responsável por desmontar a Política Externa Independente dentro do Itamaraty.

<sup>418</sup> Segundo o Relatório Anual do Ministério das Relações Exteriores no Brasil (1964, p. 46): “A Divisão atualizou e completou os levantamentos econômicos globais que vinha efetuando sobre os mercados africanos, como clientes e como fornecedores do Brasil. Chegou-se, assim, à conclusão de que uma corrente contínua e regular de comércio, com fluxo de ida e de retorno, poderá existir com os seguintes países africanos: Nigéria, África do Sul, Congo-Léopoldville, África centro-oriental anglófona (Quênia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Rodésia do Sul), Libéria, Senegal e Camarões, Províncias portuguesas (Angola e Moçambique), bem como alguns outros, com menor fluxo de retorno (Togo, Gabão, Etiópia, Gana, Serra Leoa, Guiné. Ruanda e Burúndi, Madagascar e Maurítânia). Os produtos exportáveis serão tanto primários (arroz, sisal, milho, mandioca, fumo em folhas, frutas, carnes enlatadas, chá, mentol, etc.), como manufaturados de toda espécie. Os principais produtos importáveis dos países africanos são: petróleo, cobre, alumínio, borracha natural, zinco, amianto, chumbo, cassiterita, fosfatos de cálcio, carbonato de sódio, óleos vegetais e essenciais, ervilhas secas e lentilhas, goma arábica, extratos curtientes, cravo-da-índia, baunilha, etc. Haveria, por conseguinte, na África subsaariana, um mercado promissor de cerca de 150 milhões de habitantes, com uma importação total de mais de 4 bilhões de dólares, para os produtos primários e manufaturados brasileiros. (...) Com a finalidade de incrementar o intercâmbio comercial com a África subsaariana, a Divisão da África está coordenando o envio de uma Missão comercial brasileira aos principais países daquele continente, tanto da costa ocidental como da África oriental, nos primeiros meses de 1965, com a participação dos principais ministérios, órgãos governamentais e entidades privadas interessadas no comércio exterior. Um Grupo de Trabalho, sob orientação da Divisão, funciona no Itamaraty, desde meados de dezembro, para organizar a Missão, a primeira do gênero que será enviada ao continente africano.”

<sup>419</sup> Segundo o Relatório Anual do Ministério das Relações Exteriores no Brasil (1964, p. 46): “Foi assinado em Brasília um acordo comercial com o Senegal em 23 de setembro, durante a visita do Presidente Senghor. O referido acordo prevê o tratamento mais favorável possível em matéria aduaneira e na concessão de licenças de importação, entre as partes; os pagamentos serão efetuados em moeda conversível, sem especificação do montante das transações a serem realizadas. O acordo, preparado pela Divisão, é o primeiro do gênero a ser assinado com um país negro-africano.” Segundo o Relatório Anual do Ministério das Relações Exteriores no Brasil (1964, p. 44): “Tornou-se imperiosa a criação de uma Repartição Consular honorária em Saint Louis, pois essa cidade, que foi a capital do Senegal até sua independência, é o segundo porto do país, além de ser considerada, depois de Dacar, um dos mais importantes centros de irradiação noticiosa para todo o Continente Africano.” (Decreto n- 53.910 de 11 de maio de 1964).”

<sup>420</sup> Sobre a Missão de 1965, Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1965, p.63): “Foi o seguinte o itinerário definitivo da Missão, elaborado pela Divisão da África, aprovado pelo Grupo de Trabalho: partida fixada a 3 de maio e retorno a 20 de junho, visitando-se, por ordem, o Senegal (Dacar), a Libéria (Monróvia), Gana (Acra), a Nigéria (Lagos e Ibadã), os Camarões (Duala e laundê) e a Costa do Marfim (Abidiã) (...) Cabe ressaltar que, enquanto o Itamaraty, através da Divisão da África, encarregou-se da organização técnica da Missão (estatísticas, documentos, elaboração do programa), as entidades de classe (CNI, FIESP, ANEPI, CNC etc.) ficaram incumbidas dos contatos diretos com as firmas exportadoras interessadas e da coleta das respectivas ofertas comerciais a serem divulgadas na África. Apenas as ofertas da Companhia Siderúrgica Nacional, do Instituto do Mate, do Açúcar e do Alcool e da Fábrica Nacional de Motores foram veiculadas através do Itamaraty e do Ministério da Indústria e Comércio. A SUMOC, a CACEX e a Carteira de Câmbio colaboraram com o Itamaraty para fornecimento de dados atualizados sobre o Comércio Exterior do Brasil e sobre as firmas exportadoras e importadoras. Os contatos com as possíveis firmas brasileiras importadoras de produtos africanos (fosfatos, alumínio, borracha natural e goma-arábica) foram feitos diretamente, pelo Itamaraty e pela CACEX. As entidades de classe puderam, desta forma, reunir propostas de cerca de 100 firmas nacionais, representando quase 200 produtos de exportação, que foram levados pelos seus representantes na Missão (...) No plano da iniciativa privada, foram efetuadas pela Missão vendas no valor de quase meio milhão de dólares e iniciados negócios, a serem concluídos posteriormente, no valor de 2 milhões de dólares. Os produtos manufaturados brasileiros que mais interessaram os importadores locais foram: tecidos de algodão e de raiom, sapatos, produtos alimentícios enlata dos produtos farmacêuticos, aparelhos elétricos etc. Por outro lado, a Missão examinou as possibilidades de exportação de certos produtos africanos para o Brasil: fosfatos, goma-arábica, borracha natural, petróleo, carvão e alumínio bruto. É essa a primeira de várias Missões comerciais que o Governo brasileiro deverá enviar, em futuro próximo, a outras partes da África subsaariana.”

Por fim, pode-se dizer que em termos de objetivos políticos almejados, a viagem de Senghor ao Brasil destacou-se. É evidente que os acordos de cooperação econômica e cultural foram assinados e o convênio entre a Universidade de Dakar e a Universidade da Bahia, via Centro de Estudos Afro-Orientais, foi fortalecido. Em um segundo âmbito, a visita do primeiro estadista de um país de África recém-independente colocou em pauta (até 1965) a temática das lutas de libertação no continente africano e o possível papel do Brasil neste imbróglio. De fato, publicamente Castelo Branco teve uma abertura para com as pautas trazidas por Senghor na época, sobressaindo a questão do anticolonialismo e da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” que, a partir desta viagem – e da ratificação por parte do governo federal do Brasil – foi colocada na agenda política até a saída deste presidente e o arrefecimento do autoritarismo do regime militar.

O discurso que colocava o Senegal (e Dakar) como a principal ponte entre o Brasil e o continente africano – tanto em termos políticos quanto em termos culturais – permanece em alta com a atuação do Embaixador-sobrinho, Henri Senghor<sup>421</sup>, que se torna o articulador, dentro do Brasil, de questões vinculadas às pautas da Negritude: dá apoio de setores aos movimentos de libertação – tanto é que foi o Embaixador Senghor que negocia a soltura dos angolanos e guineense presos políticos no Brasil – assim como faz a divulgação e o suporte financeiro para iniciativas do Movimento Negro no Brasil, mormente em conjunto com Abdias do Nascimento (NASCIMENTO, 2014).

Pode-se dizer que a cooperação entre Brasil e Senegal, nestes termos, dá-se até meados de 1965, quando ocorrem os conflitos da delegação brasileira enviada para o Senegal ao Primeiro Festival Mundial de Artes Negras<sup>422</sup> e o boicote por parte do governo brasileiro da representação do Teatro Experimental do Negro, o que resulta na denúncia lida no Congresso a partir de texto de Abdias do Nascimento<sup>423</sup> a respeito da falsa ideia da “Democracia Racial” no Brasil, colocando em cheque os pressupostos contidos na obra de Freyre.

---

<sup>421</sup> Henri Senghor, após a viagem do Presidente do Senegal ao Brasil, vai ser observado de perto pelas Embaixadas Portuguesas no Brasil, é o que mostra o Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (e oportunamente, a PIDE). Em um destes documentos expedidos pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro é informado ao governo de Portugal a criação de uma entidade cultural “destinada a difundir a cultura afro-brasileira”, iniciativa que teve a participação do Embaixador Senghor, Antonio Olinto, Souza Dantas, vinculados ao Centro de Pesquisa Latino-Americana, Centro de Pesquisas Sociais da UNESCO, o Teatro Experimental do Negro (de Abdias Nascimento) e a Orquestra Afro-Brasileira.

<sup>422</sup> Evento realizado em 1966 promovido pela República do Senegal em parceria com a UNESCO. O Festival pretendia atrair artistas de diversas partes do mundo que fossem exemplares da produção da “arte negra” promovendo integrações e contatos artísticos. Os objetivos políticos do festival iam ao encontro das aspirações políticas de Senghor em Dakar na busca de tornar essa cidade um centro cultural e político no continente.

<sup>423</sup> Segundo referência buscada no Arquivo do IPEAFRO: “Na ocasião Abdias Nascimento escreveu uma carta aberta denunciando o racismo como motivo que levou a exclusão artistas afro-brasileiros no festival. A Carta Aberta a Dacar foi publicada na revista *Présence Africaine*, no suplemento do Diário do Congresso Nacional, no

## PARTE II

### DIÁLOGOS EM TORNO DA LUSOFONIA (1964-1974)

Considerando a dimensão dialógica da construção de comunidades políticas, nesta segunda parte, atenta-se para os diálogos em torno desta possível Comunidade a ser construída como solução política para o conflito colonial português (nos termos de autodeterminação e/ou independência), vislumbrando, como Senghor dialogou com personalidades de distintos espectros políticos, suas aproximações intelectuais e possíveis articulações políticas, entre 1964 a 1974.

Assim, em seis diálogos, analisa-se a relação de Léopold Senghor com o jornalista e político brasileiro, Carlos Lacerda (Diálogo I); o agrônomo e político guineense/cabo-verdiano, Amílcar Cabral (Diálogo II); com o militar e político português, António de Spínola (Diálogo III). Por fim, em contexto avançado de guerra colonial, entre 1973 a 1974, vislumbra-se as últimas cartadas em prol da Comunidade, tratando da relação entre Léopold Senghor e o Chanceler e diplomata brasileiro, Mário Gibson Barboza (Diálogo IV) e o socialista português e depois Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares (Diálogo V).

## 4. DIÁLOGO I

### Carlos Lacerda e Léopold Senghor (1964-1969)

Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977) ocupa o cargo de governador da Guanabara quando Léopold Senghor vem ao Brasil, em setembro de 1964. Observou-se, na primeira parte deste trabalho, que Lacerda trata de receber Senghor em seu desembarque no Recife e o acompanha à cidade do Rio de Janeiro, ou seja, foi o político brasileiro que se fez mais presente em toda a viagem do senegalês ao Brasil. Este é o evento que demarca o início de uma relação improvável entre Lacerda e Senghor - devido à diferentes posicionamentos publicamente expressos naquela ocasião a respeito das descolonizações do Ultramar Português.

No entanto, ao longo do aprofundamento da análise, vislumbra-se que haveria várias convergências entre os dois. Então, esta parte do trabalho trata do diálogo entre Senghor e Lacerda, tendo em vista problematizar o projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” a partir de linhas gerais: (4.1) Apresentação de Carlos Lacerda: Negritude e Luso-descendência; (4.2) Diálogo sobre o colonialismo português; e (4.3) A viagem ao continente africano e o projeto da comunidade.

#### 4.1 Apresentação de Carlos Lacerda: Negritude e Luso-descendência

Trata-se de olhar para uma figura controversa na política brasileira, o qual participou ativamente da mesma - entre a década de 40 e 60 - e, para tal, foi inscrito de forma díspar na historiografia nacional: Carlos Lacerda, o conhecido “demolidor de presidentes” (MENDONÇA, 2002. DULLES, 1991) ou “corvo da Guanabara” (NETO, 1998). Este transitou, em sua juventude, nos quadros do Partido Comunista Brasileiro e no Movimento Estudantil. Em 1939, rompe com o Comunismo, posicionando-se como um “liberal” alinhado à Democracia Cristã, ocupando cargo de vereador<sup>424</sup>, deputado federal e primeiro Governador do recém-criado Estado da Guanabara (1960).

Lacerda articulou a carreira política em ascensão com a profissão de jornalista<sup>425</sup>, destacando-se como um tribuno cujos discursos políticos reverberavam amplamente

<sup>424</sup> Em janeiro de 1947 foi eleito vereador pelo Distrito Federal na legenda da União Democrática Nacional (UDN).

<sup>425</sup> Lacerda começou a trabalhar no Jornal Correio da Manhã, onde criou, em 1946, a seção intitulada “Na tribuna da imprensa”. É expulso do Jornal em 1949, quando funda a Tribuna da Imprensa que, representando as principais propostas da União Democrática Nacional, viria a fazer oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo. Na década de 50, Lacerda trabalhou como correspondente da Tribuna da Imprensa e colaborou também com os jornais O Globo e O Estado de São Paulo. Em meados de 1956 transferiu-se para Lisboa, retornando ao Brasil no fim do

(MENDONÇA, 2002. DULLES, 1991. NETO, 1998). Juntou-se aos quadros da União Democrática Nacional (UDN), partido que agregava diferentes espectros políticos, fundado em abril de 1945, para fazer frente à ditadura de Getúlio Vargas. Foi um forte crítico do que ele entendeu como “populismo varguista” (MENDONÇA, 2002. DULLES, 1991). Pode-se dizer que ele construiu uma longa experiência na articulação de oposições, através da conformação de “frentes amplas”: a primeira formada contra o Regime de Vargas e a segunda, contra a continuidade do governo dos militares, em 1966 (LACERDA, 1998).

Ao olhar para a articulação entre a carreira de político com a de jornalista, vê-se que Lacerda também teve um espaço e uma atuação como escritor, produtor cultural, dono de editora e editor<sup>426</sup>. É sobretudo neste aspecto de sua vida que Lacerda vai aproximar-se mais fortemente do continente africano e de algumas expressões artísticas e culturais - faceta de sua biografia pouco considerada nas análises da historiografia brasileira (MENDONÇA, 2002. NETO, 1998). Este olhar é fundamental para a análise a qual este trabalho se propõe, pois possibilita entender as aproximações de Lacerda com “questões africanas”, assim como com personalidades vinculadas ao Movimento da Negritude e, por fim, a Léopold Senghor.

Neste sentido, cabe dizer que o primeiro livro lançado por Carlos Lacerda foi “O Quilombo de Manuel Congo”, em 1935. Trata-se de uma obra sobre a história de um grupo de negros escravizados que operam fuga da vila chamada “Estação do Comercio”, em 1839, formando um Quilombo na região do Rio Paraíba. A obra tratou a partir de um olhar histórico um grupo de africanos e afro-descendentes, ao mesmo tempo em que criou uma ficção com objetivos políticos - em consonância com sua atuação política no período. Tal iniciativa demarca a relação ressurgente de Carlos Lacerda com a cultura africana e afro-brasileira.

Já em 1944, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista Lacerda torna-se um dos patrocinadores do Teatro Experimental do Negro (TEN)<sup>427</sup>, movimento cultural criado por Abdias do Nascimento, um dos principais arautos do Movimento da Negritude no Brasil (NASCIMENTO, 1992, p.25). Lacerda inclusive publica uma peça produzida pelo grupo do TEN no jornal ao qual era editor na época (“O Jornal”).

---

mesmo ano, assumindo a direção da Tribuna da Imprensa. Em 1969 viaja para Europa e África como enviado especial de O Estado de São Paulo e do Jornal da Tarde.

<sup>426</sup> Na década de 70, em seu retorno ao Brasil após longa viagem pelo continente europeu e africano, dedica-se às atividades editoriais na Nova Fronteira e Nova Aguillar, empresas de sua propriedade.

<sup>427</sup> O Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramaturgico, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países. (Acervo da Fundação Palmares)

Nos anos 70, torna-se o principal editor de literaturas africanas no Brasil através de sua atuação na Editora Nova Fronteira. Publicou poemas de Agostinho Neto, Léopold Senghor e Costa Andrade. Neste período, a Nova Fronteira é pioneira ao traduzir e editar uma coleção chamada “Romances de África”, levando ao público obras como “Um fuzil na mão, um poema no bolso”, de Emamnuel Dongala e “O Limão”, relato de Mohammed Mrabet, traduzido pelo próprio Lacerda. Também faz parte desta coleção a obra “Lusitanidade e Negritude”, discurso proferido por Senghor na Academia de Ciências de Lisboa, em comemoração ao primeiro ano da Revolução dos Cravos. Tratou-se uma coleção com fracasso editorial<sup>428</sup>, muito embora foi mantida pela insistência de Lacerda até sua morte (1977).

Em paralelo a isso, Lacerda, visto por outra faceta, tem uma estreita relação afetiva com Portugal, por sua ascendência familiar - era descendente de elite de barões lusitanos da cidade de Vassouras (Rio de Janeiro). Tal o fez inserir-se em uma comunidade influente de lusodescendentes na cidade do Rio de Janeiro, o que impulsionou suas relações com figuras do regime político português em vigência - mormente com os “setores liberais” (DULLES, 1998).

Em seus discursos, ele avalia a “herança lusitana” do Brasil pelo prisma lusotropicalismo - colocando as interpretações lançadas por Gilberto Freyre<sup>429</sup>, do qual tinha amizade e alinhamentos políticos, a serviço de pensar um projeto nacional brasileiro como locus tropical de mestiçagens e, por isso, exemplo mundial de harmonia racial. A interpretação do Brasil pela via do lusotropicalismo é um contínuo em suas visões históricas nacionais, como se percebe, em contextos distintos, quando Lacerda analisa o destino e missão do Brasil enquanto nação:

Grave é essa omissão quando se considera - poderia estar disto convencido - que o Brasil, como toda América, tem uma grande função neste mundo de ódios visguentos, de agudos desvarios e depressões monstruosas. Somos realmente uma nação de paz, temos a vocação de cordialidade e neste sentido poderíamos ser hoje, no mundo, juntamente com umas poucas nações, mais um fator de equilíbrio, depósito de esperança latente. A nossa humanidade recebeu, por via dos portugueses que hoje Salazar procura deformar, o legado

---

<sup>428</sup> Cruz (2017, p.61) ressalta que segundo o jornalista Ricardo Porto de Almeida (1979), devido ao fato de a África ser um assunto ainda pouco explorado no Brasil, a insistência de Carlos Lacerda nas edições, e do então diretor da empresa Roberto Riet, não obteve muito sucesso, tal como consta a seguinte passagem: “[...] Curiosamente, a coleção encontra-se hoje desativada, uma vez que, segundo Maria Alice Bandeira, do departamento editorial da Nova Fronteira, naquela época talvez o público não estivesse sensibilizado para a questão dos povos africanos. Foi um fracasso”.

<sup>429</sup> Gilberto Freyre figurou entre os quadros da UDN em Pernambuco. Na conjuntura de 1945, Freyre coloca-se na oposição do governo de Vargas. Após o término do Estado Novo, Freyre apoia a candidatura de Eduardo Gomes, tenente do Exército e vitorioso da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, pela UDN. Neste mesmo contexto, há a querela com o interventor do Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, para Freyre um “polítiqueiro”, “caudilho”, “desesperado” e “assassino” - figurado no discurso “Saíam Caudilhos”. Dentro da UDN, foi próximo de Carlos Lacerda, Valdemar Ferreira, Otávio Mangabeira e João Mangabeira.

da convivência, o segredo da infância permanentemente assegurada. (LACERDA, 1965, p. 12)

Sua compreensão de Brasil é perpassada pela “lusó-descendência”. Assim, percebe-se que, apesar da proximidade com setores políticos e intelectuais durante Regime Salazarista, Lacerda não foi um entusiasta deste. Suas relações restringiam-se a alguns setores, desde fins da década de 60, sobretudo ao General António de Spínola, do qual acercou-se após a viagem à Guiné em 1969. A partir deste contato, ele se torna o principal “porta voz” das ideias de Spínola no Brasil, publicando a primeira versão brasileira de “Portugal e o Futuro” (em março de 1974). Ressalta-se que, após a renúncia de Spínola (1975), Lacerda também recebe o mesmo em seu exílio no Brasil - asseverando que o general estava disposto a continuar a luta - da qual colocava-se como apoiador (LACERDA, 2013).

#### **4.2 Diálogo sobre o colonialismo português**

A partir deste ponto, buscar-se-á refletir como a relação de Lacerda com Léopold Senghor e com setores vinculados ao governo português e ao governo militar brasileiro foram perpassadas pela ideia da construção conjunta de uma comunidade política - seja ela “Luso-afro-brasileira” (SENGHOR, 1964) ou “Lusíada” (SPÍNOLA, 1974) - e de como Lacerda, em seus trânsitos por Brasil, Portugal e continente africano (mormente Senegal e a Guiné) coloca no debate esta ideia, entusiasmado pelo diálogo durante a primeira viagem de Senghor ao Brasil, em 1964.

Objetiva-se analisar ponto a ponto as consonâncias e dissonâncias políticas, assim como os encontros e desencontros entre Carlos Lacerda e Senghor, problematizando o alinhamento colocado por Lacerda entre o seu “idealismo pragmático” e o “socialismo africano” do senegalês. Estas convergências também resultam em projetos editoriais em comum, que serão aqui analisados. Nesta parte, coloca-se em vista os discursos e relatos de Lacerda contidos nas obras “O poder das ideias” (1963), “Palavras e ação” (1965) e “Rosas e Pedras no meu caminho” (textos publicados na Revista Manchete entre 1967 a 1977).

Para iniciar a problematização, é possível citar dois excertos de textos publicados na imprensa brasileira por Carlos Lacerda, em dois momentos distintos, separados por uma década. Segue abaixo:

“não tem cabimento pretender impor pela força dos outros a Angola e Moçambique, uma independência que eles não estão reclamando para alcançar uma dignidade que eles já têm” (Carlos Lacerda, no Jornal Correio da Manhã, 20 de setembro de 1964, p.1.)

“O Brasil pode e deve assumir a posição de líder da grande comunidade de países de língua portuguesa. Uma comunidade afro-lusa-brasileira, em termos nacionais e internacionais trará incalculáveis benefícios”. (Carlos Lacerda, nas Páginas Amarelas da “Revista Veja”, 8 de dezembro de 1974).

Vê-se que os dois excertos demarcam um deslocamento de posicionamento político de Lacerda, delimitado por um período anterior (de apoio ao golpe civil-militar de 1964) e após ter seus direitos políticos cassados (1968)<sup>430</sup>. Estes deslocamentos serão observados em consonância com a sua relação com o governo brasileiro (Presidentes Castelo Branco<sup>431</sup> e Costa e Silva<sup>432</sup>) e com o governo português (Salazar – Caetano). A partir destas problematizações, entende-se de forma mais ampla o diálogo com Léopold Senghor e as articulações pela descolonização do “Ultramar Português”.

Iniciaremos pela descrição de como Lacerda se torna o arauto do “Golpe Civil-Militar de 64” em seus trânsitos internacionais: em junho de 1964, meses antes da viagem de Senghor ao Brasil, Lacerda, a pedido do Presidente Castelo Branco, faz um périplo pela Europa, passando por Portugal, com o intuito de divulgar amplamente os objetivos da dita “Revolução de 1964”. Sua estadia em Portugal teve amplo aceite por parte do governo português: o brasileiro realizou declarações na imprensa, rádio e TV portuguesas, assim como foi recebido por Salazar e fez conferências com Américo Thomaz<sup>433</sup>.

Uma das pautas apresentadas por Lacerda foi a eliminação dos passaportes entre Brasil e Portugal para garantir a livre circulação dos cidadãos brasileiros e portugueses entre os respectivos países, com enfoque no reforço de uma “Comunidade Luso-Brasileira”. Naquele

<sup>430</sup> Durante a experiência da Frente Ampla e após Ato Institucional número 5 (AI-5), Carlos Lacerda teve seus direitos políticos cassados e seguiu para o exílio. A Frente Ampla foi lançada em 1966 com um manifesto dirigido ao povo Brasileiro publicado na Tribuna da Imprensa. Uniu Carlos Lacerda junto a Juscelino Kubitschek e João Goulart em reação ao grupo que ocupava o governo federal. No dia 5 de abril de 1968, pela Portaria nº. 177 do Ministério da Justiça, foram proibidas todas as atividades da Frente Ampla. (DULLES, 1992. D’ARAÚJO, 2001).

<sup>431</sup> O Governo Humberto de Alencar Castelo Branco foi o período vivido pelo Brasil entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1967. Instituído por eleição indireta colocada por uma junta de governo que toma o poder após o golpe ao Governo João Goulart, formada pelo tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, o general Artur da Costa e Silva e almirante Augusto Rademaker, que realizaram a oficialização do Ato Institucional nº1. Criado em 9 de abril de 1964, o documento contava com onze artigos e estabelecia uma profunda modificação no Poder Legislativo brasileiro. (FICO, 2014).

<sup>432</sup> O Governo de Artur Costa e Silva ocorre entre 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969, período em que foi decretado o AI-5 e lançada a política econômica que deu origem ao chamado “milagre econômico”. Este período ficou conhecido como “anos de chumbo” pois representou um dos períodos mais duros da ditadura militar. (FICO, 2014).

<sup>433</sup> Américo Deus Rodrigues Tomás foi um político e militar português. Foi o décimo terceiro Presidente da República Portuguesa, último do Estado Novo português.



momento, em que se apresentava o início da guerra colonial, Lacerda concorda pontualmente com a questão da integridade da nação portuguesa, ou seja, da unidade entre Portugal e as Províncias Ultramarinas, constatando - e esta era uma corrente de pensamento dentro do Itamaraty (MENDES, 1995) - que o acesso aos mercados africanos se daria via Portugal<sup>434</sup> (ALVES, 2017), ou seja, era necessário apoiar a continuidade do domínio colonial em Angola, Moçambique, Guiné e ilhas atlânticas. Sendo assim, “África seria Portugal”, concordando-se com o que propugnava o Regime Salazarista - sendo que a relação do Brasil com o Ultramar seria mediada pela cultura e colonização portuguesa.

Diz Lacerda que Brasil e Portugal eram responsáveis pelo Atlântico Sul, corredor do qual dependia não só a soberania dos dois países, mas da cultura luso-brasileira<sup>435</sup>. Este posicionamento coaduna-se com as críticas apresentadas por ele, desde o governo de Jânio Quadros - do qual ajudou a eleger e depois rompeu - sobre a opção pela Política Externa Independente, ou seja, Lacerda era um ferrenho crítico do Movimento Não-Alinhados e do Terceiro-Mundismo, ao qual o Brasil se vinculava naquele fugaz momento político<sup>436</sup>.

Lacerda afirma, em Lisboa, que os dois países - Brasil e Portugal - eram responsáveis por evitar que os inimigos em comum, mormente comunistas, se estabelecessem no Ultramar Português. Diz que Portugal não merecia ser isolado e que o Brasil estava com o mesmo para defender a “Comunidade Luso-brasileira”<sup>437</sup>. Lacerda também vai posicionar-se à imprensa lisboeta sobre a “independência” dos países africanos. Assegura que:

Angola e Moçambique já tinham atingido um grau de independência real, muito mais concreto, muito mais tangível do que uma grande parte das nações que a ONU chamava de independentes. Diz que não havia, talvez, área no mundo mais dependente do que o Congo, porque dependia de seus ódios internos - e uma nação não se organizava no ódio - e porque dependia do financiamento americano para sua simples sobrevivência - e não se construía uma independência nesta base, pois um dia os americanos se cansariam de pagar as despesas das supostas independências.<sup>438</sup>

Na ocasião, Lacerda critica a ONU, dizendo que esta era uma “superburocracia internacional”, formada por uns quantos burocratas que se intimidavam diante do poder de voto

---

<sup>434</sup> O trabalho de Tiago JJ. Alves (2017), “Entre o afro e o luso: a política africana do Brasil para a guerra em Angola e Moçambique (1964-1975)” demonstra as posições do Estado brasileiro e da diplomacia, compreendendo quais foram suas opiniões, diretrizes e posições sobre os movimentos, atores e a guerra, desvelando o envolvimento do Brasil na questão da política africana brasileira para a guerra em Angola e Moçambique, de 1964 a 1975.

<sup>435</sup> O discurso de Carlos Lacerda foi transcrito de gravações salvaguardadas em fitas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O número de referência é [BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.110] e a faixa é número 2.

<sup>436</sup> Estas questões foram problematizadas na Parte I deste trabalho.

<sup>437</sup> Ibid.

<sup>438</sup> Ibid.

de algumas “nações improvisadas”<sup>439</sup>, cujas forças de orientação ainda não eram capazes de manter a ordem mínima necessária à sua construção interna, quanto mais contribuir para a conservação da paz mundial. Condena as imposições feitas pelas Nações Unidas a Portugal (ALMADA E SANTOS, 2017) – quando a referida organização considerou o mesmo um perigo à paz mundial.<sup>440</sup> Assim, criou vínculos com políticos portugueses da alta cúpula, como Franco Nogueira<sup>441</sup>.

Cabe dizer que também é neste contexto que o governo estadunidense observa Carlos Lacerda como um possível mediador ou encorajador de uma liberalização do regime colonial português em direção a uma progressiva autonomia das colônias<sup>442</sup> (ALVES, 2017) - cujo projeto em pauta era a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, ideia lançada por Léopold Senghor em sua viagem ao Brasil.

Agora, avaliemos como Lacerda trata do ponto da “autodeterminação dos povos” em pauta naquele contexto: ele coloca que esta não poderia ser perpassada por uma questão racial, colocando as lutas anticoloniais como racistas<sup>443</sup>. Posiciona-se também contra uma concepção economicista de exploração dos povos. Concomitantemente, apresenta o Brasil como exemplo, pois seria “um país conscientemente mestiço e que se orgulhava de sua mestiçagem”<sup>444</sup>.

Desta forma, sem advogar explicitamente, é perpassado pela interpretação lusotropicalista quando trata da questão racial no Brasil - local em que as diferentes “raças” teriam uma convivência harmoniosa, representando um modelo internacional de integração racial, que seria legado dos portugueses ao Brasil. Assim, Portugal e Brasil poderiam conformar uma “comunidade de fala e de cultura portuguesa”<sup>445</sup> caracterizada pela “tolerância, pela convivência das raças, por certas qualidades que constituem a sua grande contribuição ao mundo”<sup>446</sup>.

---

<sup>439</sup> O discurso de Carlos Lacerda foi transcrito de gravações salvaguardadas em fitas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O número de referência é [BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.110] e a faixa é número 3.

<sup>440</sup> Ibid.

<sup>441</sup> Posteriormente (em junho de 1965) foi o representante português que veio à Guanabara para comemoração do aniversário da cidade do Rio de Janeiro, celebrando a reaproximação entre Brasil e Portugal, cujo marco urbano simbólico é a estátua de D. João VI, montada na Praça XV (Rio de Janeiro-RJ), que foi doada e trazida de Portugal.

<sup>442</sup> Segundo tese de Alves (2017) que consulta os arquivos da Department of State/Washington, o Department of State e o Bureau of Inter-American Affairs acompanha a viagem de Lacerda a Portugal. O autor atesta que em um documento oficial, a Secretaria de Estado dos EUA afirmou que tinha esperança de que Lacerda pudesse até encorajar os portugueses a fazer com que os “territórios ultramarinos” se tornassem mais autônomos.

<sup>443</sup> O discurso de Carlos Lacerda foi transcrito de gravações salvaguardadas em fitas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O número de referência é [BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.110] e a faixa é número 3.

<sup>444</sup> Ibid.

<sup>445</sup> LACERDA, Carlos. Ao leitor. In: SPÍNOLA, António de. Portugal e o Futuro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974, p. 8.

<sup>446</sup> Ibid.

No escopo da comunidade de língua e cultura portuguesa, Lacerda defende a ideia da empreitada de uma autodeterminação controlada - ou independência conservadora. Este paradigma trata o processo histórico brasileiro como exemplar aos contextos africanos – propondo que a solução de uma “Commonwealth” seria um protótipo. Lacerda não cita a “solução gaullista” e sim a “Commonwealth Britânica”. Tal se relaciona com os ataques que lançou ao Presidente Francês, Charles de Gaulle, assim como os insultos à imprensa francesa em 1964, quando de sua viagem pela Europa, causando inclusive um problema diplomático que o fez perder suas credenciais<sup>447</sup>.

Quatro meses depois desta viagem de Lacerda a Portugal e França, ocorre a recepção de Senghor em território brasileiro. Cabe aqui dizer que, naquele momento, Lacerda defendeu, na presença do senegalês, a manutenção do sistema colonial português no formato “ultramarino” em contraposição ao visitante senegalês, que propôs a ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como solução negociada para a guerra colonial, aos moldes da “via gaullista”.

Nesta polêmica pública, Senghor procurou mediar e manejar politicamente sua relação com Lacerda<sup>448</sup>, buscando demonstrar a viabilidade de uma possível liderança do Brasil no escopo da empreitada da Comunidade, sinalizando à Lacerda - que naquele momento pensava-se como “futuro presidente do Brasil” (LACERDA, 1965) - o seu papel como líder na mesma: “Senhor governador, vosso nome atravessou o atlântico (...) Vede pois que podeis colaborar na resolução do problema das colônias portuguesas na África.”<sup>449</sup>

Assim, a ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” é lançada e acolhida retoricamente no Brasil naquele momento pelo governo federal<sup>450</sup>, porém não há reverberações

---

<sup>447</sup> Gomes (2015, p 7) ao analisar as relações do governo brasileiro com o francês, apresenta que: “Carlos Lacerda chegou a Paris no dia 23 de abril e, logo após desembarcar no Aeroporto de Orly, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa francesa, que, em razão do tom agressivo adotado por ele em suas colocações, gerou uma repercussão fortemente negativa. Quando perguntado sobre a sua fama de “derrubador de presidentes”, Lacerda respondeu que o general de Gaulle também já havia derrubado um presidente. Questionado se ainda havia comunistas no Brasil após a intervenção militar, respondeu afirmativamente, pois, segundo ele, ao contrário da França após o período da liberação, o Brasil não havia fuzilado os seus opositores. Devido aos seus comentários, perdeu as suas credenciais, o que demarca o início do conflito com a cúpula militar no poder no governo do Brasil.

<sup>448</sup> Cabe dizer que é prévia à viagem de Senghor, a intensa negociação diplomática entre o Brasil e o Senegal, para tratar da libertação de presos políticos angolanos e guineenses pela polícia brasileira. É possível salientar que Senghor agiu como intermediador a pedido de Amílcar Cabral, para liberação de Fidélis Almada, intercambista pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e um dos quadros do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, inserido nas redes comunistas brasileiras. Através da documentação, pode-se dizer que as negociações passaram pelo Governador da Guanabara, sobretudo quanto àqueles que estavam presos no Rio de Janeiro. Estas prisões já evidenciaram, naquele momento, colaboração com o regime vigente em Portugal por parte de Lacerda.

<sup>449</sup> Jornal Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964, p.1.

<sup>450</sup> Naquele momento, houve a convergência entre os posicionamentos de Castelo Branco e Senghor, defendendo a possibilidade da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” - aos moldes da “Comunidade Francesa”. Infere-se que tal alinhamento se deve à proximidade com a viagem de Charles de Gaulle ao Brasil, ocorrida um mês depois da

em empreitadas políticas. Este é um contexto que vai se modificar no Brasil, em poucos meses, com a continuidade dos militares no poder após a suspensão das eleições e o arrefecimento da ditadura (FICO, 2014) - eventos os quais farão com que Lacerda rompa efetivamente com o regime ao qual apoiou, voltando à oposição através da Frente Ampla (ALVES, 1984. REIS, RIDENTI E MOTTA, 2014).

Após esta série de elementos que contextualizam o momento político, a proposta é analisar mais pormenorizadamente, para além das dissonâncias, de que forma o diálogo político entre Senghor e Lacerda se estabelece. Tal é perceptível em discurso público realizado por Lacerda na Guanabara quando da recepção de Senghor: o brasileiro diz que haveria uma proximidade política e pessoal com “a definição da negritude e sua procura de um novo socialismo”<sup>451</sup>. Também vai citar alguns alinhamentos - e operar movimentos de aproximação intelectual - dizendo que “alguns aparentes desacordos” seriam “muito mais por causa do nome que damos às coisas do que por elas mesmas.”<sup>452</sup>; atestando que “o seu socialismo é o que eu chamaria o meu idealismo pragmático.”<sup>453</sup>

Desta forma, a aproximação de Lacerda e Senghor também se dá pela via do debate de ideias em relação a projetos de nação - que envolvem as formas de gerir um estado na prática, assim como arguições sobre a necessidade de um pragmatismo para orientar o desenvolvimento econômico da nação. Igualmente, aproximam-se quanto a concepção de democracia, que é pensada como um modo de preservação da liberdade individual - e por isso, ambos têm críticas muito alinhadas - e ferrenhas - em relação ao comunismo, sobretudo o Soviético, ou seja, o anticomunismo é um dos principais fatores de avizinhamento.

Quando Lacerda aponta que seu idealismo pragmático seria muito próximo do socialismo africano de Senghor - dizendo que seriam “ideias semelhantes” “expressas por palavras diferentes”<sup>454</sup> -; é preciso visualizar os aspectos que o brasileiro procurou justapor na busca de criar uma afinidade com Senghor - assim como perceber na prática de que forma, após 1964, passou a utilizar o exemplo da gestão do senegalês para defender algumas reformas administrativas no Brasil.

Lacerda, neste contexto, define o seu “idealismo pragmático”:

---

viagem do senegalês. Considerando a importância da figura do General Francês e os desejados acordos a serem tratados, seria improvável, naquele momento, uma crítica à “solução gaullista” - alardeada por Senghor. Em contraponto às boas relações com a França (DUARTE-PLON, 2016), o governo de Castelo Branco foi olhado com desconfiança por parte do governo português. Desta forma, o político brasileiro mais alinhado aos interesses do governo salazarista, no contexto de 64, era Lacerda.

<sup>451</sup> O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1964. Arquivo Academia Brasileira de Letras, 19.1.5 (M.8 a10).

<sup>452</sup> Ibid.

<sup>453</sup> Ibid.

<sup>454</sup> Ibid.

Eu me situo no quadro da política brasileira como, digamos, um idealista pragmático. Creio que a democracia não é compatível com a ideologia. Pode-se ter uma doutrina, deve-se ter um programa, mas é necessário guardar, diante dos problemas uma disponibilidade em relação às soluções, sejam elas socializantes ou liberais, de acordo com os dados do problema específico, de acordo com a conjuntura, e visando ao bem público e não segundo premissas ideológicas que nos prendam ou nos tolham o movimento: (LACERDA, 1965, p.40)

Assim, o brasileiro aproxima o seu “idealismo” ao “socialismo africano” através da reflexão sobre a conjuntura internacional no contexto de bipolaridades políticas, ou seja, cada um a seu modo trata de colocar-se em uma terceira via: Lacerda, buscando atestar o seu pragmatismo, vai dizer que “o mundo não anda numa ou noutra direção, à esquerda ou à direita; o mundo apenas anda, muito menos segundo as ideologias do que conforme soluções objetivas” (LACERDA, 1963, p.17). Já Senghor, que também atesta uma “terceira via”, trata a “ideologia” como secundária em relação a cultura e a nação, olhando para o mundo além de uma “divisão entre as ideologias”. Diz que:

Não irei ao ponto de proclamar o fim das ideologias. Mas é tempo de reconhecer a ineficácia nesta segunda metade do século XX, em que a letra delas matou o espírito, quando a ideologia não foi traída. Traída, digo eu, em proveito da ideia nacional ou da cultura. Porque em nossos dias, bem o sabeis, bem o sentis, antes de sermos ‘capitalistas’ ou ‘comunistas’ ou ‘liberais’ ou ‘socialistas’, somos ingleses ou franceses, russos ou chineses, quando não somos anglo-saxões ou latinos, árabes ou negro-africanos. Paradoxalmente, no momento em que o capitalismo e o comunismo anunciam, cada um a seu lado, a sociedade da abundância material, o espírito desforra sob o aspecto da cultura.<sup>455</sup>

Em ambos, o olhar sobre a cultura é perpassado pela denominada “cultura humanística” que vem por meio de uma influência da religião cristã - pelo viés Católico Românico. Para Senghor, em cada cultura haveria um “humanismo”, que teria como produto e expressão uma determinada criação artística – por meio da imagem sonora ou plástica (SENGHOR, 1964), sendo o seu socialismo africano, um humanismo. Já Lacerda, quando se coloca como democrata cristão, atesta a missão de defender os alicerces da “Cultura Ocidental” - que expressariam os “princípios da civilização cristã” como “herança, o estilo de vida, o pensamento e comportamento que recebemos da cultura judaico-greco-latina através dos nossos formadores, a religião cristã e a civilização portuguesa.” (LACERDA, 1963, p.123)

---

<sup>455</sup> Transcrição do discurso de Léopold Senghor no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional. In: Jornal Correio da Manhã, 24 de Setembro de 1964, p.12.

Concomitantemente, há a defesa das liberdades individuais: Lacerda proclama a necessidade social de uma comunidade política que proporcionasse ao indivíduo a realização do seu destino, a afirmação da sua personalidade e o uso de sua liberdade (LACERDA, 1963). Neste mesmo sentido, Senghor também se preocupa com as “liberdades criadoras” (SENGHOR, 1965b) no âmbito da nação, apontando para o temor - expresso como o perigo mais grave de ordem cultural - em que os regimes não democráticos conformariam “[...] à nossa revelia, uma civilização de robôs”<sup>456</sup>. Assim, diz que o seu socialismo africano é “um espírito perpétuo de investigação e liberdade: é uma educação a sempre ser renovada.” (SENGHOR, 1965b, p.111).

Entre Senghor e Lacerda, justapõe-se o mesmo perigo: “o homem robot” (em Senghor) e o “homem-massa” (em Lacerda) que estão vinculados ao debate sobre as “liberdades” proposto pelos dois. Porém, pode-se apontar uma divergência entre Lacerda e Senghor, que é pontual, e se trata da forma com que eles olham para o capitalismo desenvolvido nos Estados Unidos da América. Em Lacerda, há a defesa deste como ideal e Senghor coloca que “Não seremos por isso seduzidos pelo capitalismo liberal e pela free enterprise” (SENGHOR, 1965b, p.57), justapondo a mesma crítica que faz aos soviéticos também em relação aos estadunidenses:

o paradoxo da construção socialista nos países comunistas, ou pelo menos na URSS, é parecer de forma crescente com o crescimento capitalista nos Estados Unidos, com o American Way of Life, com altos salários, geladeiras, máquinas de lavar roupa, televisores, mas com menos arte e liberdade de pensamento. (SENGHOR, 1965b, p.57)

Portanto, a reflexão sobre as liberdades perpassa a construção da nação vista pela concepção voluntarista<sup>457</sup>. Segundo Senghor, “a independência e a construção da nação exigem, principalmente e juntamente com autodeterminação, a liberdade de escolha” (SENGHOR, 1965b, p. 93). Neste sentido, para este intelectual, a nação é uma vontade consciente de construção<sup>458</sup>, ao passo que Lacerda coloca a nação como fenômeno produzido pela vontade do ser humano, que “destina-se a servir a sua liberdade de escolha, a sua razão, a sua vida natural e, para os crentes, à sobrenatural” (LACERDA, 1963, p. 128).

Ao pensar sobre a construção da nação, Lacerda coloca o seu idealismo como a expectativa de um horizonte a ser construído politicamente, dentro do escopo do estado, com

<sup>456</sup> Jornal Correio da Manhã, 23 de Setembro de 1964, p.3.

<sup>457</sup> Debateu-se a concepção voluntarista de nação na Parte I deste trabalho, a partir da referência à matriz francesa que remete ao texto de Renan, “Qu'est-ce qu'une nation ?”.

<sup>458</sup> Debate já apresentado na Parte I deste trabalho, demonstrando como as concepções de nação e estado de Senghor inserem-se no debate francês que remete à obra de Ernest Renan.

um olhar pragmático, ou seja, sem perder de vista uma base ou estudo da realidade e da conjuntura a qual desejar-se-ia modificar. Justaposto a isto, percebe-se que Senghor também advoga um olhar semelhante, quando este coloca que seu socialismo africano - à revelia de um alinhamento ao comunismo - seria baseado em um “inventário”, caracterizando-se pelo estudo sobre os elementos das vertentes de socialismos europeus. A via do socialismo africano seria marcada por ser construída na experiência, ou seja, seria um socialismo também “pragmático” e ao mesmo tempo “idealista”.

Portanto, ambos procuram criar ferramentas (teóricas e metodológicas) na busca de transformar uma realidade posta - advogando o uso do racionalismo, com base em tradição filosófica cartesiana. Senghor, especialmente, coloca o racionalismo como um dos maiores legados da civilização ocidental à construção das comunidades políticas independentes no continente africano, ao mesmo tempo em que considera o elemento da “emoção”, da “intuição” e da arte - o “contributo do homem negro” à “Civilização do Universal” (SENGHOR, 2011) - como elemento fundamental e diferencial no projeto de nação.

Lacerda lê e reitera este pensamento de Senghor, tratando de ser, após 1964, um dos principais intérpretes e divulgadores do pensamento político do senegalês no Brasil. Diz o brasileiro:

Léopold Sedar Senghor, o poeta-presidente do Senegal, numa conferência em Beirute, salientou que a cultura negra é instintivamente uma síntese do que representam, no mundo branco ocidental e cristão, a inteligência lógica, que o grego Aristóteles montou, a intuição, cujo papel o francês Bérgrson pôs em relevo, e o subconsciente, que o austríaco Sigmund Freud investiu. A lógica sem intuição não é grande coisa e não leva até a esquina quanto mais descobrir a América. A intuição e o papel que desempenha na sua gestação o gigantesco computador eletrônico, que chamamos de cérebro, bem como o estado de graça e outros fenômenos em que o sobrenatural se entrelaça com o preternatural e o que, por mera simplificação, chamamos o natural, só agora começam a furar a crosta de resistência que a ciência oficial lhe criou, no século XIX. (LACERDA, 2001, P. 188-189).

Na expectativa de propagar o pensamento político de Senghor no Brasil, em 1965, é realizada tradução e publicação de alguns textos políticos do intelectual senegalês, escritos no contexto da experiência da Federação do Máli e do primeiro ano de independência do Senegal (entre 1959 a 1960). Nestes textos, Senghor faz uma reflexão sobre o estado e a nação no escopo federalista, assim como apresenta, de forma clara, como ele entendia a via do socialismo africano.

Trata-se de mais uma obra que pode ser considerada em um espectro de traduções com objetivos políticos perpetradas por Lacerda<sup>459</sup>. A história editorial desta obra, publicada com o nome de “Um Caminho do Socialismo Africano”, cuja brochura evidencia a imagem de Léopold Senghor em um fundo amarelo. A impressão da mesma foi feita no Rio de Janeiro, pela Editora Cruzeiro/Distribuidora Record - parceira do jornalista Carlos Lacerda<sup>460</sup>. A figura responsável pela tradução do francês e das notas explicativas foi Vicente Barretto.

Barretto, naquele momento, era um jovem jurista que fazia parte do grupo de intelectuais vinculados ao “Congress for Cultural Freedom” (CCF)<sup>461</sup>. Esta organização foi fundada em 1950 em Berlim Ocidental, em resposta ao “Conselho Mundial da Paz” Soviético (COLEMAN, 1989). O CCF era vinculado aos ideais liberais e criou uma significativa rede internacional de intelectuais e artistas, visando o combate às advogadas interferências que atrofiaram a liberdade criativa, denunciando que tal era feito pelos países comunistas<sup>462</sup> (RIDENTI, 2018). No contexto brasileiro, Barretto, por interferência de Keith Botsford<sup>463</sup>, torna-se, em 1962, editor da principal revista do grupo, a “Cadernos Brasileiros”<sup>464</sup>.

---

<sup>459</sup> A dissertação “O poder das ideias: as traduções com objetivos políticos de Carlos Lacerda” de Eliane Eusébio, defendida em 2007 na Universidade Federal de São Paulo analisa as traduções operadas por Lacerda.

<sup>460</sup> A Record foi a distribuidora dos livros de Lacerda, de posse de Alfredo Machado. Esta antecedeu a Nova Fronteira, editora de propriedade de Carlos Lacerda. Barretto trabalhou na Nova Fronteira, sendo um dos seus principais editores junto a Sebastião Lacerda, irmão de Carlos Lacerda. (DULLES, 1996, p.407)

<sup>461</sup> O congresso teve escritórios em 35 países e patrocinou mais de 20 periódicos. Entre eles: *Preuves* (França, criada em 1951), *Encounter* (Reino Unido, 1953), *Der Monat* (Alemanha, criada anteriormente, em 1948, como um produto do Plano Marshall), *Tempo Presente* (Itália, 1956), *Quadrant* (Austrália, 1956), *Cuadernos* (América Latina, 1953) e *Cadernos Brasileiros* (Brasil, 1959). Segundo atesta Ridenti (2018), a sede do Secretariado Internacional do CCF localizava-se em Paris, onde se centralizava o trabalho de organização intelectual de seus periódicos. Segundo o autor, que realizou um estudo sobre os “Cadernos Brasileiros”, atesta que o seu primeiro número “teve tiragem de mil e quinhentos exemplares em 1959. Foi publicado trimestralmente e, posteriormente, bimestral a partir de 1963. Relatório apresentado ao CCF nos informa que foram impressos três mil exemplares do número 6 dos *Cadernos Brasileiros* (novembro-dezembro de 1963). Em 1966, a revista imprimia até cinco mil exemplares por edição, com distribuição nacional, mas concentrada principalmente na cidade do Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, segundo dados do arquivo do CCF.” (RIDENTI, 2018, p.351)

<sup>462</sup> Desde o início de suas atividades no Brasil, como no restante do mundo, uma suspeita acirrada sobre o Congresso pela Liberdade da Cultura e suas fontes de financiamento. Depois, vai se evidenciar os vínculos com o governo norte-americano e com a CIA. Cancelli (2012, p.87) vai analisar que “De uma maneira ou de outra, em que pesem as intrigas que existiam no interior do próprio CCF e do fato de serem evidentes suas ligações com os interesses do Departamento de Estado norte-americano, o papel do CCF foi preponderante na disseminação de ideias, modelos e comportamento. Acima de tudo, deixou marcas profundas na maneira de pensar e no ambiente intelectual e permitiu que se fossem construídas tradições intelectuais que se pretendiam independentes, modernas, democráticas e, muitas vezes, originais.”

<sup>463</sup> Keith Botsford foi um escritor vinculado a Universidades Norte-Americanas (Boston, Bard College) que trabalhou com o Congresso pela Liberdade Cultural passando três anos na América Latina, com sede na Cidade do México e no Rio de Janeiro.

<sup>464</sup> A “Cadernos Brasileiros” funcionava desde 1959 formado por Adonias Filho, Anísio Teixeira, Cassiano Ricardo, Celso Cunha, Eduardo Portella, Elmano Cardim, Érico Veríssimo, Eugênio Gomes, Evaristo de Moraes Filho, Gilberto Freyre, José Garrido Torres, Levi Carneiro, Manoel Bandeira e Mário Pedrosa. Segundo Ridenti (2018, p.353), “Around half came from Bahia, now settled in Rio de Janeiro, which suggests that they were friends of fellow Bahian, Afrânio Coutinho, the journal’s main articulator in artistic and intellectual spheres, while Baciú was responsible for day-to-day editorial work. All of them were involved in the literary world, four already belonged to the Brazilian Academy of Letters (ABL) and another four would later become ‘immortals.’”. Ridenti



Cabe dizer que a primeira edição dos Cadernos Brasileiros feita por Barretto teve como temática questões africanas<sup>465</sup> (1962), com a participação de Roger Bastide, Edison Carneiro, Manuel Diegues Júnior e José Honório Rodrigues, ou seja, intelectuais de diversas correntes de pensamento. Muito embora esta edição congregasse um interesse pela África e diferentes vieses políticos, inclusive mais à esquerda, em 1964, os editores da revista foram apoiadores do golpe – para eles, a “Revolução”.

Este agrupamento de intelectuais via CCF - mormente anticomunistas e defensores do liberalismo<sup>466</sup>, também alinhados à Democracia Cristã<sup>467</sup> - tinham vínculos com a União Democrática Nacional (UDN). É nesta rede que Senghor vai circular e criar vínculos, quando vem ao Brasil, entre eles Carlos Lacerda, Alceu Amoroso de Lima<sup>468</sup>, Afrânio Coutinho<sup>469</sup> e Vicente Barretto - ligados ao próprio Gilberto Freyre, que foi presidente do Comitê do CCF de Pernambuco e principal referência nas falas de Senghor no Brasil, conforme já visto.

Sabendo que o subgrupo instalado no Rio de Janeiro foi apoiador do Golpe de 1964, visto como “Revolução”, estes irão rapidamente romper com o regime após a prorrogação do mandato do General Castelo Branco, tendo suas expectativas frustradas de uma eleição democrática, cujo candidato apoiado seria o próprio Carlos Lacerda.

Percebe-se que este círculo de intelectuais torna-se o principal interessado na via do socialismo de Senghor, assim como foi seu principal divulgador no Brasil. Trazem ao debate no cenário político brasileiro, a arguição de Senghor e suas reflexões, quando este propôs um socialismo democrático, reiterando uma concepção francesa e voluntarista da nação dentro do

---

(2018) vai mostrar as diversas querelas dentro deste grupo em seu trabalho. A interferência de Bostford vai retirar Stefan Baciu, o editor da revista. Baciu, intelectual romeno que foi perseguido pelo governo e que exila-se e torna-se anticomunista, era vinculado também ao jornal de Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa*, desde 1953.

<sup>465</sup>Cancelli (2012, p.82) aponta uma das investidas do CCF no Brasil que foi o seminário “A Contribuição da Tradição Africana para a Música e a Arte do Século XX”, que fazia parte de uma “cruzada de investimentos sobre a questão racial que, no Brasil, vinha desde o financiamento das pesquisas da UNESCO, como apontaremos a seguir. Neste assunto em particular, O CCF e a “American Academie of Arts” realizaram, em setembro de 1965, a “International Conference on Race and Color”, de onde partiria a sugestão, em correspondência de 17 de setembro de 1965, de Louis Mercier (1914- 1917) a Vicente Barretto, de que Florestan Fernandes organizasse um seminário sobre a questão racial no Brasil.”

<sup>466</sup>Ridenti (2018, p. 365) sintetiza que “Though occupying a subaltern position in the international scenario and a secondary place in the Brazilian intellectual field, the journal conspicuously expressed the trajectory of certain liberal circles in diverse contexts, ranging from the explicit anti-communist positions widespread pre-1964 to the formulation of critiques of the military regime, even opening itself up to collaboration with young social scientists and others considered left-wing, though without losing the opportunities to adapt to those in power.”

<sup>467</sup> Segundo Dulles (1996, p.407) Barretto era genro do principal nome e ideólogo da Democracia Cristã no Brasil, Gustavo Curgão.

<sup>468</sup> Lembrando que foi Amoroso de Lima que recebe Senghor na Academia Brasileira de Letras, em jantar em homenagem ao senegalês, quando de sua viagem oficial ao Brasil, apresentado na Parte I deste trabalho.

<sup>469</sup> Afrânio Coutinho (1911- 2000) foi um professor, crítico literário e ensaísta baiano. Ocupou a cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras a partir de 1962. Foi vinculado à revista “Cadernos Brasileiros”.

escopo da evolução de um federalismo, ao mesmo tempo em que mantinha a crítica a Marx, assim como apresentava um forte ataque aos Soviéticos - no que tange à questão da liberdade.

A obra de Senghor “Um caminho do Socialismo” (1965) é apresentada pelo tradutor e organizador Barretto, ao leitor brasileiro, como:

Mas é sem dúvida um caminho certo para o socialismo do homem africano na síntese que preconiza da cultura europeia que veio com o colonialismo - mal histórico necessário - e da cultura autóctone dos povos negros, com seus valores políticos, étnicos, religiosos, intelectuais e sentimentais postos em evidência pela liberdade e pela independência.<sup>470</sup>

Através da leitura do “socialismo do homem africano”, evidencia-se o debate da pauta do federalismo, ao mesmo tempo que tocam na questão da mestiçagem, utilizando o caso do Senegal como exemplo para pensar o projeto político de Brasil. Pois Senghor, em teoria, mantém a defesa da “Cultura Ocidental” - o que, para o contexto do Brasil, traduz-se, para os seus intérpretes aqui postos, na relevância do legado da “colonização portuguesa”, aos moldes do que Gilberto Freyre postulava.

Intencionalmente, a obra de Senghor é traduzida e lançada no mesmo período e pela mesma editora que o livro “Palavras e Ação”, de Carlos Lacerda. São disponibilizados ao público leitor, após uma situação política específica: a prorrogação do mandato presidencial de Castelo Branco e a insatisfação do grupo com tal fato. Cabe ressaltar que “Palavras e Ação” é perpassada pela expressa contrariedade com os rumos que a “Revolução de 64” havia tomado, ou seja, traz ao conhecimento do público o fato de que Lacerda entendia-se como “futuro presidente” e esperava ser apoiado conforme prometido pelos militares, quando do retorno às candidaturas civis em um sistema democrático, projetada para 1966. Ele se coloca como a principal liderança política nacional, assegurando que foi por meio de sua ação e vontade política que o grupo que perpetrou o Golpe de 64 no Brasil teve sucesso.

Lacerda coloca a si mesmo, no primeiro capítulo intitulado “O que penso e o que farei”, como o “verdadeiro líder democrático” - ao mesmo tempo em que pretende demonstrar que sua possível candidatura à Presidência da República, pela União Democrática Nacional (UDN) representava uma continuidade da “Revolução de 64” - na expectativa de que setores militares apoiassem a abertura para as eleições presidenciais, contando que o golpe desembocaria em uma reabertura democrática - o que de fato não ocorreu.

---

<sup>470</sup> Apresentação na contracapa do livro: SENGHOR, L.S. Um caminho do socialismo. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965b.

Lacerda defendeu, neste período, a descentralização política do Estado Brasileiro como projeto nacional - caracterizando a centralização que se apresentava como “rotineira” e “asfíxiante” (LACERDA, 1965). Alegou que compactuava com o “velho ideal do municipalismo”, defendendo a delegação aos municípios um maior poder executivo e recursos transferidos a partir da União (LACERDA, 1965).

Ao postular esta ideia, propagandeia a sua ação de descentralização e desburocratização operada quando foi governador da Guanabara, visando dar maior autoridade ao funcionário público - aos “técnicos”. Neste escopo, coloca paralelamente, o exemplo das ações operadas no Senegal pelo Presidente Léopold Senghor, como exemplares para o Brasil. Lacerda (1965, p.5) diz que: “No Senegal esse lúcido homem de estado compreendeu que a revolução tecnológica é o único meio de fazer progredir uma nação atrasada” e que “para fazê-la é preciso preparar o pessoal, inclusive e principalmente para o serviço público”.

A partir da análise, entende-se melhor e pode-se interpretar que Senghor, ao criar vínculos e transitar neste grupo de intelectuais ligados ao CCF, foi convencido de que Lacerda seria o próximo presidente do Brasil - após o “previsto” retorno democrático - e por isso apostou em colocar o então governador da Guanabara como possível mediador da forja da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” a partir do Brasil. O contato de Lacerda com Senghor foi extremamente significativo e, por mais que as articulações realizadas entre os dois não obtiveram resultados práticos na época, o brasileiro, no exílio político, opta por fazer um “périplo africano” (1969).

### **4.3 A viagem ao continente africano e o projeto da comunidade**

Vê-se que o interesse de Lacerda pelas dinâmicas políticas do continente africano materializa-se em um périplo pela África (em 1969) concretizando reencontro com Senghor (no Senegal) e encontro tanto com General Spínola quanto com Amílcar Cabral (na Guiné). Sumariamente, objetiva-se entender como Lacerda se posicionou a respeito da guerra colonial - e como estes alinhamentos mudam ao longo do tempo - analisando a sua relação com Portugal. Trata-se de problematizar de que forma foi aprofundada a defesa da solução negociada para o conflito colonial - tensionando a mesma a partir do Brasil - ao articular a ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” divulgada por Senghor.

No início de 1969, Carlos Lacerda viajou para a Europa e em maio seguiu para a África como enviado especial dos jornais paulistas “O Estado de São Paulo” e “Jornal da Tarde”. Já no dia 8 de maio de 1969, o “Jornal da Tarde”, em circulação na cidade de São Paulo, lança

matéria de capa divulgando a empreitada do agora “correspondente internacional” Carlos Lacerda, que tinha a intenção de realizar uma “Radiografia da África Negra”, título da matéria.

Lacerda pretendeu visitar trinta e três países no continente africano durante dois a três meses buscando enfocar o “surgimento de novas nações independentes” e “mostrar ao público brasileiro a realidade econômica, política e social das antigas colônias europeias, analisando-as em múltiplos aspectos”<sup>471</sup>, assim como expor a diversidade de cada país africano - suas “características próprias, desde a sua formação tribal até a formação dos seus líderes, não só os políticos e burocratas, mas também os da iniciativa privada.”<sup>472</sup>.

Apresenta a lista de países a serem visitados: Senegal, Mauritânia, Alto Volta, Mali, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, Nigéria, Camarões, República Centro-Africana, Tchad, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, Congo, Burundi, Uganda, Quênia, Sudão, Etiópia, Somália, Tanzânia, Madagascar, Maurício, África do Sul, Rodésia, Zâmbia, Botswana e Lesoto<sup>473</sup>.

Cabe dizer que Lacerda falava e escrevia fluentemente em francês e inglês, o que facilitou a comunicação do mesmo com as personalidades ao qual teve contato e entrevistou. Também é necessário ponderar que, na maioria das matérias, o jornalista brasileiro não transcreveu na íntegra as entrevistas, portanto, os textos expressam uma interpretação do mesmo a respeito do que os entrevistados proferiram - somente foi encontrada a transcrição de uma entrevista de Senghor. Assim, neste trabalho, analisaremos as matérias a respeito da geopolítica de um espaço geográfico específico do continente, ao qual Lacerda buscou percorrer: Senegal e Guiné Portuguesa, com foco na questão da descolonização da chamada “África Portuguesa”.

Logo de início, no dia 23 de Maio de 1969, Lacerda desembarca no Senegal<sup>474</sup>, “porta de entrada para o continente”<sup>475</sup>. Foi convidado especial do presidente senegalês, Léopold Senghor. Retornou ao Senegal novamente em Setembro de 1969, momento ao qual conhece o território para além de Dakar, indo para o Sul na região de Casamance. Segundo relato, nos primeiros dias da viagem, em sua primeira estadia em Dakar, o jornalista Lacerda fez uma

---

<sup>471</sup> LACERDA, Carlos. Radiografia da África Negra. Jornal O Estado de São Paulo, 8 de Maio de 1969, p.1.

<sup>472</sup> Ibid.

<sup>473</sup> Pode-se ver que as reportagens de Lacerda a respeito dos diferentes países, assim como seus registros de viagens e entrevistas são, em seu conjunto, rica fonte de pesquisas históricas. Porém, pelo viés e objetivos desta tese, não se pretendeu analisar todo o material em sua totalidade e sim, focar em sua viagem ao Senegal e a Guiné enquanto colônia portuguesa visitada. Uma questão em aberta a ser pesquisada são as razões de Lacerda não ter ido nem a Angola nem a Moçambique.

<sup>474</sup> Lacerda desembarca no Senegal. Jornal O Estado de São Paulo, 23 de Maio de 1969, p.8.

<sup>475</sup> Lacerda desembarca no Senegal. Jornal O Estado de São Paulo, 23 de Maio de 1969, p.8.

entrevista oficial “de aproximadamente uma hora”<sup>476</sup> com o presidente Senghor pontuando que “nossos encontros, vários, duraram mais”<sup>477</sup>. Também diz que “não falamos só da África Portuguesa. Mas foi por aí que começamos”<sup>478</sup>

Lacerda pontua que Senghor, a respeito das colônias portuguesas, apresentou que:

“Com o risco de ser interpretado como fraqueza ou indício de capitulação, esse homem de estado da África Negra não teme afirmar a sua convicção de que uma negociação ainda é possível, conveniente a todos, em vez do prosseguimento de uma luta armada. Não opino agora, registro apenas”<sup>479</sup>

O correspondente brasileiro vai dizer que este posicionamento de Senghor se relaciona com uma orientação ao qual ele já aplicou no Senegal - remetendo à Comunidade Francesa. Também pontua o aspecto positivo da assistência técnica e da cooperação econômica da França - que “alguns diriam domínio”<sup>480</sup>. Neste sentido, apresenta que esta era política recomendada por Senghor para o Ultramar Português.

Assim, Lacerda avalia que naquele momento “Portugal está numa posição militar de força para negociar”<sup>481</sup>, dizendo que a ocasião é propícia, pois tende, no campo militar, para Portugal. Aponta que, naquele momento, Portugal teria mudado, ou seja, estaria no poder um suposto “partido da guerra” que “se satisfaz com ela”<sup>482</sup>: trata-se de uma crítica ao governo de Caetano. Assim, Lacerda colocou-se ao lado dos que pretendem transformar o “Império Português” em uma “Comunidade de Nações”<sup>483</sup>, em “associação” ou “confederação”. Segundo ele, há um “gesto africano”<sup>484</sup> em direção a Portugal, capitaneado pelo Presidente Senghor.

Pode-se ver que foi Lacerda quem colocou em pauta na imprensa novamente, em 1969, a questão da comunidade como solução negociada para a guerra colonial portuguesa, trazendo Senghor como o arauto e exemplo desta proposta, circulando entre o Senegal e a Guiné com esta pauta<sup>485</sup>. Lacerda também escreve sobre sua ida para a região de fronteira entre o Senegal e a Guiné, Casamance. Este analisa que aquela região que comporta Senegal, Gâmbia e Guiné

---

<sup>476</sup> LACERDA, Carlos. Líder Africano abre caminho a Portugal. Jornal O Estado de São Paulo, 25 de Setembro de 1969, p.1.

<sup>477</sup>Ibid.

<sup>478</sup>Ibid.

<sup>479</sup>Ibid.

<sup>480</sup>Ibid.

<sup>481</sup>Ibid.

<sup>482</sup> Ibid.

<sup>483</sup> Ibid.

<sup>484</sup> Ibid.

<sup>485</sup> Cabe dizer que neste momento, Spínola ainda não fez a defesa pública da “Comunidade Lusíada” - a qual somente vai se realizar em 1972-1973.

fazem parte de uma mesma região - tratada como Senegâmbia. Relata que presenciou o discurso do Presidente Senghor em Oussouyé - capital de Casamance - dizendo que este “falou por cima da fronteira, para ser escutado na Guiné e, dali, em Lisboa”<sup>486</sup>.

Na ocasião, disse Senghor:

O problema não consiste em expulsar da África nem a língua portuguesa nem as pessoas portuguesas. Trata-se nesse decênio das independências africanas, de mudar as relações entre os colonizados, substituir as relações de domínio pelas de igualdade, as relações de ódio pelas de amizade, numa palavra, substituir a guerra pela cooperação.<sup>487</sup>

Lacerda também relata seu contato com Amílcar Cabral:

Estive com Amílcar Cabral quando fui ao Senegal, e lembro de ele me dizer que ele preferia continuar a sua relação com Portugal embora como um governo autônomo, do que virar um súdito, vassalo, satélite dos Estados Unidos ou Rússia. (LACERDA, 2013, p.243)

Em suma, Carlos Lacerda busca constantemente pontuar as “forças políticas” e “homens de estado” - tanto Senghor como Cabral - que lutam ou aceitariam uma solução pacífica. Diz que apesar de discordar do viés marxista do movimento de libertação na Guiné, o PAIGC, concorda com a abertura de Portugal para negociação com líderes africanos - apontando para os benefícios inclusive ao Brasil, se esta negociação pela via da Comunidade fosse efetivada. Ao criticar o viés comunista, coloca que os partidos ao se vincularem com os Soviéticos e Chineses, estariam tornando-se “satélites” e não conquistariam sua real independência. Argui que:

É muito melhor para os Angolanos e Moçambicanos estarem ligados ao mundo junto com Portugal, do que se transformarem em pequenos satélites das grandes potências. E para nós, para o Brasil, quanto menos satélites houver, melhor, porque acelera o caminho do país para ser uma grande potência sem satélite. É preciso um esforço de compreensão do Brasil para não se deixar levar pelo simplismo das formas políticas prontas. (LACERDA, 2013, p.243-244)

Assim, trata as independências africanas vinculadas à comunidade não como “novos brasis em África” - mas sim obtendo um resultado ainda mais salutar, por uma independência baseada na Commonwealth, ou seja, que:

---

<sup>486</sup> LACERDA, Carlos. Líder Africano abre caminho a Portugal. Jornal O Estado de São Paulo, 25 de Setembro de 1969, p.1.

<sup>487</sup> Ibid.

A independência de Angola e Moçambique podem ser muito melhor que a nossa, pois ficamos esses anos todos para nos afirmar como país. Eles podem se afirmar mais cedo, se encontrarem uma fórmula, por exemplo, como a Índia encontrou.

[...]

A Índia vive na Comunidade Britânica. A Austrália e o Canadá também, eles deixam de ser países por causa disso? Deixam de ter autonomia por viver numa comunidade de nações, ou porque a rainha da Inglaterra existe? Dentro da Comunidade Britânica há países que conhecem a Rainha, outros que não, mas os seus interesses e a sua política estão ligados à política da Inglaterra, e a ideia de que a independência já é possível se cada país foi hostil ao outro é uma ideia superada. (LACERDA, 2013, p.244)

Desta forma, Lacerda vai ser um defensor, a partir do Brasil, da forja da Comunidade de países de língua portuguesa, atrelando assim, as suas defesas de Portugal e das benesses da cultura portuguesa espalhadas pelo globo (por via da colonização) com o seu posicionamento anticomunista ferrenho. Neste sentido, denunciava que, se o Ultramar voltasse as costas à Portugal, estas se transformariam em “colônias” de outras potências e se tornariam “repúblicas racistas” e “anti-democráticas”<sup>488</sup>.

Em sua “radiografia”, avaliou e denunciou que a Guiné, em tornando-se independente de Portugal pela via armada, naquele contexto, tornar-se-ia um satélite da Guiné de Sékou Touré e necessariamente do bloco soviético, assim como Angola tornar-se-ia subordinada aos interesses das empresas multinacionais do petróleo. De igual maneira, em seu juízo, Moçambique, se fosse mantido alguma integridade territorial no caso de uma separação com Portugal, tornar-se-ia uma República dividida entre a União-Sul-Africana e a China Maoísta, por via da Tanzânia.

Cabe dizer que foi em entrevista para Lacerda que Senghor defende novamente (em 1969) de forma pública a questão da Lusofonia, reiterando o conceito proferido por ele, em seus primórdios, na Universidade Federal da Bahia (em 1964). Senghor diz em entrevista a Lacerda, em seu gabinete na cidade de Dakar que:

Existe, no antigo Império Britânico, a Comunidade Britânica de Nações, a Commonwealth. Existe a Francofonia, isto é, o conjunto de antigas colônias transformadas em nações de idioma francês. Amanhã pode existir a Lusofonia, isto é, uma comunidade de nações de idioma português.<sup>489</sup>

---

<sup>488</sup> LACERDA, Carlos. Líder Africano abre caminho a Portugal. Jornal O Estado de São Paulo, 25 de Setembro de 1969, p.1.

<sup>489</sup> Ibid.

Portanto, a ideia da Lusofonia - assim nominada - e da possível formação de uma comunidade lusófona - sinônimo de um “Mundo Lusófono” - viaja com Lacerda entre Senegal e a Guiné, no momento em que este brasileiro, muito articulado, transita em contatos com Senghor, Cabral e também o General Spínola. A ideia de uma Comunidade entre Portugal, Brasil e as Províncias Ultramarinas<sup>490</sup> também perpassa os vínculos entre Carlos Lacerda e o referido General Português em um contexto de avanço da luta anticolonial promovida pelo PAIGC na Guiné.

Por fim, sabe-se que Lacerda não chega a completar todo o itinerário a qual se propunha. Retorna ao Brasil, justificando o mesmo “por conta da morte de um amigo” (LACERDA, 2013), instalando-se no Rio de Janeiro e tocando empresas de sua propriedade, como as Companhias Crédito Novo e Construtora Novo Rio, assim como nas Editoras Nova Fronteira e Nova Aguillar. Nos anos subsequentes, acaba por ser o principal editor de literaturas africanas, assim como se manteve como comentarista dos acontecimentos políticos em Portugal<sup>491</sup> no que tange à guerra colonial. Dentre as obras colocadas em circulação no Brasil por Lacerda destaca-se “Portugal e o Futuro”<sup>492</sup> (1974), de autoria do General Spínola com prefácio à edição brasileira escrito por Lacerda<sup>493</sup> e “Lusitanidade e Negritude” (1975), de autoria de Léopold Senghor em edição brasileira dedicada à Gilberto Freyre.

---

<sup>490</sup> Cabe retomar que a ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” havia sido apresentada para Lacerda em 1964 por Senghor, quando esteve no Brasil, porém, naquela conjuntura, era bastante improvável a abertura de Salazar, para este tipo de negociação, tendo em vista a defesa da unidade da Nação Portuguesa. Assim, com a tentativa de liberalização do regime, feita por Marcello Caetano, após morte de Salazar (1968), percebendo o arrefecimento da guerra colonial, representavam um novo contexto do qual Lacerda observava - porém, agora não mais estava ocupando posição de poder no governo brasileiro. Consequentemente, o debate sobre o projeto estava presente e poucos anos depois (após a viagem de Lacerda entre Senegal e Guiné, em 1969), ocorrem as primeiras aproximações entre Senghor e Spínola, para tratar das negociações para uma solução pacífica que projetava futuros para Portugal e o Ultramar.

<sup>491</sup> Percebe-se que, após a viagem de 1969 e os contatos com Spínola desenrolados nos anos subsequentes, Lacerda retroage o seu apoio ao governo de Portugal, apontando, no prefácio de “Portugal e o Futuro”, o “imobilismo de Portugal” na “obstinação de continuar a guerra sob as condições impostas por um regime que manda o povo guerrear mas se recusa a deixá-lo decidir”. Assim, apoia totalmente a proposta de Spínola - atacando o governo de Caetano por proibir a disseminação das ideias de Spínola, e do próprio livro, no Ultramar. Trata a proposta de Spínola - sobretudo a proposta do referendo - como um dos passos a serem efetivados para, futuramente, construir uma “confederação dos povos de língua portuguesa, em cinco continentes plantados e caracterizados por um certo tipo de cultura que tem na mestiçagem racial e cultural a sua primeira e principal contribuição ao mundo.”

<sup>492</sup> Sobre a referida obra há a dissertação de mestrado escrita por Viviane Alves Chaves (2020) “Spínola, “Portugal e o futuro”: e a utópica comunidade luso afro brasileira” na qual a autora problematiza a obra a partir de uma perspectiva de história intelectual. <Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9387>>.

<sup>493</sup> Lacerda, em prefácio à versão brasileira da obra, diz que: “Voando sobre o estreito do Atlântico Sul, que coloca tão perto do Brasil as lutas na África, li este livro. Desembarquei no Rio convencido de que, mais uma vez, uma ideia irá mudar o curso da história.” Assegura que a proposta de Spínola é uma “versão nova” da “Comunidade Britânica, à moda portuguesa” que será feita por um referendo - “mediante voto direto dos portugueses de todas as cores e condições” para permanecerem “unidos” em uma Federação de Estados Autônomos, sendo esta uma prova ao “espírito português”. Assim, Lacerda retoma que a ideia da Comunidade já estava em circulação nos primeiros anos na década de 60, período tratado como ideal para sua implementação, devido a conjuntura internacional e a fase inicial dos conflitos coloniais que depois se acirraram. Coloca que a Comunidade Luso-Afro-Brasileira está sendo “esboçada”, sendo agora o momento da “verdade”.



## 5. DIÁLOGO II

### **Amílcar Cabral e Léopold Senghor (1969-1973)**

Amílcar Lopes Cabral (1924-1973) nasceu em Bafatá, na Guiné Portuguesa, filho de um cabo-verdiano e uma guineense de ascendência cabo-verdiana, histórico familiar que ressalta a sua dupla relação e seu trânsito entre o território insular e o continental, os quais passou sua infância e adolescência, até mudar-se para a Metrópole, em 1945, completando seus estudos superiores no Instituto Superior Agronomia, em Lisboa. Amílcar torna-se um dos principais líderes do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde, respeitado internacionalmente como político e intelectual que foi. Sua trajetória tem sido estudada (TOMÁS, 2007; SOUSA, 2011; SANTOS, 2014; MENDY, 2019) e analisada por diferentes vieses historiográficos, políticos, filosóficos, afetivos, militantes, entre outros.

Considerando os múltiplos olhares já produzidos sobre Amílcar Cabral, pretende-se trabalhar com um recorte no que tange às relações de Amílcar Cabral com Léopold Senghor, concernentes aos pontos de contato, assim como as consonâncias e dissonâncias em suas concepções políticas ao observar a possível conformação da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”/”Lusofonia” como solução política para a guerra colonial. Assim, trata-se nesta parte do diálogo entre Léopold Senghor e Amílcar Cabral a partir de (5.1) Apresentação de Amílcar Cabral em digressões: Negritude e os movimentos de libertação das colônias portuguesas; (5.2) Senghor-Cabral/Senegal-Guiné: análise de correspondências e (5.3) A “luta política”, a língua portuguesa e o projeto da comunidade.

#### **5.1 Apresentação de Amílcar Cabral em digressões: Negritude e os movimentos de libertação das colônias portuguesas**

Entende-se que entre Amílcar Cabral e Léopold Senghor há diversas intersecções que perpassam temporalidades. Tocam-se no plano intelectual, quando olhamos para a década de 40 e para os debates propostos pelo Movimento da Negritude e pela *Présence Africaine*; e, em mais recente conjuntura, quando ambos assumem lideranças políticas. Em consonância com isso, trata-se de realizar algumas breves digressões no tempo no que tange ao recorte proposto (1969-1973) para melhor entender os pontos de convergência e divergência entre Cabral e Senghor - pontuando os seus olhares sobre a questão cultural.

A primeira digressão nos leva para o ano de 1945: marco temporal em que Senghor torna-se deputado pela Assembleia Nacional Francesa, adentrando oficialmente na carreira política; mesmo período em que Amílcar Cabral muda-se para Lisboa com fins de estudar no Instituto Superior de Agronomia. Tal é o contexto de encerramento da Segunda Guerra Mundial e inauguração de uma nova conjuntura geopolítica mundial.

Cabral, como estudante em Lisboa, foi marcado pela vivência na Casa dos Estudantes do Império<sup>494</sup> - sobre a qual discorreu-se na Parte I deste trabalho - fazendo parte do que depois será chamado a “Geração dos Mais Velhos”, grupo fortemente influenciado pelas pautas do Movimento da Negritude de expressão francesa<sup>495</sup>, assim como pelos ideais Pan-Africanistas (CASTELO E JERÓNIMO, 2017. MARTINS, 2017). Estas inspirações desembocam na experiência do Centro de Estudos Africanos<sup>496</sup>. Tal ocorre concomitante ao lançamento da Revista e Editora *Présence Africaine*<sup>497</sup>, em Paris, espaço de circulação de intelectuais e ideias, que foi fundamental para a construção dos movimentos de descolonização, do qual Senghor foi um ativo membro.

A segunda digressão nos leva ao ano de 1952, quando Cabral retorna, após formar-se em Agronomia, para a Guiné Portuguesa, por meio de contrato do Ministério do Ultramar para

---

<sup>494</sup> Cabral foi bolsista da Casa dos Estudantes do Império (CEI): participou de atividades realizadas entre 1947 a 1951. Desempenhou funções como Secretário da Direção de Seção das Ilhas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé, e veio a assumir a vice-presidência da CEI em 1951. Foi co-fundador e colaborador da Revista “A Mensagem” editada pela CEI a partir de 1947 a 1952. Sobre a trajetória da Casa dos Estudantes do Império, Pires Laranjeira (1995) apresenta um apropriado panorama histórico a respeito da instituição e dos membros que por lá passaram. Realiza um apanhado de produções textuais de caráter literário e político. Em concordância com os dados apresentados por Laranjeira (1995), Castelo (2011) também produziu um estudo de caráter geral a respeito da experiência da CEI com vista a problematizar a memória desta instituição. A Casa dos Estudantes do Império também é abordada a partir de estudos que investigam a trajetória das elites africanas que forjaram os processos de independência dos países colonizados por Portugal e dos respectivos partidos tal como de Mateus (1999) e de Santos (2014).

<sup>495</sup> Estudos que se debruçam sobre a influência da Negritude na CEI foram realizados por Pires Laranjeira, sobretudo em sua tese de doutorado, que perscruta a questão da perspectiva da literatura (LARANJEIRA, 1995). Sobre meandros da história da CEI utilizamos como referência Castelo e Jerónimo (2017) e Martins (2017).

<sup>496</sup> Um núcleo de estudantes que pertenciam a CEI, entre eles, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Alda Espírito Santo, Francisco José Tenreiro, em 1951 criaram o Centro de Estudos Africanos, grupo que funcionou até 1953, na forma de Seminários na casa da família Espírito Santo, oriunda de São Tomé e Príncipe. Capitaneados por Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade foi elaborado um plano de trabalho, dividido em três vias: “A Terra e o Homem”, direcionada para o estudo geral do homem e do meio envolvente, “A Socio economia africana”, ligada ao estudo da África e as questões econômicas do continente e “As questões do homem negro: o pensamento negro”, que abordavam o negro no mundo e o negro como colonizador do novo mundo assim como os problemas centrais para o progresso/desenvolvimento. Foi no CEA que Cabral teria sido introduzido ao pensamento da *Négritude*. Uma outra iniciativa do Centro resultou no caderno Poesia Negra de Expressão Portuguesa, em 1953, e foi organizado por Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade.

<sup>497</sup> Alguns membros do CEA como, Amílcar Cabral, Alda do Espírito Santo, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro, e Mário Pinto de Andrade, tiveram trabalhos publicados na edição especial da revista *Présence Africaine* (Les Étudiants noir Parlent). Nesta feita, Amílcar Cabral publica “O papel do estudante africano”, onde diz que: “Agora é um novo negro que surge entre duas guerras, consciente dos problemas e da sua particular alienação, alienação colonial e reivindicada o seu lugar nos quadros da vida econômica, social e política” (CABRAL apud LARANJEIRA, 2000, p.14).

exercer a função de “Adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais na Guiné” e vincula-se ao Centro de Estudos da Guiné Portuguesa<sup>498</sup>, sendo o responsável pela produção de um Censo Agrícola da Província da Guiné. A supracitada experiência foi fundamental para o conhecimento do território e das populações e suas especificidades<sup>499</sup> - até ser enviado para Angola em 1956, onde realiza trabalhos na área de sua especialidade, pedologia, a serviço de grandes companhias angolanas.

O período em que Amílcar Cabral trabalhou no recenseamento agrícola da Guiné é bem analisado pela historiografia (TOMÁS, 2018; SANTOS, 2014; MENDY, 2019). De igual forma, é considerado como fundamental para a formação política de Cabral e para futura a organização da luta de libertação nacional em termos estratégicos<sup>500</sup>. Outro aspecto importante, também ressaltado por Neves (2018), é a construção da noção de “povo”<sup>501</sup> em Cabral: esta é definida, de fato, nos estudos agrários realizados por ele. Nestes escritos, ele aponta que a população é a maior riqueza de uma terra<sup>502</sup>, na medida em que desenvolve sua capacidade de trabalho e de produção.

Exemplarmente, Cabral toma a monocultura como uma metáfora da ditadura em Portugal, argumentando que, à semelhança do amendoim (que era a monocultura colonial na Guiné), o regime colonial não permitiria o cultivo de outros tipos de “cultura”<sup>503</sup> - no sentido agrário e antropológico. Ao olhar para o discurso, percebe-se que Amílcar ilumina a relação de

---

<sup>498</sup> O histórico de criação do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa foi estudado por mim durante o mestrado (SCHOLL, 2017). Sobre a inserção de Cabral enquanto membro do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e as relações travadas com os outros intelectuais da colônia neste período, considera-se um ponto importante, pois esta instituição foi locus de penetração do lusotropicalismo desde sua fundação (SCHOLL, 2017). Ao longo da segunda metade da década de 50 é possível perceber uma intensificação das interpretações científicas com base na obra de Gilberto Freyre para o contexto da Guiné, incentivadas sobretudo por Avelino Teixeira da Mota. Cabe ressaltar que há uma relação próxima entre o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e o Instituto Francês da África Negra (IFAN), no Senegal. De forma que os processos históricos que ocorrem na colônia francesa reverberam na Guiné Portuguesa, tanto a nível de produção científica como na esfera política.

<sup>499</sup> Santos (2014) e Neves (2017) apresentam este retorno de Cabral à Guiné e Cabo Verde como uma “descoberta da África Negra” pois Cabral era um homem altamente ocidentalizado, membro de uma elite nativa, ou seja, um “assimilado”. Em decorrência deste fato, quando retorna à Guiné para trabalhar como agrônomo em uma missão que demandou viagens por todo território continental da Guiné Portuguesa, Cabral vislumbra de fato a “África Negra” que antes fora apenas teorizada com inspiração no pensamento da negritude.

<sup>500</sup> Neves (2018) aponta que o Plano de ação militar com tessitura de redes econômicas, sociais e culturais que sustivessem os guerrilheiros do PAIGC foi possível pelo período em que Cabral “conheceu” a Guiné.

<sup>501</sup> Neves (2018) também aponta e debate que a concepção de povo em Cabral se aproxima do estilo maoísta, quando coloca este como portador de uma identidade cultural e política.

<sup>502</sup> A noção de que o “povo” (ou as “gentes”) são a maior riqueza da Guiné também é aparente nos discursos de António de Spínola e Sarmiento Rodrigues, conforme mostrado na parte anterior deste trabalho.

<sup>503</sup> Cabral publicou alguns escritos nos Boletins Culturais da Guiné Portuguesa (Edição 36), quando estava vinculado ao Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Sabe-se que a agricultura, naquele período, estava mormente baseada na produção de arroz para autoconsumo e na produção de amendoim para exportação. Portanto, Cabral usa o amendoim como metáfora, também apontando que a monocultura promovida pelos colonialistas acabaria por degradar os solos. A utilização das metáforas com base em questões agrícolas foi presente durante toda a vida de Cabral, assim como o pensamento sobre os desafios políticos da independência em busca de um desenvolvimento centrado na agricultura para a Guiné.

suas teorias com o cotidiano, na busca de construir a percepção e um discurso de que a libertação nacional seria um “acto de cultura”.

Em uma perspectiva cruzada, neste período inicial, em que Cabral está na Guiné, Senghor está no Senegal, como deputado, atuando em prol da autonomia das colônias. Na década de 50 já havia rompido com os Socialistas Franceses e criado, junto a Mamadou Dia, o “Bloc Démocratique Sénégalaise” (BDS), dando prioridade às pautas e alianças nas zonas rurais, ao mesmo tempo em que criava laços com as autoridades locais e tradicionais. Na eleição francesa de 1952 - ano em que Cabral rumo para a Guiné -, o BDS ganha em todos os distritos, exceto em Dakar (OSEI, 2012), representando o principal partido com pauta voltada às autoridades tradicionais do mundo rural e com as Confrarias Muçulmanas (BEHRNMAN, 2013).

Tanto para Senghor quanto para Cabral, neste período, construía-se a perspectiva de que a autodeterminação é elucidada processualmente quando um povo olha para sua história. Neste sentido, ambos concebem que dever-se-ia utilizar ou selecionar as partes benéficas da cultura dos “europeus” – portugueses, franceses, etc - assim como do colonialismo em África.

Em Senghor, há uma análise da questão posta a partir do termo “fato colonial”: este seria inerente ao desenvolvimento histórico. Portanto, é mediado pelo contato (que possibilita a “métissage” cultural e biológica). Em suas palavras: “contact de deux civilizations, cela me semble être la définition la meilleure du problème. C’est en tout cas, sous cet angle que nous voulons l’examiner”<sup>504</sup> (SENGHOR, 1964b, p.40).

Já a partir de Cabral desenvolvia-se a noção utilitária a respeito do colonialismo e de sua respectiva cultura colonial. Segundo Cabral, a liquidação da cultura colonial se daria com uma seleção entre “o que presta” do que “não presta”, pois “o colonialismo não tem só coisas que não prestam”<sup>505</sup>, arguindo que “a nossa cultura não é a cultura dos portugueses, embora ela tenha hoje em dia alguma influência da cultura dos portugueses”<sup>506</sup>.

Assim, em Cabral, a luta anticolonial se desenvolve com uma visão clara sobre a importância da cultura, pois, segundo defende, “nós queremos ser nós mesmos, africanos da Guiné e Cabo Verde e não portugueses”<sup>507</sup> e esta subjaz a luta. Ao olhar para a cultura e apontar para os “aspectos positivos e negativos”<sup>508</sup> da mesma, valendo este juízo tanto para a cultura

<sup>504</sup> Tradução livre: “O contacto de duas civilizações, parece-me ser a melhor definição do problema. Esta é a maneira que queremos ver as coisas de qualquer maneira. ”

<sup>505</sup> CABRAL, Amílcar. “A Resistência Cultural”. Seminário dos Quadros do Partido em 1969. S/P. Documento do CDOC 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

<sup>506</sup> Ibid.

<sup>507</sup> Ibid.

<sup>508</sup> Ibid.

“africana” quanto para a “portuguesa”. Consequentemente, postula-se necessário selecionar aspectos e forjar uma “nova cultura” - que seria nacional.

Em paralelo, também Senghor, no contexto do Senegal, argui que é necessária uma análise da “realidade africana” (SENGHOR, 1965b) - sendo esta realidade também cultural - propondo um “inventário da cultura”, com fins de arquitetar um socialismo de viés africano junto à construção nacional, ou seja, ele tem em vista edificar um projeto que articula os pressupostos da “negritude”, considerando os “valores culturais” da África Negra. Para o senegalês, a independência cultural é “o requisito necessário para as outras independências” (SENGHOR, 1965b, p.59).

Por este caminho é que Senghor vai propor a necessidade do tríplice inventário, ou seja, a encomenda de um estudo pormenorizado com fins de construir um plano de desenvolvimento, investigando “(1) civilização tradicional; (2) impacto do colonialismo e da civilização francesa; (3) recursos econômicos, necessidades e potencialidades” (SENGHOR, 1965b, p.59), arguindo que “desta forma, estaremos pondo em prática a lição do socialismo”<sup>509</sup> (SENGHOR, 1965b, p.59).

Portanto, há a convergência entre Senghor e Cabral, pois ambos têm um olhar específico para a cultura, apresentando uma visão utilitária dos legados do colonialismo. Tal elemento se materializa nos projetos de nação, quando evidenciam o lócus da “ciência” nesta construção, designando uma estreita relação entre educação e cultura, desenvolvimento científico local e desenvolvimento econômico nacional.

---

<sup>509</sup> Em sua visão, o inventário a respeito da civilização tradicional já foi começado pelos etnólogos no período colonial e será continuado pelos mesmos após a independência, através da manutenção da estrutura do IFAN e de projetos de educação. O segundo inventário será feito pelos sociólogos, com um olhar para a questão da mestiçagem e da simbiose entre as culturas. E, por fim, a questão premente da economia será confiada a técnicos que farão a “planificação racional e dinâmica”.

## 5.2 Senghor-Cabral/Senegal-Guiné: análise de correspondências

Objetivando aprofundar a compreensão da relação intelectual e política entre Cabral e Senghor, considerou-se de extrema importância problematizar o lugar do Senegal – enquanto estado nacional cujo território é fronteiro a Guiné – para o desenrolar da guerra anticolonial, avaliando a capital Dakar como um importante “centro de irradiação”<sup>510</sup> dos movimentos nacionalistas das Colônias Portuguesas. Para tal, utiliza-se como fonte as correspondências trocadas entre Amílcar Cabral e Léopold Senghor<sup>511</sup>, durante a década de 1960, olhando para que tipo de articulações políticas foram perpetradas entre os dois neste período. Através desta análise procura-se avaliar como a disposição de mediação, por parte de Senghor, foi sendo construída e colocada para ambos os lados do conflito - o PAIGC e o Governo Provincial da Guiné - averiguando os interesses geopolíticos senegaleses na região, cuja rivalidade com Sékou Touré, da Guiné Conacri, transparece.

O espaço de fronteira da Guiné com duas colônias francesas que tiveram processos de independência paralelos por escolhas opostas, em 1960, assim como os distintos alinhamentos em um mundo que se apresentava polarizado, colocam o Senegal e a Guiné Conacri - e também Léopold Senghor e Sékou Touré - em posições rivais - e em projetos concorrentes. Sabe-se que a organização do PAIGC não se concentrava na Guiné então “Portuguesa” e havia células importantes em países vizinhos já independentes - mormente nas capitais: Conacri e Dakar.

No Seminário dos Quadros do Partido, em 1969, Cabral relembra sobre Dakar:

Eu, se quisesse, em 1960, era chefe de todos os movimentos de Dakar, eu podia uní-los atrás de mim. Mesmo o nosso camarada, Luiz Cabral, quando saiu e chegou ao Senegal, reuniram-se com ele e puseram-lhe o problema: Deixa o PAIGC, trabalha conosco e fica como nosso chefe. Respondeu-lhes que não lhe dissessem isso porque ele era PAIGC. Desde esse dia eles foram seus inimigos [...] Porque nós não aceitamos oportunismo de maneira nenhuma, negamos o oportunismo, camaradas. (CABRAL, 1969, p.15)

Cabral refere-se aos diferentes movimentos que surgiram em Dakar após a independência do Senegal, em 1960<sup>512</sup>, considerando que havia uma grande comunidade

<sup>510</sup> Expressão usada por Marcelino dos Santos nas correspondências consultadas para este trabalho presentes no Fundo Amílcar Cabral do Arquivo disposto pela Fundação Mário Soares.

<sup>511</sup> Correspondências disponíveis no Fundo Amílcar Cabral do Arquivo disposto pela Fundação Mário Soares.

<sup>512</sup> É importante ressaltar que neste contexto de 1960: “entre Londres e Conakry, de Pequim à sede da ONU, este ano de 1960 será marcado pela denúncia internacional do colonialismo português e pela imposição do PAI. Depois, em outubro de 1960, na Conferência de Quadros das Organizações Nacionalistas, realizada em Dakar, o PAI altera definitivamente a sigla para PAIGC (sobretudo por duas razões: por um lado, para reafirmar a política de Unidade Guiné-Cabo Verde; por outro, para se demarcar do PAI senegalês, cujo dirigente Majhemout Diop fora detido) e prepara a luta total pela independência.” (SILVA, 2006, p.18)

caboverdiana e também guineense, radicada há décadas na capital senegalesa (LOPES, 1995). Um destes, de maior expressão, é o MLGC (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde), assim como em Conacri, o MLG (Movimento de Libertação da Guiné).

Cabral segue:

Fizemos o esforço e tivemos paciência, determinação, persistência, para conquistar o povo do Senegal, apesar de toda a resistência do Senegal, apesar de toda a negação do Senegal, apesar de o Senegal ter criado ‘movimentos’ contra o nosso Partido. E depois de tantos anos de trabalho, chegamos a um acordo com o Governo do Senegal. Grande vitória no quadro de nossa resistência política e que temos que reforçar cada dia mais. (CABRAL, 1969, p.15)

Ao analisar historicamente o contexto, Mendy e Lobban Jr (2013, p.372) apontam:

During the armed national liberation struggle in Guinea-Bissau, the senegalese capital of Dakar became a very important place for encounters between the numerous Bissau-Guinean nationalist movements, where some of them were formed, including the Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné-Bissau (FLING), even though the government of President Léopold Senghor was a rather reluctant supporter of the Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Nevertheless, the PAIGC maintained nonmilitary bases in Kolda e Ziguinchor. On the other hand, some of 50000 Bissau-Guinean refugees fleeing the devastations of war settled in Senegal, mainly in the Casamance region.

While Senegal had been viewed with suspicion by the PAIGC during the war years, relations became warm and friendly after independence.<sup>513</sup>

Assim, escrutinar a luta do movimento de libertação da Guiné Portuguesa e Cabo Verde a partir das articulações políticas realizadas na cidade de Dakar, capital do Senegal, é fundamental. Também se trata de debater a relação entre Amílcar Cabral, líder do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, com Léopold Senghor, presidente do Senegal, problematizando, a partir da análise das trocas de correspondências entre estes dois intelectuais nos anos 1961 a 1969, o apoio de Senghor aos movimentos de libertação nas colônias portuguesas.

---

<sup>513</sup> Tradução Livre: “Durante a luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau, a capital senegalesa de Dakar tornou-se um local muito importante de encontros entre os numerosos movimentos nacionalistas da Guiné-Bissau, onde alguns deles foram formados, incluindo a Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné -Bissau (FLING), embora o governo do Presidente Léopold Senghor fosse um apoiante bastante relutante do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). No entanto, o PAIGC manteve bases não militares em Kolda e Ziguinchor. Por outro lado, cerca de 50000 refugiados da Guiné-Bissau em fuga das devastações da guerra instalaram-se no Senegal, principalmente na região de Casamance. Embora o Senegal tenha sido visto com suspeita pelo PAIGC durante os anos de guerra, as relações tornaram-se calorosas e amigáveis após a independência.”

Lança-se um olhar para a cidade de Dakar como um local fundamental para a organização dos movimentos nacionalistas da Guiné-Bissau e Cabo Verde, pela sua proximidade geográfica e pela sua relativa estabilidade política, problematizando o apoio perpetrado pelo grupo que estava no poder, representado na figura do Presidente Léopold Senghor e do seu partido, e seu partido, a União Progressista Senegalesa (UPS).

Assim, a análise concerne, entre 1961 a 1969, a forma com que os movimentos nacionalistas se organizavam com suas sedes (Bureau) em Dakar, versando sobre quais eram as organizações e as rivalidades entre estas. Em um segundo momento, trata-se das articulações em termos de diplomacia internacional - recurso amplamente bem empregado - entre Cabral e Senghor, dois líderes políticos que reconhecidamente souberam utilizar deste para capitalizar apoio a favor das causas das descolonizações – relembrando seus intentos de projetos nacionais cosmopolitas.

Pode-se ver que entre 1961 a 1963, as trocas correspondências entre Senghor e Cabral tratavam de pedidos de apoio, ou seja, este foi o período em que o PAIGC buscava reconhecimento por parte do governo do Senegal como líderes “oficiais” do movimento de libertação das Guiné Portuguesa e Cabo Verde via Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas (CONCP), através de seu Presidente, Marcelino dos Santos<sup>514</sup>. A referida organização (a CONCP) foi desenvolvida em 1961 a partir de uma pré-existente, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), e congregou alguns dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, como o MPLA, o PAIGC, UDENAMO depois substituído pela FRELIMO e o MLSTP.

Em 1962, um dos marcos é a ruptura de relações diplomáticas do Senegal com Portugal - por conta dos conflitos na região sul senegalesa e o desrespeito às fronteiras - colocando o governo liderado por Senghor como aberto apoiador dos movimentos de libertação contra o colonialismo português em todas as instâncias internacionais, inclusive na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. É neste ano que é aberto um primeiro Bureau da CONCP em Dakar, com autorização do Presidente Senegalês, gerenciado por Marcelino dos Santos<sup>515</sup>.

Neste momento que Dakar emerge, nas palavras de Marcelino dos Santos como um “centre de rayonnement” - centro de irradiação dos movimentos de libertação<sup>516</sup> - justificando

---

<sup>514</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04604.023.051. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

<sup>515</sup>Ibid.

<sup>516</sup> Na obra de Dallywater e Saunders (2019), os autores problematizam, através de casos, a multiplicidade de conexões entre os movimentos de libertação com o mundo exterior e as complexas geografias das conexões e



“la position clé du Senegal dan le contexte africaine”<sup>517</sup>. A abertura deste Bureau da CONCP em Dakar vem junto com o pedido de um subsídio mensal em auxílio a ser pago pelo governo senegalês.

Neste período, esta Bureau passa a defender os militantes do PAIGC dos “abusos das autoridades policiais senegalesas”<sup>518</sup> que estavam sendo presos no Senegal. Marcelino dos Santos, em tom de “solidariedade africana” também troca correspondência com Senghor, e pede que sejam desfeitos os “mal entendidos”, mostrando-se “estupefado com a postura do Senegal”<sup>519</sup> que demonstra uma incongruência entre o que profere internacionalmente e o que faz no terreno.

Por via e força da CONCP em Dakar, Amílcar Cabral passa a se corresponder com Senghor e, a partir de 1962, fala do lugar de “porta-voz do PAIGC”. Em 1962, o caso debatido nas correspondências é a questão da prisão de Rafael Barbosa, militante e Secretário Geral do partido (PAIGC), por parte da polícia senegalesa, assim como de alguns “militantes do PAIGC” que foram presos em Ziguinchor, no sul do Senegal. Cabral negocia sua soltura<sup>520</sup>.

---

multipolaridades que emergem da busca de apoio destes movimentos (diplomático, financeiro social e treinamento militar). A partir desta obra é possível questionar as análises tradicionais de uma geografia da guerra fria, em uma dicotomia entre EUA e URSS, interpretação que se percebe como inadequada para compreender totalmente os processos que ocorreram em África neste período: vê-se que é necessário entender os contextos locais, as agendas pessoais e os conflitos internos (DALLYWATER e SAUNDERS, 2019). No texto de Burton (2019), o autor lança a ideia de “hub” de descolonização (“Hubs of decolonization”), caracterizado como os locais onde os “freedom fighters” eram exilados, abriam escritórios dos seus respectivos movimentos de libertação e eram um lugar de refúgio e porventura, treinamento militar. A partir destas cidades, tinham acesso à suporte internacional e também acesso às redes de comunicação internacionais e recebiam suporte financeiro e material.” (BURTON, 2019, p. 29). Avalia o caso específico de Cairo, Accra e Dar es Salam, no que tange as conexões e colaborações do “oeste”, verificando como se deram negociações com diferentes tipos de Pan-africanismos e entre socialismos rivais e de que forma, nos três casos específicos de “hubs”, estes serviram para “diversificar e internacionalizar as conexões dos movimentos de libertação e trazem novas mobilidades de pessoas, armas e ideias [TN]” (BURTON, 2019, p.56). Ao olhar para a cidade de Dakar, Senegal, sob o prisma da supracitada definição de “hub”, pode-se considerar que esta cidade pode ser considerada como “hub da descolonização”, considerando os vínculos mais estreitos de Senghor com o “Leste” do que o “Oeste”. Em Dakar, que serviu de “Hub” para o movimento de libertação das colônias portuguesas, pela vizinhança com a Guiné, apoiou sobretudo o PAIGC recebendo exilados (entre eles, Luiz Cabral, Rafael Barbosa entre outros); permitiu a abertura de Bureau da CONCP (gerenciado por Marcelino dos Santos) e do PAIGC; deu suporte financeiro, material e técnico (sobretudo hospitalar aos guerrilheiros), concedeu passaportes (ao exemplo de Fidélis Almada); foi local de aprofundamento da internacionalização do movimento (foi pelo Senegal que entraram as missões de observação da ONU e OUA). O elemento apontado por Burton (2019) que não é percebido em Dakar/Senegal como hub da descolonização é o militar. Tal pode ser entendido pela orientação política do presidente Senghor e por sua práxis avessa à guerra, por isso, ao ver que Dakar torna-se um Hub, busca influenciar - tal como Burton (2019) também aponta - em algumas diretrizes do projeto de construção nacional (sobretudo no que tange a solução negociada e uma possível via gaullista) assim como visa observar como os “freedom fighters” se movimentam.

<sup>517</sup> Op. Cit. Tradução livre: “posição chave no contexto africano”.

<sup>518</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04604.023.051. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

<sup>519</sup>Ibid.

<sup>520</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 07070.117.160. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

Neste mesmo ano, é enviado um Memorando do PAIGC ao Presidente Senghor, apresentando uma pauta de suporte às atividades desta organização, justificado pelo “contexto da Unidade Africana”. As pautas colocadas são as que seguem: apoio político contra o colonialismo português no plano internacional, autorização para a abertura de um secretariado do PAIGC em Dakar, autorização para o estabelecimento de uma delegação em Ziguinchor, criação de uma Casa de jovens nacionalistas em Ziguinchor, concessão de bolsas de estudo para a Universidade de Dakar, emissão na Rádio-Senegal de um programa do PAIGC, ajuda material e financeira. Por fim, é proposto uma coordenação de ações entre o PAIGC e a UPS, União Progressista Senegalesa, que é o partido de Senghor<sup>521</sup>.

Cabral encontra-se com Senghor em Dakar, reforçando as solicitações enviadas via memorando, salientando que a ajuda das autoridades senegalesas à luta de libertação nacional, com reforço do apoio político na luta contra o colonialismo português, especialmente no seio da ONU. Deliberam o contato permanente entre o PAIGC e a UPS e autorização para os militantes do PAIGC circularem livremente entre os dois países. Neste contexto, é aberto um Bureau do PAIGC em Dakar, cujos responsáveis são José Eduardo Araújo e Bebiano Almada<sup>522</sup>.

Em 1962, há envio de correspondência de Cabral para Senghor com pauta de Protesto contra o programa "Voix de la Guinée Libre et des Îles du Cap Vert Libres" da Rádio Senegalesa. Cabral alega que teriam sido proferidas mentiras a respeito dele próprio e de Rafael Barbosa<sup>523</sup>. Cabe dizer que Dakar possuía um significativo contingente populacional cabo-verdiano, que discordava das questões pautadas pelo PAIGC.

Vale ressaltar que houve outros movimentos em prol da descolonização da Guiné Portuguesa que emergiram neste período a partir do Senegal. Neste mesmo contexto, em Dakar, é gerada a FLING, a Frente de Luta pela Independência da Guiné, na data de 3 de Agosto de 1962, já referida na primeira parte deste trabalho. Esta é liderada por Benjamin Pinto Bull, o professor de português, tradutor oficial de Senghor, o qual tinha como projeto político uma gradual descolonização da Guiné Portuguesa (FERREIRA, 1998. MENDY E LOBBAN JR, 2013). Assim, os conflitos coloniais na Guiné Portuguesa se acirram – em meio aos conflitos

---

<sup>521</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04612.064.014. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência. Título: Memorando enviado por Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, ao Presidente da República do Senegal, Léopold Sédar Senghor.

<sup>522</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: Pasta: 04612.064.020. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

<sup>523</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04612.064.014. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

de representatividade entre a FLING e o PAIGC<sup>524</sup> – e Senghor segue na defesa de uma solução política para a guerra que estoura na Guiné em 1963, colocando-se em diálogo com Amílcar Cabral.

Cabe dizer que em dezembro de 1962, Cabral comunica a Senghor que a opção pela luta armada foi feita. Envia correspondência dizendo que: “reafirma a vontade do povo e do PAIGC de encontrar uma solução pacífica para a liquidação do colonialismo, pela via da negociação com o governo português”<sup>525</sup>. Acrescenta que face à atitude negativa e repressiva deste governo “não resta outra alternativa ao PAIGC senão o desenvolvimento da luta de libertação, contando para isso com a solidariedade do povo senegalês.”<sup>526</sup>

Sabe-se que Cabral ponderou os métodos não-violentos, tentando mobilizar a população através de reivindicações e protestos pacíficos, como os eventos ocorridos em agosto de 1959, quando houve a mobilização dos estivadores de Pidjiguiti. Esta manifestação (pacífica) foi violentamente dispersa pelos portugueses, que chegaram a assassinar vários indivíduos, evento que foi inscrito na história como “Massacre de Pidjiguiti”, demarcando que não havia margem de negociação com o regime em vigência.

Anos antes da ordem para o ataque a Tite em 1963 - o início oficial da guerra na Guiné pelo PAIGC -, o partido se organizava com homens que abandonaram Bissau e se refugiaram em países vizinhos já independentes, tais como a Guiné Conacri e o Senegal. Cabral não olhou para a violência como um fim em si mesmo, mas como um método de autodefesa e observou a violência como meio de atingir a liberdade e a unidade nacional, ressaltando que o PAIGC era uma força política e não militar (TOMÁS, 2018). Por determinar-se como “força política”, nos primeiros anos da década de 60 - entre 1960 e 1963, aproveitando a conjuntura das descolonizações francesas e inglesas - Cabral coloca-se disponível para o diálogo.

Segundo Tomás (2018), Cabral sabia que os efeitos da violência são disruptivos e receava que a violência transformasse o partido em uma máquina de guerra. Durante a guerra, tratou de tomar ações para “controlar a violência”, como do caso da descoberta de militantes que haviam praticado abusos de autoridade e violentado populações locais - estes foram assassinados, após Cassacá (1963)<sup>527</sup>.

---

<sup>524</sup> No relato do Cônsul Português em Dakar (Ferreira, 1998), ele relata as rivalidades e artimanhas tanto do lado da FLING quanto do PAIGC e a sua relação com o governo português e senegalês.

<sup>525</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04612.064.031. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

<sup>526</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04612.064.031. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

<sup>527</sup> Considera-se a arguição de Tomás (2018), quando diz que há uma disjunção para com o modo com que Cabral aborda a questão da violência ou o recurso à luta armada, pois durante a década de 60 ainda era considerado por um viés - até 1967 era recurso válido, sobretudo entre os comunistas, apoiados na experiência de Che Guevara, e

Quatro meses após o início da guerra, Cabral solicita audiência com o Presidente Senegalês objetivando discutir questões ligadas à luta de libertação nacional e à posição das organizações nacionalistas na Conferência dos Chefes de Estado Africanos, em Adis Abeba. Nesta feita, foi criada a Organização para Unidade Africana, órgão transnacional africano do qual, em dezembro deste mesmo ano, Cabral solicita a Senghor que tenha uma ação imediata em prol de auxílio material para o PAIGC. Sobretudo a partir de 1963, Cabral procura açambarcar auxílio material e financeiro - também refere à necessidade de assistência médica aos combatentes do PAIGC - junto ao governo senegalês e às organizações internacionais as quais Senghor transitava - mormente a OUA e a ONU<sup>528</sup>.

Cabe dizer que neste período, Luís Cabral, irmão de Amílcar, encontra-se estabelecido no Senegal - colaborador ao movimento de libertação a partir deste importante centro de irradiação da luta. Luís possuía uma visão negativa de Senghor, por conta de atritos com a polícia do Senegal, identificando o Presidente senegalês com a FLING, relatando a Cabral (em 1965) que “os flings e Senghor são piores que os tugas” e que o PAIGC deve “avançar com força”<sup>529</sup>.

Amílcar Cabral segue se correspondendo e encontrando com Senghor no Senegal, mediando pautas como a aproximação do governo senegalês com PAIGC, usos da representação internacional de Léopold Senghor em apoio à luta de libertação do PAIGC e a questão das prisões dos nacionalistas pela polícia senegalesa. Da parte do Senegal, também houve correspondências trocadas a respeito de civis e guardas senegaleses assassinados pelo PAIGC ao sul do país. Concomitantemente, foi acordado, em 1965, com o Presidente Senghor, a entrada da delegação da OUA pelo território senegalês objetivando visitar e olhar de perto a situação da luta de libertação - e das Zonas Libertadas - assim como a situação militar<sup>530</sup>.

As situações mais tensas ocorrem entre 1966 a 1968, com o arrefecimento da guerra e das investidas tanto pelo exército português quanto do PAIGC, chegando a ser pronunciado um ultimato - via correspondências - à Amílcar Cabral pelo Presidente Senghor, tendo em vista as

---

das teorias de Fanon e Sartre. Após este período, a insistência no prosseguimento à guerra era menos aceite internacionalmente.

<sup>528</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04612.064.036. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

<sup>529</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 07061.032.036. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

<sup>530</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04612.064.039 Assunto: Solicita ao governo e ao Presidente do Senegal que tenham uma ação decisiva junto do Comité de Libertação Africana, para a atribuição de ajuda imediata ao PAIGC. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência.

investidas militares na região de Casamance<sup>531</sup>. Porém, Cabral segue se correspondendo com Senghor e participa ativamente dos Congressos da União Progressista Senegalesa (UPS)<sup>532</sup>, no mesmo período.

No Congresso da UPS de 1968, Cabral faz um longo discurso no qual aponta que não foi possível seguir o “exemplo senegalês” por conta da atitude de Portugal - que fez a opção pela “guerra, tortura e massacres” - deixando assim, uma única opção: das armas em prol da conquista da independência, definindo a atual situação da Guiné como um país que tem seus centros urbanos ocupados por um domínio estrangeiro. Reitera que luta do PAIGC é política<sup>533</sup>.

Por fim, pode-se dizer que por mais que houvesse “desconfianças” entre o governo do Senegal e o PAIGC, é possível perceber, através do registro de correspondências pessoais, a existência uma relação de apoio e admiração entre Léopold Senghor e Amílcar Cabral. De igual forma, percebe-se que Senghor já havia exercido o papel de intermediário dos interesses do PAIGC utilizando-se de seu prestígio e trânsito internacional para divulgar a causa do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde.

### **5.3 A “luta política”, a língua portuguesa e o projeto da comunidade**

Na conjuntura das independências nacionais e da advogada “luta política” (CABRAL, 1972), a questão da língua é premente e aqui é exemplar, sendo necessário analisar, através de um recorte, de que forma a opção pela língua portuguesa foi tratada dentro do projeto de Amílcar Cabral, olhando paralelamente ao projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, que foi levada à público por Senghor a partir de 1964 no Brasil.

Sabe-se que o projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, defendida por Senghor desde 1964, é perpassada pela justificativa de uma cultura e língua comum que aglutinaria diferentes povos, os quais teriam em comum a experiência da colonização portuguesa. Assim, problematizar-se-á o posicionamento de Cabral em relação a estes fundamentos de uma possível

---

<sup>531</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04612.064.065. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral. Tipo Documental: Correspondência. Assunto: Ultimato de Léopold Sédar Senghor dirigido a Amílcar Cabral para que faça cumprir o acordo quanto às acções irregulares de elementos do PAIGC em território senegalês.

<sup>532</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04341.003.006 Título: PAIGC - Intervention au VIe Congrès de l'UPS Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral.

<sup>533</sup> Fundação Mário Soares. Pasta: 04341.003.006 Título: PAIGC - Intervention au VIe Congrès de l'UPS Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral.

comunidade<sup>534</sup>, entendendo que a advogada luta contra o colonialismo (e contra o fascismo português<sup>535</sup>) organizada pelo PAIGC na Guiné, trazia consigo a negativa de uma luta contra os portugueses como “povo”.

Tendo isto em vista, entende-se a necessidade de complexificar a relação de Cabral com as noções de cultura e língua (portuguesas) – os designados fundamentos da comunidade, definidos por Senghor – assim como a sua afinidade/repulsa em relação às ideias do Presidente Senegalês, que de fato foi um mediador entre a luta anticolonial e o governo provincial na Guiné.

Cabe retomar que a ideia da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” defendida por Senghor tratava-se de uma proposta de solução política para a guerra colonial. A ideia foi lançada em viagem ao Brasil objetivando captar o olhar do governo brasileiro, nação e ex-colônia de Portugal, falante de língua portuguesa, oferecendo ao mesmo a possibilidade de capitanear o movimento de conformação de uma comunidade política unida pela língua e cultura comum - assentando um lugar para o “lusó”, o “afro” e o “brasileiro” unidos por uma fonia “lusa” – definindo, por fim, uma Lusofonia.

Retomando, pontualmente, asserção de Senghor em sua viagem ao Brasil, ele trata de um relato sobre a opção pela língua portuguesa entre os projetos de nação dos movimentos de libertação das colônias portuguesas:

A nacionalistas africanos das colônias portuguesas que me informavam no seu desejo de, após a independência, adotarem o Francês como língua oficial, eu aconselhava: ‘Façam dele a primeira língua estrangeira, já não será pouco. Não esqueçam que não estão sozinhos culturalmente: existe o Brasil!’ . Mas não é por acaso que as elites das colônias portuguesas se exprimem em francês nas conferências pan-africanas. Sabeis que no mundo, na África – vos digo? – no próprio Brasil, desde a Revolução Francesa, desde Dom Pedro II, a língua e a cultura francesas tornaram-se elementos de certo não únicos, longe disso, mas essenciais da Latinidade. Elas se tornaram também, em certo grau, essenciais à Africanidade, a tal ponto que nações gigantes que se interessam pela África reforçaram o ensino de francês. Para compreenderem os Africanos. (SENGHOR, 1964, p.5-6)

A reflexão sobre as línguas, por parte de Senghor, perpassa o já registrado “perigo da balcanização”. Assim, uma das soluções apontadas pelo mesmo era a conformação de grandes comunidades políticas unidos por uma língua e cultura comum, como a Francofonia e a

<sup>534</sup> Este debate será continuado na secção subsequente.

<sup>535</sup> Em discurso na ONU (1972) vai dizer que: “a missão de acabar com as guerras coloniais confiamos nós que levará a cabo o povo português, através dos seus operários e camponeses, da sua juventude, dos seus intelectuais progressistas ou anticolonialistas, em suma, que respeitam e amam Portugal e sabem lutar contra a guerra colonial é salvar Portugal do sofrimento, da ruína, do perigo que essa guerra cria para a sua própria independência” (CABRAL, 1972, p. 23)

Lusofonia - as quais fariam parte de um conjunto maior: a Latifonia - cuja integração dos países recém-independentes em África era primordial.

Neste sentido, retomando o argumento de Senghor, vê-se que ele apresentou em 1964 a ideia de “em alargar a Francofonia à Latifonia” ao introduzir o “ensino secundário e superior, o Português ao lado do Espanhol e do Italiano” (SENGHOR, 1964, p. 21). Argui que “Preocupava-me dar um lugar todo especial ao Português.” (SENGHOR, 1964, p. 21), para tal, a cooperação entre a Universidade de Dakar e a Universidade Federal da Bahia (via Itamaraty) foi um dos pilares. Para ele, a língua portuguesa, então, era elemento de coesão para uma comunidade política a ser desenvolvida - ao qual o Senegal também poderia integrar por meio do fomento de ensino de língua portuguesa.

Amílcar Cabral, como líder e teórico da práxis da libertação nacional da Guiné, também realizou uma reflexão sobre a língua portuguesa enquanto escolha possível para a nação. Neste sentido, pode-se ver que no Seminário dos Quadros do Partido, em 1969, Cabral apresenta como uma de suas diretrizes o aspecto da capacidade de fazer uma escolha crítica entre o que é “útil do estrangeiro” e o que não é. Assim, aponta que os principais legados do colonizador - dos colonialismos europeus no geral - seriam os da ciência e da cultura letrada. Cabral trata da importância da leitura e escrita para conformação da nação. Diz que:

A língua portuguesa é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é outra coisa senão instrumento para os homens relacionarem entre si, um meio de expressão das realidades da vida e do mundo<sup>536</sup>

Exemplifica a questão, ao arguir o porquê da escolha pela língua portuguesa inicialmente, ressaltando a importância da ciência no projeto nacional ao mesmo tempo em que a língua vem como aliado para os interesses da comunidade política. Ele exemplifica:

‘a lua é um satélite natural da terra’. Satélite Natural, digam isso em Balanta, em Mancanha. É preciso falar muito para dizer. Enquanto que, em português, basta uma palavra para dizer ‘satélite’. Falando assim, qualquer povo no mundo entende<sup>537</sup>

Nós, Partido, se queremos levar para frente o nosso povo, para avançarmos na ciência, durante muito tempo, teremos que utilizar o português<sup>538</sup>.

Cabral vai tratar a língua portuguesa como instrumento - a “melhor herança dos tucas” - defendendo que esta seria a ferramenta para construir uma cultura científica ao mesmo tempo

---

<sup>536</sup> CABRAL, Amílcar. “A Resistência Cultural”. Seminário dos Quadros do Partido em 1969. S/P.

<sup>537</sup> Ibid.

<sup>538</sup> Ibid.

popular, almejada na nação independente, cujo potencial deveria ser usado para desenvolver-se e expressar-se em um todo maior. Vê-se que nos registros dos Congressos do Partido, Cabral exemplifica que a língua seria como o trator o é para a agricultura – ou seja, é um instrumento apropriado do estrangeiro para ser utilizada em prol do desenvolvimento da nação<sup>539</sup>. Anuncia que o uso da língua portuguesa poderia ser temporário pois “(...) virá o dia em que, de facto, tendo estudado profundamente o crioulo, tendo encontrado as regras de fonética boas para o crioulo, poderemos passar a escrever em crioulo.”<sup>540</sup>.

Cabe apontar novamente que tanto Cabral como Senghor, com seus projetos de nação transnacionais e cosmopolitas trataram a língua como um elemento importante - não com uma leitura romântica<sup>541</sup>, mas como um instrumento de internacionalização e comunicação. No entanto, há nuances entre a relação destes com a língua: Senghor possui uma relação afetiva com a língua francesa – e constrói uma relação afetiva com a língua portuguesa desde sua primeira viagem à Portugal em 1957. Já Cabral possui uma relação pragmática e instrumentalista com a língua portuguesa, ou seja, a língua é tomada do colonizador em prol da unidade e da construção nacional do estado independente.

O pragmatismo de Cabral se relaciona com a necessidade de “basear a nossa cultura na ciência”<sup>542</sup> e “eliminar do espírito a interpretação mágica da realidade”<sup>543</sup>, salientando a importância da leitura e escrita, da ciência, da cultura letrada - para “qualquer filho de nossa terra, homem ou mulher”<sup>544</sup>. Já em Senghor, há a concepção da formação de uma elite local - inserida nos meios universitários de Dakar - que guiaria a nação. Analisando essas diferenças, destaca-se que Cabral tinha uma concepção menos elitista<sup>545</sup> do que Senghor, ao mesmo tempo

---

<sup>539</sup> No prefácio de “Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française” escrito por Sartre, cujo título é “Orfeu Negro”, este apresenta a ideia de como a Negritude se apropriou da língua do colonizador utilizando-se como instrumento de subversão da ordem e do racismo.

<sup>540</sup> CABRAL, Amílcar. “A Resistência Cultural”. Seminário dos Quadros do Partido em 1969. S/P.

<sup>541</sup> Entende-se que a leitura de Cabral e Senghor sobre a língua nacional não partilha da matriz romântica da nação, traçada pelo nacionalismo alemão e pela obra de Fichte ao olhar para a questão nacional pela valorização da língua, história e a sua raça.

<sup>542</sup> CABRAL, Amílcar. “A Resistência Cultural”. Seminário dos Quadros do Partido em 1969. S/P.

<sup>543</sup> Ibid.

<sup>544</sup> Segundo Cabral, em “Formas de Resistência”, discurso pronunciado no Seminário dos Quadros do Partido, em 1969: “Queremos o seguinte, a fim e ao cabo: possibilidades concretas iguais para qualquer filho de nossa terra, homem ou mulher, avançar como ser humano, dar tudo de sua capacidade, desenvolver o seu físico e o seu espírito, para ser um homem ou uma mulher à altura de sua capacidade de facto” (CABRAL, 1969, p.10) e que “Todos os abusos, todos os privilégios de grupos ou grupinhos, não podemos aceitar na nossa terra” (CABRAL, 1969, p.11).

<sup>545</sup> Cabral (1969) se colocou contra os privilégios das elites/grupos privilegiados. Percebe-se este aspecto, quando observamos seu discurso: “todas as decisões estruturais devem ser baseadas nas necessidades do campesinato que constitui a grande maioria do nosso povo (...). É uma das razões que nos leva a pensar que Bissau não continuará a ser a capital do ponto de vista administrativo. Na realidade, nós somos contra a ideia de uma capital. Porquê os Ministérios não serão dispersos pelo país? Porquê embarçar-nos com o peso morto de palácios presidenciais, de grande concentração de ministérios, sinais evidentes de uma elite emergente que em breve se poderia transformar em grupo privilegiado” (CABRAL apud DAVIDSON, 1975: 84).



em que ambos compartilhavam da ideia de que haveria uma seleção de elementos - feita por um grupo político específico - do que seria a “cultura nacional” e dos respectivos rumos da nação. Neste escopo, a questão da língua é uma pauta fundamental.

Tanto em Cabral como em Senghor, há projetos nacionais que pensam a inserção do seu país de forma cosmopolita. A já apresentada ideia do “universal” - defendida por Senghor - também aparece em Cabral (1976, p.330), quando este enuncia o quadro das culturas africanas dentro do universal<sup>546</sup>. Considerando estas concepções, tanto em Senghor quanto em Cabral, os projetos nacionais não são circunscritos em si mesmo, mas sim entendidos dentro de um quadro internacional e internacionalista, ou seja, há a ideia da integração nacional em conjuntos políticos maiores.

De igual maneira, pode-se ver que em Cabral - ao contrário de Senghor, a língua portuguesa não é uma escolha relacionada à conformação de uma “Commonwealth Portuguesa”, seja ela nominada “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” nem mesmo a “Comunidade Lusíada”, pensada pelo general Spínola. Ao propor a via da negociação política para o fim da guerra colonial, Cabral não apresentou a possibilidade de uma autodeterminação lenta e progressiva em direção a uma via controlada para independência política - o que estava embutido na ideia da “Commonwealth” ou “Comunidade” - e muito menos a manutenção da relação com Portugal enquanto imperasse um regime fascista, encabeçado por Salazar e depois por Marcello Caetano.

Por fim, cabe dizer que medida que o conflito evolui e a guerra desgasta tanto o lado do PAIGC quanto o exército português na Guiné, avançando com a atuação do governador e comandante português, General Spínola - mormente após 1969. Cabral segue ressaltando a abertura da negociação e, da parte dos portugueses, o General Spínola também passa a defender que a única solução para a guerra colonial seria política - à revelia do que o governo de Lisboa, liderado por Caetano, impõe.

Cabral ressalta, em 1972:

Não somos contra Portugal - já o repetimos mil vezes. Somos contra o colonialismo português. Queremos ter as melhores relações com Portugal depois da independência. Nunca confundimos o colonialismo português com o Povo de Portugal (...) Somos pelo diálogo. Mas até agora, o Governo de Portugal não quis dialogar senão por meio de armas. Contudo, estamos prontos a negociar, não importa em que momento, tendo em vista a soberania do nosso povo. (CABRAL, 1972, P.45-46).

<sup>546</sup> Segundo Cabral (1976, p.330): “É importante estar consciente do valor das culturas africanas no quadro da civilização universal, mas também comparar este valor com o das outras culturas, não tendo em vista decidir a sua superioridade ou a sua inferioridade, mas para determinar no quadro geral da luta pelo progresso, qual o contributo que a cultura africana já deu e pode dar e quais as contribuições que pode ou deve receber de outras partes”.

Neste contexto avançado da guerra, em 1972, organismos internacionais importantes, como a ONU<sup>547</sup>, viriam olhar no terreno as “áreas libertadas”. Em Janeiro de 1972, Cabral seguia a sua abertura para negociar - dizia que se o Governo de Portugal quer discutir ou negociar sobre a situação na Guiné e Cabo Verde, ele deve e pode fazê-lo com o nosso Partido combatente (CABRAL, 1972) - porém agora haveria uma conjuntura distinta da negociação proposta em 1962-1963 já apontada por este trabalho, pois haveria a segurança do PAIGC de que “a nossa luta de libertação nacional é não somente a mais avançada de África mas também uma das mais avançadas no quadro geral da luta dos povos oprimidos contra o imperialismo e o colonialismo.”<sup>548</sup>.

Para finalizar a análise desta secção e abrir a análise da subsequente, considera-se que há uma profunda divergência entre os projetos políticos para a Guiné entre 1968 a 1973: enquanto Cabral apontava para a independência total e imediata e um projeto de nação específico, Spínola apontava para uma autodeterminação controlada e a promessa de uma independência futura mediada pela africanização dos quadros políticos. Assim, estas diferenças marcam profundamente o apelo à proposta da paz negociada pela via da “Comunidade” - solução também proposta por Senghor com o recurso da “Lusofonia”, ou seja, da coesão por meio da cultura, especialmente da língua portuguesa comum – ponto também tocado por Cabral em suas teorias, muito embora sem advogar o projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. A partir daí, percebe-se Senghor como um ponto mediano entre Spínola e Cabral.

---

<sup>547</sup> Cabral, em discurso na ONU estava a defender que “diligências junto do governo português a fim de que sejam abertas imediatamente negociações entre os representantes desse governo e o nosso partido. Propomos que estas negociações entre os representantes desse governo e o nosso Partido. Propomos que essas negociações tenham como base de trabalho a pesquisa das vias e dos meios mais adequados e mais eficazes para o acesso imediato do nosso povo à independência. No caso do governo de Portugal responder favoravelmente à tal diligência, poderíamos encarar, no mesmo tempo, como tomar em consideração os interesses de Portugal no nosso país”. In: CABRAL, Amílcar. Textos Políticos. CDOC 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

<sup>548</sup> Amílcar Cabral no “Memorandum a l’intention des Chefs d’Etat ou de Gouvernement d’Afrique”. In: “9ème Conférence de l’OUA”, Rabat, 1972. CDOC 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

## 6 DIÁLOGO III

### António de Spínola e Léopold Senghor (1968-1973)

António Sebastião Ribeiro de Spínola foi governador e chefe de guerra na Guiné-Portuguesa entre 1968 a 1973. Esta secção propõe-se a analisar os diálogos entre Léopold Senghor e António de Spínola, explorando: (6.1) Apresentação do General Spínola: Guiné Portuguesa e a renovação da “portugalidade”; (6.2) Senghor-Spínola/Senghor-Spínola-Cabral: diálogo; e (6.3) Da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” à “Comunidade Lusíada”: solução negociada em prol das independências das colónias portuguesas.

#### 6.1 Apresentação do General Spínola: Guiné Portuguesa e a renovação da “portugalidade”

Spínola iniciou a sua carreira militar na década de 1930, ganhando proeminência na hierarquia militar portuguesa, tendo por destaque a participação na Segunda Guerra Mundial, assim como nos primeiros anos da Guerra Colonial em Angola. Coloca-se como prioritariamente um “militar” do que um “político” (SPÍNOLA, 1970). É destacado para tornar-se Governador da Guiné e Comandante Militar em maio de 1968<sup>549</sup>. A vivência na Guiné Portuguesa baliza a construção de seu argumento político, que será reproduzido após o retorno a Portugal (1973). Em suma, sua atuação na Guiné foi demarcada pelo que, desde 1968, Spínola apontou para Salazar a respeito da guerra envolver a “conquista das populações”<sup>550</sup> em dois vieses: o primeiro refere-se ao plano militar e africanização da guerra<sup>551</sup> - procurando "pensar

<sup>549</sup> Em 20 de maio de 1968 Spínola foi nomeado como Comandante-chefe das forças Armadas e Governador-geral da Guiné. Pela primeira vez, o poder político e militar ficou centrado no mesmo indivíduo, no contexto de Guerra Colonial (RODRIGUES, 2010). O Maio de 1968 ficou conhecido como um período de efervescência social que se iniciou a partir de protestos estudantis em Paris. O movimento teve reverberações internacionais e motivou a continuidade de movimentos revolucionários em outras partes do mundo. Em Portugal houve as primeiras manifestações contra a guerra do Vietnam que seguiam aos protestos contra a guerra colonial, intensificando-se nas universidades portuguesas. A Esquerda Democrática Estudantil foi criada neste ano assim como o Movimento da Juventude Trabalhadora e o Movimento Democrático de Mulheres. Neste mesmo ano, a ONU exigiu ao Governo português o encerramento da política colonial, como condição prévia para a cooperação (SANTOS, 2017).

<sup>550</sup> Apontamento retirado do texto “Alguns Aspetos que Condicionam a Solução da Presente Situação na Guiné” (Maio de 1968), apresentados ao Ministro do Ultramar na época, Silva Cunha. Também apresenta a mesma linha de pensamento no texto “Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de solução” (outubro de 1968).

<sup>551</sup> Outro aspecto relevante a ser considerado quando da chefia de guerra perpetrada por Spínola é a “africanização da guerra”. Carlos de Matos Gomes (2013) avalia que haveria uma tradição de participação de Africanos no Exército Colonial desde a segunda metade do século XIX, sendo regulamentada em 1904. Dividiam-se, durante a

como o inimigo” (SPÍNOLA, 1970) - o que caracterizou uma estratégia de guerra diferenciada em relação aos comandantes que o antecederam, com um olhar acurado para a “guerra psicológica”/”manobra psicossocial”<sup>552</sup>. Em um segundo, busca promover mudanças econômicas e sociais, arquitetando programas do que chamou de “progresso” e “bem-estar”. (SPÍNOLA, 1970)

Entende-se aqui que a vivência na Guiné Portuguesa foi exemplar e *sui generis* para a construção da experiência que forja, estrutura e constrói o argumento político do General Spínola. Por refletir a realidade em que experimenta, o autor publicou ao longo de três anos, quatro obras - desenvolvidas durante a sua experiência de governança e guerra - que são aqui analisadas: em 1970 é lançado “Por uma Guiné Melhor”, em 1971, “Linha de Acção”, em 1972, “No caminho do futuro” e 1973, “Por uma Portugalidade Renovada”. Estas quatro são obras que reúnem um conjunto de textos curtos, transcrição de discursos e compilação de ideias produzidas entre 1968 a 1973. Compreende-se que a síntese dos pressupostos lançados nestes textos está presente em “Portugal e o Futuro”<sup>553</sup>, publicado e amplamente disseminado em 1974.

Assim, trata-se de visualizar, em um primeiro ponto, as escolhas políticas na governança da Guiné Portuguesa, ao longo de cinco anos, promovendo uma estratégia que, nas palavras de Spínola, dizem respeito à “manobra militar” conjugada com a “promoção sócio-económica e a acção psico-social” (SPÍNOLA, 1970), tática esta que foi denunciada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob a liderança de Amílcar Cabral,

---

guerra colonial, em Unidades Regulares, Unidades Especiais e Unidades de milícias. O autor vai avaliar cada uma delas. Sobre o caso da Guiné vai apresentar que: “A partir das milícias de autodefesa, foi desenvolvido pelo Estado-maior do General Spínola o conceito de grupos de intervenção de milícias (companhias e pelotões), já não ligados meramente à autodefesa das ‘tabancas’, mas operando como força étnica de intervenção, enquadrada pelo Comando Geral de Milícias, que dispunha de um centro de instrução próprio. As Forças Armadas dispunham, como forças especiais, de um Batalhão de Comandos Africanos (Exército), com três Companhias de Comandos, e de dois Destacamentos de Fuzileiros Especiais Africanos (Armada).” (COELHO, 2013, p.130).

<sup>552</sup>Spínola afirma que a guerra é eminentemente psicológica e explora dois conflitos: o conflito social e o conflito tribal. (SPÍNOLA 1970)

<sup>553</sup> A obra “Portugal e o Futuro” foi um livro publicado em 22 de Fevereiro de 1974 pela Editora Arcádia em Portugal. Segundo o autor no seu “intróito”, “o livro é muitas vezes uma resposta” (SPÍNOLA, 1974, p.13), ou seja, trata-se de uma compilação das ideias políticas forjadas pelo General Spínola durante sua experiência de guerra colonial e de governança provincial na Guiné. Neste livro, ele apresenta análises sobre a situação de isolamento de Portugal e projeta um futuro possível - econômico, geopolítico, social - para Portugal e o Ultramar. A obra é lançada após a ruptura - há muito gestada - com o governo de Marcello Caetano. Spínola apresenta e usa os significados de alguns conceitos - na obra “Portugal e o Futuro” - que são: “portugalidade renovada”, “autodeterminação/independência” e “nação portuguesa”. A partir deste olhar para os significados destes conceitos, vinculando à análise a respeito de como estes textos são entrecortados pelos contextos e pelas tentativas de “empreitadas” - foi possível observar as aproximações discursivas que a produção intelectual de Spínola possui com a de Léopold Senghor. De igual maneira, é possível perceber a utilização, da parte de Spínola, da proposta apresentada e amplamente divulgada por Senghor, em 1964, de uma “Commonwealth à Portuguesa”.

como uma política de “sorrisos e sangue”. Para além da guerra, do armamento cada vez mais sofisticado, também se disputava o discurso, no plano interno e no internacional.

Tais questões estão intrinsecamente ligadas com o desenvolvimento da guerra, experiência esta que forjou, segundo ampla bibliografia sobre a incubação da Revolução dos Cravos, o Movimento das Forças Armadas que propulsionou a queda do regime ditatorial em Portugal (WOOLACOTT, 1983. MAXWELL, 2006. REZOLA, 2006). Em outro sentido, a guerra também foi o campo em que Spínola experienciou o métier político, mormente implantando os “Congressos do Povo”. Nestes, reforça uma leitura sobre os significados democráticos do conceito de “portugalidade” - em detrimento do uso do conceito de “lusitanidade” -, compondo assim o conceito de uma “portugalidade renovada” - “renovação” proposta quando da ruptura entre Spínola e Marcello Caetano, em Lisboa.

Segundo Spínola (1973, p.14), a “portugalidade” é “uma forma perene de viver, de pensar, de estar no mundo; é um sentimento que renasce em todos nós, com o despertar de cada dia.” (SPÍNOLA, 1973, p.14). Esta abarca diferentes conceitos políticos como “nação portuguesa”, “autodeterminação” e “democracia” ao mesmo tempo em que dialoga com o discurso lusotropicalista corrente sobre as benesses da colonização portuguesa nos diferentes lugares do globo. Relaciona-se com o processo histórico local da colonização da Guiné que deu a estrutura institucional para que a política de Spínola pudesse ser perpetrada. Sendo assim, Spínola deu continuidade à política lançada em 1946 pelo oficial Sarmiento Rodrigues<sup>554</sup> durante a sua gestão na Província da Guiné.

Para aprofundar esta relação, é preciso fazer uma digressão: em 1946, o Governador Sarmiento Rodrigues lançou um projeto de dito “melhoramento cultural”<sup>555</sup> da Guiné Portuguesa, criando a estrutura do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa<sup>556</sup>, instituição vinculada à administração colonial que dava o suporte - na figura dos seus administradores-etnólogos - conformando uma política local com base em “Inquéritos Coloniais”. Estes últimos aproximaram os administradores coloniais da população local ao segmentar o território em circunscrições - promovendo estudos aprofundados sobre cada uma delas nas áreas de

---

<sup>554</sup> Sarmiento Rodrigues foi apresentado na Parte I deste trabalho.

<sup>555</sup> Expresso no Volume 1 de lançamento do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, periódico editado pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

<sup>556</sup> Estas questões foram estudadas em minha dissertação de mestrado que tem como título “O Enigma Bijagó: Saberes coloniais em disputa no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (1946-1967)”, defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e orientada pelo Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes. (SCHOLL, 2017)

geografia<sup>557</sup>, etnologia<sup>558</sup>, medicina, economia e estatística (censos). Sobretudo, tinha um almejo multidisciplinar<sup>559</sup>. Esta política criou a ideia de que a riqueza da Guiné são as suas “gentes”, assim como gerou uma relação mais estreita com as elites locais<sup>560</sup>.

Nos anos 50, Sarmiento Rodrigues deixa o governo da Guiné e torna-se Ministro do Ultramar - sendo ele o responsável pela aproximação de Gilberto Freyre com o regime salazarista, assim como foi um dos mentores da viagem de Freyre pelo “Império Português”, em 1951<sup>561</sup>. Além disso, partilhou e divulgou as teses lusotropicalistas como base para uma política colonial, conformando a sua política local na Guiné. Anos depois, quando Spínola torna-se governador da Guiné, este substrato político e o aparato institucional já está posto, assim como as relações entre a administração colonial com as elites locais. O traço da linha de continuidade entre a política de Sarmiento Rodrigues e a de Spínola na Guiné - para além da afinidade militar<sup>562</sup> - é percebida na comemoração do “Quarto de Século” do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (em 1971). O evento é demarcado pela publicação do texto “25 anos”, escrito por Spínola e também pelos textos “Para a Elevação Cultural da Guiné Portuguesa” e “A Nossa Guiné”, presentes na edição 101 dos Boletins Culturais da Guiné Portuguesa<sup>563</sup>.

---

<sup>557</sup> A produção de um mapeamento geográfico, principalmente no que tange a hidrografia, do território da Guiné Portuguesa fez parte do projeto de “um segundo descobrimento” da colônia por parte da administração portuguesa. Avelino Teixeira da Mota compôs a Missão geo-hidrogáfica da Guiné e trabalhou intensamente com cartografia ao longo de toda sua produção científica. No campo da geografia, destaca-se Orlando Ribeiro, geógrafo português que deu extensa contribuição às pesquisas a respeito dos territórios coloniais. Ambos inspiram-se no lusotropicalismo de Freyre. (SCHOLL, 2017)

<sup>558</sup> O principal nome da etnologia da Guiné é Avelino Teixeira da Mota (1920-1982). Ele foi oficial da marinha portuguesa. Serviu durante a segunda Guerra Mundial a bordo do Lima, navio comandado por Sarmiento Rodrigues. Em 1945, Rodrigues convida o almirante para integrar o seu quadro de colaboradores na Guiné Portuguesa. Ao longo dos anos se tornou o maior especialista, reconhecido em vida, sobre questões geográficas, históricas e antropológicas a respeito da Guiné Portuguesa, possuindo vasta obra.

<sup>559</sup> Esta instituição emerge do movimento por uma “nova descoberta da Guiné” em ocasião do V Centenário de Descobrimto da Guiné Portuguesa, marcadamente, uma “descoberta científica”, o que resulta no incentivo à produção de estudos multidisciplinares e locais. Cabe ressaltar que o projeto foi idealizado em 1945 a partir de uma viagem de estudos de Mendes Correia ao Senegal e a Guiné e possui um objetivo inspirado no IFAN (Senegal), origem esta que demarca a influência francesa nas suas produções. Esta instituição fez parte de uma iniciativa reformista dentro do Regime Salazarista, proposto pela ala considerada “liberal” da qual Rodrigues fazia parte. Para fins de divulgação de estudos realizados pelo Centro, o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP) foi o órgão de informação da colônia, o qual editou entre 1946 e 1973, 110 números normais e um número especial, além de 24 monografias com trabalhos inéditos de investigações, em múltiplas disciplinas. (SCHOLL, 2017)

<sup>560</sup> Um dos casos de aproximação de um membro do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa com as populações rurais da Guiné foi o de Amílcar Cabral que, após formado em agronomia em Lisboa, volta para a Guiné e trabalha junto ao Centro de Estudos da Guiné Portuguesa no projeto de um Censo (Recenseamento Agrícola de 1953). Esta experiência proporcionou o conhecimento do território e das populações locais - desconhecidas até então para ele - ajudando a conformar as diretrizes de sua luta política. Devido a esse histórico e trajetória estudantil em Portugal - assim como suas origens ligada à Cabo Verde - que Cabral era apontado por Spínola como “menos conhecedor” do “povo guineense” do que o próprio.

<sup>561</sup> Descrito em “Aventura e Rotina” e “Um brasileiro por terras portuguesas”.

<sup>562</sup> Ambos participaram da Segunda Guerra Mundial, o primeiro na Marinha e o segundo, na Infantaria.

<sup>563</sup> Os Boletins estão disponíveis no arquivo digital do Portal das Memórias de África e do Oriente. <Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/>>.

Esta continuidade discursiva é perpassada pelo mote do “melhoramento” cultural e econômico da Guiné, pela valorização das “gentes” da Guiné como maior riqueza da província, por um tratamento pessoal e bastante regionalizado ao projeto político da “Nossa Guiné”, bem como pelo esforço sistemático de aliança com as elites locais - preparado por uma política de viagens pelo interior realizada pelos administradores coloniais e pelas missões de estudo. Estas últimas são fundamentais para possibilitar a percepção, em minúcia, sobre as melhores dinâmicas de negociação com cada chefia das aldeias/tabancas, em um jogo de interesses que acabava inclusive por beneficiar - materialmente e politicamente - as elites dos diferentes grupos, assim como possibilitava, aos colonialistas, perceber as dissensões entre os grupos e suas chefias<sup>564</sup>.

Estes vinte e cinco anos prepararam o terreno das relações para que o General Spínola pudesse gestar seu projeto político para a “Guiné Melhor” (publicada em obra “Por uma Guiné melhor”, em 1970), assim como propiciou a ideia do referendo das populações locais à política do governo e da prática dos “Congresso das Etnias da Guiné”<sup>565</sup> que, em 1973, se institucionalizam como “Congresso do Povo”. De 1970 a 1973 ocorreram cinco Congressos<sup>566</sup>: estes faziam parte da referida estratégia “psicossocial” de Spínola, em um contexto de guerra e reivindicação pela autodeterminação e independência: pretendia referendar pelo “povo” - mormente as elites de alguns grupos - as benesses da colonização portuguesa e a capacidade intrínseca do português de “criar” comunidades plurirraciais e pluricontinentais sob a “bandeira portuguesa”.

Na perspectiva de Spínola, havia a busca de “construir uma Guiné autodeterminada dentro do contexto do Portugal renovado para que caminhamos” (SPÍNOLA, 1973, p.122)

---

<sup>564</sup> A frase de Rodrigues (1970, p. 18) “Acabaram os perigos das divisões, das travessias pelos chãos alheios, porque agora o chão é de todos, é simplesmente português” explicita a estratégia de poder que apontava as divisões entre os grupos para proporcionar a “união sob a bandeira portuguesa”.

<sup>565</sup> Segundo Belchior (1973), os Congressos surgiram para resolver disputa entre Mandingas e Fulas, grupos islamizados tradicionais que davam o principal apoio aos portugueses.

<sup>566</sup>Os “Congressos do Povo” eram organizados em sua fase regional e depois provincial, aos quais reuniram crescente número de “chefes tradicionais”/“chefes da tabanca”/“autoridades”, espaço usado para negociar com o governo determinadas “vantagens materiais”. Os registros na seção “Crônicas da Colônia” dos Boletins Culturais da Guiné Portuguesa apresentam bem quais as vantagens junto ao poder colonial foram negociadas pelos chefes tradicionais. Na obra “Um Novo Caminho: Os Congressos do Povo da Guiné”, de Manuel Belchior, publicada em 1973 pela Editora Arcádia, há o relato sobre o que ocorria nestas reuniões e como funcionava. Com a ressalva do autor que era um funcionário colonial, conhecido pelo trabalho de compilação e transcrição de contos mandinga e fula. Trabalhou com Spínola na organização e realização destes congressos. Os “Congressos do Povo” evidenciam que era necessário a construção de uma relação mais próxima com as autoridades locais e uma organização - que foi prévia a atuação de Spínola - calcada na política de “evolução da Guiné”. Esta possibilitou perceber as especificidades de cada grupo e abrir espaço para ouvir que, por exemplo, o “Concelho de Bula” precisava de um “celeiro de mancarra”, que o “Concelho de Mansoa” requiritava que suas casas tivessem “cobertura de zinco” e que a “Circunscrição dos Bijagós” desejava “canoas motorizadas”, assim como explorar as rivalidades entre as tabancas.

aceitando que “o conceito universal de ‘livre opção dos povos’ se objective pela via formal do plebiscito sempre que se reconheça ser necessário” (SPÍNOLA, 1973, p.121). A ideia de plebiscito/referendo - buscando reforçar a imagem de “racionalmente democrata” (SPÍNOLA, 1973, p.115) - veio trabalhada desde 1970 na experiência dos “Congressos das Etnias da Guiné”. Segundo as palavras de Spínola:

Os Congressos do Povo, nascidos na Guiné em 1970, representam a cúpula de um pensamento coerente, traçado à luz de princípios mantidos na ideologia motora da expansão portuguesa do mundo. Nada criamos de verdadeiramente novo, e confortamo-nos a certeza de, ao instituí-los, termos ido ao encontro das mais lídimas tradições do secular humanismo português. (SPÍNOLA, 1973, p.88)

Novamente, reaparece os fundamentos lusotropicalistas a respeito da colonização portuguesa e sua história, que de acordo com Spínola (1970, p.388), surge como "acção na dignificação e promoção do homem". Tal política é alinhada com uma leitura sobre a portugalidade e uma necessária “renovação” da mesma a partir dos "altos ideais que as leis da história fixaram à Nação Portuguesa" (SPINOLA, 1970, p.388) que segundo o general ficaram relegados pelos métodos e ideário do velho regime. O General tinha uma concepção de horizontalidade sobre a “Nação Portuguesa”, defendendo a paridade de lei para os diferentes territórios, “sem excepção de cor ou raça” (SPÍNOLA, 1970, p.29). Esta concepção “pluricontinental e plurirracial” era apresentada reiteradamente por Spínola:

transmutando estas considerações para o contexto das relações entre as várias comunidade que formam o Mundo Lusíada, impõe-se por isso clarificar o interesse nacional à luz do respeito pelos interesses das várias parcelas do todo, com vista a garantir a sobrevivência de uma cultura através de um certo sistema de relações humanas que permita construir em bases sólidas um vasto espaço entre os portugueses de todas as raças e credos vivam, convivam e se completem harmoniosa arquitectura social. (SPÍNOLA, 1973, p.9)

Assim como em Sarmiento Rodrigues, também em Spínola, Portugal seria uma “nação de feição acentuadamente africana” (SPÍNOLA, 1973, p.20). Em sua concepção, a atuação militar nas colônias ocorria devido a defesa de uma “maneira de estar no mundo” (SPÍNOLA, 1973, p.15), ou seja, a colonização portuguesa, presente sobretudo na cultura e na língua. Esta teria se imiscuído facilmente - quase que “naturalmente” (SPÍNOLA, 1973) - nas populações as quais teve contato, decorrendo que, onde houvesse traços culturais portugueses e sua respectiva língua, haveria Portugal, a “Nação Portuguesa” e conseqüentemente, a “portugalidade”. No projeto de governo propunha a “regionalização das estruturas”, ou seja, a descentralização do governo das províncias, o que, neste contexto, também significava uma



maior autonomia para o seu poder na Guiné - tendo em vista que, para além de um projeto pessoal, há a percepção de que o governo central estava limitando a sua ação.

No despontar da década de 1970, já defende que não haveria solução militar para a questão colonial e que esta seria eminentemente política e atrelada a uma forma de olhar um projeto político para um Portugal que deveria se transformar. Diz que:

Não o conseguiremos pela força das armas; é discutível que consigamos apertuguesando o Mundo Lusíada, mas a experiência da Guiné prova à evidência que o podemos conseguir à luz de uma portugalidade renovada, como tal se entendendo uma filosofia que enforma a nossa secular maneira de estar no mundo e ao mesmo tempo se fundamente no respeito pelos princípios normativos das sociedades modernas. (SPÍNOLA, 1970, p.9)

Ao olhar para uma “regionalização”, Spínola argui que este “é um processo tão irreversível quanto o é a tarefa de renovação em que estamos empenhados, com vista à construção de uma autêntica unidade nacional” (SPÍNOLA, 1973, p.117), através da qual “se caminha para os objectivos de uma política verdadeiramente nacional” (SPÍNOLA, 1973, p.117). Neste âmbito, projeta, a longo prazo e de forma controlada pelo governo, a “ideia de uma Guiné administrada pelos Guinéus sob bandeira portuguesa” (SPÍNOLA, 1973, p.117), ou seja, esta é a forma como, inicialmente, trata a questão da autodeterminação. O argumento da autodeterminação - que não é sinónimo da independência política tal como defendido pelos nacionalistas guineenses e caboverdianos - é assim apresentada por Spínola, quando ocupava o cargo de governador<sup>567</sup>:

Não pode assim deixar de preconizar-se a ampla autonomia como indescritível à continuidade e unidade da Nação Portuguesa, e essa ampla autonomia só envolverá riscos se não formos capazes de assegurar a solidariedade moral e o progresso harmónico em clima completivo, essenciais ao futuro da Nação. (SPÍNOLA, 1973, p.120)

Admitia, neste sentido, que para além da guerra e da disputa territorial, haveria um conflito de discursos - no plano interno e no plano internacional - entre ele e o líder do PAIGC, Amílcar Cabral - o “confronto entre ideias força jogadas no conflito” (SPÍNOLA, 1973, p.113). Ao passo que Cabral fortemente repudiava a ideia da “condução a autodeterminação” apresentada por Spínola, o português dizia que:

Conduzimos em África um processo de autêntica descolonização, na medida em que descolonizar signifique preparar os povos para assumir a gestão dos seus interesses e participar na definição e persecução dos destinos comuns, promovendo para tanto as sínteses sociais e políticas necessárias à constituição de harmoniosas comunidades humanas. (SPÍNOLA, 1973, p.152)

---

<sup>567</sup> Carlos Lacerda tinha argumento simétrico a este.

Spínola representou uma alternativa, conservando o ideário lusotropicalista e projetos de integração há muito gestados na ideia imperial portuguesa, alegando uma adaptação aos novos contextos. Esta proposta, agora, trazia uma atualização, pois “nada será preciso inventar, nem descobrir: bastará sobre o passado, até o ponto que nos desviamos da senda de uma portugalidade que prosseguíamos, a partir daí, retomar o caminho” (SPÍNOLA, 1974, p.158). Neste sentido, a “portugalidade” em Spínola fica na mesma categoria do conceito de “lusitanidade” - apresentada na primeira parte desta tese junto com a análise da construção e usos deste conceito por uma rede de intelectuais - tratando-se de noções vinculadas à abertura da cultura e língua portuguesa a diferentes culturas, à tolerância, à adaptação - sobretudo aos trópicos - e a ausência de preconceito racial – inspirada nas teses de Freyre. Spínola diz que:

franca, aberta, generosa e tolerante maneira de viver e conviver. Nela cabem a nossa franqueza rude, o nosso espírito de aventura, a nossa capacidade de adaptação, a nossa aptidão para fazer amigos e cultivar amizades, a simplicidade com que oferecemos auxílio, a total ausência de preconceito racial e essa espantosa capacidade de miscigenação cultural que nos confere uma extraordinária aptidão para sobreviver em qualquer ambiente. Foi essa portugalidade que nos abriu as portas de África e é nela que têm de mergulhar as raízes do nosso futuro. (SPÍNOLA, 1974, p.157)

O conceito “lusitanidade” é apenas citado periféricamente na obra de Spínola, em “Portugal e o Futuro”, no seguinte trecho:

Encontramo-nos basicamente em presença de um movimento de afirmação e expressão de vontades de povos africanos, e até a própria coerência com a moral que defendemos nos deverá impelir para uma abertura ao que se contém de justo e legítimo nesse movimento, que encontra de resto o mais perfeito cabimento num contexto de lusitanidade. (SPÍNOLA, 1974, p.142)

Pode-se dizer que Spínola propõe uma renovação conservadora, ou seja, a dita “renovação na continuidade”, utilizando-se do conceito de “portugalidade” - advogado por figuras como Franco Nogueira e Sarmiento Rodrigues – e não de “lusitanidade”. Neste encaixo, Spínola traz a ideia desta “renovação”, muito baseado na crítica aos posicionamentos da alta cúpula que estava no centro do poder em Lisboa - centralizada na figura de Marcello Caetano. Por conseguinte, segundo Spínola, o poder centralizado em Caetano era responsável pela crise ao qual Portugal e o Ultramar estavam fadados – o que ele analisa na primeira parte de “Portugal e o Futuro” (1974), decorrendo desta cisão as negociações em prol do encerramento da guerra colonial à revelia de Caetano, o que será analisado na próxima seção.

## 6.2 Senghor-Spínola/Senghor-Spínola-Cabral: diálogo

Esta parte do trabalho analisa o diálogo entre o Presidente do Senegal, Léopold Senghor e o governador da Guiné, António de Spínola, que objetivavam contato com Amílcar Cabral e o PAIGC, tendo em vista uma negociação em prol do encerramento da guerra colonial, circunscrito à Guiné. As fontes que são utilizadas para analisar os eventos são sobretudo entrevistas, corroborando os relatos com documentações oficiais/diplomáticas evidenciando de que forma se deram as aproximações e por quais intermediários. Assim, em primeiro plano, analisa-se a entrevista realizada por Tíscar<sup>568</sup>, publicada em 2017, com o inspetor Fragoso Allas, “o homem de Spínola”, assim como entrevista de Carlos Fabião, realizada por Avillez (publicada pelo CDOC 25 de Abril/Universidade de Coimbra). Também se considera a obra-testemunho de Alpoim Calvão, “De Conacri ao MDLP”, junto como as entrevistas e obras do General Spínola. Em um terceiro plano, corrobora-se estes com a análise das atas dos encontros diplomáticos e seu processo de produção. Já na versão de membros do PAIGC, cuja perspectiva sobre o evento está menos documentada, apresentar-se-á os relatos de Luís Cabral e Pedro Pires<sup>569</sup>.

Vale ressaltar que o estreitamento de relações entre o governo da Guiné chefiado por Spínola e o governo do Senegal, chefiado por Senghor, remete inicialmente ao ano de 1970, quando uma delegação constituída por Alexandre Ribeiro da Cunha, Inspetor Superior do Ultramar e por Alberto Matos Rodrigues, o Inspetor da DGS (Direção Geral de Segurança) locado na Guiné, viajaram até Dakar, vislumbrando uma possibilidade de audiência com o presidente do Senegal, Léopold Senghor, que não os recebeu. A referida delegação foi recebida pelo Ministro da Educação e Juventude, Ousmane Camará. Neste período, os contatos entre os representantes do governo do Senegal e do governo português ainda eram incipientes e desconfiados, pois o corte de relações ainda estava mantido e os contatos diplomáticos eram

---

<sup>568</sup> Maria José Tíscar é uma historiadora/investigadora universitária espanhola, possui produção sobre a temática das relações lusoespanholas durante o Marcelismo e sobre o apoio da Espanha franquista ao Estado Novo Português durante a Guerra Colonial. Suas pesquisas e publicações mais recentes relacionam-se com a interpretação do conjunto de fontes que são as “Actas do Conselho de Estado do período transitório 1974-1975”. Em 2012 publicou “O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A Questão das Actas” (Edições Colibri, 2012) e em 2017 publicou “A PIDE no Xadrez Africano. Angola, Zaire, Guiné, Moçambique. Conversas com o Inspector Fragoso Allas” (Edições Colibri, 2017), este último com entrevista na íntegra com o Inspetor Fragoso Allas. Durante a entrevista, a pesquisadora apresentou diferentes fontes documentais à Allas- entre elas as “actas” produzidas por Spínola sobre os encontros com o Presidente Senghor - episódios que foram comentados pelo então ex-inspetor e que serão analisados por este trabalho tendo em vista os objetivos desta pesquisa.

<sup>569</sup> Contidos na obra: LOPES, José Vicente. Bastidores da História de Cabo Verde. Praia: Centro Cultural Português/Printer Portuguesa, 1996.

realizados efetivamente via embaixada Suíça<sup>570</sup> - que tinha a representação dos interesses portugueses no Senegal (TÍSCAR, 2017).

Em dada conjuntura, a diplomacia senegalesa e o presidente Senghor - alinhado aos debates da Organização da Unidade Africana (OUA) - estava visitando países como Finlândia, Suécia, Suíça bem como os países da OTAN (TÍSCAR, 2017). Estas visitas tinham o objetivo de mobilizar os governantes para realizarem novas pressões sobre Portugal tendo em vista a descolonização e o fim da guerra colonial ainda em curso, assim como garantir a aplicação da Convenção de Genebra<sup>571</sup> para os combatentes dos movimentos de libertação.

Os contatos diretos entre o governo português e o governo do Senegal somente foram retomados após o período de impasse causado pela falência da “Operação Mar Verde”<sup>572</sup> mais conhecida como “invasão de Conacri”. Esta operação se deu em 22 de novembro de 1970 e concretizou-se por forças que saíram do território português, incluindo guineenses - opositores ao regime de Sékou Touré - que estavam na capital, Conacri. A operação tinha como principal objetivo os “alvos humanos”, Amílcar Cabral e Sékou Touré, porém somente conseguiu tomar a central elétrica, destruir frotas de lanchas do PAIGC, ocupar postos militares e libertar prisioneiros portugueses (TÍSCAR, 2017. CALVÃO, 1976). Foi considerada um fracasso pois não atingiu os líderes dos movimentos e nem postos civis, como as estações de rádio e os aviões Mig.

A operação tinha sido desaconselhada pelo Ministro do Ultramar, mas autorizada pelo presidente do Conselho em Portugal. Foi antecedida pelo episódio da “morte dos Três

---

<sup>570</sup> Segundo demonstra Tíscar (2017), a embaixada da Suíça realizava a função de intermediária entre o governo do Senegal e o governo português, assim como as comunicações com o DGS Português. Segundo aponta entrevista de Frago Alas (2017, p.179) “em Genebra, a DGS tinha um contacto importante, que posteriormente trabalhou para a rede de informação organizada pelo comandante Alpoim Calvão, Jean Marie Doré. Guineense, natural de Conacri, Doré era filho de um chefe de distrito e tinha estudado direito e ciência política em França e na Suíça e trabalhava em Genebra na OIT.”. A atuação do governo suíço em relação às lutas de libertação das colônias portuguesas é percebido por Widmer (2017) que conclui que entre 1968 e 1974 as lutas de independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau mobilizaram um grande número de indivíduos e organizações de diferentes backgrounds ideológicos e motivações. (Revista Afriche e Orienti, 3/2017).

<sup>571</sup>De acordo com a Convenção de Genebra, de 1949, os civis são claramente protegidos de toda hostilidade: eles não podem ser sequestrados, para servir, por exemplo, de escudos humanos; toda e qualquer medida de extorsão visando os civis ou seus bens e as punições coletivas são estritamente proibidas.

<sup>572</sup> Tíscar (2017), a partir dos relatos do Inspetor Frago Alas, aponta que a Operação Mar Verde foi realizada junto ao ensejo do governo francês de derrubar o governo de Sékou Touré na Guiné Conacri. A conspiração francesa contra o governo da Guiné já vinha sendo gestada. Diz ele: “A França tentou mudar o regime guineense por vários meios, como a ‘guerra monetária’, através da chamada ‘Operação Persil’, à qual se seguiram tentativas diretas, como as ocorridas em 1959 e 1960 e que tinham contado com o apoio de Dakar, onde tinham treinado oficiais do ‘11ème Choc’ para fazer ao mesmo tempo um golpe de estado e uma sublevação popular no maciço do Fouta-Djalón, onde uma parte da população peul tinha partido para o Senegal [...] Portugal deu seu contributo a este programa francês tentando um golpe de mão na Guiné Conacri” (TÍSCAR, 2017, p.174).

Majores”<sup>573</sup>, no chão Manjaco, em abril de 1970, última oportunidade de emboscada para o General Spínola – o qual, derradeiramente, não compareceu ao local. O episódio serviu para aprofundar o desentendimento entre guinéus e caboverdianos, “porque eram os guineenses que estavam a negociar o regresso dos guerrilheiros à revelia do PAIGC.” (TÍSCAR, 2017, p. 185). O fracasso desta operação gerou a mudança da chefia da PIDE/DGS na Guiné (TÍSCAR, 2017. MATEUS, 2004), com a nomeação de Fragoso Allas<sup>574</sup>; ao mesmo tempo em que se aprofundava a internacionalização da guerra colonial portuguesa - aspecto muito temido pelo governo português (AMADO, 2011). Nos próximos dois anos (1971-1972), o general Spínola reforçou a via de negociação, tentando aproximar-se de Léopold Senghor, que tinha prestígio internacional e ocupava o cargo de presidente do Senegal.

Sobre este mesmo contexto, Marcello Caetano relatou - em “Confidências no Exílio”, escrito por Serrão (1984) - o ensejo registrado em carta ao Presidente do Conselho, em 7 de Julho de 1972, enviada pelo Professor Benjamin Pinto Bull<sup>575</sup>, de propor resoluções para o problema da Guiné, contendo “propostas concretas do Presidente Senghor, de quem era amigo e definiu como político moderado em matéria de política africana, para que a paz se instaurasse de novo naquele território” (SERRÃO, 1984, p.39) e que, segundo o referido autor, Senghor teria proposto um encontro com Caetano nas Ilhas Canárias. A via negociada com os movimentos de libertação - neste caso, o PAIGC - não foi aceita pelo governo central de Lisboa - tanto pela via proposta por Senghor quanto pela via do governador da Guiné, General Spínola, que será analisado na sequência.

Para entender como se deu a aproximação de Senghor e Spínola, tendo em vista as conversas sobre a guerra na Guiné e possibilidades de negociações para o cessar-fogo, objetivando a autodeterminação e independência, é imprescindível olhar para a ação do Inspetor/Espião da PIDE, na Guiné, Fragoso Allas. Segundo John Cann<sup>576</sup>, anterior às ações na

---

<sup>573</sup>Em 20 de Abril de 1970, três Majores do Exército Português, que prestavam serviço no Comando de Agrupamento Operacional (CAOP), acompanhados pelo Alferes Joaquim Palmeiro Mosca e seus colegas, foram assassinados na Região de Teixeira Pinto. Estes portugueses objetivavam conversar com membros do PAIGC na ocasião em que foram mortos.

<sup>574</sup> Sobre a substituição de Matos Rodrigues, inspetor da PIDE/DGS na Guiné: “Matos Rodrigues trabalhou de muito perto com o Comandante Calvão na preparação da Operação Mar Verde, sendo-lhe posteriormente imputada por aquele a falta de informações na operação. Deve ter sido o desentendimento nesta questão que fez com que o General Spínola desse por finda a missão de Matos Rodrigues. Para a sua substituição nas funções, o general terá referido a Lisboa que “ou vem Allas ou eu fecho a delegação na Guiné” (TÍSCAR, 2017, p.176).

<sup>575</sup> Bull seguia a Lisboa como bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>576</sup>John P. Cann publicou “Os Flechas: Caçadores Guerreiros no Leste de Angola - 1965/74”, “Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War - 1961/1974”, “A Marinha em África: Angola, Guiné e Moçambique - Campanhas Fluviais 1961/74” (2009) e “Plano de Voo África: O Poder Aéreo Português na Contrassubversão - 1961/74” (2017).

Guiné, Allas foi um dos responsáveis pela criação dos “Flechas”<sup>577</sup>, que eram uma força especial/paramilitar, constituída por homens locais, criada em 1966 em resposta a uma necessidade da PIDE/DGS no leste de Angola, objetivando os interesses político-militares. Cann trata que estas operações se estenderam ao Congo, Namíbia, Zaire e Zâmbia. O inspetor era conhecido, segundo Carlos Fabião, por ter estado “dois anos na embaixada portuguesa de Kinshasa, disfarçado de adido comercial ou cultural. O certo é que conhecia bem - e influenciava - o Mobutu.”<sup>578</sup>. Assim, “É então ele que consegue mexer-se para pôr em contacto o Senghor, Presidente do Senegal, com o general Spínola.”<sup>579</sup>.

Cabe dizer que, neste momento, aprofunda-se uma cisão entre o governo de Lisboa, chefiado por Caetano, com o governo da Guiné, chefiado por Spínola. Segundo as análises documentais de Tíscar (2017) e o confronto das documentações com a entrevista com o Inspetor Allas, foi possível concluir que havia uma desconfiança de Caetano em relação a Spínola, pois a PIDE enviava relatórios para o governo central sem passarem por Spínola (TÍSCAR, 2017, p.176) e que o General era observado pela sua conduta política. Com a chegada de Allas à Guiné, há ruídos entre a PIDE de Lisboa e a delegação da mesma na Guiné, reforçando as dissensões entre o governo de Lisboa e o governo provincial. Neste sentido, Tíscar (2017, p.201) conclui que:

Uma das coisas que mais chama a atenção no relato do Inspetor Fragoso Allas é a escassa comunicação, em tempos de guerra e dentro de um regime que se assumia como totalitário desde a sua fundação, entre a Direção Geral de Segurança, em Lisboa e a delegação na Guiné. Mas podemos hoje comprovar que tal situação era um facto, chegando ao ponto de nem os louvores despachados pela hierarquia superior da DGS chegarem a um destino.

O aprofundamento da fratura também é comprovado quando Allas relata que: “se eu podia produzir informações era com o dinheiro que o general disponibilizava, não com as verbas da DGS de Lisboa”<sup>580</sup>, ou seja, “Até o combustível para nossas viaturas era fornecido pelo Comando-chefe”<sup>581</sup>. Também diz que “Eu trabalhava com o general com muita abertura”

<sup>577</sup>Segundo Cann, em “Os Flechas: Caçadores Guerreiros no Leste de Angola - 1965/74”, este grupo organizava-se em subgrupos de combate em moldes idênticos aos das unidades do Exército. Andavam uniformizados, recebiam um intenso treino específico de utilidade militar e tiro com armas de fogo. Segundo o autor, apesar do treinamento ocidental, revelavam sempre uma forma africana única de resolver problemas. Os seus grupos estavam em locais onde a língua e o terreno lhes eram familiares. Segundo Cann, em 1966, existiam apenas oito Flechas, mas em 1974 eram mais de mil.

<sup>578</sup> Entrevista com Carlos Fabião, por Maria João Avillez. In: Arquivo Electrónico - Centro de Documentação 25 de Abril. <Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao>>, <Acesso em 30/11/2020>.

<sup>579</sup> Ibid.

<sup>580</sup> Fragoso Allas em entrevista à Tíscar (2017, p.206).

<sup>581</sup> Ibid.

<sup>582</sup> assim como o General Spínola relata sobre Allas que: “tinha confiança absoluta e total nele.” (TÍSCAR, 2017, p.206). Desta forma, Frago Allas assume que o objetivo principal de sua presença na Guiné, por parte de Spínola, foi buscar a promoção de “conversações com o PAIGC”, especificamente com Amílcar Cabral. Relata que:

O objectivo do General era ter alguma sensibilidade para perceber melhor o que se passava no interior do PAIGC, sem provocar mal estar. Claro que não era por isso que se deixavam efetuar prisões, mas só aquelas que eram absolutamente necessárias. Eu sentia que ele tinha esse interesse em encetar conversações com o PAIGC, mas isso não pode ser feito sem tempo. O mais importante para ele era melhorar a pesquisa de informação porque a queria para aproveitar as suas operações.<sup>583</sup>

Já Spínola relata, sobre o trabalho de Allas no que concerne à viabilização dos encontros com Senghor, dizendo que:

foi depois, para Bissau, um elemento muito competente (o Inspetor Frago Allas) [...] Prestou relevantes serviços e foi através dele que penetrei no PAIGC, proporcionando-me contactos directos com o Léopold Senghor e até com o próprio Amílcar Cabral<sup>584</sup> (SPÍNOLA apud TÍSCAR, 2017, p.180).

Neste entremeio, é necessário ressaltar outros alinhamentos, como o importante apoio internacional provindo da URSS e de Cuba para o PAIGC - sobretudo após a criação da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAAL) em Havana (1966) e da subsequente viagem de Cabral a Cuba (MENDY, 2009). Outro marco fundamental ocorre, em 1972: a intervenção de Amílcar Cabral na Organização das Nações Unidas e sua posterior visita a Moscú, onde obtém suporte bélico (os Mísseis Strella, artilharia e veículos blindados BTR), assim como quadros para o PAIGC, que acabam por ocupar cargos de comando - pela sua experiência em armas pesadas e artilharia - causando intrigas dentro do próprio movimento de libertação (MENDY, 2009).

Sobre as articulações em relação ao PAIGC, neste contexto, Allas vai relatar que foi relacionado a este momento de entrada de cubanos na estrutura do movimento. Consequentemente, muitos quadros passaram a insubordinar-se e migrar para Conacri. Diz que:

---

<sup>582</sup> Ibid.

<sup>583</sup> Frago Allas em entrevista à Tíscar (2017, p.181).

<sup>584</sup> Sobre o caso, Frago Allas, confrontado por Tíscar sobre esta fala de Spínola, comenta que “o Comandante-Chefe começou a saber mais coisas do PAIGC. Agora ‘penetrar’, no sentido de influenciar o grupo a partir de dentro, isso não foi conseguido. O resto não responde exatamente a verdade. Houve um único contacto directo com Senghor. Com Amílcar Cabral não houve contacto nenhum.” (TÍSCAR, 2017, p.180)

“não sei se haveria uma facção anti-Amílcar, mas, a haver, seria, certamente, anti-caboverdiana, mais precisamente, anti-mestiça”<sup>585</sup>.

Assim, percebe-se a formação de uma rede de informações da PIDE em Guiné Conacri e Senegal, fortalecida com o trabalho de Allas. Segundo este, no Senegal era mais fácil obter informações. A região de fronteira com o Senegal era muito importante e a PIDE/DGS contou com a troca de favores com os comerciantes fulas, os “djilas”, que necessitavam de um passe, um “laissez-passer”, para ir buscar suas mercadorias em território senegalês. Este era emitido pelos postos que guardavam a fronteira. Allas organizou uma forma célere de emitir o passe com a condição de obter informações (a “auscultação”) quando do retorno destes mercadores, segundo ele, “o que veio a demonstrar-se altamente rentável”<sup>586</sup>. Descreve que os comerciantes do interior da Guiné também eram de grande importância para forjar a rede de informações do serviço secreto. Os principais postos de informação ficavam na fronteira com o Senegal, como o Posto de Pirada - no nordeste da Guiné Portuguesa - que se situava dentro da casa de um comerciante local guineense chamado Mário Soares, que fazia “jogo duplo” servindo de informante à PIDE/DGS e ao PAIGC.

Relata Allas: “o Mário Soares era habilidoso, tinha boas relações com as autoridades portuguesas e tinha bons contactos, também, com as do Senegal”<sup>587</sup>, promovia “cowboiadas” junto a Alpoim Calvão e Matos Rodrigues. Em troca dos serviços prestados, queria uma concessão para abater árvores com objetivo de comerciar madeira, o que Spínola, reticente, acabou por conceder<sup>588</sup>. Segundo Allas:

Quando queríamos enviar falsas informações ao PAIGC dizíamos-lhe [a Mário Soares] que era muito secreto e então ele logo ia transmiti-las. As informações que ele fornecia sobre o PAIGC quase não serviam, porque nós sabíamos que ele também trabalhava para eles.<sup>589</sup>

Allas também informa que este comerciante, cujo pseudônimo era “Clara Reis”, tinha seus contatos com militares senegaleses: este foi o meio indireto ao qual ele conseguiu entrar em contato com o Presidente Senghor, via militares senegaleses, para preparar o encontro de Spínola com o presidente do Senegal. Relata:

foram os próprios militares senegaleses que se deslocaram ao Posto de Guidaje dizendo que queriam falar comigo, porque certamente houve ligações com as

<sup>585</sup> Fragoso Allas em entrevista à Tíscar (2017, p.181).

<sup>586</sup> Ibid, p. 194.

<sup>587</sup> Ibid, p.190.

<sup>588</sup> Ibid, p.190.

<sup>589</sup> Ibid, p.190.



autoridades senegalesas para coisas de interesse próprio, relativas a relações de fronteira. Foi o próprio Comandante Militar de Casamança que compareceu, dizendo que queria falar conosco. Eu próprio me desloquei até à área de Casamança, em abril de 1973, para obter a autorização para as nossas forças armadas fazerem uma expedição militar em território senegalês. O Senegal queria tranquilidade. O general Spínola tinha me dito: ‘Allas preciso fazer essa operação, veja lá se se pode fazer’.<sup>590</sup>

A partir destes contatos, para além das tratativas para o encontro político entre Spínola e Senghor, também preparou a “Operação Ametista Real”, que teve por missão desarticular a organização na região de fronteira denominada Guidaje-Bigene, e que preparou a entrada de um batalhão português em Casamança - fato que não foi denunciado no Conselho de Segurança da ONU da parte do Senegal, como o foi em outras ocasiões (TÍSCAR, 2017). Relata Allas que o acordo com o capitão senegalês foi: “não façam mal a população senegalesa, de resto façam o que quiserem”<sup>591</sup>.

A partir destes movimentos, objetivando aproximações, em 1972, são registrados “encontros luso-senegaleses” realizados no “Club Méditerranée”, em Cap Skirring - região balneária frequentada por europeus, que possui aeroporto e campos de golfe, localizada em Basse Casamance, no Senegal. Os testemunhos destes encontros são registrados por atas, por relato de Spínola, pelo registro do diplomata Diogo Nunes Barata e pela entrevista com Inspetor da PIDE/DGS, Fragoso Allas. Sabe-se que houve uma reunião em 27 de abril, outra em 18 de maio, ambas no ano de 1972 e há dúvidas sobre uma terceira, ocorrida em 27 de julho do mesmo ano (CALHEIROS, 2010).

Segundo ata, a primeira ida ao Senegal em abril, foi realizada pelo General Spínola, pelo seu secretário, alferes e miliciano, Nunes Barata, por Fragoso Allas, inspetor da PIDE/DGS e pelo ajudante de campo, Capitão Fernandes Tomás. Neste encontro, o presidente Senghor também não compareceu, participando do encontro o ministro senegalês Camará e o governador de Casamance, Coronel Amadu Belal Ly. O Ministro Camará diz estar representando o Presidente Senghor, em ata produzida pelos portugueses. Segundo relata Spínola no referido documento, uma questão premente investigada pelo representante do governo senegalês foi a posição na qual Spínola se encontrava, ou seja, os senegaleses estariam inquirindo se Spínola representava oficialmente o governo português, ocasião a qual o General responde que “estava a título pessoal”, porém “com conhecimento do governo central”<sup>592</sup>.

---

<sup>590</sup> Ibid, p.190.

<sup>591</sup> Ibid, p.192.

<sup>592</sup> Ata transcrita em anexo 1.1 e 1.2 na obra de Tíscar (2017).

De fato, percebe-se que o primeiro encontro de Cap Skirring foi uma preparação para o encontro realizado em maio, com presença do presidente Senghor, cujo assunto central seria “analisar as relações de vizinhança com o Senegal, porque este país queixava-se com frequência ao Conselho de Segurança da ONU das violações das fronteiras pelas tropas portuguesas.” (TÍSCAR, 2017, p. 211).

Segundo a ata, o Ministro senegalês posiciona-se, dizendo que: “ao povo guineense a quem competia decidir do seu destino, mas também pensava que a Guiné deveria manter os seus laços de afinidade com Portugal” (TÍSCAR, 2017, p. 211), também foi dito que “o presidente Senghor estava na disposição de servir de mediano entre Portugal e o PAIGC, com vista a obter-se um cessar-fogo e negociações diretas conducentes à paz” (TÍSCAR, 2017, p. 211). Por outra perspectiva do mesmo acontecimento, em entrevista, Allas nega que teriam sido tocados em assuntos como “cessar-fogo” ou “negociações”, afirmando que apenas tratou-se de questões das invasões de fronteira que, segundo ele, “nós negávamos, mas que aconteciam” (TÍSCAR, 2017, p. 211).

A questão premente - e bem percebida pelos senegaleses, desde o primeiro encontro – foi a fratura entre o governo da Guiné e o governo central de Lisboa, ou seja, necessariamente acordar questões oficiais com Spínola não representava tratar com o governo de Marcello Caetano. Frágoso Allas também salienta que não houve participação da direção geral da PIDE/DGS, somente “o diretor responsável pela Guiné e Cabo Verde, Coelho Dias me disse pelo telefone para prestar toda a assistência ao Senhor governador”<sup>593</sup> e que “o General Spínola estava à título pessoal, sem qualquer mandato, se bem que com conhecimento do seu governo”<sup>594</sup>.

Desta feita, no mês de maio de 1972, na mesma localidade, Spínola encontra-se com o presidente do Senegal, Léopold Senghor. Segundo Allas, “nós chegamos a Cap Skirring, e os dois helicópteros da nossa força aérea (Allouettes-3) aterraram na cabeceira da pista”<sup>595</sup> e que “pouco depois, aterrou o Dakota procedente de Dakar com o Presidente Senghor e sua comitiva, que integrava mulher e filho. Com o Senegal ocorreu tudo impecavelmente”<sup>596</sup>. Percebe-se que pela comitiva de Senghor o encontro era informal e amistoso, ou seja, este não estava acompanhado de uma comitiva política e sim familiar. Allas segue relatando que:

entramos no local da reunião, o general Spínola, o Nunes Barata e eu. O piloto, capitão Zúquete da Fonseca, ficou no helicóptero mantendo ligações via rádio.

<sup>593</sup> Frágoso Allas em entrevista à Tíscar (2017, p.209).

<sup>594</sup> Ibid, p.211.

<sup>595</sup> Ibid, p.214.

<sup>596</sup> Ibid, p.214.

O Nord Atlas com as tropas que efetuavam a segurança e sobrevoava a zona, com os paraquedistas embarcados preparados. Até aconteceu o Zúquete da Fonseca conhecer o piloto do avião de Senghor e, assim, estiveram conversando, enquanto nós nos mantivemos na reunião.<sup>597</sup>

Portanto, participaram da reunião com Senghor, o general Spínola, Frago Allas e Nunes Barata, estes dois últimos, responsáveis por preparar a reunião junto ao Ministro de Senghor, no mês anterior. Assim, sabia-se que este encontro se tratava mais de explorações e conversas sobre geopolítica, do que propriamente negociações oficiais, cada um, a seu lado e com seus interesses, arguindo soluções para o conflito em curso. Segundo Allas, “noventa por cento do tempo foi gasto com Senghor a falar. O general não era fluente em francês, nem Senghor era em português.”<sup>598</sup>

É necessário ressaltar que há grandes dissonâncias entre os relatos de Spínola, Allas e Nunes Barata sobre o que de fato ocorreu nestes encontros, até mesmo sobre o relato de quantos encontros seriam. As divergências envolvem inclusive a acusação a Spínola, por parte de Allas, da forja de atas, que não retratariam exatamente os termos das conversas. Frago Allas relata que foram apenas duas reuniões (em abril e maio de 1972) e que a terceira, que supostamente foi realizada em julho segundo Spínola, teria sido forjada pelo próprio General em uma “acta” com o objetivo de “ficar bem na história”<sup>599</sup> e que os documentos de registro das outras duas reuniões teriam estreita ligação com os subsídios do livro “Portugal e o Futuro”.

Corroborando as atas e as impressões de Allas e de Barata, pode-se inferir que as estas “actas” foram documentos forjados pelo General Spínola para atingir determinados fins políticos e não o relato do que teria ocorrido nos encontros<sup>600</sup>. Segundo estes documentos produzidos pelo General Spínola, ele elogia Senghor e diz que partilha da visão do mesmo sobre os processos de independência das colônias francesas, especificamente o Senegal, ou seja, da construção de uma ampla autonomia dentro do escopo de uma Comunidade Francesa. Argui que tal solução seria muito favorável tanto para a antiga metrópole como para a própria colônia. Assim, percebe-se que o conteúdo das atas está estreitamente alinhado com o conteúdo da obra “Portugal e o Futuro”, fazendo parte de um mesmo projeto político e de um mesmo “conjunto documental”, produto das ações do General Spínola.

---

<sup>597</sup> Ibid, p.214.

<sup>598</sup> Ibid, p.215.

<sup>599</sup> Ibid, p.209.

<sup>600</sup> Allas relata que possivelmente haveria gravações da reunião de Senghor e Spínola. Relata que dois dias antes teria recebido um gravador da PIDE, porém o aparelho não teria capacidade técnica de realizar a gravação de todas as conversas. Relata que teriam gravado parte da conversa “secretamente”, ou seja, sem o presidente Senghor anuir. Também apresenta não ter conhecimento de outras pessoas, além dele, terem realizado outras gravações “secretas”.

Uma das dissonâncias entre Senghor e Spínola que foi documentada refere-se a forma de tratamento aos movimentos de libertação como um todo: Senghor tinha a ideia de que o problema das colônias (Guiné, Angola, Moçambique e as ilhas) deveria ser tratado em conjunto - condição essa que foi apresentada oficialmente pelo Senegal para retomada de relações diplomáticas com Portugal. Já o General Spínola buscou separar o “problema da Guiné” de Angola, Moçambique e até de Cabo Verde. Sobre a divergência, Allas vai dizer que, de fato, era o general quem estava a querer isolar o caso da Guiné das outras colônias e que, para o próprio inspetor, esta tentativa era “impossível” e fazia parte das distorções e manobras de Spínola - que são apresentadas pelas “actas” distorcidas.

Outra questão relevante - que é convergente tanto no relato de Spínola quanto no de Allas - é a preocupação de Senghor quanto à preponderância de Sékou Touré e o possível estreitamento de aliança política com o PAIGC na liderança de uma Guiné independente, prejudicando a posição do Senegal. Também havia o repúdio às invasões territoriais e desestabilização da região de Casamance, ao sul do Senegal. Assim, a possibilidade de uma independência da Guiné dentro do escopo de uma comunidade cujas relações com Portugal fossem mantidas e mediadas, beneficiava o projeto político de Senghor para o Senegal e evidentemente, para uma geopolítica da região, tendo em vista a rivalidade entre Senghor e Touré. Segundo Allas:

O Senghor estava muito preocupado com a fronteira sul do Senegal, porque sabia que Sékou Touré queria anexar a Guiné-Bissau, que fazia parte do antigo ‘Império Mandinga’. A conversa de Senghor com o General Spínola baseou-se no receio que ele tinha de o Sékou Touré tentar anexar a Guiné. O Senegal tinha certeza de que com Portugal não haveria atritos. Aqueles problemas que havia na fronteira eram de somenos importância, simples confrontos locais.  
601

Sobre a questão geopolítica e a rivalidade entre Senegal e Guiné Conacri, a análise de Allas vai ao encontro de análises de membros do PAIGC, como Abílio Duarte. Este também relata semelhante ponto, quando diz que tanto Senghor quanto Sékou Touré:

procurava manobrar no sentido de garantir seus próprios interesses, quer em termos de ambições de Estado quer em termos de suas posições político-ideológicas. Senghor opôs-se que utilizássemos o Senegal para operações militares na Guiné, enquanto Sékou Touré foi de longe muito mais aberto ao PAIGC. O Senghor tinha um receio enorme que pudéssemos instalar na Guiné-Bissau um regime que fosse diferente do dele. (DUARTE apud LOPES, 1996, p.182)

---

<sup>601</sup> Fragoso Allas em entrevista à Tíscar (2017, p.215).

Sobre o PAIGC e Senghor, um aspecto citado por Allas foi que “Senghor também não simpatizava com o PAIGC”<sup>602</sup> e por isso queria entender-se com Spínola pois, segundo Allas, preferiria que a Guiné mantivesse suas relações com os portugueses após a independência do que houvesse um alinhamento político (ou até anexação) pela Guiné de Sékou Touré. Tendo estas questões apontadas por Allas em vista, pode-se dizer que elas fazem sentido na medida em que considerarmos a explícita aversão ao comunismo por parte de Senghor, o que determinaria, de fato, a preocupação em um possível alinhamento comunista de uma Guiné independente vinculada à Sékou Touré - do qual abertamente rivalizava.

Olhando de uma terceira perspectiva a reunião em Cap Skirring, Nunes Barata relata que entre o General Spínola e o Presidente Senghor houve um diálogo centrado na explicação dos objetivos para a Guiné, tratando da:

[...] concessão ao povo da Guiné da possibilidade de participar nos seus próprios destinos e que a ideia era caminhar para uma progressiva autonomia, autonomia que na altura o general Spínola indicou que poderia ocorrer no prazo de 15 anos, ao fim do qual seria dado à população da Guiné o direito a escolher o seu destino. O Presidente Senghor achou que, na situação em que as coisas se encontravam, o prazo era talvez excessivo. Houve ali uma discussão sobre prazos, dez anos, quinze anos e, na altura, [Senghor] disse que seria talvez interessante um encontro com o Engenheiro Amílcar Cabral, encontro esse para o qual o Governador Spínola imediatamente se disponibilizou, mas disse que tinha que previamente consultar o seu governo. O que fez, tendo recebido luz vermelha, portanto, não tendo recebido autorização para o fazer. (BARATA apud TÍSCAR, 2017, p.213-214).

Em relação a plausíveis e futuros contatos com Amílcar Cabral, que seriam intermediados por Senghor, também há dissonâncias nos relatos. Nunes Barata cita a possível negociação de prazos para independência e a disposição de Spínola para reunir-se em negociação com o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, ao passo que Allas não recorda que o nome de Amílcar Cabral tenha sido mencionado em qualquer uma das reuniões no Senegal. Já Spínola também admitiu essa intenção, dizendo que teria negociado com Senghor a questão tendo em vista viabilizar o encontro - que teria sido vetado por Marcello Caetano, por fim.

Tanto Spínola, em “País sem Rumo”, como Caetano, em “Depoimentos”, relatam o mesmo desfecho do veto de Caetano (1974, p.190) que sobre o fato vai dizer:

observei ao general que por muito grande que fosse o seu prestígio na Guiné - e eu sabia que era enorme - ao sentar-se à mesa das negociações com Amílcar Cabral ele não teria a frente um banal chefe guerrilheiro, e sim o homem que representava todo o movimento antiportuguês, apoiado pelas Nações Unidas, pela Organização da Unidade Africana, pela imprensa do mundo inteiro [concluindo que] para a defesa do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma

---

<sup>602</sup> Ibid, p.214.

derrota militar com honra, do que por um acordo negocial com terroristas, abrindo caminho a outras negociações.

Assume-se que as “conversações secretas” entre o governo senegalês e o General Spínola podem ter sido estratégicas para Senghor, ao criar relações de confiança com os portugueses e colocar suas posições, sem explicitar suas relações com Amílcar Cabral ao enfatizar sua aberta posição anticomunista, ao passo que tentava negociar a pacificação da região. Sabe-se que há uma relação amistosa entre Senghor e Cabral<sup>603</sup> e uma convergência no que tange à possibilidade de negociação da independência da Guiné com os Portugueses, quando transparece que Senghor deixou claro à comitiva de Spínola que a autoridade de decisão seria do Governo de Lisboa. Tanto Senghor quanto Cabral salientaram que as negociações deveriam ser feitas não com Spínola mas com representante metropolitano.

Agora, pelas lentes de membros do PAIGC, segundo o relato de Luís Cabral, Senghor teria entrado em contato com Amílcar Cabral antes da reunião com Spínola, para consultá-lo sobre as perspectivas de uma conversação com os portugueses. Luís diz que:

Senghor falou com Amílcar na perspectiva de um encontro e meu irmão disse-lhe que, de facto, todo o encontro com o governo português seria bom. Tudo que se fizesse no sentido de o governo português aceitar encontrar-se com os nacionalistas seria útil, mas o Senghor, como chefe de Estado, com o prestígio que tinha, devia encontrar-se com o chefe de Estado Português. No entanto, depois soubemos que ele teve um encontro com Spínola. E soubemos por quê? Como estávamos muito bem relacionados, contaram-nos logo como se estava a preparar tudo para o encontro; no maior segredo. Ligaram-nos e ficamos a saber que tinha havido o encontro. (CABRAL apud ANTUNES, 1995, p. 541)

Também Pedro Pires relata que as iniciativas de paz partiam do presidente Senghor:

Ele dava conhecimento ao Amílcar Cabral; e se não me engano, também comentando esta questão, o Amílcar teria lhe dito o seguinte: ‘o Sr. é o Presidente da República de um país, não deve estar a negociar com um governador colonial. O seu colega é o presidente português.

[...]

a minha impressão é que o Amílcar não acreditava nessa possibilidade de paz tentada pelo Senghor e Spínola. E, para todos os efeitos, Senghor não era mandatário do PAIGC. (PIRES apud LOPES, 1996, p.181)

Já Osvaldo Lopes da Silva, ao evocar a conhecida hostilidade de Senghor “a tudo que se referisse a tiro” (SILVA apud LOPES, 1996, p.181) e a necessidade do “diálogo”, apresenta a percepção de que o presidente senegalês duvidava da capacidade do PAIGC de vencer o exército português, relatando novamente a questão da negociação dos prazos para autonomia

---

<sup>603</sup> A relação de Senghor e Cabral foi apresentada na secção 5 deste trabalho.

da Guiné, “inicialmente pensou numa autonomia de 20 anos, depois reduziu para 10...”. (SILVA apud LOPES, 1996, p.181).

Sobre o possível encontro entre Spínola e Cabral, o general vai testemunhar anos depois, em entrevista, que encontrando-se em Portugal, após reunião com Senghor, recebeu mensagem “dizendo que Amílcar Cabral estava na disposição de ir até Bissau [em outubro de 1972] conferenciar [...] e que, se o Presidente do Conselho [o quisesse acompanhar] também falaria com ele”<sup>604</sup>. Caetano teria negado os contatos com Cabral. Assim, Spínola vai relatar que Allas seria a pessoa que intermediou o possível encontro com Cabral, porém o inspetor o nega - dizendo que “o general sabia perfeitamente que a informação não partira de mim”<sup>605</sup>.

Segundo retrata Allas, Alpoim Calvão é o homem que teria organizado este contato - cuja referência está no livro “De Conacri ao MDLP”. Tal articulação teria sido feita através da filha do já referido comerciante do Posto de Pirada, Mário Soares: ela residia e estudava em Londres - e recebia as informações do pai. Segundo o relato, o comerciante de Pirada teria recebido informações de Luís Cabral - que na época estava na região de Zinguichor, na fronteira da Guiné com Senegal. Então, Luís Cabral, posteriormente, esclarece que os telegramas enviados via Posto de Pirada eram assinados como “Cabral” referindo-se à Luís e não à Amílcar.

Para além de Luís Cabral, Nunes Barata também confirma que o comerciante Mário Soares, conhecido por ser um “habilidoso” fazendo “jogo duplo” e intrigas, teve participação:

Eu lembro-me de estar um dia no meu gabinete no Palácio e de o Senhor Mário Soares ir lá comunicar que já tinha estabelecido o contacto com o lado de lá e que, portanto, se poderiam iniciar as negociações para uma ida, para um encontro do Governador com o próprio Senghor<sup>606</sup>

Sobre este enredo, ressalta-se que Tíscar (2017), tendo por base duas biografias distintas de Amílcar Cabral (TOMÁS, 2007. CASTANHEIRA, 1999) e o depoimento de Alpoim Calvão (1976), realiza uma análise do que Cabral estava fazendo entre julho e outubro de 1972: a autora conclui que seria improvável que estivesse em sua agenda um encontro com o General Spínola - seja em território africano ou europeu - e que provavelmente o testemunho supracitado do

---

<sup>604</sup> Entrevista com o Marechal Spínola a 7 de Julho de 1992. In: BERNARDO, Manuel. Marcello e Spínola: a Ruptura. Editora Estampa: Lisboa, 1996, p.239.

<sup>605</sup> Fragoso Allas em entrevista à Tíscar (2017, p.).

<sup>606</sup> Depoimento do Embaixador Nunes Barata. In: Estudos Gerais da Arrábida. A descolonização portuguesa. Painel dedicado à Guiné (27 de Agosto de 1996). Depoimento do Coronel Antonio Ramos, do embaixador Diogo Nunes Barata e do general Hugo dos Santos.

General português não corresponderia com uma realidade, sendo o testemunho de Luís Cabral o mais factual. Tíscar (2017, p. 217-218) analisa que:

Em junho de 1972, segundo Antonio Tomas, a PIDE informava sobre desentendimentos entre Amílcar Cabral e Momu Toré. Nesta altura, o máximo dirigente do PAIGC dava uma conferência de imprensa ao Jornal 'L'Opinion' de Marrocos na qual admite a hipótese de que venha a ser aceite pelo movimento uma solução negociada com Portugal. Em 19 de setembro do mesmo ano Amílcar Cabral concede uma amnistia a Inocêncio Cani. Para os últimos dias deste mês estaria planeado um encontro em Londres, no British Museum, entre Cabral e Spínola, preparado pelo Comandante Alpoim Calvão, concretamente a data seria o dia 25. Mas nesses dias Cabral vai à Suécia onde é convidado para o Congresso do partido Social-Democrata e ali pronuncia um discurso, a 3 de outubro. Só para fins de outubro é que o PAIGC, por carta de Luís Cabral, dá uma explicação sobre a não realização deste encontro em setembro, em Londres, e apresenta a hipótese de que possa ser feito uma nova tentativa, que depois é fixada para 20 de novembro de 1972, segundo aniversário da 'Mar Verde'. A seguir, Cabral vai a Nova Iorque para discursar na Assembleia Geral da ONU e anunciar a iminente proclamação unilateral da independência de uma parte do território da colônia portuguesa com o nome de República da Guiné-Bissau e receber o doutoramento honoris causa na Universidade de Lincoln.

Portanto, o encontro com Amílcar Cabral nunca teria ocorrido e nem teria possibilidade concreta de ocorrer - a partir de um olhar para os diversos testemunhos sobre as negociações. Neste ponto, o próprio inspetor e Luís Cabral convergem em seus relatos. Segundo Allas: “o Amílcar nunca iria encontrar-se com Spínola porque ele já era uma figura internacional de relevo e não iria rebaixar-se a falar com um Governador. Ele queria falar com o Governador de Lisboa.”<sup>607</sup>; já segundo Luís Cabral:

[...] é uma loucura pensar que um indivíduo da categoria do Amílcar, que foi capaz de fazer toda aquela luta, pudesse acabar como Secretário-geral do governador colonial da Guiné [...] o Amílcar sempre quis discutir com o governo português. Mas com Spínola nunca houve qualquer contacto. (CABRAL apud ANTUNES, 1995, p.541)

Allas diz que, da parte da PIDE/DGS, a estratégia tratava-se de

contrariar a progressão diplomática do PAIGC, que o Amílcar Cabral geria com muito sucesso. Por isso eu tentava manter esse jogo da hipótese de se chegar a conversações com o Amílcar. Enviar emissários, receber emissários. E, a uma dada altura, facilitar que essas movimentações fossem conhecidas, viessem a lume e, assim, rebaixar a figura do Amílcar para dificultar a sua ação diplomática nas Nações Unidas, na Europa e nos seus apoiantes.<sup>608</sup>

<sup>607</sup> Frago Allas em entrevista à Tíscar (2017, p.220).

<sup>608</sup> Ibid, p.221.



Neste mesmo contexto, Allas profere que também não teria ocorrido um segundo encontro, em 1972, entre o General Spínola e Senghor, no mesmo Cap Skirring, ao passo que Senghor encontrava-se em férias na Europa no referido período. Em adendo, ocorreram novos incidentes de fronteira, que teriam prejudicado novamente as relações. Ele termina o relato, seguro de que: “ora bem, tudo isto se desenvolvia em paralelo com os contactos e diligências para uma eventual candidatura presidencial de Spínola.”<sup>609</sup>.

Já Caetano, em suas “Confissões no Exílio” vai afirmar que, na ocasião dos contatos com Senghor, Spínola “viu-se feito salvador, para mais com o peso do prestígio que julgou alcançar só porque tinha falado com a raposa matreira do Senghor” (SERRÃO, 1985, p.272), ou seja, o General desejaria ser o “De Gaulle português” - julgamento ao qual Fragoso Allas também diz estar convencido: segundo ele, Spínola teria alimentado a ideia de ver-se a si próprio no papel do general francês.

### **6.3 Da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” à “Comunidade Lusíada”: solução negociada em prol das independências das colônias portuguesas**

“Já não estava a fazer nada em Bissau. Havia um ano que apresentara a demissão e nunca me fora dada”<sup>610</sup>, diz o General Spínola em agosto de 1973, quando retorna à Lisboa. Combalido<sup>611</sup>, acrescentou - apontando para a divergência com Marcello Caetano (PEREIRA, 2001) que “só nos oferece como alternativa o prolongamento da actual situação de desgaste até que a nação se esgote, ou a exemplo da Índia, sobrevenha uma derrota militar”<sup>612</sup>.

De volta às terras metropolitanas, é convidado por Marcello Caetano para ocupar a pasta do Ultramar<sup>613</sup>, a qual reage dizendo que “fiquei varado. Então o homem não aceita as minhas teses e faz um convite desses”<sup>614</sup>. Spínola teria discordâncias com a política perpetrada pela cúpula do governo central em relação à guerra - motor da ruptura entre Caetano e Spínola. As

---

<sup>609</sup> Ibid, p.220.

<sup>610</sup>Entrevista de Spínola a Manuel Bernardo. In: BERNARDO, Manuel A. Memórias da revolução. Portugal, 1974-1975. Lisboa: Editora Prefácio, 2004, p.241.

<sup>611</sup> Apesar do desgaste apresentado, em 1972, ocorre um marco para a ascensão pessoal de Spínola: torna-se Grande-Oficial da Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, mais elevada ordem honorífica de Portugal.

<sup>612</sup> Entrevista de Spínola a Manuel Bernardo. In: BERNARDO, Manuel A. Memórias da revolução. Portugal, 1974-1975. Lisboa: Editora Prefácio, 2004, p.241.

<sup>613</sup> Fato também relatado por Marcello Caetano em seus “Depoimentos”.

<sup>614</sup> Entrevista de Spínola a Manuel Bernardo. In: BERNARDO, Manuel A. Memórias da revolução. Portugal, 1974-1975. Lisboa: Editora Prefácio, 2004, p.241.

dissensões têm como cerne a preferência de Catano por uma “derrota militar” do que a negociação com os “grupos terroristas”, contrariando a iniciativa de Spínola de conversar com Léopold Senghor, no Senegal, em prol da mediação das negociações com Amílcar Cabral, tendo em vista que, para Spínola, uma guerra subversiva nunca se ganharia no campo. Após esta querela, Spínola torna-se um dos principais críticos do regime e acaba por aglutinar outros militares inconformados com o governo central.

Ocupa, de janeiro a março de 1974, o cargo de vice-chefe do Estado-maior das Forças Armadas. Desta feita, assevera, em seu discurso de abertura do cargo, que as Forças Armadas não podem atuar como uma espécie de “guarda pretoriana” do regime sendo de fato uma expressão da nação e consubstanciada na vontade do povo - reiterando suas teses de uma cisão entre “governo marcellista” e a “nação”, tornando público as suas dissensões com o regime em vigor gestadas desde 1972<sup>615</sup>.

Deste local de Vice-Chefe das Forças Armadas<sup>616</sup> lança a obra “Portugal e o Futuro”, que foi publicada em 22 de fevereiro de 1974 pela Editora Arcádia em Portugal<sup>617</sup>. Trata-se de uma compilação de teses que já eram bastante conhecidas por aqueles que contatavam o General, que visou a disseminação destas em um âmbito popular. Segundo Spínola, no seu Introdução, o livro é “uma resposta” (SPÍNOLA, 1974, p.13), ou seja, trata-se de colocar as suas teses, gestadas desde 1969 na Guiné, para conhecimento - e inclusive referendo popular - em

---

<sup>615</sup> Maxwell apresenta que Caetano em resposta às críticas de Spínola da seguinte forma: “em 14 de março de 1974, em vã tentativa de restabelecer a sua autoridade, Caetano exigiu a realização de um ato cerimonial de subserviência da hierarquia militar. Ordenou ao General Spínola, Costa Gomes e a 120 oficiais de alto coturno que se reunissem para jurar lealdade às políticas do governo para África. Spínola e Costa Gomes recusaram vassalagem. O mesmo fizeram os táticos heróis da direita, General Kalúza de Arriaga e general Silvério Marques, que consideraram aquele pedido um insulto às forças armadas” (MAXWELL, 2006, p.59), ou seja, havia um desprezo mútuo às políticas do governo central de partes historicamente antagonistas. Junto a isso, há a emergência do “Movimento dos Capitães”, o Movimento das Forças Armadas (MFA), que tem origem pelos oficiais subalternos por um contexto de inicial de insatisfação profissional assim como uma querela em relação a questões de status e privilégios, devido a alterações das formas de recrutamento e ascensão de carreira modificadas por conta das demandas de uma guerra colonial duradoura. O MFA acabou por reunir homens de posições políticas divergentes - inclusive ligados ao Partido Comunista. Maxwell (2006, p.64) trata que “sua aglutinação não era resultado de nenhum objetivo conspiratório uniforme, e sim uma convergência de ressentimentos, uma perda do sentimento de utilidade e um afastamento intelectual e emocional em relação às longas guerras coloniais”.

<sup>616</sup> A publicação da obra foi permitida pelo General Costa Gomes, primeiro na hierarquia militar antes de Spínola. Maxwell (2006, p.64) apresenta as nuances entre os dois generais: “Diferenças sutis separavam Costa Gomes de Spínola, embora na época os dois fossem grandes e velhos amigos. Spínola era o mais espevitado dos dois, mas faltava-lhe a flexibilidade que era marca registrada de Costa Gomes. Este possuía um astuto talento para sobrevivência. Seu sucesso para manter-se à tona nas tempestades que se abateram sobre sua carreira granjearam-lhe o apelido de ‘Rolha’ [...] mas foi a Costa Gomes que os insatisfeitos capitães levaram suas queixas sobre a decisão governamental de permitir que os oficiais alistados fossem integrados ao quadro efetivo, e Costa Gomes foi consistentemente a primeira escolha entre os membros do incipiente Movimento das Forças Armadas para liderar o país assim que Caetano e Tomás fossem derrubados”. Porém, Portugal e o Futuro acabaram por subverter esta ordem.

<sup>617</sup> Segundo o chefe do Gabinete de Spínola, Nunes Barata, o projeto de Spínola e o lançamento do livro em 1974 era uma resposta ao livro de Franco Nogueira, “As Crises e os Homens”, nas quais lançava “questões perenes” ou “verdades permanentes sobre o Ultramar”.

contraposição a política perpetrada pelo governo marcellista. Refletindo sobre o futuro de Portugal, lança algumas proposições partindo de uma análise do contexto nacional de crise. Suas teses reafirmam a ideia da “Comunidade Multirracial” e da “Pluricontinentalidade”, defendidas como especificidade e contribuição portuguesa para o mundo.

Ao analisar conceitualmente a obra de Spínola, percebe-se que ele não inova - e nem intenta ser revolucionário - mas pretende construir um “futuro”, ou seja, uma direção a ser seguida politicamente por Portugal, partilhando de bases antigas, de uma renovação conservadora - a “Portugalidade Renovada”. Trata-se de uma projeção de futuro mas também um projeto pessoal - marcado por uma irascível frustração a respeito da interrupção dos seus projetos políticos para a “sua Guiné Melhor”. Em relação ao Ultramar, define que a “independência política” não é essencial às nações - “embora elemento relevante” - mas somente “essencial aos Estados” (SPÍNOLA, 1974, p. 22). Em adendo, trata que a “questão primária” se conforma “em saber quais devem ser os objectivos do Estado - por tal se entendendo a Nação politicamente organizada - não tanto em termos éticos como em termos pragmáticos” (SPÍNOLA, 1974, p. 29). Logo, apresenta uma concepção que coloca o Estado como “realização” da Nação - muito próxima à leitura teórica de Léopold Senghor<sup>618</sup>. Neste sentido, Spínola segue a arguição:

O Estado, como sociedade política que é, constitui-se para prosseguir de forma colectiva os fins dos seus membros, assegurando-lhes a sua realização de forma preferencial em relação à que conseguiram isolados, ou integrados noutras sociedades. Nesta conformidade, os objectivos do Estado só podem ser o de subsistir e o de prosperar, sendo ao mesmo tempo a sua prosperidade - consubstanciada na prosperidade dos seus membros - uma das condições básicas da sua própria subsistência. (SPÍNOLA, 1974, p. 29).

Por conseguinte, deixa claro que a existência da Nação e do Estado enquanto subsistência não se relaciona diretamente com a questão da independência política. Para ele, antes da independência, viria a “concepção de distribuição de riqueza, em ordem à satisfação das necessidades básicas consoante as capacidades de criação de excedentes” como “pedra fundamental da harmonia social.” (SPÍNOLA, 1974, p. 33). Este é o ponto de divergência entre Senghor e Spínola. Segundo Senghor, “a independência e a construção da nação exigem, principalmente e juntamente com autoderminação, a liberdade de escolha” (SENGHOR, 1965b, p.93).

---

<sup>618</sup> Para Senghor o elemento aglutinador é a “vontade de ser nação” cujo objetivo é “realização de uma nação Negro-Africana, de língua francesa, da qual o Estado federal, a Federação do Mali, constitui a primeira etapa” (SENGHOR, 1965b, p.20).

Na visão de Spínola, de que adiantaria a independência política se ainda houvesse dependência econômica - sendo esta uma independência “incompleta”. A partir deste argumento, fundamenta a ideia da conformação de comunidades políticas maiores, que fossem propícias ao desenvolvimento econômico e a realização das “vontades do povo” e de suas “potencialidades” na nação - apontando o atraso em relação à Europa “em clima de progressiva integração econômica”. (SPÍNOLA, 1974, p. 26). Neste aspecto, vê-se que esta concepção é muito próxima às visões de Senghor em relação à questão do perigo da balcanização<sup>619</sup> e a construção de grandes blocos políticos aos moldes federais<sup>620</sup>.

A questão central é apresentada:

o problema reside, assim, em promover a autodeterminação das províncias ultramarinas pela integração na República Portuguesa (...) fazendo-as evoluir dentro de um contexto português, quando puderem de facto votar as leis aplicáveis às suas comunidades; quando puderem eleger sem restrições os seus representantes; quando constituírem livremente as suas próprias autarquias, quando os governantes puderem ser produto das instituições locais democraticamente constituídas, quando, enfim, sentirem-se livres para optar, puderem igualmente compreender que é na adesão a uma comunidade lusítada que está o caminho do seu progresso, do seu bem-estar e da sua verdadeira independência, face ao neocolonialismo que avassala os seus vizinhos africanos. (SPÍNOLA, 1974, p.144)

Para Spínola, a “autodeterminação” significa a autonomia progressiva em direção a uma representação política dentro de uma estrutura federal, ou seja, ele trata a questão - muito inspirado na experiência francesa - de uma progressiva preparação das elites para ocuparem cargos políticos em uma estrutura nacional que seria organicamente ligada à Portugal. Segundo o seu julgamento, a tarefa de Portugal seria orientar as populações africanas - não aos moldes da assimilação, mas de um reconhecimento de que “é um facto que os africanos querem ser portugueses - mas querem-no ser à maneira africana, não à maneira como pretende certo sector metropolitano”. (SPÍNOLA, 1974, p.126).

Neste sentido decorre a defesa de que:

não é da constante acção tutelar de uma forte autoridade que brotam cidadãos responsáveis, e de que jamais estabeleceremos as bases de uma paz justa, em

---

<sup>619</sup> É preciso retomar a questão de que Senghor defendeu, em análise aos contextos africanos em geral, a manutenção das relações econômicas entre as antigas metrópoles e suas colônias dentro do âmbito das comunidades. Ele alegava que os países africanos sofreriam um processo de balcanização se não fossem inseridos em um conjunto político maior, seja ligado às suas antigas metrópoles, seja inter-africano. Alega que estes não poderiam negar as influências culturais provindas da antiga relação colonial, o que, em sua teoria, procurava harmonizar a partir da ideia de “simbiose”.

<sup>620</sup> Senghor é um defensor da estrutura federativa, argumentando o sucesso dos estados federados, como Estados Unidos da América, Canadá ou o Brasil, que seriam exemplos para a adequação da federação em território africano, a ser inserido dentro de uma estrutura política maior, uma espécie de “Commonwealth”. (SENGHOR, 1965b).

ambiente de uma renovada portugalidade, sem uma acção marcadamente orientada no sentido de fazer dos africanos cidadão responsáveis, de pleno direito e de facto. (SPÍNOLA, 1974, p.130).

Assim traz uma defesa da democracia representativa<sup>621</sup> junto a uma concepção de horizontalidade da nação “pluricontinental”: esta constitui-se de maneira orgânica - sem hierarquias entre uma parte e outra - conservando as especificidades de cada parte e atentando à “individualização que lhes é própria, na particularidade de suas culturas e na elevada especialização da sua problemática sócio-política-econômica.” (SPÍNOLA, 1974, p.215). Assegura que: “dentro de uma linha de coerência com o nosso conceito de pluricontinentalidade, tão portuguesas são as instituições metropolitanas como, por exemplo, as seculares instituições mandingas da Guiné.” (SPÍNOLA, 1974, p.128).

Apesar de apresentar o conceito de democracia, o projeto era autoritário, pois salientava que manter-se-ia o “respeito a autoridade do poder central” (SPÍNOLA, 1974,p. 208) que deve ser garantido por “indiscutível autoridade do estado por todo o processo” (SPÍNOLA, 1974,p.216), justificado por “não suportar sucessivas mudanças de orientação” (SPÍNOLA, 1974,p.216) determinando que “seria o forte esteio da autoridade que a ordem deveria manter-se, reservando-se a instituições de validade incontroversa o papel de dirigir superiormente toda a evolução processual”. (SPÍNOLA, 1974, p.217)

Para o futuro desejado seria preciso excluir determinadas noções da “portugalidade” ultrapassada indo em direção a uma renovação da portugalidade, a qual é amparada no reconhecer-se como multirracial - em uma “estrutura orgânica pluricontinental” (SPÍNOLA, 1974) - para seguir o “verdadeiro desígnio” do “povo” (SPÍNOLA, 1974, p.129). Spínola rejeita a tese integracionista, pois neste modelo, o poder residiria em uma minoria europeia, o que acabaria na “desintegração violenta pela amputação sucessiva” (SPÍNOLA, 1974, p.129). Também é contrário a tese da “síntese dos grupos” pois Portugal passaria a ser um “país africano com uma Província Ultramarina na Europa” (SPÍNOLA, 1974, p.129). Neste sentido, diz que:

É que, de duas, uma: ou realmente desejamos misturar-nos, nós metropolitanos, na nova Nação que queremos construir, em pleno pé de igualdade com africanos e asiáticos igualmente portugueses, aceitando por natural a preponderância da maioria territorial e étnica, e então seremos coerentes com a tese integracionista, ou não conseguiremos uma correspondência entre o que proclamamos e os nossos verdadeiros desígnios, e então jamais alcançaremos a desejada unidade, nem poderemos esperar

---

<sup>621</sup> Para Spínola, o melhor seria a construção de uma democracia unitária, na qual “os estados federados, reconhecendo o imperativo da centralização, delegam cada vez mais poderes num governo central de cuja formação participam e de cuja actuação conservam o poder de julgar. este Estado tende à integração pela via pacífica de uma solidarização consistente.” (SPÍNOLA, 1974, p.196)

qualquer evolução favorável da compreensão alheia. (SPÍNOLA, 1974, p.126-127)

Chega assim à solução possível: a federação de estados portugueses - considerando o exemplo de modelo de estado descontínuo, como os EUA e URSS, tal como Senghor também o fez. Reitera, através de uma ideia federalista, a corrente expressão “do Minho ao Timor, uma pátria de pátrias, e uma pátria comum” (SPÍNOLA, 1974, p.167). Esta seria a “Comunidade Lusíada” que daria a forma a uma estrutura política pluricontinental e multirracial possível, através de etapas - as quais já teriam sido iniciadas e testadas durante seu governo da Guiné. Segundo ele, tal se daria através da:

autonomia progressiva até o nível de autonomia interna; regionalização das estruturas, a todos os níveis; adequada representatividade e participação qualitativa e quantitativa das populações africanas na vida política do todo português; integração econômica pela via do desenvolvimento; promoção socio-cultural; rendibilidade dos recursos militares por assimilação da mobilização civil; segurança das populações e reconhecimento franco do direito dos povos à autodeterminação, fazendo referendar a sua autodeterminação pela unidade de um Portugal de clima aberto e feição renovada. (SPÍNOLA, 1974, p.173-174)

A Federação nomeada “Comunidade Lusíada” é apresentada por Spínola como uma forma de garantir o desígnio português - sendo este determinado por uma leitura lusotropicalista de Portugal e o Ultramar. Em adendo, defende que esta solucionaria o problema da guerra e tornaria possível a realização do seu projeto político pessoal, já iniciado em 1968, na Guiné. O General apropria-se de uma ideia há muito gestada e em circulação em Portugal e no Brasil, da conformação de uma comunidade/federação de estados com base em uma língua e cultura comum<sup>622</sup>. Assim, visa a negociação da conformação de uma comunidade em forma de uma federação de estados - acalmando a tensão internacional em prol da autodeterminação - ao mesmo tempo em que revigora a questão do “afro” junto ao “lusó” e o “brasileiro”, tratando, tal como Sarmiento Rodrigues, de um Portugal mais africano que europeu.

Muito embora este elemento “afro” seja citado é evidente que o nome da comunidade pretendia era “Lusíada” - novamente remetendo ao imaginário da expansão marítima e do desígnio de Portugal - e o termo “afro-lusó-brasileiro” - já corrente para designar a proposta da federação - é citado apenas uma vez na obra, mantendo assim o lusotropicalismo enquanto ideologia vigente nesta comunidade do porvir. Portanto, um “antigo” futuro.

---

<sup>622</sup> Conforme debatido na Parte I deste trabalho.

Prevê um espaço para o Brasil<sup>623</sup>, dentro de uma:

vasta Comunidade Lusíada sobre a autonomia progressiva de todas as parcelas, cavando-se assim os alicerces de uma unidade de espírito novo, que na sua fase inicial não deixará de passar por vicissitudes, mas que acabará sólida, e na qual o Brasil poderá ter um lugar de destaque, que ocupará de facto e não apenas em ambiente de platonismo sem consequência. (SPÍNOLA, 1974, p.57)

É possível perceber que Spínola não cita em sua obra diretamente as suas inspirações, porém ao observar o homem inserido em seu contexto e os espaços a qual circulou, coadunando este texto com outros textos escritos durante a sua atuação política, assim como entrevistas - entre 1968 a 1973 - é possível perceber as suas relações pessoais com Léopold Senghor, assim como com Carlos Lacerda, que circulou entre o Senegal e a Guiné em 1969, defendendo a ideia da Comunidade. Spínola, com uma concepção sobre a nação muito inspirado em leituras francesas, certamente rejubilava-se com a alcunha de possível “De Gaulle Português”<sup>624</sup>.

---

<sup>623</sup> Tal como Senghor - em suas propostas em 1964 - Spínola também previa um “lugar de destaque para o Brasil”, muito embora admitia, em “Portugal e o Futuro”, que Portugal e o Brasil seriam concorrentes no setor econômico, arguindo que o Brasil pretendia exercer um “imperialismo” novo sobre os territórios africanos (assumindo assim, nas entrelinhas, de que Portugal também tinha essa pretensão imperialista, fato “não dito”). Spínola propõe que a relação de Portugal e o Brasil se desenvolva sem “platonismo sem consequência”, remetendo a um histórico de diferentes projetos não colocados em prática e de ideias que para ele seriam impossíveis de serem praticadas e que podem remeter ao pan-lusitanismo e luso-brasileirismo, debates que remetem aos anos 30 e 50 (PAREDES E SKOLAUDE, 2017).

<sup>624</sup> “De Gaulle Português” alcunha disposta por Lacerda e Allas, tendo em vista que as propostas de Spínola inspiram-se no processo histórico capitaneado por Charles De Gaulle quando da descolonização das colônias francesas, sobretudo pela questão do referendo oferecido para as colônias que optariam por adentrar a uma “Comunidade Francesa” aos moldes federalistas.

## 7 DIÁLOGO IV

### Mário Gibson Barboza e Léopold Senghor (1972-1973)

“O Senghor, que era o Presidente do Senegal, em Dakar, me disse: ‘*Olhe, o pavilhão dos lusíadas hoje está nas mãos do Brasil*’.

Ele [Senghor] era um poeta, intelectual.

[Senghor diz que] ‘*Vocês são os homens que nós precisamos aqui na África. Precisamos do Brasil*’<sup>625</sup>.

Mário Gibson Alves Barboza (1918-2007) foi um bacharel em direito que seguiu carreira diplomática a partir de 1939, tendo passado pelos consulados norte-americanos, belgas e argentinos, até adentrar no Ministério das Relações Exteriores do Brasil a serviço de Afonso Arinos de Melo Franco (1961). Um marco de sua carreira foi a mediação com o governo paraguaio, ao assumir a embaixada brasileira no Paraguai, sobre a querela das Cataratas das Sete Quedas<sup>626</sup>, durante o governo de Castelo Branco (1964). Também exerceu missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>627</sup>. Em outubro de 1969, Barboza torna-se Ministro das Relações Exteriores do governo do Militar Emílio Garrastazu Médici (1969-1972)<sup>628</sup>.

Esta secção vai tratar das articulações políticas entre Léopold Senghor e Mário Gibson Barboza, a partir de recortes: (7.1) Apresentação de Mário Gibson Barbosa: lusotropicalismo e a relação Brasil-África; (7.2) Senghor-Barboza: “Périplo africano”; para, por fim colocar (7.3) O lugar do Brasil nas negociações em prol das independências das colônias portuguesas. Estes dois últimos objetivam olhar especificamente para a estadia do Chanceler no Senegal e seus

<sup>625</sup>Gibson Barboza em entrevista a Tarcísio Holanda (2002). Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/mario-gibson-Barboza/texto>> <Acesso em 14/01/2020>.

<sup>626</sup> “Em dezembro desse ano, indicado pelo presidente Humberto Castelo Branco, assumiu a embaixada brasileira no Paraguai em substituição a Jaime de Sousa Gomes, aí permanecendo até dezembro de 1967. Na época, as relações entre o Brasil e o Paraguai eram delicadas devido à questão de limites em torno das cataratas de Sete Quedas. Ao chegar em Assunção, Gibson Barboza foi recebido com certa hostilidade pelas autoridades paraguaias, mas, após dois meses de negociações, o Itamarati conseguiu resolver o impasse, que culminou na assinatura da Ata das Cataratas, pela qual o Brasil ficava com Sete Quedas. Data desse período a intenção do governo brasileiro de criar uma empresa binacional para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu.” (Fonte: CPDOC – FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-gibson-alves-barbosa>> <Acesso em 26/05/2021>).

<sup>627</sup> “Serviu como ministro-conselheiro da missão brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, de fevereiro de 1959 a dezembro do ano seguinte. Ainda em fevereiro de 1960 chefiou a delegação do Brasil à XI Sessão da Comissão de Informações sobre Territórios não-Autônomos das Nações Unidas”. (Fonte: CPDOC – FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-gibson-alves-barbosa>> <Acesso em 26/05/2021>).

<sup>628</sup> “Sua passagem da embaixada nos EUA para o ministério significou uma vitória dos diplomatas de carreira, que, até então, só haviam conseguido ter dois embaixadores — João Augusto de Araújo Castro e Vasco Leitão da Cunha — como chanceleres.” (Fonte: CPDOC – FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-gibson-alves-barbosa>> <Acesso em 26/05/2021>).



desdobramentos. Identifica-se, a partir das fontes utilizadas (autobiografia de Barboza e documentação diplomática), as influências do discurso lusotropicalista para justificar o lugar do Brasil como mediador do conflito colonial, assim como a proposta de solução negociada para o fim da guerra que, segundo Senghor e Barboza, poderia ser a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. Esta secção finaliza-se com a análise da decorrência do diálogo entre Senghor e Barboza que envolvem o Ministro português Rui Partrício e a “cartada final” em prol do projeto político da Comunidade.

### 7.1 Apresentação de Mário Gibson Barboza: lusotropicalismo e a relação Brasil-África

Mário Gibson Barboza era pernambucano - traço muito reiterado pelo autor em seus discursos políticos e memórias -, nascido em Olinda e trabalhou como auxiliar de pesquisa de Gilberto Freyre durante a década de 1930, quando estudava direito na Universidade Federal de Pernambuco. Foi frequentador da casa do sociólogo, onde - segundo rememora - tinha “verdadeiras aulas de sociologia”<sup>629</sup>. Neste contexto, auxiliou nos trabalhos de campo da obra “Sobrados e Mocambos” (publicada em 1938) assim como participou ativamente do I Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Freyre em 1934<sup>630</sup>. Freyre está inscrito em autobiografia de Barboza<sup>631</sup> como “velho e querido amigo” (BARBOZA, 2020) o qual compartilhava impressões sociológicas entre África e Brasil – o que vai demarcar intelectualmente suas posições quando ocupa os cargos de Diplomata (inicia em 1939) e Ministro das Relações Exteriores (1969-1974).

Sua primeira viagem ao continente africano foi em 1960, por ocasião das comemorações da independência do Senegal, momento ao qual participou como único representante diplomata da comitiva composta pelo então chanceler, Afonso Arinos de Melo Franco<sup>632</sup>. A participação

<sup>629</sup> Em entrevista à Dávila (2011).

<sup>630</sup> Skolaude analisa o I Congresso Afro-Brasileiro em sua tese “Raça e nação em disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937)” defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6784>>.

<sup>631</sup> A autobiografia de Gibson Barboza foi publicada pela primeira vez em 1992. Tem como título “Na diplomacia, o traço todo da vida”. Esta obra está disponível para download (Edição 2020) pela Biblioteca da Fundação Alexandre de Gusmão. <<http://www.funag.gov.br/biblioteca-nova/>>

<sup>632</sup> Segundo relata Barboza (2020, p.329-330): “Fui o único funcionário do Itamaraty a acompanhar a viagem de Arinos a Dakar e, em seguida, Lisboa. Em Dakar, de passagem, representou ele o governo brasileiro na posse de Léopold Senghor como presidente do Senegal. Era importante para o Brasil essa presença, através do seu ministro das Relações Exteriores, na posse de um estadista como Senghor, grande poeta e homem de muitas ligações de

desta comitiva foi definitiva para estabelecer relações que objetivavam as assinaturas dos acordos de cooperação cultural e econômica, analisados na primeira parte deste trabalho.

A bagagem de conhecimentos acumulada durante sua atuação junto a Afonso Arinos, serve como subsídio quando Barboza é convidado a atuar como Chanceler. Durante este período, foi agente de uma virada na política externa brasileira em relação ao governo de Costa e Silva (1967-1969) - cujo Chanceler era Magalhães Pinto<sup>633</sup> - dando continuidade ao discurso do “desenvolvimento”. Reinsere os ditos “Países do Terceiro Mundo”<sup>634</sup> no rol de relações internacionais almejadas pelo Brasil com um apreço especial pelo continente africano: olhando para a África – tal como dizia Gibson Barboza - como a “menina dos seus olhos” (BARBOSA, 2020).

Pode-se dizer que a “virada estratégica” da política externa brasileira no contexto supracitado é demarcado pelos efeitos do processo de desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido na década de 1960, assim como recebe um impulso no início dos anos 70, com a falência dos acordos de Breton Woods (1971) e a primeira crise do Petróleo (1973), os quais impactam a economia de forma sistêmica, alavancando a disponibilidade brasileira na exportação de produtos, serviços e tecnologias reprocessadas (SOMBRA SARAIVA, 1996. DAVILA, 2010). Deve-se também ressaltar que alguns países africanos, dentre os quais o Senegal<sup>635</sup>, recebem estas tecnologias, produtos e serviços. Assim, há o interesse no incremento das relações comerciais entre o Brasil com países africanos, retomando a questão dos acordos comerciais que remetem a primeira metade da década de 60.

---

caráter cultural com o Brasil. [...] Quando o saudamos, Senghor perguntou por Vinícius de Moraes e Murilo Mendes. Conhecia bastante a poesia brasileira: Drummond, Bandeira, etc.; mas foi naqueles dois nomes que se fixou, durante os poucos instantes do cumprimento protocolar.”

<sup>633</sup> Magalhães Pinto, chanceler do governo de Costa e Silva, traçou a “Diplomacia da Prosperidade” que objetivava aproximar-se da Europa Ocidental e seu bloco econômico, assim como fortalecer a Organização dos Estados Americanos que seriam o “baluarte unido e próspero do mundo ocidental”. Também reaproximou fortemente as relações com Portugal Salazarista, que estava estremeada pelas alegações “anticolonialistas” do presidente anterior, Castelo Branco, olhado com desconfiança. Durante a chancelaria de Magalhães Pinto, o Brasil apoiou totalmente a posição de Portugal - inclusive na ONU - em relação a manutenção da “Unidade Nacional” Portuguesa, ou seja, foi contra a descolonização das colônias portuguesas (CPDOC/FGV).

<sup>634</sup> Durante o Governo Médici não houve inserção declarada no bloco não-alinhado ou algum tipo de recusa de inserção no bloco capitalista (MELO, 1997). Pode-se dizer que buscou um “pluralismo de relações”, almejando ser reconhecido como “potência emergente”.

<sup>635</sup> Cabe dizer que nesta nova conjuntura, tanto o Senegal quanto o Brasil - em relação a década de 60 - voltam-se ao estreitamento de relações com os países árabes. Na passagem de Gibson Barboza pelo Senegal, cabe ressaltar a presença do Rei Faissal, da Arábia Saudita. Segundo relato, Gibson Barboza conversou sobre a situação mundial com Senghor e Faissal, em caráter reservado. Perpassou, já naquela viagem, os interesses senegaleses, árabes e brasileiros a questão industrial e comercial, preconizando uma nova regulamentação do comércio internacional e a revisão do sistema monetário internacional, a ser efetivado com a participação dos destes países, considerando necessidades específicas como: transferência de tecnologias, direito aos recursos naturais, convenções sobre os produtos de base e oposição ao “neoprotecionismo”.

Traçando uma “política africana”, ou seja, uma abertura para a África da política externa brasileira<sup>636</sup>, a questão da afinidade com Portugal é novamente problematizada – assim como a questão da guerra colonial que estava ocorrendo nos territórios ultramarinos portugueses. A relação comercial com determinados países africanos já independentes dependeria do apoio aos movimentos anticoloniais e da defesa das descolonizações.

Segundo entrevistas com Gibson Barboza realizadas por Jerry Dávila (2011), o diplomata traçou uma estratégia política que se deu em três fases: uma primeira tratou de uma forte aproximação com Portugal através atos diplomáticos (como as festividades dos 150 anos da independência em 1972, a repatriação dos restos mortais de Dom Pedro I e acordo garantindo a cidadania de portugueses no Brasil e de brasileiros em Portugal). Neste entremeio, o Brasil recebe por duas vezes Marcello Caetano, em 1969 e 1972. Apesar da amistosa aproximação, ressalta-se que Barboza, em nenhum momento, apoia o colonialismo português em discursos públicos.

A segunda fase, tratou da aproximação com países independentes da África Ocidental<sup>637</sup> - aproveitando o caminho já aberto pela Política Externa Independente, que remetia a Afonso Arinos e San Tiago Dantas – assim como segue a trilha dos acordos de cooperação cultural e econômicos. Estas duas fases preparam uma terceira que se tratou da proposta apresentada por Gibson Barboza a Marcello Caetano e ao Primeiro Ministro português Rui Patrício, após a viagem de 1972 à África, de situar o Brasil como lócus e centro das negociações de Portugal com os movimentos de libertação das colônias portuguesa.

O Chanceler, em sua autobiografia, sumariza a sua estratégia:

A situação do Brasil era única: tradicionalmente mantínhamos – deveríamos continuar a manter, por motivos óbvios – relações especiais com Portugal, célula mater da nossa nacionalidade, de quem herdamos a língua, a cultura básica, a união territorial, os laços familiares através de sucessivas gerações

<sup>636</sup> Gibson Barboza (2020, p. 332-333) explicita sua “política africana”: “Essas razões – e são apenas algumas – fazem com que a África Atlântica se apresente como a região que, a meu ver, deve ser escolhida para um novo esforço criador de nossa diplomacia. Dentro da área, penso deveríamos concentrar esforços naqueles países que se apresentam como de maior importância para o Brasil, quer por razões econômicas, como a Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Camarões e Zaire, quer por seu relevo político, como o Senegal, a Costa do Marfim, Gana e Nigéria, quer por sua influente presença cultural em toda a África, como o Senegal, quer pela relevância dos laços que mantiveram com o Brasil no passado e que ali continuam vivos, como o Togo, o Daomé e a Nigéria.”. Resumidamente, são cinco objetivos: “(1) revigorar a presença brasileira na área; (2) examinar os interesses comuns no Atlântico Sul e as possibilidades de uma política coerente de mar territorial; (3) ampliar os mecanismos de consulta e colaboração sobre produtos primários; (4) estimular a criação de correntes efetivas de comércio; (5) estabelecer novos modelos de cooperação cultural e de assistência técnica.”

<sup>637</sup> Segundo relato de Alberto Costa e Silva, que foi assessor de Gibson Barboza: “organizamos uma viagem por vários países da Costa Atlântica. E eu fiz algo novo: convoquei os jovens diplomatas recém-nomeados e pus cada um deles estudar um diferente país africano. Mandeí buscar para eles, em Paris e Londres, livros de história africana. E estudei com eles!” (Alberto Costa e Silva em Entrevista na obra “Três vezes Brasil”, de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (orgs.), publicado pela Bazar do Tempo em 2019).

de imigrantes; por outro lado, o Brasil era uma ex-colônia e não podia deixar de simpatizar, solidariamente, com os anseios libertários de possessões africanas submetidas a uma anacrônica política colonial, possessões estas cujas populações, juntamente com outras subsaarianas, oriundas da África Ocidental, também haviam contribuído de modo relevante para a nossa formação, através de suas culturas trazidas pela força para o nosso país, durante os tristes tempos da escravidão. (BARBOZA, 2020, p.349)

Sobre a orientação política do governo brasileiro em relação a Portugal, cabe dizer que internamente, Gibson Barboza inicialmente entrou em grandes conflitos com o Ministro da Fazenda, Delfim Netto<sup>638</sup>, que defendia a proximidade de relação com o governo português, ao passo que proferia que o governo Brasileiro “devia mesmo era aceitar a oferta de Portugal de abrir pontos de comércio [...] nas colônias portuguesas, que eles não chamavam de colônias, mas de Províncias Ultramarinas de Portugal”<sup>639</sup>.

Em contraponto, Barboza defendia o estreitamento de relações com países africanos já independentes, ex-colônias inglesas e francesas, seguindo o traçado dos acordos de cooperação iniciados entre 1961 a 1965, apresentados na primeira parte deste trabalho. Seu posicionamento a favor da autodeterminação e independência das colônias portuguesas o fez entrar em conflito com o governo de Marcello Caetano - apoiado pelos governos brasileiros anteriores - assim como o fez ir de encontro com proeminentes setores do governo brasileiro, mormente representado por Delfim Netto. As querelas internas foram incitadas, segundo aponta as pesquisas de Dávila (2011), por uma estratégia portuguesa, perpetrada pelo Embaixador Português Fragoso, de oferecer “acordos em separado” a determinados setores do governo. Tal ocorreu com o Ministro Delfim Netto<sup>640</sup>, no qual foi oferecido o livre comércio (sem taxas) a Angola e Moçambique.

Segundo relato, alega Barboza (2020, p.337) que “tive que contrariar o reiterado desejo do então presidente da Petrobras, general Ernesto Geisel, no sentido de que o Brasil se associasse a Portugal na exploração do petróleo de Angola”, ou seja, ele colocou a questão do

---

<sup>638</sup> Antônio Delfim Netto (1928-) é um economista brasileiro. Foi Ministro da Fazenda do Brasil (1967 a 1974). Foi Embaixador do Brasil na França (1975 a 1978), Ministro da Agricultura do Brasil (1979), Ministro da Secretaria do Planejamento da Presidência do Brasil (1979 a 1985). Segue carreira como político como Deputado Federal pelo Estado de São Paulo (1987 a 2007).

<sup>639</sup> Gibson Barboza em entrevista a Tarcísio Holanda, 2002. In: Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Núcleo de Redação Final em Comissões. Texto com Redação Final. Programa Memória Política - Entrevista Com Mário Gibson Barboza. Data: 14/05/2002. <Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/mario-gibson-barbosa/texto>>, <Acesso em 14/01/2020>.

<sup>640</sup> O Ministro das Finanças Delfim Netto era creditado como o responsável pelo “milagre econômico” e, portanto, o oferecimento da possibilidade de exportação, sem taxas, a Angola e Moçambique, por parte do governo português veio ao encontro de seus projetos, muito embora, não foi suficiente para barrar a “política africanista” defendida e perpetrada por Barboza, que possuiu apoio político do Presidente.

petróleo<sup>641</sup> no debate de sua política internacional, alegando que seguia com sua tendência a favor das independências das colônias portuguesas<sup>642</sup>:

Argumentei com o presidente Médici, dizendo-lhe que atrás de interesses aparentemente comerciais, na defesa destes e de interesses políticos, vêm muitas vezes a atuação das forças militares. Era perigoso entrarmos nessa ligação com Portugal, que tinha óbvio interesse em vincular o Brasil ao seu domínio sobre as províncias ultramarinas.

E precisamente em algo tão politicamente sensível como a exploração de petróleo. Assinalei a Médici que, na minha avaliação, a África portuguesa em breve se tornaria independente e que, então, o Brasil teria de expiar o grave erro de se haver associado à exploração econômica colonial portuguesa na África. (BARBOZA, 2020, p.337)

Neste sentido, aponta que o oferecimento de acordos comerciais com Portugal para Angola e Moçambique traziam consigo o interesse, em um estágio avançado da guerra colonial, de auxílio militar, ou seja, por trás das vantagens econômicas, estavam as “armas”. Em 1970, a Marinha Brasileira chegou a participar manobras conjuntas com Portugal no Arquipélago de Cabo Verde - a qual Barboza posicionou-se como totalmente contrário, conseguindo, junto ao Presidente, que as articulações militares cessassem. O Chanceler brasileiro também entrou em confronto direto com o embaixador português Fragozo, que travou uma disputa na imprensa com uma campanha difamatória nos jornais<sup>643</sup> a respeito da política externa perpetrada por ele. Nesta querela, Gibson Barboza consegue o apoio do Presidente Médici<sup>644</sup>, embasando a justificativa para a sua “política externa africana”, projeto muito estudado pelo Itamaraty<sup>645</sup>, e visto pelo Chanceler brasileiro nos seguintes termos:

---

<sup>641</sup> Cabe dizer que desde 1970, o governo Médici buscou se aproximar de países do Oriente Médio, mormente Arábia Saudita e Iraque, com aumento da compra de petróleo, sobretudo iraquiano, chancelado por um acordo de comércio com este país - que deliberou sobre a compra do petróleo e venda de produtos industrializados - inclusive com a presença do Ministro do Petróleo do Iraque, Sadoun Hammadi, em Dezembro de 1970. No ano seguinte, há uma visita brasileira ao Iraque, fortalecendo as relações. Tal aproximação com os países árabes no que tange os interesses do petróleo estão à revelia dos mesmos grupos que se colocam contra a “política africanista” de Barboza.

<sup>642</sup> Segundo relata Barboza (2020, p. 339), quando Geisel assume a presidência do Brasil (em 1974), há uma revisão da querela entre os dois: “Após o general Ernesto Geisel assumir a Presidência da República, estando eu de partida para Atenas para chefiar nossa embaixada ali, fui despedir-me dele. Geisel recebeu-me com a cortesia de sempre e, quando lhe lembrei o episódio, disse-me: – Foi muito bom realmente que não tivéssemos feito aquele acordo com Portugal. Ele assumira em 15 de março de 1974 e logo após ocorrera em Portugal o 25 de abril, a Revolução dos Cravos. – Estaríamos pagando um preço alto se tivéssemos nos associado à Portugal na exploração de petróleo em Cabinda – reconheceu ele, com sinceridade.”

<sup>643</sup> A embaixada portuguesa segue observando com desconfiança as aproximações do Brasil com países africanos, mostrando que a fragilidade do denominado “lobby português” referido também para o contexto da década de 60.

<sup>644</sup> Segundo Barboza (2020, p. 334): “O presidente Médici aprovou, sem qualquer modificação, essa nova linha de política externa, e autorizou minha visita aos países africanos mencionados (aos quais acrescentei, durante a viagem, o Gabão), deixando-me as mãos livres para a ação diplomática decorrente.”

<sup>645</sup> Relata Gibson Barboza: “Quando da minha viagem à África, o primeiro país... Isso foi muito estudado. Ficamos mais de um ano estudando isso com um grupo do Itamaraty. Inclusive, os alunos do Rio Branco que se formaram naquele ano, em vez de irem trabalhar nas divisões, nas seções, nos departamentos, eu determinei que fossem fazer

[...]o Brasil não é um país negro, mas é um país mestiço. Nós temos, para mim, a vantagem, a glória de ser um país mestiço, acho que isso dá muita riqueza à civilização brasileira. O coeficiente africano para a formação da nossa nacionalidade foi enorme. Quando foi decretada a abolição da escravatura no Brasil, dois terços da nossa população era de negros escravos. Este país foi construído pelo braço negro, pelo braço do escravo negro. Ele foi feito no braço do escravo negro. Foi isso que construiu o Brasil. Nós temos uma dívida moral para com a África nesse sentido.<sup>646</sup>

Assim, Gibson Barboza assumia uma leitura sob um viés lusotropicalista<sup>647</sup> a respeito da conformação social do Brasil, tratando o mesmo pelo olhar da mestiçagem que caracterizaria a nação, ao mesmo tempo em que evidenciava a participação dos “escravizados africanos” na história nacional, identificando neste sentido uma “dívida moral” do Brasil para com o “povo negro”. Tendo isto por base, tratou da aproximação do Brasil com a países localizados na África pela via de uma suposta cooperação internacional, que se caracterizava, por fim, pelos interesses mercantis do Governo Brasileiro no escoamento de produtos, assim como na manutenção de uma influência cultural.

## 7.2 Senghor-Barboza: “Périplo africano”

Ao longo dos meses de agosto e setembro de 1972, o Chanceler Brasileiro, Mário Gibson Barboza, percorreu, em 29 dias, países africanos - Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, República dos Camarões, Gabão, Zaire e, por fim, o Senegal<sup>648</sup>. Esta viagem representou uma retomada nas relações exteriores do Brasil com países do continente africano - as quais haviam sofrido um interregno após o encerramento do governo de Castelo Branco.

Assim, a extensa viagem pela África se coloca em curso - desconsiderando as colônias portuguesas como destino<sup>649</sup> - e o trânsito da comitiva brasileira inicia-se na Costa do Marfim,

---

pesquisa sobre a África, para chegarmos lá sabendo o que queríamos e o que estávamos falando.”. In: Gibson Barboza em entrevista a Tarcísio Holanda, 2002. Op. cit.

<sup>646</sup> Gibson Barboza em entrevista a Tarcísio Holanda, 2002.

<sup>647</sup> Jerry Dávila, em dois livros, “Hotel trópico: Brasil e o desafio da descolonização africana” e “Diploma of Whiteness: Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945” aponta os meandros do olhar da diplomacia brasileira sobre a descolonização portuguesa, assim como as razões que calcavam as relações com países africanos: dentre estes, há a leitura de Gilberto Freyre sobre a mestiçagem como paradigma da formação brasileira, marcada pela característica “benéfica” colonização portuguesa sobre as populações africanas.

<sup>648</sup> Jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1972, p.8.

<sup>649</sup> Segundo Barboza (2020, p.355): “evitamos a visita (apesar de não faltarem convites) de embaixadores e membros do governo brasileiro às colônias portuguesas, a começar por mim mesmo, que as excluí do meu périplo

“zigzagueando pela África Ocidental”<sup>650</sup> e encerra-se no Senegal. Barboza relata que estes dois países eram estratégicos pela conjunção, naquele contexto, de esforços, entre seus líderes, Félix Boigny, presidente Costa Marfinense e Senghor, presidente senegalês:

[...] mesmo os chefes de Estado moderados, como Senghor e Houphouët-Boigny, do Senegal e da Costa do Marfim, – homens ligados, por sua formação, ao espírito e aos interesses do Ocidente, haviam-me dito que o término da guerra na Guiné-Bissau era da maior urgência, explicando-me, sem rebuscos, que a libertação daqueles territórios pela força das armas era fácil, factível, e que só não fora empreendida pelos estados africanos porque eles ainda tinham a esperança de uma solução negociada com Portugal

[...]

desejavam sinceramente a permanência da presença lusitana na África, mas, obviamente, não uma presença colonial. De modo geral, havia uma predisposição para que, rompido o domínio colonial, continuassem os laços culturais e econômicos, tal como sucedera com a França (mais do que com a Inglaterra) após a libertação de seus antigos territórios. (BARBOZA, 2020, p.359-360)

Em Dakar, Gibson Barboza é condecorado por Senghor com a “Grã Cruz da Ordem Nacional do Leão”, honraria senegalesa, reafirmando os acordos de cooperação técnica<sup>651</sup> e cultural entre o Senegal e o Brasil em uma declaração conjunta brasileiro-senegalesa. Foi acompanhado de uma comitiva brasileira composta por: Wladimir Murtinho<sup>652</sup>, André Teixeira de Mesquita<sup>653</sup>, Alarico da Silveira Júnior<sup>654</sup>, Fernando Silva Magalhães<sup>655</sup>, Alberto Costa e Silva<sup>656</sup>, entre outros embaixadores, assegurando a importância dada à Missão pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

A grande comitiva, no Senegal, visita Dakar, a Ilha da Goréia e os Fosfatos de Taiba, acompanhados do Presidente Senghor e do respectivo Ministro das Relações Exteriores Senegalês, Coumba N’Doffene Diouf. Segundo relato, Gibson Barboza tratou de assuntos

---

africano, quando visitei dez países do continente [...] Também procuramos sempre não aceitar, em qualquer documento oficial por nós firmado, a caracterização dos territórios coloniais como ‘províncias ultramarinas’. Posição que nunca ocultei do presidente do Conselho, Dr. Marcello Caetano, nem do meu colega, o ministro Rui Patrício.”

<sup>650</sup> Esta é a expressão utilizada por Dávila (2011) que, em seu capítulo “A viagem de Gibson Barboza”, faz uma narrativa a respeito dos diferentes países que o chanceler passou. Davila (2011) acaba por fazer um panorama geral dos países e das relações. Neste trabalho, nos propomos a enfatizar a estadia de Barboza no Senegal, aprofundando a análise sobre este ponto e sobre a relação Barboza-Senghor.

<sup>651</sup> A cooperação técnica operou-se por meio de: construção de casas populares no Senegal, construção de estradas, “educação em massa”, projetos de hidroelétricas e usinas de açúcar. Deu-se por meio do envio de profissionais brasileiros e recepção no Brasil de profissionais africanos para aperfeiçoamento.

<sup>652</sup> Secretário Geral-Adjunto do Ministério das Relações Exteriores para assuntos de África e Oriente Médio.

<sup>653</sup> Embaixador e Chefe do Protocolo do MRE.

<sup>654</sup> Embaixador e Assessor de Imprensa.

<sup>655</sup> Chefe do Departamento Cultural do MRE.

<sup>656</sup> Embaixador e Assessor do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Vai se tornar um dos especialistas em assuntos africanos no Brasil.

políticos com Senghor: os acordos de cooperação econômica entre Brasil-Senegal e a questão da guerra colonial portuguesa.

Sobre os acordos de cooperação econômica, naquela conjuntura, identifica-se os interesses senegaleses relacionados à criação de uma zona franca industrial no Porto de Dakar, assim como de um centro de reparações navais. Já os interesses brasileiros se relacionam mormente com o aumento das possibilidades de intercâmbio nos setores da agricultura, pecuária, indústria e administração pública, imperando o interesse de exportação de produtos aos países independentes do continente africano.

Já em relação às guerras coloniais portuguesas, identificam-se articulações do Chanceler brasileiro junto ao Presidente Senghor em prol do encaminhamento de uma “solução pacífica e ordenada para o problema colonial” (BARBOZA, 2020, p.353), na busca de evitar o agravamento das atividades bélicas nos territórios coloniais portugueses, bem como perante o “trágico fracionamento das forças nacionalistas das colônias que ameaçava transformar-se em guerra civil” (BARBOZA, 2020, p.353).

Barboza (2020, p 356) se dizia “partidário de uma comunidade luso-afro-brasileira”, tal como apresentado por Senghor no Brasil em 1964, no entanto, no contexto 1972-1973, reconhece os obstáculos fortíssimos ao projeto - que necessitava do encaminhamento do cessar-fogo e da descolonização (com possíveis independências políticas), que Portugal não objetivava efetivar e reconhecer. Diz que:

julguei dever descartar o discurso sobre a chamada ‘comunidade afro-luso-brasileira’, que alimentava a inspiração e inflamava a imaginação dos analistas políticos das duas bandas do Atlântico. Não era fácil. O projeto apresentava óbvia sedução, ainda que na realidade fosse de execução extremamente difícil. Mas não era essa a dificuldade o que me afastava de sua discussão.

Minha objeção principal à retórica da ‘comunidade’ era que, com ela, o que se pretendia, na realidade, era atrelar o Brasil ao carro do colonialismo português, então em seus estertores. Não era por acaso que os maiores entusiastas da ideia da comunidade eram precisamente os defensores de primeira linha da manutenção do statu quo africano. (BARBOZA, 2020, p.356)

Segundo Barboza (2020, p.410), ele travou longas conversas com Senghor a respeito do Brasil, de Portugal, das colônias e da conformação de novos estados africanos. Relata a perspectiva de Senghor a respeito de um futuro projeto político após as descolonizações - mediado pelo Brasil:

As conversas com Senghor fortaleceram minha convicção sobre a responsabilidade histórica do Brasil de procurar encontrar uma solução



pacífica, de intermediação, entre Portugal e África. – Para isso estou aqui, presidente. – Eu sei. Acompanhei toda a sua viagem através da África. E entendi também por que o senhor me visita em último lugar. Reconheço que se trata de prova de alta distinção, pois o senhor quis chegar a mim já tendo conversado com os meus colegas africanos. Era correta a sua interpretação. Transmiti-lhe impressões, narrei-lhe conversas, interrompido aqui e ali por observações pertinentes e esclarecedoras, além de importantes informações. (BARBOZA, 2020, p.411)

Senhor comunica a Barboza das conversas que teve com o General e Governador da Guiné António de Spínola - meses antes, corroborando os dados apresentados na secção anterior - dizendo que este seria o “De Gaulle Português” (BARBOZA, 2020). Barboza relata que Senhor tratou das conversas que vinha tendo com Amílcar Cabral a respeito das negociações pela autonomia da Guiné-Bissau. Também confirma a desconsideração de Marcello Caetano em relação às negociações<sup>657</sup>.

Barboza (2020, p.412) relata, sobre Cabral, que:

Amílcar Cabral enviou-me telegrama, quando eu me encontrava em Dakar, saudando-me e manifestando sua confiança em que a Guiné-Bissau viria a ter no futuro relações tão íntimas com Portugal como as que este mantinha com o Brasil, no interesse de uma comunidade espiritual da língua portuguesa.

Em um segundo documento<sup>658</sup>, Gibson Barboza também relata que, neste telegrama, Amílcar Cabral saudava “o grande povo irmão do Brasil, e seu Governo e todos os povos da América Latina” e ressaltava que “se sentem ligados ao povo brasileiro por laços de sangue, cultura e história” e desejam “ardentemente estabelecer com o Brasil, depois da conquista da independência, amplas relações fraternais em todos os planos, assim como com o povo de Portugal, que nunca confundiram com o colonialismo português”. Acrescenta que: “Esperamos, entretanto, com confiança, que o Governo brasileiro, correspondendo aos sentimentos anticolonialistas do povo irmão do Brasil, saberá definir claramente uma posição firme contra a política colonial portuguesa” justificada “pelo direito inalienável de nossa Nação africana de ser independente, livre e soberana, seguindo o exemplo fecundo do povo brasileiro, que, após a conquista da independência, estabeleceu e desenvolveu relações de amizade e cooperação com todos os povos, em primeiro lugar com o povo português ”.

<sup>657</sup> O posicionamento de Marcello Caetano em relação as negociações foi apresentado em maiores detalhes na secção 6, a partir da obra “Depoimentos” e da querela Spínola-Caetano ocorrida em 1973-1974.

<sup>658</sup> Todos os relatos a seguir são oriundos de transcrição de documento (telegrama) de Amílcar Cabral feitos por Barboza em relatório destinado ao Presidente Médici contido na obra: LIMA, Sérgio Eduardo & SANTOS, Luís Cláudio (orgs.). Quarenta anos das relações BrasilAngola: documentos e depoimentos. Brasília: Funag, 2015.

### 7.3 O lugar do Brasil nas negociações em prol das independências das colônias portuguesas

No último dia de sua viagem ao Senegal, em caráter oficial, os Ministros das Relações Exteriores, o senegalês e o brasileiro, declaram conjuntamente:

A vontade de seus governos respectivos de trabalharem para a aplicação da resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960, sobre a outorga de independência aos países e aos povos coloniais, e de outras resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o racismo e os governos ilegais de minorias racistas [...] preconizaram a solução pacífica das controvérsias internacionais.<sup>659</sup>

A projeção do lugar político do Brasil como mediador do conflito colonial, compartilhada por Barboza e por Senghor, é perpassada pelo argumento político assim como pelo cultural. Olhando para os diálogos de Barboza, percebe-se que haveria o ensejo de colocar o Brasil como potência econômica “em desenvolvimento” que concomitantemente assumia um caráter de liderança cultural de uma “civilização lusotropical”<sup>660</sup>, também entendido como possível instaurador de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. Assim, era “natural” que o Brasil se voltasse para relações políticas e econômicas com países do continente africano, amparado por influências do discurso lusotropicalista.

Ao olharmos para o discurso de Barboza, percebe-se a transversalidade da questão da mestiçagem pela via da colonização portuguesa, com destaque para as influências lusotropicalista de seu discurso:

À África não chegávamos como estranhos. Todo brasileiro, qualquer que seja a sua origem étnica, possui um pouco de africano em sua maneira de sentir, de pensar, de se comportar, como também tem um pouco de português, índio, árabe, judeu, espanhol, italiano, etc. Talvez não tenhamos consciência clara disso – e é bom que assim o seja, num país de mestiços pelo sangue, mas, sobretudo, como o provou sobejamente Gilberto Freyre, de mestiços pela cultura. (BARBOZA, 2020, p.375)

O discurso sobre a familiaridade cultural entre brasileiros e “africanos”, apontada por Barboza, embasa o posicionamento de que haveria uma suposta e possível missão do Brasil como negociador das independências das colônias portuguesas no continente africano. Um

<sup>659</sup> Gibson Barboza em entrevista a Tarcísio Holanda, 2002. Op cit.

<sup>660</sup> Gilberto Freyre é intelectualmente presente no projeto de “política externa africana” perpetrado por Barboza. Freyre (1961), trata o Brasil como “líder da civilização lusotropical”, ou seja, haveria um suposto lugar de liderança em uma comunidade política a ser forjada.

segundo aspecto a ser ressaltado em suas interpretações históricas, refere-se ao conceito de “Atlântico Sul”, ou seja, haveria uma ligação direta entre Brasil e a costa ocidental africana, a “África Atlântica”<sup>661</sup> - remetendo aos séculos XVIII e XIX - e que foi interrompido, segundo Barboza, pelo “processo colonial europeu” que “cortou este intercâmbio” (BARBOZA, 2020, P.376).

Voltando a analisar as circulações e articulações políticas de Barboza, identifica-se que em janeiro de 1973, após a viagem pelo continente africano, Barboza encontra o então Primeiro Ministro Português Rui Patrício em Roma. Na ocasião, Barboza (2020, p.359) relata que tentou “fazer ver a meu interlocutor que soara a 23<sup>a</sup> hora, que a perpetuação do statu quo era impossível”. Articula a crítica ao “imobilismo de Portugal” (BARBOZA, 2020, p. 359) e apresenta que o Brasil se colocaria contra Portugal nas Nações Unidas. Desta feita, ocorre o seguinte encaminhamento:

[...] o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em resposta a uma sugestão expressa que lhe fiz, disse-me estar disposto a encontrar-se com chefes de Estado ou ministros das Relações Exteriores africanos, ou mesmo com a OUA – Organização da União Africana – para discutir o problema. O que não aceitaria era dialogar com representantes de movimentos rebeldes. (BARBOZA, 2020, p.361)

A esta articulação política, juntou-se a figura do Ministro do Exterior do Quênia, Mungai<sup>662</sup>. Percebe-se que no mesmo ano, Barboza segue em viagem para o Quênia - fazendo parada em Lisboa, travando novamente conversação com Rui Patrício. Relata:

Patrício, nessa ocasião, mostrou-se bem mais aberto e, dizendo-me falar por instruções expressas de Marcello Caetano, solicitou-me prosseguir em meus esforços para ajudar Portugal a estabelecer, num diálogo efetivo e construtivo com os africanos, uma saída para o problema do ultramar português, verdadeiro ‘círculo de giz em que se encontrava’, segundo sua expressão. (BARBOZA, 2020, p.362)

Assim, Barboza combina com os embaixadores da Costa do Marfim e do Senegal no Brasil, procurando articular encontro sediado em território brasileiro com representantes

---

<sup>661</sup> Lembremos que um dos diplomatas que participou da viagem do Chanceler Gibson Barboza e que foi ligado a este olhar para a política africanista no Brasil foi Alberto Costa e Silva, que possui uma carreira reconhecida na historiografia brasileira pelas investigações acerca do “Atlântico Sul” e da “África Atlântica”. Este intelectual também abertamente perpassado pelas interpretações da obra de Gilberto Freyre. Costa e Silva refere-se, no prefácio do livro “A enxada e a lança: a África antes dos portugueses” (1992), a encontro com Carlos Lacerda que o impulsionou a escrever livros sobre seus estudos africanos, dentre eles “O Vício da África e outros vícios” (1989), “As relações entre o Brasil e a África Negra, de 1882 a I Guerra Mundial” (1996), “Manilha e o Limbombo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700” (2002), “Um Rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África” (2003), “Francisco Félix de Souza, mercador de escravos” (2004) e “Imagens da África: da antiguidade ao século XIX” (2012), bibliografia bastante utilizada quando se trata de história do continente africano no Brasil.

<sup>662</sup> Njoroge Mungai (1926 - 2014) foi um médico e político que participou da fundação da República do Quênia, foi ministro do Gabinete do Quênia e membro do Parlamento.

portugueses e de cinco países africanos - Costa do Marfim, Senegal, Quênia, Zaire e Nigéria<sup>663</sup>. Os representantes da Costa do Marfim e do Senegal foram mormente favoráveis, porém insistem que os movimentos de libertação angolano, moçambicano e guineense deveriam estar representados, ocorrendo a oposição do governo português - com a recorrente asserção de que não aceitava sentar-se à mesa com terroristas. Barboza chegou a articular para que membros do PAIGC se juntassem à delegação do Senegal<sup>664</sup>, o que foi aceito, porém Portugal recua e o encontro não se efetiva.

Já em abril de 1973, o presidente Médici faz visita oficial à Portugal. Na ocasião, Barboza encontra-se com Rui Patrício e com Marcello Caetano. Cabe apontar que nesta conjuntura, o governo de Médici estava findando - e Barboza sabia que não permaneceria como Ministro das Relações Exteriores no governo brasileiro. Em dada conjuntura, julgava que o governo de Caetano também não teria grande duração, apontando que esta seria sua última oportunidade de conversação com o mesmo, a partir do lugar que ocupavam. Barboza (2020, p. 365) relata que tinha relação de respeito com Caetano e que se encontra com ele em reunião privada, na qual defende que ele próprio é melhor defensor dos interesses de Portugal do que Caetano<sup>665</sup>. Buscou registrar suas posições e, por fim, conclui que “só havia um modo de resolver o problema colonial: conceder autonomia e independência política aos territórios” (BARBOZA, 2020, p.367) e que “Caso contrário, os próprios militares terminariam por se revoltar e derrubar o seu governo.” (BARBOZA, 2020, p.367).

Ao tratar do ponto da guerra da Guiné por suas especificidades, encaminha o seguinte relato:

Visivelmente abalado, Marcello Caetano reconheceu que a Guiné Portuguesa era um caso à parte, diferente da situação de Angola e Moçambique. (O governo português insistia em chamar de ‘Guiné Portuguesa’ o que toda a África denominava ‘Guiné-Bissau’). ‘Trata-se de um caso típico de colonialismo’, disse-me. E acrescentou que estaria disposto a entabular conversações para a sua independência, ou mesmo concedê-la unilateralmente, desde já, se não fosse seu receio – ou mesmo certeza – de que ‘o louco do Sékou Touré’ (o presidente da Guiné Conacri) ‘anexaria o território da Guiné Portuguesa, assim que esta se tornasse independente’. Foram palavras dele, literalmente. ‘De qualquer modo’, continuou, ‘teria que se separar a questão da Guiné do caso de Cabo Verde, pois o arquipélago de Cabo Verde são ilhas que Portugal descobriu desabitadas e povoou com

<sup>663</sup> Segundo Barboza (2020, p.263): “Parecia-me indispensável que se incluísse no encontro um país mais duro e agressivo, como a Nigéria, para que não se interpretasse que era uma reunião apenas de países mais moderados.”

<sup>664</sup> Tal elemento corrobora o argumento apresentado na secção 5 e que será retomado na secção 11 desta tese no que tange a atuação do Senegal como um “hub” de descolonização (BURTON, 2019).

<sup>665</sup> Cito: “– E o senhor tem toda a razão, presidente. Porque não sou, realmente, inimigo de Portugal. Tenho mesmo a impressão de que, neste momento, desculpe minha pretensão, defendo melhor o interesse verdadeiro de Portugal do que o seu governo”. (BARBOZA, 2020, P. 365)

européus e africanos. Se se lograsse separar as suas questões, muito se poderia avançar na concessão de independência da Guiné Portuguesa. (BARBOZA, 2020, p.368)

Assim, Barboza procede a articulações com a embaixada do Senegal, visando rapidamente noticiar o Presidente Senghor - “porque o presidente Senghor era o estadista que estava mais encaminhado para o entendimento, era o que mais conversava comigo sobre o problema e mais interesse direto havia demonstrado” (BARBOZA, 2020, p.369). Assim, Senghor envia carta, através da Embaixada Senegalesa, garantindo que não haveria uma anexação do território da “Guiné Portuguesa” por Sékou Touré, comprometendo o Senegal “por força de armas”, se necessário, ameaçando “toda a África se levantará em pé de guerra contra Sékou Touré” (BARBOZA, 2020, p.369).

A carta de Senghor foi entregue à Embaixada Portuguesa, aos cuidados de Hermano Saraiva<sup>666</sup>. No entanto, não houve respostas da parte do governo português. A partir desta recusa em negociar, Gibson Barboza volta-se à defesa da declaração unilateral da independência da Guiné, o que de fato levou o Brasil a ser um dos primeiros países a reconhecerem a mesma.<sup>667</sup>

Por fim, as diferentes tentativas de negociações multilaterais avaliadas até aqui demonstram a incapacidade de encontrar conjuntamente uma solução política, sobressaindo as divergências entre as partes - fraturas estas que serão ainda mais aprofundadas com o assassinato de Amílcar Cabral, em 20 de janeiro de 1973, que vai encerrar o processo de tentativas de negociação.

Assim, o Brasil volta-se ao reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e os conflitos coloniais se aprofundam aceleradamente, tendo uma virada política com os acontecimentos de 25 de Abril de 1974, o golpe do Movimento das Forças Armadas e a culminância do processo da Revolução dos Cravos (MAXWELL, 2006. REZOLA, 2006.). Tal acontecimento tratou de catapultar o General Spínola para a liderança do Governo Provisório em Lisboa e abrir espaço para as efetivas negociações para independência das colônias.

---

<sup>666</sup> José Hermano Baptista Saraiva (1919-2012) foi um advogado, político, diplomata e comunicador televisivo português. Ocupou o cargo de Ministro da Educação entre 1968 e 1970, num período conturbado da vida política nacional. (Fonte: CPDOC/FGV)

<sup>667</sup>Gibson Barboza encaminhou que a delegação brasileira se ausentasse do plenário quando o assunto se tratava de Portugal. A partir deste momento abre-se uma querela com Marcello Caetano e Rui Patrício. Segundo relata Barboza (2020, p.370-371), “Marcello Caetano entendeu claramente o recado e queixou-se disso amargamente, em carta pessoal que me dirigiu. Respondi repelindo a queixa, que considerei impertinente [...] Logo depois, em janeiro de 1974, seguiu-se à carta e à entrevista uma afirmação que Rui Patrício fez ao secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, quando este visitou Lisboa: “Portugal resolverá por si, exclusivamente por si, as suas questões na África.” Confirmava-se, assim, a trágica intransigência de Portugal em relação ao problema de suas colônias africanas. Intransigência e falta de visão histórica, que derrubaram o governo português, como eu previra e anunciara ao próprio Marcello Caetano.”

## 8 DIÁLOGO V

### Mário Soares e Léopold Senghor (1974-1975)

*“Mário Soares era um lusófono assumido. Tinha total consciência da importância da mais-valia para Portugal que a lusofonia significava.”<sup>668</sup>*

Mário Alberto Nobre Lopes Soares<sup>669</sup> foi um político português antissalazarista, cuja militância política o levou ao exílio. Após o marco do 25 de Abril de 1974, a Revolução dos Cravos, e o processo histórico por esta disparado, ele ocupa espaços importantes na construção da Democracia em Portugal junto aos quadros do Partido Socialista Português: foi Ministro dos Negócios Estrangeiros (entre Maio de 1974 a Março de 1975), depois Primeiro Ministro (entre 1976 e 1977; 1978 e 1983 e 1985) e Presidente da República (primeiro mandato entre Março de 1986 a Março de 1991 e segundo mandato de Março de 1991 a Março de 1996).

Buscar-se-á a partir de um recorte da ampla atuação política de Mário Soares, balizado entre 1969 a 1975, problematizar como este se aproxima e dialoga com Léopold Senghor, destacando os pontos: (8.1) Apresentação de Mário Soares: antissalazarismo e reflexões sobre a descolonização; (8.2) Senghor-Soares: diálogo durante processo de descolonização portuguesa e (8.3) Lusotropicalismo e a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como sonho.

Atenta-se, neste trabalho, à complexidade do contexto referente ao ano posterior aos Cravos (MAXWELL, 2006. REZOLA, 2006), buscando assim, olhar para as diferentes linhas diplomáticas que Portugal perpetrou em relação às descolonizações. Também buscar-se-á demonstrar as fraturas internas do Governo Provisório, assim como vislumbrar estes processos a partir da perspectiva de Soares, que articulou as assinaturas dos acordos entre o Governo Português e os Movimentos Anticoloniais, problematizando, por fim, qual é o lugar da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” e consequentemente da ideia de Lusofonia.

---

<sup>668</sup>Entrevista de Vítor Ramalho a Ricardo Santos Ferreira, Jornal Económico, 25 Novembro 2017. <Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/vitor-ramalho-soares-teria-feito-um-referendo-interno-antes-de-formar-um-governo-com-apoio-do-pcp-e-do-be-234040>> <Acesso em 02/06/2021>.

<sup>669</sup> Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1924-2017), nascido em Lisboa, foi filho de Elisa Nobre Baptista e do professor e ex-sacerdote João Lopes Soares, fundador do Colégio Moderno, em Lisboa, que foi um republicano e militante anti-salazarista.

## 8.1 Apresentação de Mário Soares: antislazarismo e reflexões sobre a descolonização

Mário Soares foi um crítico da Ditadura em vigor em Portugal. Para além da defesa em favor da democracia como pauta primordial, Soares também defende a pauta em favor da descolonização. Tendo estas questões em vista, cabe ressaltar que, no período em que ele retorna do exílio de São Tomé e Príncipe<sup>670</sup> para Portugal, em 1969, ele encontra uma Lisboa abalada pelos eventos de “Maio de 68”<sup>671</sup> assim como pelas promessas reformistas do início do governo de Marcello Caetano. Porém, Soares - como oposição ao regime quando do seu retorno - não era bem considerado nem pela esquerda nem pela direita - demonstrando uma posição “moderada”.

Soares relata em entrevista que “numa sessão oposicionista unitária no dia 31 de Janeiro de 1969, no Porto, fui apupado por uma rapaziada da extrema esquerda e por alguns PCs. Diziam que eu queria contracenar com Marcello Caetano.” (SOARES, 1994, p.351-352). Reitera: “Ora eu tinha uma visão, julgo, realista e lúcida do que se podia fazer em Portugal, país da NATO, do extremo ocidental da Europa” (SOARES, 1994, p.351-352), desta forma, “Pensava que era possível restabelecer a democracia e resolver o problema colonial, de acordo com o que se pensavam os nossos principais aliados” (SOARES, 1994, p.352).

Assim, colocava-se dentro de um espectro político português como claramente socialista, com pertencimento e formação junto à Academia Socialista Portuguesa. Internamente à Internacional Socialista - via pela qual Soares conhecera Léopold Senghor - havia discursado em nome dos socialistas portugueses no Congresso de Eastburn<sup>672</sup>. Segundo Soares, naquela conjuntura, era preciso estabelecer um regime democrático - através de um posicionamento unitário entre as esquerdas - e “resolver o problema colonial” (SOARES, 1994, p. 352). Sobre este segundo, projeta:

[...] Fazermos acordos para uma paz negociada em África, conduzindo a evolução das nossas colónias para a autodeterminação e para a independência.

<sup>670</sup> Soares foi perseguido pela PIDE e acabou por ser preso doze vezes. Cumpriu, entre idas e vindas, o total de cerca de três anos de cadeia. Em 1968, Mário Soares foi deportado (sem julgamento) para a ilha de São Tomé pois divulgou a um jornalista do Sunday Telegraph um caso de prostituição que envolvia membros do Governo e homens de negócios próximos do regime de Salazar, conhecido como Ballet Rose. Esta deportação dá visibilidade internacional a sua figura, assim como a obra escrita durante o exílio “Portugal Amordaçado”.

<sup>671</sup> O Maio de 1968 ficou conhecido como um período de efervescência social que se iniciou a partir de protestos estudantis em Paris. Retomando os eventos de Maio de 68 em Portugal, já colocados em nota na secção 6 deste trabalho, ao tratar do mês/ano em que Spínola assume como governador da Guiné e chefe de guerra, vê-se que este período teve reverberações internacionais e motivou a continuidade de movimentos de cariz de esquerda também no contexto português metropolitano: salientam-se os protestos contra a guerra colonial e o arrefecimento das exigências da ONU sobre o encerramento da política colonial portuguesa como condição prévia para a cooperação (SANTOS, 2017).

<sup>672</sup> O XI Congresso da Internacional Socialista foi realizado em Eastbourn, Inglaterra, de 16 a 20 de Junho de 1969.

Mas uma evolução lenta, gradual e controlada. Com o auxílio dos Americanos e dos Europeus - particularmente os Ingleses, os Alemães e os Franceses. (SOARES, 1994, p.352)

No contexto de retorno a Portugal (1969), firmando posições anticolonialistas, Soares define a experiência da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática<sup>673</sup> em relação ao repúdio às continuidades do sistema colonial. Sobre estes eventos, relata que:

a CEUD repudiou de forma enérgica o colonialismo [...] No plano das propostas concretas foi mesmo um pouco mais além, na medida em que tentou encontrar uma solução que fosse imediatamente exequível. Essa solução consistia em propor a abertura de negociações com os movimentos nacionalistas, a fim de pôr um termo imediato às guerras e acordar no processo e nos passos para a descolonização [...] oferecendo-se os candidatos [da CEUD] para estabelecer os primeiros contactos com os dirigentes nacionalistas, utilizando para tanto a ajuda de países aliados de Portugal. O objectivo era desbravar o terreno para futuras negociações oficiais, caucionando a seriedade destas com a nossa autoridade de representantes da Oposição. (SOARES, 1995, p.57)

Reitera este posicionamento anticolonialista em conferência de imprensa nos Estados Unidos da América - local ao qual viajou após as eleições de 1969. A conferência em território americano teve uma repercussão enorme e gerou a interpretação de Caetano como sendo uma “afrota à pátria” (CAETANO, 1974). Após estes eventos, Soares não regressa a Portugal - evitando nova prisão no Aljube, ao qual estava destinado se acaso retornasse - e se estabelece na França, período ao qual lança “Portugal Amordaçado” (1972). Foi um período de grande circulação pela Europa, tratando de alianças e de conferências que objetivavam delatar as prisões em Portugal e nas colônias, denunciando o então Regime Marcellista. Em relação a pauta do anticolonialismo, um dos seus interlocutores foi Léopold Senghor, conforme veremos na sequência.

---

<sup>673</sup> A Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) foi uma organização que conjugava diferentes grupos de esquerda tendo em vista a disputa das eleições legislativas de 1969 nos círculos de Lisboa, Porto e Braga.



## 8.2 Soares e Senghor: diálogo durante processo de descolonização portuguesa

Soares relata que foi através do Presidente Senghor que, em 1972 - no mesmo ano das “conversações” em Cap Skirring, entre Spínola e o governo senegalês – que ele se aproximou (pela primeira vez) e teve contatos com o General Spínola. Segundo Soares:

estive até para o encontrar, nas vésperas do assassinato de Amílcar Cabral, em Casamança, na fronteira da Guiné-Bissau com o Senegal. Senghor convidara-o para ir lá, uma vez mais, e a mim para me encontrar com ele. O que não ocorreu porque, quando eu estava já de vacinas tomadas, pronto para partir, tomei conhecimento de que fora assassinado o Amílcar Cabral. Fiquei em pânico: ‘Ó diabo, pensei, se calhar foram os portugueses, a PIDE’. Falei ao Senghor, ele achou que era melhor adiar. (SOARES, 1974, p.358)

Estas articulações se devem ao fato de Soares considerar a descolonização como um “processo complexo, com variáveis diversas e muitas incógnitas que não se pode, de momento prever ‘quando’ e ‘como’ vai se realizar” (SOARES, 1995, p.59). Tratou que a chave do problema colonial português se encontra em Lisboa - sendo condenável uma “política que consiste em recusar todas as mãos que se nos estendem - como no caso das ofertas recentes dos presidentes Kaunda e Senghor” (SOARES, 1995, p.58-59) sendo esta “contrária aos verdadeiros interesses nacionais.” (SOARES, 1995, p.58-59)

Tais críticas e tensões políticas supracitadas se dão quando Soares ainda estava no exílio em Paris, local ao qual se encontrava em 25 de Abril de 1974, no momento do golpe militar que depôs Marcello Caetano. Na sequência dos eventos, o General Spínola assume a liderança da “Salvação Nacional” (MAXWELL, 2006). Trata-se aqui a Revolução dos Cravos sob a ótica de um processo social em larga escala e um golpe militar no qual o povo (nas ruas) transformou em revolução (OLIVEIRA, 1993. REZOLA, 2017) que foi “desdobrado pelo 25 de Abril de 1974 e transcorrido ao longo do 1975 (até o 25 de novembro)” (GONÇALVES e PAREDES, 2017, p.5). Este demarcou “o findar de uma das mais longevas ditaduras do Ocidente ao final do último império colonial europeu na África” (GONÇALVES e PAREDES, 2017, p.5) ao mesmo tempo em que se constituía como “braço de força geopolítico da Guerra Fria” assim como uma “catarse social dos próprios processos revolucionários” (GONÇALVES e PAREDES, 2017, p.5).

Frente aos eventos, imediatamente, Soares retorna a Portugal. Em retrospectiva, Soares alega sua surpresa em relação ao processo disparado pela Revolução dos Cravos. Considerou que o Regime Fascista desmoronou com tanta rapidez, “sem que ninguém o defendesse, gasto e apodrecido como a guerra colonial” (SOARES, 1995, p.359). Relata que:

Pensava que a evolução do regime seria muito diferente da que foi: nunca pensei que houvesse essa vaga revolucionária, esquerdizante, que deflagrou sobre o país, que as pessoas, no espaço de poucos dias, fizessem uma tão grande revolução mental, aparente ou real ... De repente, acordaram a dizer que queriam o socialismo, a transformação radical das estruturas! Todas pareciam querer libertar-se de um grande complexo de culpa colectivo... Pensei que íamos ser uma democracia política, tranquila, onde surgisse um partido democrata-cristão forte e um partido republicano liberal, representativo do pensamento conservador burguês. Sempre pensei que os partidários do antigo regime eram mais numerosos e importantes do que se revelaram, podendo mesmo a vir formar um partido de direita, mais ou menos democrático. Além disto, havia um Partido Comunista que parecia muito forte, como o italiano e o francês, da época. (SOARES, 1995, p.359)

Observa-se que, dias subsequentes ao seu retorno a Portugal, já no início de maio de 1974, ele passou a articular com o Presidente Senghor questões a respeito do cessar-fogo no território da Guiné, alegando que Senghor “ajudou-me muito a gizarr um plano de descolonização que depois, pelas circunstâncias conhecidas, não foi para a frente.”<sup>674</sup>. Relata que:

Antes mesmo de ser Ministro dos Negócios Estrangeiros, no dia 1 de Maio à noite parti para uma Tournée nas diferentes capitais europeias, onde encontrei múltiplas personalidades, chefes de governo, como Harold Wilson, Olof Palme e Willy Brandt, nessa altura chanceler da RFA. Também me avistei com o Presidente Senghor, com o qual combinei o primeiro encontro com Aristides Pereira, em Dakar, para negociar o cessar-fogo na Guiné. (SOARES, 1995, p.64)

Na sequência, por suas boas relações internacionais, Mário Soares assume como Ministro dos Negócios Estrangeiros, a convite de Spínola:

Fui convidado para Ministro pelo General Spínola. [...] a ideia inicial era ser Ministro Sem Pasta, como Sá Carneiro, Cunhal e Pereira de Moura, mas eu disse logo, ao Spínola que preferia ser Ministro dos Negócios Estrangeiros. Aliás, Spínola havia-me dado o encargo - antes da formação do governo - de fazer um périplo pelas capitais europeias, para obter o reconhecimento da Revolução - o que aliás aconteceu com assinalável êxito. (SOARES, 1995, p.64)

Mário Soares apresentou, em um tabuleiro geopolítico internacional e, em especial, à NATO, um Portugal, em suas palavras, “democrático e livre, aberto aos ventos do progresso e respeitador do direito à autodeterminação dos povos ainda sob dominação colonial” (SOARES, 1974c, p.7) - sendo “neste espírito de novidade e de total abertura que me apresento perante

---

<sup>674</sup> Segundo Soares, em entrevista para o Jornal português “Público”, em 20 de Dezembro de 2001. Disponível em <<https://www.publico.pt/2001/12/20/culturaipilon/noticia/mario-soares-triste-e-emocionado-com-morte-de-senghor-55421>> <Acesso em 05/12/2020>.

vós.” (SOARES, 1974c, p.7). Exibe o Governo Provisório com os seguintes objetivos: a consolidação da democracia, a descolonização e um desenvolvimento econômico capaz de estabilizar a situação social em Portugal. No que se refere ao ponto da descolonização, o General Spínola também declarou que:

Portugal tudo fará para assegurar rapidamente a paz em África, no respeito mais absoluto pela vontade das populações, livremente expressa, e aceitando a independência como uma das opções possíveis do direito dos povos à autodeterminação. (SOARES, 1974c, p.14).

Naquele momento, em Portugal, o princípio da autodeterminação - aceito pelos diferentes espectros ideológicos no poder - não era necessariamente atrelado à possibilidade da independência política, ou seja, havia setores defensores de uma independência total e imediata (como MFA), de uma independência programada (como Soares e os Socialistas) e da autodeterminação dentro do escopo de um tipo de “Commonwealth” Portuguesa (tal como apresentado por Spínola).

Mário Soares apresenta publicamente as suas dissensões com Spínola. Vê-se que, quando perguntado sobre os argumentos de “Portugal e o Futuro”, livro que impulsionou o General Spínola ao poder, em entrevista do socialista ao jornal alemão Der Spiegel, em 7 de Maio de 1974, diz que:

Spiegel: No seu livro, Portugal e o Futuro, Spínola exige autonomia para as colônias africanas dentro de uma espécie de Commonwealth. Contudo, os movimentos de libertação exigem uma independência absoluta.  
Soares: Os movimentos de libertação têm todo o direito de o fazer.

Spiegel: O que quer o Senhor: autonomia ou independência absoluta?  
Soares: Eu só posso falar sobre o meu partido, que exige a independência das colônias. (SOARES, 1995, p.35)

Neste contexto, Soares parte para Dakar - após tratativas na França com o Presidente Senghor no mês de maio. Lá, encontra-se com Aristides Pereira, representando o PAIGC, por intermédio do próprio Senghor. Tratou-se de negociar o imediato cessar fogo, o que de fato foi efetivado. Foi marcado um segundo encontro em Londres - por intermédio da Embaixada da Argélia. Na sequência, em território argelino, o representante do PAIGC foi Pedro Pires a negociar com Soares. Relata sobre estes eventos que: “Na descolonização, eu fiz as negociações preliminares para a paz na Guiné, mas na parte final da elaboração do acordo, quem teve mais trabalho de discussão foi o então Ministro Interterritorial, Almeida Santos.” (SOARES, 1995, p.369)

No que se refere à Guiné, foi possível, segundo Soares, separar o problema deste território, propriamente dito, do problema de Cabo Verde, na medida em que o PAIGC admitiu, de acordo com as recomendações das Nações Unidas, que “a situação era diversa na Guiné e em Cabo Verde” (SOARES, 1974c, p.11). Segundo leitura de Soares, a luta de libertação em Cabo Verde nunca existiu e seria melhor para a ilha manter-se uma extensão de Portugal (SOARES, 1974c).

Portugal fez o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau - que na altura já tinha sido reconhecida por noventa países. Quanto a Cabo Verde, reconheceu-se o princípio da autodeterminação e projetou-se, junto ao PAIGC, uma consulta a população acerca do seu próprio destino.

Segundo Soares, agora sobre Angola:

Queria o cessar fogo na Guiné, Angola e Moçambique. E, para isso, comecei a fazer contactos com Angola. Com quem? Com Agostinho Neto, que encontrei no dia 2 de Maio de 74, na Bélgica, por intermédio dos padres brancos belgas, com os quais eu estava em contacto desde o massacre de Viriamu.(SOARES, 1995, p.366)

Sobre Angola, Mário Soares explana que a “situação é diferente”, no sentido de que “existem vários movimentos nacionalistas e estamos a procurar o estabelecimento de contactos com estes movimentos e a discutir com eles o problema, para, em conjunto, sermos capazes de encontrar uma solução.” (SOARES, 1995, p.366). Para além de Agostinho Neto, diz que em junho e julho - imediatamente após o encontro com Neto - “contactei, através de Kinshasa, com o Holden Roberto e com o Savimbi, cujos delegados encontrei primeiro na Líbia - onde eles tinham uma delegação e, depois, de novo, através de Kinshasa - onde encontrei pela primeira vez o Dr. Savimbi.” (SOARES, 1995, p.366).

Apresenta a conjuntura de Angola como a situação mais difícil. Abriu, oficialmente, as negociações com os movimentos em Angola, no referido encontro com Agostinho Neto e depois com Holden e Savimbi - cujas consequências finais, meses depois, foi a “Conferência de Alvor”<sup>675</sup>. Mas, segundo Soares, nesse momento quem dirigia já tudo, pela parte portuguesa já era, efetivamente o Major Melo Antunes<sup>676</sup>. No intervalo de poucos dias após o evento de

---

<sup>675</sup> A Conferência de Alvor gera acordo assinado entre o governo português e os principais movimentos de libertação de Angola: MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola e UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola. Ocorre em Janeiro de 1975, em Alvor, no Algarve. Coloca os parâmetros para a partilha do poder entre os movimentos após a obtenção da independência de Angola.

<sup>676</sup> Ernesto Augusto de Melo Antunes, co-autor do programa do MFA, foi Major e “Ministro sem Pasta” do II Governo Provisório, (de Vasco Gonçalves), e assume o Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando da saída de Soares, nos IV e VI Governos Provisórios (de Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo). Partícipe das negociações

Alvor, Senghor é recebido na Academia de Ciências em Lisboa e profere o discurso “Lusitanidade e Negritude”<sup>677</sup>.

Sobre Moçambique, diz que o cessar-fogo foi “espetacular e rápido” (SOARES, 1995, p.367) porém observou que haveria “retrocessos”, mormente após o contexto do “abraço de Lusaka”<sup>678</sup>. Em Moçambique, a ideia foi criar um governo de transição - prevendo que seja de “forma pacífica” - com a representação composta pela FRELIMO, segundo Soares, “movimento que, efectivamente, representa o povo de Moçambique através da implantação que ganhou numa luta armada que durou dez anos” (SOARES, 1974c, p.13) e pelos portugueses, dando um prazo até 25 de junho de 1975, data em que o governo português reconhece solenemente a independência. Mário Soares, naquele contexto, ressalta a percepção de que haveria problemas com uma “minoría racista branca” que “não querem perder os seus privilégios”. (SOARES, 1974c, p.13)

Soares apontou duas condições prévias, sobretudo para os casos de Angola e Moçambique: do lado português, teria que haver o respeito pela descolonização. Do lado nominado por ele como “africano”, deveria haver o respeito pelas populações brancas radicadas nas colônias. Coloca claramente o receio dos projetos de “independência branca” ou “congolização”:

Se há projectos de independência branca - e eles existem, como é conhecido - estes encontram a sua inspiração profunda no seio do próprio governo, como a discussão a propósito da revisão constitucional revelou exuberantemente em Julho de 1971 e os recentes decretos sobre as transferências e as relações comerciais entre a metrópole e as colônias confirmaram. Esses projectos, confiados no poderio da África do Sul racista (que é um colosso com pés de barro!) são de uma total insensatez: encaminham Angola e Moçambique para a pior das situações, contra a lógica, o progresso e o próprio sentido da história. Conduzem em linha recta à liquidação do desígnio de construir novos países multirraciais (os tais Brasis, que em Angola e Moçambique só poderão ser estados de maioria negra) e, mais tarde ou mais cedo, a uma explosão racial incontrolável e a uma sangueira de dimensões imprevisíveis

[...]

Quando me referi a necessidade de evitar a ‘congolização’ queria com isso significar que, no processo tendente à paz, não pode deixar de estar presente, no espírito dos negociadores portugueses, a sorte das populações brancas de Angola e de Moçambique, como precaução primordial. (SOARES, 1974c,p.63)

---

da independência da Guiné-Bissau. Foi um dos elaboradores do “Programa de Acção Política e Económica” (em Dezembro de 1974) e foi subscritor do Documento dos Nove (Agosto de 1975).

<sup>677</sup> Tal evento será analisado na secção subsequente deste trabalho.

<sup>678</sup> O encontro ocorreu em 6 de junho de 1974, na Zâmbia, sob proteção do Presidente Kaunda e ficou conhecido como “abraço de Lusaka” depois do abraço trocado entre Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro Governo português provisório) e Samora Machel (futuro Presidente de Moçambique e líder da FRELIMO). Mário Soares volta para a Zâmbia três meses depois para a assinatura dos Acordos de Lusaka entre o Estado português e a FRELIMO a 7 de setembro de 1974.

Soares advertia que aqueles que possam acalentar a ideia de uma “independência branca” poderão transformar rapidamente os territórios de administração portuguesa em “novos e verdadeiros vietnames” (SOARES, 1975, p.22) e que “a responsabilidade desse facto caberá inteiramente aos que se meteram nessa aventura.” (SOARES, 1975, p.22). Também trata da “congolização” a ser evitada, que para ele, se tratava do “racismo negro”<sup>679</sup>, ou seja, da possibilidade de os brancos radicados nas colônias serem alvo de violência. Enfoca, naquele momento - atravessado pelo lusotropicalismo - uma confiança na capacidade de construção de “sociedades multirraciais” tanto da parte dos portugueses quanto da parte dos angolanos e moçambicanos, evidenciando que os movimentos de descolonização tratavam sua luta contra o colonialismo e não contra os portugueses, os brancos, em si.

Relata que a questão dos diferentes movimentos de libertação e a necessidade de reconhecimento. Tal olhar também aparece quando ele trata de São Tomé e Príncipe - seu local de exílio no continente africano - apresentando que o “problema da descolonização” é colocado de forma a “fazer funcionar o princípio da autodeterminação e de organizar uma consulta livre e fiscalizada, se for o caso, às populações” (SOARES, 1974c, p.14) incentivando “a possibilidade de todos os movimentos políticos existentes se exprimirem com toda a liberdade” (SOARES, 1974c, p.15). Em relação ao Timor, “pretende-se proceder da mesma maneira” (SOARES, 1974c, p.15).

Igualmente, buscou manter em bons termos uma diplomacia com a Organização da Unidade Africana: Soares envia um delegado pessoal, que manteve conversações com o presidente desta organização, que era o Presidente da Somália. Também manteve contatos com o Governo da Nigéria, o General Gowon, que envia representante para conversar com Soares em Londres. Desenvolve contatos próximos com Senegal, Argélia, Zâmbia, Gabão<sup>680</sup>, Congo-Brazzaville<sup>681</sup>, Zaire e Tanzânia, objetivando “mudar a [de Portugal] situação na OUA” (SOARES, 1974c, p.16).

---

<sup>679</sup> Soares olha para a “congolização” como “racismo negro”. Cito: “Como, porém, o desígnio de criar sociedades multirraciais de maioria negra, em convivência harmoniosa, julgo que não será grandemente difícil evitar a ‘congolização’ - ou seja, o racismo negro - uma vez que os dirigentes nacionalistas sempre tem distinguido, com lucidez, entre os colonialistas que impõe a guerra e o povo português que a sofre. Sempre tem afirmado que não fazem a guerra a Portugal, mas sim ao regime colonialista que a impõe, ao serviço dos grandes monopólios, a negros e a brancos.” (SOARES, 1974c, p.64)

<sup>680</sup> Uma missão do Gabão foi recebida em Portugal.

<sup>681</sup> Encontrou o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Congo em Londres.

### 8.3 Lusotropicalismo e a “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” como sonho

Soares apresentou, na conjuntura entre 1974 a 1975 que “tudo se encaminha no sentido de modificarem radicalmente as linhas de nossa política externa em relação aos países africanos e aos países árabes e, também, em relação aos principais países do Terceiro Mundo” (SOARES, 1974c, p.18).<sup>682</sup> Já sobre Brasil, especificamente, trata-o como “país irmão” e considera fortemente a revigoração do Tratado de Amizade e Consulta:

Aliás tem sido, e continua a ser, nossa intenção associar o Brasil à política de descolonização, pois pensamos que a comunidade de língua é um elemento muito importante e a circunstância de haver mais um país de língua portuguesa na comunidade internacional não pode ser, de nenhuma maneira, e não o é, indiferente ao Brasil. (SOARES, 1975, p.30)

Assim, traz à tona novamente a colocação do Brasil como parceiro em prol da construção de projetos políticos comuns que teriam como elemento de coesão a cultura e língua portuguesa, ou seja, a herança comum de colonização. Traz a ideia do Brasil, ainda, como “irmão mais velho” das ex-colônias em África, ou seja, exemplar pelo seu processo de independência “controlada” e, portanto, de útil associação ao processo a ser perpetrado no que tange à descolonização e construção das independências políticas de estados nacionais africanos - na manutenção das relações com Portugal (SOARES, 1974c).

Ainda assim, sobressai a incongruência das defesas do social-democrata Mário Soares no que tange às alegações de aproximação com o Brasil<sup>683</sup> - visto que, naquele contexto, neste vigorava um regime ditatorial - que olhava com desconfiança o processo que se passava em Portugal. Muito embora ciente destes elementos, Soares - perguntado sobre a questão - minimiza estes aspectos<sup>684</sup>. Reitera que “as relações diplomáticas acontecem entre Estados e

---

<sup>682</sup> Aponta também para uma abertura para o Leste, com “todas as repúblicas populares da Europa Oriental, à excepção da Albânia” (SOARES, 1974c, p.20). Apresenta as “boas relações com Cuba” e as negociações para libertação do Capitão Peralta. Sobre a China, cita conversa com o Presidente Nyerere quando Soares esteve na Tanzânia, ao qual este colocou-se como possível intermediário. Segundo Soares, “O Presidente Nyerere tem sido um amigo e um intermediário desejoso de nos facilitar as relações com a China Popular” (SOARES, 1974c, p.22). As relações com China perpassam o olhar sobre os destinos de Macau: Soares coloca que este é um entreposto com “autoridades portuguesas” e que deve ser “negociado em termos bilaterais com a China Popular, com vista a estabelecer seu novo estatuto”. (SOARES, 1974c, p.15). No entanto, reitera a “fidelidade com a aliança atlântica” e as boas relações bilaterais com Estados Unidos da América, sobretudo na questão da manutenção da utilização da Base das Lajes (nos Açores) com “compensações”. Através da valorização da “velha aliança inglesa” pretendem a participação no Mercado Comum Europeu.

<sup>683</sup> Tais incongruências também são avaliadas por Dávila (2011) no que tange o processo de independência de Angola e a relação Brasil-Angola após 1975.

<sup>684</sup> Diz Soares (1975): “No âmbito da relação Estado e Estado não posso julgar, nem pronunciar-me, sobre os regimes internos de outros países, mormente quando se trata de países amigos, com os quais temos relações de toda ordem, como acontece com o Brasil. O que lhe posso dizer, em relação a este país, é que as nossas relações são efectivamente boas e que estamos empenhados em desenvolver e transformar um tratado e, principalmente

não entre regimes” (SOARES, 1975, p.58) a não ser que ocorra problemas que choquem a “consciência universal”, ou seja, “problemas de natureza moral” e “agressões de que certos povos são vítimas” (SOARES, 1975, p.58) e que se sobrepõe às relações diplomáticas. Soares apresentou que tomou conhecimento da viagem ao continente africano do chanceler brasileiro Mário Gibson Barboza e da política perpetrada por ele - que ocupou a chefia do Ministério das Relações Exteriores Brasileiras até 1974 -, também entusiasta das relações “lusó-afro-brasileiras”.

Mário Soares tinha grande confiança, quando do processo de descolonização, na herança da língua e cultura portuguesa como benesse histórica da colonização portuguesa, saudando os “valores civilizacionais” (SOARES, 1975). Este elemento denota, novamente, a persistência de olhares perpassados de lusotropicalismo - mesmo em setores da esquerda portuguesa que protagonizavam a redemocratização em Portugal e a descolonização<sup>685</sup>. Tal confiança vem junto com uma espécie “paciência” lusotropicalista que se expressa no fato de que a “sonhada” Comunidade - multirracial e pluricontinental falante de língua portuguesa, sendo ela denominada “Lusíada” ou “Luso-Afro-Brasileira” - efetivar-se-á mesmo que seja necessário esperá-la:

Se esses países vão efectivamente manter a língua portuguesa, quanto a isso, nós não temos dúvida, visto que os movimentos emancipalistas, todos eles, adoptaram como língua comum o português e todos eles são extremamente influenciados e sensíveis aos valores da nossa cultura e da nossa civilização tradicional.

Mas isto não quer dizer que eles queiram constituir uma comunidade de tipo propriamente político. E se eles serão países independentes serão eles que hão de decidir efectivamente se querem estar integrados em uma comunidade deste tipo. (SOARES, 1975, p.69)

Pode-se dizer que Mário Soares foi um idealista da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. Muito embora tenha defendido esta ideia, no contexto pós-Abril de 1974 alega pragmatismo histórico - “realismo” e “lucidez” (SOARES, 1995) -, avaliando que este projeto seria impossível naquele momento - e apontou para o fardo de anos de ditadura. No entanto, também idealizou um futuro para uma “Comunidade de Língua Portuguesa”, a ser construída conjuntamente, somente após as colônias finalizarem seus processos de independência.

---

uma comunidade - a luso-brasileira - que até agora tem sido, sobretudo, uma expressão de retórica, sem qualquer coisa de efectivo e de positivo, no campo das relações econômicas, culturais e políticas.” (SOARES, 1975, p.59-60)

<sup>685</sup> Tais elementos serão retomados e aprofundados na secção 9 deste trabalho.



Sobre a pauta da possível Comunidade, Soares apresenta esta como um “sonho”, ou seja, algo mais no campo do devaneio do que de um efetivo projeto político a ser pensado pelo grupo situado no poder na conjuntura após os Cravos. Em síntese, olha para o projeto “Luso-Afro-Brasileiro” como projeção que teria perdido momento oportuno de ser realizado, ou seja, por conta do passadismo do Regime Salazarista, de sua longa duração, da relutância em relação à causa da autodeterminação das colônias e da persistência em distorções - nominando as “colônias” como “províncias”. Sumariamente, o governo ditatorial teria desconsiderado uma possível cooperação com as elites locais em prol de um processo controlado de independência em momento oportuno - tal como foi o exemplo francês.

Segundo Soares:

Sonhei numa associação íntima ao Brasil e a Portugal, como países independentes, claro, como talvez um dia venha ainda a ser possível. Uma comunidade afro-lusa-brasileira, de língua, de afecto, de cultura, com uma base econômica e uma cooperação política.

Falei nisso com meu amigo Barradas de Carvalho, o historiador, noites seguidas, quando estávamos no exílio, na França. Mas, para isso, era preciso que tivesse havido paz mais cedo - ou que nunca tivesse havido guerra - que tivesse havido diálogo e uma evolução preparada em estreita cooperação com as elites africanas - o que infelizmente não pudemos fazer a tempo, dada a intransigência da ditadura. (SOARES, 1995, p.374)

Soares compartilha de uma visão “afectiva” da Comunidade Luso-Afro-Brasileira, ou seja, trata dos aspectos de uma cultura e língua comum, partilhados entre Portugal, Brasil e as colônias então independentes. Sobretudo, o aspecto cultural da colonização portuguesa pelo mundo sobressairia e daria o tom, sustentando (quase que “naturalmente”) a cooperação política e econômica (SOARES, 1995). Essa asserção se harmoniza com o fato de Soares partilhar da ideia de que a cultura e a língua herdadas da colonização de Portugal seria uma benesse pois estes elementos uniriam os diferentes países - metrópole e ex-colônias - por relações “afetuosas” pautadas na crença do destino histórico de Portugal.

Assim, percebe-se que o líder do Partido Socialista Português também é atravessado por inspirações lusotropicalistas<sup>686</sup> - ao qual determinavam um discurso sobre uma identidade nacional que tinha por base a ideia do colonialismo português como meio de conformação de sociedades harmônicas e multirraciais - perpassadas pelas dinâmicas da miscigenação, celebradas por Gilberto Freyre. Para tal, colocava Portugal como “irmão” do Brasil - por meio

---

<sup>686</sup> Tal é aparente na obra “O mundo que o português criou” que registra diálogo entre Mário Soares (como Presidente de Portugal) e Fernando Henrique Cardoso (como Presidente do Brasil) lançada em 1998, dois anos após a criação da CPLP. Não analisaremos esta obra pormenorizadamente pois ela avança em relação ao recorte desta tese.

da língua, cultura e um grau de “parentesco” ou “afectuosidade” (SOARES, 1995) - que justificava a cooperação luso-brasileira e o adendo “afro”.

Se não tem havido o imobilismo salazarista, e se não se tem verificado as guerras coloniais, que constituíram da parte do poder um caso de verdadeira cegueira política, obviamente que teria sido possível tentar um processo de descolonização diferente e hoje a posição dos países que falam a nossa língua, e de Portugal, seria completamente distinta e muito melhor para eles e para nós. Sempre mantivemos relações com as populações africanas de uma qualidade humana extraordinária. Nas nossas colônias existia um grau de desenvolvimento invejável em termos africanos - temos de o reconhecer - com grandes cidades, como Luanda, Lourenço Marques e muitas outras. (SOARES, 1995, p.135-136)

Assim, Soares tem um olhar - tal como Senghor - sobre a conformação de Comunidades agregadoras de diferentes estados independentes - e mercados comuns - através de uma teleologia, ou seja, um destino a ser cumprido politicamente tendo em vista uma partilhada ideia do universal e de um humanismo planetário. Porém, ao mesmo tempo que partilhavam idealmente de concepções, também tinham um olhar para o momento histórico, alegadamente um “realismo”/”pragmatismo” que, naquele momento, se efetivava pela percepção de que seria impossível a conformação da “sonhada” Comunidade - no ano de 1975:

O problema da Comunidade Luso-Afro-Brasileira tem tido, até agora, conotações muito desagradáveis para os africanos, porque pensam que, quando se fala nesta mesma comunidade, se pretende estabelecer, ainda que de forma indirecta, uma situação neocolonialista em relação aos seus territórios. Pessoalmente, tenho verificado que os movimentos nacionalistas são verdadeiramente alérgicos a esse estilo de formulações. Por isso mesmo, penso que só estaremos em condições de reformular a questão da comunidade depois de conseguida a independência real para os países de expressão portuguesa, nomeadamente quando a Guiné-Bissau, estiver integrada as Nações Unidas, quando Angola e Moçambique forem países independentes e, portanto, se sentirem verdadeiramente livres. Até lá, qualquer formulação é prematura e poderá prestar-se a equívocos extremamente desagradáveis em relação aos africanos. (SOARES, 1975, p.73)

Mário Soares atua como Ministro dos Negócios Estrangeiros durante os Governos I, II e III, marcadamente até março de 1975, momento ao qual estavam definidas as eleições. Sua saída se dá um pouco depois da formação do Governo que se aglutinou em 11 de março, conjuntura a qual o processo político português teve uma grande aceleração, sucedendo como Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Major Melo Antunes. Segundo Soares, “percebi que me tiravam do Ministério por exigência do MFA, porque eu não estava sintonizado com as concepções dominantes, empatava tudo, sobretudo a descolonização, que pretendiam fazer a galope.” (SOARES, 1995, p.374).

Segundo Soares, haveria diferenças entre sua linha de ação como Ministro dos Negócios Estrangeiros e o programa MFA, operando assim, no campo, uma “diplomacia dupla” (SOARES, 1975): percebera negociações paralelas ocorrendo e que não necessariamente dialogavam ou tratavam uma frente comum representando Portugal. Relata que, quando ainda era Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Não sabia que o Melo Antunes estava a trabalhar nesta matéria... Como ignorava também que o Spínola também tinha contactos pelo seu lado. Nunca se deram o trabalho de me informar. E, porventura, o Partido Comunista também trabalharia, secretamente, pelo seu próprio lado. (SOARES, 1975, p.367)

O afastamento de Soares e o processo de descolonização em si dão se de forma a forjar os complexos processos de independência “total e imediata” das agora ex-colônias portuguesas - que por trás de suas proclamações de “Repúblicas” ou “Repúblicas Populares” - República da Guiné-Bissau, República de Cabo Verde, República Popular de Moçambique, das “duas independências” da República de Angola, República de São Tomé e Príncipe - seguem seus intrincados cursos no pós-1975.

### **PARTE III**

#### **RECEPÇÕES DE SENGHOR NO ÂMBITO DA LUSOFONIA APÓS OS CRAVOS (1975-1988)**

Evidenciando que “os significados de Abril transcendem - e muito - a escala portuguesa” (GONÇALVES e PAREDES, 2017, p.5), a terceira parte deste trabalho problematiza as diferentes recepções de Léopold Senghor em três locais após a Revolução dos Cravos/25 de Abril de 1974: Portugal, Brasil e a Guiné-Bissau, no período entre 1975 a 1988. Considerando novamente os trânsitos de Senghor, pretende-se mostrar que não há uma forma homogênea de recepção deste intelectual e político dentro do âmbito do projeto da Lusofonia.

Ao analisar a recepção de Senghor nestes três espaços é possível perceber a configuração de distintos perfis, oriundos de discursos a respeito deste intelectual. Para tal, foi necessário problematizar os discursos produzidos por Senghor concomitantemente aos discursos sobre ele. Conforme demonstrado na Parte I deste trabalho, percebe-se que há uma modulação dos discursos de Senghor para as diferentes audiências, estas ajudam a forjar as diferentes recepções: em Portugal (secção 9), relacionado ao discurso da (9.1) Lusitanidade e Negritude e (9.2) mestiçagem e Latinidade; no Brasil (secção 10), relacionado ao discurso sobre a (10.1) Moderação política e (10.2) Africanidade e Negritude e, por fim, na Guiné-Bissau (secção 11), relacionado ao discurso de (11.1) Cooperação e Solidariedade Africana e por fim, às reflexões sobre (11.2) O crioulo, a Francofonia e a Lusofonia.

## 9 RECEPÇÃO DE SENGHOR EM PORTUGAL

*“[Senghor] foi o primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar Portugal depois da Revolução de Abril.”<sup>687</sup>*

Esta secção trata da recepção de Senghor em Portugal, no recorte entre 1975 a 1988, apontando circulações e redes de intelectuais, assim como problematiza a forma com que este intelectual modula os seus discursos para diferentes audiências. Tal é dividida em uma primeira parte (9.1) Lusitanidade e Negritude, que analisa a recepção do senegalês no contexto anterior à comemoração do primeiro aniversário do 25 de Abril de 1974, momento ao qual são interrogados os significados políticos da Revolução dos Cravos. Para tal, dispõe-se de uma análise da ocasião e da famosa alocução “Lusitanidade e Negritude”, proferida por Senghor na Academia de Ciências de Lisboa.

Em uma segunda parte, (9.2) Mestiçagem e Latinidade, trata-se de analisar as demais viagens de Senghor a Portugal agora em ocasião de congressos dentro de Universidades Portuguesas: Évora (1980), Lisboa (1983), Porto (1987) e Coimbra (1988). Problematiza-se a presença do então “aposentado Senghor”<sup>688</sup> nesses eventos, assim como as honrarias recebidas, olhando para os discursos assim como para as redes de intelectuais e políticos envolvidos na trama. Tratar-se-á pormenorizadamente a respeito do “Congresso Internacional sobre Convergências de Raças e Culturas: Biologia e Sociologia da Mestiçagem” na Universidade de Évora (1980) e do “Congresso Internacional das Humanidades Greco-Latinas e a Civilização do Universal” na Universidade de Coimbra (1988).

---

<sup>687</sup> LESSA apud SENGHOR, Léopold. Doutoramento honoris causa do Prof. Léopold Senghor na Universidade de Évora: 17 de Junho de 1980. Évora: Universidade de Évora, 1980, p. 17.

<sup>688</sup> Senghor renuncia ao cargo de presidente do Senegal no fim de 1980, deixando o cargo em 1981 ao seu primeiro ministro Abdou Diouf, depois de ocupar a cadeira presidencial por 20 anos (de 1960 a 1980). Nesta feita, ele possuía 75 anos de idade e mudou-se com a esposa para Verson, na Normandia Francesa. Senghor viveu por 20 anos na Normandia e faleceu em 2001, com 95 anos. De 1981 a 2001 dedica-se a escrever e a viajar, recebendo diferentes honrarias de reconhecimento por sua produção intelectual.

## 9.1 Lusitanidade e Negritude

Constata-se que o 25 de Abril de 1974 para Portugal disparou um “fluxo lacinante de possibilidades e armadilhas que exprimiram um jogo político intrincado de ameaças de novas ditaduras (à direita e à esquerda)” (GONÇALVES e PAREDES, 2017, p.5) que desagua na construção do processo democrático ao longo de 1975, nas eleições e culmina com a Carta Constitucional de 1976<sup>689</sup>. A partir desta conjuntura (1975-1976), problematiza-se os significados políticos da proclamada “liberdade” e sua relação com a democracia, tratando das “muitas facetas de um jogo de disputas pela memória e pela clarificação dos significados políticos na história”. (GONÇALVES e PAREDES, 2017, p.5).

Dentro deste jogo multifacetado percebe-se que Senghor buscou discorrer sobre os “muitos significados de Abril”<sup>690</sup> (GONÇALVES e PAREDES, 2017, p.5), sendo um dos convidados de honra a discursar na Academia de Ciências de Lisboa, em 29 de Janeiro de

---

<sup>689</sup> Após o 25 de Abril, é apresentado o Programa do Movimento das Forças Armadas (em 27 de Abril de 1975). Na sequência, há o regresso a Portugal de Mário Soares e Álvaro Cunhal, culminando com diversas manifestações por todo o país. Em 16 Maio, toma posse o primeiro governo provisório, presidido por Palma Carlos, que pede demissão em Julho e alega não ter condições políticas para governar numa clara alusão ao peso da influência do MFA. Com ele solidarizam-se alguns ministros do seu Gabinete entre eles Francisco Sá Carneiro. Na sequência, Vasco Gonçalves é indigitado por Spínola para o cargo de Primeiro Ministro. Em 18 de Julho, há a tomada de posse do II Governo Provisório, presidido por um homem do MFA, o General Vasco Gonçalves. Em Setembro, há um apelo de Spínola à chamada Maioria Silenciosa, numa tentativa de procurar o apoio dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa. Decorre de tal apelo, no dia 28 de Setembro, a organização de barricadas populares junto às saídas de Lisboa e um pouco por todo o país. No final dessa noite, os militares substituem os civis nas barricadas. Mais de uma centena de pessoas, entre figuras gratas ao regime deposto, quadros da Legião Portuguesa e participantes ativos da manifestação abortada da Maioria Silenciosa, são detidas por Forças Militares. Em 30 de Setembro, Spínola anuncia a sua renúncia e ocorre a nomeação de General Costa Gomes e a tomada de Posse do III Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves. Entre fevereiro e março do ano subsequente, período em que Senghor vai a Portugal, há reforço, por parte do MFA, de poderes políticos, chamando a si um direito de veto relativo a decisões políticas fundamentais. São identificadas divisões profundas entre oficiais do MFA. A ala spinolista é levada a tentar um golpe de estado. Há a insurreição na Base Aérea de Tancos e ataque aéreo ao Quartel do RAL1. Há a fuga para Espanha do General Spínola e outros oficiais. Em 26 de Março de 1975, há a tomada de Posse do IV Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves e em 25 de Abril de 1975 ocorre a primeira eleição para a Assembleia Constituinte [taxa de participação de 91,7%. Resultados dos Partidos com representação parlamentar: PS 37,9%; PPD 26,4%; PCP 12,5%; CDS 7,6%; MDP 4,1%; UDP 0,7%]. Em 1976, ocorre em 25 de Abril, as eleições legislativas [Resultados dos Partidos com representação parlamentar: PS 35%; PPD 24%; CDS 15,9%; PCP 14,6%; UDP 1,7%]. Dois dias após, ocorre as eleições presidenciais [António Ramalho Eanes é o primeiro Presidente da República constitucionalmente eleito com 61,5% dos votos. Resultados dos outros candidatos mais votados: Otelo Saraiva de Carvalho 16,5%; Pinheiro de Azevedo 14,4%; Octávio Pato 7,5%]. Em 23 de Setembro de 1976, há a tomada de Posse do I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares. (Cronologia disposta pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra). <Disponível em : <https://www1.ci.uc.pt/>> <Acesso em: 13/07/2021>.

<sup>690</sup> “Se a Europa vislumbrava um ‘socialismo em liberdade’ de que falava Mário Soares (que outros chamavam de ‘socialismo de gaveta’) e os Estados Unidos mexiam-se para impedir uma nova Cuba na Península Ibérica (inventando um Kerensky para si), o brasileiro espelhava, na manifestação dos Cravos e do turbulento Portugal 1975, o desejo pelo fim da ditadura civil-militar.” (GONÇALVES e PAREDES, 2017, p.5)

1975<sup>691</sup>. Na ocasião, já teria havido o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau (proclamado em 1973, aceita por Portugal em 1974), porém as demais proclamações estavam em processo de concretizar-se: Moçambique, 25 de junho; Cabo Verde, 5 de Julho; São Tomé e Príncipe, 12 de Julho e por fim, Angola, 11 de Novembro, daquele mesmo ano.

Senghor é recebido na Academia de Ciências de Lisboa em reunião com grupo seletivo de personalidades: estavam presentes o Presidente da República, General Francisco Costa Gomes; ministros, embaixadores e intelectuais<sup>692</sup>. Senghor inicia seu discurso sublinhando sua proposta: “Proponho-vos a falar de cultura.” (SENGHOR, 1975, p.5) assim como da “Lusitanidade e Negritude”, que dá título ao discurso<sup>693</sup>.

Em sua arguição, Senghor, logo no início, sublinha os objetivos políticos do discurso que trata da “civilização portuguesa” - das “afinidades” e “singularidades”. Para tal, esclarece como esta pode ser a “base duma comunidade cultural luso-afro-brasileira” (SENGHOR, 1975, p.9), ou seja, reitera, em contexto após os Cravos, o projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” reforçando a sua justificativa cultural (a língua e cultura portuguesa).

Embasa seu discurso em uma análise de cunho biológico do “povo português”, ressaltando seu caráter miscigenado - suas origens mouras, indo-europeias, normanda, flamenga, inglesa, mediterrânea, grega, fenícia, arabe-bérbere (SENGHOR, 1975, p.13) - arguindo que “sabe-se que todas as grandes civilizações, como por vezes, também os grandes homens, nasceram nas encruzilhadas dos caminhos e das raças” (SENGHOR, 1975, p.13). Neste caso, Portugal seria um exemplo a ser exaltado - ao retomar um discurso sobre os “descobrimientos” e suas “aventuras”.

Na sequência, passa a fazer um paralelo dos “valores” da “lusitanidade” em relação à “negritude”, ao destacar que também os “negros” seriam “homens de aventura” (SENGHOR, 1975, p.21) - tal como “a grande expedição organizada pelo Imperador do Máli em plena Idade Média, enviando uma armada de pirogas a explorar o Atlântico Ocidental” (SENGHOR, 1975, p.23). Ao finalizar sua análise sobre os valores, coloca a “gentileza” e “doçura” como característica contrastante à “aventura” no que tange à “lusitanidade”, para, finalmente, destacar

---

<sup>691</sup> Dias após o Acordo de Alvor (15 de Janeiro de 1975): acordo assinado entre o governo português com os movimentos de libertação de Angola (MPLA, FNLA e UNITA) em Alvor (Algarve), estabelecendo os parâmetros para a partilha do poder e para a independência de Angola.

<sup>692</sup> Spínola havia se afastado em Setembro de 1974. Após, há a nomeação do General Costa Gomes. Há a tomada de posse do III Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves. Em dezembro de 1974, há o início do recenseamento eleitoral com vista à realização das primeiras eleições em liberdade. Precede em alguns dias do discurso de Senghor em Lisboa os Acordos de Alvor entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação Angolanos.

<sup>693</sup> A transcrição da fala muito circulou em Portugal e também foi disponibilizada no Brasil por meio de edição comemorativa do aniversário da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1975), lançada em homenagem a Gilberto Freyre e organizada por Carlos Lacerda através da Editora Nova Fronteira.

os sentidos da palavra “saudade” e fazer um paralelo com a existência de vocábulos de mesmo sentido em línguas senegalesas-guineenses, como o wolof.

Mesmo após acompanhar mais de uma década de guerra colonial vizinha ao Senegal e nas demais colônias portuguesas, Senghor acaba por defender que uma das características de Portugal seria a sua “recusa à violência” e o “respeito à vida humana” (SENGHOR, 1975, p.25) colocando que um dos símbolos do afeto e da amizade seria o “abraço”<sup>694</sup>, tratando como exemplar deste, “o abraço que nas negociações entre o Governo português e os movimentos de africanos de libertação, se seguiu a assinatura dos acordos” (SENGHOR, 1975, p.25). Segue reiterando esta perspectiva, ao dizer que: “a ditadura portuguesa terá impelido os movimentos de libertação a recorrer às armas, mas se a resistência foi violenta, foi também sem tortura e terrorismo” (SENGHOR, 1975, p.31) e que não haveria “rancor, como uma vez mais o prova o abraço atrás referido.” (SENGHOR, 1975, p.31).

A arguição final de Senghor diz respeito a uma análise sobre o Brasil, relembrando o seu trânsito por este país em 1964. Por isso, teria autoridade para falar que o Brasil seria uma “síntese harmoniosa de homens de todas as raças, melhor: de todos os credos e civilizações” (SENGHOR, 1975, p.49), pois justamente, este país nunca “deixou de exercer-se pressão, sobre os emigrados alemães e italianos para que se assimilassem, como ele e com ele, na mesma linha de mestiçagem portuguesa” (SENGHOR, 1975, p.49).

Para Senghor, o Brasil como modelo e protótipo da “Civilização do Universal”, possui a mestiçagem como motor, muito embora essa tenha um sentido bem definido pela “lusitanidade” - a “linha de mestiçagem portuguesa”. Assim, o seu discurso é próximo e inspirado na teoria de Gilberto Freyre, o lusotropicalismo, o qual é citado na sequência da alocação. Senghor define e defende, tal como Freyre, uma assimilação “autorizada” que seria a da cultura portuguesa - concordando assim que os outros tipos de imigração deveriam ser suprimidas em prol de uma “boa” mestiçagem pautada pelo elemento “lusó”.

À vista disso, Senghor dialoga e aproxima-se com uma interpretação de Cahen (2018) a respeito do lusotropicalismo de Freyre – o que serve também para interpretar a apropriação que Senghor faz das teorias. Argui Cahen (2018, p. 248): “O luso-tropicalismo não é sinônimo de mestiçagem: para ele a aceitar, esta devia ser predominantemente ‘lusa’ e ir no ‘bom’ sentido” e que “Fica muito claro que o luso-tropicalismo é um pensamento contra o hibridismo aberto, contra a crioulização.”. Ao evidenciar esta interpretação, percebe-se que o sentido da construção de uma possível Francofonia/Comunidade Francesa e Lusofonia/Comunidade Luso-

---

<sup>694</sup> Refere-se ao evento do “Abraço de Lusaka” entre Mário Soares e Samora Machel, na Zâmbia.



Afro-Brasileira, cujo mote é a língua francesa ou língua portuguesa, ocorre em detrimento das línguas crioulas - e necessariamente da apontada crioulição<sup>695</sup>.

Nesta direção, percebe-se que Senghor pauta, em seu discurso, o futuro da “lusitanidade” e da língua portuguesa como estruturante de uma comunidade - tocando novamente no ponto da introdução do ensino da língua portuguesa no Senegal, logo após a independência, por professores africanos da Guiné e Cabo Verde em conjunto com brasileiros, tanto na escola primária quanto na Universidade de Dakar.

Por um novo viés, este futuro da “lusitanidade” também é ordenado pelo movimento iniciado pelas Forças Armadas que desembocou na Revolução de 25 de Abril: assegura Senghor que “para além do seu significado político, é uma ‘revolução cultural’ tendente a restituir ao Homo Lusitanus às suas liberdades” (SENGHOR, 1975, p.53).

Qual o significado da “Revolução do 25 de Abril” para Senghor em Janeiro de 1975? Trata-se de um “Novo Portugal’ que:

avançará numa dupla direção por um lado reintegrando a Europa em construção - refiro-me a uma Europa Cultural - por outro, contribuindo, com o Brasil, para elaboração de um Mundo Lusófono, especialmente para a criação na África de novos Brasis, Mundo plétórico de força porque de sangues misturados e prefigurando um mundo futuro. (SENGHOR, 1975, p.53).

Pode-se interpretar que, a partir deste tipo de discurso, Senghor conquista um espaço de audiência entre a elite política e intelectual que está em exercício do poder em Portugal, logo após os Cravos, sendo uma “voz africana” cujo discurso minimiza (e até apaga) os horrores da guerra colonial a serem suprimidos<sup>696</sup> e segue valorizando uma identidade cultural e histórica do “povo português” que permanece - por mais que remeta a uma construção discursiva ao longo dos mais de quarenta anos de ditadura.

Neste período, Senghor é uma voz autorizada para tratar dos pontos sensíveis supracitados, pois é intelectual da Negritude reconhecido internacionalmente, nacionalista africano que perpetrou a independência de uma das principais colônias francesas e presidente de um país africano que buscou manter um discurso democrático e anticomunista. Assim, há

---

<sup>695</sup> Há um vasto debate antropológico e linguístico a respeito dos processos de crioulição, que não se pretende dar conta neste trabalho, apenas apontar para a complexidade do tema, que é tocado, por exemplo, nas pesquisas de Wilson Trajano Filho, para a Guiné-Bissau.

<sup>696</sup> Birmingham (1998, p. 234) diz que “Uma amnésia nacional profunda cobriu quase tudo que se relacionava com a África [...] a geração que lutara no mato atirava para trás as recordações, com uma amargura reprimida, enquanto os jovens fingiam nada saber de África.”

consentimento de Senghor com o lusotropicalismo, ao pinçar elementos, criando e reiterando uma fala conciliadora de um passado colonial português, valorizando Gilberto Freyre e a retórica lusotropicalista ao mesmo tempo em que aponta para um projeto político passível de construção - que suscita permanências históricas do “Império Português” agora no âmbito democrático - a Lusofonia ou “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”.

Ao aportar em sua arguição o silenciamento das violências perpetradas durante a guerra colonial, também suprime a relação entre colonialismo e racismo, discurso modulado em prol da defesa da construção da teleológica da “Civilização do Universal” por meio da mestiçagem. Este tem por base a crença em uma irmandade planetária proposta por Teilhard de Chardin, em que cada nação disporia suas características mais valorosas, estabelecendo uma teia de complementaridade entre diferentes aportes culturais.

Em diálogo com interpretação de Cahen (2010), percebe-se que há a persistência de mitos lusotropicalistas no pós-1975 e isto é aparente quando olhamos para a relação texto-contexto do discurso “Lusitanidade e Negritude”. Para Cahen, “o imaginário português foi apenas parcialmente descolonizado.” (CAHEN, 2010, p.2), ou seja, este “não persiste somente nas classes populares, mas podemos encontrá-lo também, um pouco diferente, entre os governantes, de direita e de esquerda.” (CAHEN, 2010, p.2). É interessante perceber que a colonização como obra não foi esvaziada do imaginário e, conseqüentemente, este discurso político é presente em Portugal após a redemocratização. Cahen nos elucida que: “numerosos conceitos coloniais sobreviveram perfeitamente à descolonização” (CAHEN, 2010, p.2), na medida em que o elemento condenado do Salazarismo foi o seu colonialismo como política e não “a colonização como obra” (CAHEN, 2010, p.2). Já Freixo (2006, p.35) postula que o pós-25 de Abril na República Portuguesa pode significar um “ensaio” de “retorno ao Atlântico” concomitante a “integração à Europa”. Tal fica mais evidente observando os setores de intelectuais integrados em espaços acadêmicos específicos que alavancaram a permanência de um tipo de discurso que embasa o projeto político da Lusofonia, o que será escrutinado na sequência.

Entende-se que Senghor segue reproduzindo nuances do mesmo discurso ao qual defendia nos primeiros anos da década de 60, quando do início da guerra colonial e que ficou amplamente conhecido quando de sua viagem ao Brasil (em 1964, por este trabalho analisado). Nesta direção, ao tratar das nuances, Senghor consorcia a vulgata lusotropicalista em paralelo ao discurso da “Civilização do Universal”, que tratou de positivar a “mestiçagem” e os valores da “lusitanidade”. Desta forma, Senghor é bem recebido em Portugal como um arauto dos

significados da “lusitanidade”, tendo como audiência uma nova elite política<sup>697</sup> e intelectual que se situava no alto escalão da política portuguesa durante o recorte aqui analisado.

Ao analisar a recepção de Senghor por esta nova elite política, pode-se ver que tais permanências e referências lusotropicalistas, referem-se e remetem a uma crítica gestada por Eduardo Lourenço em “Situação Africana e Consciência Nacional”, escrita ainda durante o Salazarismo (entre 1961 e 1963). Lourenço trata o grupo alinhado à Ditadura Salazarista em simetria à oposição, ou seja, como “gêmeos siameses” no que concerne o ato de olhar para a “situação africana” e a sua relação com a identidade portuguesa - perpassando assim a justificativa da colonização lusitana no Ultramar. Diz Lourenço: “A oposição e o Regime exprimem, cada qual ao seu modo, uma nação essencialmente colonial, quer dizer, para qual tudo quanto afecta os territórios coloniais é subordinado aos imperativos interesses da Nação colonizadora” (LOURENÇO, 1976, p.9). E segue o argumento dizendo que “o exame desse laço de subordinação, negando-o ou sublimando-o, o nosso Regime obedece à lógica inerente a essa relação de subordinação que é a essência do poder colonial” (LOURENÇO, 1976, p.9 para por fim, concluir que “a oposição, eximindo-se a ela, trai-se duas vezes. O desinteresse que justifica o Regime - ou lhe prolonga a eficácia - a ela destrói-a.” (LOURENÇO, 1976, p.9). Lourenço prenuncia as “persistências lusotropicalistas” pós-redemocratização – o que perpassa a recepção de Senghor em Portugal após 1975.

## 9.2 Mestiçagem e Latinidade

Esta parte do trabalho problematiza de que forma Senghor faz-se presente como “convidado de honra” em diferentes Universidades Portuguesas (Évora, Porto, Lisboa e Coimbra). Ao redor dele, congrega uma série de intelectuais que visam perpetuar os “Estudos Tropicais”<sup>698</sup> nos espaços universitários e, se possível, difundir o campo de saber. Neste sentido, a presença e o tipo de discurso de Senghor, o africano “intelectual da Negritude”, ao reproduzir a vulgata lusotropicalista serve de avalista para determinados grupos que serão aqui avaliados.

---

<sup>697</sup> Um exemplar desta “nova elite política” é Mário Soares e buscou-se demonstrar a sua relação com o Lusotropicalismo na secção 8 deste trabalho.

<sup>698</sup> Os “Estudos tropicais” definem-se por um conjunto específico de práticas e saberes que tem como base a interpretação lançada pela obra de Gilberto Freyre – o lusotropicalismo – sobre a relação desenvolvida pelos portugueses e seus descendentes nas regiões tropicais.

Tais eventos não ocorrem sem resistências de outros setores da comunidade acadêmica, muito embora seja perceptível a presença e chancela do governo português nestes significativos momentos da vida nacional. Sobretudo, percebe-se esta articulação olhando o discurso sobre a mestiçagem (em Évora) e a “latinidade” (em Coimbra) em paralelo com o ainda perene projeto da Comunidade. Analisaremos estes eventos na sequência, em pormenor, o que auxilia a refletir sobre a Lusofonia por meio das interlocuções públicas terminantes do então “aposentado Senghor”.

Do dia 16 ao 18 de Junho de 1980, na Universidade de Évora, ocorreu o “Encontro de Évora”, evento que aconteceria anualmente com temas variados. Para o ano de 1980 este torna-se “Congresso Internacional sobre Convergências de Raças e Culturas: Biologia e Sociologia da Mestiçagem”. Tal foi organizado pela Universidade de Évora junto a Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação Calouste Gulbenkian. Os trabalhos apresentados foram divididos pelas temáticas a seguir: “Áreas de convergência de culturas”, “a Humanidade à volta dos oceanos”, “mestiçagem biológica e cultural”, “convergência do sistema jurídico” e “imagem do negro na arte do ocidente medieval”<sup>699</sup>. O convidado de honra do evento foi Léopold Senghor, presidente do Senegal, que na ocasião recebe o título de Doutor Honóris Causa por esta Universidade.

Ao longo do evento, foi organizada uma exposição denominada “A experiência portuguesa de convergência de culturas e de ciências nos trópicos”. Também foi organizada uma exposição sobre o Movimento da Negritude, pensada por um alto funcionário senegalês, o Sr. Sambaba<sup>700</sup>, assim como outra exposição denominada “Negritude de Expressão Portuguesa” e uma terceira, sobre Macau.

Cabe dizer que o Doutoramento Honóris Causa de Senghor Senghor foi a segunda solenidade concedido pela Universidade de Évora - o primeiro foi a Henrique de Barros e Caldeira Cabral, em 31 de Janeiro de 1980 - revestindo-se de grande pompa política, com a presença do Presidente da República e de comitiva presidencial. Tal evento faz parte do ensejo de “reviver os seus grandes dias”<sup>701</sup> que vem da reativação desta Universidade em 1975<sup>702</sup> e de uma articulação política da Universidade entre Ário Lobo de Azevedo, o Reitor da Universidade de Évora, Almerindo Lessa, professor de Ecologia Humana nesta Universidade, junto ao

---

<sup>699</sup> Jornal Diário do Sul, 21 de Maio de 1980.

<sup>700</sup> Jornal Diário de Notícias, 2 de Junho de 1980.

<sup>701</sup> Jornal A Defesa, 25 de Junho de 1980.

<sup>702</sup> A Universidade de Évora foi instalada em um edifício construído por João III em 1547 e iniciou seu funcionamento em 1559, dirigida pela Companhia de Jesus. Esta segue seu funcionamento por 200 anos quando é encerrada por Marquês de Pombal, em 1759. No dia 4 de Janeiro de 1975, a instituição reabre as suas portas, funcionando como Instituto Universitário de Évora. Em 1979, ganha o estatuto de Universidade.

Presidente General Ramalho Eanes, que faz uma série de visitas à Universidade desde janeiro de 1980, sobretudo a partir da comemoração do sexto ano de reativação da Universidade.

Ário Lobo de Azevedo, nascido em Moçambique, era engenheiro agrônomo e foi o primeiro Reitor da Universidade de Évora, tendo ocupado o cargo entre 1975 a 1987. Remetendo à sua formação em Lisboa, Azevedo foi o primeiro vice-presidente da Casa dos Estudantes do Império e foi muito próximo ao colega de profissão, Amílcar Cabral. Na década de 60, participou da Missão de Hidráulica Agrícola ao Sul de Angola e da Missão de Pedologia de Angola e Moçambique. Opta por seguir a linha dos “Estudos Tropicais”, reconhecidamente, foi diretor do Centro de Estudos de Pedologia Tropical da Junta de Investigações do Ultramar, tornando-se muito próximo de Adriano Moreira.

Outro nome vinculado e entusiasta dos “Estudos Tropicais” e do lusotropicalismo foi Almerindo Lessa, médico portuense, destacou-se, desde a década de 40, por organizar os serviços de transfusão de sangue em Portugal e depois nas colônias. Conhecido pelo lema “Cumprir Portugal, cumprindo”, assume missões científicas em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Macau e também em Universidades Brasileiras<sup>703</sup>. Foi partícipe de redes de intelectuais francesas e belgas, destacou-se nos meios católicos como presidente da “Société Teilhard du Chardin”, em Bruxelas. Na década de 80, assume a cadeira de Ecologia Humana, na Universidade de Évora.

Lessa foi um dos principais entusiastas e divulgadores do pensamento do jesuíta e professor francês Teilhard de Chardin, também defensor da ideia de “Civilização do Universal”. Junto a isso, também assumiu protagonismo acadêmico dos denominados “Estudos Tropicais”, consolidando-se como um dos pesquisadores do grupo vinculado à Medicina Tropical e seu Instituto, sediado em Lisboa.

Cabe pontuar que no supracitado contexto de reativação da Universidade de Évora houve uma moção por um grupo de professores em prol da criação de um Instituto de Estudos Tropicais “aberto a todos os estudantes de língua portuguesa”<sup>704</sup> que objetivava criar “condições financeiras de apoio aos jovens oriundos daqueles territórios que pretender prosseguir ou intensificar seus estudos em Portugal”<sup>705</sup>. A moção que remete a edificação de um instituto aos moldes coloniais e com objetivos igualmente simétricos, lançada em contexto após a Revolução Portuguesa (1975) foi ratificada pelo Reitor Antunes.

---

<sup>703</sup> Segundo o relato de Adriano Moreira, Almerindo Lessa participou junto de Agostinho da Silva da criação do Centro de Estudos Portugueses na Universidade de Brasília, evento analisado na primeira parte deste trabalho.

<sup>704</sup> Estudos tropicais na Universidade de Évora? Por “Observador”. Diário do Sul, 24 de Junho de 1980.

<sup>705</sup> Ibid.

Os estudantes “repudiam viva e energicamente o conteúdo da mesma, que consideram demagógica e neocolonialista”<sup>706</sup>, expressando sua solidariedade aos povos que sofreram com a colonização e apoiam as lutas de independência política, exigindo assim demissão da comissão instaladora do referido instituto. Em 1980, aponta-se que “[...] alguns dos subscritores desta última moção até desejariam as primeiras fileiras na homenagem prestada pela Universidade ao grande africano admirador de Portugal”<sup>707</sup>, ou seja, foi este mesmo grupo que estava envolvido na organização do evento aqui analisado.

Percebe-se a próxima relação entre o governo português e a Universidade, assim como é possível ver que há significados políticos do doutoramento de Senghor junto ao congresso internacional que tem como pauta a mestiçagem - a “convergência de culturas”. Tal transparece no que tange ao adiamento do evento que tinha previsão de ser realizado em março de 1980 e foi deslocado para junho, com o objetivo de ganhar tempo para “alargar a participação internacional - considerando os observadores africanos”<sup>708</sup>.

Senghor pretendia articular a vinda de personalidades de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau<sup>709</sup>, solicitando inclusive intervenção de Luís Cabral<sup>710</sup>. Ao apresentar Portugal como um exemplo internacional de miscigenação, Senghor pontua como importante a participação e representação destes países, articulando também a presença de Mário de Andrade - que na época estaria na Guiné-Bissau - o que não ocorre devido a desalinhamentos políticos. De fato, a ocasião é uma tentativa de aproximação dos governos de Portugal com suas antigas colônias ainda com o mote do parentesco, da “irmandade” e da “cultura e língua em comum”<sup>711</sup> - o que é repudiado pelos governos dos países recém independentes, ex-colônias portuguesas em África e que veremos ao longo da análise.

Em meio a estas polêmicas e por ocasião do evento em Évora, o presidente senegalês é recebido em Lisboa no dia 15 de Junho de 1980, pelo Presidente da República Portuguesa, General António Ramalho Eanes, seguindo ao Palácio de Belém para reunião reservada. Também tem reunião privada com o Primeiro Ministro. Encontra-se com uma delegação do

---

<sup>706</sup> Ibid.

<sup>707</sup> Ibid.

<sup>708</sup> Jornal Diário do Sul, 11 de Março de 1980.

<sup>709</sup> O evento analisado ocorre em 1980: este é o contexto em que, meses depois, em novembro, Cabral será deposto pelo golpe de Nino Vieira, o que será analisado na secção 11.

<sup>710</sup> Ibid.

<sup>711</sup> Ibid.

Partido Socialista Português<sup>712</sup>, representada por Salgado Zenha e Almeida Santos<sup>713</sup>. No dia seguinte, segue para Évora.

Por tratar-se de uma Conferência Internacional, a Universidade de Évora recebe uma série de intelectuais, entre eles, Cândido Mendes<sup>714</sup> e Franchini Netto<sup>715</sup>, do Brasil, George Lambert<sup>716</sup>, Ladislav Bugner<sup>717</sup>, Jean E. Charon<sup>718</sup>, Pinto Bull, diretor do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Dakar, junto aos senegaleses Dakai, diretor da Faculdade de Letras (Universidade de Dakar) e Thian, professor de biologia<sup>719</sup>.

Dos intelectuais portugueses em destaque, fizeram-se presentes<sup>720</sup>: Orlando Ribeiro, Morais Barbosa, Albano Pereira, Nairaná Cossoró, Joel Serrão, Nuno de Miranda, Amaro Monteiro, Zeferino Paulo e Martins Janeira<sup>721</sup>. A imprensa cita a ausência de Adriano Moreira - que convidado, recusou por “motivos pessoais” - muito embora avalie-se publicamente que “tal ausência estará, no entanto, relacionada com seu desejo de não comparecer em quaisquer actos académicos enquanto não for integrado na Universidade”<sup>722</sup>.

Cita a Imprensa Portuguesa que “as tradições culturais de séculos, por breves períodos interrompidas, voltam a enriquecer o patrimônio da cidade”<sup>723</sup>. Outra notícia de capa retrata “Senghor ainda mais ligado a Portugal”<sup>724</sup> tratando da alocução de Senghor na cerimônia de abertura dos Encontros de Évora, que teve como título “Da mestiçagem biológica a mestiçagem cultural”, cujo destaque, nas manchetes, foi a recuperação da noção de raça - “as três grandes

<sup>712</sup> Jornal Primeiro de Janeiro, 15 de Junho de 1980.

<sup>713</sup> Salgado Zenha e Almeida Santos vão fazer parte, com Mário Soares, do grupo de moderados da esquerda portuguesa. Após os Cravos e o decorrer do PREC, este grupo de moderados distanciou-se do Partido Comunista Português e das alas radicais no contexto do Verão Quente de 1975 (MAXWELL, 2006). Mário Soares e Almeida Santos fazem parte do Grupo dos Nove (grupo de oficiais das Forças Armadas de Portugal liderados por Melo Antunes pertencente ao MFA de tendência moderada que pretendiam a construção de um socialismo português). Levando estes elementos em consideração, há uma conexão importante entre a esquerda democrática e uma interpretação flexível do socialismo (tal como era a do Senghor, e também a do Mário Soares) abrindo brechas para a continuidade de discursos e interpretações lusotropicalistas junto aos socialistas.

<sup>714</sup> Cândido Mendes de Almeida foi professor, educador, advogado, sociólogo, cientista político e ensaísta brasileiro. É membro da Academia Brasileira de Letras. Recebeu Senghor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro quando de sua visita em 1964. No Encontro de Évora fez a exposição do trabalho “Mudança de século, mudança de Igreja”.

<sup>715</sup> Diretor da Faculdade de Direito no Rio de Janeiro.

<sup>716</sup> Professor do Collège de France.

<sup>717</sup> Diretor da Fundação Menil. No Encontro de Évora fez a exposição do trabalho “A imagem do Negro na arte ocidental medieval até o princípio do século XV”.

<sup>718</sup> Professor da Escola Superior de Física e Química de Paris.

<sup>719</sup> Jornal A Capital, 12 de Junho de 1980.

<sup>720</sup> Boa parte deste grupo foram pesquisadores vinculados à pesquisas científicas durante e em prol da administração colonial, como Orlando Ribeiro (responsável pela Missão Hidrográfica na Guiné), que tinha aberta filiação lusotropicalista.

<sup>721</sup> Jornal A Capital, 12 de Junho de 1980.

<sup>722</sup> Jornal Diário de Notícias, 17 de Junho de 1980.

<sup>723</sup> Jornal Diário do Sul, 16 de Junho de 1980.

<sup>724</sup> Jornal Correio da Manhã, 17 de Junho de 1980.

raças da mestiçagem biológica”, assunto aclamado “do ponto de vista científico”<sup>725</sup>. Em outras palavras, registrou-se que “Senghor falou sobre as três grandes raças da mestiçagem biológica”<sup>726</sup>. Outra manchete retrata que “É a mestiçagem que confirma os Povos perpetuadores ou extrovertidos”<sup>727</sup>, em referência ao histórico da expansão portuguesa no mundo.

Em paralelo a isso, a imprensa portuguesa tenta colocar que “países africanos de expressão portuguesa [são] representados no doutoramento de Senghor”<sup>728</sup> muito embora só tenha havido a participação de um professor moçambicano, Lourenço da Costa Rosário, professor de linguística e literatura da Faculdade de Letras de Maputo. Uma nota no jornal “Diário do Sul” (24 de junho de 1980) refere que Rosário compareceu para negociar convênios e solicitar colaboração com diversas instituições de investigação e cultura. Ao que ficou claro que não compareceram representantes de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe e nem participaram dos debates sobre a suposta “convergência de culturas” - “apesar de terem sido convidados”<sup>729</sup>.

A palestra que o Presidente Senghor proferiu teve como título “Da mestiçagem cultural à Civilização do Universal”. Esta tratou de como a Universidade de Dakar tem investido no estudo de língua e cultura greco-romana, abrindo a “negritude” a “outros continentes e etnias, ou seja, outras civilizações”<sup>730</sup> visando a construção da Civilização do Universal.

No fim do Congresso supracitado, recebe o título de “Doutor Honoris Causa” pela Universidade de Évora, em 17 de Julho de 1980, seu trigésimo segundo Doutoramento Honoris Causa. Estiveram presentes na ocasião o Presidente da República Portuguesa, General Eanes, padrinho do doutoramento e o Ministro da Educação e Ciência de Portugal, Professor Victor Crespo, assim como o Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Ário Lobo Azevedo. O patrono do Doutoramento foi o Professor Almerindo Lessa, médico, antropólogo e membro do conselho científico da Universidade, o qual articulou e organizou o Cortejo Académico.

Na ocasião, Senghor faz alocução com o título “Ma Goutte de Sang Portugais” - o que remete ao discurso poético criado e proferido desde 1957, em sua primeira viagem a Lisboa. Senghor inicia sua fala remetendo a ancestralidade da civilização portuguesa, a greco-romana

---

<sup>725</sup> Ibid.

<sup>726</sup> Jornal Portugal Hoje, 17 de Junho de 1980.

<sup>727</sup> Jornal Diário de Notícias, 17 de Junho de 1980.

<sup>728</sup> Jornal Diário Popular, 17 de Junho de 1980.

<sup>729</sup> Ibid.

<sup>730</sup> Jornal Correio da Manhã, 17 de Junho de 1980.



"Lusitânia" - "communauté liée par des traits originaux de civilisation, mais aussi par un sentiment national"<sup>731</sup> (SENGHOR, 1980,p.36).

Rememora, na sequência, as sucessivas invasões dos povos suevos e visigodos, ao longo do Século II e posteriormente a dos Árabes e dos Mouros - para então, chegar no ponto central do seu discurso: a questão da mestiçagem biológica e cultural. Diz que a pujança do "Reino Independente de Portugal" se deu por conta da riqueza proporcionada pela mistura de raças e culturas. Considera que a partir do século XV, no reino de Portugal, a "unidade linguística é total (SENGHOR, 1980, p.38) e o português constitui "a língua de uma nação" (SENGHOR, 1980, p.38), representando, assim, a nação, uma "vontade de vida comum" (SENGHOR, 1980, p.38), época em que remete a expansão da língua, da civilização e da cultura portuguesa, graças às grandes navegações.

Estas deixaram sua "pegada na humanidade" (SENGHOR, 1980, p.39) - cujos vestígios são os fortes espalhados pelos litorais de América, África e Ásia, o comércio e os casamentos mistos. Segundo Senghor, a língua portuguesa serviu de "veículo da cultura e da civilização portuguesa" (SENGHOR, 1980, p.39) forjando um "temperamento português" que é "sentimental, pacífico e doce" (SENGHOR, 1980, p.39) - este é expresso pela existência da palavra "saudade".

Sumariamente, Senghor constrói o seu discurso utilizando-se de elementos que compõe as camadas identitárias da nação portuguesa - remetendo à antiga "Lusitânia", à expansão marítima e os grandes navegadores, à poesia de Camões e à língua portuguesa como expressão de valores ou de um "caráter português". Este seria característico de uma civilização que, provinda de um pequeno território se expandiu, ao longo dos séculos, deixando suas marcas em outros continentes. Ele reflete, em seu discurso, a questão da mistura de culturas - mas sobretudo, valoriza o sentido lusitano (da já referida neste trabalho "lusitanidade") de uma miscigenação que assimila e não é assimilada.

Por fim, Senghor coloca a Universidade de Évora como "centro de irradiação da cultura portuguesa" pelos seus estudos em "antropologia psico-somática e psico-social" pois esta seria um "instrumento de uma nova humanidade" no século XXI (SENGHOR, 1980, p.42) quando se trata do destino de construção de uma Civilização do Universal - edificação essa que "Portugal já teria iniciado no século XV". (SENGHOR, 1980, p.42)

Na sequência iniciam as saudações políticas, tanto do General Eanes quanto do Prof. Crespo, considerando o evento como ato de alto significado. Segundo o Ministro Crespo (1980,

---

<sup>731</sup>Tradução livre: "Comunidade ligada por traços originais de civilização, mas também por um sentimento nacional"

p.11)<sup>732</sup>, “o governo português quis associar-se a este reconhecimento”, ou seja, um africano recebendo um título de Doutoramento Honóris Causa em uma universidade portuguesa - significando politicamente que o Estado Português une-se a causa da criação de uma “nova ordem cultural” em que Portugal deve explorar os “meios de aproximação dos países francófonos, lusófonos e hispânicos” (CRESPO, 1980, p.11), lembrando assim que o elemento de aglutinação política seria não só a língua, mas uma história a ser valorizada.

O Professor Lessa, em sua alocução, lembra a biografia de Senghor, desde o seu nascimento no Senegal até a sua ida para estudar na França na década de 30, retomando o histórico de criação do Movimento da Negritude - colocando este como movimento literário e político - pois buscaram não somente a “redescoberta da África” mas também o “abraço dos dois continentes” (LESSA, 1980, p. 21)<sup>733</sup>, África e Europa.

Lessa apresenta, para além da análise da Negritude, três vieses importantes do pensamento e biografia de Senghor: (I) a releitura de Karl Marx atendendo a um “fundo religioso do homem africano” ao mesmo tempo em que se apoiava na “visão cosmo-anropológica de Teilhard de Chardin” (LESSA, 1980, p. 25), forjando uma “práxis política”, a via africana do socialismo. Sobressai o destaque das leituras cristãs (jesuítas) de Marx (citando então o Padre Joseph Louis-Lebret). Já um segundo viés, trata da (II) a conciliação entre ciência e religião cristã que se figura a partir dos estudos da vasta obra do jesuíta Chardin e da defesa da ideia da construção de uma Civilização do Universal, que parte dos escritos do padre francês. Em suma, tendo em vista estes dois pontos, Lessa diz sobre Senghor que:

Deste modo, atrevo-me a concluir que toda a sua acção política tem decorrido a tentar conciliar o que tantos outros teimam em só ver contrários. É que Léopold Senghor sabe o que tal destino visa; que Cristo não é apenas uma figura histórica; que o espírito está subjacente na matéria. Ao longo de toda esta construção é também clara a sua fraternidade espiritual com Teilhard de Chardin - porventura o maior místico e o maior pensador da biologia contemporânea - pelo que me é grato poder associar assim, nesta solenidade, dois grandes amigos de Deus e dois grandes amigos do Homem. (LESSA, 1980, p. 25)

Já o terceiro viés trata da (III) manutenção do debate acadêmico sobre a mestiçagem, que para eles seria tanto biológica quanto cultural e, para tal, deve ser estudado pela medicina/biologia e pela antropologia, retendo assim as leituras da obra de Gilberto Freyre -

---

<sup>732</sup>apud SENGHOR, Léopold. Doutoramento honoris causa do Prof. Léopold Senghor na Universidade de Évora: 17 de Junho de 1980. Évora: Universidade de Évora, 1980.

<sup>733</sup>apud SENGHOR, Léopold. Doutoramento honoris causa do Prof. Léopold Senghor na Universidade de Évora: 17 de Junho de 1980. Évora: Universidade de Évora, 1980.

justificando que “nós, portugueses, criadores da Antropologia Tropical, não poderemos deixar de ser sensíveis a tal pensamento e tal chantre. E muito menos aqui nesta Universidade que tem um Centro de Estudos em parte a isso consagrado” (LESSA, 1980, p. 27).

Assim, Lessa reitera o discurso do “mestiço, tanto biológico como cultural” como um “homem do futuro” (LESSA, 1980, p. 27), tendo por referência nomes da antropologia francesa e alemã, como por exemplo, Jean Rostand<sup>734</sup>, Konrad Lorentz<sup>735</sup> e, por fim, para fazer o elogio da “mistura” de raças e culturas, cita Paul Rivet<sup>736</sup>. Derradeiramente, une o debate da mestiçagem com a visão cristã, colocando que o racismo é uma “doença da inteligência” (LESSA, 1980, p. 29) que seria “curável” por meio do “cruzamento de culturas, por amortização biológica, como diria Teilhard de Chardin.” (LESSA, 1980, p. 29), colocando o homem português como modelo europeu deste processo.

Ressalta-se que o evento foi perpassado por questões políticas<sup>737</sup>. A mais patente foi o elogio ao General Eanes, então Presidente de Portugal, referendado por Senghor, quando o senegalês coloca publicamente que “Eanes representa em África a imagem do homem português”<sup>738</sup> ou o “tipo perfeito de português”<sup>739</sup> - remetendo a todas as características dissertadas ao longo de sua exposição sobre a “gota de sangue portuguesa”. Ao mesmo tempo, justifica que “a colonização feita pelos portugueses foi sempre cheia de humanidade”<sup>740</sup> – reiterando novamente o discurso lusotropicalista.

Na ocasião também esteve presente uma delegação do partido socialista - que apoiou a candidatura à reeleição do General Eanes em 1980 à revelia de Mário Soares - representada por Zenha e por Almeida Santos. Mário Soares teria se encontrado apenas em particular com Senghor<sup>741</sup>. Já Raul Rego, jornalista e deputado pelo Partido Socialista, também publicou um artigo, no Jornal de Notícias (em 24 de Junho de 1980), comentando a “gota de sangue

---

<sup>734</sup> Jean Rostand (1894-1977) foi um biólogo, filósofo moralista e historiador francês. Interessou-se por pesquisas que problematizavam a origem da vida, foi conhecido por popularizar a ciência, em específico, a biologia para o público em geral. Foi um pacifista e militou contra as bombas atômicas.

<sup>735</sup> Konrad Zacharias Lorenz (1903-1989) foi um zoólogo, etólogo e ornitólogo austríaco. Teve seus trabalhos reconhecidos em etologia (comportamento animal) e ganhou o Nobel de Fisiologia ou Medicina de 1973.

<sup>736</sup> Paul Rivet (1876 - 1958) foi um etnólogo francês que se especializou nos ameríndios da América do Sul. Já foi citado por este trabalho nas partes subsequentes. Senghor era um grande admirador de Rivet.

<sup>737</sup> Na ocasião também foi relatado pela imprensa uma invasão de camponeses alentejanos que “vestidos com seus trajes típicos” quiseram falar diretamente ao presidente Eanes e tiveram de ser recebidos. A pauta foi a questão da reforma agrária, o descumprimento das leis e a falta de poder de compra de terras. (Jornal Diário Popular, 18 de Junho de 1980)

<sup>738</sup> Jornal A Capital, 18 de Junho de 1980.

<sup>739</sup> Jornal Diário Popular, 18 de Junho de 1980.

<sup>740</sup> Jornal Diário de Notícias, 18 de Junho 1980.

<sup>741</sup> Jornal A Tribuna, 19 de Junho 1980.

portuguesa” do Presidente Senghor em defesa do histórico de colonização portuguesa pelo mundo. Diz que:

[..] o político e humanista Senghor acentuava que, no seu país, ‘somos cerca de cem mil pessoas com nomes portugueses’. Esta declaração de Leopoldo Senghor é o reconhecimento da comunicabilidade portuguesa a muitas raças e credos, é a negação da tese de quantos hoje pretendam negar o ciclo de expansão portuguesa só porque ele se encerrou com uma guerra injusta e refreadora dos ímpetus de vários povos. Essa gota de sangue portuguesa que corre nas veias do falofo Senghor e em mais de cem mil senegaleses pode multiplicar-se por muitos milhões, através de todo o mundo, na África inteira, na Índia e em todo o Oriente, na martirizada Timor como na florescente Macau. E o que é esse Brasil único, uma das mais poderosas alavancas do mundo de amanhã senão gotas de sangue português a cachoar com o sangue de negros amarelos ou índios? Não temos que nos arrepender de nossa expansão [...] <sup>742</sup>

Rego coloca que a colonização portuguesa buscou igualar o homem e as raças e foi uma obra de cultura intelectual, econômica e social, assim como de democratização, pois se comunica e irmana com outros povos há cinco séculos, justificada pela “ausência de racismo”<sup>743</sup>. Este discurso, com nítidas inspirações lusotropicalistas influentes na esquerda socialista portuguesa, vem a serviço de um posicionamento político que é colocado ao final do texto, em um contexto de descida do “trono de dominadores para nos enfronharmos no papel fraterno de homens”<sup>744</sup>. Analisa que:

O país está num traumatismo grande de quem viveu cinco séculos de ligações políticas sociais e econômicas intensas em determinadas regiões: e agora se vê forçado a mudar de casa e de vida; mas não nos parece que os laços de sangue, o trabalho dos emigrantes, em sociedades mais evoluídas do que aquelas em que viviam os colonizadores, sejam laços menos valiosos do que quantos nos prendiam a África. Temos de mudar de ambiente, de vida, de relações, mas a presença portuguesa no mundo mais sólida é a que nos vem no sangue e da alma. A experiência de um povo que comunicou com os povos mais diferentes da terra só por incompetências ou incompreensão dos dirigentes se pode perder na encruzilhada em que nos achamos. <sup>745</sup>

Outra questão política sobressalente, são os comentários que reverberam sobre a questão de Angola<sup>746</sup>. Este assunto é tocado quando Senghor é perguntado sobre a situação angolana,

<sup>742</sup> Jornal Notícias (Porto), 24/06/1980. Coluna “ContraVentos e Marés”, de Raul Rego. Título: “Gota de Sangue ou Alma Repartida”.

<sup>743</sup> Ibid.

<sup>744</sup> Ibid.

<sup>745</sup> Ibid.

<sup>746</sup> Senghor tratou de uma “ocupação estrangeira em Angola”. Cabe salientar que o líder da UNITA, Jonas Savimbi também dizia o mesmo no que tange Cuba e URSS apoiarem o MPLA (MELÍCIAS, 2017). Já a subsequente referência ao petróleo e a José Eduardo dos Santos (que assume o poder após a morte de Agostinho Neto em 1979 em Moscou) é significativa e filia-se a uma postura crítica de Senghor ao MPLA. Em adendo, é possível lembrar

em conferência à imprensa e refere-se que “há uma ocupação estrangeira em Angola”<sup>747</sup> e que teria conversado com Agostinho Neto, em um dos encontros da Organização da Unidade Africana (OUA), acerca do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Senegal e Angola<sup>748</sup>. Diz que há interesse, por parte de José Eduardo dos Santos<sup>749</sup>, de encontrá-lo, porém, reitera que a sua posição, como presidente do Senegal, é de reconhecimento de estados e não de governos, levando o discurso, por fim, novamente para o ponto da questão cultural, reiterando que “a cultura é um valor mais importante que o petróleo”<sup>750</sup>.

Em outro viés, Senghor reitera um suposto “papel de Portugal” nas relações internacionais entre países árabes, europeus e africanos - remetendo a um discurso que versa sobre o caráter português como mestiço e aberto à diferentes culturas – cujo caráter representa um estreitamento das relações “lusu-senegalesas”. Percebe-se que Senghor serve de porta-voz africano de uma tentativa de recolocação de Portugal, após as transformações históricas disparadas pelo processo revolucionário, cujo representante então era o General Eanes ali presente: esta recolocação se concatena com a abertura de relações para além da posição europeia, em direção a países africanos e asiáticos, estes últimos, os árabes<sup>751</sup>.

Assim, nota-se a utilização de uma imagem de Senghor, como autoridade intelectual e política, em prol da articulação dos elementos citados acima, que seriam fundamentados culturalmente pela “abertura” à mestiçagem e de um suposto caráter, papel e posicionamento de Portugal no mundo. Sublinha-se assim que, apesar da reiteração da questão da mestiçagem e do uso do termo “lusitano”, em nenhum momento há menção à ideia de “lusitanidade” (nem mesmo de “portugalidade”).

Na sequência, voltando a analisar os eventos, é preciso apontar em Novembro de 1983, dentro da Universidade Católica de Lisboa, foi organizado um Congresso com o título “Religiões em África” pelo Centro de Estudos dos Povos e das Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) e o International African Institute. A intervenção de Senghor foi intitulada “Cultura e Religião em África” e tratou dos seguintes pontos: “Da biologia à cultura e à Religião Africanas”; “A arte em serviço da religião” e “Revolução de 1789”.

---

em 1980 da próxima relação de Senghor com Mário Pinto de Andrade, o qual havia sido expulso do MPLA e estava atuando na Guiné-Bissau (tal será tratado na secção 11 deste trabalho).

<sup>747</sup> Jornal Diário de Notícias, 19 de Junho de 1980.

<sup>748</sup> Jornal A Tribuna, 19 de Junho de 1980.

<sup>749</sup> José Eduardo dos Santos (1942-) é um dos líderes do MPLA, é político e serviu como Presidente de Angola de 1979 a 2017.

<sup>750</sup> Jornal A Tribuna, 19 de Junho de 1980.

<sup>751</sup> Senghor, a partir do Senegal, também buscava o estreitamento e cooperação desde a década anterior.

Alguns anos depois, em Abril de 1987, Senghor é convidado pela Universidade do Porto a comparecer nas comemorações do septuagésimo quinto aniversário da referida Universidade. Nesta ocasião, deu-se o Congresso “A Universidade e a Construção da Europa”. Senghor fez várias intervenções tratando intituladas: “Conhecer a África”; “Poesia e Negritude”; “Prever uma Simbiose de Culturas”; “Os Negros trouxeram um contributo fundamental ao espírito de criatividade do humanismo” e “Todo o progresso espiritual, moral e artístico passa pela mestiçagem”<sup>752</sup>. Em sua passagem pelo Porto, em 1987, visita e articula-se com a Fundação Engenheiro António de Almeida, cujo mote era a divulgação da “cultura luso-africana”, travando estreitas relações com o seu Presidente, Fernando Aguiar-Branco.

O Jornal de Notícias, do dia 9 de Abril de 1987, noticia o evento, evidenciando as palavras de Senghor:

Não há hoje um biólogo ou antropólogo capaz de negar que é a mestiçagem que realiza o ideal de homem. Neste capítulo, os portugueses já deram um exemplo. Já deram uma resposta precisamente ao preconizarem uma mestiçagem biológica e cultural, alicerçada no vosso passado histórico. Os portugueses foram os únicos europeus que ousaram organizar, em Évora, há alguns anos atrás, um Congresso sobre a mestiçagem. Muitos europeus ficaram então enfadados e afastados com esse Congresso.<sup>753</sup>

No ano subsequente, em Abril de 1988, na Universidade de Coimbra, através do seu Instituto dos Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, promove o Congresso Internacional “As Humanidades Greco-Latinas e a Civilização do Universal”, organizado junto a Associação Parisiense Archives du XXème siècle, cujo convidado de honra e presidente da sessão foi Léopold Senghor, tratando de reunir especialistas em estudos clássicos de quatorze países. Recebe mais de 400 participantes e cerca de 30 comunicações de especialistas de quatro continentes. Foi inaugurado pelo então Presidente da República, Mário Soares, e encerrado pelo Ministro da Educação, Roberto Carneiro. Teve a presença do Reitor da Universidade, Rui Alarcão e do embaixador de Portugal na UNESCO, José Augusto Seabra<sup>754</sup>.

Houve cinco sessões de trabalhos com as seguintes temáticas: “Apreciação do Mundo Antigo”, “Permanência da Cultura Clássica”, “Pensamento e Humanismo: ética, direito, ciência e técnica”, “Igreja e Latinidade” e “O humanismo greco-latino ante o mundo oriental, a África e a América”. Assim, o Presidente do Congresso, Léopold Senghor, torna-se o interlocutor em

<sup>752</sup> Estas informações foram retornadoas do Jornal de Notícias, 9 de Abril de 1987.

<sup>753</sup> Jornal de Notícias, 9 de Abril de 1987.

<sup>754</sup> José Augusto Seabra, através do Centro Internacional de Latinidade Léopold Senghor, vai lançar a obra “A Negritude e a Saudade” (2002) com traduções das poesias de Senghor realizadas a próprio punho e textos memorialísticos sobre a relação de Senghor com Portugal.

relação ao reconhecimento da importância do estudo das “humanidades greco-latinas”, recuperando os “*Studia Humanitatis*” - tratando que antes da Segunda Guerra Mundial, este era imperativo para formar “homens de cultura”<sup>755</sup>, inclusive nos liceus situados em África, os quais cita. De forma crítica, analisa que após a Segunda Guerra Mundial haveria uma virada em direção a um ensino tecnicista, desvalorizando as humanidades - a qual vincula estreitamente ao estudo do Grego e do Latim<sup>756</sup>, incentivando, assim, a retomada desta formação, inclusive em África, o que, segundo ele, já teria sido feito como política educacional no Senegal. Rememora que:

A seguir à independência criámos no Senegal, no ensino secundário, uma secção clássica onde os alunos podem escolher entre o Árabe, por um lado, e o Latim e o Grego, por outro. É assim que neste país, 80% muçulmano, se cerca de 65% da secção clássica escolheu o Árabe, aproximadamente 35% - sobretudo raparigas - preferem o Latim e o Grego. A razão principal que elas têm é, como me disse a nossa primeira mulher professora de Grego na Universidade de Dakar, que as nossas intelectuais se sentem menos desambientadas no mundo do humanismo greco-latino que lhes fizeram assimilar.<sup>757</sup>

Este olhar sobre a importância dos estudos das humanidades greco-latinas é o mote da realização deste grande evento em Coimbra, cuja articulação de Senghor como Presidente do Evento, vem por meio de um Manifesto escrito pelo mesmo, que é norteador da ocasião e está publicado nas “Actas do Congresso”, cujo teor nomeia o Congresso Internacional dando sentido ao estudo das Humanidades Greco-Latinas através da ideia (que carrega em si objetivos políticos pontuais) da construção de uma “Civilização do Universal”.

Senghor, no supracitado manifesto, vai analisar a Antiguidade Greco-Latina como matriz da Cultura Ocidental, tocando, no contexto de 1988, no ponto da assimilação ativa de

<sup>755</sup> “Nos anos após a Primeira Guerra Mundial, nos países desenvolvidos, a começar pela Europa Ocidental, para formar homens de cultura, ensinavam-se nas classes secundárias os *Studia Humanitatis*: as humanidades greco-latinas. E isso, mesmo em África, é preciso dizê-lo. Na verdade, após a Segunda Guerra Mundial, verificou-se mesmo nos países latinos da Europa e, naturalmente, nos países Latino-Americanos, um recuo do ensino do Latim e do Grego. Refletindo bem, este desdém era devido essencialmente à prioridade dada, na vida dos homens, à ciência e à tecnologia. Paradoxalmente, é o desenvolvimento destas últimas, mas sobretudo as suas aplicações nos serviços, numa palavra, na vida, que se está a dar um novo arranque nas humanidades greco-latinas”. (SENGHOR apud BULL, 2000, p.607)

<sup>756</sup> “Nos anos após a Primeira Guerra Mundial, nos países desenvolvidos, a começar pela Europa Ocidental, para formar homens de cultura, ensinavam-se nas classes secundárias os *Studia Humanitatis*: as humanidades greco-latinas. E isso, mesmo em África, é preciso dizê-lo. Na verdade, após a Segunda Guerra Mundial, verificou-se mesmo nos países latinos da Europa e, naturalmente, nos países Latino-Americanos, um recuo do ensino do Latim e do Grego. Refletindo bem, este desdém era devido essencialmente à prioridade dada, na vida dos homens, à ciência e à tecnologia. Paradoxalmente, é o desenvolvimento destas últimas, mas sobretudo as suas aplicações nos serviços, numa palavra, na vida, que se está a dar um novo arranque nas humanidades greco-latinas”. (SENGHOR apud BULL, 2000, p.607)

<sup>757</sup> Actas: “As Humanidades Greco-latinas e a Civilização Do Universal”. Coimbra: Livraria Minerva, 1988, p.83.

uma cultura pela outra (“assimilar e não ser assimilado”<sup>758</sup>) como forja de Civilizações em desenvolvimento, através do “contato” ou “mistura” de culturas - ou seja, a miscigenação tomada por ele como “biológica” e “cultural” - realçando, por fim, a ideia de “harmonia” entre duas culturas em contato. Diz que:

A Antiguidade Greco-Latina está, como todos sabem, na base da civilização europeia, e os seus padrões modelaram, durante séculos, a maior parte da cultura ocidental, quer sob o ponto de vista literário, como sob o artístico, científico, filosófico e até político, e pode afirmar-se que não cessou ainda de o fazer.

Mas o alargamento de horizontes iniciado a partir da grande expansão europeia dos séculos XV e XVI traz àquela herança cultural novos dados que são avidamente absorvidos, primeiro procurando integrá-los nos esquemas dos antigos (preocupação de identificar novas terras e povos com os referidos pelos clássicos), depois orgulhando-se das novidades que aqueles nunca haviam pressentido.<sup>759</sup>

Junto aos pontos acima colocados, Senghor também retoma e ressalta a história da expansão marítima como fundamental nestas dinâmicas de contato de culturas, o campo dito em Portugal como “Estudos Ultramarinos”, muito valorizado na Academia para a qual Senghor discursa, dizendo que, “O achado de continentes desconhecidos, insuspeitados por um lado, o encontro com o Oriente, por outro, vêm demonstrar a existência de novos valores que merecem estudo e consideração.”<sup>760</sup>

Por conseguinte, Senghor ressalta que o Congresso Internacional, apesar de refletir sobre o passado (as antiguidades greco-latinas), tem um sentido voltado para o “futuro”, ou seja, visa “promover uma reflexão sobre o papel que desempenharam e devem continuar a desempenhar as humanidades greco-latinas no quadro deste vasto e complexo contexto em que hoje nos movemos”<sup>761</sup>, pensando mais na “permanência da cultura clássica (designadamente na literatura e no pensamento contemporâneo)” do que os estudos históricos ou as antiguidades em si. Diz que:

No nosso século de comunicações aceleradas, este quadro geral da humanidade aparece cada vez mais como um vasto mosaico, em que cada peça tem o seu valor próprio. Caminha-se para a civilização do universal, onde, aliás, o entendimento não deve impedir a diversidade, mas apenas harmonizá-la.<sup>762</sup>

<sup>758</sup> Esta expressão remete a seu famoso texto, de 1939, “Ce que l’homme noir apporte”.

<sup>759</sup> Actas: “As Humanidades Greco-latinas e a Civilização Do Universal”. Coimbra: Livraria Minerva, 1988, p.15.

<sup>760</sup> Ibid, p.16.

<sup>761</sup> Ibid, p.15.

<sup>762</sup> Ibid, p.16.



Na alocução que inicia o Congresso, o Presidente do mesmo, Senghor, designa que as humanidades greco-latinas têm a capacidade de reunir diferentes especialistas de três continentes: Europa, África e América. Isto resulta na construção de significados conjuntos e projeções de futuro compartilhados - pois, possuiriam um legado e caráter comum, a “latinidade”. Destaca-se desta fala o entendimento de que a “expansão” da Europa por meio da colonização foi algo positivo no desenvolvimento das culturas - na produção de “arte” em todos os sentidos, sobretudo o literário.

Concomitante, há a ênfase na percepção de que foi por meio de dinâmicas de assimilação com uma direção específica, que tornaram as distintas culturas de África e América como parte do mundo “greco-latino”. Articulam-se estas questões com o destino da Igreja Católica - em direção a um “universal” - sendo esta a expressão da “harmonia” entre as diferenças.

Destaca-se assim que, tanto a citada Francofonia<sup>763</sup> quanto a Lusofonia em possível institucionalização fazem parte de um movimento do que Senghor trata como Latifonia - forjada na base da assimilação da cultura greco-latina e da miscigenação, caso diametralmente oposto a, por exemplo, o da colonização inglesa (“anglofonia”) relacionada então à “common law” (MANDANI, 1996).

Destaca-se, por fim, a alocução de Senghor em Coimbra, que evidencia um elogio ao “povo português” e a “lusitanidade” - repetição de um antigo discurso que remete a década de 60: estes conceitos seriam portadores de um caráter de quem “ignora os preconceitos de raça e cultura”<sup>764</sup> e é aberto à mestiçagem (“simbiose biológica e cultural”), carregando a melhor característica da “latinidade” por assimilação.

Finaliza, dizendo que:

Pour finir, je voudrais, de nouveau, remercier le grand homme de culture qu'est le Président Mário Soares et, avec lui, le peuple portugais. Ce peuple qui, plus que tout autre en Europe, ignore les haines de race ou de culture. Ce peuple qui, depuis les Ibères, a réalisé l'une des symbioses, biologique et culturelle [...] Il reste qu'il a toujours éclairé cette riche symbiose à la lumière de l'humanisme gréco-Latin.<sup>765</sup>

---

<sup>763</sup>Ibid, p.83.

<sup>764</sup>Ibid, p.84.

<sup>765</sup>Ibid, p.84. Tradução livre: “Por fim, gostaria, mais uma vez, de agradecer ao grande homem da cultura que é o Presidente Mário Soares e, com ele, ao povo português. Este povo que, mais do que qualquer outro na Europa, ignora o ódio à raça ou à cultura. Esse povo que, desde os ibéricos, conseguiu uma das symbioses biológicas e culturais [...] eles sempre iluminaram essa rica simbiose à luz do humanismo greco-latino”

O Congresso tem uma conclusão com viés político claramente expresso: este provém objetivamente de “reconhecer o laço cultural entre diversos países”, propondo uma “União Latina” que traz em seu pacote para além do “estudo da língua” uma permanência do discurso carregado de significados a partir dos conceitos de “assimilação” e “miscigenação” assim como da permanência da herança da “latinidade” sobre as outras. Cito um excerto da conclusão do congresso pelo seu presidente:

É altamente desejável que outros países venham juntar-se-lhes. Nesse sentido, a União Latina terá um grande papel a desempenhar, junto de todos os países latinófonos da América e da África. É neste espírito que o Congresso solicita à União Latina que recomende aos governos dos diferentes países-membros que tomem as medidas necessárias, no domínio educativo, cultural e científico, para que as humanidades greco-latinas retomem o seu lugar nos planos de estudos que hão-de preparar os homens do futuro.<sup>766</sup>

No mesmo ano ocorreu o colóquio “La latinité: l’avenir d’ un passé”, na universidade de Clouj, congregando um grupo oriundo do congresso de Coimbra. Nesta ocasião, votou-se a favor da criação de um Centro Internacional de Latinidade, a ser sediado na Universidade de Coimbra, no Instituto de Estudos Clássicos. Destina-se esse centro a fomentar os objetivos do Congresso Internacional de Coimbra relacionados à promoção, entre outros pontos, da: “aproximação entre países, instituições e pessoas interessadas na herança linguística e cultural da latinidade; favorecer pela sua acção o diálogo de todas as culturas” (LEÃO, 2005, p.12). Diversos países enviaram delegação à primeira reunião realizada em Coimbra, como Argentina, Brasil, Espanha, Suíça, Bélgica, Itália, França e Romênia. Este Centro foi depois designado “Centro Internacional de Latinidade Léopold Senghor”.

Ao refletir especificamente sobre o Congresso Internacional sobre as Humanidades Greco-Latinas do qual Senghor tomou parte e teve protagonismo em 1988, aponta-se que tal se relaciona com um debate que estava sendo proposto com o lançamento do primeiro tomo da obra, em 1987, “Black Athena: The afroasiatic Roots of Classic Civilization” de Martin Bernal. Segundo Mudimbe (2013), esta obra faz parte de um debate emergente na década de 80 em que desloca uma visão sobre o “mundo greco-romano” ou o legado latino de um “modelo ariano”, que teria um olhar que definiria que povos pré-helênicos e de língua indo-europeias que forjaram a civilização grega, para o “modelo antigo” revisitado por Bernal, que define que esta civilização seria produto de misturas dos Pelasgos com colonos egípcios e fenícios (que teriam exercido domínio sobre diversas regiões).

---

<sup>766</sup>Ibid, p.662.

Em “Black Athena” é visado refletir que a Grécia foi fruto da miscigenação de “europeus nativos com africanos e semitas colonizadores”, o que teria sido “impensável para os românticos e racistas do século XVIII e XIX” (BERNAL apud Mudimbe, 2013, p. 127) pois o mundo grego representava o berço da “Civilização Ocidental”. Bernal revisita e reitera o “modelo antigo” propondo a reavaliação de um Egito “essencialmente africano” - tal como o intelectual senegalês Cheikh Anta Diop defendeu desde 1951, em sua Tese de Doutorado<sup>767</sup>. Também situa o “modelo ariano” historicamente, colocando que este enquadra-se no contexto do Romantismo Alemão e seus linguistas que tinham interesse em encontrar o berço da filologia indo-europeia, criando assim uma “fixação” na Índia através do estudo do Sânscrito - e relacionando esse à língua grega. Por fim, Bernal relaciona esta análise com a emergência do anti-semitismo e do racismo e o perigo da busca de “raízes autênticas”.

Ao refletir sobre este último ponto da obra de Bernal, Mudimbe (2013) diz que é necessário perceber a diferença entre “racismo” e “pensamento racial”, debate que será tocado aqui com fins de nos auxiliar com a análise dos posicionamentos de Senghor a respeito da miscigenação e “latinidade” ao longo da década de 80. Segundo Mudimbe (2013, p.135):

A história do ‘pensamento racial’ deve ser separada do ‘racismo científico’, preconizado por figuras como De Gobineau em meados do século XIX. Ironicamente, a história incrível do racismo teve lugar em França quando os próprios prussianos, sob liderança de Francisco II, combateram a ascensão da sua própria burguesia nacional. No século XVIII, o Romantismo Alemão surgiu introduzindo conceitos como ‘raízes originais’, ‘laços familiares’, ‘personalidade inata’ e ‘pureza da linhagem’.

Ainda sobre o “pensamento racial”, Mudimbe (2013, p.134) explana que ao exemplo francês que teria um “paradigma curioso” que opõe uma “raça de aristocratas” a uma “nação de cidadãos”, que foi promovido por uma aristocracia que obviamente se oporia aos movimentos democráticos, invocando o direito perpétuo de conquista dos francos colonizando os Gauleses romanizados e decadentes; patenteando, assim, segundo Mudimbe, o “pensamento racial”. É esta a narrativa da colonização dos Gauleses pelos Francos que Senghor reitera, quando tange a história da França, narrando a mesma a partir da ideia da miscigenação enquanto motor criador de novas e melhores civilizações, no caso, a francesa (SENGHOR, 1967) - “assimilada” pela negro-africana. Senghor de fato partilha dos pressupostos do “pensamento racial” quando trata da “mistura biológica”, elemento perene em sua obra<sup>768</sup>.

<sup>767</sup> Nations nègres et culture: De l'Antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique noire d'aujourd'hui.

<sup>768</sup> Em outros escritos, como o texto “Uma enfermidade infantil dos tempos modernos”, publicado em 1968 Senghor apresenta o racismo como uma epidemia moderna. Diz ele: “Nesta segunda metade do século XX o

Assim, nas percepções defendidas pelo senegalês, tanto a “latinidade” quanto seus derivados, a “francidade” (SENGHOR, 1967) ou a “lusitanidade” assim como a “negritude” são resultados da miscigenação, ou seja, da mistura biológica e cultural – perpetuando um “pensamento racial”. Em oposição a uma visão negativa da miscigenação enquanto degeneração - provinda do supracitado Gobineau (MUDIMBE, 2013) - em Senghor, esta é vista por um prisma positivo e torna-se lente para olhar todo e qualquer processo histórico no que se refere à cultura ou tipos de “civilização” – muito próximo a interpretações da obra de Gilberto Freyre. Deste modo, segundo o ex-presidente senegalês, a “civilização greco-romana” e a “latinidade” foram forjadas a partir da miscigenação e o seu legado cultural maior, as “Humanidades”, que seriam “universais” e também seriam partilhadas pelos povos do continente africano e americano (SENGHOR, 1988).

Por fim, pode-se dizer que Senghor é recebido em Portugal no contexto após os Cravos por uma nova elite política, incluindo aí quadros do Partido Socialista Português, assim como por uma elite universitária que se perpetua em espaços acadêmicos. Estes grupos recebem Senghor conjuntamente com grande pompa sobretudo por haver um compartilhamento de um discurso sobre a identidade portuguesa visto a partir de pressupostos lusotropicalistas, no que tange à “lusitanidade” e seus significados, assim como o atrelamento da mestiçagem com a latinidade, justificando o lugar que Portugal pretendia recolocar-se em uma geopolítica mundial: voltado à Europa concomitantemente ao “Atlântico” pela via Luso-Afro-Brasileira”. Este tipo de discurso/projeto que Senghor é fiador.

---

racismo, mais que o nacionalismo, se recrudescer novamente com uma crescente violência” (SENGHOR, 1968, p.7) ao iniciar a sua arguição a respeito do racismo como uma “enfermidade infantil” e “epidemia” da modernidade. Assim, assegura que o racismo balizaria a relação entre as diferentes raças, ou seja, atingiria até mesmo aqueles que originalmente foram suas vítimas: os negros ou a “Civilização Negro-africana” e por isso seria uma epidemia. Senghor sublinha e explora a questão da escravidão e de como o atrelamento do cientificismo com o colonialismo – expondo um dos ideólogos racialistas franceses, Gobineau – inseriram uma chaga na modernidade, o racismo.

## 10 RECEPÇÃO DE SENGHOR NO BRASIL

Esta secção trata da recepção de Senghor no Brasil após a Revolução dos Cravos, partilhando do entendimento de que os significados do 25 de Abril de 1974 reverberam para além de Portugal, atingindo o que Senghor denominou “Mundo Luso-Afro-Brasileiro”. Percebe-se que desde o Brasil, as redes de intelectuais brasileiros vinculadas ao projeto da Comunidade Luso-Afro-Brasileira vão seguir buscando a sua edificação, tendo Léopold Senghor como um político de referência deste projeto. Tal debate está posto na secção (10.1) Moderação Política.

Já em uma segunda secção, (10.2) Africanidade e Negritude, problematiza-se de que forma o presidente senegalês é ponto de apoio para o governo brasileiro (1974 a 1979) em relação a uma geopolítica internacional pautando questões pungentes na década de 70 que envolveram países africanos, tal como a Guerra Angolana e a questão sul-africana do Apartheid. Objetiva-se analisar de que forma o governo brasileiro e sua diplomacia adotaram um discurso de denúncia ao racismo e defesa da Negritude em sua política externa, ao mesmo tempo em que eram denunciados como racistas pelos Movimentos Negros em processo de organização e unificação no Brasil, os quais também adotaram um discurso a respeito da Negritude; mostrando, por fim, as ambiguidades na recepção de Senghor por distintos setores.

### 10.1 Moderação Política

*“A margem de cada conflagração africana, o Presidente do Senegal cresceu como um moderado, o prócer do entendimento em função de um equilíbrio, de uma harmonia sem abdicação de direitos essenciais e de valores históricos, sempre a busca de uma base cultural na ação do poder. Dentro de cada polo de divergência, qualquer que seja a sua natureza, Senghor atua como um moderador.*

*Ainda é uma figura polêmica dentro do seu continente, às vezes crivado de restrições, outras generosamente distinguido, mas permanece encarnando a África, a sua presença a se confundir com a da África.”<sup>769</sup>*

Léopold Senghor é recebido no Brasil como um modelo de político africano moderado e foi introduzido como referência no projeto de edificação de uma possível Comunidade de países de língua portuguesa – a Lusofonia. Percebe-se que o governo do Senegal segue se relacionando com o governo brasileiro, no contexto entre 1974 a 1979, então presidido pelo

---

<sup>769</sup> Juarez Bahia para o Jornal do Brasil, 4 de novembro de 1977, p. 11.

General Ernesto Geisel<sup>770</sup> cujo Ministro das Relações Exteriores foi Antonio Azeredo da Silveira<sup>771</sup>. Este último faz uma viagem oficial ao Senegal no ano de 1974, para selar a aproximação entre os dois governos, remetendo aos acordos de cooperação cultural e econômica assinados durante o Governo Castelo Branco (1964), assim como o aprofundamento das relações durante o Governo Médici (1972-1973).

Uma primeira referência sobre a recepção de Senghor no Brasil após os Cravos se relaciona com o então jornalista e “aposentado político” Carlos Lacerda: logo após o pronunciamento do discurso de Senghor, na Academia de Ciências de Lisboa, em 1975, Lacerda busca a figura de Gilberto Freyre, tentando incitar o mesmo a agir politicamente como ideólogo do projeto da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” após os Cravos<sup>772</sup>. Em correspondência enviada para Freyre<sup>773</sup>, no referido ano, o jornalista escreve ao pernambucano indicando que lançará um livro bilíngue pela Nova Fronteira em homenagem ao sociólogo. Esta obra trata-se de uma edição pocket intitulada “Lusitanidade e Negritude” contendo o discurso de Léopold Senghor proferido em Janeiro de 1975 em Lisboa.

Aproveita a correspondência para apresentar o receio do “perigo comunista” que rondaria Portugal. Diz que: “O que caracteriza o movimento comunista do governo português é justamente a rutura [sic] de todo o processo de uma cultura e de uma área de influência luso-afro-brasileira, multi-racial e mestiça”<sup>774</sup>. Aponta que há esforços para entregar o poder em Angola à “facção comunista minoritária” que desembocará em guerra civil.

Incita o mesmo a articular politicamente - falar “por Portugal” a partir do seu lugar de ideólogo do “Mundo que o Português criou”<sup>775</sup> - em prol do projeto político defendido, cada um a seu modo, por Senghor, Spínola e o próprio Lacerda. Cita que vários “exilados, refugiados,

---

<sup>770</sup> Ernesto Beckmann Geisel (1907-1996) foi um militar brasileiro que foi o 29º Presidente do Brasil, entre 1974 a 1979, sendo o quarto na ditadura militar brasileira. No seu governo foi extinto o AI-5. (CPDOC – FGV)

<sup>771</sup> Antonio Francisco Azeredo da Silveira (1917-1990) foi um diplomata e Ministro das Relações Exteriores do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Em janeiro de 1974, Azeredo da Silveira foi convidado a assumir a pasta das Relações Exteriores. Iniciado o novo governo em 15 de março de 1974, Silveira recebeu a pasta de seu antecessor Mário Gibson Barbosa, sendo substituído na embaixada em Buenos Aires por João Batista Pinheiro. Ao se reunir pela primeira vez com seu ministério no dia 19 do mesmo mês, Geisel declarou que daria uma nova orientação à política externa do país. Numa perspectiva que viria a ser definida como “pragmatismo responsável”, afirmou que buscaria a ampliação do comércio com outros países e o acesso a tecnologias mais atualizadas. (CPDOC – FGV).

<sup>772</sup> Após os Cravos, não se identifica, em entrevistas e nas obras de Freyre, uma militância política em prol do projeto de uma possível comunidade/federação luso-afro-brasileira ou lusíada. Em 1977, Gilberto Freyre dá entrevistas mais voltadas à questões de política brasileira.

<sup>773</sup> Correspondência consultada no acervo da Fundação Gilberto Freyre. Número: 8. Indx: 14. Remetente: Carlos Lacerda. Destinatário: Gilberto Freyre. Data: sem data.

<sup>774</sup> Ibid.

<sup>775</sup> Ibid.

desterrados”<sup>776</sup>, dentre eles intelectuais, como Nuno Simões<sup>777</sup>, estão vindo para o Brasil, o que depois vai acontecer com Spínola<sup>778</sup>. Diz Lacerda a Freyre que este é a voz autorizada e “isenta”<sup>779</sup> para mostrar ao governo brasileiro - que segundo ele tem um Itamaraty “desvairado e leviano”<sup>780</sup> - a necessidade de receber e assimilar esta “nova contribuição portuguesa”<sup>781</sup>, incluindo aí os “colonos de tipo pied-noirs” que viriam de Angola<sup>782</sup>.

Deste imbróglio emerge as articulações políticas realizadas em maio de 1975, após o exílio do General Spínola no Brasil, que foram fadadas ao fracasso:

o general manteve-se politicamente ativo durante a sua estadia no Brasil e desempenhou um papel de relevo na criação e consolidação de um movimento político-militar com o objetivo de resistir aos desenvolvimentos políticos em Portugal, nomeadamente à alegada implantação de uma ‘ditadura comunista’ que estaria em marcha no país. Tratou-se do Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP), criado em maio de 1975, por iniciativa de um grupo de exilados portugueses em Espanha, no qual, entre outros, pontificavam Alpoim Calvão, José Miguel Júdice, José Valle de Figueiredo e Marques Bessa. O objetivo seria a criação de uma frente comum que agrupasse os portugueses exilados em Espanha e no Brasil para que, sob a liderança do general Spínola, fosse possível inverter a situação política em Portugal. (RODRIGUES, 2014, p.75)

Lacerda foi um exímio apoiador de Spínola, buscando inclusive apoio político com os militares brasileiros, segundo relato de Azeredo da Silveira, Chanceler do Governo Brasileiro na época<sup>783</sup>. Sabe-se que Spínola tinha um projeto político pessoal que foi amplamente divulgado no seu livro “Portugal e o Futuro” – em que defendia, em suma, “um regime presidencialista, uma transição musculada e gradual, sem sobressaltos, levada a cabo em um clima de ordem social e disciplina, e uma solução federativa de tipo referendário para as colônias” (REZOLA, 2017, p. 31).

Na referida obra, em circulação em Portugal e no Brasil (versão brasileira com edição e prefácio de Carlos Lacerda, pela Editora Nova Fronteira), Spínola apresenta o presidente

---

<sup>776</sup> Ibid.

<sup>777</sup> SKOLAUDE, 2016.

<sup>778</sup> RODRIGUES, Luís Nuno. António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. História [online]. 2014, vol.33, n.1, pp.66-96.

<sup>779</sup> Correspondência consultada no acervo da Fundação Gilberto Freyre. Número: 8. Indx: 14. Remetente: Carlos Lacerda. Destinatário: Gilberto Freyre. Data: sem data.

<sup>780</sup> Ibid.

<sup>781</sup> Ibid.

<sup>782</sup> Ibid.

<sup>783</sup> Segundo o chanceler Azeredo da Silveira: “O Carlos Lacerda, nessa época, por exemplo, me escreveu umas cartas [...] as cartas que seguiam uma linha inteiramente de apoio àquele general que usava monóculo, o [António de] Spínola... É muito difícil uma revolução, na segunda metade do século XX, com um general de monóculo. Também não quero ser tão contra o monóculo assim [risos]. A verdade é que ele queria que eu apoiasse totalmente o Spínola.” (AZEREDO SILVEIRA apud SPEKTOR, 2010, p. 267-268)

Léopold Senghor como “político e humanista moderado e clarividente, desenvolvendo a unidade moral e a cultura africana na sua sensata e positiva concepção de ‘negritude.’” (SPÍNOLA, 1974, p.72).

Percebe-se que tanto Spínola quanto Lacerda propagam um discurso que valoriza positivamente a figura política e as ideias de Léopold Senghor, o que vem ao encontro do necessário apoio político ao projeto da Comunidade - e que, em pontos fundamentais, dialogam com as arguições de Senghor em sua ação político-diplomática internacional como presidente do Senegal. Também é exemplar a forma com que Spínola e Lacerda olham para o Movimento da Negritude, valorizando a figura de Senghor, nominado como “paladino da negritude” (SPÍNOLA, 1974, p.76). Isto ocorre, sobretudo, por Senghor demarcar um posicionamento anticomunista entre os nacionalistas africanos e dentro das organizações pan-africanas.

Em “Portugal e o Futuro” é inscrita uma dicotomia entre o “mau colonizador” e o “bom colonizador”<sup>784</sup>, sendo os primeiros que “induziram os africanos a todos esses erros de julgamento pelo que não nos parece tomar-se a parte pelo todo e analisar uma doutrina apenas sob o prisma do pensamento vicioso dos seus prosélitos mais ressentidos” (SPÍNOLA, 1974, p.76). Assim, Senghor seria “menos ressentido” - pois propositor do olhar para os “benefícios” da colonização para a África Negra - reconhecendo a “boa colonização” e os “bons colonizadores” (SPÍNOLA, 1974) que os portugueses seriam exemplares, pelo caráter que foi amplamente apontado pelas teses do lusotropicalismo - repetidas por Lacerda e por Spínola. Mormente, há um interesse na valorização da figura de Senghor, ensejando a aproximação com um nacionalista africano reconhecido internacionalmente que possuía posturas políticas classificadas como “moderadas” (ou “girondinas”) e anticomunistas.

Estas concepções também são partilhadas pelo diplomata brasileiro Antonio Azeredo da Silveira, que foi Ministro das Relações Exteriores durante governo Geisel (1974-1979), sucedendo Mário Gibson Barboza. A partir deste lócus, deu segmento às relações já traçadas por Barboza em relação a uma “política africana”. Silveira, em seu primeiro discurso na XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em Nova York no dia 23 de setembro de 1974<sup>785</sup>, no início de sua gestão ministerial, coloca que:

<sup>784</sup> Esta dicotomia apontada por Spínola relembra as interpretações a respeito da colonização francesa após a experiência de Vichy, apontada por Ginio (2006), quando diz que houve uma divisão entre o domínio colonial dos territórios franceses no continente africano, uns deles controlados por Vichy e outros pela “França Livre”. Com o término da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento de uma nova constituição na França, ficou a impressão de uma “má colonização” atrelada a Vichy e uma “boa colonização”, atrelada à “França Livre”.

<sup>785</sup> Em setembro de 1974, o governo português já havia reconhecido a Independência da Guiné-Bissau. As independências de Angola e Moçambique ainda estavam em processo de acordo, porém já havia ocorrido o Acordo de Lusaka entre a FRELIMO e o governo português. No contexto interno em Portugal, neste momento, há o apelo do então Presidente da República Portuguesa, General Spínola, a chamada “maioria silenciosa”, buscando apoio



“O que importa não é vilipendiar o passado colonizador, mas ajudar a construir o futuro das nações livres. Essa orientação corresponde ao que de mais profundo existe na alma brasileira. Estamos dispostos a explicitar esses sentimentos e as aspirações que a eles correspondem, oferecendo a nossa cooperação concreta para a edificação dessas novas nações. Dessa vocação anticolonialista do povo brasileiro apercebeu-se o grande líder da independência da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral. Dele são as palavras, tão parecidas com as que temos tantas vezes pronunciado, com relação aos povos africanos sob dominação colonial, que parecem surgidas da mesma boca. [...] O mesmo sentimento de fraternidade nos liga a Moçambique e a Angola, cuja independência desejamos ver concluída.”<sup>786</sup>

O Chanceler Silveira, em 1974, entendia que haveria a possibilidade do desenvolvimento de laços políticos tendo como justificativa a língua e cultura portuguesa, aventando a possível conformação de uma comunidade entre Brasil, Portugal e as ex-colônias africanas:

“Assim, quando nos regozijamos de que emergem para a independência novas Nações de língua portuguesa, não estamos fazendo a apologia de qualquer supremacia cultural, mas simplesmente nos congratulando com as oportunidades que as comunidades de língua abrem para um maior entendimento fraterno. Às nações africanas de língua portuguesa, e às outras nações, o que desejamos é que sejam autênticas na expressão de sua rica e variada cultura. Nós, o Brasil, que tanto devemos a diferentes culturas africanas, só podemos desejar que elas se revigorem no clima de liberdade que a independência nacional lhes propicia.”<sup>787</sup>

Silveira entendia que as relações com o Brasil foram uma opção viável para os países africanos – as ex-colônias inglesas e francesas que foram visitadas por Barboza em seu “périplo africano” – e, por outro viés a ser construído após a concretização das independências, também as ex-colônias portuguesas em processo de construção nacional. Em uma vista geral da política externa perpetrada pelo Ministro das Relações Exteriores<sup>788</sup>, nos mostra Spektor (2010, p. 109) que durante os cinco anos de atuação, ele trocou o apoio a Israel por uma política de

---

dos setores mais conservadores da sociedade portuguesa ao seu projeto. Na sequência, em 30 de setembro de 1974, o General Spínola apresenta a sua renúncia.

<sup>786</sup> SILVEIRA, Azeredo. na XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1974. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia. Brasília: FUNAG, 2018, P.52.

<sup>787</sup> Ibid, p.53.

<sup>788</sup>As mudanças que Azeredo da Silveira conseguiu promover durante o período em que esteve chefiando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil só foi possível pois houve uma conjuntura internacional propícia decorrente das modificações no sistema internacional entre as décadas de 1960 e 1970, relacionadas com: certo declínio da capacidade militar dos Estados Unidos face à União Soviética, a incorporação da China continental ao equilíbrio global de poder, a inusitada força dos países produtores de petróleo via Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a voracidade do movimento de descolonização na África e na Ásia e suas repercussões na composição da ONU, o debate militar norte-americano no Vietnã, e a emergência da Europa e do Japão como novos centros de poder econômico. (SPEKTOR, 2004).

aproximação com os países árabes no Oriente Médio e reconheceu a China de Mao Tse-Tung. Em relação a América do Sul, projeta o aumento da influência brasileira no sul do continente americano. Também se destaca o fato da negociação secreta com a Alemanha Ocidental de grande projeto de transferência de tecnologia nuclear, articulando com França, Itália, Grã-Bretanha e Japão tendo em vista a assinatura de documentos que formalizavam a excepcionalidade do Brasil nas relações internacionais. Em relação aos Estados Unidos da América, Silveira patrocinou uma política de distanciamento<sup>789</sup>.

Cabe dizer que Azeredo da Silveira batiza a sua política junto ao Presidente Geisel com o nome de “pragmatismo responsável”<sup>790</sup> (LIMA, 2018) o que descreveria a sua estratégia<sup>791</sup> em relação ao denominado “Terceiro Mundo”, o que incluía a sua política de aproximação com os países africanos já independentes e em processo de independência. Rememora Geisel:

[...] na questão do Terceiro Mundo, dos subdesenvolvidos, o Brasil não se filiou a qualquer organização correlata. Comparecíamos às reuniões e conferências, éramos a favor das reivindicações desses países, até porque também éramos um país subdesenvolvido, embora numa situação econômica, social e política em evolução, mas não assumíamos qualquer compromisso. Eles tinham a nossa simpatia, mas não nos engajávamos. [...] Para nos engajarmos a fundo, tínhamos que endossar as reivindicações dos subdesenvolvidos e sair pelo mundo fazendo campanha. Não convinha ao Brasil fazer isso (GEISEL, 1997, p. 338).

---

<sup>789</sup>Segundo o presidente Geisel: “Eu achava que a nossa política externa tinha que ser realista e, tanto quanto possível, independente. Andávamos demasiadamente a reboque dos Estados Unidos. Sei que a política americana nos levava a isso, mas tínhamos que ter um pouco mais de soberania, um pouco mais de independência, e não sermos subservientes em relação aos Estados Unidos. [...] Nossa política tinha que ser pragmática, mas também responsável. O que fizéssemos tinha que ser feito com convicção e no interesse do Brasil, sem dubiedades”. (GEISEL, 1997, p. 336)

<sup>790</sup>No primeiro discurso de Azeredo da Silveira na Organização das Nações Unidas (XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas), em 1974, coloca que: “Nossa conduta, para alcançar esses objetivos, é pragmática e responsável. Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro.” In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia. Brasília: FUNAG, 2018, P.52.

<sup>791</sup> O pragmatismo responsável de Azeredo da Silveira inovou ao aproximar-se de tradições realistas de política internacional, tal como demonstra Spektor (2004), com alguns exemplos: a noção de que o país movia-se em um sistema cujas partes estão estrategicamente interconectadas (por exemplo, a decisão brasileira de utilizar o programa de visitas de Estado de Geisel à Europa Ocidental como instrumento de barganha nas negociações com os Estados Unidos); a crença, refletida em atitudes políticas concretas, de que o país podia, efetivamente, transcender suas circunstâncias históricas, melhorar seu posicionamento relativo na estrutura internacional de poder e, assim, ganhar mais responsabilidade e autoridade no cenário internacional (por exemplo, as decisões de Brasília em relação à África Negra); a adoção, ao menos retórica, da ética da prudência e da autocontenção (por exemplo, a decisão de acrescentar os qualificativos “ecumênico” e “responsável” à noção de pragmatismo); o abandono de posturas absolutas em relação à potência hegemônica (nesse período abandona-se, conscientemente, a oposição retórica típica do Brasil do pós-Segunda Guerra mundial entre a completa abdicação e a total rejeição aos desígnios de Washington).

Apesar do colocado distanciamento “controlado”, cabe dizer que o comércio com países africanos aumentou exponencialmente durante o governo Geisel, no reboque dos acordos comerciais e culturais assinados durante o governo de Castelo Branco e sobretudo do Governo Médici, já apresentados na parte subsequente deste trabalho. O Chanceler Silveira foi um defensor do estreitamento de relações com países africanos à revelia de outros setores presentes no governo<sup>792</sup>.

Em consonância com esta política, Azeredo da Silveira visitou o Senegal em novembro de 1974: na ocasião foi solenemente recebido pelo presidente Léopold Senghor em Dakar. O objetivo da sua viagem era promover uma reunião e articulação entre representantes diplomáticos brasileiros que atuavam em embaixadas e consulados africanos ao mesmo tempo em que, como Mário Gibson Barboza, visou aproximar-se do Presidente Senegalês em visita oficial.

Este encontro almejou referendar os acordos comerciais e econômicos entre Brasil-Senegal e visibilizar à intenção de promover uma política prioritária aos países da dita “África Atlântica” (SILVEIRA, 2010). Tal como os outros chanceleres brasileiros interessados no continente africano, parte de Dakar e das relações ali travadas a evolução de uma política externa brasileira voltada aos países africanos. Azeredo da Silveira apresenta que o Brasil atribuiu as suas relações com as nações de África atenção prioritária, concomitantemente ao interesse em aproximar-se dos países do Cone Sul. (SILVEIRA, 1974).

Ao fim da viagem, é lançada uma declaração conjunta Azeredo da Silveira e Assane Seck, respectivos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e Senegal, no que se refere ao processo de descolonização em curso nas ex-colônias portuguesas. Em um excerto da declaração, apresentam que:

Examinando o processo de descolonização no continente africano, registraram com satisfação o ingresso na república da Guiné-Bissau na comunidade internacional e o estabelecimento, em 20 de setembro de 1974, do Governo de Transição em Moçambique, como decorrência do acordo que assegurará a plena independência daquele território em 20 de julho de 1975.

---

<sup>792</sup> Segundo Silveira (2010, p. 1641): “Toda uma geração de brasileiros estava envenenada, até então, por palavras que pretendiam dizer coisas profundas, mas não diziam, e que estavam entranhadas na alma de certos setores. Por exemplo, que os países africanos eram inviáveis. Então, com a desculpa de que o país era inviável, ou do ponto de vista econômico, ou do ponto de vista cultural, ou do ponto de vista social, ou do ponto de vista até de educação, justificava-se uma dominação colonialista que depois provou que tinha sido a coisa mais retardatária para essas próprias regiões. Porque a comparação entre 20 anos ou 25 anos de independência e 200 anos de colonização é de tal modo flagrante que desmoralizou uma porção de verdades – chamadas verdades... porque não eram verdades, mas que as pessoas aceitavam quase que automaticamente.”

Em relação aos demais territórios sob administração portuguesa, manifestaram sua firme confiança em que as partes diretamente interessadas concluirão acordos que nos permitam completa descolonização no mais breve prazo.<sup>793</sup>

Cabe sublinhar que durante a chancelaria de Azeredo da Silveira, o Brasil adota um discurso anticolonialista e reconhece as independências das colônias portuguesas na África: vangloriava-se de ter aceite (antes do governo português) a independência da Guiné-Bissau<sup>794</sup> (no dia 18 de julho de 1974). Concomitantemente, o país enviara uma missão a Lourenço Marques/Maputo (Moçambique) e outra a Luanda (Angola)<sup>795</sup>.

Na referida declaração conjunta, em um segundo aspecto para além da questão da descolonização portuguesa, pontuam os acordos comerciais e econômicos, sendo ainda presente um discurso sobre os “valores culturais comuns” embasando a aproximação Brasil-países africanos:

Com o objetivo de fortalecer e ampliar os laços de amizade entre o Brasil e o Senegal, o Ministro Assane Seck e o Ministro Antonio S. Azeredo da Silveira consideraram em profundidade as relações bilaterais nos campos político, econômico e cultural.

Destacaram a necessidade de se preservar, através da cooperação mútua, os valores culturais comuns aos dois países bem como adotar medidas tendentes à expansão do intercâmbio cultural, assim como um maior conhecimento de suas respectivas instituições especializadas.”<sup>796</sup>

Assim, é preciso ressaltar que o Senegal teve uma posição privilegiada na política africana do Governo Geisel. Com esta viagem ocorrida em novembro de 1974, Azeredo da Silveira pontuou que utilizar-se-ia do prestígio e da imagem de estabilidade e equilíbrio do Presidente Senghor assim como do seu projeto político no Senegal (democracia e socialismo africano) para ampliar as suas relações no continente africano, almejando sobretudo acordos com as ex-colônias portuguesas, aproveitando da capacidade de interlocução deste “poeta-presidente”. Sobre isso, Azeredo da Silveira apresenta que:

<sup>793</sup> Jornal do Brasil, 29 de novembro de 1974, p. 3.

<sup>794</sup> No primeiro discurso de Azeredo da Silveira na Organização das Nações Unidas, em 1974, coloca que: “Seja-me permitido, senhor presidente, dirigir uma palavra muito especial, em nossa língua comum, aos representantes da República da Guiné-Bissau, hoje presentes de pleno direito nesta sala, para grande regozijo de todos nós. Como ministro das Relações Exteriores do Brasil, e como brasileiro, nada me poderia proporcionar maior satisfação do que saudar o ingresso, nesta Organização, de um novo país africano e de língua portuguesa, ao qual nos sentimos ligados, pois, pelos vínculos do sangue e da cultura. Esses laços constituem o penhor mais forte da estreita e fecunda amizade que certamente unirá os nossos dois povos.” In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia. Brasília: FUNAG, 2018, P.52.

<sup>795</sup> Veremos na sequência que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola com a liderança do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA): buscou estabelecer novas relações diplomáticas com o governo de transição instalado em Luanda. Consequentemente, o Brasil foi o único Estado a ter um representante diplomático na capital angolana durante todo o período até a declaração de independência (Novembro de 1975).

<sup>796</sup> Jornal do Brasil, 29 de novembro de 1974, p. 3.

A imagem de equilíbrio e o prestígio do governo senegalês conferem-lhe uma alta representatividade entre as nações africanas, que seguramente interpretarão a presença do Ministro de Relações Exteriores do Brasil naquele país como homenagem a toda comunidade africana, da qual o Presidente Léopold Senghor é reconhecidamente um paladino<sup>797</sup>

Pode-se ver que a imagem de Senghor como uma referência para o avanço das relações Brasil-África é propagado, justificado pelo fato de sua “moderação política” expresso pelos conceitos de “equilíbrio” e “democracia”. O líder senegalês é apresentado como “a voz dos moderados” na imprensa Brasileira, sobretudo quando está em voga o debate sobre a “Crise de Angola”<sup>798</sup>: nesta cobertura é colocado que o “Presidente Senghor é um partidário da moderação e do entendimento”<sup>799</sup>, mostrando que “Senghor foi taxativo ao proclamar que uma solução para a paz em Angola só será possível em termos de uma união nacional [...] porque os três movimentos e não um só, participaram de forma comum na luta de libertação de Angola”<sup>800</sup>.

Assim, o referido avanço das relações se volta às ex-colônias portuguesas na África, alegando a proximidade cultural pela via da língua e do legado da cultura portuguesa em comum. O debate sobre a questão de Angola, a guerra e o posicionamento de Senghor como exemplarmente “moderado” sobre questões geopolíticas africanas serão retomados e aprofundados na próxima seção desta parte, apresentando e problematizando de que forma Senghor segue abordando as soluções “pacíficas” para a querela.

Por fim, cabe dizer que durante o Governo Geisel e a chancelaria de Silveira, o embaixador brasileiro em Lisboa foi Carlos Alberto Fontoura, um General vinculado ao Serviço Nacional de Informação (SNI)<sup>801</sup>. Ficou a cargo de Fontoura a observação do processo revolucionário em curso em Portugal após os Cravos assim como a produção de um relatório sobre “as cinco colônias portuguesas no continente africano, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tome e Príncipe”<sup>802</sup>, este relatório foi denominado “territórios

<sup>797</sup> SILVEIRA, Antônio Azeredo da. Convite do Senegal ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil. 11 de julho de 1974. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira. Série Ministro das Relações Exteriores. Subsérie Despachos com o Presidente Geisel. Pasta 1. Doc II - 61. 1974a. CPDOC/FGV: base de dados. <Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>> <Acesso em: 13/07/2021>.

<sup>798</sup> A dita “Crise de Angola” é tratada pela historiografia como “Guerra civil angolana” (WHEELER & PELISSIER, 2009. OLIVEIRA, 2015. PEARCE, 2017.)

<sup>799</sup> Jornal do Brasil, 14 de Janeiro de 1976, p.10.

<sup>800</sup> Jornal do Brasil, 11 de Janeiro de 1976, p. 10.

<sup>801</sup> Sobre a nomeação de Fontoura e a produção dos documentos que informavam o governo brasileiro sobre a situação da Revolução Portuguesa e o relatório sobre os Territórios Africanos de Expressão Portuguesa, no que tange Angola e Moçambique, uma referência é o trabalho de José Francisco dos Santos, “Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da guerra fria”, defendido em 2015, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>802</sup> Secreto nº 8 Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil. Embaixada do Brasil em Lisboa, 31 de outubro de 1974.

africanos de expressão portuguesa” colocando os mesmos da “perspectiva das relações com o Brasil”<sup>803</sup>.

O documento<sup>804</sup> objetivava demonstrar que o Brasil teria um amplo campo de exploração econômica nestes espaços (“tanto no campo do comércio quanto dos investimentos”), colocando que “os territórios africanos de expressão portuguesa” alcançariam “maiores índices de exteriorização de suas economias, quebrando a esmagadora prepotência de Portugal” e que “essa evolução poderá abrir ao Brasil novas possibilidades para o comércio e investimento, em que pesem as tendências socializantes dos dirigentes nacionalista.”. No escopo da aproximação com os países africanos, houve a criação, em 1976, de seis novas embaixadas brasileiras na África, entre elas, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.<sup>805</sup>

## 10.2 Africanidade e Negritude

Para além do critério da “moderação política”, Léopold Senghor é recebido no Brasil sob a insígnia da “africanidade” e da “negritude”. Percebe-se que estes conceitos adentram em debates políticos internacionais os quais o Brasil vem submergindo, em um contexto após a Revolução dos Cravos, ou seja, no momento em que o governo brasileiro promove um distanciamento de Portugal e segue em tratativas de reaproximação com governos de países africanos e seus líderes, em busca de parceiros comerciais. Para este reposicionamento, é necessário colocar-se em uma geopolítica internacional a respeito de “questões espinhosas”, dentre estas, a Guerra Angolana e o Apartheid Sul-Africano. Assim, vê-se que o governo brasileiro usa como suporte a sua aproximação com Léopold Senghor e que a Imprensa Brasileira dá um amplo enfoque às opiniões políticas deste líder africano, aproximação que culmina na recepção, em 1977, de Léopold Senghor no Brasil, em sua segunda viagem oficial, ocasião na qual inaugura o prédio da Embaixada Senegalesa em Brasília, selando novos acordos de cooperação com o Governo de Geisel.

No contexto de 1977, há uma disputa pelos usos políticos do conceito da “negritude” no Brasil, ocorrendo duas distintas formas de recepção à Senghor e ao Movimento da Negritude:

---

<sup>803</sup> Ibid.

<sup>804</sup> Secreto nº 8 Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil. Embaixada do Brasil em Lisboa, 31 de outubro de 1974.

<sup>805</sup> Também na Guiné Equatorial, Alto Volta e Lesoto. Já em 1977, o Brasil instalou seus primeiros embaixadores no Benin e na Guiné-Conacri.

de um lado há o governo brasileiro e de outro há os movimentos negros em processo de organização no Brasil; de um lado há a defesa da “democracia racial” à brasileira e de outro a sua denúncia, trazendo à tona um profundo debate sobre a ocultação do racismo.

Em janeiro de 1976, na Imprensa Brasileira, há uma ampla cobertura sobre a situação de Angola. Esta relaciona-se com o já referido interesse do Brasil, em termos de política externa, na busca de aproximação com os países africanos recém independentes, ex-colônias de Portugal, sobretudo Angola, pela questão dos recursos minerais, especialmente o Petróleo. Justificava-se essa aproximação como “natural” a partir de uma retórica sobre o lugar de liderança do Brasil em relação aos ditos “países africanos de língua e cultura portuguesa” e também de um suposto e partilhado legado da negritude.

Por isso, houve uma cobertura por parte da imprensa brasileira, da reunião da Organização da Unidade Africana (OUA), ocorrida em janeiro de 1976, mostrando como Senghor se posicionou em relação a questão angolana no plenário dos líderes africanos. Seu discurso é recebido no Brasil como “exemplar”. A cobertura brasileira do evento retrata que: “E ontem ao falar na tribuna da OUA, numa tarde de grande inspiração, Senghor quis reabilitar o uso da “africanidade”, a partir justamente de uma exortação não demagógica à solidariedade”<sup>806</sup> defendendo que “nenhuma participação legítima se conseguirá sem a participação do FNLA, UNITA ao lado MPLA”<sup>807</sup>.

A supracitada “reabilitação” do uso da palavra “africanidade” é demarcada, nas teorizações de Senghor, pela diversidade cultural e dinamismo migratório, considerando o continente em uma perspectiva de suas migrações populacionais e de sua história. Segundo o intelectual senegalês, esta seria o resultado das misturas entre as civilizações e suas respectivas culturas dentro do continente africano: a “civilização negro-africana”, cuja expressão seria a “negritude” e a “civilização arabo-bérbere”, cuja expressão seria o “arabidade”. A “africanidade” teria forjado a civilização africana que, com as independências, estaria construído a sua modernidade.

Neste sentido, Senghor defendeu, para o caso de Angola, a convergência dos três movimentos<sup>808</sup>, em consonância com o olhar sobre a “africanidade” sob o prisma da conjunção da diversidade (uma frente única, tal como foi experienciado com a já citada UPS<sup>809</sup> no Senegal), tratando de definir os movimentos segregadores como contrários às civilizações africanas e sua

---

<sup>806</sup> Jornal do Brasil, 11 de Janeiro de 76, p. 10.

<sup>807</sup> Ibid.

<sup>808</sup> Na reportagem é referido que Senghor seria mais simpático à UNITA. Não são apresentados maiores justificativas sobre esta suposta simpatia.

<sup>809</sup> União Progressista Senegalesa, frente única criada por Senghor no regime de partido único.

suposta “natureza”. O noticiário (Jornal do Brasil) atesta que Senghor teria insistido com os chefes de Estado e de governo para que tenham presente “a herança da africanidade no encaminhamento da solução”<sup>810</sup> resumizando que “Para o presidente senegalês o caminho da lucidez e da efetiva contribuição que se abre à OUA é aquele que possa emergir das próprias raízes africanas, da própria africanidade que plasmou no tempo e na história a solidariedade, a democracia e a unidade.”<sup>811</sup>. Segundo transcrição de discurso Senghor teria dito que:

“Por que – perguntou – nós, países africanos, vamos voltar nossas costas à civilização africana? Por que nós, africanos, com uma mensagem de fraternidade e de solidariedade humana tão rica como a africanidade, vamos desconhecer esta rica tradição e estes ricos valores em benefício de ideologias que não se identificam com nossos sentimentos?”<sup>812</sup>

Senghor buscou influenciar um acordo entre os movimentos angolanos através da tribuna da OUA. No entanto, países como o Brasil, referendaram o MPLA como único representante do estado angolano, retirando o apoio aos outros movimentos: tal ocorre durante o governo Geisel sob chancelaria de Azeredo da Silveira, sendo considerado um dos episódios mais polêmicos da história do Itamaraty, pelas “vistas grossas” à recepção de armas da URSS e de Cuba em Angola (SANTOS, 2018. DAVILA, 2011.). O diplomata que assume a embaixada brasileira em Angola em 1975 foi Ovídio Melo<sup>813</sup>: este foi enviado com a missão de referendar uma “nova era de relações com a África”<sup>814</sup> e mostrar às ex-colônias portuguesas na África que o Brasil tinha definitivamente retirado o seu apoio a Portugal e seus “tentáculos colonialistas”. Diz Ovídio Melo que: “Deveríamos manter uma posição neutra e, no dia 11, dar as batatas ao vencedor”<sup>815</sup>. No entanto, o calendário foi suspenso, com o início do conflito armado entre os três movimentos e, em nome do pragmatismo, “o Itamaraty ignorou a coloração ideológica do novo governo e reconheceu o MPLA do médico Antonio Agostinho Neto às 20h00 (com o fuso horário, no primeiro minuto do dia 11 em Angola)”<sup>816</sup> sendo o primeiro país a ter relações políticas com Luanda.

Em fevereiro de 1976, Senghor faz uma rápida passagem pelo estado do Rio Grande do Norte/Brasil, em escala de sua viagem de retorno à Martinica. Em sua estadia, pronuncia-se

---

<sup>810</sup> Jornal do Brasil, 11 de Janeiro de 1976, p. 10.

<sup>811</sup> Ibid.

<sup>812</sup> Ibid.

<sup>813</sup> Ovídio de Andrade Melo foi um diplomata fluminense que recebeu do chanceler Azeredo da Silveira, no início de 1975, o cargo de representante especial do Brasil em Angola. Ele deveria coordenar a posição brasileira diante da iminente independência angolana e a formação do novo governo. (Fonte: O Estado de São Paulo, 18 de Abril de 2010, Internacional, s/r)

<sup>814</sup> O Estado de São Paulo, 18 de Abril de 2010, s/r.

<sup>815</sup> Ibid.

<sup>816</sup> Ibid.



sobre o que ele destaca como “intervenções estrangeiras” no continente africano, pontuando a questão angolana, com a ressalva de que “sempre apoiou os movimentos de libertação nas ex-colônias portuguesas.”<sup>817</sup>

Concomitantemente, o principal mote dos seus pronunciamentos à imprensa brasileira foi o reiterado discurso sobre a proximidade do Brasil e do Senegal, tendo em vista fomentar a cooperação cultural e econômica entre os dois países. Na ocasião, rememora o Movimento da Negritude, referindo-se ao Brasil e a “contribuição do Sangue negro para a formação do país.”<sup>818</sup> Diz que: “Esta contribuição se exprime na dança, na música, na pintura, na escultura e mesmo na arquitetura. Na verdade, pode-se dizer que o sangue Negro constitui o motor da civilização brasileira”.<sup>819</sup>

De fato, Senghor é recebido no Brasil sob a ótica de sua atuação no Movimento da Negritude (sendo um “moderado e “menos agressivo que Césaire e Damas”<sup>820</sup>) e de sua produção poética, sendo apresentado como “um poeta ainda no poder”<sup>821</sup> e um “apóstolo do retorno às fontes africanas”<sup>822</sup>. Também é recebido como um chefe de estado “que tenha obtido o reconhecimento internacional como poeta, sem usar o prestígio do cargo”<sup>823</sup>, assim como um poeta que realizou a façanha de “ter conseguido manter-se no poder, durante 17 anos, num continente como a África, em que as acomodações de terreno políticas costumam ser mais violentas que as geológicas.”<sup>824</sup>. Sobretudo, a sua principal “virtude” colocada foi que ele “não seguiu a cartilha radical de outro poeta – Agostinho Neto”<sup>825</sup>.

É neste contexto em que emerge a figura de Mamadou M’Bangue, que foi nomeado Cônsul do Senegal no Brasil e tornou-se o principal interlocutor de Senghor no que tange ao fomento das relações culturais e comerciais com o Brasil, tendo por justificativa um discurso sobre uma “negritude” partilhada, definindo a mesma como: “[...] expressão cultural do país, que é o conjunto de valores culturais do mundo negro, tal como ele se exprime na vida e nas suas diversas instituições”<sup>826</sup>.

---

<sup>817</sup> Jornal do Brasil, 23 de Fevereiro de 1976, p.11.

<sup>818</sup> Ibid.

<sup>819</sup> Ibid.

<sup>820</sup> Jornal do Brasil, 4 de Novembro de 1977, Segundo Caderno

<sup>821</sup> Ibid.

<sup>822</sup> Ibid.

<sup>823</sup> Ibid.

<sup>824</sup> Ibid.

<sup>825</sup> Ibid.

<sup>826</sup> Jornal do Brasil, 5 de Abril de 1976, p.4.

Em abril de 1977, o Cônsul M'Bangue encontra-se com o Governador do Estado do Rio de Janeiro<sup>827</sup>, Faria Lima<sup>828</sup>, com a finalidade de apresentar projeto de criação de um escritório da Fundação Léopold Senghor no Brasil<sup>829</sup>. Esta fundação que já possuía escritórios no Senegal, Gabão, República dos Camarões e Costa do Marfim, objetivava criar sede no Brasil tendo em vista a produção de pesquisas sobre história e cultura afro-brasileira e o fomento do intercâmbio cultural entre o Senegal e o Brasil<sup>830</sup>.

Por intermédio do Cônsul, também houve uma intensa preparação para a recepção de uma segunda viagem oficial do Presidente Senghor ao Brasil, o que vai ocorrer por ocasião da inauguração da Embaixada do Senegal no Brasil, em Novembro de 1977. Nesta viagem, Senghor é retratado pelos discursos políticos e pela imprensa brasileira como o “poeta da liberdade” e “um dos [poetas e políticos] mais significativos dos tempos modernos”, desfrutando de “prestígio intelectual e político” internacional e destacando-se pelo seu papel preponderante na “construção da África Moderna e nos caminhos da independência do seu país e do Continente Africano”<sup>831</sup>.

No dia 4 de Novembro de 1977, Senghor realiza a segunda viagem oficial ao Brasil, sendo esta mais breve que a primeira, ocorrida em 1964. A comitiva senegalesa é recebida em Brasília e o Presidente Senghor é recepcionado pelo Presidente Geisel. Cabe dizer que as conversas travadas com Geisel em Brasília objetivavam entendimentos em prol da implantação de um Centro Industrial brasileiro na cidade senegalesa de Kaolac, projeto este que estava em pauta em 1974 e foi arquivada por conta da Crise do Petróleo<sup>832</sup>. Segundo projeto, no centro

---

<sup>827</sup> Foi durante o governo Geisel que funde-se o Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, com a nova denominação de “Estado do Rio de Janeiro”. A fusão seria efetivada a partir de 15 de março de 1975.

<sup>828</sup> Floriano Peixoto Faria Lima (Rio de Janeiro, 1917 – 2011) foi um militar, presidente da Petrobrás entre 1973 a 1974 e governador do estado do Rio de Janeiro de 1975 a 1979.

<sup>829</sup> No ano de 1976, através do Grupo Palmares (CAMPOS, 2006), em Porto Alegre/RS, ocorre a criação de uma sede da Fundação Léopold Senghor, que tinha como objetivo: “conscientizar o elemento negro e ativar a sua participação no desenvolvimento do país.” (Jornal Zero Hora, 20 de Novembro de 1976). Esta Fundação foi alvo de observação pelo III Exército Brasileiro, que colocava esta iniciativa como uma tentativa “sectária” tendo o “pretexto de valorizar o elemento negro mas que na verdade tem propósitos racistas, de conotações e ilações políticas perigosas” tal como mostra o Dossiê do Serviço de Informação do III Exército. <Disponível em: [http://querepublicaeessa.an.gov.br/images/MovimentoNegro/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_GGG\\_84009023\\_d0001de0001.pdf](http://querepublicaeessa.an.gov.br/images/MovimentoNegro/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009023_d0001de0001.pdf)> <acesso em 20/06/2021>. Segundo nos mostra Adão (2002, p. 111), “em janeiro de 1984, foi registrada formalmente como Instituto Pró-Fundação Leopoldo Sedar Senghor, nesta capital. Tem como objetivo principal a divulgação dos valores da civilização negra no mundo. Possui em Porto Alegre um Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Orientais, sendo que o aspecto ‘oriental’ embasa-se na tese de que os negros são oriundos de Madras - Índia, assim como considera como negros todos os povos de pele escura. Sua organização, atualmente, é constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretária Geral, Diretoria de Finanças, Centro de Estudos, Coordenação de Atividades Religiosas, Diretoria Pró-Atividades Assistenciais, Representante da Fundação em Brasília”.

<sup>830</sup> Jornal do Brasil, 22 de Julho de 1976, p. 3.

<sup>831</sup> Correio Braziliense, Brasília, Segundo Caderno, 15 de Maio de 1977.

<sup>832</sup> A crise do petróleo referida aqui teve início em outubro de 1973 quando países membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo lançaram um embargo petrolífero. O embargo foi direcionado as nações

industrial seriam instaladas empresas metalúrgicas e de produção de cimento, que atenderiam o Senegal e outros países africanos. Em troca, o Senegal forneceria fosfatos ao Brasil<sup>833</sup>.

Neste período, o embaixador do Senegal no Brasil era sobrinho do Presidente, Simon Senghor. Nas ocasiões em que se apresenta oficialmente, demarca o discurso sobre a negritude partilhada entre Brasil e o continente africano, seguindo a mesma linha diplomática do embaixador-sobrinho anterior, Henry Senghor. Simon ressalta, por ocasião de discurso sobre a vinda do Presidente Senghor, que “o Brasil é o país mais próximo dos países africanos, seja em termos de América Latina, seja em termos de todo o mundo”<sup>834</sup> e que “o fato de o governo brasileiro não ter interferido no processo de descolonização das colônias portuguesas na África não causou obstáculos para o bom relacionamento entre Brasil, Angola, Moçambique e Guiné.”<sup>835</sup> Também por conta da “aproximação cultural” entre “Brasil e África Negra”, um problema seria o relacionamento do governo brasileiro com África do Sul e Rodésia por conta da opressão das minorias brancas e do Apartheid, luta conjunta dos países africanos e do Brasil. Relembra os bons contatos do Senegal com Mário Gibson Barboza e Azeredo da Silveira, entre 1972 a 1975<sup>836</sup>.

Em 4 de novembro de 1977, Senghor e sua comitiva visitam o Senado, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal. Na noite do dia 4 de novembro, foi realizada a solenidade e festa de inauguração da Embaixada do Senegal em Brasília<sup>837</sup>:

“A embaixada do Senegal foi projetada pelo arquiteto brasileiro Wilson Reis Netto e a sua construção durou cerca de um ano. A embaixada foi feita no formato de uma aldeia, segundo explicou seu idealizador. São quatro blocos construídos em concreto aparente, e toda a decoração foi feita com mobília em estilo tropical: poltronas de vime, vários espelhos d’água no interior da residência oficial e da Chancelaria, além de inúmeras estátuas de artistas senegaleses.”<sup>838</sup>

---

que eram vistas como apoiadoras de Israel durante a Guerra do Yom Kippur. Durou até os primeiros meses de 1974.

<sup>833</sup> Jornal do Brasil, 4 de Novembro de 1977, p.2.

<sup>834</sup> Ibid.

<sup>835</sup> Ibid.

<sup>836</sup> Ibid.

<sup>837</sup> Embaixada do Senegal é situada em Brasília na Avenida das Nações Norte. Manuel Mendes (1995, p. 359), na obra em que trata da história arquitetônica de Brasília, apresenta que a Embaixada senegalesa “já estava pronta e funcionando havia mais de um ano, teve sua inauguração retardada para que a cerimônia fosse presidida por Senghor. Assim, pela primeira vez na história diplomática da nova Capital, o edifício-sede de uma Embaixada era inaugurado pelo Presidente do país representado, com a correspondente participação do Presidente brasileiro. Talvez por isso, aquela foi a maior solenidade do gênero até então realizada, com a presença de mais de 500 pessoas”.

<sup>838</sup> Jornal do Brasil, 5 de novembro de 1977, p. 4.

A inauguração da nova embaixada do Senegal em Brasília e esta segunda viagem oficial de Senghor ao Brasil, traz à tona a memória da viagem de 1964 em razão dos significados políticos do evento: torna-se um marco das relações com a “África Atlântica”<sup>839</sup>, o que transparece no discurso de ambos os Presidentes. Geisel, em seu discurso, relembra a viagem de Senghor realizada em 1964 e retoma os pontos do discurso de Senghor em Brasília, “Latinidade e Negritude”, no que concerne às características do “povo brasileiro”: a “gentileza”, tratando, logo após, de propagandear o “desenvolvimento econômico e social” a qual os últimos governos tem promovido no Brasil. Por fim, saúda a cooperação multilateral que o seu governo vem desenvolvendo, sublinhando sobre a relação Brasil-Senegal que: “O Senegal, herdeiro de duas ricas tradições culturais – a africana e a europeia – tem condições muito peculiares para desempenhar o fecundo papel de universalização dos mais profundos sentimentos humanistas comuns a ambos”<sup>840</sup>, colocando Senghor como o arauto destas misturas e da mensagem do Universal.

Senghor, em discurso subsequente, reitera:

“Seu país é, com efeito, um cadinho de raças, civilizações e religiões. Situa-se no cruzar dos caminhos do mundo total, fazendo do Brasil, verdadeiramente, um mundo novo, que reúne em seu seio, mais desenvolvidos pois vivem em uma simbiose, os traços peculiares de todas as raças e todas as civilizações. Preenche, desde hoje, o que será a civilização pan-humana do século XXI”<sup>841</sup>

Percebe-se que o discurso sobre o caráter de uma “brasilidade” como exemplo de mestiçagem ou, tal como apresentou Senghor em 1964 e 1977, como produto de uma simbiose (biológica e cultural) congregando “todas as raças e civilizações”<sup>842</sup>, sendo, conseqüentemente, exemplar para uma “Civilização do Universal” ou “Pan-Humana” em processo de forja. Também destaca a presença da “negritude” na nação brasileira, justificando assim, a necessária aproximação dos governos. Após tratar das continuidades do discurso entre as duas viagens, pode-se ressaltar as descontinuidades: há um apagamento do conceito de “lusitanidade”, tão reiterada em 1964, omitindo a reflexão sobre o legado da colonização portuguesa no Brasil, assim como as relações com Portugal e com as ex-colônias portuguesas pela via da irmandade.

---

<sup>839</sup> Ibid.

<sup>840</sup> Jornal do Brasil, 5 de Novembro de 1977, p. 4. [Transcrição do discurso de Geisel]

<sup>841</sup> Ibid. [Transcrição e tradução do discurso de Senghor]

<sup>842</sup> Ibid.

Uma nova questão que é colocada em pauta na corrente viagem de Senghor, em 1977, se trata do debate do Partido Único<sup>843</sup> e da construção do Pluripartidarismo no Senegal. Há uma frase de Senghor que é reiterada em muitas ocasiões, tanto pelos Jornais quanto pelos discursos de recepção a Senghor nos lugares aos quais compareceu: trata-se da ideia da “necessidade de uma democracia com freios”<sup>844</sup>. Cito: “A preferência feita pelo presidente do Senegal, Léopold Senghor, à necessidade de praticar uma democracia com freios, foi o assunto mais comentado durante o rápido coquetel que se seguiu à sessão especial”<sup>845</sup>

É colocado no debate político o exemplo da “democracia com freios” do Senegal que, após crise política de 1968<sup>846</sup>, ocorre um processo lento de abertura política na direção de um multipartidarismo controlado, permitindo um certo grau de redemocratização no estado e nas instituições, como os Sindicatos<sup>847</sup>. Em 1973, há uma nova constituição senegalesa que permite a criação e legalização de três partidos no Senegal<sup>848</sup>. O modelo da abertura política do Senegal – a “democracia com freios” – entra no debate no mesmo contexto ao qual o Governo de Geisel coloca em pauta uma abertura “lenta, gradual e segura”<sup>849</sup> para o regime ditatorial em voga no Brasil.

A aproximação entre Senghor e Geisel foi patente, tanto é que realizam um pronunciamento conjunto repudiando a situação internacional das discriminações raciais na África Austral<sup>850</sup>, principalmente o Apartheid<sup>851</sup>. Tornam público um documento conjunto, com

---

<sup>843</sup> No Senegal, após a Crise de 1963 que impulsiona uma reforma constitucional suprimindo o cargo de Primeiro Ministro e decretando poder absoluto ao Presidente, Léopold Senghor, que também ocupava o cargo de Secretário Geral do Partido (União Progressista Senegalesa), o qual vira Partido Único (coalizão) em 1966. A próxima revisão constitucional ocorre em 1973, após um processo de abertura política e ampliação da democratização que se inicia na década de 70 (GELLAR, 2002).

<sup>844</sup> Jornal do Brasil, 8 de novembro de 1977, p. 4.

<sup>845</sup> Ibid.

<sup>846</sup> O ano de 1968 é o ápice da crise política e do descontentamento popular com o autoritarismo do Governo de Senghor. É neste contexto que há a tentativa de assassinato de Senghor por um jovem dentro da Grande Mesquita de Dakar.

<sup>847</sup> Em 1966 quando é decretado o Partido Único de coalização, também são aglutinados os Sindicatos, criando a União Nacional dos Trabalhadores do Senegal, em substituição aos Sindicatos e por lei, deu-se o direito de dissolver movimentos ou associações vistas como ameaças à ordem pública (GELLAR, 2002. SECK, 2005).

<sup>848</sup> Partido Socialista (ligado à social-democracia); Partido Africano da Independência (ligado ao marxismo-leninismo) e Partido Democrático Senegalês.

<sup>849</sup> Assumia o compromisso com “distensão lenta, gradual e segura”. Geisel procurou enfrentar a denominada “linha dura”, ou seja, os setores do exército que eram contra a abertura democrática.

<sup>850</sup> Jornal do Brasil, 8 de novembro de 1977, p. 4.

<sup>851</sup> Jerry Dávila (2015, p. 93-94) delimita três tipos de engajamento do qual o governo brasileiro se relacionou com o Apartheid e a África do Sul: (I) “O primeiro veio depois da Segunda Guerra Mundial, quando figuras como Gilberto Freyre definiram o apartheid como moralmente incompatível com a cultura brasileira. Dentro da construção do Brasil como uma democracia racial, a África do Sul acompanhava os Estados Unidos como contraexemplos racistas do anti-racismo brasileiro. Curiosamente, intelectuais e políticos na África do Sul e nos Estados Unidos também investiram na contraimagem de um Brasil anti-racista para demonstrar que o supremacismo branco que predominava naqueles países não era normal nem inevitável e que caminhos alternativos existiam.” (II) “A segunda fase veio com o regime militar, que fez um jogo duplo: publicamente repudiava o apartheid para cultivar relações com países africanos, mas mantinha com a

fins de visibilidade internacional, colocando a preocupação em relação a questão do preconceito racial. Cabe dizer que a África do Sul foi o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano até o início da década de 70 (DÁVILA, 2015), posteriormente superado pela Nigéria (anos 70). Com essa mudança de eixo comercial, o governo brasileiro passa a se afastar o sul-africano. O ápice do afastamento ocorre durante o Governo Geisel, com o projeto de envio de delegação brasileira à Conferência na ONU sobre “Racismo e Apartheid”.

Este posicionamento de crítica ao Apartheid se relaciona com o entendimento do Chanceler Azeredo da Silveira de que os países africanos procuravam uma aproximação com o Brasil pela via do legado comum da negritude, retórica esta que fortaleceria as possibilidades de acordos no campo econômico e comercial. Assim, o Brasil passa a adotar um discurso internacional de combate à discriminação racial e ao racismo, colocando-se solidário aos países africanos. Concomitantemente, desconsidera a crítica ao racismo no Brasil, seguindo com a propaganda do Brasil como exemplo de “democracia racial”, desconsiderando e inclusive perseguindo politicamente figuras políticas que pautavam a questão, tal como Abdias do Nascimento<sup>852</sup>.

Nascimento, que estava exilado do Brasil por questões políticas, seguia atuando na denúncia internacional do racismo perpetrado pelo Governo Brasileiro e pelo Itamaraty, demonstrando a falácia da ideia da ausência de racismo e de uma suposta democracia racial brasileira, distorções estas que vinham inspiradas no lusotropicalismo. Tal como em 1966, no Primeiro Festival Mundial de Artes Negras (FESMAN) ocorrido no Senegal<sup>853</sup>, Nascimento também comparece, a convite da delegação estadunidense, ao Festival de Artes e Culturas Negras (FESTAC) ocorrido em Lagos, na Nigéria, em 1977. Na ocasião, Nascimento inscreve o trabalho “Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality”, escrito em seu exílio na Nigéria. No entanto, por articulações entre o governo nigeriano e brasileiro, que eram grandes parceiros

---

África do Sul seu principal circuito comercial no continente africano. O governo sul-africano procurou agilmente aprofundar esse comércio com o Brasil como parte de sua estratégia de driblar seu crescente isolamento internacional. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro adotava medidas para diminuir seu alinhamento político com a África do Sul, tais como evitar propostas de criar um acordo mútuo de defesa do Atlântico Sul.” (III) “ terceira fase veio com o processo de redemocratização, quando o movimento negro e cientistas sociais apropriaram a questão do apartheid como ferramenta para traçar as linhas da discriminação e desigualdade no Brasil.”

<sup>852</sup> Abdias do Nascimento foi apresentado na Parte I deste trabalho e reemerge como figura importante na Parte III.

<sup>853</sup> Evento apresentado na Parte I deste trabalho.

comerciais<sup>854</sup> (DAVILA, 2011), o trabalho de Abdias é barrado do evento<sup>855</sup>. À revelia, o texto que seria apresentado é mimeografado e distribuído durante o evento, assim como é publicado, em 1978.

Nascimento (1978) arguiu em seu texto que é necessário a desconstrução da noção de “democracia racial” que estaria entranhada na sociedade brasileira, com base na suposta tese de uma convivência harmoniosa entre negros e brancos no país, lançada pelas influências lusotropicalistas, através das teses de (I) certa benevolência dos senhores e humanidade existente na escravidão latino-americana, sob a influência cristã (católica e protestante); (II) tendências ao casamento mestiço (homens brancos com mulheres negras/”da terra” e a suposição de relações horizontais entre negros e brancos e (III) a influência da cultura provinda de África como sinônimo de ausência de preconceito racial no Brasil. Assim, há a criação de uma “mística racista”.

A denúncia da “democracia racial” como farsa causa uma grande tensão com a delegação brasileira, desconstruindo, ponto a ponto, a imagem internacional que o Brasil estava propagandeando, assim como as justificativas “morais” de uma relação de irmandade com os líderes e países do continente africano. Abdias do Nascimento, em uma de suas ácidas críticas, coloca em xeque os pressupostos intelectuais e “científicos” da suposta “harmonia racial” e ausência de preconceito à brasileira:

é o fato de que, à base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. A existência dessa paridade racial constitui mesmo, nas palavras do Professor Thales de Azevedo, “o maior motivo de orgulho nacional” (...) “a mais sensível nota no ideário moral no Brasil, cultivada com insistência e intransigência.”. Na mesma direção laudatória, o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro afirma que: “a maior

---

<sup>854</sup> Na introdução da publicação do texto “Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality”, com a tradução brasileira publicada em 1978 com título “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado”, Nascimento mostra que foi por uma articulação da delegação brasileira com autoridades ligadas ao governo nigeriano que seu trabalho e suas proposições não foram aceitas no Festival de Lagos.

<sup>855</sup> Da perspectiva do Chanceler Azeredo da Silveira, há o relato: “Em 1977, o Brasil teve uma importante participação no II Festival Mundial de Artes e Culturas Afro-Negras, em Lagos. Nesse evento, fomos muito atacados pelos representantes dos Estados Unidos em matéria de política africana e em matéria de problema de discriminação racial. Eles afirmaram, em plena conferência, que dizer que não havia preconceito racial no Brasil era uma balela. A coisa mais curiosa é que todos os africanos se levantaram em nossa defesa. Isso foi muito significativo. Ainda naquele ano, o governo brasileiro não só compareceu à Conferência Internacional de Apoio aos Povos de Zimbábue e Namíbia, realizada em Maputo, como compareceu e apoiou os africanos na Conferência Mundial de Ação contra o Apartheid, realizada em Lagos, na Nigéria. Isso foi ampliando, digamos assim, as afinidades culturais, históricas e raciais do Brasil com a África.” (SILVEIRA, 2010, l. 1764-1776).

contribuição que nós temos dado ao mundo é precisamente nossa Democracia Racial. (NASCIMENTO, 1978, p.41-42)

Na sequência, Nascimento (1978, p.43), apresenta que a ideia de “democracia racial” se deve, em grande parte, ao lusotropicalismo de Gilberto Freyre, “ideologia que tão efetivos serviços prestou ao colonialismo português”, apontando que:

Freyre cria eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo *morenidade*; não se trata de um ingênuo jogo de palavras, mas sim de uma proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro. É curioso notar que tal sofisticada espécie de racismo é uma perversão tão intrínseca ao Brasil a ponto de se tornar uma qualidade, diríamos, natural, do “branco” brasileiro. [...]

Sua mais recente façanha está na tentativa de atrelar os africanos ao barco perdido das ilusões colonialistas: Daí justificar-se aquele neologismo criado por sócio-antropólogo brasileiro: *co-colonização*. Conceito que corresponderia à caracterização do negro-africano, a despeito de sua condição como escravo, como co-colonizador do Brasil com considerável influência aculturativa sobre o ameríndio, menos desenvolvido em sua cultura como o negro-africano. (NASCIMENTO, 1978, p.43)

[...] ocorre a fertilidade ideológica de Freyre [...] agora cunhando o próprio “mestre” um novo neologismo: a *metarraça* [...] a *metarraça* significaria o *além-raça*, suposta base de uma consciência brasileira. Atingiríamos neste ponto do nosso desenvolvimento demográfico uma síntese suprema: a *morenidade* multirracial, oposta aos conceitos fornecidos por arianismo e negritude, ambos classificados como racistas por Gilberto Freyre” (NASCIMENTO, 1978, p.44)

Vê-se que há uma nítida querela entre o governo brasileiro e o movimento representado por Abdias do Nascimento: disputam os usos do conceito de “negritude”. Por parte do governo brasileiro e de sua diplomacia, há um discurso que reitera a ideia de uma “negritude” partilhada entre o Brasil e o continente africano, plasmando a imagem da “irmandade”: tal era utilizado para forjar acordos comerciais com os países africanos, aproximando-se de alguns líderes de países africanos por afinidade política, provendo apoio (condicionado) às causas das descolonizações assim como, quando conveniente, à condenação do racismo e do Apartheid Sul-Africano. Por parte de Abdias do Nascimento e do movimento político por ele liderado, relacionado à experiência do Teatro Experimental do Negro, há um olhar político perpassado pelas lentes de viés cultural e artístico do Movimento da Negritude, que propõe uma redescoberta da “negritude” partilhada, ou seja, da singular experiência histórica dos povos afrodescendentes no continente africano e na diáspora, que deve ser conhecida e valorizada



pelos negros no Brasil. Em suma, Abdias do Nascimento é propositivo, na ocasião do FESTAC, em 1977, que:

“o governo brasileiro, no espírito de preservar e ampliar a consciência histórica nos descendentes africanos da população do Brasil, tome as seguintes medidas: (a) permita e promova a livre pesquisa e aberta discussão das relações raciais entre negros e brancos em todos os níveis: econômico, social, religioso, político, cultural e artístico. (b) promova o ensino compulsório da História e Cultura da África e dos africanos na diáspora em todos os níveis da educação: elementar, secundária e superior. (c) inclua informações válidas com referência aos brasileiros de origem africana em todos os censos demográficos, assim como em outros censos tais como: natalidade e morte, casamento, crime, educação, participação na renda, emprego, mobilidade social, desemprego, saúde, emigração e imigração. (d) demonstre seu autoproclamado interesse e amizade à África independente, concedendo ativo apoio material, político e diplomático aos legítimos movimentos de libertação de Zimbábue, Namíbia e África do Sul” (NASCIMENTO, 1978, p.33-34)

Inspirado em Senghor, Nascimento defendeu uma descoberta da “negritude” por meio do conhecimento da história e cultura dos africanos e afro-descendentes, assim como da expressão artística como meio pedagógico da redescoberta da negritude. A aproximação de Abdias do Nascimento com Léopold Senghor data de 1964, período em que Senghor fez a sua primeira viagem ao território brasileiro e que envia o seu sobrinho, Henry Senghor como embaixador do Senegal no Brasil, o qual foi muito próximo de Nascimento e do Teatro Experimental do Negro<sup>856</sup>. Outra aproximação ocorre dentro do Movimento Pan-Africanista e de Unidade Africana, quando Abdias do Nascimento adentra nestas redes durante seu exílio: em consonância com Senghor, Nascimento se opôs à marxização do movimento Pan-africanista (NASCIMENTO, 1992. GRILLI e GERITS, 2020), defendendo que a Unidade Africana (GRILLI e GERITS, 2020) deveria ser pautada pelo reconhecimento da experiência histórica dos “povos africanos” junto às diásporas das Américas, do Caribe e do Pacífico. No entanto, distanciou-se de Senghor quando criticou o caráter assimilacionista das leituras senghorianas da “Négritude” e, neste sentido, foi mais alinhado aos posicionamentos de Aimé Césaire e Cheikh Anta Diop (TINE, 2005).

Portanto, Senghor enquanto intelectual da Negritude é recebido de forma ambígua no Brasil: percebe-se que as ideias da Negritude e a figura política do Presidente Senegalês também é disputada e aparece de forma cindida na querela da democracia racial brasileira: ao mesmo tempo em que é uma referência para o governo brasileiro e que adere a um discurso lusotropicalista e elogioso de Gilberto Freyre também é uma referência para o movimento negro

---

<sup>856</sup> Tal como mostrado na Parte I deste trabalho.

em processo de organização no Brasil, enquanto arauto e poeta da Negritude e enquanto líder africano senegalês<sup>857</sup>.

---

<sup>857</sup> Uma das fontes para perceber as apropriações do Movimento da Négritude no Brasil são os registros do III Congresso Afro-Brasileiro, ocorrido na cidade do Recife, em 1982, promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco. Os anais foram publicados novamente em 2017 (Anais do Congresso Afro-Brasileiros: Os Afro-brasileiros. Coordenado por Roberto Motta. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017.).

## 11 RECEPÇÃO DE SENGHOR NA GUINÉ-BISSAU

Esta secção trata da recepção de Senghor na Guiné-Bissau, no recorte pós-independência (1973 a 1980), com enfoque no período em que o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) procurou implementar o projeto binacional da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, problematizando, assim, as relações regionais com o Senegal. Em um primeiro momento, avalia-se a recepção de Senghor a partir da percepção da alegada (11.1) Cooperação e Solidariedade Africana, demonstrando de que forma o estado recém-independente estruturou sua política externa e relacionou-se com o Senegal através de acordos de cooperação econômica e cultural.

Na sequência, há o enfoque no período em que Mário Pinto de Andrade atuou na Guiné (1975 a 1980), demonstrando que a recepção de Senghor na Guiné-Bissau é percebida quando avaliamos as narrativas históricas de Andrade sobre o nacionalismo africano e o seu trabalho de dinamização cultural na Guiné-Bissau. Em decorrência desta análise, na segunda parte desta secção, (11.2) Crioulo, Francofonia ou Lusofonia, há uma retomada de aspectos diálogo entre Senghor e Amílcar Cabral apresentados na secção cinco, problematizando, na sequência, como Senghor tratou de forma relacional a questão do crioulo e os projetos da Francofonia e Lusofonia na Guiné-Bissau, finalizando a análise com os eventos ocorridos em 1980 na Guiné-Bissau que ocorrem concomitantemente à aposentadoria de Senghor da cadeira de Presidente do Senegal.

## 11.1 Cooperação e Solidariedade Africana

Em 24 de setembro de 1973, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) declarou a independência da Guiné-Bissau<sup>858</sup>, após uma década de guerra colonial contra o exército português. Já a independência de Cabo Verde foi efetivada a 5 de Julho de 1975 e, na sequência, é proclamada a unidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Neste contexto, o PAIGC cindiu as lideranças entre Bissau (Guiné-Bissau) e a Praia (Cabo Verde): Aristides Pereira<sup>859</sup> (Secretário-Geral do Partido) permanece como líder do Partido e como chefe de Estado de Cabo Verde e Pedro Pires<sup>860</sup> ocupa o cargo de Primeiro-ministro. Já em Bissau, Luís Cabral<sup>861</sup> chefiou o governo confluindo o poder com a direção da secção do PAIGC naquele território<sup>862</sup> (COUTINHO, 2017). O poder foi dividido entre a Praia e Bissau em uma liderança tripartida e pouco interligada, tornando a “Unidade” uma questão político-ideológica, ainda sem uma definição institucionalizada e sem estar formalmente presente numa constituição comum (LOPES, 2002. GOMES, 2014).

---

<sup>858</sup> Foi uma declaração de independência unilateral: na sequência, o Brasil, no desenvolvimento de sua política externa “pragmática e responsável” e fortalecendo uma “política africana”, vista na secção anterior, reconhece imediatamente a independência da Guiné-Bissau. A Guiné Bissau foi a primeira colónia a ver a sua independência reconhecida por Portugal, um ano após, em setembro de 1974.

<sup>859</sup> Aristides Maria Pereira (1923-2011) nasceu na Ilha de Boa Vista – Cabo Verde e foi o primeiro presidente da república do seu país de 1975 até 1991.

<sup>860</sup> Pedro Verona Rodrigues Pires (1934 -) é nascido na ilha de São Filipe – Cabo Verde e foi presidente do seu país de 22 de março de 2001 até 9 de setembro de 2011.

<sup>861</sup> Luís Cabral governou de 1974 a 1980: conduziu um governo de orientação socialista, de centralização estatal, nacionalização de empresas e tentativa de um processo de aceleração da industrialização (TOMÁS, 2008. COUTINHO, 2017). Trajano Filho (2016, p.923), em seu balanço sobre a construção do estado na Guiné-Bissau, coloca que o governo de Luís Cabral teve uma fase inicial de “[...] efervescência que parece ter abafado as tensões e disputas no seio do partido” seguido de tensões, demarcadas pela tentativa de morte por um opositor político: “Em 1977 conhecemos a primeira tentativa explícita de golpe, encabeçada por uma antiga liderança partidária associada a ex-comandos (militares africanos que combateram ao lado dos portugueses) que então residiam no Senegal. O cabeça do golpe, Malam Sanhá, era um militante de longa data. Aparentemente, ele era influente entre oficiais e soldados das forças armadas bem como entre militantes dissidentes do PAIGC. Essa tentativa foi frustrada, o líder, preso e suicidado na prisão e seus homens fuzilados posteriormente.” (TRAJANO FILHO, 2016, p. 923).

<sup>862</sup> Segundo Gomes (2014, p.485-485): “[...] se na Guiné-Bissau o PAIGC surge naturalmente como o único e legítimo representante do povo, resultado da luta armada de libertação, a verdade é que em Cabo Verde a tomada do poder teve de ser negociada com o poder colonial e, ao mesmo tempo, conquistada a outros agrupamentos políticos que reclamavam a participação na vida política, sobretudo a UDC e a UPICV. Contudo, os grandes desafios que se colocavam ao PAIGC nos dois territórios eram, por um lado, a difícil tarefa de construção do Estado pós-colonial e, por outro, em termos político-ideológicos, a consecução do projecto da ‘Unidade’”. Sobre as dificuldades distintas em Guiné e Cabo Verde, Gomes (2014, p 485) coloca que: “. Apesar de em Cabo Verde se colocar o problema da sustentabilidade económica do território como principal entrave à construção do Estado, devido às suas características insulares e, sobretudo, às grandes carências da produção agrícola, a verdade é que na Guiné-Bissau as dificuldades apresentaram-se bem mais rigorosas. Isto deveu-se, em especial, à luta armada e ao longo período de guerra que todo o território viveu; à falta de meios humanos capazes de empreender a construção de um aparelho administrativo capaz, ainda mais quando uma parte importante das cúpulas do Partido era cabo-verdiana e regressou ao país de origem; e, entre outros fatores, a dificuldade em criar o sentimento de nação num Estado caracterizado pela multiplicidade de etnias”.

Dois meses após a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, em novembro de 1973, Aristides Pereira escreve correspondência para Mário Pinto de Andrade<sup>863</sup>, relatando o processo em curso na Guiné-Bissau e informa que “Luís [Cabral] está do lado do Senegal, cumprindo a sua missão de chefe de estado, em visita oficial. Logo que voltar, seguramente não deixará de te endereçar algumas palavras, em resposta à tua saudação”<sup>864</sup>, também convida Andrade para “contar com o seu apoio e a sua ajuda” que seria “um ‘atout’ precioso”<sup>865</sup>, rememorando os laços de amizade entre Andrade e Amílcar Cabral.

Cabe lembrar que durante o período de guerra, Luís Cabral passou um período estabelecido em Dakar, no Senegal<sup>866</sup>. As correspondências dos anos de 1964-1965<sup>867</sup> mostram uma grande desconfiança de Luís Cabral em relação a Senghor, alegando a Amílcar que o presidente do Senegal estaria apoiando os “Flings”<sup>868</sup> em contraponto ao PAIGC, apresentando uma leitura neocolonialista com relação aos alinhamentos políticos e ações da parte de Senghor<sup>869</sup>. No entanto, percebe-se um deslocamento da posição de desconfiança de Luís Cabral, que após a independência da Guiné-Bissau, pretende lançar uma política externa de abertura do país a relações multilaterais e de cooperação, tendo o “não-alinhamento” como pedra angular (CABRAL, 1989).

Para analisar a recepção de Senghor na Guiné-Bissau, no período logo após a independência, a qual este trabalho se propõe a analisar, é preciso visualizar quais as diretrizes da política externa deste estado em processo de construção. Assim, vê-se que no discurso de ano novo de Luís Cabral, proferido em janeiro de 1975, além de celebrar a entrada da Guiné-Bissau na ONU assim como o possível estabelecimento de embaixadas, este apresenta que:

---

<sup>863</sup> Mário Pinto de Andrade (1928 – 1990) nasceu em Angola (Golungo Alto). Em 1948 parte para Lisboa para terminar seus estudos iniciados em Luanda. Especializa-se na área de letras e linguística, fazendo parte da “geração dos mais velhos” da Casa dos Estudantes do Império. Foi chefe de redação, entre 1951 e 1958, da Revista *Présence Africaine*, em Paris. Exerceu o cargo de Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), entre 1959 e 1962 e o de Secretário-Geral, entre 1962 e 1972. Foi um dos principais articuladores da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

<sup>864</sup> Pasta: 07559.002.008. Remetente: Aristides Pereira. Destinatário: Mário Pinto de Andrade. Data: Quarta, 7 de novembro de 1973. Tipo Documental: Correspondência. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares.

<sup>865</sup> Ibid.

<sup>866</sup> A estadia de Luís Cabral no Senegal é elemento que já foi apresentado por este trabalho, quando se realizou as análises das trocas de correspondências entre Amílcar Cabral e Senghor.

<sup>867</sup> Analisadas na secção 5 deste trabalho.

<sup>868</sup> Referia-se aos membros da Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné ou FLING, movimento criado no Senegal (em 1962) em paralelo e disputa com o PAIGC. Durante um período, um dos líderes foi Benjamin Pinto Bull, amigo e assessor do Presidente Senghor: este último apoiou este movimento até determinado momento (1964), quando o movimento se radicaliza e Pinto Bull deixa o mesmo. A parte I e II deste trabalho trata da constituição deste movimento. Cabe dizer que neste período Senghor tentou mediar uma confluência entre todos os movimentos que se organizavam em prol da libertação da Guiné dita Portuguesa.

<sup>869</sup> Pasta: 07061.032.036. Tipo Documental: Correspondência. Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral da Fundação Mário Soares.

o ano de 1975 vai ser caracterizado pelo estabelecimento de relações com novos países que já manifestaram em estabelecer relações com nosso Estado. Reafirmamos mais uma vez a disponibilidade sem reservas para desenvolver relações de cooperação activa com todos os países, na base dos princípios que sempre orientaram nossa acção no plano internacional.<sup>870</sup>

Há um discurso em circulação que trata sobre a “cooperação internacional” e que vem alinhado uma retórica sobre a consolidação de relações de amizade e cooperação com todos os estados independente dos seus regimes políticos (CABRAL, 1989). Em consonância com o discurso de Luís Cabral, quando trata da entrada da Guiné-Bissau na ONU, enfatiza a observância do Direito Internacional, da reciprocidade de vantagens, da não-ingerência nos assuntos internos de cada estado e do respeito total à soberania e independência.

Este discurso em circulação pode ser percebido nas análises de Jorge Cabral<sup>871</sup>, em texto que trata sobre política externa na Guiné-Bissau, na Revista Soronda, durante o período o qual tal secção do trabalho se propõe a analisar. O autor diz, em retrospecto, que:

A constituição da República e as Resoluções dos três últimos congressos do PAIGC, realizados respectivamente entre 1977, 1981 e 1986, consideram a opção anticolonialista e anti-imperialista, o Não-alinhamento, a aliança com as forças democráticas do mundo e os povos oprimidos de África, Ásia e América Latina em luta contra o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo, o apartheid e o sionismo, o direito dos povos à autodeterminação e independência, a luta pela instauração de uma Nova Ordem Internacional mais justa e equitativa e o Direito Internacional Contemporâneo como eixos fundamentais da política da Guiné-Bissau. (CABRAL, 1989, p.71)

Tal política externa objetiva encontrar ressonância internacional e vem ao encontro do Presidente Senghor, sobretudo no que tange às relações Guiné-Bissau e Senegal: do lado senegalês, há a arguição sobre as possibilidades de cooperação alegando o aspecto da “solidariedade africana” (SENGHOR, 1976). Neste sentido, também Cabral (1989, p.71) apresenta que, da parte da Guiné-Bissau, tratou-se de construir um “relacionamento privilegiado com os países limítrofes, o Senegal e a Guiné” que tiveram papel foi determinante durante a guerra colonial e agiram em apoio ao PAIGC durante a “libertação nacional”.

<sup>870</sup> Pasta: 04602.140. Título: Discurso de Luís Cabral por ocasião do Ano Novo. Assunto: Discurso pronunciado por Luís Cabral, Secretário Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado, por ocasião do Ano Novo. Data: Quarta, 1 de janeiro de 1975. Arquivo Amílcar Cabral da Fundação Mário Soares.

<sup>871</sup> Segundo Augel (2010, p.20): “Rui Jorge Dias Cabral nasceu em Canchungo, em 1952 e morreu, vítima de um acidente aéreo em 1994, na Croácia, ex-Iugoslávia, país onde fizera seus estudos universitário e onde se encontrava, em exercício de uma missão diplomática a serviço da Organização das Nações Unidas. Além de diplomata, licenciado em Relações Políticas Internacionais e autor de inúmeros ensaios e artigos no âmbito das ciências políticas, Jorge Cabral era senhor de inúmeros outros talentos: pintava, tocava violão eximamente, compunha canções em crioulo, isto é, na língua guineense.”.

O discurso da cooperação é partilhado entre o Presidente da Guiné-Bissau e o seu homólogo no Senegal, Cabral e Senghor. Tal é exemplar, quando das diversas mensagens que Senghor envia ao “povo guineense” e seus líderes, sendo uma delas por ocasião da lembrança do dia do “Massacre de Pidjiguiti”, em 1976:

Depois do acesso da Guiné-Bissau à soberania internacional, os laços que existem entre as populações dos nossos dois países, devido à sua comunidade de pensamento e de acção, consolidaram-se no quadro de uma *cooperação fecunda* [grifo nosso] porque inspirada por um sentido agudo de solidariedade africana. Assim, seguimos com um interesse particular os esforços por vós desenvolvidos para o desenvolvimento do vosso país. É neste contexto que saudamos com prazer a celebração dessa vossa festa nacional, dirigindo-vos votos de saúde, de felicidade e de prosperidade para a Guiné-Bissau.<sup>872</sup>

Percebe-se que a recepção de Senghor na Guiné-Bissau dá-se pelo discurso da cooperação económica para o desenvolvimento<sup>873</sup> e pela cooperação cultural. Neste segundo aspecto, sobressai a atuação de Mário Pinto de Andrade, que se refugia na Guiné-Bissau<sup>874</sup>, sendo acolhido pelo presidente Luís Cabral como responsável pela codificação da obra política e dos textos de Amílcar Cabral. Logo após, é nomeado como Presidente do Conselho Nacional de Cultura<sup>875</sup> (de 1976 a 1978) e depois como Ministro da Informação e Cultura (de 1978 até o

<sup>872</sup> Discurso de Senghor. Nô Pintcha - Órgão do Commissariado de Estado de Informação e Turismo (Guiné-Bissau), Terça, 3 de Agosto de 1976, Amílcar Cabral, Uma Lição de História, 17.º aniversário do massacre de Pidjiguiti.

<sup>873</sup> No documento “Discurso proferido por Luís Cabral, Secretário-Geral adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, durante a abertura da 1.ª sessão ordinária da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular. Maio de 1978” datado de Julho de 1978, Luís Cabral faz um arrazoado e um balanço sobre a condução da política económica na Guiné-Bissau, mostrando toda a sorte de cooperações económicas com países de diferentes continentes, assim como de organizações internacionais, como ONU ou FAO. Não cabe a este trabalho apresentar estas questões em seus meandros, mas apontar que o Senegal sobressai na questão da cooperação económica no âmbito da agricultura, dentro deste documento. Em suma, um balanço sumário sobre a política económica perpetrada durante o governo de Luís Cabral na Guiné. É aparente tanto no texto de Trajano Filho (2016) como no de Gomes (2014), a apresentação de que o governo (1974 a 1980) criou descontentamento popular devido à crise económica, assim como uma insatisfação dos camponeses com as políticas voltadas ao mundo rural em conjunto com a repressão violenta contra chefes tradicionais e dissidentes do regime. A bibliografia também aponta para uma intensa rivalidade no seio do corpo dirigente do PAIGC e desconfiança contra os cabo-verdianos que ocupavam grande parte dos cargos da burocracia estatal (TRAJANO FILHO, 2016; COUTINHO, 2017).

<sup>874</sup> Após os Cravos, o MPLA está dividido em correntes distintas: uma destas é liderada por Mário Pinto de Andrade (conhecida como “A Revolta Activa”) que, juntamente com a “Revolta do Leste” liderada por Daniel Chipenda, constituíram oposição directa à “Ala Presidencial” de Agostinho Neto. Devido às cisões, em 1974 é realizada uma conferência de unificação, na Zâmbia, que levou à expulsão dos opositores ao recém-criado regime e que leva Andrade ao exílio de Angola (PEARCE, 2017).

<sup>875</sup> Segundo Augel (2000, p.121): “A ligação de Mário Pinto de Andrade com a Guiné foi muito estreita e até hoje o seu nome é lembrado naquele país com respeito de gratidão [...] segundo o testemunho do sociólogo Carlos Lopes, divulgado no Periódico Público, o local de trabalho de Mário de Andrade, isto é, o Centro Nacional de Cultura, ‘era um nome não tinha estrutura. Funcionava na casa de Mário de Andrade, que era um homem extremamente simples.’ ‘A casa não tinha móveis e praticamente não tinha paredes. Toda a casa era uma biblioteca’, prossegue Carlos Lopes. A situação em todo o país, nos anos imediatamente após a independência, era de grande penúria e a precariedade das instalações podia ser observada em toda parte.”

golpe de 14 de novembro de 1980<sup>876</sup>, ano em que foi eleito como Membro do Conselho Executivo da UNESCO).

Andrade, antes mesmo da independência angolana e do movimento de “Revolta Activa”, foi recebido na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, por ocasião da comemoração da independência das ilhas, em julho de 1975. Ele coloca, em entrevista à Imprensa<sup>877</sup>, que:

Hoje, com a independência de Cabo Verde, e com a próxima proclamação de independência de Angola, pensamos que poderão abrir novas perspectivas para uma reactivação dos objectivos que nos animaram em 1961, mas que devem naturalmente ser actualizados no contexto histórico do nosso tempo. Quer dizer que as mesmas formas de unidade, de pensamento e de acção que nos levaram à CONCP podem ser hoje postas em prática por formas de organização, a estruturar concretamente mais tarde, para uma verdadeira cooperação entre as antigas colónias portuguesas  
[..]  
o essencial, neste momento, é a construção da união da Guiné e de Cabo Verde. (ANDRADE, 1975, p.42-43)

Percebe-se que Andrade apresenta o discurso de que, com as independências em processo, dever-se-ia reativar formas de organização já postas através da CONCP<sup>878</sup> para o fomento da cooperação entre os estados recém-independentes e seus estados parceiros, como o Senegal. Pelo viés do discurso da “unidade”, reitera também a viabilização da união da Guiné-Bissau e Cabo Verde, através do poder tripartido supracitado - alinhando-se e referendando os lugares ocupados por Luís Cabral, Aristides Pereira e Pedro Pires, na estrutura do PAIGC e do estado em estruturação<sup>879</sup>.

Também se refere às tentativas, por este trabalho já apresentados, da efetivação do projeto da “Comunidade” seja ela “Luso-Afro-Brasileira” ou “Lusíada”: esta é rechaçada pelo

<sup>876</sup>Quando do golpe de Estado de Nino Vieira, Mário Pinto de Andrade rumou a Portugal, França, Moçambique e Inglaterra, onde acaba por falecer a 26 de Agosto de 1990.

<sup>877</sup> Título: O Século Ilustrado. Assunto: Guiné-Bissau. Entrevista com Mário de Andrade. Autor do artigo: Eduardo Guerra Carneiro. Data: Sábado, 16 de Agosto de 1975. Directores: J.R. Redondo Júnior. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade, Fundação Mário Soares.

<sup>878</sup> “Os laços existentes entre a Guiné-Bissau e o restante dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, assumem, por sua vez, um significado peculiar à luz do passado histórico comum de luta contra o colonialismo português. Ontem congregados na CONCP, estes países, tornados hoje independentes, persistem na via da unidade, tendo estabelecido um fórum permanente de concentração que tem a sua maior expressão na Conferência Anual dos Chefes de Estado. Mais conhecido por ‘grupo dos cinco’, este fórum, de certo modo sui generis em razão da dispersão geográfica dos elementos que o compõe, constituem um importante componente da Unidade Africana e confirma a herança histórica comum como factor de coesão e desenvolvimento dos povos do continente” (CABRAL, 1989, p.79)

<sup>879</sup> O alinhamento e proximidade política de Mário de Andrade sobretudo com Luís Cabral e Aristides Pereira é explícito também em todos os agradecimentos e apreciações que faz a estas figuras até mesmo depois de 1980, quando reedita a obra de Amílcar Cabral. Pode-se ver esta questão no prefácio de “Amílcar Cabral, Essai de biographie politique”, obra de Mário de Andrade, publicada em 1980 na França na coleção “Petite Collection Maspéro”.



angolano junto à ressurgência da crítica<sup>880</sup> a respeito dos usos do discurso lusotropicalista e da obra de Gilberto Freyre como justificativa da colonização portuguesa em África. O intelectual angolano faz um paralelo do projeto da “Comunidade” com o neocolonialismo e com setores representantes do capitalismo português (os supostos “fantoques de Spínola”<sup>881</sup>):

[...] mas é evidente que teremos que sublinhar que o General Spínola tinha um projeto neocolonialista. Para nós, ele era o garante de um sector do capitalismo português. Representava interesses econômicos bem precisos no quadro do capitalismo português, ligados certamente a certas companhias multinacionais. Este projecto já não podia ser aplicado directamente na Guiné, pois o processo do PAIGC tinha levado à proclamação do estado, mas, como sabemos, o ex-General Spínola tentou entrar este processo, ou perturbar, com infiltração de agentes seus na Guiné-Bissau. O processo neocolonialista era para Angola e certamente Moçambique. [...] Felizmente que a vigilância das nossas organizações e a do povo português, e depois o desenvolvimento do próprio processo em Portugal, do MFA, levaram à demissão dessa sinistra personagem. Mas além disso, Spínola tinha criado um certo número de fantoches. (ANDRADE, 1975, p.45)

Admite-se aqui que a figura de Mário de Andrade, durante o período de 1975 a 1980, é fundamental para entender de que forma Senghor e seus projetos são interpretados e recebidos no estado da Guiné-Bissau, sobretudo pela via da cooperação e alegada “solidariedade africana”. Mário de Andrade e Léopold Senghor eram “velhos conhecidos” da Paris dos anos 40-50, através da atuação no grupo da Revista *Présence Africaine* e da construção do Movimento da *Négritude*<sup>882</sup>, fato constatado que a *Négritude* expressa em língua francesa foi inspiração para uma “*Négritude* em língua portuguesa” (LARANJEIRA, 1995). Desta forma, o elemento da história e cultura do continente africano, a ser redescoberta pelos movimentos de libertação e no processo de construção nacional após as independências, era visão compartilhada por Andrade e Senghor, que se reencontram no contexto de uma Guiné-Bissau então independente.

As questões suscitadas serão avaliadas por recortes, ou seja, tangenciado a próxima relação de Senghor, então presidente do Senegal (até 1980) e Mário Pinto de Andrade, como Presidente do Conselho Nacional de Cultura (de 1976 a 1978) e depois como Ministro da Informação e Cultura (1978 a 1980)<sup>883</sup> - através da ideia da cooperação (no enfoque cultural) e da solidariedade africana.

<sup>880</sup> Apresentada na secção 1 deste trabalho ao analisar o texto publicado com o codinome de Fele.

<sup>881</sup> Velez (2017), na obra “Caetano, Spínola e Mobutu As relações bilaterais entre Portugal e o Zaire (1968-1974)” vai apresentar algumas das manobras de Spínola e alguns dos indivíduos relacionados a estas manobras, os supostos “fantoques”.

<sup>882</sup> Questões colocadas na secção 1 deste trabalho.

<sup>883</sup> Segundo Augel (2000, p. 126): “Os arquivos do INEP guardavam cuidadosamente várias caixas com o acervo de Mário Pinto de Andrade, até hoje muito pouco pesquisados. Eram manuscritos de conferências, palestras,

Em relação ao primeiro viés, ao olhar para a produção intelectual de Mário de Andrade durante o período em que esteve estabelecido na Guiné-Bissau, um dos seus principais contributos foi o trabalho de compilação e codificação dos textos de Amílcar Cabral<sup>884</sup>, assim como a produção de uma narrativa biográfica. Percebe-se que Mário de Andrade tem um papel fundamental em assentar um discurso histórico sobre a luta de libertação nacional contra o colonialismo português (o que na época, era uma história muito recente) e, a partir de suas percepções, inscreve quais as figuras/indivíduos que devem ser lembrados: Léopold Senghor é uma destas e é celebrado como um dos intelectuais que influencia o pensamento de Cabral e dos demais “pais” ou “heróis”<sup>885</sup> do nacionalismo guineense. Esta é uma das formas com que Senghor é recebido na Guiné-Bissau a partir da atuação de Andrade neste país, o que será posto na sequência.

A pedra fundamental do projeto de biografar e compilar os textos de Amílcar Cabral ocorre em agosto de 1976, quando da entrega dos manuscritos e documentos pessoais de Amílcar Cabral por Maria Helena Vilhena Rodrigues<sup>886</sup>, que se destinaram ao Museu da Luta de Libertação do Povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde<sup>887</sup>. A partir da composição deste arquivo, Andrade participa do trabalho de edição da obra de Cabral<sup>888</sup>, como legado para a nação, assim como escreve narrativas sobre como se deu a “libertação nacional” na Guiné em uma perspectiva histórica<sup>889</sup>.

Um dos depoimentos de Mário de Andrade, durante este período, que é exemplar para analisar como o angolano analisou e construiu uma narrativa e interpretação sobre Amílcar Cabral, é a entrevista publicada no *Jornal Nô Pintcha* (Bissau, 1976), com o título “Amílcar Cabral e a reafrikanização dos espíritos”, em que Andrade faz um arrazoado sobre o período de juventude de Cabral e dele próprio, em que estavam estabelecidos em Lisboa na Casa dos Estudantes do Império (CEI), demarcando, em sua narrativa, este período como fundamental

---

anotações de estudo e notas de leitura diversas, correspondência com intelectuais e estudiosos estrangeiros.”. Por fim, a pesquisadora supõe que estes arquivos desapareceram em 1998 após a utilização das instalações do INEP por militares senegaleses quando do conflito de 1998-1999 em Bissau e conclui que “esses preciosos documentos estejam irremediavelmente perdidos”.

<sup>884</sup> Como resultado deste trabalho foi publicado: *Unidade e Luta: “Tomo I. A arma da teoria”*, em 1976 e “*Tomo II. A prática revolucionária*”, em 1977, além de vários artigos. Também publicou em primeira mão algumas poesias de Amílcar Cabral, em periódicos, como *No Pintcha*.

<sup>885</sup> Termos usados na narrativa sobre a história e memória nacional, aparente, por exemplo, no *Jornal Nô Pintcha*.

<sup>886</sup> Primeira esposa de Amílcar Cabral.

<sup>887</sup> *Nô Pintcha* - Órgão do Comissariado de Estado de Informação e Turismo. Sábado, 21 de Agosto de 1976, p. 1. Assunto: Entrega de manuscritos e documentos pessoais de Amílcar Cabral à República da Guiné-Bissau, para o futuro Museu da Luta de Libertação do povo da Guiné e Cabo Verde.

<sup>888</sup> Cabral, Amílcar. *A arma da teoria – Unidade e Luta*. (Textos escolhidos por Mário de Andrade), vol. I. Comitê Executivo da Luta do PAIGC, Novo Seara, 1978.

<sup>889</sup> ANDRADE, Mário Pinto de. Amílcar Cabral et la guerre du people. *Afrique Asie*, n.66, p.VII. 1974.

para a construção dos fundamentos da luta política contra o colonialismo português e em prol da libertação nacional. Este período demarcou o “aprofundamento da consciência política” ou “atitude de consciência” (ANDRADE, 1976, p.8) o que resultou na ideia de “reafricanização dos espíritos”. Andrade (1976) diz que Amílcar teria adquirido sua “dimensão africana” - à revelia do processo de assimilação cultural disposto pelo colonialismo português.

Segundo a narrativa do angolano, Amílcar Cabral foi o indivíduo que deu continuidade política aos debates vividos no Centro de Estudos Africanos, grupo de estudos criado pelos estudantes da CEI. Também pontua que foi fundamental uma “abertura para o mundo através de leituras muito avançadas, do conhecimento sobre países de dominação inglesa e francesa” (ANDRADE, 1976, p.8), dentre elas, foi basilar a Antologia Poética<sup>890</sup> de Léopold Sédar Senghor (1948), encontrando na Négritude Francesa uma “projeção da nossa condição” (ANDRADE, 1976, p.8).

A partir desta narrativa, Léopold Senghor é apresentado como um influenciador do pensamento de Cabral (e de todo o grupo denominado por Andrade de “proto-nacionalista”) e como peça fundamental na ideia de “conscientização” pela “reafricanização dos espíritos”. Concomitantemente, o acento no elemento da “cultura” transparece no debate nacionalista proposto por Andrade<sup>891</sup> tangenciando a obra de Cabral assim como a de Senghor. Portanto, Senghor, então presidente do Senegal, passa a ocupar um lugar basilar na narrativa sobre a vida e obra de Amílcar Cabral e também nos movimentos culturais que são propostos por Andrade. Em relação a atuação de Mário Pinto de Andrade no recorte 1976 a 1980, Augel (2000, p. 122) apresenta depoimento do intelectual guineense Carlos Lopes, que relembra o período e a atuação do intelectual angolano:

Mário de Andrade, enquanto viveu na Guiné-Bissau pós-independência, esteve na origem de todos os movimentos culturais no país. Além da iniciativa da publicação de obras poéticas [...] não poupou esforços para o aparecimento da revista *O Militante*, órgão oficial do partido, ‘na qual surgiram as primeiras análises de carácter social’. Mário de Andrade também criou o grupo de dança ‘A Pátria Amada’, existente ainda hoje, e criou o Instituto Nacional de Cinema, do qual saiu Flora Gomes, cineasta guineense de fama internacional. (apud AUGEL, 2000, p.122)

<sup>890</sup> Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre Et Malgache de la Langue Française; Précédée de Orphée Noir Par Jean-Paul Sartre (1948), de Leopold Sedar Senghor.

<sup>891</sup> Segundo as análises de Kagibanga (1999), o conceito de cultura em Mário de Andrade ocupa um lugar fundamental e serve de base para o seu pensamento sociológico. Segundo Kagibanga (1999, p.125): “Para Mário de Andrade, a cultura é um fato social, cujo sujeito-criador é o homem (...) entende a cultura como fenômeno social e atribui ao homem (agente social) o papel central na produção e realização da cultura.”

Constata-se que Mário de Andrade esteve na origem dos principais movimentos culturais no período pois partilhava da ideia de que a libertação nacional se caracterizava como um “acto de cultura” - tal como Cabral e até Fanon ou Agostinho Neto (MATA e PADILHA, 2000). Andrade observa, ao olhar para a obra política de Cabral, que o movimento de libertação nacional representaria a “expressão política organizada da cultura do povo em luta” (ANDRADE, 1976, p.9), neste sentido, a direção do movimento de construção nacional deveria ter um foco na questão cultural<sup>892</sup>, narrando que “[Cabral] afirmava constantemente que a cultura está no princípio e no fim da dinâmica libertadora” (ANDRADE, 1976, p.9), remetendo à avaliação de Cabral de um lado “positivo” e um lado “negativo” da cultura a ser selecionado - debate já apresentado em secção anterior deste trabalho, no que tange às aproximações de Senghor e Amílcar Cabral.

Na prática, há uma ênfase na defesa da questão da construção do estado binacional, projeto do PAIGC, recordando dados da biografia de Cabral (ascendência dupla, guineense e caboverdiana), remetendo a uma suposta “complementaridade histórica” entre os dois povos e referendando uma suposta “africanidade” do arquipélago de Cabo Verde<sup>893</sup>, apresentando que Cabral teria percebido que “somente a união da Guiné e Cabo Verde” que “poderia fecundar um movimento de libertação” (ANDRADE, 1976, p.9).

Tal como Senghor remeteu a “africanidade”<sup>894</sup> para argumentar a possibilidade de convergência e unidade entre os três movimentos angolanos (MPLA, FNLA e UNITA), Andrade também usa o mesmo argumento procurando defender o projeto de unidade entre Cabo Verde e Guiné - aspecto esse que foi elemento de cisão dentro do PAIGC<sup>895</sup>. Tanto Senghor quanto Andrade remetem a uma “africanidade” e uma “solidariedade africana”, porque o

---

<sup>892</sup> O acento na questão da cultura também era o mote dos discursos do Presidente da UNESCO naquele período, Amadou Mahtar M’bow, o qual defendeu, em entrevista ao Jornal No Pintcha, “a necessária tomada de consciência da identidade cultural africana.”. (Nô Pintcha - Órgão de Comissariado de Estado de Informação e Turismo, Guiné-Bissau. A Unesco e a Promoção das Culturas Africanas, Número: 292, Data: Terça, 1 de Março de 1977.)

<sup>893</sup> Cosme (2000, p. 138) aponta que, dentro do debate da Negritude, desde 1958, Andrade (ao contrário de José Francisco Terneiro), já teria “reformulado o seu critério de negritude” e abarcado os poetas de Cabo Verde: esta era uma querela ainda em aberto que colocava em dúvidas da “africanidade” (ou “portugalidade”) do arquipélago ao contrário do que Gabriel Mariano arguiu, no mesmo ano, na revista “A Mensagem” sobre um “exemplo da colonização portuguesa nos trópicos” e um caso exemplar de mestiçagem (era crioulo). Há um debate posterior, decorrente destas questões, que ocorre quando Andrade propõe em 1986 sobre uma atualização ou “novo” movimento da Claridade (COSME, 2000).

<sup>894</sup> Conforme já definido na Parte I e II deste trabalho, em Senghor, a “africanidade” seria o resultado das misturas entre as civilizações e suas respectivas culturas dentro do continente africano: a “civilização negro-africana”, cuja expressão seria a “negritude” e a “civilização arabo-bérbere”, cuja expressão seria o “arabidade”. A conjunção destes dois complexos de cultura resultaria na “africanidade” que trata de uma “África” diversa, plural e dinâmica, considerando o continente em uma perspectiva de suas migrações populacionais e de sua história. Não serão retomados aqui em pormenores as concepções de cultura e as definições de Senghor sobre os conceitos, tendo em vista que já foram apresentados nas partes anteriores.

<sup>895</sup> Este foi um dos elementos que forjou o golpe de 1980 por Nino Vieira em Luís Cabral.

conceito de “Negritude”, enquanto movimento organizado, é motivo de dissonância entre os dois e de desconfianças da parte de Andrade<sup>896</sup>, sobretudo por Senghor ter dialogado com portugueses e brasileiros sobre as “virtualidades lusotropicalistas” (COSME, 2000), tal como posto nos discursos “Lusitanidade e Negritude” (1975) e “Latinidade e Negritude” (1964). Concomitantemente, também o termo “negro” é suprimido inclusive das manifestações literárias de Andrade, fato que ocorre pela primeira vez em 1967, quando da publicação de uma antologia temática publicada em Argel com o título “Literatura africana de expressão portuguesa”. Desconfiava da “Negritude”:

A Négritude estava carregada de perigos e tendeu a tornar-se escolas, igrejas, teoria, ideologia. Sou pela Négritude do ponto de vista literário e como ideia pessoal, mas estou contra uma ideologia fundada na Négritude. Não creio em absoluto que a ‘négritude’ resolva tudo, em particular estou de acordo, nesse ponto de vista, com aqueles que criticam a Négritude quanto a certos usos que se possam fazer da mesma, quando a teoria literária se põe a serviço de uma política (...) <sup>897</sup>

Ao apresentar estas desconfianças, partilha da arguição sobre a “africanidade” politicamente expressa pela noção de “solidariedade africana” - o que balizou a cooperação econômica e cultural de estados com alinhamentos políticos e tipos de socialismos distintos, o Senegal e a Guiné-Bissau. Concomitantemente, percebe-se que há nuances entre os significados da “africanidade” que, para Senghor, estava muito mais relacionada à ideia de “misturas” de “diferentes civilizações”: negro-africana, árabo-bérbere e a conciliação com os colonizadores europeus; enquanto a noção de “africanidade” de Andrade estava muito mais próxima a ideia de “unidade africana”<sup>898</sup> construída por Cheikh Anta Diop<sup>899</sup> e abarcada por setores do

<sup>896</sup>Nos anos 50, nos apresenta Cosme (2000, p.136), que “foi Andrade, sem dúvida, o grande propugnador da Negritude em Portugal, primeiro ensaísta (ele não se considerava um ‘escritor de criação’, apesar das suas incursões na poesia e no conto), depois como ativista dos movimentos anticolonialistas, desde o MAC até o MPLA.”. A construção de uma Negritude em Língua Portuguesa e a importância do nome de Mário de Andrade é também presente na tese de Laranjeira (1995).

<sup>897</sup>ANDRADE apud Mata, Inocência/Padilha, Laura. Mário Pinto de Andrade, um intelectual na política. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

<sup>898</sup> Na obra “A Unidade Cultural da África Negra” (1959), Diop defende uma origem autóctone para o Egito Antigo: uma gênese “negra” e “africana”. Neste texto, ele justifica seu esforço científico na busca de “libertar a profunda unidade cultural que permaneceu vivaz sob ilusórias aparências de heterogeneidade” (DIOP, 2015, p.9) em busca de mobilizar as condições materiais para “explicar os traços culturais comuns a todos os africanos, desde a vida doméstica até a da nação, passando pela superestrutura ideológica, os sucessos, os fracassos e as regressões técnicas” (DIOP, 2015, p.9), tratando das bases da defesa de uma Unidade para os “Povos da África Negra”. Em meu artigo “Léopold Senghor & Cheikh Anta Diop, rivais: Descolonização e Unidade Africana” (Publicado em Revista Discente *Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 5, nº 9 | julho - dezembro de 2020) apresentei um estudo comparativo entre o pensamento de Senghor e Cheikh Anta Diop.

<sup>899</sup> Andrade trabalhou como revisor da obra de Diop em 1954. Segundo atesta Lopes (2008, p. 35): “Imaginemos o jovem que, em 1954, corrigia, em Paris, as provas de um livro que serviria de referência para os intelectuais africanos: “Nations Nègres et Culture”, de Cheikh Anta Diop. O mestre acabara a sua obra-prima, mas estava doente e precisava de ajuda. O mais jovem aprendia com esse trabalho um pouco mais das suas funções de artesão

movimento Pan-Africano. Neste sentido, o angolano negava um olhar sobre uma possível mestiçagem como definidora da “africanidade” - rejeitando assim, para o caso da Guiné e Cabo Verde uma ideia corrente que era da “crioulidade”<sup>900</sup>:

[Andrade] observava, portanto, com alguma displicência os vários exercícios teóricos, e quiçá oportunistas, que se desenhavam, sobretudo em Portugal, para relançar uma herança biológica e cultural do colonizador português, chamando-lhe crioulismo, mulatismo ou luso-tropicalismo - como se fosse um facto singular o que, pela simples razão do encontro de culturas e sangues, aconteceu sempre que os povos se cruzaram, dando origem a individualidades nacionais. (COSME, 2000, p. 145)

A supracitada displicência em relação a “crioulidade” da parte de Andrade, também se relaciona com os profundos conflitos que o PAIGC vai encontrar no terreno para implantação do seu projeto de nação<sup>901</sup> e da ideia de uma “cultura nacional”, tal como nos apresenta Trajano Filho<sup>902</sup> (2016, p. 915):

O problema é que uma contradição se consolidou no coração do projeto para a nação do PAIGC ou, o que dá no mesmo, da sociedade crioula, desde o início do movimento nacionalista: um confronto paradoxal entre o retorno às origens idealizado na utopia de Cabral (1973), que sugeria um devir igualitário e horizontal para a futura nação, e a estrutura verticalizada da sociedade crioula, sempre supondo formas de incorporação da diferença que geravam hierarquias do tipo gerontocrático e patrimonialista.

---

das letras. O seu espírito inquieto já lhe tinha trazido alguns dissabores com o seu chefe e patrão, o outro Diop. Trata-se de Alioune Diop, criador da revista *Présence Africaine*, que a História ilustre daqueles anos registrou como uma contribuição fundamental, na afirmação de uma identidade política em formação.”

<sup>900</sup> Para aprofundamento do debate da crioulidade é interessante a querela entre Mário de Andrade e Mário António (Fernandes de Oliveira), autor do livro “Luanda - Ilha crioula”. Segundo análise de Cosme (2000), no segundo, crioulidade, lusotropicalismo e negritude chegam a confundir-se, já para Andrade a negritude é a flâmula da autenticidade do novo humanismo a atingir (há um sentimento universalista enquanto negro). Não adentraremos neste trabalho no grande debate sobre os mestiços e a ideia de mestiçagem em Angola, mas é interessante citar a conclusão de Cosme (2000, p.147) do debate supracitado: “Até se poderia sustentar que Mário Pinto de Andrade não hesitou em ceder a presidência do MPLA a Agostinho Neto por reconhecer que, sendo este um africano puro, melhor do que ele simbolizaria as aspirações da grande maioria da população angolana.”

<sup>901</sup> Segundo interpretação de Lopes (1994, p. 139) “A direcção pequeno-burguesa e crioula (afro-portuguesa) do PAIGC fez apelo a uma historicidade limitada a referências coloniais. Para esta direcção a ligação com as ilhas de Cabo Verde era indisputável vistas as relações entre as culturas crioulas dos dois territórios. Entre outros argumentos utilizou-se mesmo o que consagrava que durante vários séculos os dois territórios foram geridos por uma mesma administração cuja sede se encontrava na ilha de Santiago de Cabo Verde. Ora é relativamente fácil provar que durante o período reivindicado jamais existiu em terra firme continental um qualquer controle territorial português. A base ideológica que justificou a construção teórica do movimento nacionalista, tal como todos os exemplos africanos deste tipo, era uma base que não podia ser articulada à existência de uma nação. Mesmo se o desejo e a vontade de construção nacional eram reais, a perspectiva histórica limitada despreza historicidades que não são sentidas como susceptíveis de apoiar desígnios modernos. Isto para dizer que o movimento nacionalista, sem o querer, aceitou a premissa de uma África sem história antes da chegada dos Europeus ou sem história autónoma em relação à estes.”

<sup>902</sup> Trajano (2016, p.914) define a sociedade crioula como: “a sociedade crioula da Guiné-Bissau sempre foi polimórfica, assumindo formas variadas ao longo do tempo bem como a cada momento em que é escrutinada”.

Por fim, pode-se dizer que foi em 1977 que ocorre um dos primeiros “sintomas” das dissonâncias do projeto nacional operado pelo PAIGC na Guiné e Cabo Verde: há a primeira tentativa explícita de golpe à Luís Cabral, encabeçado por um grupo liderado por Malam Sanhá<sup>903</sup>, liderança que seria ligada à ex-comandos<sup>904</sup>, provindos do Senegal (reforçando, supostamente, a desconfiança de Luís Cabral em relação aos movimentos estabelecidos e provenientes deste país<sup>905</sup>). Segundo algumas interpretações (LOPES, 1987. NÓBREGA, 2003), este movimento estaria vinculado à Nino Vieira, ou seja, ao mesmo grupo dissidente<sup>906</sup> que efetivará o golpe em 1980<sup>907</sup>.

## 11.2 O CRIOULO, A FRANCOFONIA E A LUSOFONIA

Partindo para o segundo viés de análise por este trabalho proposto, faremos aqui um recorte ao que se refere à construção da ideia de “língua nacional” na Guiné-Bissau<sup>908</sup>, durante os anos de 1975 a 1980, dentre os debates da questão da língua (e das comunidades baseadas em “fonias”), problematizando a “crioulidade” da Guiné-Bissau e Cabo Verde ao apresentar a recepção de Senghor neste debate e algumas de suas intervenções, tendo em vista refletir, posteriormente, como a Guiné-Bissau é inserida tanto na Francofonia e na Lusofonia.

Primeiramente, retoma-se alguns elementos já apresentados por este trabalho no que tange à defesa de Amílcar Cabral da língua portuguesa como “melhor herança” dos portugueses, assim como do diálogo de Senghor junto aos nacionalistas das colônias portuguesas que, ao

<sup>903</sup> “Entre lideranças dissidentes ou insatisfeitas que estariam ligados de alguma forma a Malam Sanhá, destaca-se o nome de Nino Vieira, na altura o terceiro homem na hierarquia do Estado [...] Lopes (1987, p.280) afirma que essa tentativa de golpe ocorreu em novembro de 1978 e foi liderada não só por Sanhá, mas também pelo primeiro presidente do PAIGC, o histórico Rafael Barbosa, eterno candidato a traidor.” (TRAJANO, 2016, p.923)

<sup>904</sup> Militares africanos que combateram ao lado dos portugueses no contexto de africanização da guerra, apresentada na secção 6 deste trabalho.

<sup>905</sup> O presidente senegalês não teve contato ou ingerência sobre esta tentativa de golpe em 1977 ou em relação ao golpe de 1980, pela posição de proximidade com os líderes do PAIGC pela já atestada ideia de cooperação ou solidariedade africana.

<sup>906</sup> Dissidências do PAIGC causadas por “intensas rivalidades no seio do corpo dirigente do PAIGC e uma desconfiança generalizada em relação aos cabo-verdianos que, se segundo se acreditava, ocupavam muitos cargos no topo da estrutura partidária, dominavam a burocracia institucional do Estado guineense e, no Estado-irmão de Cabo Verde, se distanciavam da utopia de Cabral acerca da unidade com a Guiné.” (TRAJANO, 2016, p.923).

<sup>907</sup> “O regime liderado por Luis Cabral foi derrubado em 14 de novembro de 1980 por um golpe comandado por Nino Vieira, então o número dois na hierarquia do Partido-Estado.” (TRAJANO, 2016, p.923) e “O maior desdobramento do 14 de novembro foi o fim sonho utópico de um mesmo partido governar dois Estados nacionais ao ponto de, no futuro, os dois se unirem numa única entidade supranacional.” (TRAJANO, 2016, p.924)

<sup>908</sup> Pode-se entender esta parte do trabalho como uma continuidade dos debates propostos na secção “Diálogo II: Amílcar Cabral e Léopold Senghor (1969-1973)”.

apresentarem o argumento da possibilidade de adoção da língua francesa como língua nacional, há o contraponto senghoriano que defende a língua portuguesa, tendo em vista a cooperação cultural com o Brasil – ao dispor como base sua defesa do Brasil como “farol do terceiro mundo” e como líder de uma possível Comunidade Luso-Afro-Brasileira.

Mário de Andrade, como Ministro da Informação e da Cultura, foi um dos principais interlocutores, junto ao PAIGC, a respeito dos programas para o sistema educacional no estado recém-independente. Sobre a questão da língua portuguesa, Mário de Andrade vai ter a reflexão que segue:

[...] é possível que a língua portuguesa, ou melhor, a linguagem portuguesa, a utilizar-se no ensino, não seja necessariamente a de Eça de Queiroz, de Aquilino ou de José de Cardoso Pires. Pelo facto do dialecto crioulo na Guiné veicular ser idioma utilizado praticamente por toda a sociedade guineense, esse crioulo vai enriquecer o português, o português continua a enriquecer o crioulo e, numa perspectiva mais longa não teremos apenas o português literário como língua de ensino mas uma nova linguagem, uma nova linguagem. (ANDRADE, 1975, p.47)

O angolano vai atestar que ao propugnar a língua portuguesa como língua oficial do estado, abre um debate sobre as línguas chamadas “locais” ou “étnicas” e a língua crioula<sup>909</sup>, aventando a oficialidade desta última. Neste sentido, Augel (2000, p. 122) também vai refletir que Andrade, ao realizar os primeiros Seminários de Linguística na Guiné-Bissau, defende a importância do que ela chama de “línguas étnicas” e também vai apresentar que este é um dos principais interlocutores (junto à Mário Cabral<sup>910</sup>) do projeto de alfabetização (com

---

<sup>909</sup>Pode-se buscar refletir comparativamente: Maria da Conceição Neto (1997), para o caso de Angola, vai dizer que ao revés do discurso lusotropicalista reiterado, Angola, como “menina dos olhos de Portugal”, nunca foi um “Pequeno Brasil” ou um “Novo Brasil na África”. A autora salienta exemplarmente que não houve hegemonia do português até os períodos pós-colonial, sendo até então a língua franca, o ovimbundu e kibundu em detrimento do português. Além disso, conclui que “a apropriação da Língua portuguesa por povos de diferentes culturas, em graus diversos e com resultados também diferentes, não significa ‘portugalização’.” (NETO, 1997, p. 339) e que a ocidentalização e cristianização nem sempre foram sinônimos de “influência portuguesa”, a qual não foi a única na transmissão de “cultura ocidental” (NETO, 1997, p.335). Ao retomar o ponto de Neto (1997) no que tange a imposição do português como língua oficial após a independência, é interessante fazer o paralelo com o que nos apresenta o queniano Ngugi Wa Thiong’o, em suas reflexões contidas na obra “Decolonizing the Mind The Politics of Language in African Literature” (1986), no qual faz um arrazoado sobre a língua. Também para o contexto da colonização britânica olhada a partir do Quênia, o autor apresenta que, após a independência, “The physical violence of the battlefield was followed by the psychological violence of the classroom.” (THIONG’O, 1986, p. 9), sublinhando que “Language was the means of the spiritual subjugation.” (THIONG’O, 1986, p. 9). Neste sentido, dialoga-se com Cahen (2010, p.7) quando este aponta que, no que tange o contexto das ex-colônias portuguesas, “os países concernidos não deveriam construir uma política sócio-educativa e sociolinguística idêntica para populações tendo com a língua colonial relações tão diferenciadas.”

<sup>910</sup>Mário Cabral era engenheiro e foi Ministro da Educação no pós-independência da Guiné-Bissau. É o principal interlocutor de Paulo Freire nas cartas publicadas na obra de Paulo Freire “Cartas à guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo. (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).



financiamento internacional, das Nações Unidas) que o educador brasileiro Paulo Freire<sup>911</sup> vai prover consultoria (entre 1976 a 1977):

Profundamente convencido da importância das línguas étnicas, [Mário de Andrade] realizou os primeiros seminários de linguística e serviu de principal interlocutor do pedagogo brasileiro Paulo Freire nas reformas do plano de ensino, da alfabetização e da publicação da revista Educação. (AUGEL, 2000, p. 122)

No testemunho de Paulo Freire, percebe-se que pairam dúvidas sobre qual língua adotar no sistema educacional do estado em construção: primeiramente, o projeto foi a alfabetização em língua portuguesa (remetendo ao projeto de Amílcar Cabral), no entanto, percebe-se que a presença das línguas locais (e do crioulo) é muito forte e que, na experiência, torna-se inviável o uso exclusivo do português. Freire trata de conversa que teve com Luís Cabral:

Poderia finalmente citar ainda, a última conversa que tivemos com o camarada presidente, cujo núcleo principal foi a língua. Há um ano e pouco, se não estamos interpretando mal a política do governo, se pensava que seria viável a alfabetização em Língua Portuguesa, mesmo reconhecendo-se o crioulo como língua nacional. A razão radical para a alfabetização na língua estrangeira, era a inexistência, ainda, da disciplina escrita do crioulo, enquanto esta disciplina não fosse alcançada, pensava-se que não havia porque deixar o povo iletrado, os próprios resultados que se vinham obtendo com a alfabetização em Português no seio das FARPs reforçavam essa hipótese. (As FARPs são as Forças Armadas Revolucionárias Populares). O que a prática, porém, vem evidenciando, é que o aprendizado da Língua Portuguesa, se dá mesmo com dificuldades, nos casos em que esta língua não se acha totalmente estranha à prática social dos alfabetizados, o que é de resto óbvio. Este é exatamente o caso das FARPs, como de certos setores de atividades de centros urbanos como Bissau. Mas este não é o caso dos centros rurais do país, em que se encontra a maioria esmagadora da população nacional, em cuja prática social a Língua Portuguesa inexistente.<sup>912</sup>

Cabe dizer que, neste contexto específico, após 1975, a supracitada necessidade de reconhecimento da língua portuguesa em concomitância com a crioula também passa a ser defendida por Senghor como um elemento de integração regional (entre Guiné-Bissau, Senegal

<sup>911</sup> Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) é um pedagogo brasileiro, nascido no estado de Pernambuco. Tem renome internacional por ter criado um movimento chamado Pedagogia Crítica, destacou-se na área da educação popular e da alfabetização, criando novos métodos. Foi professor visitante em Harvard e Cambridge e depois se estabelece em Genebra na Suíça. Foi neste período em que atua como consultor educacional em países do continente africano (1976 a 1978), como a Guiné-Bissau e Moçambique. Em 1979, com a Anistia, Freire pode retornar ao Brasil.

<sup>912</sup> FREIRE, Paulo. Amílcar Cabral: o pedagogo da revolução. Transcrição de Palestra: Curso de Mestrado da Faculdade de Educação Universidade de Brasília, 8 de novembro de 1985. Texto gravado e organizado por: Laura Maria Coutinho. <Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/amilcar.pdf> >.

e Gâmbia, ou seja, na região denominada “Senegâmbia”<sup>913</sup>). Seu argumento tem como base o trabalho de estudo linguístico do crioulo, de seu amigo, assessor político, tradutor particular e coordenador do projeto de ensino de língua portuguesa no Senegal, Benjamin Pinto Bull<sup>914</sup>, publicado somente em 1989, com o título “O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria”<sup>915</sup>.

Senghor passa a defender que o crioulo é o exemplar de uma “simbiose” entre as culturas da região, é uma “língua de unificação” que está “a meio caminho entre o português e as línguas negro-africanas faladas dentro do país” (SENGHOR, 1989, p. 13) e que o trabalho de Pinto Bull, desenvolvido nos anos em que esteve estabelecido no Senegal, é uma continuidade do trabalho de Marcelino Marques de Barros<sup>916</sup> - assim como se trata de um estudo comparativo entre os crioulos da Guiné-Bissau, Senegal e Gâmbia<sup>917</sup>. Este seria o caminho - segundo Senghor (1989, p.17), o “pontapé inicial” e a “abertura” - para estabelecer esta linguagem (produto da dita “simbiose”) como língua nacional<sup>918</sup>.

Diz Senghor (1989, p.17):

[...] les deux langues, le Créole et le Portugais, sont condamnés à continuer de coexister ou de cohabiter dans le respect mutuel. Pendant longtemps encore, pense l'auteur, le Portugais sera la langue officielle en Guinée-Bissau, la langue d'ouverture sur le monde extérieur. Il permettra au pays, de ce fait, d'échapper à l'isolement culturel. Mais, s'empresse-t-il d'ajouter, le Créole, réhabilité par l'Histoire, restera la vraie langue de la nation. Cependant, les autorités guinéennes veulent faire mieux. Elles sont décidées à établir un dialogue des cultures entre le Créole et le Portugais. Tout indiqué aujourd'hui, poursuit-il, que la rencontre des cultures créole et portugaise débouchera sur quelque chose de grand, car ces deux langues sont complémentaires.<sup>919</sup>

<sup>913</sup> Segundo Senghor (1989, p. 13): “o presente trabalho é um esforço de simbiose cultural entre a Guiné-Bissau e seus vizinhos”.

<sup>914</sup> Benjamin Pinto Bull foi apresentado na secção 2 deste trabalho.

<sup>915</sup> Senghor (1989, p.13) apresenta Pinto Bull, no prefácio à obra “Crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria” como um “amigo de longa data” e “colaborador, muito precioso, no domínio do ensino do português” no Senegal durante ao seu governo. Diz que o autor é de origem guineense mas é um exemplar da “simbiose” da cultura guineense, senegalesa, portuguesa e francesa.

<sup>916</sup> Marcelino Marques de Barros (Bissau, 1843-1929) foi um Padre precursor dos estudos e de compilação da literatura oral na Guiné Portuguesa.

<sup>917</sup> Segundo Senghor, Cabo Verde não entraria no “inventário”.

<sup>918</sup> O principal problema aventado por Amílcar Cabral, tal como disposto na secção que coloca Senghor e Cabral em diálogo, se trata da impossibilidade do uso do crioulo como língua oficial tendo em vista não haver uma gramática desta língua.

<sup>919</sup> Tradução Livre: “[...] as duas línguas, o crioulo e o português, estão condenadas a continuar a coexistir ou a coabitar em respeito mútuo. Por muito tempo, acredita o autor, o português será a língua oficial da Guiné-Bissau, a língua de abertura ao mundo exterior. Assim, o país poderá escapar do isolamento cultural. Mas, acrescenta, o crioulo, reabilitado pela história, continuará a ser a verdadeira língua da nação, mas as autoridades guineenses querem fazer melhor. Eles estão determinados a estabelecer um diálogo de culturas entre crioulos e portugueses. Tudo indica que o encontro das culturas Crioula e portuguesa vai levar a algo grande, porque estas duas línguas são complementares.”

Cabe a este trabalho apontar que Senghor percebia e apontava os meandros e a diversidade das línguas crioulas da região<sup>920</sup> e que passou a defender, após a independência da Guiné-Bissau, que o crioulo poderia ser um elemento facilitador (e justificativa) da integração regional (Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia). Concomitantemente, percebe-se que o crioulo é elemento de fraturas no projeto nacional do PAIGC para a Guiné-Bissau<sup>921</sup>, craquelando o projeto da língua portuguesa como elemento de integração da diversidade étnica.

Porém, Senghor também aponta e segue defendendo que a língua portuguesa deve ser usada como elemento de integração internacional, tal como o francês, abrindo possibilidades de cooperação, remediando o perigo da balcanização. Assim, segue apontando para a importância da institucionalização dos projetos da Francofonia e da Lusofonia, defendidos por ele desde o início da década de 60.

Durante o governo de Luís Cabral, na Guiné-Bissau, esta abordagem política - tal como proposta por Senghor - foi abarcada. Percebe-se que a Guiné-Bissau adentra, nos cinco anos do governo de Cabral, em diversos órgãos de cooperação internacional: à nível de continente africano, há a adesão à Organização da Unidade Africana (OUA) e à organizações sub-regionais africanas, como a CEDEAO<sup>922</sup>, a Associação para o desenvolvimento da Rizicultura na África Ocidental (ADRAO)<sup>923</sup>, a Organização para a Valorização do Vale do Rio Gâmbia

---

<sup>920</sup>Na Guiné-Bissau, o crioulo convive com mais de vinte línguas dos grupos Oeste-Atlântico e Mande. Há diferentes línguas crioulas, inclusive na região da “Senegâmbia” e Cabo Verde. Segundo Barbosa (2015), podem ser identificados três: Crioulo da Alta Guiné (em Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Casamansa) e os do Golfo da Guiné (São Tomé, Príncipe e Ano Bom).”. O crioulo da Alta Guiné seria diferente em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Casamansa (região do sul do Senegal). (BARBOSA, 2015)

<sup>921</sup> Segundo interpretação de Carlos Lopes (1994, p.137) as fraturas do estado-nação criado pelo PAIGC no continente se deram pela negação da historicidade do território: “A nação, tal como concebida pelo movimento nacionalista, não só se baseava no território de 1886, mas também nas estruturas que o justificam, tentando pois apenas reorganizar as dimensões desse espaço. A aceitação do território, das estruturas estatais e administrativas e da rede de controle criada pela potência colonial implicava, de uma certa forma, a aceitação de um modelo de reprodução económica. Esta concepção da construção nacional não tem nenhuma possibilidade de sobrevivência a longo prazo, sobretudo depois de esgotadas as legitimidades históricas imediatistas, baseadas no discurso ideológico, mobilizador, do tempo das lutas de libertação nacional. O Kaabu representa a outra historicidade, baseada numa presença de séculos, e não de algumas dezenas de anos como o movimento de libertação nacional, obrigando pois a uma releitura de toda a catalogação étnica, etnonímica e etnocêntrica da Guiné-Bissau actual.”

<sup>922</sup> A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi lançada como projeto em 1972 através da iniciativa do Chefe de Estado Nigeriano Yakubu Gowon e o seu homólogo togolês o Presidente Gnassingbe Eyadema e foi instituída em 1975, pelo Tratado de Lagos. Esta tem como objetivo a cooperação económica e política entre os estados da África Ocidental [Benim, o Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d’Ivoire, a Gâmbia, o Gana, a Guiné, a Guiné-Bissau, a Libéria, o Mali, o Níger, a Nigéria, a Serra Leoa, o Senegal e o Togo]. Léopold Senghor foi seu presidente entre 1979 e 1980. <Disponível no site da CEDEAO: <https://www.ecowas.int/>> <acesso em 29/06/2021>.

<sup>923</sup> Segundo informações do “Africa Rice Center” “The Conference of the Plenipotentiaries for the establishment of the West Africa Rice Development Association (WARDA) – now known as the Africa Rice Center (AfricaRice) – was held in Dakar, Senegal. The Constitution of WARDA was ratified by 11 West African countries (Burkina Faso, Côte d’Ivoire, The Gambia, Ghana, Liberia, Mali, Mauritania, Niger, Senegal, Sierra Leone and Togo) at the Conference.”. A Guiné-Bissau se junta ao grupo em 1977. < Disponível em: <https://www.africarice.org/history>> <Acesso em 29/06/2021>.

(OMVG)<sup>924</sup>, Associação dos Estados ACP - Convenção de Lomé<sup>925</sup>, a Organização da Conferência Islâmica<sup>926</sup> e por fim, à Organização Internacional da Francofonia<sup>927</sup>, em 1979<sup>928</sup>

Senghor foi recebido na Guiné-Bissau um dos idealizadores da ideia de uma Francofonia<sup>929</sup>, junto a Habib Bourguiba e Hamani Diori, destacados como “os Três Africanos” (SENGHOR, 1988, p.158) que arquitetam conjuntamente com o General Charles de Gaulle, o projeto da Comunidade Francesa ou Francófona, o que, segundo Senghor, foi disparado após a Conferência de Brazzaville, em 1944 (SENGHOR, 1988, p.160). A ideia da Francofonia se realiza enquanto “Organização Internacional” em fins da década de 70, o que, segundo Senghor, se diferenciaria da “Comunidade” - assumindo que a Organização Internacional da Francofonia (OIF), é de ordem cultural, enquanto a “Comunidade Francesa”, é muito mais voltada para os interesses econômicos. Sobre a Francofonia, Senghor apresenta:

Plus exactement, avec le Président Giscard d’Estaing, on essaya, conférence après conférence, de cerner le problème. C’est ainsi qu’en deux sessions, en 1979, puis 1980, je parvins, comme rapporteur, à faire adopter un projet de Francophonie. Il ne restait plus qu’à réunir un sommet de tous les chefs d’États Francophones, et pas seulement les Africains, avec, si possible, chacun en personne. C’est alors que je fus chargé de recevoir, à Dakar, en novembre 1980, une conférence des ministres des Affaires étrangères, que préparait le Premier Sommet des chefs d’État, par lequel serait créée, officiellement, la Francophonie.<sup>930</sup> (SENGHOR, 1988, 164).

<sup>924</sup> Foi criada em 1978 (DIALLO, 2011) tendo em vista o fomento do desenvolvimento regional por meio do fomento da exploração energética do rio Gâmbia (construção de barragens hidroelétricas, pontes e exploração do petróleo off shore). Também foi criado junto à Organização para valorização do Rio Senegal (OMVS).

<sup>925</sup> Associação de 79 países da África, Caribe e Pacífico que foi formada com o objetivo de coordenar atividades da Convenção de Lomé de 1975. Todos os Estados, à exceção de Cuba, são signatários do acordo de Cotonou, que veio substituir as Convenções de Lomé. Convenção de Lomé é o acordo comercial assinado em 1975 entre a União Europeia e os países ACP, que vigorou até à assinatura do acordo de Cotonou. A Convenção de Lomé foi considerada um modelo de cooperação Norte-Sul.

<sup>926</sup> Criada em 1969, a “Organização para a Cooperação Islâmica” (OCI) se trata de organização intergovernamental com uma delegação permanente junto às Nações Unidas. Reúne 57 países, que possuem contingente populacional islâmico, com sede na Arábia Saudita.

<sup>927</sup> A “Francofonia” foi institucionalizada em 1970, como Organização Internacional da Francofonia (OIF).

<sup>928</sup> As datas de entradas dos países foram consultadas no site oficial da “Francophonie”. A Guiné-Bissau adentra em 1979. <Disponível em: <https://www.francophonie.org/guinee-bissau-959>>< Acesso em 05/07/2021>.

<sup>929</sup> Senghor, na obra “Ce que Je Crois” (1988) sintetiza e faz um balanço, na sua maturidade, do pensamento e filosofia que produziu e defendeu ao longo da vida. Destina um capítulo a “Francité et Francophonie” (“Francidade e Francofonia”), no qual adverte que foi um senegalês (ele próprio) e um canadense (Onésime Réclus) que lançaram estes dois “neologismos” (SENGHOR, 1988, p.157) - evidenciando, assim, uma modificação na “gramática histórica” (SENGHOR, 1988, p.157) provindo das “bordas” do Império. O canadense Réclus que, no século XIX, opera o lance da “Francofonia”, termo que é definido e reiterado por Senghor (1988, p.157-158) como: 1. agrupamento de estados, de países e regiões que empregam o francês como língua nacional, língua de comunicação internacional, língua de trabalho ou língua de cultura; 2. agrupamento de pessoas que empregam o francês com diferentes funções; 3. comunidade de espírito que resulta de seus diferentes empregos. Para Senghor, a Francofonia delinea a “*francité*” - termo de sua autoria - definido por ser um “agrupamento de valores de língua e cultura oriundos da civilização francesa, tal como a “*négritude*” o é para a civilização negro-africana, e a “*lusitanidade*”, para a civilização portuguesa.

<sup>930</sup> Tradução Livre: “Mais precisamente, com o presidente Giscard d’Estaing que tentamos, conferência após conferência, localizar o problema. Foi assim que em duas sessões, em 1979 e depois em 1980, consegui, como relator, fazer com que um projeto da Francofonia fosse aprovado. Faltava apenas reunir uma cúpula de todos os

Segundo Senghor, a OIF tem que identificar os “valores da cultura” e tratar dos problemas científicos, técnicos, econômicos e financeiros (SENGHOR, 1988, 164). Neste sentido, inclusive é propositivo em uma estrutura modelar composta por “Conferência dos Chefes de Estado e de Governo; Secretariado Geral; Conferência Ministerial e Fundação Internacional pelo Intercâmbio Cultural” (SENGHOR, 1988, p.179). Também dispõe três departamentos: “Conselho de Línguas e Culturas”, “Agência de Cooperação cultural e técnica e um Centro de Informação” (SENGHOR, 1988, p.182), assim como sessões, que são “sessão de língua e comunicação internacional - francês e árabe, sessão de latim e grego, sessão de línguas africanas e sessão de línguas asiáticas” (SENGHOR, 1988, p.182).

Cabe também salientar que para Senghor também a Francofonia está atrelada ao valor da “mestiçagem cultural” (SENGHOR, 1988, p.160) – pela via da herança greco-latina<sup>931</sup>. Em adendo a esta ideia, Senghor segue na defesa de que uma civilização “enriquece” com os “aportes estrangeiros renovados” (SENGHOR, 1988, p.176), citando, neste ponto, a importância do Colóquio realizado na Universidade de Évora sobre a mestiçagem, no ano de 1980<sup>932</sup>.

Para Senghor, a Francofonia - como a Lusofonia - seriam preparatórias para a “Civilização do Universal” e seriam um espaço de trocas e intercâmbio - de obras literárias e artísticas, científicas e técnicas. Paralelamente, vê-se que o projeto de Lusofonia também é incentivado por Senghor, desde 1964, como solução para o conflito colonial e em prol da descolonização das colônias portuguesas. Assim, o intelectual senegalês aprofunda de forma mais complexa alguns aspectos no que tange às comunidades com base em uma “fonia”: este coloca a função da língua, que seria a comunicação em situações específicas - como a de trabalho - tratando a comunidade política a partir do olhar para o agrupamento de pessoas que empregam a língua funcionalmente, tendo outras línguas como a sua materna (SENGHOR, 1988).

---

chefes de estado francófonos, e não apenas os africanos. Foi então que fui incumbido de acolher, em Dakar, em novembro de 1980, uma Conferência de Ministros das Relações Exteriores, preparada pela Primeira Cúpula de Chefes de Estado, por meio da qual seria oficialmente criada a Francofonia.”

<sup>931</sup> Remete-se assim, novamente a política de Senghor no Senegal, incentivando o estudo de humanidades e língua latina na Universidade de Dacar, cuja maior expressão foi realização de um Congresso Internacional de Latim, em abril de 1977, o primeiro a ser efetuado no continente africano, que teve o título de “Negros na Antiguidade Romana”. Assim, esta Universidade, com um caráter multinacional e multidisciplinar, é incentivada politicamente a desenvolver os estudos sobre a “*latinidade*”. Há o incentivo à produção de estudos sobre a “*latinidade*” na Universidade de Dakar, integrado ao projeto político da Francofonia e da Lusofonia (por fim, à Latifonia), os quais vem com um discurso a respeito da miscigenação que se coaduna com sua reflexão a respeito das “misturas biológicas e culturais” enquanto motor da Civilização do Universal.

<sup>932</sup> Evento apresentado na secção 10 deste trabalho.

A polêmica da língua é um debate que atravessa a pauta da descolonização e a construção do Estado Pós-colonial, tal como foi visto, exemplarmente, na parte em que este trabalho analisa Amílcar Cabral e seus posicionamentos em relação à língua portuguesa. Não somente na Guiné, mas nas outras ex-colônias portuguesas, a língua do colonizador foi escolhida como “oficial”. Tal tornou-se um debate complexo e amplo, para a situação pós-colonial destes países - ponto entrelaçado com o debate da Lusofonia em contexto após 1975.

No que tange à língua portuguesa, a funcionalidade da mesma e a trama política da Lusofonia, é necessário colocar outro ponto fundamental que trata de olhar para os contextos designadamente “lusófonos” porque usam a língua portuguesa sem que a expressão seja portuguesa, ou seja, com expressão africana - os “african surroundings”, mostrados por Achebe (1958). Sobre isso Cahen (2010) aponta que:

A língua constitui neste caso de língua segunda um instrumento que tem, sem dúvida, efeitos identitários, sobretudo a longo prazo, mas que não funda a identidade de grupos sociais presentes em um território dado. Logo, numerosos senegaleses são verdadeiros francófonos, já que eles entendem e podem utilizar o francês; numerosos angolanos, notadamente em Luanda, são verdadeiros lusófonos pela mesma razão. Mas uns e outros não são menos Oulofs, Toucouleurs, Fulas ou Mbundu, Bacongo ou Ovimbundu. (CAHEN, 2010, P.7)

Por fim, cabe citar que no ano de 1980 ocorre uma rápida virada no curso histórico dos eventos aqui analisados: Léopold Senghor vai renunciar à presidência do Senegal logo na sequência, em Dezembro de 1980, deixando o cargo com seu sucessor, Abdou Diouf. Mário de Andrade deixou a Guiné-Bissau após o Golpe de 14 de Novembro de 1980, quando Nino Vieira assumiu o poder. Sabe-se que após o golpe de 1980 na Guiné e a renúncia presidencial no Senegal, eventos que ocorrem em um curto espaço de tempo, tanto Mário de Andrade quanto Léopold Senghor estabelecem-se no continente europeu<sup>933</sup>, seguindo com uma profícua atividade intelectual, aproveitando de suas boas relações e de seu prestígio internacional.

Logo na sequência do golpe, Mário de Andrade escreve uma correspondência a Léopold Senghor, informando que não apoiou o “golpe de Nino Vieira contra Luiz Cabral” e que encontra-se “em convalescência de pneumonia”<sup>934</sup>. Informa ao seu amigo senegalês que “Resolveu virar-se para o seu trabalho intelectual, literário, independente”<sup>935</sup> e solicita

---

<sup>933</sup> Mário de Andrade passa por Portugal, França, Moçambique e Inglaterra, onde acaba por falecer a 26 de Agosto de 1990. Já Senghor se estabelece com sua esposa francesa, Colette Senghor, no interior da Normandia/França.

<sup>934</sup> Pasta: 04348.004.009. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade da Fundação Mário Soares.

<sup>935</sup> Ibid.

atribuição de bolsa de estudo da Fundação Léopold Sédar Senghor<sup>936</sup>. A Fundação Léopold Senghor, por indicação do próprio Senghor, acaba por financiar parte da produção intelectual de Mário de Andrade, dedicando-se, segundo à análise pormenorizada de Kagibanga (1998, p. 286), à elaboração e sistematização de uma sociologia do protonacionalismo africano<sup>937</sup> apresentando que a “sua obra como sociólogo é multidimensional” versando sobre problemas de sociologia histórica, sociologia da civilização, cultura e linguística, sociologia da situação colonial, sociologia das relações raciais, crítica sociológica à ideologia do lusotropicalismo, sociologia do (proto)nacionalismo africano, sociologia da revolução, guerra e libertação nacional, sociologia econômica, sociologia das gerações e de vários outros domínios do saber sociológico. Nos anos 80, também realiza a reedição das obras de Amílcar Cabral.

Derradeiramente, o projeto da Lusofonia vai perpetuar-se após o fracasso do projeto inicial do PAIGC ocorrido com o Golpe de 14 de Novembro de 1980<sup>938</sup> e também após a aposentadoria política de Senghor. Já no âmbito da institucionalização de uma Lusofonia, destaca-se a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), criado em 1989 na Primeira Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, “destinado a promover a língua portuguesa no mundo” e que foi o “embrião” da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (FREIXO, 2006). A Guiné-Bissau adentra na Lusofonia, em parte pelo legado dos primeiros anos de independência, muito embora o governo de Nino Vieira tenha cortado as relações com Portugal e aproximou-se da França (PEREIRA,

---

<sup>936</sup> Segundo os registos de correspondências da Fundação Mário Soares, no arquivo Mário Pinto de Andrade, de fato a bolsa foi atribuída à Mário de Andrade, mas somente no ano de 1986-1987. Segundo a documentação, em Junho de 1986 ele novamente “Solicita uma bolsa da Fundação Léopold Sédar Senghor para a pesquisa sobre o percurso identitário africano (colónias portuguesas), do proto-nacionalismo ao nacionalismo moderno, objecto da tese de doutoramento em sociologia pela EHESS” (Pasta: 10189.006.017) e em Janeiro de 1987, recebe “Certificado do envio do valor de bolsa atribuída a Mário Pinto de Andrade pela Fundação Léopold Sédar Senghor.” (Pasta: 10189.002.024) por Aliou Fati, Director Geral da Fundação Léopold Sédar Senghor.

<sup>937</sup> Em “Origens do Nacionalismo Africano” (1997) Mário de Andrade traça uma periodização (1911-1961) do nacionalismo africano, subdividido em duas grandes fases: a primeira (1911-1930), reflecte os discursos e as práticas protonacionalistas; a segunda (1930-1961), caracteriza a emergência do moderno nacionalismo africano. (KAGIBANGA, 1997).

<sup>938</sup> Ao contrapor os dois projetos de nação na Guiné (I. Luís Cabral - 1974-1980 e II. Nino Vieira – pós-golpe/1980) Trajano (2016) vai refletir que: “O retorno às origens proposto por Cabral, faria surgir uma comunidade nacional vagamente socialista, igualitária e horizontal gerou expectativa e efervescência, mas também violência e frustração. A esse projeto contrapôs-se a ideia neoliberal de nação, onde cada um poderia, por mérito e esforço próprio, alcançar o devir proposto não por si, mas pelo mercado. O resultado disto foi concentração de riqueza, desigualdade, bem como violência e frustração. Nada muito diferente do projeto rival.” (TRAJANO, 2016, p. 915). Na referida reflexão busca explicar as origens históricas para o conflito: “O PAIGC emergiu a partir de meados dos anos 60 como o partido hegemônico (se não único) na luta de libertação da Guiné, mas os historiadores têm revelado que, na realidade, o movimento nacionalista na Guiné foi plural, variado, prenhe de conflitos, desavenças e intrigas, produzindo alianças frequentemente efêmeras entre pessoas e grupos. No que toca à organização das disputas, os nacionalistas guineenses agiam basicamente como membros de uma sociedade crioula que já tinha desde muito o seu kit de ferramentas próprio para gerenciar conflitos e tensões.” (TRAJANO, 2016, p.936).

2020), inclusive adentrando a Zona do Franco<sup>939</sup>, sendo a Guiné-Bissau alvo de disputa de influências entre França e Portugal - florescendo todas as contradições da nação e do estado guineense<sup>940</sup>.

---

<sup>939</sup> Tal como nos apresenta Trajano (2016), a moeda nacional foi extinta e a Guiné passou a fazer parte da zona do Franco CFA, o que controlou a inflação, mas tornou o país mais dependente das economias maiores dos seus vizinhos, especialmente do Senegal.

<sup>940</sup> Citaremos algumas destas fraturas a partir da leitura de Carlos Lopes (1994) esclarecendo que não cabe ao recorte deste trabalho escrutinar estas questões: “manifestações contra a Confederação da Senegâmbia — manifestações independentistas na Casamança — tentativas de golpe de Estado na Gâmbia (a revolta de Kukoi Sanyamg) — utilização cada vez mais frequente de línguas francas na região (malinke, crioulo, etc.) — ramificação dos circuitos de comércio longínquo — circulação de produtos agrícolas em toda a região — resistências camponesas ao pagamento de impostos — presença de dirigentes de origem territorial de um dos Estados vizinhos nas estruturas políticas de cada um dos países — tensão militar constante nas fronteiras — grande circulação do CFA na Gâmbia e na Guiné-Bissau — correntes migratórias importantes — imigração temporária de mão-de-obra — explosão cultural, nomeadamente musical, com origem na cultura Kaabunke, são alguns dos exemplos que demonstram que os Estados e os seus espaços estruturados não estão a ser respeitados.” (LOPES, 1994, p.140-141)



## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação disposta por este trabalho anunciou um argumento central: Léopold Senghor, conhecido intelectual da Négritude e ex-Presidente Sengalês (1960-1980), foi um precursor nos debates em torno do projeto da Lusofonia. Demonstrou-se que o vocábulo “Lusofonia” é inscrito pela primeira vez por Senghor na sua primeira viagem ao Brasil, em discurso proferido em setembro de 1964, quando buscava articulação política em prol do projeto de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira como uma solução negociada para a guerra colonial em curso nas colônias portuguesas. Desta forma, a Lusofonia foi interpretada como conceito político em constante produção de significados que expressa a conformação de uma Comunidade aglutinada pela cultura e pela língua portuguesa.

O argumento central deste trabalho foi construído a partir de duas linhas investigativas gerais, uma primeira, que tratou dos intentos para a construção de uma possível comunidade política lusófona em uma perspectiva histórica com recorte temporal das décadas de 1960 a 1980, olhando para os conceitos e os diálogos, cuja baliza é a figura de Léopold Senghor. Já a segunda linha de investigação, problematizou as recepções deste intelectual e político em distintos espaços da Lusofonia (Portugal, Brasil e Guiné-Bissau) após a Revolução dos Cravos. Tendo em vista a convergência dos pontos supracitados, pode-se ver que a investigação proposta supre a fratura e aprofunda o entendimento sobre a figura de Léopold Senghor ao coadunar visões sobre o “presidente-poeta da Négritude” e o “lusófilo-lusotropicalista”.

Ao utilizar as lentes da história intelectual e história dos conceitos para escrutinar as fontes, compostas por discursos, textos políticos, correspondências, documentação administrativa e diplomática assim como fontes da imprensa e entrevistas, foi possível apontar, no recorte temporal balizado pela primeira viagem de Senghor a Portugal (1957) até a sua última viagem ao mesmo local (1988), para a origem do debate da Lusofonia e os conceitos fundamentais que o balizam, problematizando o projeto da Comunidade Luso-Afro-Brasileira. De igual maneira, foi possível identificar os principais intelectuais e políticos do referido projeto, apresentando seus diálogos com a figura central deste trabalho: Léopold Senghor. Por fim, foi possível discorrer sobre os meandros da permanência deste projeto a partir das recepções de Senghor no âmbito da Lusofonia após o marco da Revolução dos Cravos, processo histórico que dispõe o encerramento da guerra colonial e as negociações das independências das colônias.

A Comunidade Luso-Afro-Brasileira enquanto uma solução política para a guerra colonial foi problematizada em nuances. Percebe-se que este projeto nasce atrelado ao conceito

de Lusofonia, enunciado por Senghor em 1964, no Brasil. Ao redor do projeto de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira giram possibilidades associadas às noções de autodeterminação, autonomia, descolonização e independência, dependendo do momento e do autor da enunciação.

Para Agostinho da Silva, o projeto da Comunidade estava associado à independência política e a ideia de uma horizontalidade entre países independentes aos moldes cristãos de um ecumenismo, no entanto, ela não estava associada à descolonização cultural pois, uma das questões aparentes foi a manutenção dos valores de um “verdadeiro Portugal”. Para Senghor, o projeto da Comunidade, tal como Agostinho da Silva, estava associado com a independência política e com a horizontalidade dos estados dentro da comunidade a ser construída por uma “via gaullista”. Em adendo, Senghor insere a justificativa do desenvolvimento e da cooperação econômica (ao alegar o “perigo da balcanização”) assim como cita a cultura e língua comum oriundas da herança partilhada da colonização portuguesa, elemento que traria valores atrelados à “mistura cultural” ou à mestiçagem, sendo o Brasil o modelo e o possível líder.

Quando Carlos Lacerda discursou sobre o projeto da Comunidade, este foi atrelado à ideia de autonomia progressiva e controlada em direção a uma concessão de independência cujo modelo foi a Commonwealth Britânica. O olhar de Lacerda o aproxima de António de Spínola e projetos comuns foram identificados: ambos defenderam a “Comunidade Lusíada”, cunhada por Spínola em sua obra “Portugal e o Futuro” (1975) cujos argumentos centraram-se na proposição de uma autonomia progressiva e controlada a partir da ideia de referendo ou plebiscito às colônias em prol da conformação de uma comunidade política que seria supostamente multirracial e pluricontinental sob liderança de Portugal.

No contraponto colocado pelos movimentos de libertação, com foco na análise dos posicionamentos de Amílcar Cabral como representativos do PAIGC, foi possível ver que a solução política para a guerra colonial avança da “abertura a negociações” (tal como foi feito no modelo de descolonização francês) à defesa de uma independência total e imediata, construindo a “cultura nacional” (uma nova cultura) a partir da luta e unidade (entre Guiné e Cabo Verde independentes). Um aspecto remanescente no projeto nacionalista de Cabral foi a utilização da língua portuguesa, no entanto, apesar da defesa da fonia lusa, não houve a defesa de uma Lusofonia associada à “Comunidade Lusófona” ou a um “Mundo Lusófono”. Assim, a atenção ao projeto da comunidade e às negociações enfraqueceu na medida que a guerra avança.

As já referidas lentes da história intelectual e história dos conceitos permitiram olhar para a relação de Léopold Senghor com Gilberto Freyre, elemento que atravessa a investigação proposta, ao explicitar as aproximações e afastamentos entre os dois e esclarecer, entrecortando

a análise dos textos em relação aos contextos, de que forma Senghor utilizou do discurso lusotropicalista em prol de seus objetivos políticos emanados do Senegal e com pretensões alegadamente “universais” – mas que acabam por circunscrever-se a uma geopolítica de fronteira entre Senegal-Guiné. É a partir do prisma da obra de Freyre que Senghor dialogou com grupos de intelectuais portugueses e brasileiros dispostos em um amplo espectro político cuja interpretação consensual tratou a colonização portuguesa pelo prisma da miscigenação enquanto criadora do “Mundo Lusófono”.

No escrutínio da relação entre Léopold Senghor e Gilberto Freyre, uma das contribuições deste trabalho foi elencar, em um recorte transversal desde a década de 50 até a década de 80, quais foram os pontos de encontro e interlocução destes dois intelectuais: desde a viagem de Freyre ao IFAN/Senegal, passando pelas instituições internacionais (Instituto Internacional das Civilizações Diferentes, ONU e UNESCO), demonstrando, por fim, que foi pela via do lusotropicalismo e dos contatos com uma ala considerada mais “moderada” dentro do Estado Novo Português (representada por Sarmiento Rodrigues e depois pelo Governador-General António de Spínola) que Senghor adentrou nas redes de intelectuais portuguesas. De igual forma foi possível perceber que a adoção de um discurso lusotropicalista por Senghor não foi aleatório pois, ao colocar lado a lado as concepções antropológicas de cultura dispostas por Senghor e Freyre (nas décadas de 40-50), foi possível perceber claros paralelismos em relação ao debate da raça e cultura, das dinâmicas de contato entre as diferentes culturas, da ideia de complementação e harmonia e, sobretudo, da positivação da mestiçagem/mistura.

O estranhamento entre os nacionalistas das colônias portuguesas ao encontrar com a figura de Léopold Senghor (em 1957, na Casa dos Estudantes do Império) é anterior ao despontar da guerra da colonização portuguesa. Neste momento, há o estilhaço da imagem do poeta e “pai” da Négritude operada por ele mesmo quando restringiu o seu discurso à defesa de uma suposta “gota de sangue portuguesa” e ao lusotropicalismo (já criticado pelos “mais velhos” Mário de Andrade e Amílcar Cabral). De igual maneira, Senghor apresentou defesas de uma descolonização moderada – em contraponto aos posicionamentos mais radicais e advogados da luta armada, em alinhamento ao marxismo e leninismo.

A abordagem deste trabalho possibilitou problematizar como Léopold Senghor modula o seu discurso político perante diferentes audiências durante os eventos avaliados, demonstrando como ele enfatizou, de acordo com seus interesses políticos, conceitos como “lusitanidade”, “africanidade”, “negritude”, “brasilidade” e “latinidade” ao adentrar em um debate político já posto: o “lusobrasileiro” e depois o “lusofrobrasileiro”. A dimensão conceitual conformou a análise histórica, possibilitando, em seu conjunto, concluir que há

modificações semântico-políticas que ocorrem na medida em que o contexto se modifica ao olhar para a relação texto-contexto disposta pela história intelectual.

Em relação a “lusitanidade”, este conceito é disposto por Gilberto Freyre durante a década de 50 quando aceita o papel de ideólogo do Estado Novo Português ao definir um “modo português de estar no mundo” vinculado a características de miscibilidade, aclimatabilidade e mobilidade de um povo. No entanto, a “lusitanidade” também é um conceito utilizado por antisalazaristas, sendo estes representados aqui por Agostinho da Silva que teve uma interpretação muito próxima à Freyre ao vincular a “lusitanidade” à experiência histórica da colonização portuguesa ao redor do mundo reiterando o olhar sobre a capacidade de miscigenação/mistura, de adaptação e de expansão, assim como o atrelamento desta com uma missão cristianizadora. Para ambos, estes elementos definiriam a missão histórica da “lusitanidade” apesar de terem posicionamentos políticos distintos em relação ao Salazarismo e ao colonialismo.

Ao olhar para as modificações da política e a administração colonial perpetrada pelo Estado Novo Português no continente africano (no momento em que “colônias” se tornam “províncias ultramarinas”), a ala reformista do Salazarismo, representada neste trabalho por Sarmiento Rodrigues e Adriano Moreira, adotou uma retórica lusotropicalista embasada na obra de Freyre e enfocou no conceito de “portugalidade”: este foi vinculado à política de assimilação. Assim, identificou-se uma tensão entre a “lusitanidade” – que está situada mais à esquerda – e a “portugalidade” – mais à direita - e que posteriormente sofreu renovações semântico-políticas, com António de Spínola.

Neste sentido, a “lusitanidade” é reivindicada por Senghor em um discurso que a coloca como a expressão de uma cultura partilhada pelos povos e lugares que foram tocados pela colonização portuguesa ao redor do mundo – Senghor colocou-se como herdeiro desta ao retomar um discurso sobre a expansão marítima portuguesa na costa ocidental africana e sobre o processo de miscigenação entre portugueses e a “civilização negro-africana”.

Ao justapor as perspectivas de Senghor, Freyre e Silva, percebeu-se um atrelamento entre “lusitanidade” e miscigenação ou misturas culturais, argumento que vai ser utilizado por Senghor para construir e defender o projeto político de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” na década de 60. É avançando no debate “lusitano”, “afro” e “brasileiro” em um contexto em que as formas de descolonização e independências políticas estavam em pauta (desde formatos mais moderados aos mais radicais pela via armada) identificou-se uma disputa sobre os usos do conceito de “lusitanidade”. Por um lado, a “lusitanidade” foi apresentada como justificativa política do status de Angola, Moçambique, Guiné-Cabo Verde e São Tomé e

Príncipe como “Províncias Ultramarinas” e por outro, foi tomada como base de uma independência moderada “à la Commonwealth” ou “à la de Gaulle”. Esta última via foi defendida por Agostinho da Silva e por Senghor, durante a década de 60.

Foi possível ver que em 1964, o presidente senegalês Senghor tornou-se o arauto de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” em sua primeira viagem oficial ao Brasil, evento marcante da história nacional. Novamente, a “lusitanidade” foi reiterada a partir do discurso lusotropicalista e foi colocada em paralelo com outros conceitos como “negritude”, “africanidade”, em menor escala a “indianidade”, assim como a “brasilidade” e “latinidade”.

Durante a primeira metade da década de 70, com o avançar do conflito colonial e com a persistência do Regime Marcellista na negação de acordos em prol da descolonização, a “lusitanidade” é colocada por Senghor como elemento de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Neste contexto, Senghor conquista apoiadores brasileiros como Carlos Lacerda e Mário Gibson Barboza ao mesmo tempo em foi identificada a emergência do projeto da “Comunidade Lusíada” defendida pelo General Spínola, herdeiro da “tradição moderada” de Sarmiento Rodrigues. Na referida “Comunidade Lusíada” o conceito de “lusitanidade” praticamente desaparece quando Spínola colocou a necessidade de uma renovação da “portugalidade” e destacou o aspecto “multirracial” e “multi-religioso” de um Portugal mais africano que europeu. Nesta renovação, permanecem os sentidos da “miscigenação” (presentes na definição de “lusitanidade”) e desaparece a palavra assimilação (pois vinculada ao colonialismo).

Após o marco da Revolução dos Cravos, a “lusitanidade” segue inserida no debate político português agora revolucionário. Senghor foi o primeiro chefe de estado de África convidado a visitar Portugal, ocasião na qual profere o discurso “Lusitanidade e Negritude”, em janeiro de 1975, dias após o Acordo de Alvor. A “lusitanidade” segue inserida no debate político e foi reiterada por setores vinculados ao socialismo democrático e moderado. Neste contexto, o conceito de “portugalidade” desaparece por seus vínculos com o Estado Novo Português.

Já em relação a dimensão conceitual da “negritude”, este conceito foi gerado a partir do movimento literário e cultural que emergiu entre estudantes das colônias francesas em Paris na década de 30, o qual definiu, dentro das cisões do próprio movimento, a “negritude” como expressão de uma civilização, a “Negro-Africana”. A atuação de Senghor neste movimento foi inspiração para os estudantes africanos das colônias portuguesas conformarem a ideia de “reafricanização dos espíritos” o que balizou a formação dos movimentos anticoloniais em contexto português e ultramarino.

Identificou-se que Senghor passou a colocar no debate político do “lusó-afro-brasileiro” o conceito de “negritude” que foi disposto em relação à conformação de uma “brasilidade” relacionada à leitura da obra de Freyre pelo recorte do argumento das “três raças” que misturaram-se e forjaram o Brasil, sua missão histórica como nação e a sua “sorte” enquanto mestiço.

Em termos políticos, é pela via da Política Externa Independente (1960) que Senghor se aproximou e inseriu em redes políticas e intelectuais no Brasil, assim como apresentou um discurso sobre a “irmandade” do Brasil e Senegal pela via da “negritude”. Este argumento permaneceu na década de 1970, quando o Brasil desenvolveu uma política externa voltada para o “Atlântico Sul”, proposta desde Mário Gibson Barboza/Médici (1969-1974) até o “pragmatismo responsável” de Azeredo da Silveira/Geisel (1974-1979).

Senghor dispôs o conceito de “negritude” durante as duas viagens oficiais ao Brasil (1964 e 1977) e enfatizou a via do “racismo não-racista”. Além deste aspecto, há diferentes vias de apropriação da “negritude” em contexto brasileiro (entre 1974 a 1977). Uma delas se tratou da incorporação do conceito da “negritude” na propaganda de uma suposta “democracia racial brasileira” pelo governo federal. A segunda se relaciona com o movimento cultural vinculado à Abdias do Nascimento (que vai denunciar o lusotropicalismo e a “democracia racial”) e com células brasileiras dos movimentos de libertação das colônias portuguesas (1964).

Cabe dizer que Senghor se relacionou com todos estes setores e que, ao mesmo tempo em que defendeu uma descolonização moderada e independência controlada dentro do escopo da Comunidade Luso-Afro-Brasileira a ser liderada pelo Brasil, modulando um discurso lusotropicalista, assim como também apoiou diplomaticamente, a partir do Senegal, a libertação de nacionalistas africanos que foram presos e torturados no Brasil (1964), elemento aparente nas correspondências trocadas entre Amílcar Cabral e Léopold Senghor.

Em paralelo, o conceito de “africanidade” (de onde provém a “africanização”) pautou diferentes significados políticos em “África”: ao exemplo das leituras de Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade, da geração dos “mais velhos” da Casa dos Estudantes do Império (década de 40-50), a reafrikanização significou uma redescoberta de África. Que “África”? Uma que precedia ao colonialismo, argumento que dispõe a “reafrikanização” como o inverso da assimilação. Porém, para Senghor, os significados de “africanidade” e “africanização” se relacionaram com os diversos processos históricos que o continente africano sofreu ao longo do tempo. Ele define a “africanidade” como a mistura de civilizações “negro-africanas”, “árabo-bérberes” e “europeias”.

Ao avaliar os discursos de Senghor, após a Revolução dos Cravos, houve um enfoque no conceito de “africanidade”. Este conceito passou a entrar no debate político como justificativa para a coesão de grupos nacionalistas que estavam em conflito de representatividade nos processos de descolonização e independências das colônias portuguesas, sobretudo no caso de Angola. Senghor discorreu sobre a “africanidade” e alegou a “unidade africana” quando tratou da “questão angolana” e da cisão de representações entre MPLA, FNLA e UNITA. De igual maneira, usou a “africanidade” como argumento de coesão quando tratou da questão da “unidade” entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde proclamada pelo PAIGC ao ser questionado sobre as cisões dentro do movimento. De igual maneira, alegou o argumento da “africanidade” como expressão de uma “África” conformada pela “mistura” de povos e culturas (negro-africanos, árabo-berberes e europeus) quando tratou da questão do Apartheid Sul-Africano, que seria contrário à natureza da “africanidade”.

Esta visão sobre a “africanidade” pelo prisma das misturas (sobretudo sob o viés árabo-berbere) também foi o acento de Senghor, quando na década de 1970, buscou uma maior aproximação com os países árabes (ao exemplo do Rei Faisal, da Arábia Saudita que esteve junto na visita de Mário Gibson Barboza ao Senegal) tendo em vista a cooperação afro-asiática com foco em interesses petrolíferos. De igual maneira, a “africanidade” por este mesmo prisma justificou o subsequente apoio ao crioulo da Guiné-Bissau como língua e expressão da nação pós-1975, pois este seria um exemplar da “simbiose” da qual a “africanidade” também o é.

Ademais, foi pelo prisma das “misturas”, “simbiose” e “miscigenação” que os significados da “latinidade” são postos por Senghor no debate político. Para Senghor, os conceitos de “lusitanidade”, “negritude” e “africanidade” poderiam ser integrados em uma expressão maior: a “latinidade”. A “lusitanidade” apareceu subsumida na “latinidade” pois Senghor assentou Portugal como herdeiro de um legado greco-romano (via histórico da “Lusitânia” Romana) e, por isso, estaria integrado (junto com a França) em uma geopolítica europeia – que se desenvolveu em Comunidade Econômica Europeia. De igual maneira, a “brasilidade” também seria, em parte, latina: o Brasil entrou na “latinidade” não por sua “sul-americanidade” (relação geopolítica do Brasil com os países platinos de descendência hispânica) mas sim pela via da “lusitanidade”, do “luso-brasileiro” ou “lusu-afro-brasileiro”.

Ao analisar os discursos de Senghor, a “latinidade” emergiu com força nos últimos anos da década de 1970 com a institucionalização da Organização Internacional da Francofonia e com a busca pela institucionalização de uma Lusofonia. Senghor defendeu, dentro do debate da “latinidade”, uma “latifonia” e inseriu a “negritude” e a “africanidade” neste debate. Assim, o continente africano passou a ser inserido por Senghor na tradição greco-latina por via da

“africanidade” (de uma África produto de misturas culturais) no contexto em que o paradigma “ariano” do mundo greco-romano estava sendo questionado e que houve a retomada de um modelo antigo que evidenciou a formação miscigenada e a ascendência “negro-africana” do Egito, aos moldes do que propôs Cheikh Anta Diop, na década de 1950. Neste mesmo contexto, os estudos greco-latinos foram incentivados por Senghor na Universidade de Dakar, a qual recebeu o primeiro congresso de estudos greco-latinos do continente africano.

As justificativas em defesa da Francofonia, da Lusofonia e da Latifonia (ou “União Latina”) foram transpassados por uma alegada filiação universalista e humanista de Senghor, vinculadas à via africana do socialismo disposta por ele: um socialismo humanista, universalista, moderado, anticomunista, pragmático e democrático. Foi pelas filiações supracitadas que Senghor abriu o diálogo com outros políticos de distintos espectros – tal como foi mostrado na dimensão dialógica, a parte II deste trabalho. Dentre diálogos, foi possível perceber que a flexibilidade nas relações se conecta com a flexibilidade da sua visão de socialismo.

Foi pela via do humanismo cristão, do pragmatismo e do anticomunismo que Léopold Senghor dialogou com Carlos Lacerda: a aproximação do “idealismo pragmático” com o “socialismo africano”, justaposto pela questão do debate das liberdades, que colocam Senghor junto a um grupo de intelectuais filiados ao liberalismo político no contexto brasileiro - os quais foram os principais divulgadores da obra de Senghor e apreciaram o “caminho” do socialismo senghoriano a partir do prisma anticomunista. Foi pela via da moderação e do pragmatismo que se relacionou com distintos governos militares e ditatoriais brasileiros: Castelo Branco, Médici e Geisel e com seus respectivos chanceleres, com destaque à Gibson Barboza e Azeredo da Silveira.

Foi pela via do socialismo humanista e democrático, assim como da moderação política, que Senghor dialogou com os socialistas portugueses que se alavancaram politicamente após a redemocratização em Portugal. Cabe apontar, especialmente para a relação de Senghor com Mário Soares que para além das mediações em prol dos acordos pela descolonização das colônias portuguesas, também compartilharam do viés da moderação e do pragmatismo.

Sobre o socialismo de Senghor, cabe aqui apontar para a tensão entre o pragmatismo e a defesa da democracia pois, percebeu-se que o primeiro sobrepuja o segundo, quando Senghor propôs uma “democracia com freios”, ou seja, apesar de enfatizar a questão das liberdades e contrapor-se aos soviéticos (e os ditos “satélites” soviéticos), Senghor também restringiu as liberdades político-partidárias no seu país a partir da cadeira presidencial a qual ocupou durante vinte anos.



Foi pela via da moderação que Senghor abriu o diálogo entre Amílcar Cabral e António de Spínola, colocando-se como um ponto mediano entre os dois. Para além da questão militar, o líder do PAIGC, Amílcar Cabral e o governador provincial e chefe de guerra português, António de Spínola, também disputaram discursos e a “conquista das populações”, o que se relacionou com distintos projetos políticos de desenvolvimento económico e social para a Guiné.

Cabe dizer que na secção disposta sobre o diálogo entre Senghor e Cabral, a principal contribuição deste trabalho se relaciona com a análise das correspondências trocadas entre estes dois líderes durante a guerra colonial ao problematizar que possuíam diferentes posicionamentos políticos em relação a vias de socialismos e projetos de nação, no entanto, sempre mantiveram uma relação de admiração e amizade. Além disso, foi possível perceber que a capital do Senegal, Dakar, foi um “centro de irradiação” dos movimentos anticoloniais tal como definiu Marcelino dos Santos.

Já no diálogo entre Léopold Senghor e António de Spínola, contribui-se efetivamente para um olhar crítico sobre as ditas “conversações secretas” entre Spínola-Senghor ao colocar em paralelo diferentes fontes (entrevistas, actas e documentação diplomática) visando avaliar pormenorizadamente como se deram estes eventos. Em paralelo a isso, este trabalho contribui ao debate ao demonstrar que a proposta federal da “Comunidade Lusíada” de António de Spínola - que o alavanca para a Presidência da República Portuguesa durante o Processo Revolucionário em Curso - foi gestada durante a sua atuação como governador geral da Guiné e foi neste período em que ele entra em contato com Léopold Senghor e Carlos Lacerda.

Em suma, pode-se dizer que este arco flexível de relações as quais Senghor participou e agiu, dimensionam o escopo do projeto da própria Comunidade Luso-Afro-Brasileira e da Lusofonia. Ao olhar para as distintas geografias do “lusó-afro-brasileiro” com o recorte que destaca o lugar de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau no projeto de Lusofonia proposto por Senghor, foi possível perceber diferentes recepções do senegalês.

No que corresponde a Portugal, foi possível perceber que Senghor se torna o fiador africano da identidade portuguesa embebida em lusotropicalismo ao ser o primeiro chefe de estado africano, exatamente no contexto do Acordo de Alvor, a realizar visita oficial a Portugal. Nesta ocasião proferiu o famoso discurso sobre a “Lusitanidade e Negritude”. Na sequência, foi repetidamente protagonista em eventos em universidades portuguesas, participações as quais evidenciaram as suas relações com indivíduos de filiação política mais à direita (como Ramalho Eanes e Almerindo Lessa) ou à esquerda moderada (como Mário Soares, Zenha ou

Almeida Santos). Percebeu-se que o elemento discursivo comum nestas aproximações se relacionou com a reiteração do lusotropicalismo ao olhar para a nação portuguesa.

No recorte sobre o Brasil, foi possível problematizar a política externa brasileira em relação à países africanos, desde a “Política Externa Independente” (1960-1963) ao “Pragmatismo Responsável” (1974-1979), com o foco nos afastamentos e aproximações ao olhar para os acordos de cooperação econômicos e culturais entre Brasil e Senegal. Desde os projetos de intercâmbio entre o Centro de Estudos Afro-Orientais e a Universidade de Dakar (1960-1963) até a construção da Embaixada Senegalesa no Brasil (1977), foi possível perceber a construção da ideia de uma “brasilidade” em Dakar, assim como diferentes recepções de Senghor no Brasil, tanto pelo governo brasileiro quanto pelo Movimento Negro em construção.

Paralelamente, foi possível olhar para as dinâmicas históricas contemporâneas da região da dita Senegâmbia - região circunscrita entre os atuais estados do Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau - ao problematizar de que forma se deu a inserção na Lusofonia. Defendeu-se que Senghor foi peça central na reiteração de um discurso sobre a herança da “lusitanidade” colocada para esta região, assim como sobre a partilha de uma herança da colonização portuguesa pelo viés da cultura e da língua. Este último elemento dialogou com o projeto de nação posto por Amílcar Cabral, quando este defendeu que a luta era contra o colonialismo e não contra os portugueses e definiu a língua portuguesa como melhor herança dos “tugas”, selando parte do destino da Guiné-Bissau independente e dos rumos do projeto de nação colocado em prática por Luís Cabral.

Por fim, este trabalho contribui para pensar a interface entre a Lusofonia e Francofonia, demonstrando que Léopold Senghor é figura incontornável dentro de uma análise histórica a respeito desta relação, da qual o caso da Guiné-Bissau é exemplar, considerando consonâncias e dissonâncias no debate sobre as descolonizações africanas vistas pelo prisma de uma densa rede de fatores contingentes que prometiam um futuro imperfeito, tal como citado na epígrafe da introdução deste trabalho. Esta percepção insere-se em um debate maior sobre a distensão entre autonomia e independência, o qual possibilita antever possibilidades de pesquisa que avancem em relação a uma perspectiva comparada entre os projetos de descolonização no escopo do Republicanismo (França e Portugal, Francofonia e Lusofonia) e do Monarquismo (o caso britânico e a Commonwealth).

Ademais, esta pesquisa deixa em aberto as recepções de Léopold Senghor na França e no Senegal, assim como em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a UNESCO, igualmente a Organização para Unidade Africana (OUA). Para as primeiras duas recepções em aberto (França e Senegal) há um conjunto de fontes a ser avaliado

em conjunto que tangencia o processo de descolonização francês, a fugaz experiência da Federação do Málí do qual Senghor foi protagonista, assim como o processo de institucionalização da Francofonia enquanto Organização Internacional da Francofonia. Com o aprofundamento da pesquisa por este viés, aponta-se para a possibilidade de compreender em meandros a relação Francofonia-Lusofonia (assim como aprofundar o olhar sobre uma suposta Latifonia).

Já em relação aos organismos internacionais, há um outro conjunto de fontes relacionadas aos arquivos destas organizações. Sobretudo, pode-se apontar que o aprofundamento da atuação de Senghor na OUA é extremamente relevante para perceber meandros do debate da “unidade africana” assim como das diferentes formas de socialismo, de cooperação e solidariedade africana e afro-asiáticas.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

#### Léopold Sedar Senghor

##### Obras completas

SENGHOR, Léopold Sédar. **Liberté I** – Négritude et Humanisme. Paris: Éditions du Seuil, 1964.

SENGHOR, L.S. ARINOS, A. AVILA, F. MENDES, C. **Senghor em diálogo** [com] Afonso Arinos, Fernando B. de Avila [e] Candido Mendes. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1965a.

SENGHOR, L.S. **Um caminho do socialismo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965b.

SENGHOR, Léopold Sédar. O contributo do homem negro. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

SENGHOR, Léopold. **Ce que Je Crois**. Paris: Gasset, 1988.

SENGHOR, Léopold Sedar. **Pierre Teilhard de Chardin et la politique africaine**. Paris : Ed. du Seuil, 1962.

SENGHOR, L.S. **Pour une Relecture Africaine de Marx et d'Engels**. Dakar/Abidjan: Les nouvelles éditions africaines, 1976.

SENGHOR, L.S. Preface. BULL, Benjamin Pinto. O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

SENGHOR, L.S. **Lusitanidade e Negritude**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1975.

SENGHOR, Léopold. **Doutoramento honoris causa do Prof. Léopold Senghor na Universidade de Évora**: 17 de Junho de 1980. Évora: Universidade de Évora, 1980.

##### Discursos:

SENGHOR, L.S. Discurso proferido na sessão de 23 de setembro de 1964, publicado no DCN de 24 de setembro de 1964, p. 559-560.

SENGHOR, L.S. Latinidade e negritude. Discurso proferido na sessão de 23 de setembro de 1964, publicado no DCN de 24 de setembro de 1964, p. 559-560.

SENGHOR, L.S. Sessão Extraordinária realizada em 19 de Setembro de 1964. Arquivo da Academia Brasileira de Letras. Cópia Digital fornecida pela ABL.

SENGHOR, L.S. Resposta do Presidente Leopold Senghor a Carlos Lacerda. Publicado no Correio da Manhã, 20 de Setembro de 1964. p. 6. Transcrito para os “Anais da Câmara”, 20/09/64, a pedido do deputado Bia Leite (PTN-SP).

### **Gilberto Freyre**

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

FREYRE, Gilberto. **Aventura e Rotina**: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1953a.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em Terras Portuguesas**: introdução a uma possível lusotropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, África e do Atlântico. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953b.

FREYRE, Gilberto. **O luso e o trópico**: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização, o luso-tropical. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

FREYRE, Gilberto. **Integração portuguesa nos trópicos**. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

FREYRE, Gilberto. Annexe au rapport général sur le pluralisme ethnique et culturel dans les sociétés intertropicales. Lisboa: Institut International des Civilisations Différentes, 1957.

FREYRE, Gilberto. **Vida, forma e cor**. Rio de Janeiro, Jose Olympio, 1962.

FREYRE, Gilberto. Negritude: mística sem lugar no Brasil. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, Rio de Janeiro, a. 1, n. 2, p. 16-23, abr./jun. 1971.

### *Edições de Casa Grande & Senzala*

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala** – Formação da família brasileira sob o Regime da Família Patriarcal. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1977.  
(*integra diferentes prefácios*)

FREYRE, Gilberto. **Maîtres et esclaves**: la formation de la société brésilienne . Trad. Roger Bastide, prefácio de Lucien Febvre. Paris: Gallimard, 1952.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

### Agostinho da Silva

SILVA, Agostinho da. O nascimento do CEAO. **A Tarde – Suplemento Cultural**, 30 de abril de 1994.

SILVA, Agostinho da. Condições e Missão da Comunidade Luso-brasileira. In: SIEWIERSKI, Henryk (org). **Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios**. Brasília: FUNAG, 2009, p.26.

SILVA, Agostinho da. **Reflexão à margem da literatura portuguesa**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

SILVA, Agostinho da. **Um Fernando Pessoa**. Cadernos do Rio Grande – VII. Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro, 1959.

SILVA, Agostinho da. **Carta vária**. 2.a ed. Lisboa: Relógio d'água; Antropos, 1989.

SILVA, Agostinho da. **Vida conversável**. Organização e prefácio de Henryk Siewierski. Lisboa: Assírio & Alvim, 1994.

SILVA, Agostinho da. **Reflexões, aforismos e paradoxos**. Apresentação da professora Constança Marcondes César. Brasília: Thesaurus, 1999.

SILVA, Agostinho da. **A última conversa**: entrevista de Luís Machado. 7.a Ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000a.

SILVA, Agostinho da. Educação de Portugal (1970). In: **Textos pedagógicos** v. II. Lisboa: Âncora Editora, 2000.

### Sarmiento Rodrigues

RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento. **Alguns aspectos dos nossos problemas no Ultramar**. Porto: Centro Universitário do Porto, 1951.

RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento. **Evolução recente da política africana**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento. **Missão e grandeza de uma comunidade**. Conferência no Real Gabinete de Leitura Portuguesa do Rio de Janeiro. Lisboa: Agência geral do Ultramar: 1965.

RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento. **O Ultramar na vida da nação**. Lisboa: Agência geral do Ultramar: 1961.

RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento. **Esperanças e realidades da vida portuguesa** (Discursos, Conferências e estudos) 1950-1960. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento. **Unidade da Nação Portuguesa**. Discursos-Conferências-Mensagens-Entrevistas. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956.

RODRIGUES, Manuel Maria Sarmento. **Caminhos do Futuro no horizonte da Nação**. Lourenço Marques: Agencia Geral do Ultramar, 1961.

### **Adriano Moreira**

MOREIRA, Adriano. **Factores de coesão e dissociação da nação portuguesa**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1984.

MOREIRA, Adriano. **Ensaio**. Lisboa: Edições Panorama, 1961.

### **Carlos Lacerda**

LACERDA, Carlos. **Depoimentos**/organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LACERDA, Carlos. **O Poder das Ideias**. Rio de Janeiro: Editora e Distribuidora Record, 1962.

LACERDA, Carlos. **Palavras e Ação**. Rio de Janeiro: Editora e Distribuidora Record, 1965.

LACERDA, Carlos. Prefácio. In: SPINOLA, António de. **Portugal e o futuro**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974.

LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras no meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

### **António de Spínola**

SPINOLA, António de. **Ao Serviço de Portugal**. Lisboa: Ática/Livraria Bertrand, 1976.

SPINOLA, António de. **Linha de Acção**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1971.

SPINOLA, António de. **No Caminho do Futuro**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972.

SPINOLA, António de. **País sem Rumo: contributo para a história de uma revolução**. Lisboa: Scire, 1978.

SPINOLA, António de. **Por uma Guiné Melhor**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970.

SPINOLA, António de. **Por uma Portugalidade Renovada**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar: 1973.

SPINOLA, António de. **Portugal e o Futuro**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974.

### **Amílcar Cabral**

CABRAL, Amílcar. **A Resistência Cultural**. Seminário dos Quadros do Partido. Bissau: PAIGC, 1969. (Consultado no CDOC 25 de Abril/Universidade de Coimbra).

CABRAL, Amílcar. **A luta criou raízes**: Intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2018.

CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de Resistência**. Bolama: República da Guiné Bissau: Imprensa Nacional, 1979. (Consultado no CDOC 25 de Abril/Universidade de Coimbra).

### **Mário Soares**

SOARES, Mário. **Democracia e Descolonização**: dez meses no governo provisório. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.

SOARES, Mário. **Intervenções 7**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

SOARES, Mário. **Intervenções 9**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

SOARES, Mário. **Nova Política Externa Portuguesa**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1974a.

SOARES, Mário. **O Novo Portugal e a ONU**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1974b.

SOARES, Mário. **Portugal Amordaçado**: depoimento sobre os anos de fascismo. Lisboa: Editora Arcádia, 1974c.

SOARES, Mário. **Portugal, a Democracia, a Descolonização e a Aliança Atlântica**. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1974d.

### **Marcello Caetano**

CAETANO, Marcelo. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

CAETANO, Marcelo. **O 25 de Abril e o Ultramar**: três entrevistas e alguns documentos. Lisboa: Editorial Verbo, 1977.

### **Mário Gibson Barbosa**

BARBOSA, Mário. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Brasília: FUNAG, 2020.



## Mário Pinto de Andrade

- ANDRADE, Mário Pinto de. Amílcar Cabral e a reafrikanização dos espíritos: um depoimento de Mário Pinto de Andrade. **Nô Pintcha. Bissau**, Ano II, n.225, 12 de setembro de 1976.
- ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do nacionalismo africano**. Lisboa: Dom Quixote, 19970.
- ANDRADE, Mário Pinto de. **Uma entrevista dada a Michel Laban**. Lisboa: Sá da Costa, 1997a.
- ANDRADE, Mário Pinto. **Antologia da Poesia Negra de expressão Portuguesa**. Paris: Pierre Jean Oswald, 1958.

## Anais

Anais do IV Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros em 1959.

INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS, FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA. **As Humanidades Greco-latinas e a Civilização Do Universal** - Actas. Coimbra: Livraria Minerva, 1988. <Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/9712/1/As%20Humanidades%20Greco-Latinas%20e%20a%20C.pdf> >.

## Entrevista com Fragoso Allas:

TÍSCAR, Maria José. **A PIDE no Xadrez Africano: Conversas com o Inspetor Fragoso Allas**. Lisboa: Edições Colibri, 2018.

## Referências específicas do debate proposto na Introdução

(I)

Historiografia de um Senghor “presidente-poeta da Négritude”

- ANDRADE, Mário Pinto. **Antologia da Poesia Negra de expressão Portuguesa**. Paris: Pierre Jean Oswald, 1958.
- BARRY, Boubacar. Escrevendo História na África depois da independência: o caso da Escola de Dakar. In BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: O Desafio da História Regional**. RJ: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Universidade Cândido Mendes, 2000, p.35-64
- BEHRMAN, Lucy. **Muslim brotherhoods and politics in Senegal**. USA: Harvard University Press, 2013.
- BIRMINGHAM, David. **The decolonization of Africa**. London: Taylor & Francis e-Library, 2009.
- COLEMAN, JS. ROSENBERG, C. Jr. **Political Parties and National Integration in Tropical Africa**. California: University of California Press, 1964.
- COULIBALY, Abdou Latif. **Le Sénégal à l'épreuve de la démocratie**. Paris: l'Harmattan, 1999.

- DIAGNE, Souleymane Bachir. Religion and the Public Sphere in Senegal: The Evolution of a Project of Modernity. Institute for the Study of Islamic Thought in Africa (ISITA) Working Paper Series. Working Paper No. 09-008, March 2009.
- DIENG, Mamadou. De la crise de 1962 au Senegal. Dakar, 2017. Disponível em: <[https://www.dakaractu.com/DE-LA-CRISE-DE-1962-AU-SENEGAL-Ngor-DIENG\\_a143881.html](https://www.dakaractu.com/DE-LA-CRISE-DE-1962-AU-SENEGAL-Ngor-DIENG_a143881.html)> <acesso em 18/09/2019>.
- LARANJEIRA, José Luís Pires. **A negritude africana de língua portuguesa**. 1. ed. Porto: Afrontamento, 1995.
- MARTIN, Guy. **African Political Thought**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- MARTIN, Nicolas. **Senghor et le monde: la politique internationale du Sénégal**. Paris: Afrique biblio club, 1979.
- MUDIMBE, V.Y. (Ed). **The Surreptitious Speech: Presence Africaine and the Politics of Otherness 1947-1987**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- NGOENHA, Severino Elias. **Das independências às liberdades, filosofia africana**. São Paulo: Edições Paulistas-Africa, 1993.
- RABAKA, Reiland. **The Negritude Movement : W.E.B. Du Bois, Leon Damas, Aime Cesaire, Leopold Senghor, Frantz Fanon, and the Evolution of an Insurgent Idea**. United States: Lexington Books, 2015.
- TÉTU, Michel. **La Francophonie**. Histoire, problématique et perspectives. Montréal: Guérin littérature. 1987
- DJIAN, Jean-Michel. **Léopold Sédar Senghor: Genèse d'un imaginaire francophone**. Paris: Gallimard, 2005.

## (II)

## Historiografia de um Senghor “lusófilo-lusotropicalista”

- BULL, Benjamim Pinto. Senghor, o Brasil e Portugal: alguns marcos culturais lusófonos. **Veredas**. Nº 3, 2000.
- BULL, Benjamin Pinto. Negritude e Lusofonia. **Dossier Revista de Humanidades e Tecnologia**. Repositório Científico Universidade Lusófona, 2002.
- DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GRAÇA, J. A. Léopold Sédar Senghor na Casa dos Estudantes do Império. In: MUNANGA, K (org). África única e plural: “Mélanges” em homenagem ao Prof. Fernando Augusto Albuquerque Mourão. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**, número especial, São Paulo: USP, 2012, p.281-282.
- LEÃO, Delfim Ferreira. **Instituto de Estudos Clássicos, um passado com futuro: 60 anos de actividade científica, pedagógica, cultural**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005.

### Referências gerais:

- AGOSTINHO, Pedro. Agostinho da Silva. **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Organização de Amândio Silva e Pedro Agostinho. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2007.
- AGOSTINHO, Pedro. **Agostinho da Silva**: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África. Afro-Ásia, CEAO, Salvador, n.o 16, pp. 09-23, setembro de 1995.
- AGUIAR, Luiz. **O livro negro da descolonização**. Lisboa: Intervenção, 1977.
- AKYEAMPONG, Emmanuel. **African socialism**; or, the search for an indigenous model of economic development?, *Economic History of Developing Regions*, 33, 1, 2018, pp. 69-87,.
- ALBERTI, Verena. PEREIRA, Amílcar A. Entrevista com J.M. Nunes Pereira, 15 e 18 de dezembro de 2006 no Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.39, janeiro-junho/2007.
- ALBUQUERQUE, Germán. Tercer Mundo y tercermundismo en Brasil: hacia su constitución como sensibilidad hegemónica en el campo cultural brasileño – 1958-1990. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 176-195, jul./dez. 2011.
- ALEXANDRE, Valentim. **Origens do Colonialismo Português Moderno**. Lisboa: Sá da Costa. 1979.
- ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, Novas Áfricas**: Portugal e o Império (1808-1975). Porto: Edições Afrontamento. 2000.
- ALMADA E SANTOS, Aurora. **A organização das Nações Unidas e a questão colonial portuguesa**. 1960-1974, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2017.
- ALMEIDA, Lilian P. **O teatro negro de Aime Césaire**. Rio de Janeiro: UFF/CEUFF, 1978.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Portugal's Colonial Complex: from Colonial Lusotropicalism to Postcolonial Lusophony. **Queen's Postcolonial Research Forum**. Queen's University, Belfast. 28 Abril 2008.
- ALMEIDA, O. T. **A Obsessão da Portugalidade**. Lisboa: Quetzal, 2017
- ALPOIM CALVÃO, Guilherme. **De Conacry ao MDLP**: Dossier secreto. Edição nº 6. Lisboa: Intervenção, 1976.
- ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes 1984.
- ALVES, Tiago João José. **Entre o afro e o luso**: a política africana do Brasil para a Guerra em Angola e Moçambique (1964-1975). Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.
- AMADO, Leopoldo. **Guerra colonial & guerra de libertação nacional (1950 – 1974)**: o caso da Guiné-Bissau. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2011.
- AMADO, Leopoldo. **Guineidade & Africanidade**. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2013.
- AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. **Pelos meandros da etnia**: etnias, tribalismo e estado em África. Lisboa: Edições Mulemba, 2014.
- ANDRADE, Luis. Atlântida revisitada: a invenção da comunidade luso-brasileira. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Atlântida**: a invenção da comunidade luso-brasileira. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.
- ANTUNES, José Freire. **A Guerra de África (1961-1974)**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1995.

- ARONSON, Donald. **Camus e Sartre: o Polêmico Fim de uma Amizade no Pós Guerra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais de. **A sociedade luso-africana do Rio de Janeiro (1930-1939): uma vertente do colonialismo português em terras brasileiras**. Tese de doutorado. UFG. 2017.
- AUGEL, Moema Parente. **Mantilhas para Mário de Andrade**. Notas sobre a presença de Mário Pinto de Andrade na Guiné-Bissau. In: MATA, Inocência. PADILHA, Laura. (Org.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000.
- BARBOSA, Cibele. Casa Grande & Senzala A questão racial e o “colonialismo esclarecido” na França do Pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, 2018.
- BARBOSA, Márcio. Spinola, Portugal e o mundo: Pensamento e acção política nos anos da Guiné - 1968-73. **Revista de História das Ideias** Vol. 28, 2007.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63). **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.
- BARRADAS DE CARVALHO, Joaquim. **Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?**. Lisboa, Livros Horizonte, 1974.
- BARRY, Boubacar. Escrevendo História na África depois da independência: o caso da Escola de Dakar. In BARRY, Boubacar. **Senegâmbia: O Desafio da História Regional**. RJ: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Universidade Cândido Mendes, 2.000, p.35-64
- BEHRMAN, Lucy. **Muslim brotherhoods and politics in Senegal**. USA: Harvard University Press, 2013.
- BELCHIOR, Manuel. **Congressos do Povo**. Um Novo Caminho: Os Congressos do Povo da Guiné. Lisboa: Editora Arcádia, 1973.
- BENOT, Yves. **Ideologias das independências Africanas**. Lisboa: Sá da Costa, vol. 1, 1981.
- BERG, Maxime. Global History: Approaches and New directions. IN: **Writing the History of the Global. Challenges for the 21<sup>st</sup> Century**. Oxford: Oxford University Press/ British Academy, 2013, p.1–18.
- BERNARDO, Manuel A. **Memórias da revolução. Portugal, 1974-1975**. Lisboa: Editora Prefácio, 2004.
- BERNARDO, Manuel. **Marcello e Spínola: a Ruptura**. Editora Estampa: Lisboa, 1996.
- BIRMINGHAM, David. **História de Portugal: uma Perspectiva Mundial**. Lisboa, Terramar, 1998.
- BIRMINGHAM, David. **The decolonization of Africa**. London: Taylor & Francis e-Library, 2009.
- BONDOSO, António. **Lusofonia e CPLP. Desafios na globalização**, Viseu: Edições Esgotadas, 2013.
- BRESCIANO, Juan A. La historia global como campo emergente. **Revista Confluências Culturais**, 2015, pp. 100-113.
- BULL, Benjamin Pinto. Senghor, o Brasil e Portugal: alguns marcos culturais lusófonos. **Veredas**. Nº 3, 2000.
- BULL, Benjamin Pinto. Negritude e Lusofonia. **Dossier Revista de Humanidades e Tecnologia**. Repositório Científico Universidade Lusófona, 2002.
- BULL, Benjamin Pinto. **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

- BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre**: Social theory in the tropics. Oxfordshire: Peter Lang, 2008.
- BURTON, Eric. Hubs of decolonization. African Liberation Movements and the “Eastern” conexions em Cairo, Accra e, Dar es Salamm. In: DALLYWATER, Lena. SAUNDERS, Chris. FONSECA, Helder Adegar. **Southern African Liberation Movements and the Global Cold War ‘East’**: Transnational Activism 1960–1990. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2019.
- CABRAL, Amílcar. Prefácio. DAVIDSON, Basil. **Révolution en Afrique**. La libération de la Guinée Portugaise. Paris: Seuil, Col. Combats, 1969.
- CABRAL, Jorge. A política externa da Guiné-Bissau. In: (1989), **Soronda** - Revista de Estudos Guineenses, nº 007, Janeiro de 1989, Fundação Mário Soares / DIP - Documentos INEP.
- CAHEN, M. Lusitanidade e lusofonia: considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas. Plural Pluriel : revue des cultures de langue portugaise, CRILUS - Centre de Recherches Interdisciplinaires sur le monde Lusophone, 2010, pp.3-17.
- CAHEN, Michel. “Anticolonialism & Nationalism: deconstructing synonymy, investigating historical processes: Notes on the Heterogeneity of Former African Colonial Portuguese Areas. In: MORIER-GENOUD, Éric (ed.). **Sure road?** Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique. Leiden: Brill, 2012.
- CAHEN, Michel. A mestiçagem colonialista ou a colonialidade de Gilberto Freyre na colonialidade do Brasil. **Portuguese Studies Review**, Trent University, New Perspectives on Luso-Tropicalism. Novas perspetivas sobre o luso-tropicalismo, XXVI (1), pp.299-349, 2018.
- CAHEN, Michel. Anticolonialism & nationalism: deconstructing synonymy, investigating historical processes: Notes on the Heterogeneity of Former African Colonial Portuguese Areas. **Sure Road?** Nations and Nationalisms in Guinea, Angola and Mozambique, Leyde, v. 26, n. 8, pp. 1-30, abr. 2012.
- CAHEN, Michel. Check on Socialism in Mozambique: What Check? What Socialism? **Review of African Political Economy**, no. 57, pp. 46-59, 1993.
- CAHEN, Michel. **Des caravelles pour le futur?** Discours politique et idéologie dans l’ “institutionnalisation” de la Communauté des pays de langue portugaise. In: **Lusotopie**, nº4,. Lusotropicalisme : Idéologie coloniales et identités nationale dans les mondes lusophones. pp. 391-431, 1997.
- CAHEN, Michel. Pontos comuns e heterogeneidade das culturas políticas nos PALOPS. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 62, n.1, p. 19-47, jan./jun. 2015.
- CALHEIROS, José Moura. **A última missão**. Lisboa: Caminhos Romanos, 2010.
- CAMILOTTI, Virgínia Célia. **João do Rio**: ideias sem lugar. 2004. Tese de doutorado defendida na UNICAMP, SP, 2004.
- CAMILOTTI, Virgínia Célia. Latinidade: performance lexical e semântica de um conceito político. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011
- CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978)**: Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- CANCELLI, Elizabeth. **O Brasil e os outros**. Porto Alegre: EDIPUCRS., 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique e SOARES, Mário. **O Mundo em Português**: Um Diálogo. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: Topoi. **Revista de História**. Rio de Janeiro, Letras, n. 1, 2000.
- CASTANHEIRA, João Pedro. **Quem mandou matar Amílcar Cabral**. Lisboa: Relógio D'água, 1999.
- CASTELO, Cláudia. "Novos Brasis" em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. **Varia hist.** Belo Horizonte. vol.30, n.53, 2014, p.507-532.
- CASTELO, Cláudia. **“O modo português de estar no mundo”**: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- CASTELO, Claudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In: **Memories of colonialism**: remembrance, resistance and transference in anti-colonial african narratives. S/r.
- CASTELO, Claudia. **As fontes coloniais portuguesas na perspectiva do historiador**. Lisboa: Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2013.
- CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 19, n. 2, 2012.
- CASTELO, Cláudia. JERONIMO, Miguel Bandeira (org). **Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas Coloniais, Conexões Transnacionais**. Lisboa: Edições 70, 2017
- CATROGA, Fernando. Pátria e nação. In: CATROGA, Fernando. **A geografia dos afectos pátrios**. As reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX). Coimbra: Almedina, 13-34, 2013, 8.
- CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, 1992.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- CHABAL, P., et al. A history of postcolonial Lusophone Africa. **Londres & Indianapolis**: Hurst & Indiana University Press, 2002.
- CHABAL, Patrick. **Amilcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War**. Cambridge University Press, 1983.
- CHACON, Vamireh. **O futuro político da lusofonia**. Lisboa; São Paulo: Verbo, 2002.
- CHARDIN, P. Teilhard de. **El fenómeno humano**. Madrid: Taurus, 1967.
- CHARDIN, P. Teilhard de. **L'evolution redemptrice**. Paris: Cèdre, 1950.
- CHARDIN, P. Teilhard de. **La vision del pasado**. Madrid: Taurus, 1966.
- CHARDIN, Teilhard. **Hino do universo**. São Paulo: Paulus, 1994.
- CHARDIN, Teilhard. **Le phénomène humain**. Paris: Ed. du Seuil, 1955.
- COELHO, José Maria dos Santos. Adriano Moreira e o Império Português. Tese para obtenção do Grau de Doutor em Letras. Covilhã. Universidade Da Beira Interior. Novembro de 2015.
- COFFY, Robert. **Teilhard de Chardin e o socialismo**. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1967.
- COLEMAN, JS. ROSENBERG, C. Jr. **Political Parties and National Integration in Tropical Africa**. California: University of California Press, 1964.
- COLEMAN, Peter. **The liberal conspiracy**: The Congress for Cultural Freedom and the struggle for the mind of postwar Europe. New York: The Free Press/MacMillan, 1989.
- COMAS, Juan (et al). **Raça e ciência I**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira da. **Mário de Andrade e o lusotropicalismo**. Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 2000.

- CONRAD, Sebastian Conrad. **What is Global History?**. Princeton University Press, 2016.
- COOPER, Frederick. **Citizenship between Empire and Nation: remaking French and French Africa 1945-1960**. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- COOPER, Frederick. Para que serve o conceito de globalização? O ponto de vista de um historiador de África. In: COOPER, Frederick. **Histórias de África. Capitalismo, Modernidade e Globalização**. Lisboa: Edições 70, 2016, pp. 173-210.
- COSME, Leonel. Agostinho Neto e a geração de 40. In: MATA, Inocência. PADILHA, Laura. (Org.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000.
- COULIBALY, Abdou Latif. **Le Sénégal à l'épreuve de la démocratie**. Paris: l'Harmattan, 1999.
- COUTINHO, Angela. **Os dirigentes do PAIGC: (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde), da fundação à rutura 1956 – 1980**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- CRENI, Gisela. **Editores Artesanais Brasileiros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- CRISTÓVÃO, F. **Da Lusitanidade à Lusofonia**. Coimbra: Almedina, 2008.
- CRUZ, Clauber Ribeiro. PEREIRA, Márcio Roberto. **A coleção de autores africanos no Brasil: as literaturas africanas no Brasil**. In: **V ENCONTRO LUSO-AFRO-BRASILEIRO: As Mulheres e a Imprensa Periódica**. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis: VI COLÓQUIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, São Paulo, 28 de setembro de 2017.
- CURTIS, Michel. **Verdict on Vichy: Power and Prejudice in the Vichy France Regime**. UK: Ed. Arcade, 2015.
- DALLYWATER, Lena. SAUNDERS, Chris. FONSECA, Helder Adegar. **Southern African Liberation Movements and the Global Cold War 'East': Transnational Activism 1960–1990**. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2019.
- DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.
- DÁVILA, J. **Ditadura, redemocratização e apartheid no Brasil**. *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 63, n.2, p. 91-106, jul./dez. 2015. Editora UFPR.
- DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- DIAGNE, Souleymane Bachir. **Religion and the Public Sphere in Senegal: The Evolution of a Project of Modernity**. Institute for the Study of Islamic Thought in Africa (ISITA) Working Paper Series. Working Paper No. 09-008, March 2009.
- DIALLO, Alfa O. SANTOS, Cíntia. **Vida e obra de Cheikh Anta Diop: o homem que revolucionou o pensamento africano**. *Revista Ciência e Letras*, Porto Alegre, n. 44, pp. 115-124. Jul/dez. 2008.
- DIAS, Eduardo Costa. Senghor: o último dos pais fundadores. **Jornal Público**, Lisboa – Portugal, 22 de dezembro 2011.
- DIAS, Jorge. **Contribuição para o estudo da questão racial e da miscigenação**. Lisboa: SGL, 1965.
- DIAS, Manuel Nunes. **IV Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros**. Algumas anotações. [Sessão Noticiário]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119833/117121> < acesso em 29/08/2019 >

- DIENG, Mamadou. De la crise de 1962 au Senegal. Dakar, 2017. Disponível em: <[https://www.dakaractu.com/DE-LA-CRISE-DE-1962-AU-SENEGAL-Ngor-DIENG\\_a143881.html](https://www.dakaractu.com/DE-LA-CRISE-DE-1962-AU-SENEGAL-Ngor-DIENG_a143881.html)> <acesso em 18/09/2019>.
- DJIAN, Jean-Michel. **Léopold Sédar Senghor**: Genèse d'un imaginaire francophone. Paris: Gallimard, 2005.
- DOUMBIA, Lamine. DIOUF, Ousmane. **African Unity and the process of integration from grassroots**: the case of Mali and Senegal. In: GRILLI, Matteo. GERITS, Frank. **Visions of African Unity**: New Perspectives on the History of Pan-Africanism and African Unification Projects. Utrecht: Palgrave Mcmillian, 2020.
- DUARTE, Gonzaga. **O Futuro de Portugal no conceito de Ocidente**. Luanda: Museu de Angola, 1969.
- DUARTE-PLON, Leneide. **A Tortura como arma de guerra**, da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DULLES, John W F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- DUNN, L (et al). **Raça e ciência II**. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- DURÃO, Gustavo de Andrade. **Léopold Sédar Senghor**: uma narrativa sobre o movimento da Négritude. Curitiba: Appris, 2020.
- EL-MALIK, Shiera S. Reading Imaginative Futures across Historical Moments; Or Speaking Surreptitiously in Imperial Centres. **Contexto internacional**. [online]. 2016, vol.38, n.3, pp.803-824.
- EPIFÂNIO, Renato. A Lusofonia Hoje: O Legado De Agostinho Da Silva. **Revista Portuguesa De Filosofia**, v. 67, n. 2, pp. 317–327, 2011.
- EPIFÂNIO, Renato. **Entre Vamireh Chacon, Gilberto Freyre e Agostinho da Silva**: a reflexão sobre a lusofonia enquanto bloco geocultural. In: NATÁRIO, Maria Celeste. EPIFÂNIO, Renato (et. al). **De Portugal a Macau**: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas. Porto: Universidade do Porto, 2017.
- EUZÉBIO, Eliane. **O Poder das Ideias** – As traduções com objetivos políticos de Carlos Lacerda. Dissertação de Mestrado defendida na USP, São Paulo, 2007.
- FARIAS, Edson; RODRIGUES, Fernando. Encontro entre ciências sociais e candomblé baiano: produção científica e engajamento político-cultural: entrevista com Vivaldo da Costa Lima. **Sociedade e estado**, Brasília , v. 24, n. 1, p. 257-290, Apr. 2009.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (Coord.). **Trânsitos Coloniais**: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros. ICS, Lisboa, 2002.
- FERNANDES, Antônio José. Portugal e o Sistema Mundial de Poderes. **Lusíada - Revista de Ciência e Cultura**, no 1, Universidade Lusíada do Porto, 2000, pp. 21-40.
- FERRÃO, Nuno de Sotto-Mayor Quaresma Mendes. **O Pensamento Colonial de Sarmiento Rodrigues enquanto Ministro do Ultramar**: 1950-1955. Dissertação de mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras de Lisboa, 1997.
- FERREIRA, Luís Gonzaga. **Quadros de viagem de um diplomata**: África: Senegal, Guiné, Cabo Verde. Lisboa: Vega, 1998.
- FRANCO, Antonio Cândido. **O estranhíssimo colosso**: uma biografia de Agostinho da Silva. Lisboa: Quetzal, 2015.



- FREIRE, Paulo. **Amílcar Cabral**: o pedagogo da revolução. Transcrição de Palestra: Curso de Mestrado da Faculdade de Educação Universidade de Brasília, 8 de novembro de 1985. Texto gravado e organizado por: Laura Maria Coutinho. <Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/amilcar.pdf> >.
- FREIXO, Adriano de. “**Minha pátria é a língua portuguesa**”: a construção da ideia de lusofonia em Portugal. Tese. História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007a.
- FREIXO, Adriano de. A língua portuguesa como utopia: Agostinho da Silva e o ideal da comunidade lusófona. **Revista convergência lusíada** – edição especial centenário de Agostinho da Silva (1906-2006), Real Gabinete de Leitura, Rio de Janeiro, n. 23, pp. 21-27, 1o semestre de 2007b.
- FREIXO, Adriano de. Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. **Revista de Análise em Política Internacional** - Cena Internacional, ano 8, número 1, 2006.
- FREIXO, Adriano de. Ecos do luso-tropicalismo: a presença do pensamento de Gilberto Freyre no discurso da lusofonia. **Textos & debates**, Boa Vista, v. 02, n. 27, pp. 471-484, jan./jun. 2015.
- GALVÃO, Henrique. "Rapport Galvão" I. Documents - Relatório Henrique Galvão. 22 de janeiro de 1947 In.: Fundo de documentos Mário Pinto de Andrade, Fundação Mário Soares. In: [http://www.fmsoares.pt/aeb\\_online/visualizador.php?nome\\_da\\_pasta=04356.001.004&bd=Documentos](http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=04356.001.004&bd=Documentos).
- GEISEL, Ernesto. **Ernesto Geisel**: depoimento. Entrevistadores: Maria Celina D’Araújo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GIOBELLINA BRUMANA, Fernando. **O sonho dogon**: nas origens da etnologia francesa. São Paulo: EDUSP, 2011.
- GOMES, Paulo César. As relações entre a ditadura militar brasileira e a França durante o governo de Castelo Branco. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, UFSC, 2015.
- GRAÇA, J. A. Léopold Sédar Senghor na Casa dos Estudantes do Império. In: MUNANGA, K (org). África única e plural: “Mélanges” em homenagem ao Prof. Fernando Augusto Albuquerque Mourão. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**, número especial, São Paulo: USP, 2012, p.281-282.
- GRILLI, Matteo. GERITS, Frank. **Visions of African Unity**: New Perspectives on the History of Pan-Africanism and African Unification Projects. Utrecht: Palgrave Mcmillian, 2020.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Atlântida**: a invenção da comunidade luso-brasileira. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.
- GUIMBELLI, Emerson. **Ecumenismo**. In: SANSONE, Lívio. FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014.
- HEITZ, Kathrin. Décolonisation et construction nationale au Sénégal. **Presses Universitaires de France**: Relations internationales. 2008/1 n° 133, p. 51.
- HERBST, Jeffrey. Third World Communism in Crisis: The Fall of Afro-Marxism. **Journal of Democracy**, v. 1, n. 3, pp. 92-101, 1990.

- HUNT, Lynn. **Writing History in the Global Era**. New York/London: W.W. Norton & Company, 2014.
- HUTCHINSON, John. Ethnicity and modern nations. **Ethnic and Racial Studies**, Guildford, v. 23, n. 4, pp. 651-669, dez. 2010.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira Jerónimo. MONTEIRO, José Pedro. Passados por desvelar: As imbricações do internacional e do imperial na construção do presente. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira Jerónimo. MONTEIRO, José Pedro. (eds.). **Os passados do presente: Internacionalismo, imperialismo e a construção do mundo contemporâneo**. Lisboa: Almedina, 2015, pp. 5-24.
- JUNIOR, Gilson Brandão de Oliveira. **Agostinho Neto e Agostinho da Silva: exílios, encontros e desencontros entre intelectuais no Atlântico Sul**. 2017. xi, 416 f., il. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- KAGIBANGA, V. A questão da ruptura e da continuidade (proto)nacionalista na obra de Mário Pinto de Andrade: uma contribuição ao estudo sociológico do programa de pesquisa do 2º volume da obra *Origens do Nacionalismo Africano*. *África*, [S. l.], n. 20-21, pp. 285-303, 1998.
- KAJIBANGA, Victor. A sociologia da cultura africana na obra de Mário Pinto de Andrade. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto: Fundação Eng. Antonio de Almeida, 1999.
- KHADRE LO, Abdou. **The Senegal Case Study**. México: Biblioteca Jurídica Virtual da UNAM, 2017.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José (org.). **Giro lingüístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad nacional de Quilmes, 2012, p. 237-293.
- LACAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history: texts, contexts, language**. Ithaca (NY): Cornell University, 1983.
- LACAPRA, Dominick. Retórica e História. **Territórios e Fronteiras**, Vol.6(1), pp.97-119, 2013.
- LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda: a república das abelhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LARANJEIRA, José Luís Pires. **A negritude africana de língua portuguesa**. 1. ed. Porto: Afrontamento, 1995.
- LARANJEIRA, José Luís Pires. **Ensaio afro-literários**. 2. ed. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2001.
- LARANJEIRA, José Luís Pires. **Literatura calibesca**. 1. ed. Porto: Afrontamento, 1985.
- LARANJEIRA, José Luís Pires. **Negritude africana de língua portuguesa**. Textos de apoio (1947-1963). 1. ed. Braga: Angelus Novus, 2000.
- LEÃO, Delfim Ferreira. **Instituto de Estudos Clássicos, um passado com futuro: 60 anos de actividade científica, pedagógica, cultural**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005.
- LEBRET, Louis. D' Economie et Humanisme à l'économie humaine. **Revue économique**, v. 1, n°5, pp. 568-582, 1950.
- LEITE, José Roberto Teixeira. Museu Nacional de Belas Artes: os anos de chumbo. In: **Anuário do Museu Nacional de Belas Artes – Nova fase**. Rio de Janeiro, volume 1, 2009.
- LEMOES, Fernando & LEITE, Rui Moreira (orgs.). **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. SP: Editora da Unesp e Edusc, 2003.
- LÉONARD, Yves. Salazarisme et lusotropicalisme: histoire d'une appropriation. **Lusotopie**, Paris, p.211-226. 1997.

- LOBBAN, Richard et FORREST, Joshua. Historical Dictionary of the Republic of Guinea- -Bissau, 2nd edition, London, The Scarecrow Press, Inc., **African Historical Dictionaries**, n. 22, 1988.
- LOPES, C. **A Transição Histórica na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1987.
- LOPES, Carlos. **A Transição Histórica na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1987.
- LOPES, Carlos. **Amílcar Cabral como promotor do pan-africanismo**. Cabo Verde. Praia. 2013.
- LOPES, Carlos. Os limites históricos de uma fronteira territorial : Guiné "Portuguesa" ou Guiné-Bissau . In: *Lusotopie*, n°1, Géopolitiques des mondes lusophones. pp. 135-141, 1994.
- LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: os Bastidores da Independência**, Praia-Mindelo, Centro Cultural Português, 1996
- LOPES, Carlos. **Os desafios da África contemporânea: O legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: UNESP, 2011.
- LOURENÇO, E. **A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 1999
- LOURENÇO, E. **Crise de Identidade ou Ressaca ‘Imperial’?**, Prelo, pp. 15-22. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- LOURENÇO, Eduardo. Edição das obras completas. Biografia (website). Disponível em: < [http://www.eduardolourenco.uevora.pt/sobre\\_eduardo\\_lourenco/biografia.>](http://www.eduardolourenco.uevora.pt/sobre_eduardo_lourenco/biografia.>)
- LOURENÇO, Eduardo. **Situação africana e consciência nacional**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1976.
- MAINO, Elisabetta. Pour une généalogie de l’africanisme portugais. **Cahiers d’études africaines**, n.1, 2005.
- MANDANI, Mahmood. **Citizen and Subject**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MANNING, Patrick. **Francophone sub-saarian Africa 1880-1995**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MARGARIDO, A. **A Lusofonia e os Lusófonos – Novos mitos portugueses**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MARTIN, Guy. **African Political Thought**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- MARTIN, Nicolas. **Senghor et le monde: la politique internationale du Sénégal**. Paris: Afrique biblio club, 1979.
- MARTINS, Hélder. **Casa dos Estudantes do Império - Subsídios para a História do seu período mais decisivo (1953 a 1961)**. Lisboa: Editorial Caminho, 2017.
- MARTINS, M. L. Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia. In Bastos, N. M. (Org.). **Língua Portuguesa e Lusofonia**, pp. 15-33. São Paulo: EDUC – IP/PUC, 2014a
- MARTINS, Moisés de Lemos. **Lusofonia e interculturalidade - promessa e travessia**. Minho: Edições Humus, 2015.
- MARTINS, Moisés de Lemos. Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In: Bastos, N. (Ed.). **Língua portuguesa: reflexões lusófonas**. São Paulo: EDUC, 2006. pp. 49-62.
- MATA, Inocência. **A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política**. Lisboa: UCCLA, 2015.
- MATA, Inocência. PADILHA, Laura. (Org.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000.

- MATEUS, Dalila Cabrita, **A Luta pela Independência** – a Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC, Mem Martins, Inquérito, 1999.
- MATEUS, Dalila Cabrita. **A PIDE-DGS na guerra colonial (1961-1974)**. Lisboa: Terramar, 2004.
- MAXWELL, Keneth. **O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAZLISH, Bruce. Comparing Global History to WorldHistory. **Journal of Interdisciplinary History**. Vol. 28, N.3, 1998, pp.385-395.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. Tradução de Patrícia Farias. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. V.23, n.1. Rio de Janeiro: Centro de Estudos AfroAsiáticos; Universidade Cândido Mendes, 2001. p.171-209.
- MELÍCIAS, Tomás Diel. **O feitiço do moderno: Jonas Savimbi e seus projetos de nação angolana (1966-1988)**. Dissertação de Mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.
- MENDES, Luís Marques. “Que desafios estratégicos para Portugal no virar do milênio”. **Lusíada - Revista de Ciência e Cultura**, no 1, Universidade Lusíada do Porto, pp. 135-144.
- MENDES, Manuel P. **O Cerrado de Casaca**. Brasília: Thesaurus, 1995, 2000.
- MENDONÇA, Marina Gusmão. **O Demolidor de Presidentes**. São Paulo: Codex, 2002.
- MENDY, Peter Karibe. **Amilcar Cabral: a nationalist and pan-africanist revolutionary**. Athens: Ohio University Press, 2019.
- MENDY, Peter Karibe. LOBBAN JR, Richard A. **Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau** (Historical Dictionaries of Africa). Lanham: The Scarecrow Press, 2013.
- MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (orgs.). **As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados**. Coimbra: CES/Almedina, 2013.
- MESQUITA, Mário (Org.) **Mário Soares na construção da democracia: seis entrevistas históricas (1972-1993) e um epílogo (2014)**. Lisboa: Tinta-Da-China, 2014.
- MICHEL, Jean-Claude. **The black surrealists**. New York: Peter Lang Publishing, 2006.
- MNE, Ministério dos Negócios Estrangeiros – PT. Senegal: 50 anos a estudar português. **Instituto Camões**. N. 189. 2013.
- MONJIB, Maâti. **Amadou Dia et les relations franco-sénégalaises (1957-1962)**. In: Horizons Maghrébins - Le droit à la mémoire, N°53 **L'Afrique à voix multiples**, pp. 40-53, 2005.
- MOREIRA A.; Venâncio, J. C. (Ed.). **Luso-tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Veja, 2000.
- MOREIRA, Adriano (Coord.). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Cooperação, Coimbra: Almedina, 2001.
- MOREIRA, Adriano, VENÂNCIO, José Carlos (org.). **Luso-tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega, 2000.
- MOREIRA, Adriano. Reformar e sair: testemunho oral de 5 de Janeiro de 1995. In: ANTUNES, José Freire. **A Guerra de África (1961-1974)**, vol I Lisboa: Temas e Debates, 1996.
- MORIER-GENOUD, Eric & CAHEN, Michel. **Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire/Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2003.
- MOTTA, Rodrigo P. Sa. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. São Paulo: Jorge Zahar Editor Ltda, 2006.

- MUDIMBE, V.Y. (Ed). **The Surreptitious Speech: Presence Africaine and the Politics of Otherness 1947-1987**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, São Paulo: número especial 2012:11-30.
- NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Africans in Brazil: a Pan-African Perspective**. Lawrenceville, NJ: Africa World Press, 1992.
- NASCIMENTO, Elisa L. **Cultura em Movimento: Matrizes Africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- NETO, João Pinheiro. **Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.
- NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In: **Lusotopie**, n°4, 1997. Lusotropicalisme: Idéologie coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones. pp. 327-357.
- NETO, Sérgio. **Colónia Mártir, Colónia Modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- NETO, Sérgio. Do Minho ao Mandovi. **Um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- NETO, Sérgio; SERRANO, Clara Isabel. Um Atlântico Luso-Afro-Brasileiro. Ecos de Gilberto Freyre em Augusto de Castro e Norton de Matos. **Intellèctus**, ano XVI, n. 2, 2017, pp. 68-84, 2016.
- NEVAS, Orlando (Org.) **Textos históricos da Revolução**. Lisboa: Diabril, 1976.
- NEVES, José. Ideologia, ciência e povo em Amílcar Cabral. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Descolonizações**. Rer Amílcar Cabral, Césaire e Du Bois no séc. XXI. Lisboa: Edições 70, 2018.
- NGOENHA, Severino Elias. **Das independências às liberdades, filosofia africana**. São Pauo: Edições Paulistas-Africa, 1993.
- NÓBREGA, A. **A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.
- NOGUEIRA, Alberto Franco. **Um político confessa-se: diário, 1960-1968**. Lisboa: Livraria Editora Civilização, 1986.
- OLIVEIRA, César de. **Os anos decisivos: Portugal 1962-1985**. Um testemunho. Lisboa: Presença, 1993.
- OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Magnífica e miserável. Angola desde a Guerra Civil**. Lisboa: Tinta da China, 2015.
- OLIVEIRA, Waldir. Grata lembrança de Agostinho da Silva. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). **A missão portuguesa: rotas intercruzadas**. São Paulo: Editora Unesp; Bauru: EDUSC, 2003.
- OSEI, Anja. **Party-Voter Linkage in Africa: Ghana and Senegal in Comparative Perspective**. Wiesbaden: Springer, 2012.
- OTTAWAY, Marina. Soviet Marxism and African Socialism. **The Journal of Modern African Studies** 16, no. 3, 1978, pp. 47-85.

- PALLARES-BURKE, Maria Lucia. **Gilberto Freyre um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- PALTI, Elias José. **Giro linguístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- PALTI, Elías José. Ideas, conceptos, metáforas. La tradición alemana de historia intelectual y el complejo entramado del lenguaje. **Respublica**, 25, 2011, p. 227-248.
- PAREDES, M. M. (Org.) ; ABREU, L. A. (Org.) ; SILVEIRA, H. G. (Org.) ; GONCALVES, L. P. (Org.) . **Dimensões do Poder: história, política e relações internacionais**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- PAREDES, M. M. **Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)**. 1. ed. Saarbruecken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- PAREDES, Marçal de Menezes. PEREIRA, Leandro Gonçalves (orgs). **Depois dos Cravos: Liberdades e Independências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- PAREDES, Marçal de Menezes. SKOLAUDE, Mateus Silva. Lusofonia em perspectiva: panlusitanismo, lusobrasileirismo e lusotropicalismo. **Revista Portuguesa de História, Coimbra**: Universidade de Coimbra, volume 48, tomo XLVIII, páginas 257-274. 2017.
- PEARCE, Justin. **A Guerra Civil em Angola, 1975-2002**. Lisboa: Tinta da China, 2017.
- PEREIRA, Carlos Santos. **Spínola, a Guiné e a ruptura com Marcello (1968-1973)**. Dissertação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, 2011.
- PEREIRA, Fela Armando. **Inserção Internacional De Um Pequeno Estado: Análise Sobre A Capacidade Estatal Da Guiné-bissau**. Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção de grau de Doutor no programa de pós-graduação em Ciência Política, Do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2020.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha; Léopold Senghor e os Estudos Clássicos. **Boletim de Estudos Clássicos**. Vol. 49, 2008.
- PINA CABRAL, J. **Lusotopia**. In: SANSONE, Lívio. FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014.
- PINTO, José Filipe Pinto. **Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades**, Lisboa: Instituto Diplomático, 2005.
- PINTO, José Filipe. **Da CPLP à Comunidade Lusófona: o caminho da Lusofonia**. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2011.
- PITCHER, M., & ASKEW, K. (2006). **African Socialisms and Postsocialisms**. *Africa*, 76(1), 1-14. doi:10.3366/afr.2006.0001
- POCOCK, J.G.A. Miceli, Sergio (orgs.). **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo**. São Paulo: Nu-Sol: Imaginário, 2001.
- RABAKA, Reiland. **The Negritude Movement : W.E.B. Du Bois, Leon Damas, Aime Cesaire, Leopold Senghor, Frantz Fanon, and the Evolution of an Insurgent Idea**. United States: Lexington Books, 2015.
- RAMALHO, Vítor (org). **Casa dos Estudantes do Império, 50 anos – Testemunhos, vivências, documentos**. Lisboa: UCCLA, 2017.
- RAMPINELLI, W. J. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: EdUFSC, 2004.

- REIS, Luiza Nascimento dos Reis. **Centro de Estudos Afro-Orientais: Intercâmbio Acadêmico e Cultural entre Brasil e África** (1959-1964). Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA, 2010.
- RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** Conferência realizada na Sorbonee, em 11 de Março de 1882. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>.
- RETO, Luís (Org.). **O potencial económico da língua portuguesa**, Lisboa: Texto Editores, 2012.
- REZOLA, Maria Inácia. **Os militares na Revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. IV Colóquio **Internacional de Estudos Luso Brasileiros: relações culturais, identidade e alteridade**. Tese. Programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, 1999.
- RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **As esquerdas no Brasil**. Revolução e democracia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. The journal *Cadernos Brasileiros* and the Congress for Cultural Freedom, 1959-1970. **Sociol. Antropol.** [online], vol.8, n.2, pp.351-373, 2018.
- RIVAS, Pierre. **Diálogos Interculturais**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- RODRIGUES, Luís Nuno. **António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil**. História [online]. 2014, vol.33, n.1, pp.66-96.
- RODRIGUES, Luis Nuno. **Spínola**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- ROQUE, Ricardo. A antropologia colonial portuguesa (1911-1950). In: CURTO, Diogo Ramada (org.). **Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2006a.
- ROQUE, Ricardo. Colonialidade inequívoca. In: SANCHES, Manuela. **Portugal não é um país pequeno**. Portugal: Livros Cotovia, 2006b.
- SÁ-MACHADO, Manuel. **Para uma comunidade luso-brasileira**. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um País Pequeno**. Contar o “império” na Pós-Colonialidade. Cotovia. Lisboa. 2005.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. **Deslocalizar a Europa, Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia. 2005.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. **Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2005.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos póscoloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- SANCHES, Manuela. **Portugal não é um país pequeno**. Lisboa: Livros Cotovia, 2006.
- SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Descolonizações**. Rer Amílcar Cabral, Césaire e Du Bois no séc. XXI. Lisboa: Edições 70, 2018.
- SANSONE, Lívio. FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014.
- SANTANA, Jussilene. **Martim Gonçalves: uma escola de teatro contra a província**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (PPGAC/ET/UFBA). Salvador, 2011.

- SANTIAGO, Maria José Tíscar. **Diplomacia peninsular e operações secretas na guerra colonial**. Lisboa: Edições Colibri, 2013.
- SANTOS, Daniel dos. **Amílcar Cabral: um outro olhar**. Lisboa: Chiado Editora, 2014.
- SANTOS, Gilda (Org). **Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces – Revista Convergência Lusíada (17)**. Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2000.
- SANTOS, José Francisco dos. **Movimento afro-brasileiro pró-libertação de Angola (MABLA): "um amplo movimento": relação Brasil e Angola de 1960 a 1975**. Dissertação de Mestrado defendida na PUC-SP, 2010.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (Org.). **Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos**. Brasília: FUNAG, 2015.
- SAPPINO, Sara. Riflettere su Senghor oggi. **Rivista di Studi Politici Internazionali**, V. 75, n. 3, luglio-settembre, pp. 401-409, 2008.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa do Brasil**. Brasília: Editora Unb, 1996.
- SARTRE, Jean-Paul. **Reflexões sobre o racismo** (Reflexões sobre a questão judaica e Orfeu Negro). São Paulo: Difel, 1960.
- SAUL, John S. **A Flawed Freedom: Rethinking South African Liberation**. London: Pluto Press, 2014.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Capítulos de história intelectual – Racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Marcello Caetano – Confidências no exílio**. Lisboa: Verbo, 1984.
- SHEPARD, Todd. **The Invention of Decolonization: The Algerian War and the Remaking of France**. Ithaca, Cornell University Press, 2006.
- SIEWIERSKI, Henryk (org). **Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios**. Brasília: FUNAG, 2009.
- SILVA, Amândio; AGOSTINHO, Pedro (orgs.). **Presença de Agostinho da Silva no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.
- SILVA, António E. Duarte. Sarmiento Rodrigues, a Guiné e o luso-tropicalismo . **Cultura** [Online], Vol. 25, 2008. Disponível em: <http://cultura.revues.org/586>.
- SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. In: **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 9/10, 2006.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SKINNER, Q. **Hobbes e a liberdade republicana**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- SKOLAUDE, Mateus Silva. **Raça e nação em disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934- 1937)**. 2016. Tese de doutorado defendida pelo PPG-história da PUCRS. 30 março 2016.
- SMITH, Andrew W. M. JEPPESEN, Chris (org). **Britain, France and the Decolonization of Africa: Future Imperfect?**. London: UCL Press, 2017.
- SMITH, Andrew W. M.; JEPPESEN, Chris (org). **Britain, France and the Decolonization of Africa: Future Imperfect?** London: UCL Press, 2017.
- SOUSA, Julião Soares de. **Amílcar Cabral - Vida e Morte de um Revolucionário Africano**. Lisboa: Nova Vega, 2011.



- SOUSA, Julião Soares. Os movimentos unitários anti-colonialistas (1954-1960). O contributo de Amílcar Cabral. In: TORGAL, Luís Reis; ANDRADE, Luís Oliveira. **Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais** — Estudos do Século XX. Coimbra: Universidade de Coimbra: Quarteto, 2003.
- SOUSA, Vitor. **Da “Portugalidade” à Lusofonia**. Braga: Universidade do Minho: Edições Humus, 2017.
- SPEKTOR, Matias (org.). **Azeredo da Silveira**. Um Depoimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Rev. Bras. Polít. Int.** 47 (2), pp. 191-222, 2004.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, n. 31 , v.1, pp. 735-762, 1997.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Global intellectual history beyond Hegel and Marx. **History and Theory**, N. 54, February 2015, pp.126-137.
- TÉTU, Michel. **La Francophonie**. Histoire, problématique et perspectives. Montréal: Guérin littérature. 1987
- THIAW, Ibrahima. História, cultura material e construções identitárias na Senegâmbia. **Afro-Ásia**, n.45, pp.9-24, 2012.
- THIESSE, Anne-Marie. La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 3-16, jul. 1995.
- THIONG’O, Nguni Wa. **Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature**. London, James Currey, 1986.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa”. In: ALMEIDA, Miguel Vale de, BASTOS, Cristiana e
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.
- THOMAZ, Omar. NASCIMENTO, Sebastião. Língua. In: SANSONE, Lívio. FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014.
- TINE, Antoine. “Léopold Senghor et Cheikh Anta Diop face au panafricanisme: deux intellectuels, même combat mais conflit des idéologies?” In: BAH, Thierno (org). **Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain**. Perspective historique. Dakar: CODESRIA, 2005.
- TÍSCAR, Maria José. **A PIDE no Xadrez Africano: Conversas com o Inspetor Fragoso Allas**. Lisboa: Edições Colibri, 2018.
- TOMÁS, Antonio. Cabral e a pós-colónia: leituras pós-coloniais das esperanças revolucionárias. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Descolonizações**. Reler Amílcar Cabral, Césaire e Du Bois no séc. XXI. Lisboa: Edições 70, 2018.
- TOMAS, António. **O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral**. Lisboa: Tinta da China, 2007.
- TORGAL, Luís Reis. Muitas Raças, uma Nação ou o mito do Portugal multirracial na ‘Europa’ do Estado Novo. **Estudos do Século XX**. Coimbra: Quarteto, n. 2, pp. 147-165, 2002.

- TRABULO, António. **A guerra da Guiné**. Setúbal: Editorial Cristo Negro, 2014
- TRAJANO FILHO, W. O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação. **Estudos Ibero-Americanos**, 42(3), pp. 913-943. 2016
- TRAJANO, Wilson. Uma experiência singular de criouliização. Série Antropológica. Brasília: UNB, 2003.
- TULEKIAN, Isabelle. ÁLVARES, Luísa Álvares. Tradução Senghor e Portugal, conferência proferida por Jean-René Bourrel na Fundação Portugal - África. Porto, 30 de Março de 2006. In: Polissema - **Revista de Letras do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto**, nº 7, 2007, p. 257.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Um Mar Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da Identidade**. Celta. Oeiras, 2000.
- VENANCIO, José Carlos. A “África (eternamente) renascida”. Relendo três dos “seus” insignes pensadores: Léopold Sédar Senghor, Frantz Fanon e Amílcar Cabral. Vegueta. **Anuario de la Facultad de Geografía e Historia** 14, pp. 185-195, 2014, .
- VENANCIO, José Carlos. A África (eternamente) renascida. Relendo três dos seus insignes pensadores: Léopold Sédar Senghor, Frantz Fanon e Amílcar Cabral. Vegueta. **Anuario de la Facultad de Geografía e Historia** n; 14, 185-195, 2014.
- VENANCIO, José Carlos. A lusofonia enquanto experiência estética – Considerações em torno da existência de um cânone lusófono. In: MARTINS, Moisés de Lemos. **Lusofonia e interculturalidade** – promessa e travessia, pp. 433-449. Minho: Edições Humus, 2015,
- VENANCIO, José Carlos. **Colonialismo, antropologia e lusofonias**: repensando a presença portuguesa nos trópicos, José Carlos Venâncio. Lisboa : Vega, 1996.
- VENÂNCIO, José Carlos. **O fato africano**. Elementos para uma Sociologia da África, Recife: Editora Massangana 2009 [2000].
- WERTH, Alexander. **De Gaulle**: a political biography. New York: Simon and Schuster, 1965.
- WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- WINGO, Ajumee. **Philosophical Perspectives on the history of Africa Socialism**. Oxford Research Encyclopedia of African History, USA, fev. 2018.
- WOOLLACOTT, J. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**. Vol XIX, n 3-4, 1pp. 1131-1139, 1983.

## ANEXOS

### (I)

#### Referências Audiovisuais:

##### A. Arquivo Nacional:

Viagem de Léopold Senghor ao Brasil em 1964:

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_Gnkr0mpPo0](https://www.youtube.com/watch?v=_Gnkr0mpPo0)

**Descrição:** Reportagem da Agência Nacional sobre a vinda do presidente do Senegal, Leopoldo Senghor, ao Brasil, em 1964. Na visita o presidente senegalês compareceu à sessão solene em sua homenagem no Congresso Nacional, assinou acordos culturais e comerciais com o presidente Castelo Branco no Palácio do Planalto e foi homenageado com banquete no Palácio da Alvorada. A comitiva do Senegal esteve no Rio de Janeiro, onde Senghor proferiu palestra sobre a formação cultural e o atual estágio da sociedade senegalesa. Atualidades Agência Nacional n° 55 (1964). Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FIL\_AAN\_024

Viagem de Léopold Senghor ao Brasil em 1977:

<https://www.youtube.com/watch?v=8RWs9qwoj6s&t=6s>

**Descrição:** Reportagem produzida pela Agência Nacional mostrando a visita do presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, ao Brasil. O vídeo mostra o chefe de estado senegalês em Brasília, sendo recebido pelo presidente Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto, e participando de eventos oficiais. Brasil Hoje n° 223 (1977). Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FIL\_CHO\_224

##### B. RTP Arquivos – Conteúdos do acervo histórico da Rádio e Televisão de Portugal

Independência da Guiné-Bissau:

<https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/guine-bissau-10-de-setembro-de-1974/>

Visita oficial de Senghor a Portugal 1975:

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-oficial-de-leopold-senghor/>

Chegada do Presidente do Senegal a Lisboa em 1980

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-do-presidente-do-senegal-a-lisboa/>

Agostinho da Silva, Portugal pensa o Futuro

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/agostinho-da-silva-portugal-pensa-o-futuro/>

Série documental “A Guerra”, de Joaquim Furtado (2012) - Disponível em:  
<https://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p28097/2>

Episódio 24: “Spínola e Senghor”

(com depoimentos em audivisual de Matos, Nunes Barata, Senghor, Pedro Pires, Aristides Pereira, entre outros, sobre os episódios de Cap Skirring)

[https://www.youtube.com/watch?v=rUu7rrnki\\_Q](https://www.youtube.com/watch?v=rUu7rrnki_Q)

### **C. Les archives de la The Radio Télévision Suisse**

En 1963, le président sénégalais Léopold Sédar Senghor fait le point sur le mouvement des non-alignés et sur sa conception de la politique

<https://www.youtube.com/watch?v=sINJJeY4UKo>

### **D. TV France 3 Normandie**

Les Senghor ces Normands : la vie à Verson du premier Président du Sénégal

<https://www.youtube.com/watch?v=0NzLEU0DB08>

### **E. Participação do Brasil no FESTAC 77**

<https://www.youtube.com/watch?v=GRZe1DUZWtg>

(II)  
**Imagens**

IMAGEM 1 - Capa da edição brasileira de “Lusitanidade e Negritude” de Léopold Sédar Senghor com homenagem a Gilberto Freyre



Fotografia da autora

IMAGEM 2 - Contracapa da edição brasileira de “Lusitanidade e Negritude” de Léopold Sédar Senghor com homenagem a Gilberto Freyre (na fotografia: Carlos Lacerda e Léopold Senghor, em 1964)



Fotografia da autora

IMAGEM 3 - Fidélis Cabral D'Almada, militante do PAIGC, intercambista bolsista do CEAO (1961).



Fonte: Arquivo CEAO. In: REIS, Luiza Nascimento dos Reis. Centro de Estudos Afro-Orientais: Intercâmbio Acadêmico e Cultural entre Brasil e África (1959-1964). Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA, 2010.

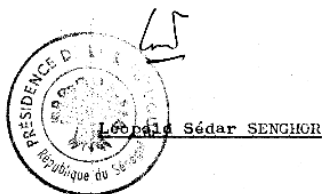
IMAGEM 4 - Correspondência de Léopold Senghor à Amílcar Cabral sobre as negociações para a soltura de Fidélis Almada do PAIGC que foi preso no Brasil.

Monsieur le Secrétaire Général,

J'ai le grand plaisir de vous communiquer copies des correspondances que Mr. l'Ambassadeur du Brésil à Dakar et moi-même avons échangées au sujet du Dr. Fidelis CABRAL.

Je me réjouis avec vous de savoir que ce combattant pour la libération de votre pays est actuellement en liberté.

Je vous prie d'agréer, Monsieur le Secrétaire Général, l'assurance de ma haute considération ./-



- Monsieur Amílcar CABRAL  
Secrétaire Général du P.A.I.G.C.  
République de Guinée

15 de Maio de 1964

Fonte: Fundação Mário Soares. Fundo Amílcar Cabral

Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04612.064.044#13>> .



IMAGEM 5 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, selo comemorativo.

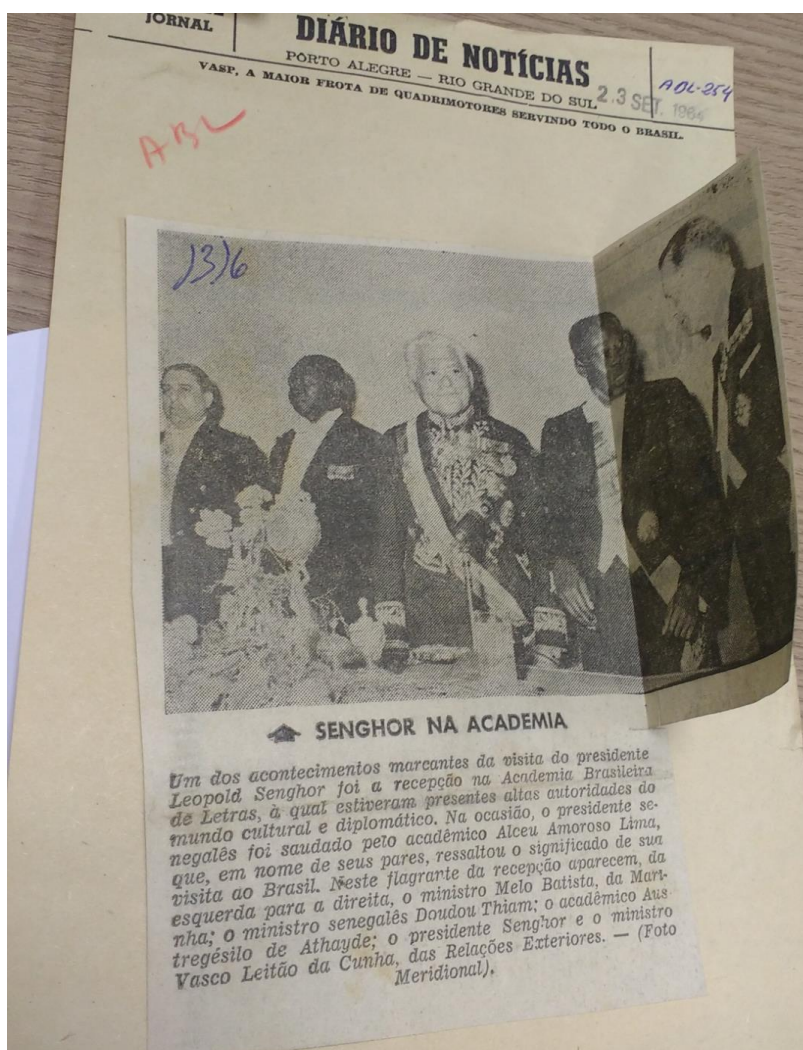


Disponível

em:

<[https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Ffilateliahelibunani.com%2Fproduto%2Fc-514-selo-presidente-do-senegal-leopold-sedar-senghor-personalidade-1964-quadra%2F&psig=AOvVaw1rAD-4OWZMkAUALy95\\_Fu&ust=1627230161775000&source=images&cd=vfe&ved=0CA0Q3YkBahcKEwjYz7yGj\\_zxAhUAAAAAHQAAAAAQAw](https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Ffilateliahelibunani.com%2Fproduto%2Fc-514-selo-presidente-do-senegal-leopold-sedar-senghor-personalidade-1964-quadra%2F&psig=AOvVaw1rAD-4OWZMkAUALy95_Fu&ust=1627230161775000&source=images&cd=vfe&ved=0CA0Q3YkBahcKEwjYz7yGj_zxAhUAAAAAHQAAAAAQAw)>

IMAGEM 6 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, Academia Brasileira de Letras.



Fonte: Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras.

IMAGEM 7 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, visita de Senghor a Furnas.



Fonte:Arquivo Histórico de Furnas

Disponível em:< <https://www.furnas.com.br/subsecao/248/fotografias> >.



IMAGEM 8 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, Doutor Honóris causa na Universidade Federal da Bahia (Salvador/BA). Indentificam-se: Senghor e o Reitor Miguel Calmon



Fonte: Núcleo de Arquivos Históricos Pessoais e Institucionais - Lugares de Memória - Estudos Baianos

IMAGEM 9 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, Doutor Honóris causa na Universidade Federal da Bahia (Salvador/BA). Indentificam-se: Senghor e o Reitor Miguel Calmon



Fonte: Núcleo de Arquivos Históricos Pessoais e Institucionais - Lugares de Memória - Estudos Baianos

IMAGEM 10 - Para Senghor, a Bahia é a cidade mais africana da América Latina



Jornal A Tarde, 22 de setembro de 1964.

Fotografia da autora.

IMAGEM 11 e 12 - Viagem oficial de Senghor ao Brasil, discurso de Senghor foi censurado em relação à palavra “terceiro mundo”.

Vous savez qu'au Sénégal, les Écrivains et Artistes, qui sont ici représentés, poursuivent la même recherche et le même combat. D'autant que, dans les domaines de la Géographie, de l'Histoire, de la Culture, voire, en un certain sens, de l'Ethnie, bien des choses nous rapprochent.

Je salue donc, en votre Académie, cette Culture brésilienne, qui, à l'Orient du Continent américain, est un des phares du Tiers Monde.

Fonte: Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras

Sabeis que, no Senegal, os Escritores e Artistas, aqui representados, prosseguem a mesma pesquisa e o mesmo combate. Porque, nos domínios da Geografia, da História, da Cultura, e até, em certo sentido, da Etnia, muitas coisas nos aproximam.

Saúdo, pois, em vossa Academia, esta **Cultura Brasileira** que no orientado Continente Americano, é um dos faróis do ~~Terceiro~~ Mundo da Esperança.

Fonte: Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras

IMAGEM 13 - Léopold Senghor, Presidente apesar de Platão.

# Leopold Senghor, Presidente apesar de Platão

LUIZ ORLANDO CARNEIRO  
*Texto e tradução*

Há um ano atrás, a Sociedade dos Poetas e Artistas da França, reunida em V Congresso, concedeu o Prêmio Internacional de Poesia a um poeta senegalês, Léopold Sédar Senghor, por *Nocturnes*, seu último livro de poesias.

Descrevendo a solenidade, o crítico francês Armand Guberti comentava que não foi sem um certo sorriso que Senghor, o Presidente da República do Senegal, que visitará o Brasil no próximo mês, recebeu o diploma honorífico. E perguntava: "Como

podia ele, que lia Platão no original, deixar de evocar o ostracismo a que o filósofo grego relegava os poetas?"

Pois apesar de Platão, que baniu de sua República os poetas, Senghor conseguiu o milagre de acumular, e com inesquecível sucesso, as funções de Chefe de Estado, as obrigações de uma autêntica liderança política e a condição de um dos mais importantes poetas vivos de língua francesa, pontífice da *négritude*.



Há quem encontre no nome de Senghor vestígios de sangue português (o original seria senhor). É possível que os portugueses que passaram por Joal tenham deixado um pouco de seu sangue na ancestralidade de Senghor. E o próprio poeta admite a possibilidade, ao dizer na sua *Elegeria das Saudades* (a palavra usada é mesmo a portuguesa *saudade*):

*Escuto dentro de mim o canto de voz sombria das saudades,  
Será a voz antiga, a gota de sangue português que ressurge do fundo das idades?  
E mais adiante:  
Meu sangue português perdeu-se no mar de minha Nigritude.  
Amália Rodrigues, canta oh canta com tua voz batza  
as saudades de meus amores antigos*

Foi no Internato de Ngassobil que o futuro Presidente do Senegal aprendeu o francês e o latim. Chegou a Paris em 1928, tornando-se aluno do Liceu Louis-Le-Grand e estudante na Sorbonne. Em 1935, ao receber seu diploma, foi escolhido para as *Funções* de docente na Sorbonne. Em 1936 foi

neiro e escreveu, durante a época da resistência, os poemas reunidos em *Hortus Noires*.

Após a libertação, foi eleito deputado pelo Senegal na Assembleia Constituinte. Sua carreira de homem público começou, então, até culminar, na França, com sua escolha para o Conselho de

**POETA**

Léopold Senghor nasceu em 1906, em Joal, pequena aldeia plantada pelos portugueses, num oásis ao Sul de Dacar e, até os sete anos, limitou-se a falar o *serere*, dialeto de sua província natal. Esse contato íntimo de infância com o que a África tem de mais íntimo seria mais tarde uma presença constante na sua poesia. A aldeia natal, Joal, é lembrada num dos seus mais famosos poemas:

Jornal do Brasil, 22 de setembro de 1964.

Fotografia da autora

## IMAGEM 14 - Senghor na casa de Zora Seljan e Antonio Olinto (1964)

Brasileiro com alma africana: Antonio Olinto



Presidente do Senegal, Sédar Senghor conversa com Antonio Olinto e  
Manuel Bandeira no apartamento do biografado no Rio de Janeiro

Fonte: LIRA, J. Brasileiro com alma africana: Antonio Olinto. Rio de Janeiro: ICAO, 2008, p. 125.

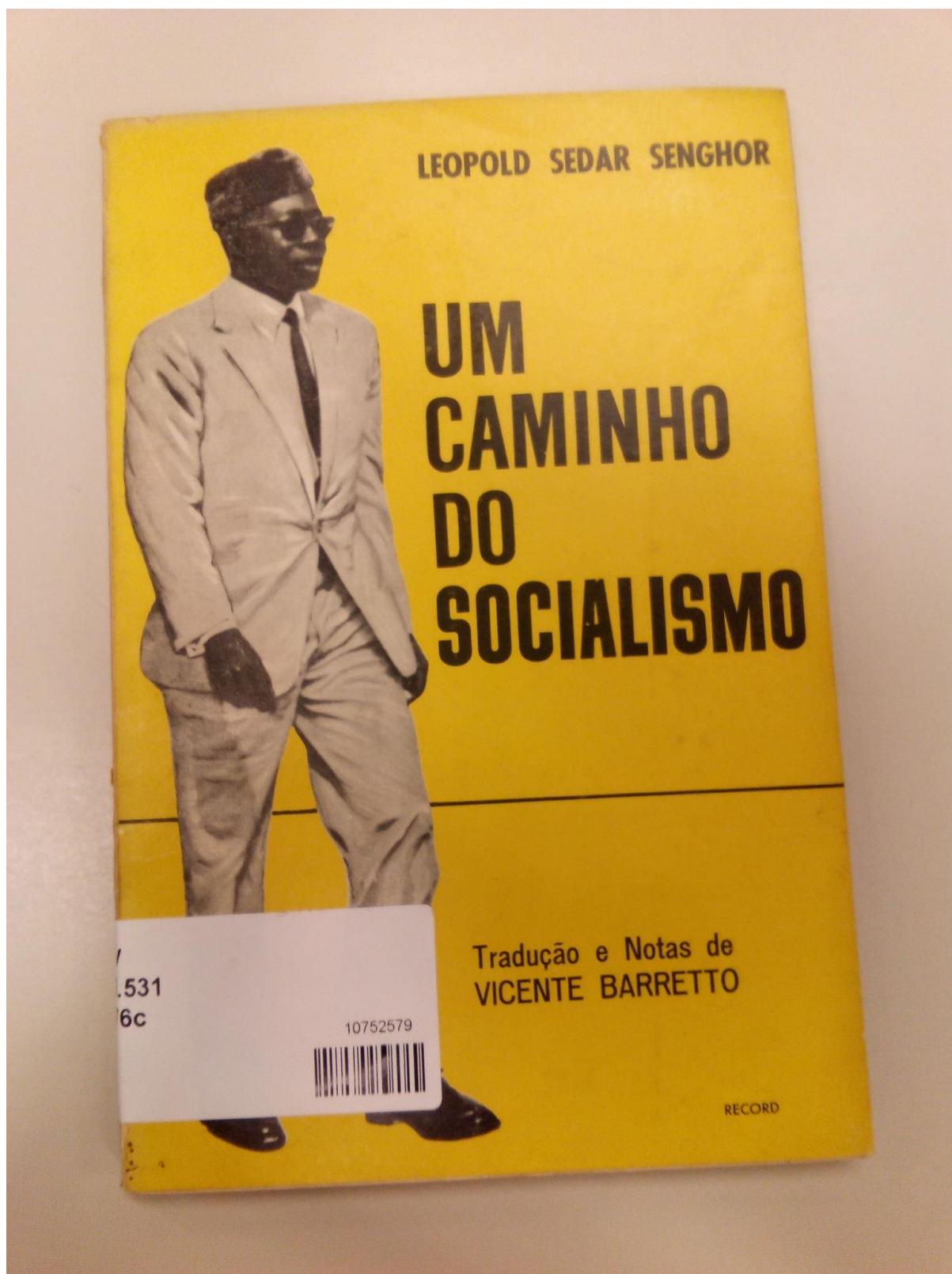


IMAGEM 15 - Senghor no encontro com artistas e intelectuais brasileiros na residência de Zora Seljan.



Fotografia da autora

IMAGEM 16 - Edição brasileira de textos de Senghor intitulados “Um caminho do Socialismo”



Fotografia da autora

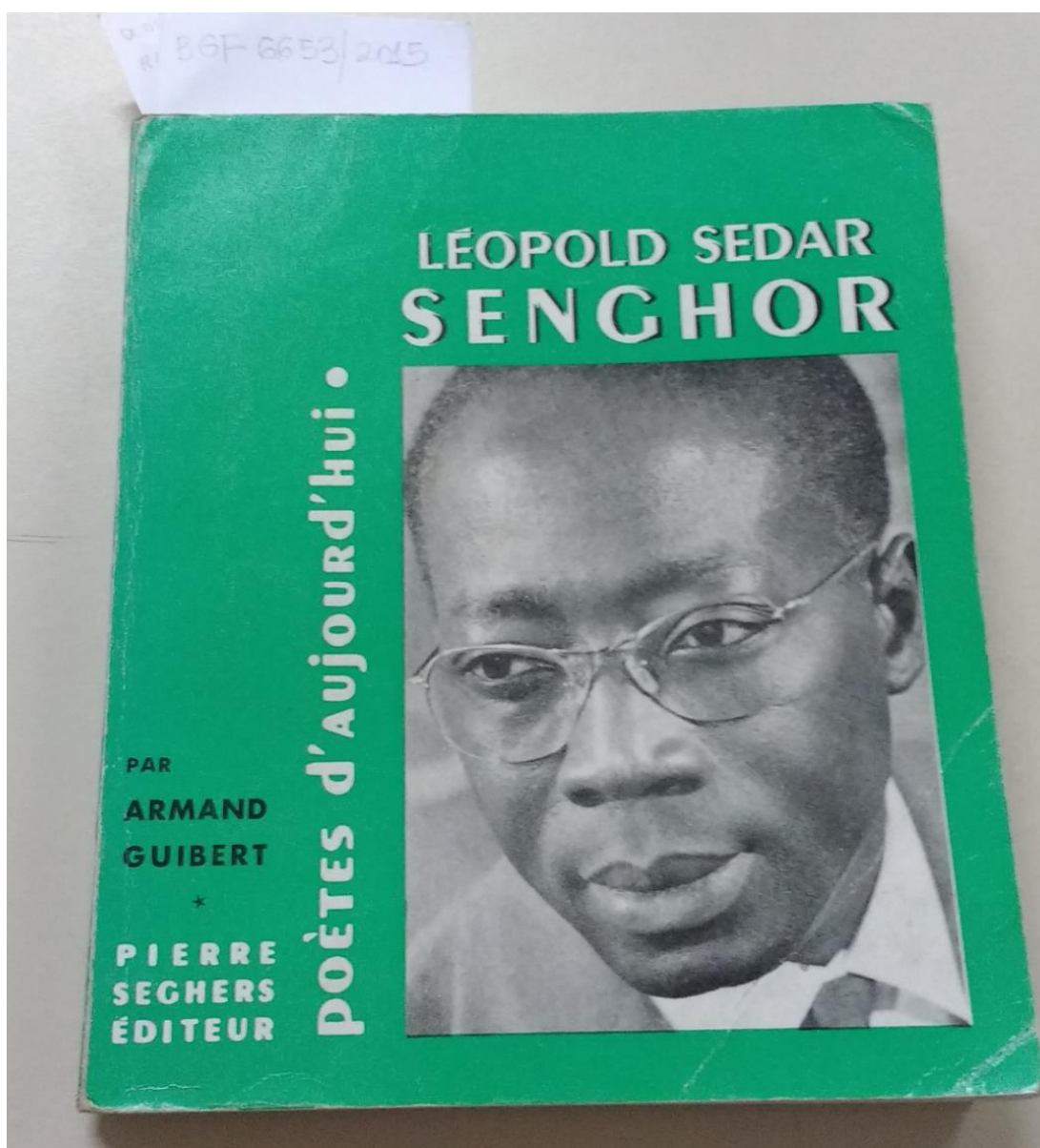
IMAGEM 17 - Senghor quer Brasil na mediação



Tribuna da Imprensa, 24 de Setembro de 1964.  
Fotografia da autora



IMAGEM 18 e 19 - “Léopold Sedar Senghor: poètes d'aujourd'hui”, obra encontrada na Biblioteca pessoal de Gilberto Freyre



Fundação Gilberto Freyre. Fotografia da autora.

à Gilberto Freyre,  
 fruit d'unian magistral entre  
 le Nouvel Monde, l'Afrique  
 LÉOPOLD SÉDAR SENGHOR  
 de l'histoire et celle de l'avenir,  
 et dépositaire des vieilles cultures  
 loyales, au cœur à d'un  
 fait l'œuvre de la racine  
 dans la cosse grande  
 Xouanga l'Amirante  
 N. S. S. (m) (m)  
 Paris 15/8/202

Fundação Gilberto Freyre. Fotografia da autora.

IMAGEM 20 - Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto com o Presidente da República do Senegal, Leopold Sédar Senghor. Estes representantes da CONCP foram recebidos pelo Presidente Senghor após a XV sessão do Comité de Libertação de África, em Dakar em Julho de 1969.



Fundação Mário Soares. Fundo documental Amílcar Cabral.

Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05360.000.025> >.



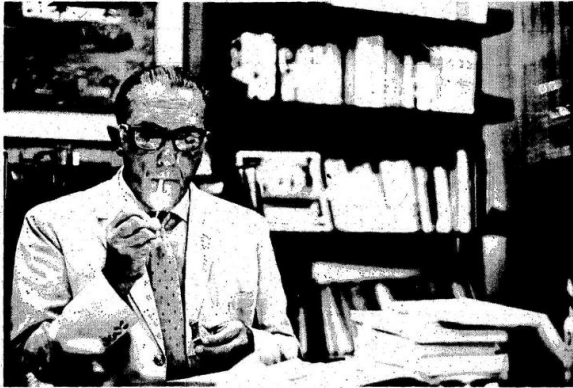
IMAGEM 21 - Carlos Lacerda: Uma radiografia da África Negra

QUINTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1969  
EDIÇÃO DE HOJE, 84 PAGINAS

O ESTADO DE S. PAULO

Previsão do tempo 8 de maio de 1969  
TEMPO bom, com nebulosidade  
TEMPERATURA: amena.  
VENTOS de Leste, fracos

Uma radiografia da África Negra



Em sua biblioteca, Carlos Lacerda traça o roteiro de sua longa viagem ao continente negro

De Secursul do Rio

A fim de fazer um balanço da África Negra, segundo afirmou, considerando esse objetivo "um tanto ambicioso", seguirá sábado próximo para o continente africano o sr. Carlos Lacerda, que visitará 33 países, na qualidade de enviado especial de "O Estado" e do "Jornal da Tarde".

Carlos Lacerda, numa série de reportagens, focalizará o progresso de nações independentes e procurará mostrar ao público brasileiro a realidade econômica, política e social das antigas colônias europeias, analisando-as em todos os seus múltiplos aspectos.

A viagem

O governador da Guanabara espera comemorar de dois a três meses na África. A fim de obter um conhecimento aproximado da situação real dos países que se tornaram soberanos há pouco tempo, cada qual procedendo de acordo com suas peculiaridades, o caminho do desenvolvimento e da emancipação nacional.

Lacerda, a propósito, que os brasileiros têm uma tendência para fazer uma certa superioridade sobre as jovens nações africanas, do mesmo modo como os países desenvolvidos referem-se ao Brasil. No entanto, considera que a África Negra apresenta uma "nova realidade", e que esse fato não pode ser subestimado.

"Até há pouco — diz — os estadistas europeus, ao falarem da América Latina, olhavam-nos com uma espécie de pena. Essa é a mesma impressão errônea que se tem da África. Os países da África Negra, porém, têm características próprias, desde sua formação tribal até a formação de seus líderes, até os políticos e burocratas, mas também os da iniciativa privada".

Os problemas

Na sua viagem, o sr. Carlos Lacerda pretende examinar todos os problemas de formação dos países daquele continente, enquanto as condições econômicas de cada um, antes e depois da independência, citando como exemplo a Indonésia.

Verá como se constitui ou não uma cultura, as vestes seculares, como de Mali e Gambia, com a influência das culturas brancas. O problema religioso — as crenças e ritos africanos e as religiões herdadas pelo Ocidente — também estarão sob a análise do jornalista.

Doutros estudos dizem respeito à economia das nações que surgem, em muitos casos de forma semelhante à do Brasil, baseada na monocultura com forte dependência externa, explorando mão-de-obra e desenvolvido, paralelamente, esforços para fazerem a fase de economia industrial.

Realidade política

A realidade política dos 33 países segue o mesmo ponto a ser observado pelo sr. Carlos Lacerda, que nota naquela região uma tendência para a constituição de sistemas de partido único com a democracia. A esse respeito, recorda que alguns líderes africanos partem do princípio de que pa-

ses as classes sociais definidas, praticamente, não necessitam da existência de partidos que as representem.

Protende, ainda, examinar outro aspecto, a da formação de líderes africanos sob a influência da cultura europeia, pois muitos deles foram formados, inclusive, em universidades das antigas metrópoles.

"Apartheid"

O sr. Carlos Lacerda percorrerá, entre outros países, a África do Sul e a Rodésia, a fim de examinar se o chamado "apartheid" — a proibição do problema da segregação racial, afirma o governador da Guanabara que "visitará todos os países em qualquer momento ou previsão; acreditará apenas o que observar e contatar, até em que país for".

Lacerda quer visitar, em outra ocasião, os países da África do Norte e as chamadas "provincias ultramarinas". Nessa, ainda, no final dessa primeira etapa, fazer uma síntese de tudo que observou nas diferentes regiões da África Negra: "sem esquecer, e como elas se preparam para o século XXI, suas contribuições, se é que as tem, para dar ao mundo".

Os países

Como enviado especial de "O Estado de S. Paulo" e do "Jornal da Tarde", o sr. Carlos Lacerda visitará os seguintes países: Argélia, Mauritânia, Alto Volta, Mali, Gâmbia, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gâmbia, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, República Centro-Africana, Gabão, Guiné Equatorial, Gâmbia, República do Congo, Congo, Burundi, Uganda, Quênia, Sudão, Etiópia, Somália, Tânzânia, Madagascar, Mauritius, África do Sul, Rodésia, Zâmbia, Botswana e Lesoto.



Em busca da "nova realidade"

Retrato de uma situação: o crime de honra no NE

PAULO BARBOSA DE ALBUQUERQUE  
Nossa correspondente



Torres Jr. — a vítima

A legenda diz: "Lembrança da promessa de que é você quem vai virar a morte de seu pai". Estava escrita no verso de uma fotografia que mostrou o morto, as vítimas expostas. Com ela o advogado Pedro Gonçalves de Sá vive a maior parte de seus 17 anos, segundo sua família, desde a morte de seu pai. No dia 21 de dezembro de 1947 foi morto, na rua de Aracaju, aquele que havia mandado assaltar seu pai.

Quando o juiz atendeu o pedido — absolvido por 7 votos a 0, estudantes de Direito, advogados, populares, todos os que estavam nas cadeiras sublevaram e decidiram uma salva de palmas, que durou alguns minutos, enquanto os advogados de dentro eram carregados nos braços e o assalto realizado da Igreja Santa Amélia de festividade popular.

O crime

O caso é antigo, pouco foram os que se lembraram, com exatidão, do que havia acontecido no dia 21 de dezembro de 1947 e que costava dos autos: Pedro Gonçalves de Sá, "Pedrinho", que, mesmo omissa, era menor, havia matado, com o uso de revólver, o deputado Torres, um parlamentar destacado e advogado brilhante, quando este passava pela rua São Cristóvão, em pleno dia e em sua hora de grande movimento: o trânsito a sangue frio, premiado e sem atenuantes. O fato foi comentado por todos os jornais do sul do País, assinando, em Sergipe, o governador Leônidas Mello — amigo e amigo de infância de Pedrinho — decretava isto oficial.

Pedrinho foi o primeiro no local do crime, sem saber qualquer coisa. No dia seguinte, ao prestar depoimento, disse simplesmente que havia cumprido promessa feita ao avô. E analisava, tranqüilamente, o documento, como responsável pela morte do poderoso Antonio Torres Junior, assessor do governador, até os 17 anos, não sabia o que era morrer — havia um retrato em seu bolso que sempre o incomoda — em sua primeira vez quando, na prisão, não restara aos ferimentos. Para os familiares do morto, para o público, para o próprio governo do Estado, o fato constituiu uma tragédia. Para o adolescente, um alívio de consciência: inicia o cumprimento.

O pai

Manoel Gonçalves de Sá, mais conhecido como "Manoel de Quilombos", filho de tradicional família sergipana era casado com a esposa e habitava na política. Com a morte do chefe político do município de Canhoá, que era o pai do governador Ernando de Carvalho — irmão, com seu irmão, Juvenal Torres, uma campanha que levava eleger-lo para a Prefeitura.

A morte de Quilombos

No dia 24 de setembro de 1946, ao passar por um bar em Canhoá, Manoel de Quilombos presenciou uma briga simulada de dois deputados. Foi seguido por um dos contendores, segundo o outro o testemunha. Ainda que gravemente ferido, Quilombos — "homem valente" — conseguiu livrar-se dos agressores, pondo-se em fuga. O ferimento venenoso, porém, e mortal. Os criminosos voltaram, para acabar de matar.

A maneira entupida e violenta do crime não calou tanto nos 8 filhos de Quilombos, todos mortos. Na família, não restou dúvida de que era Torres Junior o autor intelectual do crime. Contava que foi o próprio deputado que, ao ouvir dos dois criminosos que Manoel Gonçalves de Sá não estava morto, ordenou que voltassem para terminar o trabalho.

O chefe da família, "seu Quilombos", que viveu o filho morto, não pôde perder o abandono pela Justiça, viajou para a vizinhança, para, porém, um filho, a nomeação difícil, foi expulso, com tudo a sua família, das suas terras em Canhoá. Emigrou para Alagoas, daí, para o Maranhão.

Sabia que iria morrer sem poder "lavar a honra". Encolheu Pedrinho para sua missão, porque o jovem Pedro Gonçalves de Sá não era pelo de Juvenal Torres. Criança, ainda, foi educado para não falar na família — "divina" — de virar a morte do pai.

Pedrinho viveu grande parte de sua infância — se é que a teve — no interior do Maranhão, sem ensino, sem que pudesse esquecer da promessa feita ao avô, sempre repetida. Sem brinquedos que pudessem distrair o menino, pedrinho o serviço de que se "abrandava" a honra a "brincar" com o retrato do pai, as vestes expostas, a legenda, escrita a respeito, a percorrer em seus quadros de criança: "Lembrança da promessa de que é você quem vai virar a morte de seu pai".

Na primeira infância de dezembro de 47, Pedrinho chega a Aracaju. Com o dinheiro da mudança havia comprado um revólver. No dia 21, colocou em sua pasta de escola. Era um dia bonito, habitantes dirigiam-se à praça de Alagoas, pessoas, faziam compras, as vendedoras do Natal. Pedrinho não havia sido Natal. Tinha uma foto, a figura do pai morto e entretido no colar e na mente. Também tinha um revólver e um dia anterior havia identificado sua vítima. Com sua pasta de escola a tirado, espera que Torres Junior chegue à praça de Assembleia. O deputado ministro o autônomo em frente à Casa Legislativa e cômico, sem pressa, pela avenida Rio Branco. Pedrinho o segue, ao que ele se dirige para a rua São Cristóvão, centro comercial da capital sergipana. Bem próximo, uma fila de pessoas se acumulava para o banheiro.

Com 17 anos, talvez tivesse, mas sabe o que deve fazer. Talvez o odio afirmado não tenha a intenção de desferir um golpe diante daquele homem — um homem legal e tático outro e que também desprezado. "Lembrança", "Lembrança de que é você", "é você quem vai virar a morte de seu pai".

Em São Paulo, sexta-feira, 8 de maio de 1969, às 14h30, o corpo de seu pai, morto há 21 anos, foi enterrado no Cemitério de São João do Rio de Janeiro. O enterro foi realizado em uma cerimônia simples, com a presença de familiares e amigos. O corpo foi levado de um trem para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 7 de maio. O enterro ocorreu no Cemitério de São João, no bairro de São João de onze.

Em São Paulo, sexta-feira, 8 de maio de 1969, às 14h30, o corpo de seu pai, morto há 21 anos, foi enterrado no Cemitério de São João do Rio de Janeiro. O enterro foi realizado em uma cerimônia simples, com a presença de familiares e amigos. O corpo foi levado de um trem para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 7 de maio. O enterro ocorreu no Cemitério de São João, no bairro de São João de onze.

Inocência

Infância — se é que a teve — no interior do Maranhão, sem ensino, sem que pudesse esquecer da promessa feita ao avô, sempre repetida. Sem brinquedos que pudessem distrair o menino, pedrinho o serviço de que se "abrandava" a honra a "brincar" com o retrato do pai, as vestes expostas, a legenda, escrita a respeito, a percorrer em seus quadros de criança: "Lembrança da promessa de que é você quem vai virar a morte de seu pai".

Na primeira infância de dezembro de 47, Pedrinho chega a Aracaju. Com o dinheiro da mudança havia comprado um revólver. No dia 21, colocou em sua pasta de escola. Era um dia bonito, habitantes dirigiam-se à praça de Alagoas, pessoas, faziam compras, as vendedoras do Natal. Pedrinho não havia sido Natal. Tinha uma foto, a figura do pai morto e entretido no colar e na mente. Também tinha um revólver e um dia anterior havia identificado sua vítima. Com sua pasta de escola a tirado, espera que Torres Junior chegue à praça de Assembleia. O deputado ministro o autônomo em frente à Casa Legislativa e cômico, sem pressa, pela avenida Rio Branco. Pedrinho o segue, ao que ele se dirige para a rua São Cristóvão, centro comercial da capital sergipana. Bem próximo, uma fila de pessoas se acumulava para o banheiro.

Com 17 anos, talvez tivesse, mas sabe o que deve fazer. Talvez o odio afirmado não tenha a intenção de desferir um golpe diante daquele homem — um homem legal e tático outro e que também desprezado. "Lembrança", "Lembrança de que é você", "é você quem vai virar a morte de seu pai".

Em São Paulo, sexta-feira, 8 de maio de 1969, às 14h30, o corpo de seu pai, morto há 21 anos, foi enterrado no Cemitério de São João do Rio de Janeiro. O enterro foi realizado em uma cerimônia simples, com a presença de familiares e amigos. O corpo foi levado de um trem para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 7 de maio. O enterro ocorreu no Cemitério de São João, no bairro de São João de onze.

Em São Paulo, sexta-feira, 8 de maio de 1969, às 14h30, o corpo de seu pai, morto há 21 anos, foi enterrado no Cemitério de São João do Rio de Janeiro. O enterro foi realizado em uma cerimônia simples, com a presença de familiares e amigos. O corpo foi levado de um trem para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 7 de maio. O enterro ocorreu no Cemitério de São João, no bairro de São João de onze.



O itinerário de Lacerda cobre praticamente a África Negra





## IMAGEM 23 - Amílcar Cabral e Senghor, relação amistosa: mensagem de ano novo (1970)

PRESIDENT REPUBLIQUE SENEGAL DAKAR

A L'OCCASION DU NOUVEL AN QUE FACE ENTETEMENT CRIMINEL COLONIALISTES PORTUGAIS  
ET MALGRE NOS EFFORTS DE PAIX DANS LA JUSTICE SERA ENCORE UNE ANNEE DE LUTTE  
POUR INDEPENDANCE NATIONALE NOTRE PATRIE AFRICAINE J'AI LE PLAISIR ET L'HONNEUR  
DE VOUS ADRESSER NOM NOTRE PEUPLE COMBATTANTS DIRECTION NATIONALE NOTRE PARTI  
MON NOM PERSONNEL SALUTATIONS CHALEUREUSES VOEUX BONNE HEUREUSE ANNEE DANS  
BATAILLE SUPREME DEVELOPPEMENT PROGRES PATRIE SENEGALAISE CADRE AFRIQUE TOTALEMENT  
LIBEREE JOUG COLONIAL ET RACISTE STOP CHAQUE JOUR PLUS ASSURES SOLIDARITE  
ACTIVE ETATS PEUPLES AFRIQUE NOTAMMENT PAYS VOISINS TIENS REAFFIRMER DETERMINATION  
INEBRANLABLE NOTRE PARTI MENER DE L'AVANT LUTTE ARMEE LIBERATION ASSENER COUPS  
ENCORE PLUS EFFICACES CONTRE HORDES COLONIALISTES PORTUGAISES TOUT EN RESTANT  
PRETS RECHERCHE SOLUTION NEGOCIEE CONFLIT OPPOSANT GOUVERNEMENT PORTUGAIS NOTRE  
PEUPLE DONT DEFENDRONS INLASSABLEMENT INTERETS SACRES DROITS INALIENABLES  
INDEPENDANCE PROGRES SOUTENUS PAR TOUS PEUPLES AFRICAINS FORCES ANTICOLONIALISTES  
EPRISES PAIX JUSTICE PROGRES HUMANITE STOP TRES HAUTE FRATERNELLE CONSIDERATION

AMILCAR CABRAL

Fundação Mário Soares, Arquivo Amílcar Cabral

Disponível em: < <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07069.111.012> >.

IMAGEM 24 e 25 - Capa e primeira página da Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1974, Carlos Lacerda exclusivo sobre a Revolução de Spínola



Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1974, Carlos Lacerda exclusivo sobre a Revolução de Spínola



Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1974, Carlos Lacerda exclusivo sobre a Revolução de Spínola

IMAGEM 26 – Carlos Lacerda escreve “Abril em Portugal” – “Portugal depois de descobrir mundos, acaba de descobrir a liberdade, sem a qual eles se tornam inabitáveis.”



Revista Manchete, Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1974, Carlos Lacerda exclusivo sobre a Revolução de Spínola



IMAGEM 27 - Encontro de Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC, e Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros, em Londres, na presença de Abdou Diouf, Primeiro Ministro do Senegal, e de Almeida Bruno, maio de 1974.



Fonte: Fundação Mário Soares, Arquivo Amílcar Cabral, Pasta 10078.001.009.

IMAGEM 28 - Senghor por ocasião de sua primeira viagem oficial a Portugal, em Janeiro de 1975 (I)



Fonte: Jornal Diário de Notícias

IMAGEM 29 - Senghor por ocasião de sua primeira viagem oficial a Portugal, em Janeiro de 1975 (II)



Fonte: Jornal Diário de Notícias

IMAGEM 30 - Mário Gibson Barboza no Senegal



Fonte: Acervo Família Gibson Barboza. Disponível em: <<https://familiagibson.com.br/mariogibsonbarboza>>

IMAGEM 31- Azeredo da Silveira, Léopold Sédar Senghor e outros durante visita oficial à Dacar, Setembro de 1974.



Fonte: Arquivo Azeredo da Silveira. CPDOC/FGV. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AAS/audiovisual/azeredo-da-silveira-ernesto-geisel-e-outros-por-ocasio-da-visita-oficial-do-presidente-do-senegal-leopold-sedar-senghor>

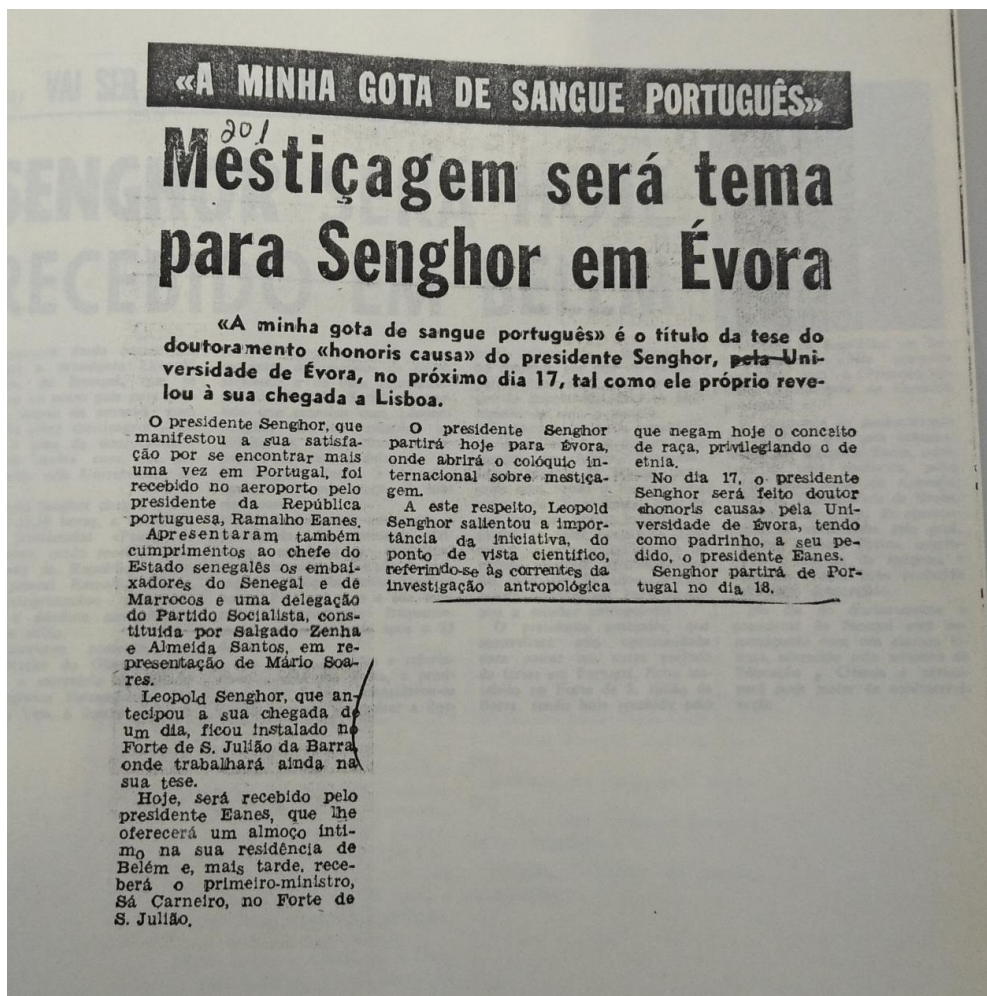


IMAGEM 32 - Visita do Presidente do Senegal, Léopold Senghor, ao Brasil em Setembro de 1977. Senghor cumprimenta Ernesto Geisel, presidente do Brasil



Fonte: Arquivo Azeredo da Silveira. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AAS/audiovisual/azeredo-da-silveira-leopold-sedar-senghor-e-outros-durante-visita-oficial-a-dacar-8>>

IMAGEM 33 - Mestiçagem será tema para Senghor em Évora



Jornal Primeiro de Janeiro, 15 de junho de 1980.

Fonte: Arquivo Histórico/Biblioteca UÉVORA.

IMAGEM 34 - Senghor e Mário Soares em destaque

LEOPOLD SENGHOR À PARTIDA DE LISBOA

## «A cultura é um valor mais importante que o petróleo»

«A cultura, é para nós, um valor mais importante do que o petróleo», afirmou ontem, à partida de Lisboa, Leopold Senghor, que se deslocou ao nosso país para receber o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Évora.

O presidente do Senegal referiu que esta cerimónia de doutoramento terá um elevado significado, na medida em que aquele país se sente directamente ligado a Portugal e sublinhou o facto de existirem ainda cerca de 100 mil senegaleses com nomes de origem portuguesa.

Leopold Senghor afirmou ainda que os países desenvolvidos exercem uma ditadura económica sobre os países de fracos recursos, realçando que para a elaboração de um humanismo do século XX, o que conta é a cultura.

Entre as diversas personalidades que se deslocaram ao aeroporto para apresentarem as suas despedidas ao presidente senegalês encontrava-se o presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, que apadrinhou Senghor no acto de doutoramento, o embaixador de Marrocos e uma delegação do Partido Socialista.

Referindo-se às relações entre o Senegal e Angola, aquele dirigente político afirmou que o seu país reconhece a RPA, como República independente, quase ao mesmo tempo que Portugal, não havendo, contudo, relações diplomáticas, que, sublinhou, é um assunto diferente do reconhecimento da independência de um Estado.

Declarando que a República Popular de Angola não possui umas Forças Armadas capazes de defenderem a integridade do território e referindo existir de facto, neste momento, uma ocupação de Angola, Leopold Senghor confirmou ter efectuado conversações com Agostinho Neto, durante a conferência da OUA, no ano passado, acerca do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Estados.

O presidente senegalês abordou ainda problemas directamente relacionados com a Libéria, afirmando a este respeito, que a OUA não tem como costume imiscuir-se nos assuntos internos de cada país membro, mas devido ao papel de destaque que Tolbert desempenhava naquela organização e ao sentido político do seu assassinato, Senghor afirmou que a OUA decidiu não admitir os representantes da Libéria no seu seio e constituiu um conselho de vigilância com o fim de analisar a situação naquele país.

Definindo a hospitalidade como um dos valores africanos, Leopold Senghor sublinhou que a África deve admitir as regras de conduta internacionais e condenar a tomada de reféns, salientando o caso do filho Tolbert, recém-raptado da embaixada francesa em Monróvia, capital da Libéria. Além do mais, acrescentou que o seu país condenará na próxima reunião cimeira da Organização de Unidade Africana a violação da embaixada francesa por militares liberianos.

A finalizar, e respondendo à pergunta de um jornalista, o presidente senegalês definiu o socialismo democrático como o progresso no campo técnico e científico, proporcionando uma maior igualdade social e económica. Salientaria ainda que a prioridade do socialismo democrático africano não se situa no campo da indústria, mas na agricultura e pescas.

### «Encontros de Évora» foram convergência de culturas

Os «Encontros de Évora», sobre convergência de culturas, iniciados segunda-feira sob a presidência do presidente Leopold Senghor, do Senegal, e que decorreram na Universidade de Évora durante três dias, encerraram ontem, à tarde, os seus trabalhos.

Durante os primeiros dias os «Encontros» tinham-se limitado à apresentação de comunicações pelos vários académicos presentes. Ontem de manhã os participantes debateram os direitos humanos e a cooperação entre os Estados, tendo o jurista brasileiro Franchini Neto, depois da sua exposição, respondido a perguntas sobre as dificuldades criadas pelos Estados à aplicação de resoluções internacionais.

Um «regimento» entregue por D. Manuel, em 1516, ao seu enviado Simão da Silveira, para regular «a cooperação «avant-la-lettre» entre Portugal e o Reino do Congo» foi o tema da intervenção do poeta português, de origem angolana, Mário António de Oliveira, que o considerou um «exemplo de diplomacia avançada».

Outras comunicações debateram assuntos como «A convergência da cultura portuguesa na Índia de 500», «Fenómenos de aculturação em Moçambique» e o aspecto linguístico na interpenetração de culturas.



Leopold Senghor — Mário Soares foi um dos seus interlocutores enquanto esteve em Portugal

Jornal Tribuna, 19 de junho de 1980.

Fonte: Arquivo Histórico/Biblioteca UÉVORA.



IMAGEM 35 - “A minha gota de sangue português”, Senghor e Ramalho Eanes em destaque



Ramalho Eanes esteve, ontem, no aeroporto para receber Leopold Senghor. Vemos, na imagem, os dois presidentes, momentos após o desembarque

### Doutoramento “honoris causa” na Universidade de Évora

## “A minha gota de sangue português” título da tese de Leopold Senghor

O presidente do Senegal, Leopold Senghor, que se encontra no nosso país para receber as insígnias de doutor «honoris causa» pela Universidade de Évora e participar nos Encontros Culturais promovidos por aquela escola será hoje recebido, em audiência, pelo general Ramalho Eanes, que lhe oferece um almoço íntimo no Palácio de Belem.

A sua chegada, ontem, ao aeroporto de Lisboa — antecipada de um dia — Leopold Senghor era aguardado pelo

Presidente da República, pelos embaixadores do seu país e de Marrocos e, ainda, por uma delegação do Partido Socialista constituída por Salgado Zenha e Almeida Santos, em representação de Mário Soares.

Segundo declarou, a tese de doutoramento subordinar-se-á ao título «A minha gota de sangue português». Referindo-se, depois, ao colóquio sobre mestiçagem em que participará em Évora, o presidente senegalês sublinhou a importância da iniciativa

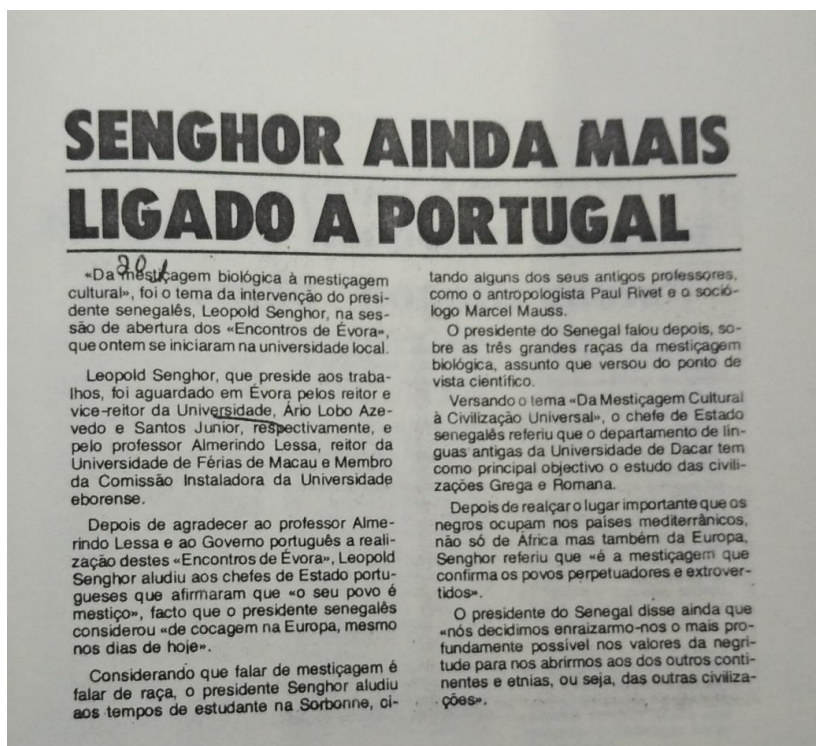
do ponto de vista científico, aludindo às correntes de investigação antropológica que nos legaram, hoje, o conceito de raça, privilegiando o de etnia.

Nas cerimónias de doutoramento, que será testemunhado pelo general Ramalho Eanes, o elogio do doutoramento será feito pelo catedrático Almerindo Lessa, da Universidade do Porto, a seguir à abertura do acto, pelo reitor da Universidade de

Évora, professor Lobo Azevedo. A apresentação da testemunha está confiada ao prof. Carlos Alberto Martins Portas seguindo-se a entrega das insígnias e do diploma. Por fim, o novo doutorado proferirá a sua lição.

Leopold Senghor, que hoje seguirá para Évora, é obsequiado, depois de amanhã com um almoço a que estará presente o ministro da Educação e Ciência.

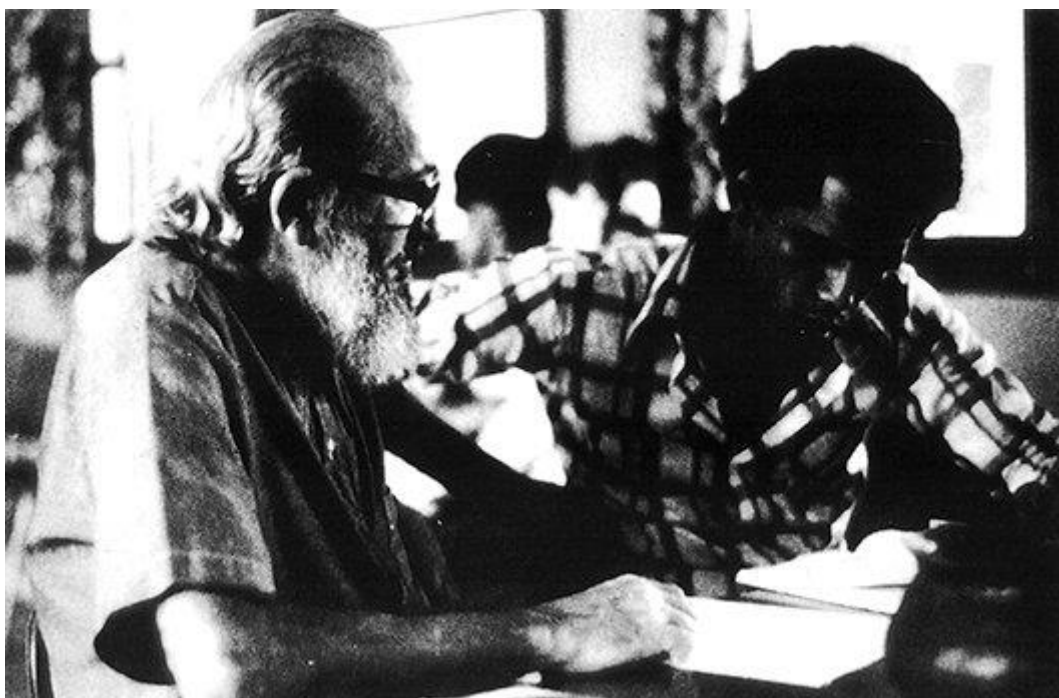
IMAGEM 36 - Senghor ainda mais ligado a Portugal



Jornal Correio da Manhã, 17 de junho de 1980.

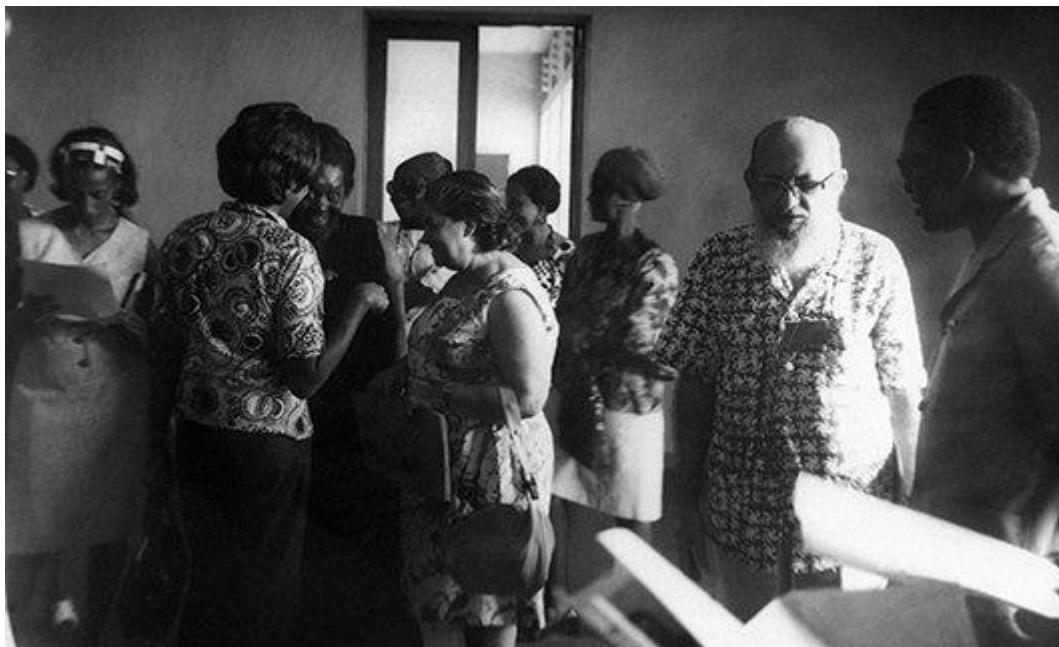
Fonte: Arquivo Histórico/Biblioteca UÉVORA.

IMAGEM 37 - Paulo Freire e a campanha de alfabetização em Guiné-Bissau (1978)



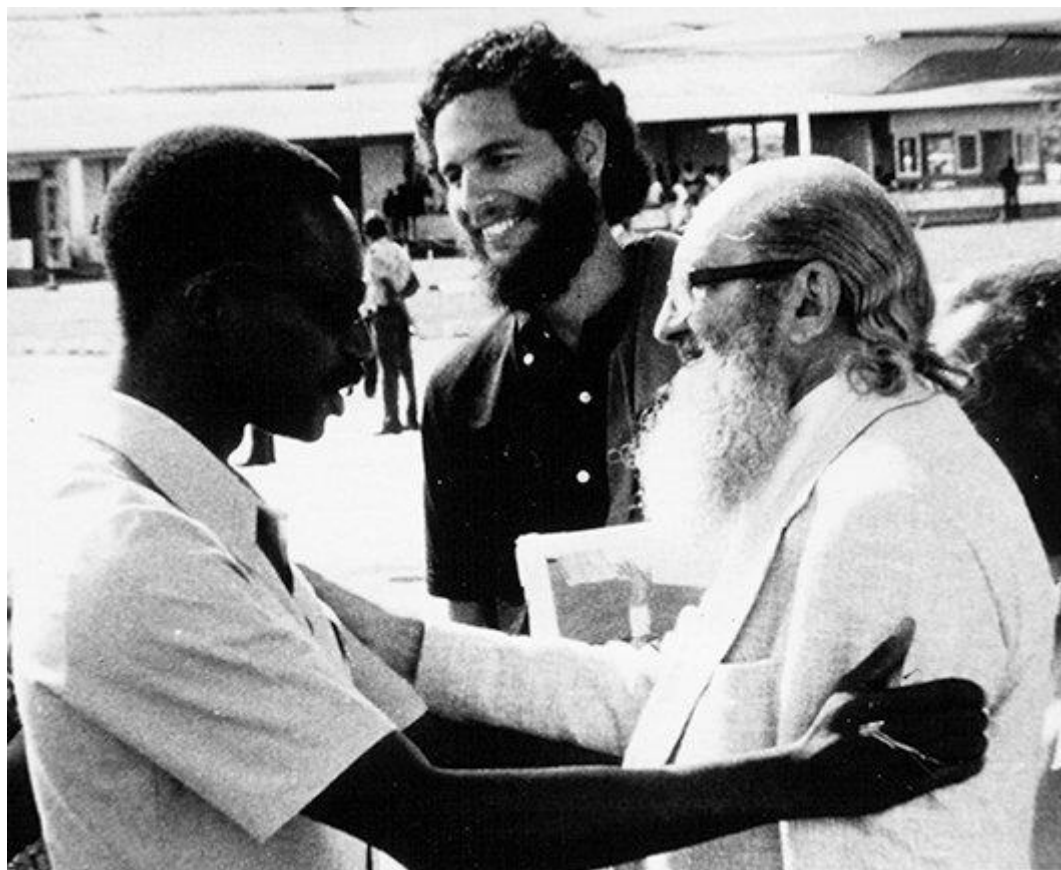
Instituto Paulo Freire

IMAGEM 38 - Paulo Freire e Miguel Darcy de Oliveira, do Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania/Guiné Bissau, e de Mário Cabral, ministro da Educação de Guiné-Bissau, em 1978.



Instituto Paulo Freire

IMAGEM 39 - Mário Cabral, ministro da Educação de Guiné-Bissau, em 1978.



Instituto Paulo Freire



IMAGEM 40 - Mário Pinto de Andrade com o Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, por ocasião da sua condecoração com a Ordem do Leão, Dakar, 16 de Maio de 1980



Fundação Mário Soares. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade

Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07223.002.109>>.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)